MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF.

ACP 00576-2003-009-010-00
Autor: Ministério Público do Trabalho
Réus: Distrito Federal e Outros

04/OUT/2004 16:36 00000034 TRT-10ªREG. - SAJ/BRASILIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelos Procuradores abaixo assinados, o **DISTRITO FEDERAL** e a **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA(TCB),** por seus advogados que esta subscrevem, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos em epígrafe, expor e requerer o que segue:

Visando pôr fim parcialmente ao litígio, transacionaram as partes nos seguintes termos:

1. O **Governo do Distrito Federal** fará a inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB, CODEPLAN na Tabela de Empregos em extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681/2001 e 2989/2002.

2. O **Governo do Distrito Federal** se compromete a encaminhar, no prazo de 120 (cento e vinte dias), mensagem à Câmara Legislativa, revogando as Leis nº 2.681, de 15/01/2001 e Lei nº 2.989, de 11/06/2002, como prova cabal de que não mais aplicará as disposições ali contidas, inclusive os Decretos que dispõem sobre a respectiva matéria, sobretudo os de nºs 22.322, de 13/08/2001e 23.082, de 04/07/2002.

2.1 O **Governo do Distrito Federal** deverá encaminhar ao **Ministério Público do Trabalho** cópia da mensagem enviada ao Poder Legislativo imediatamente após a manifestação do Poder Executivo.

3. Com relação ao item 1 do pedido inicial (doc. de nº 03 dos autos), referente aos empregados admitidos na Administração Indireta no período de 05/10/88 a 03/11/92, em face do disposto na decisão do Tribunal Pleno do Excelso Supremo Tribunal Federal no MS 22357-0, de 04/06/04, a ação civil pública prosseguirá até o trânsito em julgado.

4. O **Ministério Público do Trabalho** desiste da ação, em relação a todos os empregados da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos antes de 05/10/88 sem concurso público e em relação aos admitidos posteriormente a esta data através de concurso público.

Diante do exposto, as partes requerem a homologação do presente acordo e a extinção do processo com julgamento do mérito, com fulcro no art. 269, III do Código de Processo Civil, com exceção do item 3 acima, que seguirá até o trânsito em julgado.

Nestes termos, pedem deferimento.

Brasília, 14 de outubro de 2004

Ronaldo Curado Fleury
Prourador-Chefe da PRT da 10ª Região

Fábio Leal Cardoso
Procurador do Trabalho

Joaquim Rodrigues Nascimento
Procurador do Trabalho

Fernando Cunha Júnior
Procurador-Coordenador de Pessoal Celetista da Administração Direta

Carlane Torres Gomes Sá
Pela TCB - OAB/DF 6.363

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00
RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)
RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 18 de agosto de 2003, na sala de sessões da Eg. 09ª VARA DO TRABALHO DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) TAMARA GIL ALVES PORTUGAL, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 14:05 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceu(ram) o(s) procurador do Ministério Público Dr.ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA.

Compareceu o procurador do DF Dr(a). FERNANDO CUNHA JUNIOR - OAB Nº 8287/DF.

Compareceu o preposto da 2ª reclamada Sr.NILTON DIVINO MONTEIRO DOS SANTOS, acompanhado do Dra.CARLANE TORRES GOMES DE SÁ OAB Nº 6363/DF.

As partes em comum acordo requerem a suspeição do feito por 60 dias, para fins de tentativa de conciliação.

Pedido deferido.

Ficam mantidas os efeitos da liminar concedida (folha.50 dos autos.)

O Sindicato dos Servidores e Empregados da Adminstração Direta Fundacional das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do DF - SINDSER, requereu o seu ingresso no pólo passivo da ação. sendo que os demais reus e o autor não se opuseram ao pedido, razão pela qual por hora fica deferido, devendo ser ratificada na próxima audiência por este Juízo, após análise dos autos.

O procurador do sindicato junta nesta oportunidade a procuração, o estatuto e ata de posse.

Audiência adiada para nova audiência inicial a data de 24/11/03, às 13:30 horas. Cientes os presentes, de que deverão comparecer, sob pena de aplicação do Art. 844, CLT.

Audiência suspensa às 14:18 horas.

Nada mais.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL
Juiz(a) do Trabalho

ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA
Procurador do Ministério Público

_____ _____
Reclamante Reclamado

_____ _____
Advogado(a) do Recte Advogado(a) do Recdo

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA
Diretor(a) da Secretaria

Ação Civil Pública nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 08 (oito) dias do mês de outubro do ano de 2003 (dois mil e três), às 16h, no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Edifício Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram o Sr. **João Carlos das Neves Bacellar**, RG nº 749.541, SSP/DF, representante dos trabalhadores da CODEPLAN, o Sr. **Francisco Alves de Sousa**, RG nº 717.274, SSP/DF, Presidente do SINDSER, acompanhado pela Dra. **Patrícia Machado Vieira de Almeida**, OAB/DF nº 17.315, o Sr. **Marco Antonio Ferreira**, RG nº 529.780, SSP/DF, Presidente da Associação ACOD e a Sra. **Maria Luiza da Silva**, RG nº 317.188, SSP/DF, Presidente da Associação dos Servidores da SAB, perante o Exmº Sr. Procurador do Trabalho Dr. **Joaquim Rodrigues Nascimento.**

Feito os esclarecimentos necessários, declararam os representantes acima qualificados, respectivamente, que a CODEPLAN possui 472 empregados cedidos; que tais empregados estão em diversos órgãos da administração pública do DF; que no lugar dos mesmos foram colocados diversos trabalhadores oriundos do Instituto Candango de Solidariedade e de outras empresas terceirizadas; que em função disso o sindicato dos servidores do DF já apresentou denuncia nesta procuradoria; que todos eles ingressaram antes de 05 de outubro de 1988; que entre estes, alguns, cerca de cinco a dez, fizeram concurso público pelo IDR.

Dada a palavra ao representante do SINDSER declarou que a CEASA possui cerca de 70 empregados, todos cedidos.

Dada a palavra à represente da Associação dos Servidores da SAB declarou que com relação à TCB, possui 1.300 empregados e que todos eles foram apostilados, segundo informação obtida junto ao Sr. Vieira, assessor do presidente da TCB; que com relação a SAB tem essa 420 empregados, sendo que destes 13 continuam na SAB para auxiliar processo de liquidação; que até o presente momento somente os empregados da TCB foram apostilados.

Requisita-se, nesta oportunidade, na forma da Lei Complementar 75/93, artigo 8º, incisos II e IV, de cada representante legal de cada um dos seguintes órgãos: CODEPLAN, SAB, TCB e CEASA, a relação de todos os empregados por eles cedidos, com as respectivas datas de admissão. No caso de houver empregados admitidos após 05/10/1988 deverá informar se ingressaram mediante concurso público. Prazo de 20 dias.

Nada mais a audiência foi encerrada às 17h42.

Joaquim Rodrigues Nascimento.
Procurador do Trabalho

João Carlos das Neves Badellar
RG nº 748.341, SSP/DF

Marco Antonio Ferreira
RG nº 529.780, SSP/DF

Francisco Alves de Sousa
RG nº 717.274, SSP/DF

Maria Luiza da Silva
RG nº 317.188, SSP/DF

Patrícia Machado Vieira de Almeida
OAB/DF nº 17.315

João Ricardo Viana Costa
Secretário da audiência

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00

RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)

RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 24 de novembro de 2003, na sala de sessões da Eg. 09ª VARA DO TRABALHO TRABALHO DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) TAMARA GIL ALVES PORTUGAL, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 13:35 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceram os estudantes em direito: LISDETE DE OLIVEIRA SILVEIRA e JEOVANE CRISTOVÃO T. BEZERRA.

Compareceu(ram) o Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr.JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO - PRT 10 REG/DF.

Compareceu o Subprocurador do DF, Dr.MARCELLO ALENCAR DE ARÚJO - MAT GDF Nº 30779-3.

Compareceu o preposto do(a) 2º reclamado(a), Sr(a).EROTIDES VIEIRA LIMA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). CARLANE TORRES GOMES DE SÁ - OAB Nº 6363/DF.

Compareceu o Representante Legal do Sindicato, Sr.FRANCISCO ALVES DE SOUSA, acompanhado do advogado Dr.ANTONIO ALVES FILHO - OAB Nº 4972/DF.

Compareceram os empregados nominados na lista de fls.24/37, que ora requerem representação pelos empregados ADONIS RIBEIRO GONÇALVES, ELAINE FREITAS ALVES DOS SANTOS e REGINA FERREIRA DA SILVA, acompanhados do Advogado, Dr.HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO - OAB Nº 2599/DF.

ARLETE DE JESUS E OUTROS, empregados cujos contratos se requer a declaração de nulidade, nomeados no rol de fls.24/37 requerem a inclusão no pólo passivo na condição de litisconsortes passivos obrigatórios.

O litisconsorte passivo necessário ocorre em duas hipóteses:

a) quando a Lei expressamente determinar;

b) quando, frente a vários interessados, pela natureza da relação jurídica, a lide tiver que ser decidida de modo uniforme para todas as partes.

Exemplificando a segunda hipótese, fala Humberto Teodoro Junior da Ação de Anulação promovida pelo prejudicado contra os contraentes de negócio jurídico fraudulento ou simulado, ou seja, exatamente o que ocorre in casu com o pedido de número 01 da exordial.

Diante disso, reconheço, com a concordância do MPT, a condição de litisconsortes passivos necessários dos empregados nomeados pelo parquet, bem como de outros que venham a ser atingidos em seus interesses jurídicos pela decisão a ser proferida nesta Ação.

A principio, entendia este Juízo, que a representação de tais empregados deveria ocorrer pelo SINDSER em razão da substituição processual, prevista no art.8º da Magna Carta, por se tratar também de interesses individuais homogêneos.

Entretanto, o SINDSER esclarece nesta assentada que a substituição processual que pretende exercer se refere apenas aos empregados que já foram transferidos para a Administração e que prestaram concurso público ou foram admitidos antes da CF/88, por entender que a Liminar proferida nestes autos os atingiu, sendo que os empregados arrolados pelo MPT não se encontram nessa situação, já que não prestaram concurso público, tampouco foram admitidos antes da CF/88, afirmando a entidade sindical que não tem interesse/legitimadade em defender ponto de vista de tais empregados.

Dessa forma, atendendo requerimento dos próprios empregados, serão os mesmos assistidos pelo i. Procurador por eles constituídos e representados pela Sra. REGINA FERREIRA DA SILVA, a quem concedem poderes para receber citações, notificações e representá-los em audiência.

O ilustre representante do Ministéiro Público do Trabalho informa que foi suscitado Incidente de Uniformização de Jurisprudência com o intuito de que seja definido pelo egrégio TRT acerca da legitimidade ou não do Distrito Federal para responder pelo passivo trabalhista da TCB, após a edição do Decreto 22.322/01, o qual certamente será tratado de forma incidental a questão da inconstitucionalidade ou não do referido decreto e demais normas legais que tratam da matéria. Informa ainda que o representante do parquet acerca da existência de Agravo de Petição pendente de julgamento pelo egrégio TRT nos autos da Ação Rescisória Nº 266/99, contra decisão proferida na ACP 00977/97 da MM. 03ª VTB/DF, onde se requer a rescisão do contrato de trabalho dos empregados interessados na presente ação. Pondera o representante do MPT pelo adiamento da audiência e suspensão do referido processo até o julgamento do IUJ e do referido Agravo de Petição.

Os réus concordam com o requerimento do acordo.

Por medida de cautela e segurança jurídica, entendo plausível o requerimento de suspensão do feito, pelo que fica deferido o prazo de 120 dias.

Os réus alegam que o julgamento do IUJ e do AP poderão mudar os termos das defesas, razão pela qual requerem a designação de nova audiência inaugural, que resta deferido.

Designada para **nova audiência inicial a data de 31/03/04, às 13.30 horas.** Cientes os presentes, de que deverão comparecer, sob pena de aplicação do Art. 844, CLT.

Proceda a Secretaria à inclusão ao pólo passivo da parte REGINA FERREIRA DA SILVA E OUTROS.

Audiência suspensa às 14:39 horas.

Nada mais.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

Juiz(a) do Trabalho

ReclamanteReclamado

Advogado(a) do RecteAdvogado(a) do Recdo

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA

Diretor(a) da Secretaria

Processo: 00576-2003-009-10-00

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00

RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)

RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 31 de março de 2004, na sala de sessões da Eg. 09ª VARA DO TRABALHO DE DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) TAMARA GIL ALVES PORTUGAL, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 13:30 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceu(ram) o(s) reclamante(s) acompanhado(s) do(a) Procurador Dr(a). JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO - OAB Nº PRT 10 REG/DF.

Compareceu o Subprocurador do Distrito Federal, Dr. OSIRES DE AZEVEDO LOPES NETO, OAB/DF 8265.

Compareceu o preposto do(a) 2º reclamado(a), Sr(a). EROTIDES VIEIRA LIMA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). CARLANE TORRES GOMES DE SÁ -OAB Nº 6363/DF.

Compareceu o representante legal do sindicato, Sr. FRANCISCO ALVES DE SOUZA, acompanhado do advogado, DR. ANTÔNIO ALVES FILHO, OAB/DF 4972.

Compareceram o grupo de empregados, representados pela Sra. Regina Freitas da Silva, acompanhados do advogado, Dr. HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO, OAB/DF 2599.

As partes, em comum acordo, requerem o adiamento da audiência por 90 dias ante a possibilidade de realização de acordo, bem como no aguardo das decisões mencionadas na ata anterior.

Defere-se.

O I. Procurador do MP requer a reconsideração do deferimento do litisconsórcio passivo necessário em relação ao grupo de empregados representados por Regina Freitas da Silva, juntando aos autos Acórdãos e argumentando que a matéria encontra-se assentada em jurisprudência, no sentido de ser incabível a figura do litisconsórcio passivo necessário em Ação Civil Pública.

Vista aos interessados por 5 dias, a partir de 01/04/04.

Após, venham os autos conclusos para apreciação do requerimento do *Parquet*.

A audiência inicial fica adiada para o dia 30/06/04 às 15h30, cientes os presentes, mantidas as cominações do art. 844 da CLT.

Audiência encerrada às 14:04 horas.

Nada mais.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

Juiz(a) do Trabalho

Autor Distrito Federal

Advogado(a) do Reete

Preposto do 2º reclamado

Advogado do 2º reclamado

Representante do sindicato

Advogado do Sindicato

Regina Ferreira da Silva e outros

Advogado

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA

Diretor(a) da Secretaria

Processo: 00576-2003-009-10-00

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00

RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)

RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 30 de junho de 2004, na sala de sessões da Eg. 09ª VARA DO TRABALHO DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) RUBENS CORBO, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 15:27 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceu(ram) o(s) a Procuradora do Ministério Público Dr(a) MARIA BEATRIZ ALMEIDA BRANDT

Compareceu o procurador do Distrito Federal, Dr. OSIRES DE AZEVEDO LOPES NETO, OAB/DF 8265.

Compareceu o preposto do(a) 2º reclamado(a), Sr(a). EROTIDES VIEIRA LIMA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). CARLANE TORRES GOMES DE SÁ -OAB Nº 6363/DF.

Compareceu o representante legal do sindicato, Sr. FRANCISCO ALVES DE SOUZA, acompanhado do advogado, DR. ANTÔNIO ALVES FILHO, OAB/DF 4972.

Compareceram o grupo de empregados, representados pela Sra. Regina Freitas da Silva, acompanhados do advogado, Dr. HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO, OAB/DF 2599.

Conciliação rejeitada.

Informando os presentes, que prosseguem as tratativas de acordo já iniciadas anteriormente, defiro o requerimento comum das partes para suspensão do feito por mais 60 dias.

Redesigno para **nova audiência inicial a data de 15/09/04, às 13:30 horas.** Cientes os presentes, mantidas as cominações anteriores.

Audiência suspensa às 15:36 horas.

Nada mais.

RUBENS CORBO

Juiz(a) do Trabalho

ReclamanteReclamado

Advogado(a) do RecteAdvogado(a) do Recdo

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA

Diretor(a) da Secretaria

Processo: 00576-2003-009-10-00

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00
RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)
RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 6 de agosto de 2004, na sala de sessões da Eg. 090 VARA DO TRABALHO TRABALHO DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) TAMARA GIL ALVES PORTUGAL, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 08:35 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceu(ram) o(s) a Procuradora do Ministério Público Dr(a) JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO.

Compareceu o procurador do Distrito Federal, Dr. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES NETO, OAB N1 8265/DF

Compareceu o preposto do(a) 21 reclamado(a), Sr(a). EROTIDES VIEIRA LIMA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). CARLANE TORRES GOMES DE SÁ - OAB N1 6363/DF.

Compareceu o representante legal do sindicato, Sr. GERSOMAR ANTONIO RABELO COSTA, acompanhado do advogado, DR. ANTÔNIO ALVES FILHO, OAB/DF 4972.

Compareceram o grupo de empregados, representados pela Sra. Regina Freitas da Silva, acompanhados do advogado, Dr. HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO, OAB/DF 2599.

Conciliação rejeitada.

Compareceu a esta audiência a Associação Beneficiente do empregados de transportes coletivos do DF - ABEM,o representada pela Sra.SONIA TORRES DE BARROS, acompanhado do advogado Dr.MARIO JOSE LEONARDO DE SOUZA, OAB N1 9797, requerendo intervenção no feito e apresentando representação de contestação.

O Ministério Público diz concordar com a intervenção da ABEM, vez que representa os empregados da TCB.

Pedido será apreciado em sentença.

Defesas escritas, com documentos. Vista ao(s) reclamante(s) por 10 dias (CPC, Art. 372), a contar de 16/08/04.

As partes declaram não terem mais provas a produzir. Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais.

Conciliação final, rejeitada.

Designada para julgamento sine die.

Audiência suspensa às 08:53 horas.

Nada mais.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

Juiz(a) do Trabalho

JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO
Ministério Público do Trabalho

Reclamante

Procurador do DF

Advogado(a) do Recte

201 Reclamado

Advogado(a) do Recdo

Representante Legal do Sindicato

Representante do grupo de empregos

Advogado(a) do grupo de empregados

Representante da ABEM

Advogado(a) da ABEM

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA
Diretor(a) da Secretaria

Ata de Reunião realizada em 31 de março de 2005 referente ao Processo nº 576/2003

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2005 às 15h30min.. realizou-se na Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal uma reunião com a presença da Líder do Governo na Câmara Distrital, Deputada Anilcéia Machado, e o líder do Partido Progressista na Câmara Distrital, Deputado Brunelli, dos Administradores das Empresas Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB Dr. Mário Hissashi Ikeziri, das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA Sra. Erli Sabino de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento do Planalto – CODEPLAN Sra. Meire Mohn e Clemir Marcio Rodrigues e da Transporte Coletivo de Brasília – TCB Dr. Jair Baptista Lopes , do Advogado da TCB, do advogado representante dos trabalhadores da TCB, da assessoria jurídica do gabinete do Deputado Brunelli, do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta e Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal - Sindser e da Comissão representativa dos trabalhadores das Empresas, com a finalidade de buscar solução definitiva que assegure os empregos dos trabalhadores das empresas envolvidas no Processo Nº 576/2003, cujo Acordo firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público do Trabalho, não foi homologado pela Justiça do Trabalho . Esse acordo possibilitava o aproveitamento na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, dos empregados das empresas mencionadas acima. Sob a presidência do Deputado Brunelli este interveio informando sobre a reunião do dia 18/03/2005 mantida com o Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, a Secretária de Gestão Administrativa Maria Cecília Landim, a Líder do Governo Anilcéia Machado , o SINDSER e a Comissão dos Trabalhadores. O Deputado informou de sua preocupação com esta situação, manteve seu compromisso de solução que assegure a manutenção dos empregos desses trabalhadores públicos. Em seguida, deu a palavra à Deputada Anilcéia Machado que interveio demonstrando a preocupação do governo com a atual situação dos trabalhadores e afirmando que a disposição do Governo do Distrito Federal em efetivar o acordo demonstra sensibilidade do Poder Executivo na direção da defesa dos empregos e, que se somava às propostas que advirem dessa reunião no sentido de dar bom termo à essa inquietante situação tanto para os trabalhadores como para suas famílias. Dando continuidade aos trabalhos foi realizada pelos advogados presentes uma avaliação técnica desse processo e da possibilidade de modificação do parecer judicial . Apesar das partes interessadas já terem entrado com recurso, a avaliação dos advogados é de que, dificilmente, o parecer atual da Justiça do Trabalho seja modificado, levando-se em conta sua sustentação e os exemplos já julgados à nível do Supremo Tribunal Federal. E que, os prazos de transcurso de processo desse nível é de curta duração. Estimou-se que entre 06 (seis) a 08 (oito) meses já tenhamos finalização desse processo à nível do STF. A seguir cada representante das Empresas interveio na mesma linha de preocupação e, por consensualidade dos presentes foi proposta a formação de uma Comissão Técnica composta por 02 (dois) representantes de cada empresa que se dispõem num prazo de 60 (sessenta) dias, à partir da sua homologação , apresentar ao governo soluções que garantam os empregos dos trabalhadores envolvidos nesse processo. Foi consensual também, que passem a compor essa Comissão 01 (um) representante da

Secretaria de Governo, 01 (um) representante da Secretaria de Gestão Administrativa e 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Mário Hissashi Ikeziri,
SAB

Meire Mohn

e

Clemir Marcio Rodrigues
CODEPLAN

Erli Sabino de Oliveira
CEASA

Jair Baptista Lopes
TCB

Comissão

Pela SAB
Rene Ferreira mat. 1005-7 _____
Maria Luiza da Silva mat. 3155.0 _____

Pela Ceasa
Jusmar Chaves mat. 222 _____
Francisco das Chaves do Vale mat. 262 _____

Pela Codeplan
Meire Mohn mat. 1175-4 _____
Clemir Marcio Rodrigues mat. 2009-5 _____

Pela TCB
Erotides Vieira Lima mat. 49796-7 _____
Mauro Sérgio Barbosa mat. 51139-0 _____

Pelo Sindser
Cely Maria Leal mat. 00003751-6 _____

Pela Comissão das Empresas
Marco Antônio Ferreira mat. 1284-X _____

Dra. Carlane Torres Gomes de Sá OAB-DF 6363 _____
Chefe da Assessoria Jurídica da TCB

Dr. Sérgio Ferreira Viana OAB-DF 9797 _____
Advogado dos Trabalhadores da TCB

Dr. Carlos A. S. Magalhães OAB-AC 2072 _____
Assessoria Jurídica do gabinete do Deputado Brunelli

_____ _____

Deputado Brunelli **Deputada Anilcéia Machado**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

9ª VARA DO TRABALHO
RECEBIDO
05 AGO 2004

Ofício nº 277/GP

Brasília, 04 de agosto de 2004.

Senhor Juiz,

Na qualidade de Presidente desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, comunico a esse Juízo, que, juntamente com a Deputada Anilcéia Machado, Líder do Governo, e o Deputado Brunelli, Líder do PP, recebi a Comissão criada pela Portaria nº 223, de 23.07.2004, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do DF, com o propósito de subsidiar o acordo previsto nos Autos da Ação Civil Pública nº 576-2003-003-10-00, da 9ª Vara do Trabalho de Brasília.

Cabe-me, na oportunidade, informar-lhe que, a partir desta data, esta Casa estará intercedendo junto ao GDF com o propósito de concretizar a proposta de acordo formalizada pelo Ministério Público do DF, em 20.08.2003.

Diante do exposto, e para o êxito dessa negociação, torna-se imprescindível que a data da audiência anteriormente designada por esse Juízo para 15.09.2004, às 13:30 h. seja mantida.

Certo de que Vossa Excelência bem saberá aquilatar a importância desse pleito, aproveito a oportunidade para apresentar as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **BENÍCIO TAVARES**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor FERNANDO GABRIEL BERNARDES
MM. Juiz Presidente da 9ª Vara do Trabalho
BRASÍLIA/DF

Exmo. Sr. Juiz Presidente da 9º Vara do Trabalho de Brasília DF.

Associação Beneficente dos Empregados em Transportes de Coletivos no Distrito Federal – ABEM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.618.223/001-17, estabelecida na SGON – Quadra 06 Bloco A – Brasília DF., atuando como substituto processual dos servidores arrolados em anexo através de seu advogado infra-assinado (m.j), vem, à presença de Vossa Excelência, consubstanciada no que dispõe de forma subsidiária o art. 50 e seguintes, do Código de Processo Civil, propor

Intervenção de Terceiro

nos autos da Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região), que tramita por essa *r.* Vara do Trabalho, sob o nº 0576-2003-009-10-00, em desfavor do Distrito Federal (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa), a seguir às razões de fato e de direito que entende suficientes à condenação da Improcedência, da presente.

Preliminarmente:

Litispendência

Como se depreende da inicial, o MPT ingressou com Ação Civil Pública, com o mesmo objeto, esta que se encontra na fase de execução nos autos que tramita na 3ª Vara do Trabalho, sob o nº 977/1997.

E, diante deste fato argui nesta oportunidade, consubstanciado no que dispõe o art. 301, item I, do Código de Processo Civil, a litispendência, devendo a presente ser extinta sem julgamento do mérito, de acordo com o disposto no item V, do art. 267, do mesmo diploma legal.

No Mérito

Resumo da Demanda

Em síntese, o autor afirma que em 24-07-1997, ajuizou Ação Civil Pública em desfavor da TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, requerendo a anulação de contrato de trabalho de funcionários daquela autarquia, que haviam sido admitidos após o advento da Constituição Federal de 1988, sem que houvesse realização de concurso público. Referida ação, tramitou na 3ª Vara do Trabalho, e, seus pedidos foram julgados procedentes em parte, encontrando-se em fase de execução.

Afirma, ainda, que o GDF não cumpriu a determinação judicial, eis que, não atendeu ao julgamento em sua integralidade quando através de uma manobra legislativa, poupou de demissão, 145 (cento e quarenta e cinco) servidores da TCB, através do Decreto nº 23.082, que determinava suas transferências ao quadro de servidores do Distrito Federal.

E, que, através de processo investigatório àquela Procuradoria, apurou a irregularidade nas aludidas contratações, e diante da violação do instituto Constitucional do Concurso Público, ingressou com a presente ACP para que de forma definitiva, fossem anuladas as contratações dos mencionados servidores.

Portanto, merece ser julgada improcedente a presente Ação Civil Pública, face às razões de fato e de direito, que passa a aduzir:

Dos Fatos

Os substituídos são servidores da ativa, concursados e admitidos antes do advento da Constituição Federal de 1988, da TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília.

Diz o Ministério Público do Trabalho, que o alvo da presente é a anulação dos contratos de 145 (cento e quarenta e cinco) servidores que foram admitidos em principio na TCB, sem a realização de concurso público, e, que para se eximir do cumprimento de decisão dessa especializada, o Distrito Federal, através do Decreto nº 23.082, manteve as aludidas contratações os transferindo para os quadros da administração direta.

Sem adentrar no mérito da atitude do Distrito Federal, em relação aos mencionados 145 (cento e quarenta e cinco) servidores, os ora substituídos, nada tem haver com a aludida manobra, pois, todos são devidamente concursados e admitidos em data anterior a 05-10-1988, porém, por terem sido redistribuídos nos quadros do GDF, devido à liquidação da TCB, constaram no mencionado Decreto, que por via de conseqüência estão sendo penalizados e na iminência de serem demitidos.

E, se esse juízo não observar esta diferença, e acatar ao pedido do autor, produzirá profundas marcas no quadro social de Brasília, pois, estará de forma injusta colocando na rua, quase dois mil trabalhadores.

Os trabalhadores, ora substituídos, já estão nos quadros do GDF há quase 20 (vinte) anos, e, desempregados jamais poderão competir no mercado de trabalho devido à média de idade de cada um, além de desestabilizar a máquina administrativa do GDF, que deverá suportar este déficit em sua mão de obra.

Salienta-se, ainda, que não se tratam de cargos com altos salários, pois, em sua maioria motoristas que se mantiveram nos quadros do GDF com o mesmo regime jurídico do seu contrato primitivo, o que afasta hipóteses de futuras equiparações de salários.

Do Direito

Da Legitimidade da Associação.

A Autora é entidade associativa representativa, atuando como substituta processual dos servidores arrolados em anexo.

A legitimação para figurar no pólo ativo de ações coletivas, em que estejam envolvidos interesses da categoria, é ponto pacífico no ordenamento jurídico pátrio.

Ocorre, na espécie, o fenômeno da substituição processual, que confere ao sindicato ou associações de classe, legitimidade ad causam extraordinária, nos termos preconizados pela segunda parte do artigo 6°, do Código de Processo Civil, verbis:

> **"Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei."**

A Constituição Federal faculta à associação Autora, nesta condição, a defesa dos interesses individuais ou coletivos de sua categoria, tanto na esfera administrativa quanto na judicial:

> **"Art. 8°. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: . . ."**
>
> **III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; (...)."**

Ainda que evidenciado o permissivo legal da atuação do sindicato como substituto processual, na defesa de direitos/interesses coletivos ou individuais de seus filiados, a Lei n° 8.073/90 reforçou a tese, verbis:

> **"Art. 3°. As entidades poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria."**

Ademais, convém referir que, conforme entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, a substituição processual pelo sindicato ou associação é ampla, prescindindo da autorização exigida aos entes associativos em geral pelo artigo 5°, XXI da Constituição Federal e abrangendo toda a categoria, independentemente da

filiação sindical. É o que se depreende da decisão proferida pelo Órgão Pleno daquele tribunal:

> **"Estipulando o art. 8°, III, da Constituição, que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas, não parece, efetivamente, possível, na espécie, deixar de reconhecer-lhe legitimidade para pleitear, como o faz, na defesa do direito da categoria de servidores a que se refere a inicial, em ordem a lograrem condições de auferir as vantagens funcionais decorrentes da isonomia de vencimentos indicada na peça introdutória. Distinta é a situação das entidades associativas, cuja legitimidade para representar seus filiados, judicial e extrajudicialmente, depende de expressa autorização." STF. Pleno. MI 3475/400. Relator: Ministro Néri da Silveira. Julgado em 07.05.93."**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acompanha tal entendimento:

> **"CONSTITUCIONAL. ENTIDADES SOCIATIVAS. SINDICATO. A Constituição da República enuncia: as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (art. 5°, XXI); o art. 8°, III, enuncia: ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. A primeira regra é geral, a segunda, especial. Os sindicatos estão dispensados de autorização expressa dos filiados para ingresso em juízo. A causa de pedir, por sua vez, cumpre narrar direito da categoria, ou seja, de todos os sindicalizados, ou parte deles." STJ. 6ª T. RESP 117931. Relator: Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro. Publicado no DJ de 25.05.98.**
>
> **" . . . o sindicato não depende de autorização expressa de seus filiados para propor ação coletiva destinada a defesa dos direitos e interesses da categoria que representa, a teor da jurisprudência uníssona deste Superior Tribunal de Justiça e do Pretório Excelso (MS n° 4256/DF, Corte Especial – STJ; MS n° 22.132/RJ, Tribunal Pleno – STF). (...)."STJ. 5ª T. RESP 233802. Relator: Ministro Gilson Dipp. Publicado no Dj de 06.12.99."**

Como se pode observar, incontestável é a prerrogativa, no instrumento processual em tela, da associação ou sindicato pleitearem, em nomes próprios, direitos da categoria por eles representada. Ante a autorização legal, a entidade sindical Autora atua como substituta processual dos servidores arrolados em anexo na presente demanda.

Da Constilegalidade do ato

Sobre a presente matéria, em idêntico caso o Supremo Tribunal Federal, ao examinar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713, que pedia a inconsistência jurídica da Lei nº 10.549/02, que transformava os cargos de Assistentes Jurídicos da AGU em Advogados da União, assim se manifestou, *verbis:*

> **"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 11 E PARÁGRAFOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 43, DE 25.06.2002, CONVERTIDA NA LEI Nº 10.549, DE 13.11.2002. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE JURÍDICO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO EM CARGOS DE ADVOGADO DA UNIÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 131, CAPUT; 62, § 1º, III; 37, II E 131, § 2º, TODOS DA**

> **CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Preliminar de ilegitimidade ativa ad causam afastada por tratar-se a Associação requerente de uma entidade representativa de uma categoria cujas atribuições receberam um tratamento constitucional específico, elevadas à qualidade de essenciais à Justiça. Precedentes: ADI nº 159, Rel. Min. Octavio Gallotti e ADI nº 809, Rel. Min. Marco Aurélio. Presente, de igual modo, o requisito da pertinência temática, porquanto claramente perceptível a direta repercussão da norma impugnada no campo de interesse dos associados representados pela autora, dada a previsão de ampliação do Quadro a que pertencem e dos efeitos daí decorrentes. Não encontra guarida, na doutrina e na jurisprudência, a pretensão da requerente de violação ao art. 131, caput da Carta Magna, uma vez que os preceitos impugnados não afrontam a reserva de lei complementar exigida no disciplinamento da organização e do funcionamento da Advocacia-Geral da União. Precedente: ADI nº 449, Rel. Min. Carlos Velloso. Rejeição, ademais, da alegação de violação ao princípio do concurso público (CF, arts. 37, II e 131, § 2º). É que a análise do regime normativo das carreiras da AGU em exame apontam para uma racionalização, no âmbito da AGU, do desempenho de seu papel constitucional por meio de uma completa identidade substancial entre os cargos em exame, verificada a compatibilidade funcional e remuneratória, além da equivalência dos requisitos exigidos em concurso. Precedente: ADI nº 1.591, Rel. Min. Octavio Gallotti. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente." (grifei)**

Observe-se, que o aproveitamento dos substituídos não foi fruto de transformação de cargos, não se admitiu novos empregos no quadro do Distrito Federal, não se detectou o uso da máquina administrativa para fins políticos, e sim um meio racional de reenquadrar os servidores dentro da nova realidade da administração do Governo do Distrito Federal.

Oportuna, ainda, a transcrição de outro julgado do STF, que considerou constitucional o ato que reaproveitou no quadro da administração pública, o pessoal que teve seus cargos extintos

> **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA LIMINAR. EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS E APROVEITAMENTO DE SEUS OCUPANTES EM CARREIRA DISTINTA. UTILIZAÇÃO DO TERMO "APROVEITAMENTO" NA SUA ACEPÇÃO VULGAR . CARACTERIZAÇÃO DE PROVIMENTO DERIVADO - ASCENSÃO -. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 037 , 0II , E 041 , § 003 °, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL . 1. Aproveitamento dos titulares de cargos extintos - Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito , Exator e Escrivão de Exatoria - em classes de nova carreira - Auditor Fiscal da Receita Estadual 00I , 0II , III e 0IV - cujas atribuições não coincidem com as anteriores . Forma de provimento derivado - ascensão funcional - banida do ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988 (artigo 037 , 0II). 2. O aproveitamento a que se refere o § 003 ° do artigo 041 da Carta Federal supõe cargos disponíveis com atribuições coincidentes com as dos cargos extintos . 3. Os titulares dos cargos extintos de nível médio não estão habilitados a ser aproveitados em cargos de nível superior . Precedente: ADI 1030 , CARLOS VELLOSO (DJ DE 13.12.96). 4. Comprometimento das violações aos artigos 037 , 0II , e 041 , § 003 °, da Constituição Federal, com a totalidade da lei (Cfr. RP 1379 . Moreira Alves, DJ de 11.09.87). Deferida a medida liminar. Suspensão, com efeito ex tunc , da vigência da Lei Complementar nº 189 , de 17 de janeiro de 2000 , do Estado de Santa Catarina, até o julgamento final da ação . /# - Mérito /# Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº**

189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octávio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente. /#

Do Pedido

Seja acatada a preliminar argüida, e, conseqüentemente julgada extinta sem apreciação do mérito, porém, caso assim Vossa Excelência não entenda, no mérito é de se concluir, portanto, no que diz respeitos aos funcionários da TCB, que ingressaram em seus quadros via concurso público e admitidos anteriormente a 05-10-1988, sejam mantidos como funcionários do Distrito Federal, pois, mesmo com as transferências devido à liquidação da referida autarquia, estão exercendo os mesmos cargos e funções, com os mesmos patamares salariais a que foram admitidos.

Além do elevado saber jurídico, que lhe é peculiar, pugna a interveniente, pela sentimento social e de justiça de Vossa Excelência, pois, sendo procedente o pedido do Ministério Público, incorrerá na demissão de quase dois mil pais de famílias, além do que, restará ao Distrito Federal, de recorrer à danosa contratação de empresas terceirizadas em caráter de urgência, para suprir o conseqüente déficit no quadro de funcionários do GDF, até que convoque concurso público para o preenchimento das vagas, o que também acarretará em despesas para o erário, atingindo o contribuinte.

Espera, pois, esta Associação na qualidade de legitima representante destes funcionários, na qualidade constitucional de substituto processual, serem acatados os seus argumentos, e dessa maneira seja feita à verdadeira Justiça.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, inclusive pelo depoimento pessoal do representante do Ministério Público do Trabalho, para que no final, sejam os pedidos formulados na inicial julgados improcedentes.

Dá-se a presente, meramente para efeitos fiscais o valor de R$ 100,00 (cem reais).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília DF., 06 de agosto de 2.004.

Sérgio Ferreira Viana
OAB/DF nº 9.797

Correlatos

- Vara do Trabalho
- Tribunal

Ação Civil Pública

Processo nº: 00576-2003-009-10-00-0

Distribuição	**Objeto**
10/06/2003	CONCESSAO DE LIMINAR ETC..

Reclamante	MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)
Advogado	BRASILINO SANTOS RAMOS
Reclamado	DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)
Advogado	OSIRIS DE AZEVEDO LOPES NETO
2º Reclamado	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA TCB
Advogado	CARLANE TORRES GOMES DE SA
3º Reclamado	REGINA FERREIRA DA SILVA E OUTROS
Advogado	HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO

Decisões

[illegible]/2005 -

Andamentos

Data do andamento	**Andamento**	**Data do evento**	**Hora do evento**
04/10/2005	recurso ordinário interposto pelo reclamado		
04/10/2005	petição	04/10/2005	
29/09/2005	prazo/vista	26/09/2005	
26/09/2005	mandado devolvido		
21/09/2005	prazo/vista	26/09/2005	
20/09/2005	mandado devolvido		
14/09/2005	prazo/vista	30/09/2005	
06/09/2005	rejeitados		
31/08/2005	conclusos		
16/08/2005	petição		
16/08/2005	petição	15/08/2005	
02/08/2005	remetido ao TRT em grau de recurso ordinário		
01/08/2005	aguardando revisão para remessa ao TRT		
14/07/2005	petição		
14/07/2005	devolvido à secretaria da vara		
14/07/2005	petição	14/07/2005	
08/07/2005	mandado devolvido		
05/07/2005	carga		
28/06/2005	prazo/vista	25/07/2005	
23/06/2005	aguardando intimação		
22/06/2005	recurso ordinário interposto pelo reclamado		
22/06/2005	petição	21/06/2005	
20/06/2005	prazo/vista	30/06/2005	
15/06/2005	mandado devolvido		
10/06/2005	prazo/vista	30/06/2005	
06/06/2005	mandado devolvido		
01/06/2005	prazo/vista	10/06/2005	
25/05/2005	aguardando intimação		
25/05/2005	rejeitados		

22/05/2005	conclusos			
09/05/2005	mandado devolvido			
09/05/2005	embargos declaratórios do reclamante			
09/05/2005	devolvido à secretaria da vara	09/05/2005		
25/04/2005	aguardando expedição de mandado			
18/04/2005	prazo/vista	29/04/2005		
15/04/2005	devolvido à secretaria da vara			
05/04/2005	conclusos			
05/04/2005	petição	04/04/2005		
05/04/2005	petição	04/04/2005		
28/03/2005	prazo/vista	29/03/2005		
15/03/2005	mandado devolvido			
09/03/2005	recurso ordinário interposto pelo reclamado			
07/03/2005	embargos declaratórios do reclamado			
01/03/2005	petição			
23/02/2005	julgado procedente em parte	23/02/2005		
27/01/2005	audiência de julgamento	23/02/2005	17.59	
17/01/2005	conclusos			
14/10/2004	audiência de julgamento sem efeito	27/01/2005	17.30	
26/08/2004	audiência de julgamento sem efeito	14/10/2004	11.30	
25/08/2004	devolvido à secretaria da vara			
16/08/2004	carga			
06/08/2004	audiência "sine die"			
05/08/2004	ofício recebido			
29/07/2004	audiência inaugural	06/08/2004	08.30	Inteiro teor
30/06/2004	audiência inaugural sem efeito	15/09/2004	13.30	
31/03/2004	audiência inaugural	30/06/2004	15.30	Inteiro teor
18/03/2004	aguardando intimação			
05/03/2004	conclusos			
24/11/2003	audiência inaugural	31/03/2004	13.30	Inteiro teor
18/08/2003	audiência inaugural	24/11/2003	13.30	Inteiro teor
23/07/2003	devolvido à secretaria da vara			
21/07/2003	conclusos			
15/07/2003	audiência inaugural	18/08/2003	13.45	Inteiro teor
14/07/2003	mandado devolvido			
11/07/2003	mandado expedido			
03/07/2003	devolvido à secretaria da vara			
01/07/2003	carga			
27/06/2003	mandado devolvido			
18/06/2003	aguardando expedição de mandado			
18/06/2003	audiência inaugural sem efeito	17/07/2003	13.30	
16/06/2003	conclusos			

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CONSELHO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
55ª REUNIÃO ESTRAORDINÁRIA

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

PROCESSO Nº : 030.004.330/2004
INTERESSADOS : Empregados da TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN
ASSUNTO : Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT/DF
RELATORA : MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM

O Plenário do Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH, em sua 55ª Reunião Extraordinária, datada de 06 de outubro de 2004, aprovou, por unanimidade, o Parecer apresentado pela Conselheira-Relatora, MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM, nos termos consubstanciados às fls. 93/97 dos autos, observado o que se segue:

a) o Governo do Distrito Federal se compromete a encaminhar Mensagem à Câmara Legislativa, revogando as Leis nº 2.681, de 2001, e nº 2.989, de 2002, como prova cabal de que não mais aplicará as disposições ali contidas;

b) o Governo do Distrito Federal fará a inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB, CODEPLAN na Tabela de Empregos em Extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681, de 2001 e 2.989, de 2002;

c) com relação aos empregados da TCB, CEASA, SAB, e CODEPLAN, admitidos sem concurso público no período de 05/10/88 a 03/11/92, em face do disposto na Decisão do Colendo Superior Tribunal Federal no MS 22357-0, de 04/06/04, do Tribunal Pleno, a Ação Civil Pública prosseguirá até o trânsito em julgado, e

d) o Ministério Público do Trabalho desistirá da Ação Civil Pública em relação a todos os empregados da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos antes de 05/10/88, sem concurso público,e em relação aos admitidos posteriormente a esta data, via concurso público.

Encaminhe-se o presente processo à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal nos termos propostos.

Brasília, 06 de outubro de 2004.

MARIA CECÍLIA S.S LANDIM
CONSELHO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
PRESIDENTE

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Processo: Nº 020.003612/2003
Interessados: Empregados da TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN
Assunto: Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF (Regularização – situação empregados)

Senhores Conselheiros,

Retorna para apreciação deste CPRH, o Processo em referência, dada a proposta protocolada na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA, em 23 de agosto de 2004, oriunda da Comissão criada pela Portaria SGA Nº 223, de 23 de julho de 2004, e composta de representantes dos empregados da TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, e coordenada por representante da SGA.

2. O Processo em análise contêm proposta do Ministério Público do Trabalho, objeto da Ação Civil Pública nº 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogênios, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal.

3. A ação judicial argüi inconstitucionalidade das Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001 e nº 2.989, de 11 de junho de 20002, e, por conseqüência, dos Decretos nº 22.322, de 13 de agosto de 2001 e nº 23.082, de 4 de julho de 2002, que promoveram a assunção, pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, dos contratos de trabalho de empregados públicos de empresas em fase de liquidação, reestruturação ou extinção, no âmbito do Distrito Federal.

4. Todavia, o Ministério Público propõe ao Governo do Distrito Federal a desistência do feito desde que sejam cumpridas as seguintes exigências:

a) dispensa, pelo Governo do Distrito Federal, imediatamente após a homologação do acordo judicial, de todos os empregados transferidos da administração indireta para a direta que não ingressaram mediante concurso público, após 05 de outubro de 1988;
b) os empregados admitidos através de concurso público e anteriormente vinculados à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, à Sociedade de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA e à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, passarão a integrar Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção, nas mesmas funções e com a mesma remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681, de 2001, e alterações;
c) o Governo do Distrito Federal não mais aplicará as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, e nº 2.989, de 11 de junho de 2002, bem como seus Decretos

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

regulamentadores, em processos de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta.

5. Esse Processo já foi apreciado pelo CPRH, em sessão realizada no dia 22 de setembro de 2003, que entendeu, naquele momento, que não se deveria aceitar o Acordo proposto pelo Ministério Público do Trabalho uma vez que considerou-se que os procedimentos adotados pelo Governo do Distrito Federal estavam em perfeita consonância com os dispositivos legais em vigor.

6. A Comissão criada pela Portaria SGA Nº 223/2004 apresentou o documento intitulado "Proposta da Comissão dos Trabalhadores das Empresas referentes ao Processo Nº 00576-2003-009-10-00" (que passa a constar deste Processo), elaborado, exclusivamente, pelos representantes dos empregados, que, após um extenso histórico sobre o assunto assume a proposta, constante da página 6, do referido documento, e que se repete a seguir:

"Nós trabalhadores Públicos não podemos continuar com essa situação de permanente insegurança. Demos o melhor de nossas energias ao serviço público e não podemos permitir nem muito menos aventar que os 20, 25, 30 e 35 anos de serviços prestados pela maioria dos trabalhadores dessas empresas sejam colocados em risco em razão de um grupo que está no Serviço Público de forma irregular. Nesse sentido propomos

a) Assinatura imediata do Acordo de Conciliação elaborado pelo Ministério Público do Trabalho;
b) Após a assinatura do Acordo de conciliação, que o GDF proceda o imediato apostilamento de todos os trabalhadores públicos das empresas: TCB, CEASA, CODEPLAN E SAB, investidos regularmente da condição de trabalhador público;
c) Manutenção de todos os direitos preconizados pela CLT, direitos adquiridos e Acordos Coletivos de Trabalho;
d) Que a Comissão dos representantes das empresas, instituída pela portaria Nº 223/SGA de 23 de julho de 2004, referendados pelas respectivas Assembléias dos trabalhadores, continue sendo o elo de ligação, de diálogo dos interesses dos trabalhadores junto ao GDF;
e) Confecção imediata de forma paritária de um Plano de Cargos e Salários para todos os empregados públicos das empresas envolvidas nesse processo."

7. Relativamente ao assunto, entendo oportuno ressaltar que por força do advento da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, foram criados empregos públicos no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal a serem ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, exigindo, dentre outros requisitos, admissão por concurso público em data posterior a 05 de outubro de 1988 ou admissão em data anterior a 5 de outubro de 1988, em perfeita harmonia com os dispositivos constitucionais disciplinados no art. 37 da Carta Magna.

Engaje-se no Programa de Melhoria de Atendimento ao Cidadão – DF CIDADÃO

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441-4101 – 441-4102 – Fax: 224-8011

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

8. Posteriormente, editou-se a Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, que, além de modificar o art. 1º da Lei nº 2.681, de 2001, alterou o marco da exigência do concurso público para 03 de novembro de 1992, tendo como fundamento a data de julgamento da ADIN Nº 231-7/RJ (DJU de 13 de novembro de 1992) pela Suprema Corte, da Decisão nº 7065/93 e o contido nos Ofícios-Circulares GP nº 013/92 e nº 004/94.

9. A alteração procedida pela Lei nº 2.989, de 2002, ensejou a citada Ação Civil Pública, sendo objeto de proposta de acordo, sobre a qual passo a tecer as seguintes considerações.

10. Nos itens 2 e 3 daquele documento, o Ministério Público se manifesta no sentido de que concordaria, hoje, com a transferência dos empregados da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, Central de Abastecimento do Distrito Federal e da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, com base nas disposições objeto do exame, desde que, em processos de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta não se promovessem novos ingressos na Tabela de empregos do Distrito Federal, com base nos citados diplomas.

11. Ressalte-se, por oportuno, que a modificação promovida na Lei nº 2.681, de 2001, pela superveniência da Lei nº 2.989, de 2002, dá o fundamento jurídico para a permanência dos empregados e a continuidade de sua aplicação, porque baseada em decisões da Suprema Corte e orientação do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

12. Assim, pelas razões expostas nos itens anteriores, proponho ao Conselho de Política de Recursos Humanos a aprovação de sugestão no sentido de:

> a) o Governo do Distrito Federal apresentar contra-proposta, nos termos a seguir indicados, fundada no entendimento do Ministério Público do Trabalho que entende ter a Lei nº 2.681, de 2001, uma transitoriedade no tocante à constitucionalidade, pois, segundo entendimento daquele órgão, o referido regramento pode ser aplicado por um determinado período:
> a.1) o Governo do Distrito Federal se compromete e encaminhar Mensagem à Câmara Legislativa, revogando as Leis nº 2.681, de 2001, e nº 2.989, de 2002, como prova cabal de que não mais aplicará as disposições ali contidas; e
> a.2) o Governo do Distrito Federal fará a inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos até 03 de novembro de 1992, na Tabela de Empregos em Extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681, de 2001.

Engaje-se no Programa de Melhoria de Atendimento ao Cidadão – DF CIDADÃO

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441-4101 – 441-4102 – Fax: 224-8011

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

13. Aprovada a sugestão ora proposta, encaminhe-se a Decisão deste Conselho à Procuradoria Geral do Distrito Federal para apresentação da supramencionada contra-proposta ao Ministério Público do Trabalho.

Brasília, 21 de setembro de 2004

MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

Engaje-se no Programa de Melhoria de Atendimento ao Cidadão – DF CIDADÃO

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441-4101 – 441-4102 – Fax: 224-8011

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Processo: Nº 030.004.330/2004
Interessados: Empregados da TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN
Assunto: Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF (Regularização – situação empregados)

Senhores Conselheiros,

Em 22 de setembro de 2003, foi submetido a este Conselho o Processo nº 020.003612/2003 que trata de proposta de Acordo apresentado pelo Ministério Público do Trabalho no contexto da Ação Civil Pública nº 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Intèresses Individuais e Homogênios, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal.

2. A ação judicial argüi inconstitucionalidade das Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001 e nº 2.989, de 11 de junho de 20002, e, por conseqüência, dos Decretos nº 22.322, de 13 de agosto de 2001 e nº 23.082, de 4 de julho de 2002, que promoveram a assunção, pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, dos contratos de trabalho de empregados públicos de empresas em fase de liquidação, reestruturação ou extinção, no âmbito do Distrito Federa, em face do disposto no inc. II do art. 37 da Constituição Federal, que determina que a investidura em cargo público só pode ocorrer por concurso público.

3. O Ministério Público do Trabalho, em julho de 2003, apresentou proposta ao Governo do Distrito Federal de desistência do feito desde que fossem cumpridas as seguintes exigências:

a) dispensa, pelo Governo do Distrito Federal, imediatamente após a homologação do acordo judicial, de todos os empregados transferidos da administração indireta para a direta que não ingressaram mediante concurso público, após 05 de outubro de 1988;

b) os empregados admitidos através de concurso público e anteriormente vinculados à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, à Sociedade de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA e à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, passarão a integrar Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção, nas mesmas funções e com a mesma remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681, de 2001, e alterações;

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

c) o Governo do Distrito Federal não mais aplicará as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, e nº 2.989, de 11 de junho de 2002, bem como seus Decretos regulamentadores, em processos de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta.

4. Naquela oportunidade, este Conselho acatou proposta , embasada nos entendimentos das Secretarias de Gestão Administrativa e de Transportes, no sentido de que, naquele momento, não se deveria aceitar o Acordo proposto pelo Ministério Público do Trabalho uma vez que considerou-se que os procedimentos adotados pelo Governo do Distrito Federal estavam em perfeita consonância com os dispositivos legais em vigor.

5. Posteriormente, representantes dos empregados das empresas públicas TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN pleitearam a constituição de uma comissão para apresentar proposta visando solução do assunto, o que veio a ser atendido conforme Portaria SGA Nº 223/2004.

6. Como resultado, foi apresentado documento intitulado "Proposta da Comissão dos Trabalhadores das Empresas referentes ao Processo Nº 00576-2003-009-10-00" (que passa a constar deste Processo), elaborado, exclusivamente, pelos representantes dos empregados, que, após um extenso histórico sobre o assunto assume a proposta, constante da página 6, do referido documento, e que se repete a seguir:

"Nós trabalhadores Públicos não podemos continuar com essa situação de permanente insegurança. Demos o melhor de nossas energias ao serviço público e não podemos permitir nem muito menos aventar que os 20, 25, 30 e 35 anos de serviços prestados pela maioria dos trabalhadores dessas empresas sejam colocados em risco em razão de um grupo que está no Serviço Público de forma irregular. Nesse sentido propomos

a) Assinatura imediata do Acordo de Conciliação elaborado pelo Ministério Público do Trabalho;
b) Após a assinatura do Acordo de conciliação, que o GDF proceda o imediato apostilamento de todos os trabalhadores públicos das empresas: TCB, CEASA, CODEPLAN E SAB, investidos regularmente da condição de trabalhador público;
c) Manutenção de todos os direitos preconizados pela CLT, direitos adquiridos e Acordos Coletivos de Trabalho;
d) Que a Comissão dos representantes das empresas, instituída pela portaria Nº 223/SGA de 23 de julho de 2004, referendados pelas respectivas Assembléias dos trabalhadores, continue sendo o elo de ligação, de diálogo dos interesses dos trabalhadores junto ao GDF;
e) Confecção imediata de forma paritária de um Plano de Cargos e Salários para todos os empregados públicos das empresas envolvidas nesse processo."

7. Além do documento referido no item anterior, foi recebido pela SGA requerimento subscrito pela servidora Regina Ferreira da Silva, representando empregados oriundos da TCB e integrantes

Engaje-se no Programa de Melhoria de Atendimento ao Cidadão – DF CIDADÃO

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441-4101 – 441-4102 – Fax: 224-8011

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

da Tabela de Empregos em extinção do Distrito Federal, administrado pela referida Pasta, no qual reivindica a manutenção do entendimento firmado sobre o não acatamento do Acordo proposto pelo Ministério Público, aguardando-se o julgamento final.

8. Considerando que está prevista nova audiência no próximo dia 14/10/2004, e após exame das propostas apresentadas pelos servidores, referidas nos itens 6 e 7, retro, evidencia-se urgente e inadiável a manifestação do Governo do Distrito Federal.

9. Entendo oportuno ressaltar que, por força do advento da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, foram criados empregos públicos no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal a serem ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, exigindo, dentre outros requisitos, admissão por concurso público em data posterior a 05 de outubro de 1988 ou admissão em data anterior a 5 de outubro de 1988, em perfeita harmonia com os dispositivos constitucionais disciplinados no art. 37 da Carta Magna.

10. Posteriormente, editou-se a Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, que, além de modificar o art. 1º da Lei nº 2.681, de 2001, alterou o marco da exigência do concurso público para 03 de novembro de 1992, tendo como fundamento a data de julgamento da ADIN Nº 231-7/RJ (DJU de 13 de novembro de 1992) pela Suprema Corte, da Decisão nº 7065/93 e o contido nos Ofícios-Circulares GP nº 013/92 e nº 004/94.

11. A alteração procedida pela Lei nº 2.989, de 2002, ensejou a citada Ação Civil Pública, sendo objeto de proposta de acordo, sobre a qual passo a tecer as seguintes considerações.

12. Nos itens 2 e 3 daquele documento, o Ministério Público se manifesta no sentido de que concordaria, hoje, com a transferência dos empregados da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, Central de Abastecimento do Distrito Federal e da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, com base nas disposições objeto do exame, desde que, em processos de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta não se promovessem novos ingressos na Tabela de empregos do Distrito Federal, com base nos citados diplomas.

13. Por outro lado, no item 1 do mesmo documento, o MP pretende a demissão de empregados admitidos no período de 6/10/1988 a 3/11/1992 que, no caso da TCB, já integram a Tabela de Empregos do Distrito Federal. Tais empregados tiveram assegurado o direito à inclusão naquela Tabela, com fundamento na redação dada ao art. 1º da Lei 2.681 pela Lei 2.989, de 2002 e que, no nosso entendimento, propicia o fundamento jurídico para a permanência dos mesmos na mencionada Tabela de Empregos, porque baseada em decisões da Suprema Corte e orientação do Tribunal de Contas do Distrito Federa, citadas no item 10 supra.

Engaje-se no Programa de Melhoria de Atendimento ao Cidadão – DF CIDADÃO

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441-4101 – 441-4102 – Fax: 224-8011

14. Vê-se, portanto, que o Ministério Público, alegando que deve se evitar a demissão em massa de empregados das empresas mencionadas, apresenta proposta em que desiste do feito, aceitando por conseguinte o ingresso daqueles empregados na Tabela de Empregos do Distrito Federal, sem a exigência de novo concurso público, desde que tenham sido admitidos até 05 de outubro de 1988, mediante compromisso do Governo do Distrito Federal no sentido de que, a partir da assinatura do acordo , não mais aplicar as leis objeto da Ação Civil.

15. Partindo-se dessa premissa, entendo que deve ser apresentada contra-proposta ao Ministério Público, nos termos adiante indicados, visando que o mesmo aceite o entendimento do Colendo Tribunal de Contas do Distrito Federal, tomando por base a data do julgamento da Adin nº 231-7/RJ (DJU de 13.11.92) pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, impugnou as contratações eventualmente efetivadas, sem observância de concurso público, somente a partir de 03 de novembro de 1992, conforme Ofícios-Circulares GP 13/92 e 004/94 e Decisão 7065/93, que serviu de precedente para inúmeras outras da Corte de Contas do Distrito Federal, o que assegurará a permanência de todos os empregados oriundos da TCB na Tabela de Empregos do Distrito Federal, dando-se o mesmo tratamento aventado pelo Ministério Público, evitando-se a demissão de mais de uma centena de servidores admitidos no período de 5/10/88 a 3/11/92, com base nos argumentos apresentados pelo MP.

16. Também, sugiro que na contra-proposta o GDF se comprometa a encaminhar à Câmara Legislativa projeto-de-lei revogando as leis ora enfocadas, logo após a inclusão dos empregados originários da CEASA, SAB e CODEPLAN na Tabela de Empregos do Distrito Federal,observadas as regras dispostas naqueles diplomas legais.

17. Assim, pelas razões expostas nos itens anteriores, proponho ao Conselho de Política de Recursos Humanos a aprovação de sugestão no sentido de o Governo do Distrito Federal apresentar contra-proposta ao Ministério Público do Trabalho, nos termos a seguir indicados:

a) o Governo do Distrito Federal se compromete a encaminhar Mensagem à Câmara Legislativa, revogando as Leis nº 2.681, de 2001, e nº 2.989, de 2002, como prova cabal de que não mais aplicará as disposições ali contidas;

b) o Governo do Distrito Federal fará a inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN na Tabela de Empregos em Extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681, de 2001 e 2.989, de 2002;

c) Com relação aos empregados da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos sem concurso público no período de 05/10/88 a 03/11/92, em face do disposto na Decisão do Colendo Superior Tribunal Federal no MS 22357-0, de 04/06/04, do Tribunal Pleno, a Ação Civil Pública prosseguirá até o trânsito em julgado;

Folha Nº .....
Processo Nº .....
Rubrica .....

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

d) O Ministério Público do Trabalho desistirá da Ação Civil Pública em relação a todos os empregados da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos antes de 05/10/88, sem concurso público, e em relação aos admitidos posteriormente a esta data via concurso público.

18. Em sendo aprovada a sugestão ora proposta, devem os autos ser encaminhados à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal para apresentação da supramencionada contra-proposta ao Ministério Público do Trabalho.

Brasília, 06 de outubro de 2004

MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa
Presidente do CPRH

PROCESSO Nº : 030.004.330/2004
INTERESSADOS : Empregados da TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN
ASSUNTO : Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT/DF
RELATORA : MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM

O Plenário do Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH, em sua 55ª Reunião Extraordinária, datada de 06 de outubro de 2004, aprovou, por unanimidade, o Parecer apresentado pela Conselheira-Relatora, MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM, nos termos consubstanciados às fls. 93/97 dos autos, observado o que se segue:

a) o Governo do Distrito Federal se compromete a encaminhar Mensagem à Câmara Legislativa, revogando as Leis nº 2.681, de 2001, e nº 2.989, de 2002, como prova cabal de que não mais aplicará as disposições ali contidas;

b) o Governo do Distrito Federal fará a inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB, CODEPLAN na Tabela de Empregos em Extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681, de 2001 e 2.989, de 2002;

c) com relação aos empregados da TCB, CEASA, SAB, e CODEPLAN, admitidos sem concurso público no período de 05/10/88 a 03/11/92, em face do disposto na Decisão do Colendo Superior Tribunal Federal no MS 22357-0, de 04/06/04, do Tribunal Pleno, a Ação Civil Pública prosseguirá até o trânsito em julgado, e

d) o Ministério Público do Trabalho desistirá da Ação Civil Pública em relação a todos os empregados da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos antes de 05/10/88, sem concurso público,e em relação aos admitidos posteriormente a esta data, via concurso público.

Encaminhe-se o presente processo à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal nos termos propostos.

Brasília, 06 de outubro de 2004.

MARIA CECÍLIA S.S LANDIM
CONSELHO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
PRESIDENTE

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RÉUS: 1°) DISTRITO FEDERAL e **2°) SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB**
ASSISTENTES: 1°) SINDSER - SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIREITA FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DF, 2°) REGINA DE FREITAS SILVA E OUTROS e **3°) ABEM - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES COLETIVOS NO DISTRITO FEDERAL**

A T A D E A U D I Ê N C I A

Aos 23 dias do mês de fevereiro do ano 2005, às 17:59 horas, na sala de audiências da **9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF**, com a presença da Exma. Juíza do Trabalho **DRª TAMARA GIL ALVES PORTUGAL**, realizou-se a sessão de julgamento da **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** onde são litigantes as partes em epígrafe.

Aberta a audiência, por ordem da MM. juíza, foram apregoadas as partes, que se encontravam ausentes, sendo proferida a seguinte:

S E N T E N Ç A

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ajuizou Ação Civil Pública em face do DISTRITO FEDERAL e da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB, pelos fatos e fundamentos jurídicos elencados na peça exordial. Postulou, em corolário, o exposto às fls. 11/13 dos autos. Atribuiu à causa o valor de R$ 10.000,00. Juntou documentos.

Medida liminar proferida à fl. 50 dos autos.

Regularmente notificados, os réus compareceram na audiência inaugural, onde, conjuntamente com o autor requereram a suspensão do feito para tentativa de acordo.

Ingressaram no pólo passivo, como assistentes simples dos réus o SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIREITA FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DF - SINDSER, o grupo de empregados não concursados representados por REGINA FERREIRA DA SILVA (fl. 236/237) e por fim a ABEM - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES COLETIVOS NO DISTRITO

FEDERAL.

Em audiência, recebidas as defesas e sem outras provas, encerrou-se a instrução processual, dando-se vista ao Ministério Público do Trabalho, que se manifestou nos termos da petição de fls. 523/538.

Razões finais remissivas.

Impossível a conciliação.

Às fls. 547/548 foi juntada petição de acordo parcial.

É o relatório.

DECIDO.

F U N D A M E N T A Ç Ã O

1. DAS PRELIMINARES

1.1 DO CHAMAMENTO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO

O Distrito Federal requereu em sua defesa o chamamento dos empregados públicos alcançados pelos pedidos formulados na exordial, ao argumento de haver litisconsórcio passivo necessário.

Porém, a questão já foi suscitada e resolvida através da decisão de fls. 236/237, que os acolheu como assistentes simples.

Assim, superada a prefacial.

1.2 DA INCOMPETÊNCIA

O Distrito Federal argüiu a incompetência desta Vara para resolver acerca dos 111 (cento e onze empregados) contratados entre 05.10.88 e 03.11.92, sem concurso público, vez que caberia à MM. 3ª Vara do Trabalho de Brasília, nos autos da ACP nº 977/97, onde declarou a nulidade de todos os contratos de trabalho celebrados sem prévia aprovação em concurso público.

Não lhe assiste razão, porém.

Ocorre que nos autos da referida ação, restou decidido, conforme termos transcritos na fl. 379, que a situação tratada desafiaria medida judicial própria e autônoma, já que os estritos termos da sentença ali proferida foram cumpridos pela TCB, tratando-se agora de nova vinculação ao Distrito Federal.

Assim, no tocante à nova vinculação com o Distrito Federal a competência é desta Vara e a questão

será apreciada nessa decisão, juntamente com a de todos os outros empregados transferidos para o DF, inclusive concursados e admitidos sem concurso antes da CF/88.

Porém, em sendo declarada a nulidade dos contratos desses 111 empregados com o DF e se houver retorno destes à TCB por ato dos réus, a questão há de ser dirimida nos autos da ACP 977/97 da MM. 3ª VTB, vez que neste caso afrontaria a autoridade da coisa julgada naquela ação.

Assim, afasto a preliminar em tela, devendo ficar bem claro que o que se discute nesses autos é a nulidade da transferência dos empregados da TCB para o DF e não nulidade dos contratos desses mesmos empregados com a TCB, questão já tratada e decidida na ACP 977/97.

Também sem razão os assistentes REGINA FREITAS DA SILVA E OUTROS ao alegar a incompetência em razão da matéria, apontando para a Justiça Comum a competência para julgar o presente feito, vez que é inegável tratar-se de matéria adstrita à esta especializada (empregos públicos) e também à atuação do Ministério Público do Trabalho.

Por fim, afasto também a preliminar de incompetência, suscitada pela TCB (fl. 276) ao argumento de que, de acordo com o art. 102 INCISO I da CF/88, a Justiça do Trabalho não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, pois o controle difuso de constitucionalidade permite que tal ocorra, de forma incidental.

1.3 DA LITISPENDÊNCIA E DA COISA JULGADA

A TCB, na condição de parte e o SINDSER, a ABEM e REGINA FREITAS DA SILVA E OUTROS, na condição de assistentes, levantam, em suas defesas, preliminar de litispendência e coisa julgada, aduzindo que a matéria tratada na presente ação é a mesma ventilada na ACP nº 977/97 da MM. 3ª Vara do Trabalho de Brasília.

De fato, o pedido formulado pelo *parquet* em relação à TCB é que seja declarada a nulidade de todos os contratos irregulares mantidos pela empresa face à inobservância do art. 37, II, da CF/88, assinando-se prazo para a rescisão, sob pena de pagamento de multa.

Realmente tal pretensão, no que tange à TCB, já foi determinada nos autos da ACP nº 977/97, sendo que, em caso de descumprimento, caberá ao MPT executar a multa perante a MM. 3ª Vara do Trabalho de Brasília.

Vale salientar que a decisão da MM 3ª Vara do Trabalho de Brasília não acolheu a pretensão do Ministério Público do Trabalho, apenas por entender que o contrato ali tratado deixou de ser com a TCB, passando para o Distrito Federal, o que desafiaria uma nova prestação jurisdicional, esta sim, objeto desta ação, a fim de decidir sobre a nulidade dos contratos firmados com o Distrito Federal, com base na Lei nº 2.681 de 15/01/01, alterada pela Lei nº 2.989 de 11/06/2002.

Assim, havendo coisa julgada em relação à TCB, nos termos do inciso V do art. 267, do CPC declaro extinto o processo sem julgamento do mérito, em relação ao pedido de declaração da nulidade dos contratos firmados com a TCB, após o advento da CF/88, sem concurso público.

Prossegue a ação em relação aos demais pedidos, mantendo-se a TCB no pólo passivo em virtude de que, em sendo declarada a nulidade da transferência dos seus empregados ao quadro do Distrito Federal, deverá a empresa recebê-los de volta na condição de real empregadora, sofrendo, assim, os efeitos da decisão.

1.4 DA LEGITIMIDADE DA TCB

A TCB argumenta ser parte ilegítima para estar na presente ação como parte. Porém, considerando que a TCB deverá arcar com eventuais efeitos da sentença, vez que a transferência de seus empregados para o DF contou com sua efetiva participação, deverá permanecer no pólo passivo.

Quanto ao tema, vale transcrever o verbete 10/2004 da súmula de jurisprudência uniforme do TRT da 10ª Região.

"SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB. SUCESSÃO. DECRETO Nº 22.322/01. Para que ocorra sucessão trabalhista, é mister que uma unidade econômica-jurídica de uma empresa se traslade para outra sem solução de continuidade na prestação dos serviços. Mesmo tratando-se de empresas concessionárias de serviço público, a sucessão trabalhista somente se configura pelo adimplemento destas condições. Evidenciado que a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB, empresa pública do Distrito Federal, a despeito do que estabelece o Decreto nº 22.322/01, permanece explorando a mesma atividade empresarial e na direção dos serviços de seus empregados, não há que se falar em sucessão. Patente, pois, a legitimidade da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB para figurar no pólo

passivo das ações movidas por seus empregados." Publicado no DJ-3 em 01.06.04

2. DO MÉRITO

2.1 DO AJUSTE DE CONDUTA

Na exordial requer o Ministério Público do Trabalho, pelo exercício do controle difuso de constitucionalidade, a declaração da inconstitucionalidade da Lei nº 2.681 de 15/01/2001, posteriormente alterada pela Lei nº 2.989 de 11/06/2002 e dos Decretos Regulamentadores nº 22.322/2001 e 23.082/2002, que autorizaram a transferência de empregados da TCB para o quadro de empregados públicos do Distrito Federal, vez que em frontal contradição ao disposto no art. 37, II, da Constituição Federal, que exige a prévia aprovação em concurso público para ingresso na carreira pública.

Requereu, outrossim, a declaração da nulidade dos os contratos irregulares mantidos pelo Distrito Federal com os empregados listados no documento de nº 03, designando-se prazo para que sejam rescindidos, sob pena de multa diária.

Conforme se observa às fls. 547/548, o *parquet* firmou Termo de Ajuste de Conduta em juízo onde ficou previsto que o GDF fará a inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, que tenham sido admitidos antes de 05/10/88 sem concurso público, ou, após esta data, com aprovação em concurso, para a Tabela de Empregos em Extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores.

Além disso, o Distrito Federal se comprometeu perante o Ministério Público do Trabalho a revogar as Leis nº 2.682 de 15/01/01 e Lei nº 2.989 de 11/06/02 e Decretos nº 22.322 de 13/08/01 e 23.082 de 04/07/02.

Ao lecionar acerca do Termo de ajuste de conduta firmado perante o Judiciário, afirma Raimundo Simão de Melo, *in* Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho, LTr, pág. 87: ***"A finalidade do termo de ajuste de conduta do inquirido às exigências legais é a solução do litígio, no menor prazo possível, mediante a prevenção ou reparação do bem lesado ou ameaçado de lesão. (...) desde que não transacione o direito metaindividual discutido, o que, inclusive, será observado pelo MP, como fiscal da lei e pelo próprio juiz, quando da homologação do ajuste. (...) cabendo ao***

juiz homologá-lo ou não, conforme se convença do preenchimento dos requisitos indispensáveis à sua validade - cumprimento integral da reparação e estabelecimento de cominação."

Pois bem. Considerando que o ajuste entre as partes, no entender deste juízo, fere direitos metaindividiais, vez que autoriza a transferência de empregados da administração indireta, ainda que concursados ou admitidos sem concurso antes de 1988, para os quadros da administração pública direta, impossível homologá-lo, vez que tal procedimento é vetado pelo art. 37, II, da CF/88 que exige concurso público para ingresso na administração pública direta, sendo certo que o concurso deve ser específico para cada ente público e para cada cargo a ser ocupado, não podendo ocorrer incorporação ou transferência de empregados do quadro de pessoal de empresa pública ou sociedade de economia mista em vias de liqüidação, privatização ou extinção ao quadro da administração direta, autárquica ou fundacional.

Destarte, impossível para este órgão judiciário deixar-se sensibilizar pelo interesse de um grupo específico de empregados públicos para com isso legitimar o desrespeito ao ordenamento jurídico, abrindo com isso perigoso antecedente.

Além disso, quanto ao compromisso assumido pelo Distrito Federal em revogar leis e decretos, em caso de descumprimento, seria criada uma situação teratológica, vez que o judiciário teria que, pelas vias executivas, obrigar o Poder Executivo a revogar atos normativos, quando bem se sabe que tal conduta está adstrita à discricionariedade do administrador, o que tornaria inexeqüível o acordo.

Assim sendo, deixo de homologar o acordo firmado entre as partes.

2. 2 DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N° 2.681 DE 15/01/01, DA LEI N° 2.989 DE 11/06/2002, DECRETO N° 22.322 DE 13/08/2001 E DECRETO N° 23.082 DE 05/07/2002

Assiste razão ao Ministério Público do Trabalho, pois de fato são inconstitucionais as Leis Distritais n° 2.681/01 e n° 2.989/02, bem como os Decretos 22.322/01 e 23.082/02 que dispõem sobre "Remanejamento do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB para a Tabela de Empregos do Distrito Federal".

Isto porque o art. 37, II, da CF/88 exige concurso público para o ingresso na administração pública, concurso este que deve ser específico para cada órgão e para cada cargo ou emprego público a ser ocupado, não se admitindo o aproveitamento proposto.

Neste sentido diversos julgados do Supremo Tribunal Federal, conforme podemos conferir a seguir:

ADI 2689 / RN - RIO GRANDE DO NORTE
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. ELLEN GRACIE
Rel. Acórdão
Julgamento:09/10/2003
Orgão Julgador: Tribunal Pleno
Publicação: DJ DATA-21-11-2003 PP-00008 EMENT VOL-02133-03 PP-00401
Ementa

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PAR. 3° DO ART. 4° DA LEI COMPLEMENTAR N° 233/2002, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **TRANSFERÊNCIA OU APROVEITAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA ESTADUAIS EM LIQUIDAÇÃO PARA CARGOS OU EMPREGOS DE ENTIDADES E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. EXIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO. ART. 37, II DA CF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.** NORMA INTRODUZIDA POR EMENDA PARLAMENTAR. INICIATIVA DE LEI RESERVADA AO PODER EXECUTIVO. VEDAÇÃO DE EMENDA QUE IMPORTE NO AUMENTO DA DESPESA PREVISTA. A hipótese em questão não se encontra abarcada pelo disposto no art. 19, caput do ADCT, que só concedeu a estabilidade excepcional aos servidores públicos da administração direta, autárquica e das fundações públicas, ficando excluídos, dessa forma, os empregados das sociedades de economia mista. **Conforme sedimentada jurisprudência deste Supremo Tribunal, a vigente ordem constitucional não mais tolera a transferência ou o aproveitamento como formas de investidura que importem no ingresso de cargo ou emprego público sem a devida realização**

de concurso público de provas ou de provas e títulos. Precedentes: ADI nº 1.350, Rel. Min. Celso de Mello e ADI nº 231, Rel. Min. Moreira Alves. Inconstitucionalidade formal do dispositivo impugnado, tendo em vista tratar-se de matéria atinente à organização do regime de pessoal do Estado, ocupando-se de tema de interesse de setor específico do funcionalismo estadual, cuja elaboração normativa, sem a iniciativa do Governador, afronta a reserva legislativa àquele atribuída pelo art. 61, § 1º, II, c, da CF. Precedente: ADI nº 805, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.
Observação
Votação: unânime.
Resultado: procedente a Ação Direta para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 4º da Lei Complementar 233, de 17.04.2002, do Estado do Rio Grande do Norte.
Acórdãos citados: ADI-231, ADI-805, ADI-1350.
N.PP.:(12). Análise:(MSA). Revisão:(RCO).
Inclusão: 18/05/04, (SVF).
Alteração: 19/05/04, (NT).
Partes
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADVDOS. : PGE-RN NIVALDO BRUM VILAR SALDANHA E OUTRO
REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADI 656 / RS - RIO GRANDE DO SUL
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO
Julgamento: 03/10/2002 Órgão Julgador: Tribunal Pleno
Publicação: DJ DATA-31-10-2002 PP-00019 EMENT VOL-02089-01 PP-00035
EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TRANSFERÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. C.F., art. 37, II. Lei 9.117/90, do Rio Grande

do Sul, parág. único do art. 4°. I. - Impossibilidade de provimento de cargos e empregos públicos mediante transferência e aproveitamento, dado que a Constituição Federal exige , para a investidura, aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. C.F., art. 37, II. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.
Observação
Votação: unânime.
Resultado: procedente para declarar a inconstitucionalidade do
parágrafo único do artigo 4° da Lei n° 9117 de 1990, do
Estado do Rio Grande do Sul.
Acórdãos citados: ADI-89 (RTJ-150/341), ADI-483
(RTJ-136/528), ADI-2364.
N.PP.:(09). Análise:(VAS). Revisão:(RCO).
Inclusão: 14/08/03, (MLR).
Partes
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVDO. : GABRIEL PAULI FADEL
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REQDO. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADI 637 / MA - MARANHÃO
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE
Julgamento:25/08/2004
Órgão Julgador: Tribunal Pleno
Publicação: DJ DATA-01-10-2004 PP-00009 EMENT VOL-02166-01 PP-00047

EMENTA: 1. Concurso público: não mais restrita a sua exigência ao primeiro provimento de cargo público, reputa-se ofensiva do art. 37, II, CF, toda modalidade de ascensão de cargo de uma carreira ao de outra, a exemplo do

"aproveitamento" e "acesso" de que cogitam as normas impugnadas (§§ 1° e 2° do art. 7° do ADCT do Estado do Maranhão, acrescentado pela EC 3/90). 2. Processo legislativo dos Estados-membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal - entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis -, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. 3. Processo legislativo: reserva de iniciativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria concernente a servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas.
Observação
Votação: Unânime.
Resultado: Procedente.
Acórdãos citados: ADI-88 (RTJ-175/387), ADI-89
(RTJ-150/341), ADI-231 (RTJ-144/24), ADI-483, ADI-580;
RTJ-115/18, RTJ-115/47, RTJ-124/883.
Veja Informativo do STF-358.
N.PP.:(10). Análise:(PCC). Revisão:(JBM).
Inclusão: 26/01/05, (PCC).
Partes
REQTE.: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHAO

ADI 1677 / DF - DISTRITO FEDERAL
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MOREIRA ALVES
Julgamento:03/02/2003
Órgão Julgador: Tribunal Pleno
Publicação: DJ DATA-28-03-2003 PP-00061
EMENT VOL-02104-01 PP-00124

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei n° 1.626, de 11 de setembro de 1997, do Distrito Federal. - Já se firmou o entendimento desta Corte no sentido de que, também em face da atual Constituição, as normas básicas da Carta Magna Federal sobre o

processo legislativo, como as referentes às hipóteses de iniciativa reservada, devem ser observadas pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal. - No caso, a lei distrital em causa não só cria, por transformação, cargos, mas também trata de seu provimento, sem que sua iniciativa tivesse partido do Governador do Distrito Federal, o que ofende o disposto nas letras "a" e "c" do inciso II do § 1° do artigo 61 da Carta Magna Federal. - Por outro lado, procede, também, a argüição de inconstitucionalidade material do artigo 3° da mesma Lei distrital, porquanto ele determina que, nos novos cargos de fiscal tributário, haja o aproveitamento dos servidores dos cargos extintos de técnico tributário, sem, portanto, a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos como exige, para a investidura, que não mais se limita à primeira, de cargo ou emprego público, o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição, que, nesse ponto, a Emenda Constitucional n° 19/98 o manteve como redigido originariamente, razão por que pode servir de parâmetro para a aferição da inconstitucionalidade em causa. Ação direta de inconstitucionalidade que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei n° 1.626, de 11 de setembro de 1997, do Distrito Federal.
Observação
Votação: unânime.
Resultado: procedente.
N.PP.:(13). Análise:(DMV). Revisão:(FLO).
Inclusão: 10/09/03, (MLR).
Partes
REQTE. : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
ADVDOS. : MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO E OUTRO
REQDA. : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Pelo exposto, declaro inconstitucionais as Leis Distritais n° 2.681/01 e n° 2.989/02, bem como

os Decretos 22.322/01 e 23.082/02 que dispõem sobre "Remanejamento do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB para a Tabela de Empregos do Distrito Federal", vez que representam burla ao art. 37, II, da CF/88.

Vale salientar que do contrário, além da esdrúxula mudança de empregador e da pretensa sucessão de empregadores, já rechaçada pelo Verbete nº 10 do nosso Egrégio Regional (acima transcrito), o que certamente ocorreria após a liqüidação, extinção ou privatização da TCB, seria o aproveitamento desses empregados, p.ex. motoristas, cobradores, mecânicos, etc, em funções outras, possivelmente administrativas, cuja habilidade desses empregados não fora testada em concurso público, o que, evidentemente prejudicaria toda uma coletividade de trabalhadores que almejam uma vaga no quadro de funcionários do Distrito Federal e que poderiam, inclusive, apresentar mais habilidade e melhor servir a sociedade.

Assim, em que pese o interesse dos empregados das empresas e sociedades de economia mista que podem ser prejudicados por uma eventual liqüidação, extinção ou privativazação da entidade patronal, não é possível priorizar tais interesses em detrimento do interesse de toda uma coletividade de trabalhadores e da própria sociedade.

Ressalto, outrossim, que o fato do DF ser o maior sócio da TCB não autoriza que transfira aos seus quadros empregados públicos, em afronta aos ditames constitucionais, vez que a administração pública é regida pelos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade.

A respeito da Proposta de Emenda Constitucional nº 59-A citada na defesa dos assistentes REGINA FREITAS DA SILVA E OUTROS, impossível acolher o pedido de suspensão do feito, pois não existe previsão legal para isso, devendo o juiz julgar a lide de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

2.3 DA NULIDADE DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E OS EMPREGADOS NOMEADOS NO DOCUMENTO Nº 03 DOS AUTOS

Tendo em vista a inconstitucionalidade das Leis Distritais nº 2.681/01, nº 2.989/02, bem como os Decretos 22.322/01 e 23.082/02, ora declarada de forma incidental, ratifico os termos da liminar concedida, para determinar que o DF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB ou qualquer outra

empresa pública ou sociedade de economia mista em processo de liqüidação, privatização ou extinção para os quadros da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do DF e declaro a nulidade do ato de transferência e, por conseguinte, de todos os contratos irregulares firmados com os empregados nomeados no documento nº 03, juntado com a inicial, fixando o prazo de 120 dias para que sejam rescindidos, retornando os trabalhadores à total responsabilidade da real empregadora, *in casu,* a TCB.

Vale ressaltar, não assistir razão ao SINDSER ao alegar que ao abranger outras empresas na obrigação de não-fazer, as quais não foram chamadas ao pólo passivo, o MPT quer dar efeito de ação direta de inconstitucionalidade a uma declaração incidental. Isto não ocorre, pois, a obrigação de não-fazer é oriunda da inconstitucionalidade declarada de forma incidental, devendo ser cumprida pelo Distrito Federal, não sendo necessário o chamamento dessas empresas ao pólo passivo.

Assim, repita-se, a inconstitucionalidade declarada visou um provimento específico. O fato de outras empresas em processo de liqüidação, extinção ou privatização não terem sido chamadas ao pólo passivo não prejudica a pretensão, vez que a obrigação de não-fazer deve ser cumprida pelo Distrito Federal, que é parte na ação, lembrando-se que a decisão adotada em Ação Civil Pública gera efeitos *erga omnes*, atingindo, por via oblíqua, interesses particulares, o que não significa, porém, que todo e qualquer interessado deva compor o pólo passivo da ação.

Quanto ao argumento de que o aproveitamento dos concursados revela eficiência e agilidade do administrador público e diminuição de custos para contratação, paz social e manutenção de empregos, como já dito, impossível a este juízo deixar-se sensibilizar pelo interesse de alguns trabalhadores, em detrimento do interesse de toda uma coletividade deles, bem como deixar prevalecer um interesse imediatista do Distrito Federal e com isso criar um perigoso precedente que desafia a manutenção da atual ordem jurídica.

Em caso de descumprimento das obrigações de fazer e não-fazer ora entabuladas, incidirá contra o Distrito Federal multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para cada empregado envolvido, que reverterá ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No tocante aos empregados que sequer prestaram concurso para a TCB após a promulgação da

CF/88, a decisão na ACP nº 977/97, da MM. 3ª Vara do Trabalho de Brasília já determinou a imediata rescisão dos contratos pela TCB, sem fazer qualquer ressalva em relação aos mantidos com base em ato do Tribunal de Contas do DF. Assim, a nulidade da transferência desses empregados aos quadros do DF e o eventual retorno dos mesmos ao quadro da TCB por ato da TCB afronta àquela r. decisão, logo, não deve ocorrer. A argumentação das partes e assistentes no sentido de que aqueles que foram admitidos sem concurso até 03.11.92 de acordo com ato da Corte de Contas do Distrito Federal, que fundamentou a promulgação da Lei nº 2.989/02, deveria ter sido discutida naqueles autos e se não foi, não pode ser suscitada nesta oportunidade, muito menos em ação diversa.

É importante que fique bem claro, mais uma vez, que o objetivo dessa ação é a declaração da nulidade da transferência de todo e qualquer empregado público, inclusive os concursados ou admitidos sem concurso antes da promulgação da CF/88, e com maior razão aos que jamais prestaram concurso público, para o quadro da administração pública direta.

Assim, na presente ação, o que se declara é que são nulos todos os contratos entre os empregados constantes do doc. nº 03 e o Distrito Federal, independentemente de estarem em situação regular ou irregular perante a TCB.

Em função desta decisão, devem ser desconsiderados todos os documentos denominados "APOSTILAMENTO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO", mencionados na defesa da TCB, permanecendo esta na condição de empregadora.

Ressalto, por fim, que caso ao cumprir essa decisão, tornando nula a transferência de todos os empregados da TCB para o DF, a TCB mantenha em seus quadros aqueles 111 empregados, essa questão há de ser tratada na ACP 977/97 como descumprimento da decisão ali adotada.

C O N C L U S Ã O

Face ao exposto declaro a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com relação ao pedido de declaração da nulidade dos contratos firmados com TCB, após o advento da CF/88, sem concurso público, nos termos do inciso V do art. 267, do CPC face à coisa julgada material e julgo **PROCEDENTES EM PARTE** as postulações do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** em face do

DISTRITO FEDERAL e da **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB**, para:

1°) de forma incidental, declaro inconstitucionais as Leis Distritais n° 2.681/01 e n° 2.989/02, bem como os Decretos 22.322/01 e 23.082/02 que dispõem sobre "Remanejamento do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB para a Tabela de Empregos do Distrito Federal";

2°) condeno o Distrito Federal a abster-se de transferir qualquer empregado da TCB ou qualquer outra empresa pública ou sociedade de economia mista em processo de liqüidação, privatização ou extinção para os quadros da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do DF;

3°) declaro a nulidade do ato de transferência dos empregados relacionados no documento n° 03 e, por conseguinte, de todos os contratos irregulares firmados com estes empregados com amparo nas Leis Distritais n° 2.681/01 e n° 2.989/02 e Decretos 22.322/01 e 23.082/02;

4°) condeno o Distrito Federal a rescindir, no prazo de 120 dias após o trânsito em julgado desta decisão, os contratos firmados com os empregados relacionados no documento n° 03, retornando os trabalhadores à total responsabilidade da real empregadora, *in casu*, a TCB;

5°) fixo, em desfavor do Distrito Federal, para o caso de descumprimento das obrigações de fazer e não-fazer previstas nos itens 2° e 4° supra, multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para cada empregado envolvido, que reverterá ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Tudo nos termos da fundamentação supra, que aqui se integra para todos os efeitos legais.

Custas processuais, pelos reclamados, no importe de R$ 200,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 10.000,00.

Observe-se a remessa *ex officio*, nos termos do DL n° 779/69.

Intimem-se as partes e assistentes.

E, para constar, foi digitada a presente ata, que vai assinada na forma da lei.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL
Juíza do Trabalho

URGENTE

OF. Nº 004/2004 /ASSAB

Brasília DF, 18 de maio de 2004

Ilustríssimo Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
MD- Secretário de Estado do Governo

Estamos encaminhando, em anexo, Memorial contendo documentos relativos ao Processo Nº 00576-2003-009-10-00-0 da 9ª Vara do Trabalho de Brasília- Distrito Federal, relativo a Ação Civil Pública com pedido de Liminar, ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10º Região, contra o Distrito Federal – Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Este processo objetiva a anulação de todos os contratos de trabalho dos Empregados da TCB, firmados após 05 de outubro de 1988, o impedimento da transferência de todos os empregados da TCB, SAB, CODEPLAN e CEASA para o GDF, como também a **inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 de janeiro de 2001, Lei 2.989 de 11 de junho de 2002, e dos Decretos nº 22.322 de 15 de agosto de 2001 e nº 23.082 de 05 de julho de 2002.** Esta situação, se concretizada, colocará em risco os empregos de cerca de 3.500 (três mil e quinhentos) trabalhadores públicos das empresas acima mencionadas.

Diante disso, solicitamos a efetivação da Comissão composta por representantes da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, da Procuradoria do Distrito Federal e da Comissão de Trabalhadores das Empresas, assumido por Vossa Excelência em Audiência em 29 de março de 2004, para solucionar esta questão.

Reafirmamos a urgência de uma solução que contemple a manutenção dos empregos desses trabalhadores públicos, visto que, o prazo pactuado com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Distrito Federal e a Comissão dos Trabalhadores, se esgota em 30 de junho de 2004, data de realização da Audiência inicial da Justiça do Trabalho.

Atenciosamente,

A Comissão dos Empregados Públicos das Empresas

Maria Luiza da Silva (SAB 346-7174)

Samuel Ludovico Mariano (TCB 479-3058)

João Carlos Barcelar (CODEPLAN 225-2511)

José Ubiraci Lobo de Souza (CEASA 363-1209)

SEG
RECEBIDO
Em 21/05/04
Hs 10:58hs

Proposta da Comissão dos Trabalhadores das Empresas referente ao Processo Nº. 00576-2003-009-10-00

Introdução

Os membros da Comissão constituída pela Portaria Nº 195 de 28 de junho de 2004 da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal - SGA, modificada pela Portaria Nº 223 de 23 de julho de 2004 da SGA, composta pêlos representantes dos trabalhadores Públicos das Empresas:
Transporte Coletivo de Brasília – TCB, Samuel Ludovico Mariano; Companhia de Desenvolvimento do Planalto – CODEPLAN, Marco Antônio Ferreira; Centrais de Abastecimento – CEASA, José Ubiracy de Souza e da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, Maria Luiza da Silva, imbuídos de sua missão em oferecer proposta que venha resolver definitivamente, as seguintes solicitações do Ministério Público à Justiça do Trabalho, ratificadas pela Liminar deferida pelo Juiz da 9ª Vara do Trabalho Drº Fernando Gabriele Bernardes, referente à Ação Civil Pública, Processo Nº 00576– 2003–009–10– 00:

a) "Que o Distrito Federal se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a Tabela de Empregados do Distrito Federal bem como de,
b) transferir quaisquer empregados de empresas ou entidades vinculadas à Administração Pública, em processo de Liquidação, Privatização ou Extinção, para Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal e,
c) a inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 de janeiro de 2001, Lei Nº 2.989 de 11 de junho de 2002 e Decretos Nº 22.322 de 15 de agosto de 2001 e Nº 23.082 de 05 de julho de 2002."

Porém para maior compreensão desse processo e para que se tenha noção do seu sentido de justiça é preciso resgatar a sua trajetória histórica.

Histórico

1. Em 24 de julho de 1996 Processo Nº 4.572 /95 o Procurador Frederico Augusto Bastos do Tribunal de Contas do Distrito Federal (doc. 01) em seu parecer "determinou ao Governo do Distrito Federal a extinção da SAB, liquidando o seu patrimonio, nos termos da Lei, **com dispensa de seus servidores;**

2. Em 05 de maio de 2000 através do Decreto n.º 21.170, o Governo do Distrito Federal deu inicio a uma Reforma Administrativa onde no artigo 12 afirma: "No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo adotará as providencias necessárias para privatização, mediante licitação, das seguintes empresas públicas:
   I- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA;
   II- Sociedade Abastecimento de Brasília – SAB;

III- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. –TCB e, posteriormente a reestruturação da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN;

3- Em 15 janeiro de 2001 o Governo do Distrito Federal editou a Lei 2.681, construída pôr nós trabalhadores da SAB, que dispõe sobre o aproveitamento dos empregados públicos, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma Tabela de Empregos Públicos em extinção. A ocupação desses empregos se daria desde que, os trabalhadores fossem admitidos em suas respectivas empresas antes de 05 de outubro de 1988 e, admitidos em data posterior a 05 de outubro de 1988 através de Concurso Público;

4- Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei n.º 2.989 alterando a Lei 2.681 artigo 1º incisos III e IV no que tange às datas de ingresso dos trabalhadores nas suas Empresas. Essa alteração beneficiou diretamente 111 (cento e onze) empregados da TCB, que foram admitidos em data posterior a 05 /10/88 sem realização de Concurso Público, ferindo assim a Constituição Federal.

5- Em 10 de junho de 2003 o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho de 10ª Região ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de Liminar contra o Distrito Federal (Secretaria de Gestão Administrativa) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados após 05 de outubro de 1988, que o GDF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para Tabela de Empregos do Distrito Federal, como também **OS EMPREGADOS DAS EMPRESAS OU ENTIDADES EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO OU EXTINÇÃO.** e, a **inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 janeiro de 2001, Lei 2.989 de 11 junho de 2002 dos Decretos n.º 22.322 de 13 de agosto de 2001 e n.º 23.082 de 05 julho de 2002**

6 - Em 17 de junho de 2003 o Drº Fernando Gabriel Bernardes - Juiz do Trabalho de 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o Distrito Federal cesse a Transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF **COMO TAMBÉM TODOS OS EMPREGADOS PÚBLICOS DAS EMPRESAS SAB, TCB, CEASA E CODEPLAN;**

7- A partir dessa Liminar os Empregados Públicos dessas Empresas deram início a uma intensa mobilização pois, caso houvesse a determinação de inconstitucionalidade da Legislação que possibilitava a nossa transferência para o GDF, certamente os nossos empregos correrão risco. A partir desse processo a Comissão das Empresas deu inicio a uma série de reuniões com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Distrito Federal, o Jurídico da TCB, o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Gestão Administrativa.

8- Em 20 de agosto de 2003 o Ministério Público do Trabalho fez uma Proposta de Conciliação para o Distrito Federal onde propunha a demissão dos 145 (cento e quarenta e cinco) empregados da TCB , irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil empregados) das empresas públicas regularmente contratados;

9- Em 23 de setembro de 2003 o Procurador do Distrito Federal Drº Fernando Cunha Júnior em reunião com o Ministério Público do Trabalho, os representantes dos trabalhadores da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN declarou que "o Conselho de Política de Recursos Humanos do Distrito Federal não acatou a Proposta de Conciliação que se refere a Ata de audiência do dia 20 agosto de 2003";

10- Em 24 de novembro de 2003 realizou-se a Audiência do Processo n.º 00576-003-009-10-00 que, sob nossa pressão, conseguimos adiar para 31 de março de 2004;

11- Nesse espaço de tempo, continuamos nossa mobilização, que culminou com a Audiência em 29 de março de 2004 (ver fotos) com o Secretário do Governo Drº Benjamim Roriz, estando presentes o Procurador do Distrito Federal Drº Evaldo, Deputado Distrital Júnior Brunelle, Drª Tereza Amaro Campelo Bezerra e a Comissão das Empresas.

Ao tomar conhecimento da situação, o Drº Benjamim Segismundo de Jesus Roriz pronunciou-se verbalmente, pela busca de uma solução através da **constituição de uma Comissão composta pôr representantes da Procuradoria do Distrito Federal, a Secretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Governo e dos representantes dos trabalhadores públicos das Empresas envolvidas,** para solução definitiva deste caso.

Diante do exíguo prazo da Audiência marcada para 31 de março de 2004 o Secretário de Governo propôs novo adiamento. Sendo esta marcada para 30 de junho de 2004. Nessa reunião, o Ministério Público do Trabalho **reafirmou a Proposta de Conciliação feita em 20 de agosto de 2003;**

12. Em função da publicação no DO do Distrito Federal de 28 de junho de 2004 da constituição da Comissão de Trabalhadores, o Distrito Federal demonstrava boa vontade na busca de uma solução que não viesse a prejudicar os trabalhadores das empresas já citadas, motivo pelo qual foi adiada a audiência inicial para 15 de maio de 2004;

13. Em 06 de agosto de 2004 a Audiência inicial foi antecipada pela Justiça do Trabalho, motivo que gerou manifestação dos trabalhadores na Câmara Distrital, gerando reunião do Presidente da Câmara Deputado í de prazo.

14. A Audiência inicial foi realizada em 06/08/04 , sendo concedido o prazo de 60 (sessenta) dias recaindo o dia em 04/10/2004, para nova audiência, prazo este determinado para apresentação definitiva de Acordo de Conciliação.

15.

Questões levantadas pelo Ministério Público;

1. **"Que o Distrito Federal se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a Tabela de Empregos do Distrito Federal".**

Esta solicitação do Ministério Público à Justiça do Trabalho, com Liminar favorável se baseia, originalmente no Processo N.º 977/77 acontecido em 1997 quando o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a TCB.

Nesta época a TCB admitiu em seu quadro de pessoal , trabalhadores sem Prévio Concurso Público. A Ação Civil Publica foi julgada procedente e a TCB teve que demitir a grande maioria dos trabalhadores que estavam nessa situação, não o fazendo com um grupo de 145 (cento e quarenta e cinco) pessoas que , além de permanecerem na empresa, foram incorporadas ao Quadro de Serviço Público do Distrito Federal, beneficiando-se das modificações do artigo 1º da Lei 2681 de 15/ 01/2001. É preciso ressaltar que a citada Lei dispõe sobre "o aproveitamento de empregados públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal". O seu artigo 1º fixa as condições desse aproveitamento, ou seja, "os empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção" desde que:

I Ocupantes de emprego permanente;
II Não tenham optado pôr integrar Plano de Desligamento Voluntário;
III Admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988.
IV Admitidos pôr concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988;

Porem o executivo alterou em 11 de junho de 2002 os incisos III e IV do Artigo 1º da referida Lei, que se refere as datas de admissões, passando a ter a seguinte redação:
Inciso III. Admitidos em data anterior a 3 de novembro de 1992:
Inciso IV. Admitidos pôr concurso público em data posterior a 3 de novembro de 1992.
Essa modificação passou a fazer parte da lei n.º 2989 de 11/06/2002.

É preciso atentar que argumentação Jurídica que norteou a alteração da Lei se baseou numa decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (**doc.**). Nessa data a Constituição Federal de 1988 já preconizava a condição de Concurso Público como condição previa para o ingresso no serviço publico. Além disso a Súmula 363 do Supremo Tribunal do Trabalho – DJU 18/09/2000 já afirmava que: **"a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo Artigo 37, II 421§ 2º ..."**

2. **"Que o GDF se abstenha de transferir quaisquer empregados de empresas ou entidades vinculadas à Administração Pública, em processo de Liquidação, Privatização ou Extinção, para Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal"**

Entendemos que, caso a decisão judicial seja de ratificar a Liminar já concedida pela 9° Vara do Trabalho, o futuro dos quase 3.000 trabalhadores das empresas SAB, CODEPLAN, CEASA e TCB seja o do desemprego. Isto é evidente na medida em que a reforma administrativa iniciada em 2000 privatizando, extinguindo e reformulando as empresas, a nosso ver não há nenhum indicio de reversão..

3. **"A inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 de janeiro de 2001, Lei N.° 2.989 de 11 de junho de 2002 e Decretos N.° 22.322 de 15 de agosto de 2001 e N.° 23.082 de 05 de julho de 2002".**

Essa solicitação está umbilicalmente ligado ao item anterior. Ou seja, dada à inconstitucionalidade das Leis e Decretos citados pelo Ministério Público, o remanejamento dos trabalhadores dessas empresas esta totalmente descoberto de qualquer proteção legal, nos impossibilitando de continuar no serviço público. Estaremos fadados ao desemprego.

E preciso destacar que a Lei 2.681 quanto o Decreto 22.322 só permitem a transferencia dos trabalhadores para a Tabela em Extinção dos admitidos sem concurso público, antes de 5/10/88 e, após essa data sob concurso público, respeitando-se assim a Constituição Federal. Esta Lei permitia que fossemos aproveitados em funções idênticas a que tínhamos em nossos órgãos de origem, o remanejamento não impunha qualquer acréscimo salarial, como permaneceremos com o mesmo regime trabalhista – CLT. A nossa preocupação é a de manter os nossos empregos, dentro da ordem legal que a Lei estabelece.

Há vários exemplos já transitado em julgado no Supremo Tribunal Federal de Ação Direta de Inconstitucionalidade ,citaremos a última, cuja Relatora é a Ministra Ellen Gracie, julgamento realizado em 09/10/2003 no Tribunal Pleno

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PAR. 3° DO ART. 4° DA LEI COMPLEMENTAR N.° 233/2002, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. TRANSFERENCIA OU APROVEITAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA ESTADUAIS EM LIQUIDAÇÃO PARA CARGOS OU EMPREGOS DE ENTIDADES E ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. EXIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO. ART. 37, II DA CF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. NORMA INTRODUZIDA POR EMENDA PARLAMENTAR. INICIATIVA DE LEI RESERVADA AO PODER EXECUTIVO. VEDAÇÃO DE EMENDA QUE IMPORTE NO AUMENTO DA DESPESA PREVISTA.. A hipótese em questão não se encontra abarcada pelo disposto no artigo 19, caput do ADCT, que só concedeu a estabilidade excepcional aos servidores públicos da administração direta, autárquica e das fundações públicas, ficando excluídos, dessa forma, os

empregados da sociedade de economia mista. Conforme sedimentada jurisprudência deste Supremo Tribunal, a vigente ordem constitucional não mais tolera a transferência ou o aproveitamento como formas de investidura que importem no ingresso de cargo ou emprego público sem a devida realização de concurso público de provas ou de provas e títulos. Precedentes: ADI n.° 1.350, Rel. Min. Celso de Mello e ADI n.° 231, Rel. Min. Moreira Alves. Inconstitucionalidade formal do dispositivo impugnado, tendo em vista tratar-se de matéria atinente à organização do regime de pessoal do Estado, ocupando-se de tema de interesse de setor especifico do funcionalismo estadual, cuja elaboração normativa, sem a iniciativa do Governador, afronta a reserva legislativa àquele atribuída pelo art. 61, § 1°, II, c, da CF. Precedente: ADI n.° 805, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. **Ação direta de inconstitucionalidade** julgada procedente.

Diante desse quadro em 20 de agosto de 2003, o Ministério Público do Trabalho "reconhecendo" o dano que essa Ação Civil Pública poderia causar aos trabalhadores dessas empresas propôs ao GDF um **Acordo de Conciliação** que a nosso ver, possibilita estancar o andamento desse Processo na Justiça do Trabalho, como também permite o apostilamento desses trabalhadores para a Tabela em Extinção do GDF, como preconizava originalmente a Lei 2681.

Como a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa não apresentou aos trabalhadores nenhuma outra proposta que possa resolver esta questão, nós da Comissão das Empresas entendemos que a aceitação do Acordo de Conciliação feita pelo Ministério Público ao Governo do Distrito Federal, possibilita a solução definitiva dessa questão.

Nós trabalhadores Públicos não podemos continuar com essa situação de permanente insegurança. Demos o melhor de nossas energias ao serviço público e não podemos permitir nem muito menos aventar que os 20, 25,30 e 35 anos de serviços prestados pela maioria dos trabalhadores dessas empresas sejam colocados em risco em razão de um grupo que está no Serviço Público de forma irregular.

Nesse sentido propomos:

a) Assinatura imediata do Acordo de Conciliação elaborado pelo Ministério Público do Trabalho;

b) Após a assinatura do Acordo de Conciliação, que o GDF proceda o imediato apostilamento de todos os trabalhadores públicos das empresas: TCB, CEASA, CODEPLAN E SAB, investidos regularmente da condição de trabalhador público;

c) Manutenção de todos os direitos preconizados pela CLT, direitos adquiridos e Acordos Coletivos de Trabalho;

d) Que a Comissão dos representantes das empresas, instituída pela Portaria N.° 223 / SGA de 23 de julho de 2004, referendados pelas respectivas Assembléias dos trabalhadores, continue sendo o elo de ligação, de diálogo dos interesses dos trabalhadores junto ao GDF;

e) Confecção imediata de forma paritária de um Plano de Cargos e Salários para todos os empregados públicos das empresas envolvidas nesse processo .

Diante do exposto e da nossa longa luta que se arrasta por mais de 09 anos, solicitamos a V.Sª, se digne a evidar esforços no sentido de promover a assinatura do acordo proposto pelo Ministério Público, com vistas a dar uma solução definitiva a intranqüilidade dos trabalhadores que doaram as suas vidas para construir ao longo desses anos essas empresas tão importantes no processo de construção da sociedade do Distrito Federal e Entorno.

Brasília/DF, 23 de agosto de 2004.

Maria Luiza da Silva
Representante dos Empregados da SAB

José Ubiracy Lobo de Souza
Representante dos Empregados da CEASA/DF

Marco Antônio Ferreira
Representante dos Empregados da CODEPLAN

Samuel Ludovico Mariano
Representante dos Empregados da TCB

LUIZ CARLOS DE ALMEIDA CAPECLO
COORDENADOR DA COMISSÃO

ANDAMENTOS

MANDADO DE SEGURANÇA Nr.22357
ORIGEM:DF **RELATOR:** MIN. GILMAR MENDES
REDATOR PARA ACÓRDÃO: -

IMPTE.: IVETE DO SOCORRO ABREU DE SOUSA
ADV.: WALTER PIRES BETTAMIO
IMPDO.: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ANDAMENTOS

DATA	ANDAMENTO	OBSERVAÇÃO
04/06/2004	DECISAO PUBLICADA, DJ:	ATA Nº 16, de 27/05/2004 -
03/06/2004	JUNTADA	TELEX MSG 929, 01/6/2004 E CÓPIA DO OFICIO 517/P, DE 02.6.2004
02/06/2004	COMUNICADA DECISAO, OFICIO NRO.:	517/P, AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
28/05/2004	JUNTADA	DA CERTIDÃO DE JULGAMENTO DA SESSÃO DO DIA 27.05.04
27/05/2004	JULGAMENTO DO PLENO - DEFERIDO	Decisão: O Tribunal, por unanimidade, concedeu a segurança, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Nelson Jobim, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 27.05.2004.
01/08/2003	PAUTA PUBLICADA NO DJ - PLENO	PAUTA Nº 21/2003 -
27/06/2003	INCLUA-SE EM PAUTA - MINUTA EXTRAÍDA	Pleno Em 27/06/2003 17:32:22
08/07/2002	SUBSTITUIÇÃO DO RELATOR - ART. 38 IV, A RISTF	MIN. GILMAR MENDES
13/08/2001	CONCLUSOS AO RELATOR	
01/08/2001	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA COM PARECER PELA CONCESSÃO DA SEGURANÇA.
24/09/1999	VISTA AO PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA	
23/09/1999	CERTIDAO	FOI CORRIGIDA A AUTUAÇÃO DOS PRESENTES AUTOS.
23/09/1999	PUBLICADO DESPACHO NO DJ	DECISÃO DE 15/09/99
15/09/1999	JULG. POR	DE HUMBERTO SALES BATISTA, DEVENDO O FEITO

	DESPACHO -HOMOL. A DESISTENCIA	PROSSEGUIR QUANTO AOS DEMAIS IMPETRANTES. PUBLICADA ESTA DECISÃO, RETORNEM OS AUTOS À PGR.
13/09/1999	CONCLUSOS AO RELATOR	
13/09/1999	JUNTADA	DA PETIÇÃO PG/STF 59421 DO IMPTE - ORIGINAL DA PET. 57888
13/09/1999	JUNTADA	DA PETIÇÃO PG/STF 57888 DO IMPTE.
10/09/1999	DESPACHO ORDINATORIO	NA PET. 59421: JUNTE-SE À CON CLUSÃO.
10/09/1999	DESPACHO ORDINATORIO	NA PET. 57888: JUNTE SE À CONCLUSÃO
08/09/1999	PETICAO AVULSA	PETIÇÃO PG/STF 59421 SEM OS AUTOS AO GABINETE DO MIN ISTRO RELATOR - ORIGINAL DA PETIÇÃO PG/STF 57888
02/09/1999	PETICAO AVULSA	PETIÇÃO PG/STF 57888 (FAX) SEM OS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO RELATOR - REITERA O PEDIDO DE EXC.USÃO DO FEITO
11/08/1998	CONCLUSOS AO RELATOR	
20/07/1998	JUNTADA	PET 32713 DO IMPETRANTE
01/07/1998	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA PGR SEM PARECER
26/06/1998	PETICAO AVULSA	PET. 32713 AG. AUTOS DA PGR
26/06/1998	AUTOS REQUISITADOS PELA SECRETARIA	À PGR PARA JUNTADA DA PET. 32713
25/06/1998	DESPACHO ORDINATORIO	NA PET. 32713:JUNTE-SE À CONCLUSÃO
25/06/1998	PETICAO AVULSA	PET. Nº 32713 SEM OS AUTOS AO GAB. DO MINISTRO RELATOR
30/06/1997	PUBLICADO DESPACHO NO DJ	DESPACHO DE 23.06.97
23/06/1997	JULG. POR DESPACHO -HOMOL. A DESISTENCIA	PARA FABIANE CARDOSO, DEVENDO O FEITO PROSSEGUIR QUANTO AOS DEMAIS IMPETRANTES. PUBLICADA A DECISÃO RETORNEM OS AUTOS À PGR
18/06/1997	CONCLUSOS AO RELATOR	
18/06/1997	JUNTADA	PET. 22542 DO IMPTE.
18/06/1997	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA PGR SEM PARECER
02/06/1997	DESPACHO ORDINATORIO	NA PETIÇÃO, PG/STF 22542: JUNTE-SE, À CONCLUSÃO
27/05/1997	PETICAO AVULSA	PET. 22542 AO GAB. DO MIN. RELATOR
09/10/1995	VISTA AO PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA	
09/10/1995	PUBLICADO DESPACHO NO DJ	DESPACHO DE 02.10.95

ENVIADO POR RIEDEL RESENDE ADVOG 30-8-4 8:33 RIEDEL RESENDE ADVOG 2420878 # 1

9/10/1995	EXPEDIDO OFICIO/TELEX N.	1519/R AO TCU COMUNIC. DEF. LIMINAR EM PARTE
5/10/1995	COMUNICADO DEFERIMENTO DE LIMINAR	TELEX 1768 AO TCU
2/10/1995	LIMINAR POR DESPACHO - DEFERIDA EM PARTE	VISTA À PGR. PUBLIQUE-SE.
27/09/1995	CONCLUSOS AO RELATOR	

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):

O parecer da Procuradoria-Geral da República assim relata a controvérsia:

> "Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado por IVETE DO SOCORRO ABREU DE SOUSA E OUTROS, objetivando a anulação do ato administrativo do Presidente do Tribunal de Contas da União, exarado nos autos do processo nº TC 016.629/92-2, publicado no Diário Oficial de ...[3.11.1993], relativo à prestação de contas do exercício de 1991, que determinou à INFRAERO a adoção de providências com vistas a regularizar as 366 admissões realizadas sem concurso público, sob pena de nulidade das mesmas.
>
> 2. Relatam os impetrantes que, por ocasião do julgamento das contas da INFRAERO relativas ao

exercício de 1990, no processo TC 016.810/91-0, foi exarado acórdão dos eminentes Ministros do TCU, publicado no D.O.U. de 03/12/92, julgando regulares as contas, apenas recomendando a realização de concurso público para futuras contratações.

3. Em processo semelhante, agora referente às contas da INFRAERO relativas ao exercício de 1991, autuado como TC 016.629/92-2, foi proferido o acórdão ora hostilizado, publicado no D.O.U. de 03/11/93, nos seguintes termos:

'ACÓRDÃO Nº 110/93 TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.629/92-2

2. Classe de Assunto: (IV) Prestação de Contas - Exercício de 1991

(...)

8. Acórdão:

VISTOS relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, relativa ao exercício de 1991.

Considerando, ainda, que a recomendação do Tribunal foi transmitida à INFRAERO após terem sido efetivadas as admissões irregulares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

8.1 - com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n° 8.443/92, julgar as presentes contas regulares com ressalva, e dar quitação ao(s) responsável(eis) indicado(s) no item 3 supra.

8.2 - determinar à INFRAERO que no prazo de 30 (trinta) dias úteis adote providências com vistas a regularizar as 366 admissões, sob pena de nulidade das mesmas.'

4. Por ocasião do julgamento do Recurso de Revisão, o prazo de 30 (trinta) dias para a adoção das providências acima mencionadas foi dilatado para 195 (cento e noventa e cinco) dias, contados a partir de 09.05.95, data da publicação no Diário Oficial.

5. Aduzem os impetrantes, em síntese, os seguintes fundamentos que ensejariam a nulidade do acórdão do Tribunal de Contas da União: a) há afronta ao Princípio da Isonomia, sendo oferecido tratamento desigual a iguais; b) o ato do impetrado fere o direito adquirido dos impetrantes, uma vez que a recomendação de adoção de concurso público para admissão de pessoal é posterior a suas contratações; c) e, finalmente, há observância equivocada da data a partir da qual não mais seriam permitidas admissões sem concurso público, sendo esta a data da publicação do Acórdão do Supremo Tribunal Federal, 23.04.93, e não a data da publicação da primeira deliberação do

TCU a respeito da matéria, 06.06.90, conforme alega o impetrado.

6. Deferida a concessão de medida liminar a fim de que não se execute a decisão impugnada do Tribunal de Contas da União, até o julgamento final do mandado de segurança (fls. 622), vieram os autos com vista a esta Procuradoria Geral da República." (fls. 648/650)

O parecer é pela concessão da ordem (fls. 648/652).

É o relatório.

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (Relator):

A propósito da controvérsia anota a Procuradoria-Geral da República:

> "7. Por certo, a obrigatoriedade de realização de concurso público para provimento de cargos em empresas públicas e sociedades de economia mista, prevista nos incisos I e II, do art. 37, da Constituição Federal, não é mais objeto de controvérsias, tornando-se pacífico esse entendimento após decisão dessa Suprema Corte, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 21.322, Ministro-Relator Paulo Brossard, publicado no Diário Oficial de 23.04.93.
>
> 8. Entretanto, antes do acórdão pioneiro do Supremo Tribunal Federal, a matéria inspirou intensa polêmica, em razão de aparente antinomia entre o disposto nos artigos 37, II e 173, § 1º, da Constituição Federal, reconhecida pelo próprio Tribunal de Contas da União, conforme extrai-se dos presentes autos.
>
> 9. Observa-se que, ao julgar regulares as contas da INFRAERO referentes ao exercício de 1990, com acórdão publicado em 03.12.92, o

Tribunal de Contas da União convalidou a situação das admissões pretéritas, recomendando apenas que não fossem efetuadas admissões futuras sem a realização de concurso público. Esse acórdão foi proferido pelo TCU embora já existisse decisão administrativa desse mesmo órgão, datada de 06.06.90, decidindo pela obrigatoriedade da aplicação dos incisos I e II, do art. 37, da Constituição Federal, a empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo facilmente constatado o caráter controverso da matéria.

10. Ademais, verifica-se que as contratações dos impetrantes, além de promovidas em razão da carência de pessoal qualificado, foram procedidas de rigoroso processo seletivo, em conformidade com o Regulamento da empresa, em atenção ao preceito à época inscrito no § 1º, do art. 173, da Carta Federal, não podendo, em face das circunstâncias, serem consideradas irregulares.

11. Faz-se oportuno ressaltar que, com o advento da Emenda Constitucional nº 19/98, o mencionado art. 173, § 1º, da Carta Federal passou a vigorar com nova redação, não mais sujeitando as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, unicamente, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas determinando o estabelecimento, por lei, de um estatuto

> jurídico dispondo sobre vários aspectos a elas inerentes." (fls. 650/651)

Impressiona, na espécie, que o Tribunal de Contas, inicialmente, ao julgar as contas referentes ao exercício de 1990, (acórdão publicado em 03.12.92), tenha-se limitado a reconhecer a necessidade de adoção do concurso público para futuras admissões (fls. 482), o que foi entendido como uma convalidação das admissões realizadas anteriormente.

É verdade, igualmente, que o próprio TCU houve por bem estabelecer o dia 23 de abril de 1993, data da publicação do acórdão no MS 21.322/DF, Plenário, rel. Paulo Brossard, como termo inicial a partir do qual haveriam de ser tornadas nulas as admissões de pessoal. Neste julgamento, firmou-se o entendimento de que "as autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista estão sujeitas à regra, que envolve a administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" estão sujeitos ao princípio constitucional do concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos.

Nesse sentido, registrou-se a seguinte passagem do voto do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no Processo TC 674.054/91-1:

> "14. Considero, portanto, de grande relevância a data de 23 de abril de 1993, em que foi publicada no Diário da Justiça a decisão final e irrecorrível do E. Supremo Tribunal Federal, que definiu, de uma vez por todas a questão da exigência do concurso público para a admissão de

pessoal por parte das empresas públicas e sociedades de economia mista, em geral.

15. A partir dessa data portanto, a ninguém será dado questionar essa matéria, e, se dúvidas existiam, foram afastadas definitivamente, constituindo-se, assim, num marco definidor dessa exigência constitucional, consentâneo com o mérito dos diversos julgados desta Corte de contas.

16. Esse Acórdão pioneiro do Supremo Tribunal Federal anima-me a sugerir, nestes autos, e em relação à tese que ora se discute em caráter definitivo, que se altere a data base a partir da qual deverão ser anuladas as admissões de pessoal, que passaria a ser a da publicação do referido Decisório, isto é, 23 de abril de 1993.

17. Esta proposta se assenta no fato de que as reiteradas decisões do Tribunal de Contas da União a respeito desse assunto de alta indagação jurídica, além de jamais mandarem retroagir à data da vigência da atual Carta Magna a anulação das admissões, aleatoriamente fixaram a data da publicação de sua primeira deliberação sobre a matéria como aquela a partir da qual não mais seriam toleradas as admissões em causa (06/06/1990)." (Acórdão nº 056/93, DO 13/12/1993, fls. 19.088-19.090)

Está certo, portanto, que, embora o Tribunal de Contas houvesse, em 06.06.90, firmado o entendimento quanto à indispensabilidade de concurso público para a admissão de servidores

nas empresas estatais, considerou aquela Corte que, no caso da INFRAERO, ficava a empresa obrigada a observar a orientação para as novas contratações. Essa orientação foi revista no julgamento das contas do exercício de 1991, assentando o Tribunal que a empresa deveria regularizar as 366 admissões, sob pena de nulidade (fls. 492).

Ao julgar o Recurso de Revisão, o prazo de 30 dias para a adoção das providências referidas foi dilatado para 195 dias contados de 09.05.95, data da publicação no Diário Oficial.

No entanto, tendo o meu antecessor, Néri da Silveira, deferido, em parte, aos 02.10.1995, a liminar (fls. 622), não se executou a decisão do TCU, objeto do presente mandado de segurança.

Na hipótese, a matéria evoca, inevitavelmente, o princípio da segurança jurídica.

A propósito do direito comparado, vale a pena trazer à colação clássico estudo de Almiro do Couto e Silva sobre a aplicação do aludido princípio:

> "*É interessante seguir os passos dessa evolução. O ponto inicial da trajetória está na opinião amplamente divulgada na literatura jurídica de expressão alemã do início do século de que, embora inexistente, na órbita da Administração Pública, o princípio da* ***res judicata****, a faculdade que tem o Poder Público de anular seus próprios atos tem limite não apenas nos direitos subjetivos regularmente gerados,*

mas também no interesse em proteger a boa fé e a confiança (Treue und Glauben)dos administrados.

(...)

Esclarece OTTO BACHOF que nenhum outro tema despertou maior interesse do que este, nos anos 50 na doutrina e na jurisprudência, para concluir que o princípio da possibilidade de anulamento foi substituído pelo da impossibilidade de anulamento, em homenagem à boa fé e à segurança jurídica. Informa ainda que a prevalência do princípio da legalidade sobre o da proteção da confiança só se dá quando a vantagem é obtida pelo destinatário por meios ilícitos por ele utilizados, com culpa sua, ou resulta de procedimento que gera sua responsabilidade. Nesses casos não se pode falar em proteção à confiança do favorecido. (Verfassungsrecht, Verwaltungsrecht, Verfahrensrecht in der Rechtsprechung des Bundesverwaltungsgerichts, Tübingen 1966, 3. Auflage, vol. I, p. 257 e segs.; vol. II, 1967, p. 339 e segs.).

Embora do confronto entre os princípios da legalidade da Administração Pública e o da segurança jurídica resulte que, fora dos casos de dolo, culpa etc., o anulamento com eficácia **ex tunc** *é sempre inaceitável e o com eficácia* **ex nunc** *é admitido quando predominante o*

interesse público no restabelecimento da ordem jurídica ferida, é absolutamente defeso o anulamento quando se trate de atos administrativos que concedam prestações em dinheiro, que se exauram de uma só vez ou que apresentem caráter duradouro, como os de índole social, subvenções, pensões ou proventos de aposentadoria."

Depois de incursionar pelo direito alemão, refere-se o mestre gaúcho ao direito francês, rememorando o clássico "affaire Dame Cachet":

"Bem mais simples apresenta-se a solução dos conflitos entre os princípios da legalidade da Administração Pública e o da segurança jurídica no Direito Francês. Desde o famoso affaire Dame Cachet, de 1923, fixou o Conselho de Estado o entendimento, logo reafirmado pelos affaires Vallois e Gros de Beler, ambos também de 1923 e pelo affaire Dame Inglis, de 1935, de que, de uma parte, a revogação dos atos administrativos não cabia quando existissem direitos subjetivos deles provenientes e, de outra, de que os atos maculados de nulidade só poderiam ter seu anulamento decretado pela Administração Pública no prazo de dois meses, que era o mesmo prazo concedido aos particulares para postular, em recurso contencioso de anulação, a invalidade dos atos administrativos.

HAURIOU, comentando essas decisões, as

aplaude entusiasticamente, indagando: 'Mas será que o poder de desfazimento ou de anulação da Administração poderá exercer-se indefinidamente e em qualquer época? Será que jamais as situações criadas por decisões desse gênero não se tornarão estáveis? Quantos perigos para a segurança das relações sociais encerram essas possibilidades indefinidas de revogação e, de outra parte, que incoerência, numa construção jurídica que abre aos terceiros interessados, para os recursos contenciosos de anulação, um breve prazo de dois meses e que deixaria à Administração a possibilidade de decretar a anulação de ofício da mesma decisão, sem lhe impor nenhum prazo'. E conclui: 'Assim, todas as nulidades jurídicas das decisões administrativas se acharão rapidamente cobertas, seja com relação aos recursos contenciosos, seja com relação às anulações administrativas; uma atmosfera de estabilidade estender-se-á sobre as situações criadas administrativamente.' (La Jurisprudence Administrative de 1892 a 1929, Paris, 1929, vol. II, p. 105-106.)" (SILVA, Almiro do Couto e. Os princípios da legalidade da administração pública e da segurança jurídica no estado de direito contemporâneo. Revista da Procuradoria-Geral do Estado. Publicação do Instituto de Informática Jurídica do Estado do Rio Grande do Sul, V. 18, Nº 46, p. 11-29, 1988).

Na mesma linha, observa Couto e Silva em relação ao direito brasileiro:

> "MIGUEL REALE é o único dos nossos autores que analisa com profundidade o tema, no seu mencionado 'Revogação e Anulamento do Ato Administrativo' em capítulo que tem por título 'Nulidade e Temporalidade'. Depois de salientar que 'o tempo transcorrido pode gerar situações de fato equiparáveis a situações jurídicas, não obstante a nulidade que originariamente as comprometia', diz ele que 'é mister distinguir duas hipóteses: (a) a de convalidação ou sanatória do ato nulo e anulável; (b) a perda pela Administração do benefício da declaração unilateral de nulidade (le bénéfice du préalable)'. (op. cit., p.82). (SILVA, Almiro do Couto e. Os princípios da legalidade da administração pública e da segurança jurídica no estado de direito contemporâneo. Revista da Procuradoria-Geral do Estado. Publicação do Instituto de Informática Jurídica do Estado do Rio Grande do Sul, v. 18, Nº 46, p. 11-29, 1988)."

Em verdade, a segurança jurídica, como subprincípio do Estado de Direito, assume valor ímpar no sistema jurídico, cabendo-lhe papel diferenciado na realização da própria idéia de justiça material.

Nesse sentido, vale trazer passagem de estudo do professor Miguel Reale sobre a revisão dos atos administrativos:

"Não é admissível, por exemplo, que, nomeado irregularmente um servidor público, visto carecer, na época, de um dos requisitos complementares exigidos por lei, possa a Administração anular seu ato, anos e anos volvidos, quando já constituída uma situação merecedora de amparo e, mais do que isso, quando a prática e a experiência podem ter compensado a lacuna originária. Não me refiro, é claro, a requisitos essenciais, que o tempo não logra por si só convalescer, — como seria, por exemplo, a falta de diploma para ocupar cargo reservado a médico, — mas a exigências outras que, tomadas no seu rigorismo formal, determinariam a nulidade do ato.

Escreve com acerto José Frederico Marques que a subordinação do exercício do poder anulatório a um prazo razoável pode ser considerado requisito implícito no princípio do due process of law. Tal princípio, em verdade, não é válido apenas no sistema do direito norte-americano, do qual é uma das peças basilares, mas é extensível a todos os ordenamentos jurídicos, visto como corresponde a uma tripla exigência, de regularidade normativa, de economia de meios e forma e de adequação à tipicidade fática. Não obstante a falta de termo que em nossa linguagem rigorosamente lhe corresponda, poderíamos traduzir due process of law por devida atualização do direito, ficando entendido que haverá infração desse ditame fundamental toda vez que, na prática do ato administrativo, por preterido algum dos momentos essenciais à sua ocorrência; porém destruídas, sem motivo plausível, situações de fato, cuja

continuidade seja economicamente aconselhável, ou se a decisão não corresponder ao complexo de notas distintivas da realidade social tipicamente configurada em lei." (Miguel Reale, Revogação e anulamento do ato administrativo. 2ª ed. Forense. Rio de Janeiro. 1980, p. 70/71)

Considera-se, hodiernamente, que o Lema tem, entre nós, assento constitucional (princípio do Estado de Direito) e está disciplinado, parcialmente, no plano federal, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (*v.g.* art. 2º).

Embora não se aplique diretamente à espécie, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece em seu art. 54 o prazo decadencial de cinco anos, contados da data em que foram praticados os atos administrativos, para que a Administração possa anulá-los.

Vale lembrar que o próprio Tribunal de Contas da União aceitou a situação de fato existente à época, convalidando as contratações e recomendando a realização de concurso público para admissões futuras. Observa-se que mais de 10 anos já se passaram em relação às contratações ocorridas entre janeiro de 1991 e novembro de 1992, restando constituídas situações merecedoras de amparo.

Dessa forma, meu voto é no sentido do deferimento da ordem, tendo em vista as específicas e excepcionais circunstâncias do caso em exame. E aqui considero, sobretudo: a boa fé dos impetrantes; a existência de processo seletivo rigoroso e a contratação conforme o regulamento da Infraero; a existência de controvérsia, à época da contratação, quanto à exigência de concurso público, nos moldes do art. 37, II, da Constituição, no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista; o fato de que

houve dúvida quanto à correta interpretação do art. 37, II, em face do art. 173, § 1º, no âmbito do próprio TCU; o longo período de tempo transcorrido das contratações e a necessidade de garantir segurança jurídica a pessoas que agiram de boa-fé.

Assim, meu voto é no sentido da concessão da segurança para afastar (1) a ressalva do Acórdão nº 110/93, Processo TC nº 016.629/92-2, publicado em 03.11.1993, que determinou a regularização das admissões efetivadas sem concurso público após a decisão do TCU de 16.05.1990 (proferida no Processo TC nº 006.658/89-0), e, (2) em conseqüência, a alegada nulidade das referidas contratações dos impetrantes.

OF. Nº 002/04/ASSAB

Brasília, 25 de maio de 2004

Ilustríssimo Senhor
Dr. EVALDO DE SOUZA DA SILVA
MD Procurador Geral Adjunto
Procuradoria Geral do Distrito Federal
NESTA

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, em anexo, Memorial contendo documentos relativos ao Processo de Nº00576-2003-009-10-00-0 de 9ª Vara do Trabalho de Brasília - Distrito Federal, relativo a Ação Civil Publica com pedido de Liminar, ajuizado pelo Ministério Publico do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho do 10º Região, contra o Distrito Federal – Secretaria de Estado e Gestão Administrativa.

Este processo objetiva a anulação de todos os contratos de trabalho dos Empregados da TCB, firmados após 05 de outubro de 1988, o impedimento da transferência de todos os empregados da TCB, SAB, CODEPLAN e CEASA para o GDF, como também a inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 de janeiro de 2001, Lei 2989 de 11 de junho de 2002, e dos Decretos nº 22.322 de 15 de agosto de 2001 e nº 23.082 de 05 de julho de 2002. Esta situação, se concretizada, colocará em risco os empregos de cerca dos 3.500(três mil e quinhentos) trabalhadores públicos das empresas acima mencionadas.

Diante disso, solicitamos a interveniência da Procuradoria para efetivação da Comissão composta por representantes da Secretaria de Estado e Gestão Administrativa, da Procuradoria do Distrito Federal e da Comissão de trabalhadores das Empresas, assumido pelo Secretário de Estado do Governo do Distrito Federal, na presença de Vossa Senhoria, em Audiência em 29 de março de 2004, para solucionar esta questão.

Reafirmamos a urgência de uma solução que contemple a manutenção dos empregos desses trabalhadores públicos, visto que, o prazo pactuado com o Ministério Publico do Trabalho, esta Procuradoria e a Comissão dos Trabalhadores se esgota em 30 de junho de 2004, data de realização da Audiência inicial da Justiça do Trabalho.

Atenciosamente,

A Comissão dos Empregados Públicos da Empresas

25/05/04

22978-4

9º VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA – DF
PROCESSO Nº 00576-2003-009-10-00-0

Reclamante: Ministério Público do Trabalho

Reclamada : Distrito Federal (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)

A Comissão dos Empregados Públicos das Empresas em processo de Liquidação, Privatização, Extinção e Reestruturação, representados por Maria Luiza da Silva (SAB 346-7174) , Samuel Ludovico Mariano (TCB 479-3058), João Carlos Barcelar (CODEPLAN 225-2511) e José Ubiraci Lobo de Souza (CEASA 363-1209) na qualidade de representantes dos trabalhadores das respectivas empresas vem respectivamente apresentar.

MEMORIAL

01- Em 05 de maio de 2000 através do Decreto nº 21.170 (**doc.1**), o Governo do Distrito Federal deu inicio a uma Reforma Administrativa onde no artigo 12 afirma: "No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo adotará as providencias necessárias para privatização, mediante licitação, das seguintes empresas públicas:

I- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA;

II- Sociedade Abastecimento de Brasília – SAB;

III- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda –TCB e, posteriormente a reestruturação da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN;

02- Em 15 janeiro de 2001 o Governo do Distrito Federal preocupado com as demissões que poderiam seguir à esse processo de Reestruturação Administrativa, editou a Lei 2.681 (**doc.2**) que dispõe sobre o aproveitamento dos empregados públicos, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma Tabela de Empregos Públicos em extinção. A ocupação desses empregos se daria desde que, os trabalhadores fossem admitidos em suas respectivas empresas antes de 05 de outubro de 1988 e, admitidos em data posterior a 05 de outubro de 1988 através de Concurso Público;

03- Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989 (**doc.3**) alterando a Lei 2.681 artigo 1º incisos III e IV no que tange às datas de ingresso dos trabalhadores nas suas Empresas. Dessa forma, também seriam remanejados aqueles trabalhadores que foram admitidos em data anterior a 03 de novembro de 1992 e que foram admitidos através de Concurso Público em data posterior a 03 de novembro de 1992. Essa alteração beneficiou diretamente 111 (cento e onze) empregados da TCB, que foram admitidos em data posterior a 05 /10/88 sem realização de Concurso Público, ferindo assim a Constituição Federal.

04- Em 10 de junho de 2003 o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho de 10ª Região ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de Liminar (**doc.4**) contra o Distrito Federal (Secretaria de Gestão Administrativa) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados após 05 de outubro de 1988, que o GDF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para Tabela de Empregos do Distrito Federal, como também os empregados remanescentes das empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção. e, a **inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 janeiro de 2001, Lei 2.989 de 11 junho de 2002 dos Decretos nº 22.322 de 13 de agosto de 2001 (doc.5) e nº 23.082 de 05 julho de 2002 (doc.6)**

05 - Em 17 de junho de 2003 o Drº Fernando Gabriel Bernardes - Juiz do Trabalho de 9ª Vara deferiu a Liminar (**doc.7**), determinando que o Distrito Federal cesse a Transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF como também todos os empregados públicos das Empresas SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN;

06- A partir dessa Liminar os Empregados Públicos dessas Empresas deram início a uma intensa mobilização pois, caso haja a determinação de Inconstitucionalidade da Legislação que possibilita a nossa transferência para o GDF, certamente os nossos empregos correrão risco. Esse processo culminou com várias reuniões com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Distrito Federal, o Jurídico da TCB, o Sindser, e a Comissão das Empresas;

07- Em 20 de agosto de 2003 esse processo anterior culminou com uma Proposta de Conciliação do Ministério Público do Trabalho para com o Distrito Federal (**doc.8**) onde aquele propunha a demissão dos 111 (cento e onze) empregados da TCB , irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.500 (três mil e quinhentos) empregados das empresas públicas regularmente contratados;

08- Em 23 de setembro de 2003 (**doc.9**) o Procurador do Distrito Federal Drº Fernando Cunha Júnior em reunião com o Ministério Público do Trabalho e os representantes dos trabalhadores declarou que "o Conselho de Política de Recursos Humanos do

Distrito Federal não acatou a Proposta de Conciliação que se refere a Ata de audiência do dia 20 agosto de 2003";

09- Em 24 de novembro de 2003 (**doc. 10**) realizou-se a Audiência do Processo 00576-003-009-10-00 onde designou-se a data de 31 de março de 2004 para nova Audiência;

10- Nesse espaço de tempo, os trabalhadores Públicos dessas Empresas continuaram sua mobilização que culminou com a Audiência em 29 de março de 2004 (ver fotos) com o Secretário do Governo Drº Benjamim Roriz, estando presentes o Procurador do Distrito Federal Drº Evaldo, o Deputado Distrital Júnior Brunelle, Drª Tereza Amaro Campelo Beserra e a Comissão das Empresas. Ao tomar conhecimento da situação, o Drº Benjamim Segismundo de Jesus Ririz pronunciou-se verbalmente, pela busca de uma solução através da **constituição de uma Comissão composta por representantes da Procuradoria do Distrito Federal, a Secretaria de Gestão Administrativa e os representantes dos trabalhadores públicos** para solução definitiva deste caso. Diante do exíguo prazo da Audiência (31 de março de 2004), propôs o adiamento. Fato este que foi construído entre a Procuradoria Geral do Distrito Federal , o Ministério Público do Trabalho e a Comissão dos Trabalhadores. Sendo adiada a Audiência inicial para 30 de junho de 2004 (**doc. 11**). Nessa reunião, o Ministério Público do Trabalho reafirmou a Proposta de Conciliação feita em 20 de agosto de 2003;

Senhor Secretário, diante do exposto, solicitamos a efetivação da Comissão , proposta por Vossa Excelência em 29 de março de 2004, visto que o prazo pactuado pelas partes e efetivado pela Justiça do Trabalho, está se esgotando. Cuja Audiência inicial esta marcada para 30 de junho de 2004.

A sensibilidade expressa pelo Governo do Distrito Federal através de Vossa Excelência, por uma solução que não coloque em risco os empregos dos trabalhadores públicos da SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA e possibilite a sua efetivação na Tabela de Empregos Públicos em extinção no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal exige solução mais rápida possível. Fato este, que trará tranqüilidade aos corações dos nossos trabalhadores públicos .

Atenciosamente,

A Comissão das Empresas.

DOC. Nº 1

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIV - Nº 87 TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2000 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE-GOVERNADORIA	14
SECRETARIA DE GOVERNO	16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16
SECRETARIA DE FAZENDA	16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	16
SECRETARIA DE SAÚDE	20
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	21

SEÇÃO II

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	22
ATOS DO PODER EXECUTIVO	22
VICE-GOVERNADORIA	22
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	23
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	23
SECRETARIA DE SAÚDE	24
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	26
SECRETARIA DE OBRAS	26
SECRETARIA DE TRANSPORTES	27
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	27
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	28
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	28
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	28
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	28
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	29

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	29
VICE-GOVERNADORIA	29
SECRETARIA DE GOVERNO	30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30
SECRETARIA DE FAZENDA	31
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	33
SECRETARIA DE SAÚDE	33
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
SECRETARIA DE OBRAS	35
SECRETARIA DE TRANSPORTES	36
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	36
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	36
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	36
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	36
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	37
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	37
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	38
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	38
INEDITORIAIS	39
ÍNDICE	39

UTILIDADE PÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193	CAESB	195
Defesa Civil	314-8214	CEB	196
Polícia	190	Detran	1514
Procon	1512	Farmácia de Plantão	132

Alcoólicos Anônimos 226-0091

PRONTO SOCORRO 192

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 21.170, DE 5 DE MAIO DE 2000

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o inciso III, do § 3º, art. 3º, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, e,

CONSIDERANDO a necessidade de melhor adequar às exigências modernas as estruturas dos órgãos que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal, mediante a redução dos custos administrativos; eliminação das superposições de competências; extinção de órgãos que não sejam responsáveis pela execução de atividades próprias de Estado; definição de estruturas otimizadas para os órgãos e entidades governamentais, com poucos níveis hierárquicos; descentralização dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão; e modernização da base tecnológica;

CONSIDERANDO os estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, especialmente contratada para esse fim, nos termos do processo nº 030.001.352/00;

DECRETA:

TÍTULO I
ESTRUTURA BÁSICA

Art. 1º A estrutura básica da Administração do Distrito Federal obedecerá às disposições deste Decreto:

CAPÍTULO I
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 2º São órgãos da Administração Direta:

GABINETE DO GOVERNADOR

I - Assessoria Especial;
II - Assessoria Parlamentar;
III - Casa Militar;
IV - Cerimonial;
V - Chefia de Gabinete;
VI - Consultoria Jurídica;
VII - Secretaria Particular;
VIII - Superintendência das Administrações Regionais;

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

IX - Ouvidoria-Geral do Distrito Federal;

ÓRGÃOS DO GRUPO ESTRATÉGICO

X - Secretaria de Estado de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno;
XI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;
XII - Secretaria de Estado de Governo;

ÓRGÃOS DO GRUPO DE SUPORTE GOVERNAMENTAL

XIII - Secretaria de Estado de Comunicação Social;
XIV - Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;
XV - Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;

ÓRGÃOS DO GRUPO DE INFRA-ESTRUTURA

XVI - Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento;
XVII - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras;
XVIII - Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos;

ÓRGÃOS DO GRUPO DE BEM-ESTAR SOCIAL

XIX - Secretaria de Estado de Ação Social;
XX - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários;
XXI - Secretaria de Estado de Cultura;
XXII - Secretaria de Estado de Educação;
XXIII - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
XXIV - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
XXV - Secretaria de Estado de Saúde;
XXVI - Secretaria de Estado de Segurança Pública;
XXVII - Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade;

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA JURÍDICO

XXVIII - Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

ÓRGÃOS DO GRUPO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

XXIX - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
XXX - Polícia Civil do Distrito Federal;
XXXI - Polícia Militar do Distrito Federal.

Parágrafo único. Integram, ainda, a estrutura básica da Administração do Distrito Federal, as Administrações Regionais.

Art. 3º Ficam alteradas as denominações dos seguintes órgãos:
I - Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais para Superintendência das Administrações Regionais;
II - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;
III - Secretaria de Estado de Administração para Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;
IV - Secretaria de Estado de Fazenda para Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;
V - Secretaria de Estado de Agricultura para Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento;
VI - Secretaria de Estado de Obras para Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras;
VII - Secretaria de Estado de Meio-Ambiente, Ciência e Tecnologia para Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos;
VIII - Secretaria de Estado da Criança e Assistência Social para Secretaria de Estado de Ação Social;
IX - Secretaria de Estado de Esporte e Valorização da Juventude para Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
X - Secretaria de Estado de Solidariedade para Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade.

Art. 4º Ficam transformados os seguintes órgãos, e remanejados os saldos das dotações orçamentárias e os patrimônios:
I - Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais para Superintendência das Administrações Regionais;
II - Secretaria de Estado de Assuntos Sindicais para Subsecretaria de Assuntos Sindicais da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;
III - Secretaria de Estado de Planejamento para Subsecretaria de Planejamento da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;
IV - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda para Subsecretaria de Emprego e Renda da Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade;
V - Secretaria de Estado de Turismo para Subsecretaria de Turismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia.
Parágrafo único. Nos remanejamentos dos saldos orçamentários, deverão ser mantidos os projetos, programas, atividades, subprojetos, subprogramas ou subatividades, a respectiva classificação funcional programática, inclusive os títulos descritos, metas e objetivos.

Art. 5º Ficam transformados os seguintes cargos, mantidos os atuais ocupantes:
I - Subsecretário de Coordenação das Administrações Regionais CNE-5 para Superintendente das Administrações Regionais CNE-4;
II - Secretário de Estado de Assuntos Sindicais CNE-3 para Subsecretário de Assuntos Sindicais da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa CNE-5;
III - Secretário de Estado de Planejamento CNE-3 para Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento CNE-5;
IV - Secretário Adjunto de Estado de Trabalho, Emprego e Renda CNE-3 para Subsecretário de Emprego e Renda da Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade CNE-5;
V - Secretário de Estado de Turismo CNE-3 para Subsecretário de Turismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia CNE-5;
VI - Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda CNE-5 para Subsecretário de Assuntos Previdenciários da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa CNE-5;
VII - Secretário de Estado de Transportes CNE-3 para Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal CNE-3.

Parágrafo único. Ao titular do cargo de Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal CNE-3 são assegurados os direitos, vantagens e prerrogativas de Secretário de Estado.

CAPÍTULO II
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
AUTARQUIAS

Art. 6º São autarquias da Administração do Distrito Federal:
I - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal;
II - Arquivo Público do Distrito Federal;
III - Departamento de Estradas de Rodagem-DER;
IV - Departamento de Trânsito-DETRAN;
V - Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília-SALUB.
Parágrafo único. Compete à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal:
a) regular a exploração dos serviços públicos outorgados ao setor privado;
b) assegurar a prestação adequada dos serviços prestados pelos outorgados, assim entendidos aqueles que satisfaçam as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade nas suas tarifas;
c) garantir a harmonia entre os interesses dos usuários e dos concessionários, permissionários, autorizatários, arrendatários e delegatórios dos serviços públicos.

Art. 7º Fica transformado o Serviço de Limpeza Urbana-SLU para Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília-SALUB.
Parágrafo único. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP adotará as providências necessárias para a transferência do Departamento de Parques e Jardins-DPJ, inclusive seu patrimônio, para o Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília-SALUB, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 8º Fica transformado o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU em Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal, autarquia sob regime especial, vinculada ao Gabinete do Governador.

FUNDAÇÕES

Art. 9º São fundações da Administração do Distrito Federal.
I - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso-FUNAP;
II - Fundação de Apoio à Pesquisa-FAP;
III - Fundação Hemocentro de Brasília;
IV - Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

Art. 10. Serão extintas as seguintes Fundações:
I - Fundação Educacional do Distrito Federal;
II - Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
§ 1º As disposições sobre a extinção de que trata este artigo serão baixadas em ato próprio no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 2º No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo providenciará a alienação, mediante licitação, do acervo patrimonial que compõe o Departamento de Comercialização de Material Agropecuário da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal-FZDF.

EMPRESAS PÚBLICAS

Art. 11. São empresas públicas da Administração do Distrito Federal:
I - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN;
II - Companhia de Saneamento do Distrito Federal-CAESB;

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (0XX61) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312.
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

III - Companhia do Metropolitano do Distrito Federal-METRO-DF;
IV - Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP;
V - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP;
VI - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal-EMATER-DF.

Art. 12. No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo adotará as providências necessárias para privatização, mediante licitação, das seguintes empresas públicas:
I - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal-CEASA;
II - Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB;
III - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.-TCB.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 13. São sociedades de economia mista da Administração do Distrito Federal:
I - Banco de Brasília S/A-BRB;
II - Companhia Energética de Brasília-CEB.

CAPÍTULO III
ÓRGÃOS RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS

Art. 14. É órgão relativamente autônomo sem personalidade jurídica:
I - Instituto Jardim Botânico do Distrito Federal.

TÍTULO II
COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 15. São áreas de competência dos órgãos da Administração Direta:

GABINETE DO GOVERNADOR

I - Assessoria Especial:
a) prestar assessoramento direto e imediato ao Governador, nos assuntos por ele definidos;
b) articular-se com outros órgãos de Governo do Distrito Federal, União, Estados e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência e hierarquia.

II - Assessoria Parlamentar:
a) assessorar o Governador em assuntos ligados às atividades parlamentares;
b) planejar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades de assessoria parlamentar.

III - Casa Militar:
a) prestar assistência direta ao Governador em sua segurança pessoal e de seus familiares e em assuntos de vigilância das residências oficiais;
b) assistir ao Governador em assuntos de natureza militar e de segurança.

IV - Cerimonial:
a) assessorar o Governador em assuntos ligados às atividades de cerimonial;
b) exercer a direção e a coordenação dos trabalhos de assessoramento protocolar.

V - Chefia de Gabinete:
a) coordenar as atividades administrativas do Gabinete do Governador;
b) assessorar o Governador.

VI - Consultoria Jurídica:
a) assessorar o Governador em assuntos de natureza jurídica submetidos a seu exame.

VII - Secretaria Particular:
a) supervisionar a pauta de audiências, visitas e compromissos do Governador;
b) manter registros, lembrar compromissos, manter cadastro de assuntos de despachos com o Governador.

VIII - Superintendência das Administrações Regionais:
c) coordenar, dirigir, supervisionar e controlar a execução das atividades das Administrações Regionais;
d) coordenar, orientar, apoiar e propor normas, critérios e procedimentos para o aperfeiçoamento do processo de regionalização.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

XIX - Gabinete do Vice-Governador:
a) assistir ao Vice-Governador em assuntos de natureza técnico-administrativa;
b) assistir ao Vice-Governador em assuntos pertinentes ao cerimonial;
c) assistir ao Vice-Governador em assuntos de qualquer outra natureza a ele encaminhados;
d) assistir ao Vice-Governador no atendimento das críticas e sugestões dos cidadãos relacionados aos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal.

X - Ouvidoria-Geral do Distrito Federal:
a) atender ao cidadão em suas dúvidas e reclamações sobre a administração distrital;
b) encaminhar as solicitações dos cidadãos aos órgãos competentes e acompanhar as providências adotadas.

ÓRGÃOS DO GRUPO ESTRATÉGICO

XI - Secretaria de Estado de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno:
a) desenvolver e implementar, em conjunto com os órgãos competentes da União e do Estados de Goiás e Minas Gerais, políticas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal;
b) promover a articulação entre os órgãos responsáveis pelos programas e projetos pertinentes ao desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal;
c) coordenar as atividades referentes ao desenvolvimento do Entorno, a cargo do Distrito Federal;
d) Negociar acordos e convênios para a captação de recursos destinados ao funcionamento de programas e projetos a serem implantados na região do Entorno.

XII - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia:
a) formular as políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento da indústria, do comércio, do turismo, da ciência e tecnologia e do setor de serviços do Distrito Federal;
b) desenvolver programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas do Distrito Federal;
c) articular a participação das entidades privadas representativas de classe no desenvolvimento das políticas e programas específicos para o setor;
d) promover e divulgar os setores industrial, comercial, turístico e de serviços do Distrito Federal;
e) administrar os equipamentos públicos turísticos e aqueles destinados à realização de feiras, congressos e outros eventos, que lhe forem designados;
f) estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal.

XIII - Secretaria de Estado de Governo:
a) assistir ao Governador do Distrito Federal no relacionamento do Poder Executivo com os Poderes Judiciário e Legislativo Federal e Distrital, bem como com a União, Estados e Municípios, representações diplomáticas, organismos não governamentais nacionais e internacionais;
b) promover a articulação entre os órgãos integrantes do Poder Executivo do Distrito Federal;
c) zelar pela defesa do consumidor;
d) conduzir os processos referentes a reformas administrativas e privatizações de empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal;
e) realizar a supervisão e administração orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos integrantes do Gabinete do Governador.

ÓRGÃOS DO GRUPO DE SUPORTE GOVERNAMENTAL

XIV - Secretaria de Estado de Comunicação Social:
a) formular e coordenar a política de comunicação social do Governo do Distrito Federal, abrangendo as áreas de imprensa, publicidade e divulgação;
b) executar as atividades de comunicação social do Gabinete do Governador;
c) coordenar as atividades de comunicação social das demais unidades do Governo Distrito Federal;
d) coordenar a edição e a divulgação do Diário Oficial do Distrito Federal;
e) coordenar a contratação dos serviços de pesquisas, publicidade e propaganda do Governo Distrito Federal.

XV - Secretaria de Estado de Gestão Administrativa:
a) promover a modernização e organização administrativas;
b) formular e executar as políticas de seleção, administração e capacitação de recursos humanos;
c) planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de administração patrimonial, de materiais, de serviços e do transporte oficial;
d) planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades relacionadas a assuntos previdenciários;
e) conduzir as negociações sindicais;
f) normatizar as práticas de gestão do Governo do Distrito Federal.

XVI - Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento:
a) coordenar o sistema de planejamento, orçamento e compras do Governo do Distrito Federal;
b) executar a administração tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e gestão da dívida ativa;
c) executar a administração financeira do Distrito Federal, compreendendo as atividades pertinentes à execução orçamentária e financeira, contabilidade, auditoria e controle interno;
d) administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal;
e) avaliar os impactos sócio-econômicos das políticas e programas do Governo do Distrito Federal;
f) elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura sócio-econômica do Distrito Federal;
g) elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual do Distrito Federal;
h) coordenar a implantação e a manutenção do Sistema Integrado de Automação e Tratamento da Informação;
i) realizar estudos visando a captação de recursos, no País e no exterior, destinados ao financiamento de projetos do Governo do Distrito Federal;
j) supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A-BRB.

ÓRGÃOS DO GRUPO DE INFRA-ESTRUTURA

XVII - Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento:
a) elaborar e implementar a política agrícola do Distrito Federal, compreendendo as atividades de produção, comercialização, abastecimento e armazenagem;
b) desenvolver programas de fomento à produção agropecuária do Distrito Federal;
c) apoiar o desenvolvimento rural integrado, o associativismo e o cooperativismo;
d) incentivar as pesquisas e práticas agrícolas relativas ao manejo sustentável;
e) prestar serviço de orientação técnica e extensão rural;
f) coordenar e executar a política de controle, defesa e inspeção sanitária dos produtos de origem vegetal e animal;
g) fiscalizar o uso de agrotóxicos;
h) administrar e fiscalizar o plano de utilização das terras rurais.

XVIII - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras:
a) formular e implementar a política de infra-estrutura do Governo do Distrito Federal;
b) coordenar a elaboração de projetos e a execução de obras públicas, inclusive sistemas viários, metroviários e drenagem pluvial;

c) coordenar as atividades de distribuição de energia;
d) coordenar as atividades de conservação das áreas urbanizadas e ajardinadas e limpeza urbana.

XIX - Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos:
a) formular, coordenar e executar a política ambiental e de recursos hídricos do Distrito Federal;
b) planejar e implementar ações para a preservação, proteção, recuperação e fiscalização do meio-ambiente, incluindo os recursos hídricos na área territorial do Distrito Federal;
c) promover ações educativas e de conscientização voltadas para a preservação do meio-ambiente;
d) realizar, através de acordos de cooperação com a União, o registro, o acompanhamento e a fiscalização das outorgas do direito de pesquisa e de exploração dos recursos hídricos e minerais encontrados no solo e no subsolo do território do Distrito Federal;
e) administrar os parques, reservas, hortos, jardins e viveiros criados e/ou mantidos pelo Governo do Distrito Federal, que lhe forem designados;
f) coordenar as atividades de tratamento e abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgoto sanitário.

ÓRGÃOS DO GRUPO DE BEM-ESTAR SOCIAL

XX - Secretaria de Estado de Ação Social:
a) formular e implementar a política de desenvolvimento social e de valorização da juventude e do idoso no Governo Distrito Federal;
b) planejar, coordenar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades que garantam o atendimento das necessidades básicas da população, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social;
c) promover a integração de programas e projetos voltados para a ação social;
d) planejar, coordenar e avaliar a execução de programas de valorização da juventude e do idoso.

XXI - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários:
a) planejar e executar a política de regularização das terras urbanas e rurais do Distrito Federal;
b) promover a ocupação ordenada do solo, a partir de operações imobiliárias de aquisição e/ou de alienação de terras de propriedade do Distrito Federal;
c) manter o cadastro e o registro central de todos os imóveis do Distrito Federal;
d) definir normas sobre contrato e transferência de posse e domicílio para os imóveis urbanos e rurais, objeto de regularização fundiária;
e) praticar os atos necessários à cessão ou transferência de imóveis urbanos e rurais, a qualquer título, sendo representado pelo Secretário de Assuntos Fundiários;
f) promover ações que visem a discriminação de terras públicas e privadas no Distrito Federal;
g) coordenar e acompanhar, em todas as fases, na forma da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e suas alterações e a legislação distrital pertinente à matéria, os loteamentos, parcelamentos e desmembramentos das áreas urbanas, exceto as de iniciativas públicas.

XXII - Secretaria de Estado de Cultura:
a) formular e executar a política cultural do Distrito Federal;
b) propiciar meios de acesso à cultura, através da manutenção dos bens, espaços e instituições culturais do Distrito Federal;
c) incentivar a produção cultural do Distrito Federal, através do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura e por meio de incentivos fiscais;
d) incentivar os programas de valorização e profissionalização dos artistas e técnicos do Distrito Federal;
e) promover, apoiar e patrocinar a produção de eventos artísticos, culturais e científicos do Distrito Federal;
f) preservar a memória do Distrito Federal.

XXIII - Secretaria de Estado de Educação:
a) formular, coordenar e avaliar o Plano de Educação do Distrito Federal;
b) oferecer educação infantil, ensino médio, educação profissional e ensino especial à população do Distrito Federal;
c) fiscalizar as instituições de ensino, públicas e particulares, do Distrito Federal;
d) desenvolver, coordenar e avaliar programas de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico, docente e administrativo da Secretaria de Estado de Educação;
e) realizar estudos e pesquisas voltados para a melhoria do ensino público do Distrito Federal;
f) zelar pelo cumprimento das normas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

XXIV - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer:
a) propor e executar as políticas e diretrizes do esporte, educação física e recreação do Distrito Federal;
b) desenvolver programas e planos para a prática de esporte, educação física e recreação;
c) incentivar e apoiar a realização de eventos esportivos e recreativos;
d) cumprir e fazer cumprir a legislação esportiva;
e) credenciar e cadastrar entidades representativas de estabelecimentos de práticas esportivas;
f) administrar os equipamentos esportivos que lhe forem designados.

XXV - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação:
a) planejar, desenvolver e coordenar a política habitacional do Distrito Federal;
b) desenvolver e coordenar a política de desenvolvimento urbano do Distrito Federal;
c) elaborar estudos geográficos, cartográficos e estatísticos;
d) coordenar, acompanhar, monitorar e revisar os instrumentos da política imobiliária, com destaque para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, bem como participar da elaboração, acompanhamento, implementação, monitoramento e revisão dos Planos Diretores Locais;
e) celebrar acordos e convênios com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento urbano e habitacional;
f) zelar pela preservação da área tombada e do patrimônio histórico e arquitetônico do Distrito Federal.

XXVI - Secretaria de Estado de Saúde:
a) formular a política de saúde do Distrito Federal;
b) planejar, organizar e coordenar a execução, a fiscalização e a avaliação das atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde;
c) construir, equipar e operar as unidades de prestação de serviços de saúde do Distrito Federal;
d) fiscalizar os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde e correlatos, bem como o exercício das profissões de saúde;
e) fiscalizar os estabelecimentos farmacêuticos e controlar a produção e a comercialização de drogas e de medicamentos;
f) fiscalizar a manipulação e a comercialização de gêneros alimentícios;
g) realizar estudos no campo da saúde, englobando a pesquisa básica, clínica e epidemiológica.

XXVII - Secretaria de Estado de Segurança Pública:
a) formular políticas, planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à segurança, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento e defesa civil;
b) coordenar as atividades de polícia administrativa, judiciária e de manutenção da ordem pública, bem como as ações policiais ostensivas, preventivas e de investigação criminal;
c) coordenar os serviços concernentes ao sistema de trânsito e tráfego do Distrito Federal;
d) administrar os estabelecimentos penais e promover a implantação de métodos e técnicas modernas na polícia carcerária;
e) promover o aprimoramento profissional dos serviços policiais, mediante a instituição de cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento funcional;
f) coordenar perícias criminalísticas médico-legais e identificação civil e criminal;
g) orientar e esclarecer quanto ao uso indevido de entorpecentes, assim como a execução da respectiva política.

XXVIII - Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade;
a) formular e implementar a política de trabalho e solidariedade;
b) desenvolver programas de combate à miséria e à fome das famílias de baixa renda;
c) socorrer, no âmbito de suas atribuições, as famílias atingidas por eventos caracterizados como de calamidade pública;
d) formular políticas públicas voltadas para a promoção de oportunidades de emprego e renda para a população do Distrito Federal;
e) promover programas e ações voltados para a formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e o desenvolvimento profissional;
f) desenvolver e manter mecanismos que facilitem o acesso dos trabalhadores e profissionais autônomos ao mercado de trabalho;
g) apoiar iniciativas de pequenos empreendedores para geração de renda.

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA JURÍDICO

XXIX - a Procuradoria-Geral, órgão central do sistema jurídico do Distrito Federal, permanece com a estrutura e competências atuais, e terá a sua lei de organização proposta na forma do inciso III, do art. 75, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

ÓRGÃOS DO GRUPO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

XXX - a Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal permanecem com as estruturas e competências reguladas em legislação própria.

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Serão extintos e transferidos os cargos, saldos das dotações orçamentárias, os patrimônios e as atividades dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado de Transportes para Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal;

II - Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal-IDHAB para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

III - Instituto de Ecologia e Meio-Ambiente do Distrito Federal-IEMA para Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF-IPDF para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

V - Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal-ICT para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;

VI - Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos-IDR para a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;

VII - Instituto de Saúde do Distrito Federal-ISDF para a Secretaria de Estado de Saúde.

Parágrafo único. As disposições para o cumprimento deste artigo serão baixadas em ato próprio no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 17. As disposições organizacionais dos órgãos da estrutura básica da Administração do Distrito Federal serão estabelecidas em regulamento próprio expedido pelo Governador, no prazo de até 30 (trinta) dias, mantidas, durante esse período, as atuais competências e atribuições.

Art. 18. As Administrações Regionais, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações, e órgãos relativamente autônomos, respeitada a respectiva legislação de regência, terão suas atribuições, estruturas e competências reguladas em normas específicas, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 19. Os órgãos da administração pública indireta, autarquias, fundações, os órgãos de deliberação coletiva e os relativamente autônomos, vinculam-se ou subordinam-se, conforme o caso, ao Governador ou às Secretarias de Estado, observada a correlação de competências e de matérias.

Art. 20. A Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal subordinam-se diretamente ao Governador para fins administrativos e

operacionais, e vinculam-se à Secretaria de Estado de Segurança Pública para fins de planejamento operacional.

Art. 21. Todos os órgãos que mantêm Contratos de Gestão celebrados com o Instituto Candango de Solidariedade-ICS promoverão a sua revisão no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 22. A reestruturação administrativa disposta neste Decreto não acarretará aumento de despesa.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 20.052, de 1º de março de 1999.

Brasília, 5 de maio de 2000
112º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 21.171, DE 5 DE MAIO DE 2000

Extingue os cargos que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 3º da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, DECRETA:

Art. 1º - Ficam extintos os cargos em comissão constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 2000
112º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO ÚNICO

SECRETARIA DE GOVERNO - SEG

Símbolo	Cargo
DFA-03	Secretário Administrativo da Divisão de Articulação e Desenvolvimento do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal
DFA-03	Secretário Administrativo da Divisão de Planejamento e Supervisão da Ação Governamental do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal
DFA-07	Assistente Administrativo da Secretaria Executiva do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Governo do Distrito Federal
DFA-09	Assistente da Secretaria de Governo do Distrito Federal
DFA-09	Assistente da Secretaria de Governo do Distrito Federal
DFA-11	Assessor Especial do Conselho dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo do Distrito Federal
DFA-12	Assessor Especial da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria de Governo do Distrito Federal

GABINETE DO GOVERNADOR - GAG

Símbolo	Cargo
DFA-01	Auxiliar de Conservação e Limpeza da Divisão de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFA-01	Auxiliar do Encarregado de Copa da Divisão de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFA-10	Secretário-Executivo da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFA-10	Secretário-Executivo do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFA-11	Assessor da Secretaria Particular do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFG-01	Encarregado de Copa da Divisão de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFG-03	Chefe de Garagem da Divisão Administrativa da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFG-03	Encarregado do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFG-03	Encarregado do Gabinete do Governador do Distrito Federal
DFG-03	Secretário-Administrativo da Assessoria do Corpo de Bombeiros Militar da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal

VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL - GVG

Símbolo	Cargo
IR-20	Assessor Militar do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-40	Adjunto de Telecomunicação do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-40	Adjunto de Ordens do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-72	Agente Militar Administrativo do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-72	Agente Militar Administrativo do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-72	Agente Militar Administrativo do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar de Segurança do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar de Segurança do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar de Segurança do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar de Segurança do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar de Segurança do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar Militar do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal
IR-90	Auxiliar Militar do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEA

Símbolo	Cargo
DFA-03	Secretário-Administrativo da Coordenação de Organização Administrativa da Secretaria de Administração
DFA-03	Secretário-Administrativo da Secretaria Administrativa da Secretaria de Administração
DFA-03	Secretário-Administrativo da Secretaria Administrativa da Secretaria de Administração
DFA-03	Secretário-Administrativo da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa da Secretaria de Administração
DFA-03	Secretário-Administrativo da Subsecretaria de Recursos Fiscais da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Assessoria Técnico-Legislativo da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Coordenação de Controle Administrativo de Recursos Humanos da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Divisão de Aposentadoria e Pensões da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Divisão de Informática da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Divisão de Pessoal da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente da Secretaria Administrativa da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Departamento de Administração de Pessoal da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Departamento de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Departamento de Manutenção Patrimonial da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Departamento de Transportes da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Departamento de Transportes da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Departamento de Transportes da Secretaria de Administração
DFA-05	Assistente do Serviço de Atendimento ao Servidor da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Almoxarifado central do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Almoxarifado central do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Abastecimento de Veículos do Departamento de Transportes da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Avaliação, Progressão e Promoção Funcional da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Comunicação Administrativa do Departamento de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Controle da Escrituração do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Documentação do Departamento de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Documentação do Departamento de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Merceologia do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Proventos, Benefícios ou Vantagem da Divisão de Aposentadoria e Pensões da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Registro e Cadastro de aposentados e pensionistas da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Registro e Controle de Veículos do Departamento de Manutenção Patrimonial da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Registro e Controle de Veículos do Departamento de Manutenção Patrimonial da Secretaria de Administração
DFG-02	Encarregado do Serviço de Zeladoria e Limpeza do Departamento de Manutenção Patrimonial da Secretaria de Administração
DFG-04	Chefe da Seção de Expediente da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa da Secretaria de Administração
DFG-04	Chefe da Seção de Expediente da Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração
DFG-10	Chefe do Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-10	Chefe do Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Material da Secretaria de Administração
DFG-10	Chefe do Serviço de Controle de Bens Imóveis do Departamento de Manutenção Patrimonial da Secretaria de Administração

SECRETARIA DE AGRICULTURA - SA

Símbolo	Cargo
CNE-05	Coordenador Geral do Programa de Consolidação e Implementação de Áreas Agricultáveis do DF da Secretaria de Agricultura
DFA-10	Secretária Executiva do Gabinete da Secretaria de Agricultura
DFA-11	Assessor da Assessoria Técnico Legislativa da Secretaria de Agricultura

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Símbolo	Cargo
FG-02	Chefe de Núcleo Regional Oeste da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Gerente de Agricultura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local da Cidade Ocidental da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Abadiania da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Água Fria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Alexânia da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Cabeceira da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Cocalzinho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Corumbá da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Cristalina da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Formosa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Luziânia da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Formoso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Padre Bernardo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Pirenópolis da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Planaltina - GO da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Santo Antônio do Descoberto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-03	Supervisor Local do Escritório Local de Vila Boa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FG-04	Secretária da Presidência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal



DOC. 2

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXV Nº 14 BRASÍLIA - DF, SEXTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2001 PREÇO R$ 0,66

Sumário

SEÇÃO I

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Vice-Governadoria 5
Secretaria de Governo 5
Secretaria de Gestão Administrativa 5
Secretaria de Fazenda e Planejamento 6
Secretaria de Educação 7
Secretaria de Ação Social 8
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras 8
Secretaria de Agricultura e Abastecimento 9
Secretaria de Segurança Pública 9
Polícia Militar do Distrito Federal 9
Secretaria de Cultura 10
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos 10
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação 13
Secretaria de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade 14
Tribunal de Contas do Distrito Federal 14

SEÇÃO II

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 14
Secretaria de Governo 18
Secretaria de Fazenda e Planejamento 19
Secretaria de Saúde 19
Secretaria de Ação Social 21
Secretaria de Segurança Pública 21
Corpo de Bombeiros Militar do DF 21
Polícia Civil do Distrito Federal 21
Polícia Militar do Distrito Federal 21
Secretaria de Cultura 21
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação 22
Secretaria de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade 22
Procuradoria Geral do Distrito Federal 22

SEÇÃO III

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 22
Secretaria de Fazenda e Planejamento 22
Secretaria de Educação 23
Secretaria de Saúde 23
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras 25
Secretaria de Segurança Pública 25
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia 26
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos 26
Secretaria de Assuntos Fundiários 26
Secretaria de Esportes e Lazer 30
Editoriais 31

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.680, DE 15 DE JANEIRO DE 2001.
(AUTOR DO PROJETO: DEPUTADO DISTRITAL RAJÃO)

Regulamenta a utilização de cães-guia por deficientes visuais.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Os portadores de deficiência visual que se utilizem de cães-guia podem adentrar em qualquer recinto de utilização pública ou veículo de transporte coletivo juntamente com seus animais, observadas as disposições definidas por esta Lei.
Art. 2º Para fazer uso da permissão de que trata esta Lei, o animal deverá estar devidamente cadastrado junto a órgão oficial a ser definido pelo Poder Executivo.
Parágrafo único. Para o cadastramento de que trata o caput, o proprietário do animal deverá apresentar, anualmente, entre outros, os seguintes documentos:
I – comprovante de que o cão foi adestrado por profissional devidamente qualificado;
II – cartão de vacinação e comprovação de que o animal não tem qualquer distúrbio que comprometa o seu convívio com o homem, emitidos por veterinário.
Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

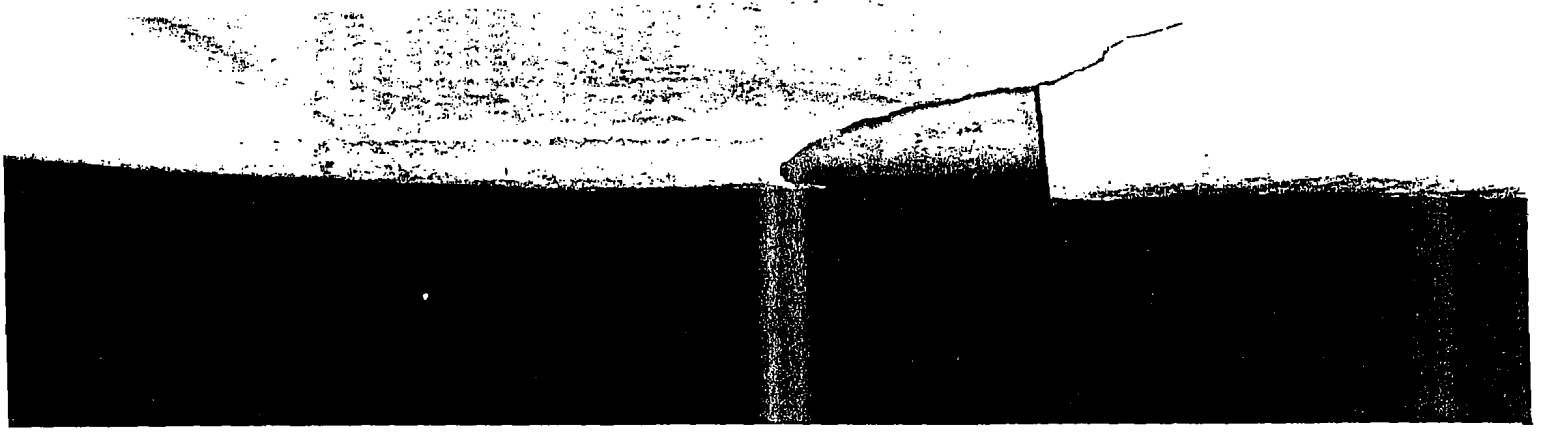
Brasília, 15 de janeiro de 2001
113º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 2.681, DE 15 DE JANEIRO DE 2001
(AUTORIA DO PROJETO: PODER EXECUTIVO)

Dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal nas condições que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, e legislação correlata, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que:
I - ocupantes de emprego permanente;
II - não tenham optado por integrar Plano de Desligamento Voluntário;
III - admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;
IV - admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988.
Art. 2º Ficam criados, excepcionalmente, no âmbito do Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas, tabelas de pessoal, que serão integradas, exclusivamente, pelos empregos públicos criados e preenchidos de acordo com o disposto no art. 1º.
Art. 3º Os empregados beneficiados por esta Lei, somente terão seus contratos rescindidos por ato unilateral da Administração nas seguintes hipóteses:
I – prática de falta grave, entre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Lei do Trabalho - CLT;
II – acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
III – necessidade de redução de pessoal, por excesso de despesas, na forma regulada no art. 169 da Constituição Federal;
IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento disciplinar, em que se assegurem:
a)o direito a ampla defesa;
b)recurso à autoridade superior;
c) prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de trabalho, estabelecidos obrigatoriamente de acordo com as especificações das atividades exercidas.
Art. 4º Os empregos públicos de que trata esta Lei serão extintos à medida em que vagarem.
Art. 5º V E T A D O.
Art. 6º A Secretaria de Gestão Administrativa promoverá, se necessário, programa de integração e treinamento específico dos empregados de que trata o artigo anterior, objetivando a eficácia de seu desempenho.
Art. 7º Para atender às peculiaridades de seu funcionamento, a Câmara Legislativa do Distrito Federal fica autorizada a fixar, por meio de Ato da Mesa Diretora, jornada de serviço extraordinário diversa da prevista no art. 74 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 2001
113º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ



Doc. 3

DF
RNO DO DISTRITO FEDERAL

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

) XXV Nº 116 BRASÍLIA – DF, QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2002 PREÇO R$ 0,66

SUMÁRIO

	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
lo Poder Legislativo			30
lo Poder Executivo	1	18	
Governadoria			
Militar			
aria de Governo		19	
aria de Gestão Administrativa	2	20	
aria de Fazenda e Planejamento	2	20	30
aria de Educação	7	21	
aria de Saúde	12	21	48
aria de Ação Social		22	49
aria de Infra-Estrutura e Obras			50
aria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
aria de Transportes	12		
aria de Segurança Pública	12	26	50
de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
a Civil do Distrito Federal			50
Militar do Distrito Federal			51
aria de Cultura	14	26	62
aria de Desenvolvimento mico, Ciência e Tecnologia	14	26	
aria de Comunicação Social			
aria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos		26	63
aria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	14		
aria de Articulação para o volvimento do Entorno			65
aria de Assuntos Fundiários		27	66
aria de Esporte e Lazer		27	66
aria de Trabalho e Direitos Humanos			
aria de Solidariedade	16		
aria de Coordenação das Administrações Regionais	16	27	67
adoria Geral do Distrito Federal	17	29	67
al de Justiça do Distrito Federal e Territórios			
al de Contas do Distrito Federal	17		
riais			68

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.989, DE 11 DE JUNHO DE 2002
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

redação ao art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001.
ERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGIS-
A DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
O art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, alterado pela Lei nº 2.890, de 23 de
le 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:
Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito
os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada
creto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislação correlata, os quais serão ocupados
I - ocupantes de emprego permanente;
II - não tenham optado por integrar o Plano de Desligamento Voluntário;
III - admitidos em data anterior a 3 de novembro de 1992;
IV - admitidos por concurso público em data posterior a 3 de novembro de 1992".
Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base no Decreto nº 22.595, de 7 de dezembro de 2001, até a data de 29 de abril de 2002.
Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 4º da Lei nº 2.863, de 27 de dezembro de 2001.

Brasília, 11 de junho de 2002
114º da República e 43º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 23.036, DE 18 DE JUNHO DE 2002

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 821.027,00 (oitocentos e vinte e um mil e vinte e sete reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 8º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 2.867, de 8 de janeiro de 2002, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:
Art. 1º Fica aberto ao Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 821.027,00 (oitocentos e vinte e um mil e vinte e sete reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente da alienação de bens móveis.
Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 2002
114º da República e 43º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I R$1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

ANEXO AO DECRETO Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITA DO DISTRITO FEDERAL	2219.00.00	220		821.027	821.027
				TOTAL	821.027

ANEXO II R$ 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO AO DECRETO Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15020515205	22207	SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIM PEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL				821.027
15.452.0160.8516		MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES				
Ref.: 001327	0150	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DO SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DO				

DOC. 14

URGENTE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

SHLN , Lote 02, Bloco 01, Conjunto B, Salas 201/204 - 2º ANDAR - BRASÍLIA/DF

003

PROCESSO 00576-2003-009-10-00-0 MANDADO 9ª VT/DF Nº 206 /2003

RECLAMANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO)
RECLAMADA: DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA)

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Doutor FERNANDO GABRIELE BERNARDES, Juiz do Trabalho desta 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF,

MANDA ao Oficial de Justiça - Avaliador, a quem for este distribuído, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, dirija-se à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GDF, localizada na Sede Provisória DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, sito à SEPN 516, BLOCO F, ED. CARLTON CENTER, 3º ANDAR BRASÍLIA/DF, e, sendo aí proceda a intimação, na pessoa de seu Secretário, para tomar ciência e providências cabíveis:

(X) Do despacho de fls. 50, cópia anexa.

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI

Eu, Denise Maria Karl, Secretário Especializado, digitei. E eu, Márcia Helena de Barros Monteiro Lima, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi o presente, aos 18 de junho de 2003.

Recebido em 24/06/03 às 17 horas

FERNANDO GABRIELE BERNARDES
Juiz do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho/DF

Luiz Carlos de Almeida Capella
Secretaria de Gestão Administrativa - GDF
Secretário Adjunto

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, com endereço na SEPN 513, Edifício Imperador, 4º andar, pelos Procuradores do Trabalho ao final assinados, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro nos arts 127, ***caput,*** 129, III, da Constituição da República; 6º, VII, "d" e 83, I e III da Lei Complementar nº 75/93 e na Lei 7.347/85, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com pedido de liminar

em face da do **DISTRITO FEDERAL (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)** estabelecida no Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar, nesta Capital e **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB**, situada no Setor de Garagens e Oficinas Norte, quadra 6, bloco "A", Brasília, DF, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho, em 24 de julho de 1997 ajuizou ação civil pública em desfavor de **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB (Proc. nº 977/97 -**

3ª Vara do Trabalho) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados com todos os trabalhadores admitidos após 05/10/88, posto que contratados sem a realização de concurso público. Os pedidos foram julgados procedentes em parte, declarando nulos os contratos firmados com a TCB após o advento da CF/88 **(doc. nº 01).** A decisão transitou em julgado, tendo a Ré rescindido os contratos de trabalho de cerca de 1.021 empregados, conforme termos de rescisão anexados aos autos da ACP nº 0977/97, que está atualmente em fase de execução.

Ocorre que o Governo do Distrito Federal não cumpriu integralmente a determinação judicial acima, objeto da Ação Civil Pública, proc. nº 0977/97, tendo transferido diversos empregados remanescentes da **TCB** para a tabela de empregos do Distrito Federal **(Decreto do GDF nº 23.082, de 04/07/2002 - doc. nº 02).**

Em razão disso, foi instaurado Procedimento Investigatório perante esta Procuradoria (PI nº 0457/2002).Neste, restou apurado que foram transferidos para o GDF, **145 (cento e quarenta e cinco) empregados,** sendo que desses, 34 (trinta e quatro) foram aposentados, restando **111 (cento e onze) empregados em situação irregular (doc. nº 03),** posto que admitidos posteriormente a 05/10/88, sem a realização de concurso público, consoante se observa do Ofício nº 272, de 09/04/2003, da Secretaria de Gestão Administrativa **(doc. nº 04).**

Assim, a transferência de tais empregados para a tabela de empregos do Distrito Federal, enseja a continuidade da mesma irregularidade, ou seja, continuarão na Administração Pública, sem que tivessem participado de concurso público, isso sem falar na **inconstitucionalidade** de toda a legislação aplicável à espécie.

2. DO DIREITO

2.1. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO

Os Réus são integrantes da Administração Pública, e como tais, devem obediência ao disposto no artigo 37 da Constituição da

República.

Segundo o art. 37, *caput,* da CF/88, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

> "*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*
>
> *II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*"

A prática adotada pelos Réus, e sobretudo o Governo do Distrito Federal, ao transferir os empregados da **TCB, relacionados no doc. nº 03**, para a sua tabela de empregos, importa em ofensa direta aos princípios que regem a administração pública e, especialmente, ao princípio do concurso público, adotado expressamente no artigo 37, inciso II, como condição prévia tanto para o preenchimento dos cargos, como também dos empregos públicos. E o parágrafo segundo fulmina de nulidade absoluta as contratações efetuadas com inobservância do requisito formal previsto na Constituição.

Portanto, a conduta dos Réus importa em flagrante violação à ordem jurídica constitucional, especialmente quando se contrastam os atos praticados por eles com o artigo 37, I e II, da Carta Política.

3. DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prevê o art. 129, da Constituição Federal, incumbir ao Ministério Público "*a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.*" O art. 129, III, também da

mesma Constituição, dispõe ser função institucional do *Parquet* "*promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.*" Por sua vez, o inciso II do mesmo artigo retrocitado também fixa como função institucional *"zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia."*

A Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em seu artigo 6º, inciso VII, dispõe que compete ao Ministério Público da União, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a) a proteção dos direitos constitucionais; b) a proteção do patrimônio público e social; c) a proteção de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos. Logo em seguida, no mesmo dispositivo, inciso XIV, está posto que poderá "*promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: a) ao Estado de Direito e às instituições democráticas; b)..... c) à ordem social.*

Especificamente quanto ao Ministério Público do Trabalho, todavia sem excluir as disposições anteriores - obviamente, posto que parte do Ministério Público da União - assim dispõe o art. 83 da Lei Complementar 75/93 que "*Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: I - promover as ações que lhes sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas; II .....; III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.*"

O art. 84 da mesma lei complementar, que trata da Lei Orgânica do Ministério Público, expressamente reza que *"incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito de suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III, IV do Título I"*.

A Constituição Federal, em seu art. 37, II, fixa como condição para a contratação de empregado público a sua aprovação em concurso público. Sem a realização do certame prévio, resta presumido o clientelismo que deveria ter sido exterminado de nossa

cultura. Como o modo "informal", ilegal e inconstitucional como contratou mão-de-obra, os Réus causaram danos ao patrimônio público, vez que se utilizou da Administração indireta - recursos públicos - para o pagamento dos salários de pessoas contratadas sem qualquer critério técnico, ou seja, ao talante do administrador, como se fora proprietário de uma empresa privada.

Violou, pois, os direitos difusos de todos os trabalhadores que são, potencialmente, candidatos a possível concurso público que deveria ter sido realizado pela Ré. Ou seja, todo trabalhador tem, nos termos que dispõe o art. 37, I, da Carta Política, direito subjetivo a assumir as vagas que foram preenchidas pelos atuais empregados das prestadoras de serviços, isto é, estariam em condições de prestarem concurso público, se assim lhes fosse permitido, razão pela qual justifica-se a intervenção do Ministério Público.

Em artigo doutrinário acerca do tema, leciona o ex-Subprocurador-Geral do Trabalho e atualmente Ministro do Col. TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho:

> "*No que concerne a interesses difusos no âmbito das relações de trabalho, teríamos como exemplo o de empresa pública que contratasse diretamente empregados (acrescentamos também os que prestam serviços por terceirização ilícita) sem concurso público. O STF já decidiu pela exigibilidade do concurso público também para a admissão de empregados (regidos pela CLT) nas empresas públicas e sociedades de economia mista (MS 21.322-1/DF), Rel. Min. Paulo Brossard, DJU de 23.04.93). Num caos desses, diante da denúncia do Sindicato Profissional a respeito da irregularidade, e uma vez constatada essa, o Ministério Público do Trabalho poderia ajuizar ação civil pública para a defesa do interesse difuso relativo aos possíveis candidatos a um concurso público. A hipótese seria nitidamente de defesa de interesse difuso pela impossibilidade de especificar o conjunto dos postulantes ao emprego público, já que, potencialmente, todas as pessoas que preenchessem os requisitos exigidos pelo mesmo, poderiam ser consideradas candidatas sem potencial.*" (**in** "A Defesa dos Interesses Coletivos pelo Ministério Público do Trabalho", Ltr 57-12/1431).

4. DA COMPETÊNCIA MATERIAL E FUNCIONAL

Versando a demanda sobre conflito decorrente de relação de emprego, a competência para apreciar e julgar o feito é da Justiça do Trabalho, nos exatos termos do art. 114 da Constituição Federal.

A esse respeito, a lição do eminente Min. João Oreste Dalazen vem a talho ao caso concreto, ao ensinar que *"O critério determinante da competência material da Justiça do Trabalho para a ação civil pública não é a existência atual, ou pretérita, da relação de emprego, tampouco emergir a lide entre os respectivos sujeitos. Nisto reside a especificidade, ou o traço "sui generis" de tal competência material: não é material a competência pela natureza e existência da relação jurídica em si, onde brota o litígio, mas pela natureza da prestação ou do bem jurídico objeto da disputa, sempre referida ou referível a um contrato de trabalho. Tratando-se de prestação de fato, abstenção de fato, ou de bem jurídico que decorra de obrigação constitucional de natureza trabalhista, havendo-se por tal inerente a um contrato de emprego, ainda que implícita neste, a competência para o deslinde da ação civil pública é da Justiça do Trabalho. Nada importa que a prestação vindicada seja dirigida apenas a um potencial empregador e pressuponha futuro contrato de trabalho: suficiente que postula em razão dele e alçada à culminada constitucional. Irrelevante, por igual, que a prestação seja pleiteada a um sindicato, desde que concernente à condição de empregado ou de empregador por ele representado e decorra de direito social constitucionalmente garantido."*

Quanto a competência funcional é pacífico o entendimento de que o Juízo de primeiro grau deve processar e julgar o feito. Nesse sentido o seguinte aresto:

> *COMPETÊNCIA HIERÁRQUICA (FUNCIONAL). "Segundo o artigo 2º da Lei nº 7.347/85, a competência para processar e julgar ações civis públicas é do juízo local onde ocorreu o dano. A alteração introduzida no art. 16 da mencionada Lei não cuidou de competência, mas dos limites subjetivos da coisa julgada. E a competência é do juiz de primeiro grau, pois não há como se cogitar de competência presumida, ela sempre decorre de lei ou da Constituição. Declina-se da competência deste Tribunal para a 28ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP." (TST, ACPn 548420/99, SBDI II, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, in DJ de 01/06/2001, pág. 472).*

Assim, dúvida não resta quanto à competência material da Justiça do Trabalho e funcional dessa MMª Vara para conhecer, processar e julgar o presente feito.

5. APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES. RESPONSABILIZAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO.

Perpetrada a ilegalidade, deve(m) a(s) autoridade(s) responsáve(l)(is) ser(em) punidas como impõe o art. 37, II e parágrafos 2º e 4º da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, 2º, 4º, 11 *caput* e inciso I, e art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429, de 02/06/92. Isto porque as contratações procedidas em contrariedade ao disposto no art. 37, II, da Carta Política constituem **crime de responsabilidade e prática de ato de improbidade administrativa,** ensejando também a reparação de danos causados ao Erário, mediante ação regressiva e suspensão de direitos políticos, nas esferas cível e eleitoral, valendo destacar que ao agente público cabe zelar pelos princípios inseridos no *caput* do mencionado art. 37, da Constituição, sobretudo o da **legalidade.**

Além disso, o ato inquinado lesa interesses difusos de brasileiros que se submetem a concursos públicos, atentando ainda contra a ordem jurídica, pela qual cabe ao Ministério Público zelar (art. 127 da CF e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93), pois se toleradas as admissões e a transferência ilegais, restaria frustrado o desejo de toda a sociedade, de inibir abusos, de modo a contribuir para a formação de uma competente e proba Administração Pública.

Portanto, a questão não cinge-se aos estreitos limites de mera contratação irregular de empregado, mas amplia-se na desobediência à Carta Magna e à legislação infraconstitucional vigente, em **flagrante prejuízo ao interesse público**, interesse maior da sociedade, impondo-se, dessa forma, combater reprováveis práticas, com a responsabilização da(s) autoridade(s) pública(s).

Entretanto, à falta de competência dessa Justiça Especializada para conhecer de matéria penal, cível e eleitoral, e

Ainda tratando da mesma matéria foi expedido o Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 **(doc. nº 07)**, que *"Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências"*

O art. 1º do mencionado diploma legal estipula que os empregados que menciona, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, continuando a serem regidos pela CLT (art. 2º).

Também no mesmo sentido o Decreto nº 23.082, de 04/07/2002 **(doc. nº 02).**

Ora, toda essa legislação contém a eiva da inconstitucionalidade, posto que viola frontalmente o artigo 37, II, da Constituição da República, na medida em que o Governo do Distrito Federal transferiu vários empregados da TCB para a tabela de emprego do Distrito Federal e ainda acena com a possibilidade de transferir outros empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal (art. 1º da Lei nº 2.681/2001).

Registre-se que o controle difuso das leis pode ser exercido em sede de ação civil pública, consoante vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, verbis:

> *"Recurso Extraordinário. Ação Civil Pública. Ministério Público. Legitimidade. 2. Acórdão que deu como inadequada a ação civil pública para declarar a inconstitucionalidade de ato normativo municipal. 3. Entendimento desta Corte no sentido de que "nas ações coletivas, não se nega, à evidência, também, a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade, incidenter tantum, de lei ou ato normativo federal ou local." 4. Reconhecida a legitimidade do Ministério Público, em qualquer instância, de acordo com a respectiva jurisdição, a propor ação civil pública (CF, arts. 127 e 129, III). 5. Recurso extraordinário conhecido e provido para que se prossiga na ação civil pública movida pelo Ministério Público."* (RE 227159/GO, 2ª Turma, Rel. Min. Néri da

Silveira, DJ de 17/05/2002).

Em razão disso, requer sejam declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da legislação acima mencionada.

7. DOS PEDIDOS

7.1. Da medida liminar

As provas carreadas aos autos demonstram à saciedade o direito lesado, ou seja, que a Ré **TCB** contratou os empregados **(doc. nº 03)** sem a realização obrigatória de concurso público enquanto que o **Governo do Distrito Federal** os transferiu para o seu quadro de tabela de empregos, continuando a serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (art. 1º, § 1º, do Decreto nº 23.082, de 04/07/2002). E ainda que fossem concursados, não se admite a transferência para o quadro de pessoal do Governo do Distrito Federal, pois violaria, da mesma forma, o art. 37, II, da CF/88.

E restou provado e demonstrado que a lesão vem ocorrendo de forma continuada, renovando-se a cada dia de trabalho. Além disso, a prestação jurisdicional final, com certeza, poderá demorar alguns anos, período em que a fraude estará beneficiando ilicitamente os Réus.

A Lei nº 7.347/85 - que regula a matéria procedimental da ação civil pública - em seu artigo 12, prevê a hipótese da medida liminar, em face da eventual necessidade de tutela assecuratória instrumental ao objeto da tutela jurisdicional principal, de cunho cognitivo, garantindo a efetividade desta. Com efeito diz o citado dispositivo que *"Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificativa prévia, em decisão sujeita a agravo"*.

Em sendo assim, está demonstrada a presença do *fumus bonis iuris* e do *periculum in mora*, razão por que torna-se necessária a concessão de medida liminar, com fulcro no art 12 da Lei 7.347/85, deferindo, de pronto, os seguintes pedidos para que:

a) o Réu **DISTRITO FEDERAL (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)** se abstenha de transferir qualquer empregado da **TCB** para a tabela de empregos do Distrito Federal e que também se abstenha de transferir empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;

b) seja fixada multa de R$10.000,00 (dez mil reais) em relação a cada empregado que venha a ser transferido irregularmente, em descumprimento da liminar porventura concedida.

E em caráter **definitivo**:

1) seja declarada a nulidade de todos os contratos irregulares mantidos pelos Réus, relacionados no **doc. de nº 03**, assinando-se prazo para a rescisão de todos os contratos de trabalho, sob pena de pagamento de multa no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento da determinação judicial;

2) seja declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 2.681, de 15/01/2001; da Lei nº 2.989, de 11/06/2002; do Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 e Decreto nº 23.082, de 05/07/2002;

3) a procedência, em definitivo, dos pedidos liminares inseridos nas alíneas "a" e "b";

Requer ainda sejam os Réus citados nos endereços mencionados no preâmbulo desta e na pessoa de seus representantes legais, para que, querendo, contestem a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

Requer também a produção de todos os meios de provas em direito admitidas;

Requer, finalmente, na forma do art. 84, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/93, c/c o art. 236, § 2º, do CPC, a intimação

dos atos do processo, na pessoa de um dos membros do Ministério Público do Trabalho.

À causa, dá-se o valor de R$10.000,00 (dez mil reais).

Pede deferimento.

Brasília, DF, 10 de junho de 2003

JOAQUIM R. NASCIMENTO
Procurador do Trabalho

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região



69	0053546X	DILVANIO JOSE PEREIRA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
70	00546755	DIVINO ALVES MARTINS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
71	00539644	DOMINGOS RODRIGUES DE ALMEIDA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
72	00539643	ENES PUGAS SILVA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
73	0053627X	ESPEDITO GOMES MONTEIRO	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
74	00558001	IRENILDA MARIA DAS N. BACELLAR	COBRADOR	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
75	00540781	ISMAEL VIEIRA DE JESUS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
76	00544515	IVO VIEIRA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
77	00548561	JACQUELINE PENA VIEIRA	COBRADOR	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
78	00542806	JARDAS PEREIRA DA CONCEICAO	COBRADOR	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
79	00542008	JOSE ARIMATEA A DOS SANTOS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
80	00541427	JOSE FERREIRA PINTO	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
81	00542652	JOSE IRENE DOS SANTOS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
82	00543549	JOSE MARQUES DE ARAUJO	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
83	00539139	JOSIAS TAVARES DE CARVALHO	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
84	00537780	LEVINO MOTA PINHEIRO	AUX. DE SERV. GERAIS	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
85	00551937	LOURISVALDO ALVES	TEC. DE MANUTENCAO	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
86	00543950	MANOEL MICAEL DE MEDEIROS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
87	00545775	MARIA RAQUEL MELO SANTOS	COBRADOR	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
88	00548928	NAGIB SAAB	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
89	00546518	NILSON HONORIO DA SILVA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
90	00546321	PAULO ROBERTO PARREIRA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
91	00543403	REINAL DO JOSE DE MEDEIROS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
92	00553956	ROMUALDO VIDAL DO NASCIMENTO	AUX. DE MANUTENCAO	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
93	00539171	TENI SOARES DA SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
94	00547182	VALTER DOS SANTOS	COBRADOR	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
95	0054227X	WALDEMIR TAVARES DA SILVA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
96	00544914	ZULEIDE MORAES DOS SANTOS	COBRADOR	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
97	00550434	EZEQUIAS MARQUES BOAVENTURA	MEDICO	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
98	00548022	GERALDO FRANCISCO BRAGA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
99	00538442	IRCIONE XAVIER QUEIROGA	AUX. DE SERV. GERAIS	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
100	00543365	JOSE ANTONIO RIBEIRO	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
101	00554057	JOSE AUGUSTO DA SILVA	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
102	00543669	JOSE ROSA DE JESUS	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
103	00537594	RAIMUNDA PEREIRA DE OLIVEIRA	AUX. DE SERV. GERAIS	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA
104	00539791	RONAN SEBASTIAO DE ANDRADE	MOTORISTA	SEC. GESTÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 22.322, DE 13 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, incisos XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, decreta:

Art. 1º Os empregos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB, constantes do Anexo I, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, administrada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

§ 1º Os empregos a que se refere este artigo permanecem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 e legislação superveniente.

§ 2º Os Contratos de Trabalho firmados entre os empregados remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB, a que se refere este Decreto, permanecem com suas cláusulas contratuais inalteradas, à exceção da cláusula relativa à empregadora que será adequada às disposições deste Decreto.

§ 3º Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa efetuar o apostilamento dos contratos de trabalho, conforme disposição contida no *caput* deste artigo.

§ 4º Os empregos a que se refere o Anexo I serão extintos à medida em que vagarem.

Art. 2º Os ocupantes dos empregos de que trata o art. 1º deste Decreto são os relacionados no Anexo II.

Art. 3º Os ocupantes dos empregos a que se refere este Decreto e que se encontram na qualidade de cedidos para órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, na data de publicação deste Decreto, permanecem nesta condição.

§ 1º O ônus com o pagamento dos salários e benefícios devidos aos empregados de que trata o *caput* deste artigo será do órgão cessionário.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa divulgar a relação dos empregados que se encontram cedidos.

§ 3º Os demais empregados serão lotados por ato da Secretaria Estado de Gestão Administrativa, de acordo com as necessidades dos órgãos, aplicando-se quando couber as disposições do § 1º deste artigo.

Art. 4º Permanece em vigor o Plano de Cargos e Salários – PCS, aprovado nos termos da Resolução de Diretoria nº 085/88, de 26 de dezembro de 1988, ratificada pela Resolução do Conselho de Administração da TCB, na Reunião Ordinária Nº 62, de 27 de dezembro de 1988.

Art. 5º As despesas oriundas da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta do Orçamento do Distrito Federal, cabendo à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, em conjunto com a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, promover as alterações e ajustes necessários.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2001.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 2001.
113º da República e 42º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I do Decreto n.º 22.322, de 13 de agosto de 2001

ORDEM	EMPREGO PERMANENTE	QUANTIDADE
1	ADMINISTRADOR	4
2	ARQUITETO	1
3	ASSESSOR ESPECIAL	8
4	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38
5	ASSISTENTE TÉCNICO	27
6	ATENDENTE DE AMBULATÓRIO	2
7	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	32
8	AUXILIAR DE ALMOXARIFADO	12
9	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	11
10	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13
11	BORRACHEIRO	9
12	CAIXA	22
13	CARPINTEIRO DE CARROCERIA	1
14	COBRADOR	213
15	DENTISTA	1
16	DIGITADOR	1
17	ECONOMISTA	1
18	ENGENHEIRO	2
19	ESTOFADOR	2
20	FISCAL DE TRÁFEGO	49
21	INSPETOR DE TRÁFEGO	2
22	MARCENEIRO	1
23	MÉDICO	1
24	MÉDICO DO TRABALHO	1
25	MOTORISTA	462
26	MOTORISTA MANOBREIRO	15
27	OFICIAL DE POSTO	24
28	OPERADOR DE CARRO GUINCHO	1
29	OPERADOR DE TACOGRAFIA	3
30	OPERADOR DE VHF	1
31	PEDAGOGO	3
32	PEDREIRO	2
33	PINTOR DE AUTOS	2
34	RECAUCHUTADOR	6
35	SERRALHEIRO	1
36	TÉCNICO DE ALMOXARIFADO	1
37	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	4
38	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	62
39	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	1
40	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2
41	TÉCNICO EM ALINHAMENTO RODAS	1
42	TÉCNICO EM BOMBA INJETORA	1
43	TÉCNICO EM EXTINTOR	1
44	TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS	2
45	TÉCNICO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO	5
46	TELEFONISTA	1
47	TORNEIRO MECÂNICO	1
	TOTAL GERAL	1.056

ANEXO II - do Decreto nº 22.322, de 13 de agosto de 2001

MATRÍCULA	NOME	EMPREGO
00531022	ENI DE FREITAS MACIEL	ADMINISTRADOR
00497967	EROTIDES VIEIRA LIMA	ADMINISTRADOR
0042353X	IVAN SOARES VARGAS	ADMINISTRADOR
00511390	MAURO SERGIO BARBOSA	ADMINISTRADOR
00524816	IRENE MERGENER CUNHA	ARQUITETO
00474045	ANTONIO PEDRO GALAS BRITO	ASSESSOR ESPECIAL
00420042	ARISTIDES CANDIDO DE OLIVEIRA	ASSESSOR ESPECIAL
00420530	CARLOS CAETANO DE ALMEIDA	ASSESSOR ESPECIAL
00442119	JOSE AMARO CARDOSO SILVA	ASSESSOR ESPECIAL
00420735	LUIZ ALVES DE SOUSA	ASSESSOR ESPECIAL
00423661	MARIA JOSEFINA DE FARIA	ASSESSOR ESPECIAL
00464732	MARTA LUCIA MONTEIRO RIBEIRO	ASSESSOR ESPECIAL
00433314	SEBASTIAO DA SILVA	ASSESSOR ESPECIAL
00477400	AIDELMA MARIA DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00524891	ALEXANDRINA DE SOCORRO REZENDE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00484296	ANTONIO CAMARGO DA ROCHA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00494623	ANTONIO LUIZ RODRIGUES COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00509973	ARCELINO DA PAIXAO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00532002	CICERO NAZARENO DE LUCENA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00524921	DENISE PEREIRA DE JESUS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00472050	ELIENE FONSECA ARAUJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00523372	EMILIA CIRQUEIRA DE O DOS SANT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00494879	GERALDO MAGELA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00523607	GILEIDE ALVES DE MORAIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00523593	GLAUCIA YOSHIKO YAMAMOTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00522961	GUIODETE RIBEIRO DE ALMEIDA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00523550	IVANI ALVES DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00524832	JAIMILTON PEREIRA DE SOUSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00504807	JAIRO APARECIDO LEITE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00530859	JOAO FRANCISCO MARTINS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00482048	JOSE ORLANDO SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00465828	JOSE SOARES DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00435309	LASARO JOSE DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
00524654	LUIS GUSTAVO VIANA SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Art. 308 — É proibida a instalação de alto-falantes irradiando para os logradouros públicos.

Art. 309 — Não é permitido escoar para logradouros públicos, quaisquer águas servidas.

CAPÍTULO II

Sinalização e Numeração

Art. 310 — Cabe à PDF, através de seus órgãos competentes, a sinalização de Brasília, com a colocação das seguintes placas:

I — necessárias à ordenação do trânsito e tráfego, em obediência à legislação federal sôbre a matéria, bem como indicativas dos pontos de ônibus;

II — indicativas da nomenclatura das vias, setores e quadras de Brasília;

III — indicativas de direções a serem colocadas nos trevos, cruzamentos e bifurcações de vias.

Art. 311 — É proibido danificar ou encobrir de qualquer maneira as placas de sinalização.

Art. 312 — Não são permitidas inscrições de propaganda de qualquer espécie, nas placas de sinalização.

Art. 313 — Cabe ao proprietário e é obrigatória a colocação, em lugar externo e visível, de placa de numeração do imóvel;

Parágrafo único — O número do imóvel é aquêle fornecido pela DLFO no certificado de numeração e a placa deverá obedecer a modêlo fornecido pela DLFO.

CAPÍTULO III

Monumentos, Mastros, Anúncios, Letreiros e Toldos

Art. 314 — Os monumentos, esculturas, fontes, placas e similares, sòmente poderão ser colocados ou construídos em logradouros públicos, mediante autorização especial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo que poderá exigir desenhos, fotografias, maquetes ou outros elementos que julgar necessários para o exame de sua qualidade, importância e localização.

Parágrafo único — As determinações desta norma são extensivas a monumentos, esculturas, fontes, placas, comemorativas, localizadas em áreas particulares desde que, a critério da DLFO, interfiram no aspecto dos logradouros públicos.

Art. 315 — A colocação de mastros em logradouros públicos ou em fachadas sòmente será permitida mediante autorização da DLFO.

Art. 316 — Sòmente será permitida a colocação de anúncios e letreiros quando submetidos à aprovação da DLFO mediante requerimento acompanhado de:

I — desenho em escala do anúncio ou letreiro, devidamente cotado;

II — indicação das obras adotadas;

III — indicação dos materiais de sua confecção;

IV — indicação do sistema de iluminação, quando existente;

V — indicação de sua localização, disposição e sistema de colocação;

VI — fotografia da fachada que receberá o letreiro;

VII — texto na língua portuguêsa e corretamente redigido.

Art. 317 — É expressamente proibida a colocação de anúncios e letreiros quando:

I — obstruam, interceptem ou reduzam o vão de janelas e portas;

II — pela sua multiplicidade, disposição ou proporção, possam prejudicar o aspecto ou perspectiva das fachadas;

III — executadas em material perecível;

IV — pintado diretamente sôbre qualquer parte da fachada, empenas ou muros;

V — fora dos locais previstos para a sua colocação nos gabaritos dos setores comerciais, residenciais e comerciais locais.

Art. 318 — É também proibida a colocação de anúncios:

I — sôbre viadutos, obras de arte, trevos, árvores, postes, pavimentos ou outros elementos dos logradouros públicos, bem como sôbre a cobertura de qualquer edificação;

II — às margens das vias de circulação dentro do perímetro urbano e metropolitano;

III — sôbre fachadas, empenas ou outros quaisquer elementos de edifícios públicos ou particulares, salvo o previsto;

IV — às áreas destinadas a edifícios residenciais, mesmo quando ainda não ocupadas, salvo o previsto no inciso V do artigo 319.

VI. despachar com o Chefe da Casa Militar;
VII. executar outras atribuições que lhe forem conferidas.
Art. 67. Aos Assessores, cabe desempenhar as seguintes atribuições:
I. assessorar o Chefe imediato nos assuntos por ele requeridos;
II. elaborar ou rever minutas de atos de interesse dA Governadoria do Distrito Federal;
III. emitir parecer técnico sobre matéria de competência do órgão em que estiverem lotados;
IV. analisar informações e dados de interesse do órgão em que estiverem lotados;
V. exercer outras atribuições que lhes forem conferidas.
Art. 68. Aos Assessores Militares cabe desempenhar as seguintes atribuições:
I. assessorar o Chefe da Casa Militar e os Assessores Militares Especiais;
II. estudar, emitir pareceres, formular e responder consultas, instruir processos e expedientes de competência da Casa Militar;
III. acompanhar o andamento de projetos, atos, processos e outros documentos das corporações militares do Distrito Federal e da Casa Militar;
IV. coletar e atualizar dados técnicos, jurídicos e administrativos de interesse da Assessoria e necessários as atividades por ele desenvolvidas;
V. elaborar, examinar e conferir minutas de atos oficiais de competência da Casa Militar;
VI. coordenar as publicações oficiais relacionadas com as corporações militares do Distrito Federal;
VII. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.
Art. 69. Aos Assistentes cabe desempenhar as seguintes atribuições:
I. auxiliar o chefe imediato nos assuntos relativos as atividades da respectiva unidade;
II. transmitir, acompanhar e orientar o cumprimento das instruções emanadas do chefe imediato;
III. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.
Art. 70. Aos Secretários Executivos cabe desempenhar as seguintes atribuições:
I. preparar a agenda do respectivo chefe e lembrar-lhe os compromissos a que deva comparecer;
II. exercer as atividades inerentes à função de secretaria executiva;
III. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.
Art. 71. Aos Secretários Administrativos cabe desempenhar as seguintes atribuições:
I. elaborar minutas de correspondências a serem expedidas pela unidade em que estiverem lotados;
II. receber, transmitir, controlar e registrar as ligações telefônicas e de "fac-símile";
III. efetuar trabalhos de digitação;
IV. exercer outras atribuições que lhe conferidas.
Art. 72. Ao Encarregado de Copa e Cozinha cabe desempenhar as seguintes atribuições:
I. elaborar cardápios e preparar os alimentos a serem servidos nas residências;
II. zelar pela limpeza e pelas condições de uso da cozinha das residências;
III. solicitar a aquisição de gêneros alimentícios e de material de consumo de uso diário da cozinha das residências;
IV. fiscalizar, coordenar e supervisionar o pessoal de cozinha das residências;
V. fiscalizar, controlar e orientar os serviços prestados pelo pessoal da copa, inclusive no que se refere à apresentação pessoal dos servidores, no tocante à higiene e limpeza, informando à chefia imediata quaisquer irregularidades constatadas;
VI. orientar e fiscalizar o serviço de "buffet" quando este for serviço por terceiros;
VII. coordenar o apoio logístico, afeto a área de copa, nos eventos oficiais promovidos pelo Governador fora do Palácio do Buriti e nas residências;
VIII. controlar o consumo diário e mensal da copa, realizando previsão trimestral de gastos,
IX. elaborar as escalas de serviço do pessoal da copa;
X. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas
Art. 73. A Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, a Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – ADETUR e o Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR possuem suas atribuições e competências definidos nos respectivos regimentos.

TÍTULO IV
DAS VINCULAÇÕES TÉCNICAS E DOS RELACIONAMENTOS

Art. 74. O relacionamento entre os órgãos da Governadoria do Distrito Federal, entre si e com os da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal, far-se-á de forma coordenada e integrada, na conformidade das respectivas competências orgânicas e de acordo com os critérios estabelecidos neste Regimento.
Art. 75. A subordinação hierárquica das unidades da Governadoria do Distrito Federal, define-se pela posição de cada uma delas na estrutura orgânico-administrativa e pelo enunciado de suas competências.
Art. 76. Os órgãos colegiados vinculados, por força de lei ou decreto, à Governadoria do Distrito Federal e/ou aqueles presididos pelo Governador, contarão com o suporte da Secretaria de Governo para o desenvolvimento de suas atividades, quando assim for necessário.
Art. 77. O disposto no artigo anterior aplica-se igualmente a grupos de trabalho e comissões de estudo instituídos por ato do Governador.

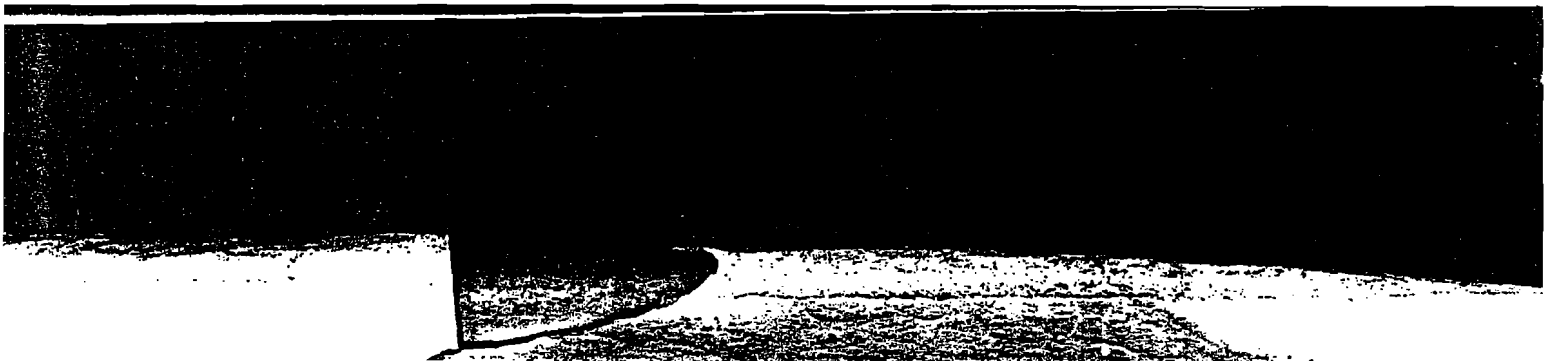
TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.78 Os ocupantes de cargos em comissão da Governadoria do Distrito Federal, de nível diretivo ou gerencial, em seus impedimentos e ausências, terão substitutos eventuais designados por ato do Secretário de Governo do Distrito Federal, obedecida a legislação específica.
Art.79 As atividades de administração geral da Governadoria do Distrito Federal serão executadas pela Diretoria Administrativo-Financeira da Subsecretaria de Apoio Operacional da Secretaria de Governo.
Art.80 Ficam as autoridades competentes autorizadas a baixar instruções complementares necessárias à execução deste Regimento.
Art.81 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente e, em última instancia, pelo Governador do Distrito Federal.

DECRETO Nº 23.082, DE 4 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências.
O GOVERNANDO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 2.681 de 15 de janeiro de 2001, alterada pelas Leis nºs 2.890, de 23 de janeiro de 2002 e 2.989, de 11 de junho de 2002, decreta:
Art. 1º Os empregos remanescentes da Tabela de Empregos Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, constantes do Anexo I, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, administrada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.
§ 1º Os empregos a que se refere este artigo permanecem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislação superveniente.
§ 2º Os Contratos de Trabalho firmados entre os empregados remanescentes da Tabela de Empregos Permanentes de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, a que se refere este Decreto, permanecem com suas cláusulas contratuais inalteradas, à exceção da cláusula relativa à empregadora que será adequada às disposições deste Decreto.
§ 3º Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa efetuar o apostilamento dos contratos de trabalho, conforme disposição contida no caput deste artigo.
§ 4º Os empregos a que se refere o Anexo I serão extintos na medida em que vagarem.
Art. 2º Os ocupantes dos empregos de que trata o art. 1º deste Decreto são os relacionados nos Anexo II.
Art. 3º Os ocupantes dos empregos a que se refere este Decreto e que se encontram na qualidade de cedidos para órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, na data de publicação deste Decreto, permanecem nesta condição.
§ 1º O ônus com o pagamento dos salários e benefícios devidos aos empregados de que trata o caput deste artigo será do órgão cessionário.
§ 2º Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa divulgar a relação dos empregados que se encontram cedidos.
§ 3º Os demais empregados serão lotados por ato da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, de acordo com as necessidades dos órgãos, aplicando-se quando couber as disposições do § 1º deste artigo.
Art. 4º Permanece em vigor o Plano de Cargos e Salários – PCS, aprovado nos termos da Resolução de Diretoria nº 085/1988, de 26 de dezembro de 1988, ratificada pela Resolução do Conselho de Administração da TCB, na Reunião Ordinária nº 62, de 27 de dezembro de 1988.
Art. 5º As despesas oriundas da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta do Orçamento do Distrito Federal, cabendo às Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, em conjunto com a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, promover as alterações e ajustes necessários.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2002.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário,

Brasília, 04 de julho de 2002
114º da República e 43º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ



CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Titular.

Brasília, 16 de junho de 2003.

Márcia Helena de Barros Monteiro Lima
Diretora de Secretaria
9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

Vistos.

1. Considerando que o mandado liminar em ação civil pública, a teor do art. 12 da Lei 7.347/85, prescinde de demonstração de *periculum in mora*, e tendo em vista a clara presença do *fumus boni juris*, em sintonia com reiteradas decisões deste juízo em reclamações ajuizadas por empregados da TCB, DEFIRO a medida liminar, determinando ao réu DISTRITO FEDERAL que se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a tabela de empregos do Distrito Federal, bem como de transferir quaisquer empregados de empresas ou entidades vinculadas à administração pública, em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
2. Expeça-se mandado para cumprimento desta decisão.
3. **Designo para audiência inaugural a data de 17/07/03, às 13:30 horas.**
4. Intime-se o Ministério Público e citem-se os réus, sob as penas do art. 844 da CLT.

Brasília, 17 de junho de 2003.

Fernando Gabriele Bernardes
Juiz do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e Difusos

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2003 (dois mil e três), às 14h30, na sala 325 da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Edifício Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram a Srª **Ledamar Sousa Resende,** RG 2135744, SSP/DF, representando o Distrito Federal/Secretaria de Gestão Administrativa, acompanhada pelo Dr. **Fernando Cunha Júnior,** Procurador do DF, a Drª **Carlane Torres Gomes de Sá**, OAB/DF 6363, representando a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB, e o Dr. **Antônio Alves Filho,** OAB/DF 4972, representando o SINDSER/DF, perante o Exmº Srº Procurador do Trabalho, Dr. **Fábio Leal Cardoso.**

A presente audiência tem a finalidade de lançar as bases para a celebração de possível conciliação nos autos do processo 00576-2003-009-10-00.

O Ministério Público do Trabalho, considerando que existem 142 (cento e quarenta e dois) empregados prestando serviços à administração direta do distrito Federal que foram admitidos após a promulgação da Carta de 1988 sem a submissão e aprovação em concurso público; Considerando que todos os demais empregados que anteriormente prestavam serviços à administração indireta e que foram transferidos para exercerem as mesma tarefas na administração direta, foram contratados mediante o processo seletivo disciplinado no art. 37, II da Constituição da República; Considerando que o aproveitamento desses servidores regularmente contratados não viola ós interesses difusos de trabalhadores que eventualmente pudessem postular o ingresso no serviço público, uma vez que estes integram a Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção, e, portanto, tais cargos jamais seriam licitados em concurso público, pois a medida se destina exclusivamente a evitar uma demissão em massa de empregados públicos, alguns prestes a aposentarem-se, formula **proposta de conciliação** nos seguintes termos:

1 – O Distrito Federal se compromete a dispensar imediatamente após a homologação do acordo judicial todos os empregados transferidos da administração indireta para a direta que não ingressaram mediante concurso público;

2 – Os empregados admitidos através de concurso público e anteriormente vinculados à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB, à Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB, ao Central de Abastecimento do Distrito Federal-CEASA, e à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, seriam regularmente transferidos para a administração direta na Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção, nas mesmas funções e com a mesma remuneração anteriores;

3 – O Distrito Federal se compromete a não mais aplicar as Leis

2681, de 15 de janeiro de 2001, e 2989, de 11 de junho de 2002, bem como seus Decretos regulamentares, em processos de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta;

O representante do Distrito Federal disse que encaminhará as bases da conciliação para análise do Poder Executivo. Sua Excelência sugere ao SINDSER, no intuito de evitar futuros pedidos de equiparação salarial dos empregados da Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção com os servidores efetivos da administração direta, que o SINDSER, no termo de conciliação, e seus associados renunciem ao ajuizamento de quaisquer ações que tenham como causa de pedir a postulação de reenquadramento, desvio funcional, cumulado com diferenças salariais, tendo como base qualquer tabela do quadro de servidores do Distrito Federal.

O representante do SINDSER disse que irá analisar a proposta do Distrito Federal, manifestando-se no momento oportuno, após deliberação da categoria em assembléia.

Fica adiada a presente audiência para o dia **23 de setembro de 2003, às 14h30**, para que as partes se manifestem expressamente sobre os termos da conciliação ora proposta. Cientes os presentes, que comparecerão independentemente de nova notificação.

Nada mais havendo, foi encerrada a audiência às 16h05.

Fábio Leal Cardoso
Procurador do Trabalho

Ledamar Sousa Resende
RG 2135744, SSP/DF

Antônio Alves Filho
OAB/DF 4972

Fernando Cunha Júnior
Procurador do Distrito Federal

Carlane Torres Gomes de Sá
OAB/DF 6363

Marcílio Ferreira Lima
Secretário da audiência

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região

Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e Difusos

Ação Civil Pública nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro do ano de 2003 (dois mil e três), às 14h30, no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Ed. Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram a Sra. **Ledamar Sousa Resende,** RG 2135744, SSP/DF, representando o Distrito Federal/Secretaria de Gestão Administrativa, acompanhada pelo Dr. **Fernando Cunha Júnior**, Procurador do DF, a Dra. **Carlane Torres Gomes de Sá**, OAB/DF 6363, representando a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, a Sra. **Maria Luiza da Silva**, RG 317188, SSP/DF, representante da Associação dos Servidores da SAB, perante o Exmº Sr. Procurador do Trabalho Dr. **Joaquim Rodrigues Nascimento**.

Dando prosseguimento à audiência realizada no dia 20/08/2003, o Procurador do Trabalho expôs novamente os termos da proposta de conciliação realizada naquela data. Dada a palavra ao Ilustre Procurador do DF, o Dr. Fernando Cunha Júnior, declarou que o Conselho de Política de Recursos Humanos do DF não acatou a proposta de conciliação que se refere à ata de audiência do dia 20/08/2003, tendo em vista que entendeu o egrégio conselho que as leis e os decretos mencionados na ação civil pública nº 576/2003 (9ª Vara do Trabalho) são constitucionais, e os empregados da TCB estão legitimados para ocuparem os cargos que atualmente exercem. Dada a palavra a representante da Associação dos Servidores da SAB, solicitou que fossem excluídos da ACP os empregados da CODEPLAN, CEASA, SAB e TCB, que foram admitidos antes de 05/10/1988, mesmo sem concurso público e posteriormente a esta data, somente por concurso público, permanecendo a ação em relação aos 145 empregados da TCB.

Nada mais havendo, foi encerrada a audiência às 15h30.

Joaquim Rodrigues Nascimento
Procurador do Trabalho

Ledamar Sousa Resende
RG 2135744, SSP/DF

Fernando Cunha Júnior
Procurador do DF

Carlane Torres Gomes de Sá
OAB/DF 6363

Maria Luiza da Silva
RG 317188, SSP/DF

João Ricardo Viana Costa
Secretário da audiência

DOC. 10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00
RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)
RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 24 de novembro de 2003, na sala de sessões da Eg. 09ª VARA DO TRABALHO DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) TAMARA GIL ALVES PORTUGAL, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 13:35 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceram os estudantes em direito: LISDETE DE OLIVEIRA SILVEIRA e JEOVNE CRISTOVÃO T. BEZERRA.

Compareceu(ram) o Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr.JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO - OAB Nº PRT 10 REG/DF.

Compareceu o SubProcurador do DF, Dr.MARCELLO ALENCAR DE ARÚJO - MAT GDF Nº 30779-3.

Compareceu o preposto do(a) 2º reclamado(a), Sr(a).EROTIDES VIEIRA LIMA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). CARLANE TORRES GOMES DE SÁ - OAB Nº 6363/DF.

Compareceu o Representante Legal do Sindicato, Sr.FRANCISCO ALVES DE SOUSA, acompanhado do advogado Dr.ANTONIO ALVES FILHO - OAB Nº 4972/DF.

Compareceram os empregados nominados na lista de fls.24/37, que ora requerem representação pelos empregados ADONIS RIBEIRO GONÇALVES, ELAINE FREITAS ALVES DOS SANTOS e REGINA FERREIRA DA SILVA, acompanhados do Advogado, Dr.HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO - OAB Nº 2599/DF.

ARLETE DE JESUS E OUTROS, empregados cujos contratos se requer a declaração de nulidade, nomeados no rol de fls.24/37 requerem a inclusão no pólo passivo na condição de litisconsortes passivos obragatórios.

O litisconsorte passivo necessário ocorre em duas hipóteses:
a) quando a Lei expressamente determinar;
b) quando, frente a vários interessados, pela natureza da relação jurídica, a lide tiver que ser decidida de modo uniforme para todas as partes.

Exemplificando a segunda hipótese fala Humberto Teodoro Junior da Ação de Anulação promovida pelo prejudicado contra os contraentes de negócio juíridico fraudulento ou simulado, ou seja, exatamente o que ocorre in casu com o pedido de número 01 da exordial.

Diante disso, reconheço, com a concordância do MPT, a condição de litisconsortes passivos necessários dos empregados nomeados pelo parquet, bem como de outros que venham a ser atingidos em seus interesses jurídicos pela decisão a ser proferida nesta Ação.

A princípio, entendia este Juízo, que a representação de tais empregafos

deveria ocorrer pelo SINDSER em razão da substituição processual, prevista no art.8º da Magna Carta, por se tratar também de interesses individuais homogêneos.

Entretanto, o SINDSER esclarece nesta assentada que a substituição processual que pretende exercer se refere apenas aos empregados que já foram transferidos para a Administração e que prestaram concurso público ou foram admitidos antes da CF/88, por entender que a Liminar proferida nestes autos os atingiu, sendo que os empregados arrolados pelo MPT não se encontram nessa situção, já que não prestaram concurso público, tampouco foram admitidos antes da CF/88, afirmando a entidadde sindical que não tem interesse/legitimadade em defender ponto de vista de tais empregados.

Dessa forma, atendendo requerimento dos proprios empregados, serão os mesmos assistidos pelo i. Procurador por eles constituídos e representados pelo Sra. REGINA FERREIRA DA SILVA, a quem concedem poderes para receber citações, notificações e representá-los em audiência.

O ilustre representante do Ministéiro Público do Trabalho informa que foi suscitado Incidente de Uniformização de Jurisprudência com o intuito de que seja definido pelo egrégio TRT acerca da legitimidade ou não do Distrito Federal para responder pelo passivo trabalhista da TCB, após a edição do Decreto 22.322/01, o qual certamente será tratado de forma incidental a questão da inconstitucionalidade ou não do referido decreto e demais normas legais que tratam da matéria. Informa ainda que o representante do parquet acerca da existência de Agravo de Petição pendente de julgamento pelo egrégio TRT nos autos da Ação Rescisória Nº 266/99, contra decisão proferida na ACP 00977/97 da MM. 03ª VTB/DF, onde se requer a rescisão do contrato de trabalho dos empregados interessados na presente ação. Pondera o representante do MPT pelo adiamento da audiência e suspensão do referido processo até o julgamento do IUJ e do referido Agravo de Petição.

Os réus concordam com o requerimento do acordo.

Por medida de cautela e segurança jurídica, entendo plausível o requerimento de suspensão do feito, pelo que fica deferido o prazo de 120 dias.

Os réus alegam que o julgamento do IUJ e do AP poderaão mudar os termos das defesas, razão pela qual requerem a designação de nova audiência inaugural, que resta deferido.

Designada para **nova audiência inicial a data de 31/03/04, às 13.30 horas.** Cientes os presentes, de que deverão comparecer, sob pena de aplicação do Art. 844, CLT.

Proceda a Secretaria à inclusão ao pólo passivo da parte REGINA FERREIRA DA SILVA E OUTROS.

Audiência suspensa às 14:39 horas.

Nada mais.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL
Juiz(a) do Trabalho

Reclamante

Reclamado

Advogado(a) do Recte

Advogado(a) do Recdo

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA
Diretor(a) da Secretaria

DOC. 11

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 00576-2003-009-10-00
RECLAMANTE : MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO)
RECLAMADO : DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Em 31 de março de 2004, na sala de sessões da Eg. 09ª VARA DO TRABALHO DE BRASILIA/DF, sob a direção do(a) MM. Juiz (a) TAMARA GIL ALVES PORTUGAL, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 13:30 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Compareceu(ram) o(s) reclamante(s) acompanhado(s) do(a) Procurador Dr(a). JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO - OAB Nº PRT 10 REG/DF.

Compareceu o Subprocurador do Distrito Federal, Dr. OSIRES DE AZEVEDO LOPES NETO, OAB/DF 8265.

Compareceu o preposto do(a) 2º reclamado(a), Sr(a). EROTIDES VIEIRA LIMA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). CARLANE TORRES GOMES DE SÁ - OAB Nº 6363/DF.

Compareceu o representante legal do sindicato, Sr. FRANCISCO ALVES DE SOUZA, acompanhado do advogado, DR. ANTÔNIO ALVES FILHO, OAB/DF 4972.

Compareceram o grupo de empregados, representados pela Sra. Regina Freitas da Silva, acompanhados do advogado, Dr. HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO, OAB/DF 2599.

As partes, em comum acordo, requerem o adiamento da audiência por 90 dias ante a possibilidade de realização de acordo, bem como no aguardo das decisões mencionadas na ata anterior.

Defere-se.

O I. Procurador do MP requer a reconsideração do deferimento do litisconsórcio passivo necessário em relação ao grupo de empregados representados por Regina Freitas da Silva, juntando aos autos Acórdãos e argumentando que a matéria encontra-se assentada em jurisprudência, no sentido de ser incabível a figura do litisconsórcio passivo necessário em Ação Civil Pública.

Vista aos interessados por 5 dias, a partir de 01/04/04.

Após, venham os autos conclusos para apreciação do requerimento do *Parquet*.

A audiência inicial fica adiada para o dia 30/06/04 às 15h30, cientes os presentes, mantidas as cominações do art. 844 da CLT.

Audiência encerrada às 14:04 horas.

Nada mais.

TAMARA GIL ALVES PORTUGAL
Juiz(a) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Autor

Distrito Federal

Advogado(a) do Recte

Preposto do 2º reclamado

Advogado do 2º reclamado

Representante do sindicato

Advogado do Sindicato

Regina Ferreira da Silva e outros

Advogado

MARCIA HELENA DE BARROS MONTEIRO LIMA
Diretor(a) da Secretaria



Reunião com Dr Benjamin Ruiz



Reunião Ministério Público do Trabalho



Reunião dos Trabalhadores da TCB



Reunião dos Trabalhadores da SAB, TCB, Codeplan em frente do Prédio do TRT



Assembléia dos Trabalhadores da TCB



Assembléia dos Trabalhadores da TCB, SAB e Codeplan frente do Prédio do TET.

DECISÃO: **Trata-se** de ação direta de inconstitucionalidade, **ajuizada** pelo eminente Procurador-Geral da República, **com o objetivo de impugnar** a validade jurídico-constitucional dos arts. 1° a 6° da Lei n° 2.681/2001, do art. 1° da Lei n° 2.890/2002 **e** dos arts. 1° a 3° da Lei n° 2.989/2002, **que dispuseram** acerca da criação, na estrutura da administração direta do Distrito Federal, de empregos públicos a serem preenchidos por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização, extinção ou reestruturação.

Requisitadas as necessárias **informações** ao Senhor Governador e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, **sobreveio** a edição da **Lei distrital n° 3.761/2006**, cujo art. 8° **expressamente revogou** as normas legais **objeto** da presente ação direta.

Sendo esse o contexto, **entendo aplicável**, à espécie, **o magistério jurisprudencial** desta Suprema Corte, **cujas reiteradas decisões**, no tema, **têm reconhecido a ocorrência de prejudicialidade** da ação direta, quando, **após** o seu ajuizamento, **sobrevém**, como sucedeu no caso, **a cessação de eficácia** das normas **questionadas** em referido processo objetivo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **a propósito** de situações como a destes autos, **tem enfatizado que a superveniente cessação de eficácia** dos atos estatais **impugnados** em ação direta de inconstitucionalidade **provoca a extinção anômala** do processo de controle normativo abstrato, **independentemente da existência** de efeitos residuais concretos **que possam** ter derivado da aplicação dos diplomas questionados (**RTJ** 153/13 - **RTJ** 154/396-397 - **RTJ** 154/401 - **RTJ** 156/29 - **RTJ** 160/145 - **RTJ** 174/80-81, **v.g.**):

> "- ***A cessação superveniente*** *da eficácia da lei argüida de inconstitucional* ***inibe o prosseguimento*** *da ação direta de inconstitucionalidade (...).*
>
> *- **A extinção anômala** do processo de controle normativo abstrato, **motivada pela perda superveniente** de seu objeto, **tanto** pode decorrer **da revogação** pura e simples do ato estatal impugnado, **como do exaurimento de sua eficácia**, tal como sucede nas hipóteses de normas legais **destinadas** à vigência temporária."*
>
> (**RTJ 152/731-732**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

> "***A revogação superveniente*** *do ato estatal impugnado* ***faz instaurar*** *situação de prejudicialidade* ***que provoca*** *a extinção anômala do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade,* ***eis que*** *a ab-rogação do diploma*

normativo questionado ***opera****, quanto a ele, a sua exclusão do sistema de direito positivo,* ***causando****, desse modo, a perda ulterior de objeto da própria ação direta,* ***independentemente*** *da ocorrência, ou não, de efeitos residuais concretos."*
(**RTJ 195/752-754**, **754**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Entendo inacolhível, de outro lado, **o pedido de aditamento** de fls. 224/225, **formulado** com a finalidade "***de que seja incluída,*** *no objeto da presente ação,* ***a Lei nº 3.761****, de 25 de janeiro de 2006, do Distrito Federal"* (fls. 225 - **grifei**).

É que, conforme acentuado em reiteradas decisões desta Suprema Corte (**ADI 1.982/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, **DJU** de 22/06/99 - **ADI 3.103/PI**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **v.g.**), **o pedido de aditamento**, em sede **de ação direta** de inconstitucionalidade, **somente** se afigurará juridicamente possível **quando formulado antes da requisição das informações** aos órgãos dos quais emanou a lei ou ato normativo alegadamente inconstitucional:

> "***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - QUESTÃO DE ORDEM - PETIÇÃO INICIAL - ADITAMENTO - REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES JÁ ORDENADA - IMPOSSIBILIDADE - PEDIDO INDEFERIDO.***
>
> ***MEDIDA LIMINAR - INFORMAÇÕES CONSIDERADAS INDISPENSÁVEIS À SUA APRECIAÇÃO - DISPENSA INDEFERIDA.***
>
> ***Com a requisição de informações*** *ao órgão de que emanou a lei ou ato normativo argüido de inconstitucional,* ***opera-se a preclusão*** *do direito,* ***reconhecido*** *ao autor da ação direta de inconstitucionalidade,* ***de aditar*** *a petição inicial."*
> (**RTJ 144/416**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Também não se mostra possível o pretendido aditamento, **eis** que a Lei distrital nº 3.761/2006 **provocou** relevantes modificações nas leis **objeto** da presente ação direta, **alterando, substancialmente, a disciplina** da matéria, pois o mencionado diploma legislativo **não se refere** à criação de empregos públicos, **mas**, sim, à instituição de "***Unidades de Manutenção*** *de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização (...)"* (**art. 1º** da Lei nº 3.761/2006 - **grifei**).

Resulta claro, do cotejo entre os respectivos textos, que a Lei nº 3.761/2006 **não reproduziu** os exatos termos **nem veiculou** o **mesmo** conteúdo material das normas objeto da presente ação direta.

Sendo assim, **indefiro o pedido de aditamento** formulado a fls. 224/225, **sem prejuízo**, no entanto, de sua **autônoma** formulação **em**

outra ação direta. **Reconheço ocorrente**, ainda, na espécie, **hipótese caracterizadora de prejudicialidade** da presente ação direta, **motivo** pelo qual **julgo extinto** este processo, por perda **superveniente** de seu objeto, **em razão do exaurimento** do conteúdo eficacial das normas legais impugnadas **na presente** sede de fiscalização abstrata de constitucionalidade.

Comunique-se, com urgência, ao E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **tendo em conta** a decisão de fls. 188/191.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 02 de agosto de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento/SEAPA-DF
Gabinete do Secretário

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício
Nº 008-GAB/SEAPA-DF

Brasília, 09 de janeiro de 2006.

Senhor Liquidante,

Por incumbência do Senhor Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Deputado Pedro Passos, solicito informar, com a brevidade possível, se houve resolução por parte dos Órgãos da Administração Superior dessa Empresa, ou de Vossa Senhoria, no sentido de a TERRACAP alienar imóveis de propriedade da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação.

É oportuno assinalar que a Lei Nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, não autoriza a TERRACAP proceder alienação de imóveis de propriedade dessa empresa, ***sem que sejam observadas as formalidades legais,*** uma vez que os mesmos ainda integram a carga patrimonial da SAB. Nestas condições falece à TERRACAP competência legal para alienar imóveis não pertencentes ao seu acervo.

Em não havendo autorização por parte dos órgãos e ou do dirigente dessa empresa para referida alienação, solicito os obsequiosos préstimos de Vossa Senhoria no sentido de oficiar à TERRACAP, com vistas a suspender o certame licitatório envolvendo os imóveis objeto do Edital de Licitação Nº 01/2006.

De outra parte e ainda por incumbência do Senhor Secretário de Estado, solicito a Vossa Senhoria adotar as medidas cabíveis e necessárias, objetivando impedir que o patrimônio dessa empresa seja alienado sem a expressa aquiescência dos órgãos dessa vinculada.

Atenciosamente,

ADÃO BIRAJARA AMADOR FARIAS
Chefe de Gabinete

A Sua Senhoria
Dr. MÁRIO HISSASHI HIKEZIRI
Liquidante da Sociedade de Abastecimento de
Brasília S/A - SAB
N E S T A
MG /ml.

RECEBI O ORIGINAL
Em 09 01 2006
Nome Legível Matrícula

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

...o Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
à Assessoria da Plenário.

Ilanar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria do Plenário

LIDO
Em 29 / 06 / 05
Assessoria do Plenário

MENSAGEM
Nº 148 /GAG

Brasília, 09 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa insigne Casa Legislativa Projeto de Lei revogando as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, as quais dispõem sobre a administração de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

A proposta ora apresentada tem o objetivo de sanear os resultados da Ação Civil Pública nº 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogêneos, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal, uma vez que a Meritíssima Juíza do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Brasília - DF declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis em referência, sentença esta proferida em 23 de fevereiro do corrente ano.

Trata ainda o mencionado Projeto de Lei da criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização que terá a responsabilidade de administrar o pessoal empregado remanescente das empresas extintas e em processo de reorganização, conforme Exposição de Motivos elaborada pela Secretaria de Gestão Administrativa, acostada à presente Mensagem.

Por oportuno, releva assinalar que a criação dessa unidade como forma de solucionar definitivamente a questão resulta de um esforço coordenado pelos nobres Deputados Anilcéia Machado e Brunelli no sentido de encontrar uma solução para o problema desses servidores e está consentânea com procedimento recente adotado pela União, nos termos da Medida Provisória nº 246, de 06 de abril de 2005, que permitiu a preservação dos empregos do quadro de pessoal ativo da extinta Rede

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985 / 05
Fls. N.º 01

780557
Digicert

Ferroviária Federal, ao transferir os contratos de trabalho dos empregados ativos remanescentes daquela extinta empresa para a administração da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, está anexada a esta Mensagem a planilha de custos da presente proposta, registrando-se que as despesas decorrentes correrão à conta de recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal.

Por derradeiro, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, encareço seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres pares meus protestos de estima e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1485 / 05
FLS. N.º 03
SEM EFEITO

780558

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto do parágrafo único do artigo 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985
Fls. Nº 05
SEM EFEITO

780560
Digicert

ANEXO À MENSAGEM Nº 148 /2005-GAG

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS
(em consonância com a LRF)

CRIAÇÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EXTINTAS E EM PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO

EXERCÍCIO	VALOR
2005	R$ 93.826,40
2006	R$ 140.739,60
2007	R$ 140.739,60

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PLEM Nº 185 / 05
FLS. N.º 04

ANEXO ÚNICO

(Lei nº , de de de 2005)

CARGOS EM COMISSÃO CRIADOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização	DFG-14	1
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização	DFG-10	1
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização	DFG-10	1
Assistente	DFG-08	2
Encarregado	DFG-06	4

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985 / 05
Fls. N.º 06

780562
Digicert

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

EM
Nº 001- SGA/GAB

Brasília, 16 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei dispondo sobre a revogação das Leis Distritais nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, e nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e dá outras providências, com o objetivo de solucionar a situação dos empregados remanescentes das empresas extintas ou em processo de reestruturação do Distrito Federal.

Em 2001, por força da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro, editada em perfeita harmonia com os dispositivos constitucionais disciplinados no art. 37, da Carta Magna, foram criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a serem ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que:

a) ocupantes de emprego permanente;
b) não tenham optado por integrar o Plano de Desligamento Voluntário;
c) admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;
d) admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 2.890, de 23 de janeiro de 2002, o caput do art. 1º da Lei nº 2.681/01, foi alterado para fazer constar que, além dos empregados de empresas em processo de liquidação, privatização ou extinção, seriam abrangidas também aquelas remanescentes de reestruturação, observadas as diretrizes anteriormente estabelecidas.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985 / 05
Fls. N.º 07

Excelentíssimo Senhor
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441.4101 – 441.4102 – Fax: 224.8011

780563
Digicert

Em 11 de junho de 2002, veio de ser editada a Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, estabelecendo novas datas para ingresso na Tabela de Empregos do Distrito Federal – em extinção, *para empregados admitidos por concurso público em data posterior a 3 de novembro de 1992, e os admitidos em data anterior a esta, sem concurso*, tomando por base a data de julgamento da ADIN N.º 231-7/RJ (DJU de 13.11.92) pela Suprema Corte e da Decisão n.º 7065/93 e Ofício-Circular GP n.º 013/92 e 004/94.

Por força dos referidos diplomas, foram expedidos os Decretos nºs 22.322/01, 23.082/02 e 23.717/03, que promoveram a inclusão dos empregados da TCB na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção.

Com a expedição desses atos, a Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogêneos, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública sob o nº 0576/03, tendo, em 16 de junho de 2003, sido proferida medida liminar pela 9ª VT/DF nos autos da referida Ação onde determinava que o Distrito Federal se abstivesse de transferir qualquer empregado da TCB para a tabela de empregos do Distrito Federal, bem como de transferir quaisquer empregados de empresas ou entidades vinculadas à administração pública, em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.

Em 20 de agosto daquele mesmo ano, foi realizada audiência naquela Vara, onde foi formulada proposta de conciliação nos seguintes termos:

> 1 – O Distrito Federal se compromete a dispensar imediatamente após a homologação do acordo judicial todos os empregados transferidos da administração indireta para a direta que não ingressaram mediante concurso público;
>
> 2 – Os empregados admitidos através de concurso público e anteriormente vinculados à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB, à Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB, Central de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN , seriam regularmente transferidos para a administração direta na Tabela de Empregos do Distrito Federal em extinção, nas mesmas funções e com a mesma remuneração anteriores;
>
> 3 – O Distrito Federal se compromete a não mais aplicar as Leis 2.681, de 15 de janeiro de 2001 e 2.989, de 11 de junho de 2002, bem como seus Decretos regulamentadores, em processo de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta.

Naquele momento, o Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH acatou proposta, embasada nos entendimentos desta Pasta e da Secretaria de Estado de Transportes, no sentido de que, naquela oportunidade, não se deveria aceitar o Acordo proposto pelo Ministério Público do Trabalho uma vez que considerou-se que os procedimentos adotados pelo Governo do Distrito Federal estavam em perfeita consonância com os dispositivos legais em

780564
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985 / 05

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

vigor. No entanto, prosseguiam as audiências com vistas ao equacionamento da questão, com participação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e acompanhamento desta Secretaria.

Em 14 de outubro de 2004, em audiência realizada visando por fim parcialmente ao litígio, transacionaram-se as partes nos seguintes termos, com base na proposta apresentada por esta Secretaria:

1. O Governo do Distrito Federal fará inclusão de todos os empregados originários da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN na Tabela de Empregos em extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores, nos termos da Lei nº 2.681/2001 e 2.989/2002.

2. O Governo do Distrito Federal se compromete a encaminhar no prazo de 120 (cento e vinte dias), mensagem à Câmara Legislativa, revogando as Leis nº 2.681, de 15/01/2001 e Lei nº 2.989, de 11/06/2002, como prova cabal de que não mais aplicará as disposições ali contidas, inclusive os Decreto que dispõem sobre a respectiva matéria, sobretudo os de nºs 22.322, de 13/08/2001 e 23.082, de 04/07/2002.

2.1 O Governo do Distrito Federal deverá encaminhar ao Ministério Público do Trabalho cópia da mensagem enviada ao Poder Legislativo imediatamente após a manifestação do Poder Executivo.

3. Com relação ao item 1 do pedido inicial (doc. De nº 03 dos autos), referente aos empregados admitidos na Administração Indireta no período de 05/10/88 a 03/11/92, em face do disposto na decisão do Tribunal Pleno do Excelso Supremo Tribunal Federal no MS 22357-0, de 04/06/04, a ação civil pública prosseguirá até o trânsito em julgado.

4. O Ministério Público do Trabalho desiste da ação, em relação a todos os empregados da TCB, CEASA, SAB e CODEPLAN, admitidos antes de 05/10/88 sem concurso e em relação aos admitidos posteriormente a esta data através de concurso público.

No entanto, em 23 de fevereiro de 2005, foi prolatada sentença, nos autos da referida Ação Civil, pela Meritíssima Juíza da 9ª Vara do Trabalho, declarando, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis nº 2.681/01, nº 2.989/02 e nº 2.935/02, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, que dispõem sobre a administração de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, razão por que é de extrema urgência a expedição de ato com vistas a se dar cumprimento à decisão judicial.

Como alternativa de solução para resguardar a situação daqueles empregados, o Projeto de Lei, ora apresentado, além de revogar as leis distritais vigentes e objeto do questionamento judicial, inclusive de proposição de ADIN, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, objetiva a criação de Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas ou em Processo de Reorganização, integrante da estrutura desta Secretaria, como forma de permitir a administração dessa mão-de-obra, com atribuição de promover única e exclusivamente as atividades relativas a salários, vantagens, promoção, progressão, respeitando-se, inclusive a

780565
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985 / 05

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

data base para renegociação de reajustes, sem qualquer tipo de vinculação ao Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

A criação da unidade, além de ter por escopo a resolução definitiva da situação dos referidos empregados, coaduna-se com as orientações transmitidas por Vossa Excelência uma vez que terão assegurados os seus empregos, proporcionando-lhes tranqüilidade no trabalho e no ambiente familiar, decorrente da contrapartida que o Governo estabelece de prestação de serviço, na condição de cedidos aos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, sob a égide da Lei nº 1.370, de 06 de janeiro de 1991.

Sobreleva registrar que a proposta guarda estreita similaridade com situação existente na União, eis que no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi criada a Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos, tendo por atribuição de administrar o pessoal oriundo de órgãos extintos. Aliás, recentemente também foi editada Medida Provisória nº 246, de 06 de abril de 2005, que dispôs sobre a administração dos contratos de trabalho dos empregados ativos do quadro de pessoal próprio da extinta Rede Ferroviária Federal para a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, evitando, também a demissão desses empregados.

Há que se registrar que a aprovação do Projeto de Lei apenas acarretará aumento de despesas no que se refere à criação da Unidade já especificada. Para esse efeito e em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, encontra-se acostada à presente Exposição de Motivos planilha dos custos decorrentes, cujas despesas correrão à conta de recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal.

Finalmente, é importante assinalar que a proposta constante do Projeto de Lei foi objeto de discussão conjunta entre esta Secretaria e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, eis que o princípio consubstanciado no inciso II do art. 37 da Carta Magna questionado pela Justiça Federal estará atendido, tendo em vista que não há qualquer tipo de "investidura de emprego", no referido Projeto de Lei.

Em face da relevância de que se reveste a medida, encareço a Vossa Excelência gestões junto à Câmara Legislativa no sentido de que o referido Projeto seja apreciado, em regime de urgência, nos termos do art. 73, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

MARIA CECÍLIA S.S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

Secretaria de Gestão Administrativa
Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 6º andar – Brasília – DF - Fones: 441.4101 – 441.4102 – Fax: 224.8011

780566

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 1985 / 05

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

PARECER Nº , DE 2005

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS sobre o Projeto de Lei nº 1.985/2005, que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências."

AUTOR: PODER EXECUTIVO
RELATORA: Dep. EURIDES BRITO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei epigrafado, de autoria do Poder Executivo, que submete a esta Casa Legislativa a criação de Unidade na Secretaria de Gestão Administrativa e da revogação das Leis nºs 2.681, de 15 de janeiro de 2001, 2.989, de 11 de junho de 2002, e 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, as quais dispõem sobre a administração de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

Através da Mensagem nº 148/2005-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador esclarece que a proposta, ora apresentada, tem o objetivo de "sanear os resultados da Ação Civil Pública nº 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogêneos, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal, uma vez que a Meritíssima Juíza do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis em referência, sentença esta proferida em 23 de fevereiro do corrente ano."

Esclarece, ainda, que a proposição trata da criação de Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização, que terá a responsabilidade de administrar o pessoal empregado remanescente das empresas extintas e em processo de reorganização.

A Mensagem está acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, que menciona de forma detalhada o objetivo do Projeto.

Não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão.

É o Relatório.

SAIN–Parque Rural, Gab. 22 – CEP 70086-900 – Brasília-DF - Fone: 3348-8220/8221 – FAX: 3348-8223
E-mail: dep.eurides.brito@cl.df.gov.br
Site: www.euridesbrito.com

780568
Digicert

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PL Nº 1985 / 2005
Fls. Nº 11

II – VOTO DA RELATORA

À luz do art. 65, I, alínea "m" do Regimento Interno desta Casa, cumpre à Comissão de Assuntos Sociais, analisar e emitir parecer sobre o mérito das questões referentes à serviços públicos em geral, *in verbis:*

> *"Art. 65. Compete a Comissão de Assuntos Sociais:*
> *I – analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:*
> .....
>
> *m) serviços públicos em geral, salvo matéria específica de outra Comissão;*
> ....."

A revogação das Leis referidas, eis que declaradas, de forma incidental, inconstitucionais, impõe-se para o restabelecimento do universo legislativo vigente.

Efetivamente, como bem esclarecido na Mensagem, a criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização, na estrutura da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, com os fins a que se destina (manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, folha de pagamento, daqueles quadros de empregos em extinção), é forma que permite a administração dos quadros referidos.

Pelo exposto, somos favoráveis a APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.985/2005, no que se refere ao mérito.

Sala das Comissões, em de agosto de 2005.

Presidente

Deputada ***EURIDES BRITO***
Relatora

15/08/2005

SAIN–Parque Rural, Gab. 22 – CEP 70086-900 – Brasília-DF - Fone: 3348-8220/8221 – FAX: 3348-8223
E-mail: dep.eurides.brito@cl.df.gov.br
Site: www.euridesbrito.com

780569
Digicert

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PL Nº 1985 / 2005
Fls. Nº 12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

FOLHA DE VOTAÇÃO - 2005

03) Projeto de Lei nº 1985/2005
Autor: Poder Executivo
Relator: Deputada Eurides Brito
Cria a Unidade que especifica e dá outras providências.
Parecer: Favorável à matéria
Voto em separado:
Relator:

MEMBROS TITULARES	Presid. Relator	Acompanhamento				Assinaturas
		Favorável	Contrário	Abstenção	Ausente	
Dep. Eurides Brito	R	X				
Dep. Peniel Pacheco					X	
Dep. Chico Leite					X	
Dep. Ivelise Longhi						
Dep. Paulo Tadeu	P	X				
SUPLENTES						
Dep. Chico Vigilante						
Dep. Augusto Carvalho						
Dep. Anilcéia Machado						
Dep. Agrício Braga		X				
Dep. Chico Floresta						
	TOTAIS	03			02	

RESULTADO:

☒ **APROVADO**

☐ **REJEITADO**

Parecer do Relator:

Parecer do Voto em Separado em: ___/___/___.

- **Relator do Vencido: Dep. (a) :** _____
- **Parecer do Vencido apresentado em:** ___/___/___

Concedido Vista ao Dep.: _____

REUNIÃO:

ORDINÁRIA ( ) **EXTRAORDINÁRIA (39)** **REALIZADA EM:** 24 / 08 / 05.

Álvaro Luiz Valadares Coêlho
Secretário

780570

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PL Nº 1985 / 2005
12

Proposições - Consulta

Parâmetros de Consulta

Tipo de Proposição : PL - Projeto de Lei
Número : 1985
Ano : 2005
Data : 13/02/2006 12:44:54

1 : PL-1985/2005 **Situação** : Tramitando

Localização : ASSP
Leitura : 29/06/2005
Norma : **Número :** **Ano :**
Ementa : CRIA A UNIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Indexação : UNIDADE DE MANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EXTINTAS E EM PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO, SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. TCB, SAB, CEASA, CODEPLAN.
Autoria : Poder Executivo

Historico :

Nº	Data	Unidade	Histórico
9	13/02/2006	ASSP	DE ORDEM, AO SACP PROVIDÊNCIAS QUANTO AO SEU ARQUIVAMENTO, HAJA VISTA SUA PREJUDICIALIDADE - ARTS 175/176 DO RI, VISTO QUE A MESMA MATÉRIA FOI OBJETO DE DELIBERAÇÃO NO PROJETO DE LEI Nº 2.239, DE 2005, APROVADO EM 15.12.05, E QUE REDUNDOU NA LEI Nº 3761, DE 2006, VETADO PARCIALMENTE CONFORME MENSAGEM DO GOVERNADOR DE Nº 33, DE 25.01.06.MAT.10.694-34.
8	12/09/2005	SACP	AO(A) ASSP, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.
7	12/09/2005	CAS	AO SACP, ANEXADAS FLS. Nº(S)11 E 12 COM PARECER FAVORÁVEL A APROVAÇÃO DA MATÉRIA E FOLHA DE VOTAÇÃO Nº13 , APROVADO PELA CAS NA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 24/08/2005.
6	12/09/2005	CEOF	AO SACP PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.
5	17/08/2005	CAS	DEVOLVIDO DO GABINETE DO(A) DEPUTADO(A) EURIDES BRITO EM 17/08/05, COM PARECER. PRONTO PARA PAUTA
4	15/08/2005	CAS	DESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR. DEP. EURIDES BRITO EM REGIME DE URGÊNCIA, CONFORME ARTIGOS: ART. 90 INCISO I E ART. 162 § 1º, INCISO VI. (DE 15/08/05 A 16/08/05)
3	12/08/2005	SACP	À CEOF, CAS E CCJ, PARA E EXAME E PARECER, NOS TERMOS DO ART. 90, I E ART. 162, §1º, VI, DO RI-CLDF.
2	11/08/2005	ASSP	À CEOF, CAS E CCJ, VIA SACP, PARA ANÁLISE E PARECER. TRAMITAÇÃO SOB REGIME DE URGÊNCIA. MAT.10.694-34.

1	30/06/2005	SPL	DEVIDAS PROVIDÊNCIAS, A PEDIDO.

Publicações : Não há publicações registradas.

Apensamentos : Não há apensamentos registrados .

Peças Anexas :

Documento	Página
MSG-GOV:148/2005	1

Anexado ao : Não há processos que anexam este .

** Fim PL-1985/2005 **

780573



1 : PL-2239/2005 **Situ**

Localização : SACP
Leitura : 07/12/2005
Norma : Lei Ordinária **Número** : 3761 **Ano** :
Ementa : CRIA UNIDADES DE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS P
Indexação : GESTÃO ADMINISTRATIVA, PECUÁRIA E ABASTECIMEN EXTINÇÃO, ASSENTAMENTOS CADASTRAIS, CEASA, SA
Autoria : Poder Executivo
Historico :

Nº	Data	Unidade	Histórico
17	10/02/2006	SACP	A(O) CCJ, PARA ELAB VETO PARCIAL IMPOST DO DF.
16	09/02/2006	ASSP	AO SACP. ENCAMINHAR ELABORAÇÃO DA RELAT PARCIAL.11.928.30.
15	09/02/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 37 A MENSAGEM N° 33/2006 GOVERNADOR INFORMAN TOTALIDADE O REFERI
14	30/01/2006	ASSP	ANEXA FOLHA 35 E 36 N°3.761/2006, EM 27 DODF.11.928.30..
13	06/01/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 33 E PUBLICADA NO DCL/DF 05/01/2006.'12071-€
12	06/01/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 29 A AUTÓGRAFOS ENCAMIN GOVERNADOR DO DF AT 010/2006-GP, PARA (PRAZO PARA SANÇÃO: 60'
11	06/01/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 24 A REDAÇÃO FINAL APRO EXTRAORDINÁRIA NO ELABORADA SEGUINDO NO ATO DA MESA DIR PUBLICADO EM 30/12
10	22/12/2005	SACP	A CCJ, PARA ELABOR
9	22/12/2005	ASSP	AO SACP - ENCAMINH ELABORAÇÃO DA REDA
8	22/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 23, HI DO REFERIDO PROJET
7	21/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 22, VO PROJETO EM 2° TURN EXTRAORDINÁRIA NO TERMOS DA CEOF.'12
6	21/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 21, VC PROJETO EM 1° TURN EXTRAORDINÁRIA NO

1 : PL-2239/2005 **Situação** : Sancionado

Localização : SACP
Leitura : 07/12/2005
Norma : Lei Ordinária **Número** : 3761 **Ano** : 2006
Ementa : CRIA UNIDADES DE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Indexação : GESTÃO ADMINISTRATIVA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, PROCESSO DE EXTINÇÃO, ASSENTAMENTOS CADASTRAIS, CEASA, SAB, TCB, CODEPLAN.
Autoria : Poder Executivo
Historico :

Nº	Data	Unidade	Histórico
17	10/02/2006	SACP	A(O) CCJ, PARA ELABORAR RELATÓRIO DO VETO PARCIAL IMPOSTO PELO SR. GOVERNADOR DO DF.
16	09/02/2006	ASSP	AO SACP. ENCAMINHAR À CCJ PARA ELABORAÇÃO DA RELATÓRIO DO VETO PARCIAL.11.928.30.
15	09/02/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 37 A 43, REFERENTE A MENSAGEM N° 33/2006-GAG, DO SR. GOVERNADOR INFORMANDO QUE VETOU EM SUA TOTALIDADE O REFERIDO PROJETO.11.928.30.
14	30/01/2006	ASSP	ANEXA FOLHA 35 E 36, PUBLICAÇÃO DA LEI N°3.761/2006, EM 27/01/2006, NO DODF.11.928.30..
13	06/01/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 33 E 34, REDAÇÃO FINAL PUBLICADA NO DCL/DF DE 05/01/2006.'12071-60'
12	06/01/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 29 A 32, RELATIVAS AOS AUTÓGRAFOS ENCAMINHADOS AO SR. GOVERNADOR DO DF ATRAVÉS DA MENSAGEM N° 010/2006-GP, PARA SANÇÃO EM 04/01/2006. (PRAZO PARA SANÇÃO: 25/01/2006).'12071-60'
11	06/01/2006	ASSP	ANEXAS FOLHAS 24 A 28, REFERENTE À REDAÇÃO FINAL APROVADA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 15/12/2005, E ELABORADA SEGUINDO DETERMINAÇÃO CONTIDA NO ATO DA MESA DIRETORA N° 118/05, PUBLICADO EM 30/12/2005.'12071-60'
10	22/12/2005	SACP	A CCJ, PARA ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL.
9	22/12/2005	ASSP	AO SACP - ENCAMINHAR À CCJ PARA ELABORAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL.'12071-60'
8	22/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 23, HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO DO REFERIDO PROJETO.'12071-60'
7	21/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 22, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO EM 2° TURNO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 15/12/2005, NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
6	21/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 21, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO EM 1° TURNO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 15/12/2005, NOS

			TERMOS DA CEOF.'12071-60'
5	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 19 E 20, PARECER ORAL DA CCJ, EM 1° TURNO, RELATOR DEPUTADO BRUNELLI, APROVADO EM 15/12/2005, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
4	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 14 A 18, PARECER ORAL DA CAS, EM 1° TURNO, RELATORA DEPUTADA EURIDES BRITO, APROVADO EM 15/12/2005, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
3	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 11 A 13, PARECER ORAL DA CEOF, EM 1° TURNO, RELATOR DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, APROVADO EM 15/12/2005, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DAS EMENDAS N°S 01, 02 E 04, SENDO A EMENDA N° 03 RETIRADA PELOS AUTORES.'12071-60'
2	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 07 A 10, REFERENTE A 04 EMENDAS APRESENTADAS EM 1° TURNO DE AUTORIA DE VÁRIOS DEPUTADOS.(A EMENDA N° 03 FOI POSTERIORMENTE RETIRADA PELOS AUTORES).'12071-60'
1	08/12/2005	SPL	AUTUADO COM 06 FOLHA(S). COMISSÕES: CEOF, CAS E CCJ. À ASSP A PEDIDO.

Publicações :

Data	Veículo	Número	Página	Publicação	Republic.
05/01/2006	Diário da CLDF	4	9	Redação Final	NÃO
27/01/2006	Diário Oficial do DF	21	4	Sanção	NÃO

Apensamentos : Não há apensamentos registrados .

Peças Anexas :

Documento	Página
MSG-GOV:353/2005	1
MSG-GOV:33/2006	37

Anexado ao : Não há processos que anexam este .

Lido
em 02/02/06
Assessoria do Plenário

MENSAGEM
Nº 33 /2006-GAG/SEAP Brasília, 25 de janeiro de 2006.

ao Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Plenário.
Rumfra Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e a seus ilustres pares para comunicar que, nos termos do art. 74, §1°, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 2.239, de 2005, de autoria do Poder Executivo, pelos seguintes

MOTIVOS DE VETO

Verifica-se, de plano, que a presente propositura, de iniciativa do Poder Executivo, visa à criação, na Secretaria de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, de "...unidades de manutenção de pessoal de empresas em processos de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento dos respectivos quadros de empregos" – como resta consignado no art. 1° do projeto.

Recebi em 2/02/06. 11 h 28. 30

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
MD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

780576
Digicert

A propositura, ao ser apreciada por essa douta Casa Legislativa, recebeu, como se vê, diversas emendas aditivas e modificativas, que preservaram, na medida do possível, a validez formal e material do projeto, excetuando-se, é bom dizer, a emenda aditiva nº 2, que deu ao artigo 3º nova redação, determinando que o Governo do Distrito Federal enviasse à Câmara Legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do diploma, "...projeto de lei dando cumprimento ao disposto no art. 219, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei" – acréscimo que desborda, queremos crer, dos limites temáticos do projeto.

Com efeito, o propósito declarado do projeto é o de disciplinar a administração dos contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas indicadas no §2º do art. 1º, não se afeiçoando ao bom direito, por violar, sobretudo, a inteligência da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, inserir no texto comando normativo absolutamente estranho ao seu conteúdo, já que o indigitado acréscimo trata, ao revés, das relações patrimoniais decorrentes da extinção de companhias pela incorporação, fusão ou cisão.

Ante o exposto, comunico que vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 2.239/2005, mais especificamente o art. 3º, pugnando pela manutenção do veto por parte dessa Egrégia Câmara.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares as expressões do meu apreço e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

780577
Digicert

LEI Nº 3.761 DE 25 DE janeiro DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º **V E T A D O.**

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

780578
Digicert

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n° 2.989, de 11 de junho de 2002, e n° 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4° da Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 25 de janeiro de 2006
118° da República e 46° de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

780579
Digicert

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1° Para composição das unidades a que se refere o *caput,* ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2° As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB.

§ 3° Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2° Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1° terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3° O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, II, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei.

Art. 4° Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5° Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3° da Lei n° 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1° do art. 1° desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n° 2.989, de 11 de junho de 2002, e n° 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4° da Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 04 de janeiro de 2006

sanciono com veto em 25/01/2006

Deputado **WILSON LIMA**
Primeiro Secretário no exercício
da Presidência

780580
Digicert

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

780581
Digicert

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

780582
Digicert

PARECER Nº /2005

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 1985/2005 que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Brunelli

I – RELATÓRIO

Mediante Mensagem nº 148, de 09 de junho de 2005, o Senhor Governador do Distrito Federal encaminha a esta Casa o projeto de Lei nº 1985/2005 que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

O Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, solicitou que referido Projeto de Lei tramitasse em regime de urgência.

Segundo o autor, o proposição ora apresentado tem o objetivo de sanear os resultados da Ação Civil Pública nº 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogêneos, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal, uma vez que a Meritíssima Juíza do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Brasília – DF que declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis em referência, sentença esta proferida em 23 de fevereiro do corrente ano.

Segundo o Chefe do Poder Executivo, o projeto objetiva ainda administrar o pessoal empregado remanescente das empresas extintas e em processo de reorganização.

A matéria foi submetida à apreciação da CEOF e aprovada na forma do substitutivo apresentado.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Art. 63, inciso I:

"I - examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação".

780583
Digicert

Por sua vez, a Lei Orgânica do Distrito Federal, na atribuição das competências privativas do Governador do Distrito Federal, assim prevê, ***in verbis:***

> **"Art. 71. .....**
> **§ 1º Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre:**
>
> **II - servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;**
>
> **IV - criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública".**

Essa proposta enviada pelo Chefe do Poder Executivo é de suma importância para os empregados das empresas objeto deste Projeto de Lei. A proposição foi discutida exaustivamente por todos os representantes das empresas SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, Procuradoria do Distrito Federal e técnicos das assessorias da Secretaria de Estado de Administração e Gabinetes parlamentares da CLDF.

Inicialmente, foi proposto um substitutivo, o qual foi apresentado na CEOF. Entretanto, após longas discussões com os envolvidos, todos acharam por bem rejeitar o substitutivo e apresentar duas emendas modificativas, a fim de aparar e equilibrar as divergências que surgiram.

Assim, por atender aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, somos pela a **ADMISSIBILIDADE** da proposição, **rejeitando** o Substitutivo apresentada na CEOF e **aprovando** as duas emendas modificativas de autoria de vários deputados.

Sala das Sessões, em de de 2005.

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO BRUNELLI
Relator

780584
Digicert

780585
Digicert

EMENDA Nº /2005 (MODIFICATIVA)
(DE VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 1985/2005, que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

"Art. Art. 1º Fica criada, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de extinção e Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como, proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de emprego em extinção.

§ 1º Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei;

§ 2º As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF, em processo de liquidação;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em processo de reorganização;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, em processo de reorganização; e

IV – Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, em processo de reorganização".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é fruto de exaustiva discussão com as entidades representativas de cada empresa elencadas acima.

Sala das Sessões, em de 2005.

BRUNELLI
Deputado Distrital – PFL

AGUINALDO DE JESUS
Deputado Distrital – PMDB

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital – PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital – PT

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital – PPS

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital – PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital – PT

CHICO LEITE
Deputado Distrital – PT

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital – PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital – PT

EURIDES BRITO
Deputada Distrital – PMDB

780586
Digicert

EXPEDITO BANDEIRA
Deputado Distrital - PRP

FÁBIO BARCELLOS
Deputado Distrital – PFL

MARIA DA GUIA
Deputado Distrital – PSDB

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital – PFL

AGRÍCIO BRAGA
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital – PRONA

ODILON AIRES
Deputado Distrital – PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital – PT

IVELISE LONGHI
Deputado Distrital – PMDB

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PDT

JOÃO DE DEUS
Deputado Distrital – PMDB

WILSON LIMA
Deputado Distrital - PRONA

780587
Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA Nº /2005 (MODIFICATIVA)
(DE VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 1985/2005, que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

Dê-se ao art. 8º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002 e nº 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, 2.863, de 27 de dezembro de 2001, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é fruto de exaustiva discussão com as entidades representativas de cada empresa elencadas acima.

Sala das Sessões, em de 2005.

BRUNELLI
Deputado Distrital – PFL

AGUINALDO DE JESUS
Deputado Distrital – PMDB

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital – PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital – PT

780588
Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital – PPS

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital – PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital – PT

CHICO LEITE
Deputado Distrital – PT

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital – PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital – PT

EURIDES BRITO
Deputada Distrital – PMDB

EXPEDITO BANDEIRA
Deputado Distrital - PRP

FÁBIO BARCELLOS
Deputado Distrital – PFL

MARIA DA GUIA
Deputado Distrital – PSDB

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital – PFL

AGRÍCIO BRAGA
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital – PRONA

ODILON AIRES
Deputado Distrital – PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital – PT

IVELISE LONGHI
Deputado Distrital – PMDB

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PDT

JOÃO DE DEUS
Deputado Distrital – PMDB

WILSON LIMA
Deputado Distrital - PRONA

780589
Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA

PARECER Nº

Da **COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS,** ao Projeto de Lei nº 1.985, de 2005, que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa

I - RELATÓRIO

Por meio da Mensagem nº 148/GAG, de 09 de junho de 2005, o Senhor Governador do Distrito Federal encaminhou à deliberação desta Casa o Projeto de lei em epígrafe, que cria Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de emprego em extinção.

A unidade terá 09 (nove) cargos em comissão, sendo 04 DFG-06; 02 DFG-08; 02 DFG-10 e 01 DFG-14.

Os contratos de trabalho dos empregados das empresas de que trata esta proposta ficarão sob a administração da unidade de manutenção de pessoal, com valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria. Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

780590
Digicert

IAAL

Estabelece o art. 5° que os empregados poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Direta, Autarquias e fundações, nos termos da Lei n° 1.370, de 06 de janeiro de 1997.

O art. 7° revoga as disposições em contrário, e em especial as Leis n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n° 2.989, de 11 de junho de 2002, e n° 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como o art. 4° da Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3° da Lei n° 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA:

O Regimento Interno desta Casa, em seu art. 64, estabelece a competência desta Comissão para analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das matérias no tocante a adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições, ou que tenham natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial.

A presente proposta surge como alternativa de solução para resguardar a situação dos empregados das empresas em processo de extinção e reorganização, já que em recente sentença da Justiça do Trabalho, foi declara, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n° 2.989, de 11 de junho de 2002 e n° 2.935, de 08 de abril de 2002. Essas leis buscavam abrigar na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal esses empregados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA

De acordo com o anexo à Mensagem nº 148/2005 - GAG, a criação da unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização apresenta uma estimativa de gastos em 2005 de R$ 93.826,40 e 2006 e 2007 em R$ 140.739,60 respectivamente.

Cumprida as exigências dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal resta-nos louvar a iniciativa do Governo do Distrito Federal em buscar uma solução definitiva para a situação dos referidos empregados, proporcionando-lhes tranqüilidade no trabalho e no ambiente familiar.

Assim, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.985, de 2005, na forma do **SUBSTITUVO** em anexo, de autoria do Deputado Brunelli, o qual busca aperfeiçoar a proposta inicial e consolidar sugestões dos funcionários das empresas envolvidas e do sindicato da categoria.

Sala das Comissões, em

Deputado LEONARDO PRUDENTE
Presidente

Deputada ELIANA PEDROSA
Relatora

780592
Digicert

IAAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1985/2005

(Do Deputado Brunelli)

Cria a Unidade que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica criada, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de extinção e Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como, proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de emprego em extinção.

§ 1º Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei;

§ 2º As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF, em processo de liquidação;

II - Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB, em processo de liquidação;

III - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, em processo de reorganização; e

IV - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, em processo de reorganização.

§ 3º Quando da extinção da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA/DF ou da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB, através de lei específica serão definidos os procedimentos inerentes à sucessão das empresas por

780593
Digicert

outra empresa do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal;

§ 4° Fica garantido aos integrantes dos quadros de emprego em extinção, de que trata o *caput*, o direito de adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de que trata a Lei n° 2.544, de 24 de abril de 2000.

Art. 2° Os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal das empresas em processo de extinção e reorganização, ficam sob a administração da unidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3° Os empregados que tiverem seus contratos de trabalhos administrados pela unidade de que trata o art. 1°, terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das empresas de origem, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art. 4° Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Parágrafo Único. Os empregados beneficiados por esta Lei, somente terão seus contratos de trabalho rescindidos por ato unilateral da Administração, nas seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, entre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;

III - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento disciplinar em que se assegurem:

a) o direito a ampla defesa;

Digicert

b) recursos à autoridade superior.

Art. 5° Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o art. 1°, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas nas empresas de origem nos termos da Lei n° 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação do disposto do § 1° do art. 1° desta Lei, bem como as inerentes ao pagamento dos contratos de trabalhos dos empregados beneficiados por esta Lei, correrão a conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7° O art. 3° da Lei n° 3.125, de 16 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° Cada empregado da tabela de empregos permanentes, poderá exercer, em requerimento individual, contados a partir da promulgação desta Lei, a opção de adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, da CEASA/DF".

Art. 8° O art. 4° da Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4° Cada empregado da tabela de empregos permanentes poderá exercer, em requerimento individual, contados a partir da promulgação desta Lei, a opção de adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, da SAB".

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n° 2.989, de 11 de junho de 2002 e n° 2.935, de 08 de abril de 2002.

780595
Digicert

RELATÓRIO

Mediante Mensagem nº 148, de 09 de junho de 2005, o Senhor Governador do Distrito Federal encaminha a esta Casa o projeto de Lei nº 1985/2005 que "Cria a Unidade que especifica e dá outras providências", que encontra-se tramitando em regime de urgência. Nesse regime, segundo o art. 73 da LODF, se não for votado em 45 dias ele paralisa a pauta, o que atualmente está acontecendo. O mesmo figura no item 18 da Pauta da Sessão Ordinária do dia 06/10/2004, sobrestando-a.

O objetivo desse Projeto de Lei é sanear os resultados da Ação Civil Pública nº 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogêneos, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal, uma vez que a Meritíssima Juíza do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Brasília – DF que declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis 2681/01, 2989/02, 2935/02, bem como o art. 4º da Lei 2891/02 e o art. 3º da Lei 3.125/03. Essa sentença foi proferida em 23 de fevereiro do corrente ano.

A unidade que será criada objetiva ainda administrar o pessoal empregado remanescente das empresas extintas e em processo de reorganização.

A matéria foi submetida à apreciação da CEOF e aprovada na forma do substitutivo apresentado. O Substitutivo foi do Deputado Brunelli em consonância com os representantes da empresa.

Dia14 de julho, às 15h, ocorreu uma reunião com a Secretária de Gestão Administrativa Maria Cecília Soares da Silva Landim e todos os representantes da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, além do Sindicato ligado a essas entidades. Naquela oportunidade foi externado aquela insigne Secretária votos de congratulações pela iniciativa do Governador Roriz em encaminhar a esta Casa a proposição em referência, que cria a unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização, ao mesmo tempo em que foi comentando que a proposição apresentava vícios insanáveis de inconstitucionalidade que precisava ser sanados.

Nessa reunião com a Secretária Cecília Landin foram amplamente discutidos a proposição e um substitutivo elaborado por técnicos desta Casa e das partes envolvidas. A Secretária reconheceu que a proposição precisava evoluir e comprometeu-se a solicitar que o Projeto de Lei em referência não tramitasse, enquanto não se chegasse a um texto que atendesse as necessidades daquelas categorias e não trouxesse nenhum embaraço ao Poder Executivo. Naquela oportunidade a Secretária mencionou que iria constituir um grupo de estudo para resolver o problema.

Após esta reunião Dantas e Firmino estiveram com o Deputado Brunelli na Secretaria de Administração. Compareceram um número expressivo de interessados, além da Deputada Anilcéia Machado e o Secretário de Estado José Flávio. Nessa reunião ficou definido uma reunião conjunta com assessores de ambos os lados, para tentar chegar a um consenso. A reunião ocorreu e não se chegou a lugar solução alguma, pois falta a presença do Procurador do GDF Fernando Cunha Júnior.

Nova reunião foi marcada com a presença do procurador e advogados das empresas e nossos assessores, mas o impasse continuou.

Resolve-se que no Parecer da CCJ iria se rejeitar o Substitutivo inicial e apresentar duas emendas modificativas, alterando os arts. 1º e o 8º, o que ocorreu. No art. 1º, com exceção da CEASA (que ficou no processo de liquidação), a TCB, SAB e CODEPLAN, figuram como empresas em processo de reorganização. O art. 8º (2ª emenda modificativa) trata da revogação total das leis que extinguia a SAB e privatizava a TCB.

Cecília Landin que havia acordado que a TCB estaria em processo de reorganização, voltou atrás.

O Projeto de Lei foi discutido em incontáveis reuniões, onde estiveram presentes os Coordenadores Dantas e Firmino, bem como todos os representantes ligados à causa.

Por fim, o Projeto tenta, mesmo com imperfeições, resguardar os empregos dos funcionários dessas empresas. Dificilmente haverá uma proposição dessa magnitude que atenda a

todos os interessados. Porém, o Deputado tem que ter muita prudência ao agir. Caso nossas emendas passem, o Governador poderá vetar todo o projeto, deixando a responsabilidade política nas mãos do Dep. Brunelli, alegando que queria resolver a situação, entretanto, o parlamentar intransigentemente impediu essa saída. É preciso que cada Empresa envolvida oficie ao nosso Gabinete ratificando a posição tomada através das emendas, a fim de que, no futuro, nos sobre apenas o ônus.

Brasília, DF, em 06 de outubro de 2005.

EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA
COORDENADOR POLÍTICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 1985/2005.

(De autoria de Vários Deputados)

Cria as Unidades que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1° - Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos em extinção.

§ 1° – Para composição da unidade a que se refere o *caput*, ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os cargos em comissão constantes do anexo único desta lei.

§ 2° - Quanto à operacionalização da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, o Poder Executivo enviará Mensagem à Câmara Legislativa dispondo sobre a criação dos cargos comissionados para o funcionamento da referida unidade.

§ 3° – As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - S.A– CEASA/DF, em processo de reorganização;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – S.A - SAB, em processo de reorganização;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, em processo de reorganização; e

IV – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, em processo de reorganização.

Art. 2° - Ficam sob a administração das unidades de que trata o *caput* do art. 1° os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal em extinção, próprios das empresas do Distrito Federal em processo de reorganização.

§ 1° - A Administração dos contratos de trabalho das empresas previstas no art. 1° § 2°, incisos I e II, ficarão a cargo da unidade da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/DF.

§ 2° - A Administração dos contratos de trabalho das empresas previstas no art. 1° § 2°, incisos III e IV, ficarão a cargo da unidade da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Art. 3° - Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pelas unidades de que trata o artigo 1°, poderão ser cedidos na forma da lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas nas empresas de origem.

Art. 4° - Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pelas unidades de que trata o *caput* do artigo 1° terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no Plano de Cargos e Salários das empresas em processo de reorganização, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art. 5° - Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o respectivo emprego.

Parágrafo único. Fica garantida a opção aos servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, de que tratou o inciso II, do art. 3º da Lei 3.125, de 16 janeiro de 2003.

Art. 6° - As despesas decorrentes da aplicação do disposto n+o § 1°, do art. 1°, desta lei correrão à conta de recurso orçamentário do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis n°. 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº. 2863, de 27 de dezembro de 2001, n°. 2.989, de 11 de junho de 2002, nº. 2891, de 23 de janeiro de 2002, n° 2.935, de 08 de abril de 2002 e nº. 3125, de 16 de janeiro de 2003.

ANEXO ÚNICO

(Lei nº _____, de ___ de _____ de 2005)

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG - 14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Assistente.	DFG – 08	02
Encarregado.	DFG – 06	04

JUSTIFICAÇÃO

O presente Substitutivo visa aprimorar o Projeto de Lei nº. 1.985/2005, bem como adequá-lo à legislação pertinente. A exposição de motivos permanece com os mesmos fundamentos da mensagem original.

As modificações aqui propostas são essenciais para que o projeto em comento alcance seu objetivo primordial: promover a justiça social no âmbito do Distrito Federal. Além disso, as empresas SAB e CEASA, devido às suas finalidades e propósitos, são altamente relevantes e não podem ser liquidadas, perdendo-se aí toda uma história de luta e mobilização pela qualidade de vida do cidadão de nossa cidade. Antes, é necessário que haja a reorganização dessas empresas, dando ênfase a um processo democrático e transparente para as mesmas possam melhor cumprir sua missão social.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares apoio para a aprovação do presente Substitutivo, certo de que as modificações propostas contribuirão em muito para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em.....

BRUNELLI
Deputado Distrital – PFL

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital – PMDB

AGUINALDO DE JESUS
Deputado Distrital – PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital – PT

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital – PPS

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital – PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital – PT

CHICO LEITE
Deputado Distrital – PT

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital – PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital – PT

EURIDES BRITO
Deputada Distrital – PMDB

EXPEDITO BANDEIRA
Deputado Distrital - PRP

FÁBIO BARCELLOS
Deputado Distrital – PFL

MARIA DA GUIA
Deputado Distrital – PSDB

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital – PFL

AGRÍCIO BRAGA
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital – PRONA

ODILON AIRES
Deputado Distrital – PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital – PT

IVELISE LONGHI
Deputado Distrital – PMDB

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PDT

JOÃO DE DEUS
Deputado Distrital – PMDB

WILSON LIMA
Deputado Distrital - PRONA

2ª Versão (04/11/05)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1985/2005
(DE VÁRIOS DEPUTADOS)

Cria a Unidade que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica criada, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como, proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de emprego.

§ 1º As empresas referidas no *caput* deste artigo são a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF; Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB; Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

§ 2º Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei;

Art. 2º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal próprios das empresas do Distrito Federal em processo de reorganização, ficam sob a administração da unidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalhos administrados pela unidade de que trata o art. 1º, terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das empresas em processo de reorganização, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o art. 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas nas empresas em processo de reorganização nos termos da Lei nº 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto do § 2º do art. 1º desta Lei, bem como as inerentes ao pagamento dos contratos de trabalhos dos empregados beneficiados por esta Lei, correrão a conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002 e nº 2.935, de 08 de abril de 2002, nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, nº 2.863, de 27 de dezembro de 2001, e a Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003."

PL 2239/2005

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

IDENTIFICAÇÃO

PL 2239/2005

Ementa :

CRIA UNIDADES DE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria : **Poder Executivo** **Data de Leitura :07/12/05**

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ARQUIVO

781876
Digicert

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CEOF, CAS e CCJ.

Em, 07 / 12 / 05.

LIDO

Em 07 / 12 / 05

Assessoria do Plenário

MENSAGEM
Nº 353/2005- GAG

Brasília, 23 de novembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a essa insigne Casa Legislativa para apresentar Mensagem aditiva à mensagem nº 148/2005-GAG, referente ao Projeto de Lei nº 1.985/2005, que trata da criação de Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização.

Em consonância com o disposto no art. 71, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a matéria ora tratada é de iniciativa privativa do Poder Executivo, ensejando, assim, a presente mensagem aditiva que tem por objetivo solicitar a substituição do projeto em referência pelo incluso a esta, em face da proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa decorrente de entendimentos com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido da criação de duas unidades de manutenção de pessoal originário de empresas em processo de extinção ou em fase de reorganização.

Na oportunidade, faço anexar planilha de custos, em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, registrando, que as despesas decorrentes correrão à conta de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Por derradeiro, solicito seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Nesses termos, renovo a Vossa Excelência e aos nobres Deputados, protestos do mais elevado respeito e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília - DF

REGIME DE URGÊNCIA

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. Nº 01 à 17A

781877
Digicert

ANEXO À MENSAGEM Nº 353/2005-GAG

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS
(em consonância com a LRF)

CRIAÇÃO DE UNIDADES DE MANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EXTINTAS, E EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO OU REORGANIZAÇÃO

EXERCÍCIO	VALOR R$
2005	93.826,40
2006	140.739,60
2007	140.739,60

781878
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 02 RITA

PROJETO DE LEI Nº **PL 2239/2005**

Cria unidades de que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão administrativa e na Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o caput ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no caput deste artigo são:

I- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;
II- Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;
III- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e
IV- Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos das empresas a que se referem os incisos III e IV serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o caput poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

781879
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. Nº 03

Art. 4º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de D termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro pagamento da indenização devida.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no §1º do conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis r 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de : Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

781880 Digicert

PROTOCOL
PC Nº
Fls. N.º C

Art. 4º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no §1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

781881
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 04 ROTA

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781881
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 05 RITA

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781882
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 06 RITA

781884 Digicert

Emenda nº 01 / 2005 - Modificativa
(Da Bancada do Partido dos Trabalhadores) E OUTROS.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
APROVADO(A)
☐ Sessão Ordinária de ___/___/___
☒ Sessão Extraordinária de 15/12/05
ASSINATURA 15496-13 MATRÍCULA

Ao Projeto de Lei n º 2239, de 2005, que "Cria unidades de que especifica e dá outras providências"

Dê-se ao § 2º do art. 1º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

Art. 1º.....
.....
§ 2º. As empresas referidas no caput deste artigo são:
I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF
II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB
III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB

Justificação

A presente emenda tem por objetivo excluir a CODEPLAN das disposições do projeto de lei em epígrafe, uma vez que tal empresa encontra-se em pleno funcionamento, não estando em fase de extinção, reorganização ou de privatização.

Isso posto, esperamos contar com o apoio de todos os Deputados para a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2005.

Deputada Erika Kokay
Líder do PT

Deputado Paulo Tadeu

Deputado Chico Floresta

Assessoria do Plenário
PL Nº 2239 /05
Folha nº 01 /10

Deputada Arlete Sampaio

Deputado Chico Leite

Deputado Chico Vigilante

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA Nº 02 /2005 (ADITIVA - PLENÁRIO)
(DE VÁRIOS DEPUTADOS)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
APROVADO(A)
Em Sessão Ordinária de ___/___/___
Em Sessão Extraordinária de 15/12/05
15496-13
ASSINATURA

Ao Projeto de Lei n° 2239/2005, que "Cria Unidades que especifica e dá outras providências".

Acrescente-se ao Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... O Governo do Distrito Federal enviará a Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento a estrutura das empresas de que trata esta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa melhorar a redação original da proposição. A referida emenda também é fruto de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores envolvidas, parlamentares e a Líder do Governo.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2005.

PT

781885
Digicert

PL 2239/05
08 pp

retirado 15/12/05

RETIRADO(A)
☐ Sessão Ordinária de ___/___/___
☒ Sessão Extraordinária de 15/12/05
ASSINATURA 15.496-13 MATRÍCULA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA Nº 03 /2005 (MODIFICATIVA – PLENÁRIO)
(DE VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 2239/2005, que "Cria Unidades que especifica e dá outras providências".

Dê-se ao § 3º do art. 1º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 1º .....
§ 1º.....
§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos das empresas a que se referem os incisos III e IV serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedado a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é fruto de exaustiva discussão com as entidades representativas de cada empresa elencadas acima, bem como com a Liderança do Governo nesta Casa.

A presente emenda visa resguardar o vínculo empregatício dos empregados dessas empresas, caso se decida pela opção de alguma modalidade de reorganização ou reestruturação das empresas, à luz dos institutos do direito.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2005.

Assessoria de Plenário
PL nº 2239 /05
Fls. nº 09

781886

APROVADO(A)
☐ Sessão Ordinária de ___/___/___
☒ Sessão Extraordinária de 15/12/05
ASSINATURA 15.496-13 MATRÍCULA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA Nº 04 /2005 (MODIFICATIVA – PLENÁRIO)
(DE VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 2239/2005, que "Cria Unidades que especifica e dá outras providências".

Dê-se ao § 3º do art. 1º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 1º .....
§ 1º.....
§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III será administrada pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedado a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é fruto de exaustiva discussão com as entidades representativas de cada empresa elencadas acima, bem como com a Liderança do Governo nesta Casa.

A presente emenda visa resguardar o vínculo empregatício dos empregados dessas empresas, caso se decida pela opção de alguma modalidade de reorganização ou reestruturação das empresas, à luz dos institutos do direito.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2005.

PL 2239/05
10

781887
Digicert

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2239 de 2005, de autoria do Poder Executivo que "cria unidades de que especifica e dá outras providências".

Diante de uma acordo firmado entre todos os Parlamentares, lideranças, funcionários, o nosso parecer nessa comissão é pela aprovação do projeto, bem como das quatro emendas apresentadas de vários Deputados.

A Emenda Modificativa nº 01 da Bancada do Partido dos Trabalhadores e de outros que farei a leitura:

Dê-se ao parágrafo segundo do artigo 1º do Projeto de Lei em epígrafe a seguinte redação: artigo 1º § 2º, as empresas referidas no caput desse artigo são: I Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF. II - Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB; III Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB.

Segunda Emenda: Acrescenta-se ao projeto onde couber o seguinte artigo: O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 dias, contados da publicação dessa lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o artigo

781888
Digicert

Assessoria de Plenário
PL nº 2239/05

219, § 2º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas que tratam essa lei.

A Emenda nº 03 foi retirada.

A Emenda nº 04: Dê-se ao § 3º do artigo 1º do projeto a seguinte redação: artigo 1º, § 1º. Agora o § 3º: Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da tabela de empregos permanentes das empresas de que tratam os Incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos da empresa a que se refere o Inciso III, será administrada pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal. Vedado a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Sr. Presidente, somos pela aprovação da Emenda nº 01, da Emenda nº 02 e da Emenda nº 04. Sendo que a Emenda de nº 03 foi retirada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças . (Pausa.)

781889 Digicert

PL 2239/05 12 00

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 15/12/2005
☐SESSÃO ORDINÁRIA ☒EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DO PARECER DAS COMISSÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO DO PARECER EM ☒1º TURNO ☐2º TURNO / ☒PARECER ORAL
☐PARECER SOBRE AS EMENDAS(☐1º TURNO ☐2º TURNO) Nº(S) _____

☐CCJ ☒CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CSEG ☐CES ☐CDESCTMA ☐M. DIR. ☐CESP
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 2239/05

☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐REQUERIMENTO(S) Nº(S) _____
☐RECURSO Nº(S) _____
☐MOÇÃO Nº(S) _____
☐INDICAÇÃONº(S) _____
☐OUTROS _____
Autor: Deputado(a): _____ **☒Executivo**
Relator : Deputado(a): Benedito Tavares

CONCLUSÃO:

☒FAVORÁVEL AO PROJETO
☒EMENDAS APRECIADAS NO PARECER DO RELATOR: 03
☐FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DO(A): _____
☐PARECER SOBRE AS _____ EMENDA(S) PLENÁRIO OU COMISSÃO _____
☐CONTRÁRIO AO PROJETO
☐PELA PREJUDICIALIDADE
☐DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO OU DA(S) EMENDA(S) Nº(S) _____

RESULTADO:

X	APROVADO COM A PRESENÇA DE	20	DEPUTADOS
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		DEPUTADOS
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		ABSTENÇÃO(ÕES)
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		VOTO(S) CONTRÁRIO(S)

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☐DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☒DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO _____

781890 Digicert

ASSP/ PL Nº 2239/05

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.239, de 2005, de autoria do Poder Executivo, que "cria unidades de que especifica e dá outras providências."

O Sr. Governador encaminha a esta Casa a Mensagem nº 353, de 2005, anexando a respectiva planilha de custos e no material S.Exa. trata em detalhes a criação da unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização. As empresas referidas no *caput* do artigo, segundo a mensagem governamental, são: Centrais de Abastecimento do Distrito Federal; Sociedade de Abastecimento de Brasília; Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília; e Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

Do exame da matéria, surgiram em plenário algumas emendas que passarei a ler. "Emenda Modificativa nº 1, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores e outro, dá ao projeto de lei que 'cria unidades de que especifica e dá outras providências' a seguinte redação ao § 2º, do art. 1º da lei em epígrafe:

§ 2º - As empresas referidas no *caput* deste artigo são: Centrais de Abastecimento do Distrito Federal; Sociedade de Abastecimento de Brasília; e Sociedade de

781891 Digicert

Assessoria da Presidência PL nº 2239/05

Transportes Coletivos de Brasília". A emenda apresenta como justificação a retirada da CODEPLAN do elenco das instituições.

A Emenda nº 2, assinada por vários Deputados, entre os quais esta Relatora, acrescenta ao projeto, onde couber, o seguinte artigo: "O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em até 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e/ou o redimensionamento à estrutura das empresas de que trata esta lei".

Esta emenda, como dissemos, foi fruto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores envolvidos, os diversos Parlamentares e a Liderança de Governo. Somos pelo acatamento tanto da Emenda nº 1 quanto da Emenda nº 2.

A Emenda nº 3, também de autoria de vários Deputados, foi retirada porque já foi tratada naquilo que seria a Emenda nº 4, que deu uma redação extremamente conciliadora, dando ao Governo a oportunidade de enviar a esta Casa toda a nova estratégia que venha a ser adotada para encontrar uma solução para a questão. Vou ler como ficou a redação proposta do § 3 do art. 1º do projeto:

781892 Digicert

PL 2237/05
15 m

§ 3º - Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da tabela de empregos permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II" - portanto, não se referem à CODEPLAN, que estaria retirada do projeto - "ficam sob a administração da entidade vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos da empresa que se refere o inciso III será administrada por unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, vedada a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação sem que fiquem garantidos pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados".

Também propomos a aprovação da emenda. As três emendas, tendo sido retirada a Emenda nº 3, são tratadas por esta Relatora da seguinte forma: Aceitação da Emenda nº 1, que retira a CODEPLAN do elenco das empresas citadas; aceitação da Emenda nº 2, que dá ao Governo do Distrito Federal até 60 (sessenta) dias contados da publicação da lei para que possa mandar o projeto de redimensionamento

S/RONALDO

781893
Digicert

Assessoria de Plenário
PL Nº 2239/05
Fls. 16

para que possa mandar o projeto de redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta lei. A Emenda nº 3, foi retirada, conforme já dissemos. E a Emenda nº 4 garante o contrato de trabalho dos empregados das empresas que já foram citadas anteriormente, vinculadas à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assegurando que, sob nenhuma forma os servidores serão prejudicados, uma vez que fica garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Pela justiça social, pela coerência de um plano administrativo nas discussões, prevaleceu o bom senso demonstrando que seria impossível ou injusto tratar também da CODEPLAN com o mesmo tratamento dado a empresas já extintas.

Portanto, creio que se fez justiça e chegou-se a um consenso extremamente interessante, pelo que a CAS encaminha pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 4, devido à retirada da Emenda nº 4.

Deputado Brunelli, é uma alegria termos encontrado um caminho que agradou a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

781894
Digicert

PL 2239/03
17/11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 15/12/2005
☐SESSÃO ORDINÁRIA ☒EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DO PARECER DAS COMISSÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO DO PARECER EM ☒1º TURNO ☐2º TURNO / ☒PARECER ORAL
☐PARECER SOBRE AS EMENDAS(☐1º TURNO ☐2º TURNO) Nº(S)_____

☐CCJ ☐CEOF ☒CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CSEG ☐CES ☐CDESCTMA ☐M. DIR. ☐CESP
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)_____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 2239/05

☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)_____

☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)_____
☐REQUERIMENTO(S) Nº(S)_____
☐RECURSO Nº(S)_____
☐MOÇÃO Nº(S)_____
☐INDICAÇÃONº(S)_____
☐OUTROS_____
Autor: Deputado(a):_____ **☒Executivo**
Relator : Deputado(a): Eurides Brito

CONCLUSÃO:

☒FAVORÁVEL AO PROJETO
☒EMENDAS APRECIADAS NO PARECER DO RELATOR: 03
☐FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DO(A):_____
☐PARECER SOBRE AS _____ EMENDA(S) PLENÁRIO OU COMISSÃO_____
☐CONTRÁRIO AO PROJETO
☐PELA PREJUDICIALIDADE
☐DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO OU DA(S) EMENDA(S) Nº(S)_____

RESULTADO:

X	APROVADO COM A PRESENÇA DE	17	DEPUTADOS
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		DEPUTADOS
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		ABSTENÇÃO(ÕES)
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		VOTO(S) CONTRÁRIO(S)

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☐DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☒DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO_____

781895
Digicert

ASSP/ PL Nº 2239/05

15 12 05 22h30min Extraordinária 151.2

Ronaldo Gisela

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer pela CCJ.

DEPUTADO BRUNELLI (PFL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.239, de 2005, que "cria unidades que especifica e dá outras providências".

Foram proferidos os pareceres pela CEOF e da CAS. Seguimos os pareceres dessas comissões dando por sua admissibilidade na forma em que foram votados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

781896
Digicert

PL 2239/05
17 MD

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 15/12/2005
☐SESSÃO ORDINÁRIA ☒EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DO PARECER DAS COMISSÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO DO PARECER EM ☒1º TURNO ☐2º TURNO / ☒PARECER ORAL
☐PARECER SOBRE AS EMENDAS(☐1º TURNO ☐2º TURNO) Nº(S) _____

☒CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CSEG ☐CES ☐CDESCTMA ☐M. DIR. ☐CESP
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 2239/05

☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐REQUERIMENTO(S) Nº(S) _____
☐RECURSO Nº(S) _____
☐MOÇÃO Nº(S) _____
☐INDICAÇÃONº(S) _____
☐OUTROS _____
Autor: Deputado(a): _____ **☒Executivo**
Relator : Deputado(a): Brunelli

CONCLUSÃO:

☒FAVORÁVEL AO PROJETO
☒EMENDAS APRECIADAS NO PARECER DO RELATOR: 03
☐FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DO(A): _____
☐PARECER SOBRE AS _____ EMENDA(S) PLENÁRIO OU COMISSÃO _____
☐CONTRÁRIO AO PROJETO
☐PELA PREJUDICIALIDADE
☐DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO OU DA(S) EMENDA(S) Nº(S) _____

RESULTADO:

X	APROVADO COM A PRESENÇA DE	17	DEPUTADOS
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		DEPUTADOS
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		ABSTENÇÃO(ÕES)
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		VOTO(S) CONTRÁRIO(S)

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☐DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☒DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO _____

781897 Digicert

ASSP/ PL Nº 2239/05
Folha nº 02

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 15/12/2005
☐SESSÃO ORDINÁRIA ☒EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐TURNO ÚNICO

☐**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)**_____
☐**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)**_____

☒**PROJETO DE LEI Nº(S)** 2239/05

☐**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)**_____

☐**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)**_____
☐**REQUERIMENTO Nº(S)**_____

☐**RECURSO Nº(S)**_____
☐**MOÇÃO Nº(S)**_____
☐**OUTRO(S)**_____

Autoria: Deputado (a) _____ ☒**Executivo**

RESULTADO :

X	**APROVADO COM A PRESENÇA DE**	15	**DEPUTADOS**
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		**DEPUTADOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**ABSTENÇÕES**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS CONTRÁRIOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS FAVORÁVEIS**
	APROVADO COM EMENDAS		
	APRECIADA REDAÇÃO FINAL		

☐**DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)**_____

☐**DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO**_____

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐**DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)**
☐**DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)**
☒**DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)**
☐**DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)**
☐**DEPUTADO**_____

ASSP/ PL **Nº** 2239/05
Folha nº 21

781898
Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 5 / 12 /2005
☐SESSÃO ORDINÁRIA ☒EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐TURNO ÚNICO

☐**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)**_____
☐**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)**_____

☒**PROJETO DE LEI Nº(S)** 2239/05

☐**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)**_____

☐**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)**_____
☐**REQUERIMENTO Nº(S)**_____

☐**RECURSO Nº(S)**_____
☐**MOÇÃO Nº(S)**_____
☐**OUTRO(S)**_____

Autoria: Deputado (a) _____ ☒**Executivo**

RESULTADO :

X	**APROVADO COM A PRESENÇA DE**	13	**DEPUTADOS**
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		**DEPUTADOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**ABSTENÇÕES**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS CONTRÁRIOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS FAVORÁVEIS**
	APROVADO COM EMENDAS		
X	**APRECIADA REDAÇÃO FINAL**		

☐**DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)**_____

☐**DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO**_____

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☐DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☒DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)
☐DEPUTADO_____

781899

ASSP/ PL Nº 2239/05
Folha nº 22

Proposições - Consulta

Parâmetros de Consulta

Tipo de Proposição : PL - Projeto de Lei
Número : 2239
Ano : 2005
Data : 22/12/2005 12:02:10

1 : PL-2239/2005 **Situação** : Tramitando

Localização : ASSP
Leitura : 07/12/2005
Norma : **Número** : **Ano** :
Ementa : CRIA UNIDADES DE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Indexação : GESTÃO ADMINISTRATIVA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, PROCESSO DE EXTINÇÃO, ASSENTAMENTOS CADASTRAIS, CEASA, SAB, TCB, CODEPLAN.
Autoria : Poder Executivo

Historico :

Nº	Data	Unidade	Histórico
7	21/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 22, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO EM 2° TURNO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 15/12/2005, NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
6	21/12/2005	ASSP	ANEXA FOLHA 21, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO EM 1° TURNO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 15/12/2005, NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
5	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 19 E 20, PARECER ORAL DA CCJ, EM 1° TURNO, RELATOR DEPUTADO BRUNELLI, APROVADO EM 15/12/2005, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
4	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 14 A 18, PARECER ORAL DA CAS, EM 1° TURNO, RELATORA DEPUTADA EURIDES BRITO, APROVADO EM 15/12/2005, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA CEOF.'12071-60'
3	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 11 A 13, PARECER ORAL DA CEOF, EM 1° TURNO, RELATOR DEPUTADO BENÍCIO TAVARES, APROVADO EM 15/12/2005, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DAS EMENDAS N°S 01, 02 E 04, SENDO A EMENDA N° 03 RETIRADA PELOS AUTORES.'12071-60'
2	21/12/2005	ASSP	ANEXAS FOLHAS 07 A 10, REFERENTE A 04 EMENDAS APRESENTADAS EM 1° TURNO DE AUTORIA DE VÁRIOS DEPUTADOS.(A EMENDA N° 03 FOI POSTERIORMENTE RETIRADA PELOS AUTORES).'12071-60'
1	08/12/2005	SPL	AUTUADO COM 06 FOLHA(S). COMISSÕES: CEOF, CAS E CCJ. À ASSP A PEDIDO.

Publicações : Não há publicações registradas.
Apensamentos : Não há apensamentos registrados .

Peças Anexas :

Documento	Página
MSG-GOV:353/2005	1

Anexado ao : Não há processos que anexam este .

** Fim PL-2239/2005 **

Secretaria do Plenário
PL nº 2239 /05
Fls. 23

781900
Digicert

PROJETO DE LEI Nº 2.239, DE 2005

REDAÇÃO FINAL

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF;

II - Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB;

III - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os

oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2° Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1° terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3° O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, II, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei.

Art. 4° Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5° Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3° da Lei n°

781904 Digicert

3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1° do art. 1° desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n° 2.989, de 11 de junho de 2002, e n° 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4° da Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2005.

PL 2239/05
26

C:\ardm06\redação final\4\1\2006\10:18:40

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781905
Digicert

Assessoria de Plenário
PL n.º 2239/05
Folha n.º 27

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781906
Digicert

Secretaria de Planejamento
PL nº 2239,05
28

MENSAGEM n° 010/GP

Brasília, 04 de janeiro de 2006

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 74, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o texto do Projeto de Lei n° 2.239, de 2005, de autoria do **Poder Executivo**, que **"cria unidades que especifica e dá outras providências"**, aprovado por esta Casa.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Deputado WILSON LIMA
Primeiro Secretário no exercício
da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal
Palácio do Buriti
Brasília – DF

Assessoria de Plenário
PL N° 2239/05
Folha n.° 29

Recebido 04/01/06 às 11:35

781908
Digicert

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput,* ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 04 de janeiro de 2006

Deputado **WILSON LIMA**
Primeiro Secretário no exercício
da Presidência

PL 2239/05
30

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781909
Digicert

PL 2239 05
31

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781910
Digicert

PL 2239 05
32

Metodologia de Cálculo:
Receita Total - registra os valores previstos dos três exercícios anteriores ao de edição da LDO e dos dois exercícios posteriores, em valores correntes, a fim de serem comparados.
Receita Não Financeira - corresponde ao total de receita orçamentária deduzidas das receitas financeiras.

Despesa Total - registra os valores previstos dos três exercícios anteriores ao de edição da LDO e dos dois exercícios posteriores, em valores correntes, para serem comparados.
Despesa Não Financeira - corresponde ao total de despesa orçamentária deduzidas das despesas financeiras.

Resultado Primário - corresponde ao resultado da diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras.

Resultado Nominal - representa a diferença entre o resultado primário e os juros e encargos da dívida.

Dívida Pública Consolidada - é o montante apurado das obrigações provenientes da emissão de títulos, contratos, convênios, tratados, operações de créditos, precatórios e etc.

Preços Constantes - equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando-se os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo de valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano de edição da LDO.

Notas Explicativas:

1- As estimativas de indicadores do IGPDI para o período de 2005 a 2007, foram extraídos do site do Banco Central do Brasil.
2- Com a instituição do Fundo Constitucional pela Lei nº 10.633/02 os recursos destinados a atender as áreas de segurança, saúde e educação passaram a ser gerenciados diretamente pela esfera federal, motivo pelo qual a partir de fevereiro de 2003 não mais são registrados no sistema contábil do Distrito Federal (SIGGO).
3- Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério acima da linha que demonstra o desempenho fiscal do Governo por meio da apuração dos fluxos de receitas e despesas no período considerado.
4- As metas para o período de 2005 a 2007 são apenas indicativas.
5- O demonstrativo utilizado corresponde à tabela 3 do Manual de Elaboração dos Anexos de Metas Fiscais confeccionado pela Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.
6 - Os valores apontados nos exercícios de 2002 a 2004 referem-se aos consignados nas respectivas Leis Orçamentárias.

PROJETO DE LEI Nº 2.191, DE 2005

REDAÇÃO FINAL

Altera a redação do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 1.030, de 06 de março de 1996, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.030, de 06 de março de 1996, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º.....

Parágrafo único. Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a conceder a todos os integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal complementação de remuneração de forma que não haja redução salarial em relação aos valores da remuneração vigente em dezembro de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 12 de janeiro de 1996.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.228, DE 2005

REDAÇÃO FINAL

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo interno com o Banco do Brasil e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir empréstimo interno junto ao Banco do Brasil S.A., com o apoio financeiro do Japan Bank for International Cooperation - JBIC, até o limite de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou o equivalente em dólar dos Estados Unidos da América, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos de uso rodoviário para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157, 158 e 159 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas, limitadas estas a 150% (cento e cinqüenta por cento) do financiamento a ser contratado, acrescido dos encargos pertinentes.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nas leis orçamentárias anuais e nos planos plurianuais, durante o prazo de financiamento do empréstimo, dotações suficientes para o pagamento das parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como os valores da contrapartida necessários à sua execução.

Art. 4º O empréstimo de que trata esta Lei terá as seguintes condições de financiamento como parâmetro:

I - prazo de carência: seis meses;

II - taxa de juros: 5, 81% (cinco inteiros e oitenta e um décimos por cento) ao ano;

III - amortização: 10 (dez) parcelas semestrais consecutivas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2005.

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA AQUISIÇÃO

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1.Escavadeira Hidráulica sobre esteira	5
2.Carregadeira de Rodas (Pá mecânica)	18
3.Retroescavadeira	5
4.Motoniveladora	30
5.Compactador Vibratório Autopropelido Rolo Liso	5
6.Compactador Vibratório Autopropelido Pé de Carneiro 11 Toneladas	10
7.Compactador Vibratório Autopropelido Tandem Pequeno Porte	5
8.Compactador Vibratório Autopropelido de Pneus	5
9.Trator de Esteiras	10

PROJETO DE LEI Nº 2.239, DE 2005

REDAÇÃO FINAL

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria

781911 Digicert

Assessoria de Plenário PL Nº 2239/05

de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF;

II - Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB;

III - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2005.

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

PROJETO DE LEI Nº 2.248, DE 2005

REDAÇÃO FINAL

Revoga a Lei nº 2.513, de 30 de dezembro de 1999.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 2.513, de 30 de dezembro de 1999, que altera a Lei nº 2.469/99.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.249, DE 2005

REDAÇÃO FINAL

Altera o Demonstrativo "Relação de Projetos em Andamento", constante da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal no exercício financeiro de 2005".

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

781912
Digicert

PL 2239/05

LEI Nº 3.758, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo interno com o Banco do Brasil e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir empréstimo interno junto ao Banco do Brasil S.A., com o apoio financeiro do Japan Bank for International Cooperation – JBIC, até o limite de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou o equivalente em dólar dos Estados Unidos da América, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos de uso rodoviário para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157, 158 e 159 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas, limitadas estas a 150% (cento e cinqüenta por cento) do financiamento a ser contratado, acrescido dos encargos pertinentes.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nas leis orçamentárias anuais e nos planos plurianuais, durante o prazo de financiamento do empréstimo, dotações suficientes para o pagamento das parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como os valores da contrapartida necessários à sua execução.

Art. 4º O empréstimo de que trata esta Lei terá as seguintes condições de financiamento mo parâmetro:

prazo de carência: seis meses;

II – taxa de juros: 5, 81% (cinco inteiros e oitenta e um décimos por cento) ao ano;

III – amortização: 10 (dez) parcelas semestrais consecutivas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA AQUISIÇÃO

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1.Escavadeira Hidráulica sobre esteira	5
2.Carregadeira de Rodas (Pá mecânica)	18
3.Retroescavadeira	5
4.Motoniveladora	30
5.Compactador Vibratório Autopropelido Rolo Liso	5
6.Compactador Vibratório Autopropelido Pé de Carneiro 11 Toneladas	10
7.Compactador Vibratório Autopropelido Tandem Pequeno Porte	5
8.Compactador Vibratório Autopropelido de Pneus	5
9.Trator de Esteiras	10

LEI Nº 3.759, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a alteração de uso do lote do Setor de Habitações Individuais Norte – SHIN da Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o uso do lote localizado no Setor de Habitações Individuais Norte – SHIN, da Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII, com área de 2.500,00m², registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, R-1, nº 64155, livro 2, de 1º de fevereiro de 1996 e registro de planta junto ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, planta PR-7/1, R-2, nº 2, livro 8-A, de 19 de janeiro de 1965, para institucional, culto, lazer, academia de ginástica, ensino seriado e não seriado; e comercial com prestação de serviço como atividade secundária.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 3.760, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a alteração de uso do lote que especifica, da Região Administrativa de Brasília/DF – RA I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o uso do imóvel denominado RE – EPTG – RA I, Rua Quaresmeira 1, Lote 02, situado no Setor RE –, EPTG Águas Claras, Região Administrativa de Brasília/DF, medindo 14.948,140m² (quatorze mil e novecentos e quarenta e oito metros quadrados e quatorze decímetros quadrados), para Comércio de bens de serviço, Centro Comercial e/ou Supermercado, Prestação de Serviço do tipo: Financeiro, Educação, seriada e não seriada, Academia de Ginástica, Lazer, Saúde e Indústria de Pequeno Porte do tipo Artesanal – (exceto: combustível e derivados, armazenamento, atacadista ou qualquer tipo de atividade que gere poluição).

Art. 2º O Poder Executivo realizará estudos de viabilidade técnica, bem como estudos de impacto ambiental e de impacto de vizinhança, nos termos do que dispõe a legislação, previamente à autorização para implantação de qualquer um dos usos e atividades previstos no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A autorização para implantação de qualquer um dos usos e atividades previstos no art. 1º só se efetivará após a realização de, no mínimo, uma audiência pública, na qual devem ser obrigatoriamente apresentados à população interessada todos os estudos estabelecidos no *caput*, caso se efetive antes da aprovação do PDL correspondente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 3.761, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB;

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º V E T A D O.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781913
Digicert

Assessoria de Plenário
PL nº 2239/05
Folha nº 359

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

LEI Nº 3.762, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

.oriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, os imóveis que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, os imóveis denominados por: SHC/SW EQ/Residencial – SHC/AO/S – Setor de Habitações Coletivas – Áreas Octogonais Sul Entre área 3/8 Projeção 10 – Brasília – RA I, com área de 400,00m², P/NORTE EQNP EQ 8/12 Área Especial "E" – Ceilândia – RA IX, com área de 1.061,750m² e M/NORTE QNM 30 Módulo "H" – Ceilândia – RA – IX, com área de 5.000,00m², todos de propriedade do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 716, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, que "altera a redação da Lei Complementar que menciona e dá outras providências".

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica inserido, no texto da Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, um novo artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º A contribuição do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.

§ 1º O Distrito Federal é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários pertinentes ao regime de que trata o caput.

§ 2º VETADO.

Art. 2º Os atuais artigos 3º, 4º e 5º, da Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, ficam umerados, respectivamente, para artigos 4º, 5º e 6º.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 717, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Estabelece parâmetros urbanísticos de uso e ocupação para a área do Jóquei Clube, localizada na Região Administrativa do SIA – RA XXIX, os quais farão parte do Plano Diretor Local da Região Administrativa do Guará – RA X e da Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros de uso e ocupação para a área do Jóquei Clube, localizada na Região Administrativa do SIA – XXIX, com a criação do Setor Jóquei Clube.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata este artigo serão parte integrante do Plano Diretor Local das Regiões Administrativas do Guará – RA X e Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

Art. 2º Os usos permitidos na área são:

I – residencial;

II – atividades complementares de atendimento à população local;

III – lazer ecológico.

Art. 3º Os parâmetros de ocupação do Setor Jóquei Clube são:

I – altura máxima para edificações de 26 m (vinte e seis metros);

II – coeficiente de aproveitamento básico igual a 1 (um);

III – coeficientes de aproveitamento máximos definidos em projeto específico, observados os seguintes parâmetros:

a) para glebas ou lotes com área menor que 5.000m² (cinco mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 4 (quatro);

b) para glebas ou lotes com área entre 5.000m² (cinco mil metros quadrados e 20.000m² (vinte mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 3 (três);

c) para glebas ou lotes com área entre 20.000m² (vinte mil metros quadrados) e 50.000m² (cinqüenta mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 2 (dois);

d) para glebas ou lotes com área maior que 50.000m² (cinqüenta mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 1 (um).

Parágrafo único. O Poder Público determinará parâmetros urbanísticos específicos quando proceder ao parcelamento, podendo reduzir o coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido neste artigo e fixar o mínimo, em razão dos estudos técnicos realizados, na forma disposta em lei específica, de autoria do Poder Executivo.

Art. 4º O projeto de parcelamento incorporará faixa verde de transição entre área com características de uso de alto grau de incomodidade e área com característica predominantemente residencial.

Parágrafo único. Será reservada, no projeto de parcelamento do Setor Jóquei Clube, área destinada para a implantação de parque ecológico e espaço de cultura, esporte e lazer.

Art. 5º Serão aplicados os seguintes instrumentos urbanísticos e tributários de política urbana:

I – estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), nos termos do que determinam os arts. 36, 37 e 38 da Lei nº 10.257, de 2001;

II – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo.

Parágrafo único. Poderá ser aplicada a concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

VICE-GOVERNADORIA

DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 25 de janeiro de 2006

Processo 014.000.178/2005; Interessado: AMERICEL S/A; Assunto: RECONHECIMENTO DE DIVIDA. À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art.s 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinados com o artigo 7º, da Lei nº 3.163, de 03/07/2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e o pagamento, em favor da AMERICEL S/A, no valor de R$5.656,79 (cinco mil seiscentos e cinqüenta e seis reais e setenta e nove centavos), referentes aos serviços telefônicos móvel celular prestados no mês de outubro de 2005. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 04.122.0100.8517.0026, Elemento de Despesa: 33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores. Publique-se e encaminhe-se a GPO/DAO/GVG, para as providências complementares.

Processo 014.000.022/2006; Interessado: AMERICEL S/A; Assunto: RECONHECIMENTO DE DIVIDA. À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art.s 80 e 81 do Decreto nº. 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinados com o artigo 7º, da Lei nº. 3.163, de 03/07/2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e o pagamento, em favor da AMERICEL S/A, no valor de R$5.545,54 (cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos), referentes aos serviços telefônicos móvel celular prestados no mês de dezembro de 2005. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 04.122.0100.8517.0026, Elemento de Despesa: 33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores. Publique-se e encaminhe-se a GPO/DAO/GVG, para as providências complementares.

WALMIR JOSÉ GOMES

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Subsecretário de Apoio Operacional publicado no DODF n.º 19, de 25 de janeiro de 2006, ONDE SE LÊ: "...Processo: 210.000.920/2005 e outros...", LEIA-SE: "...PROCESSO: 210.000.918/2005 e outros...", e ONDE SE LÊ "...R$ R$ 1.044.665,35 (um milhão, quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)..." LEIA-SE "...R$960.415,35 (novecentos e sessenta mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)...".

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA PRÓ-GESTÃO

DESPACHO DA PRESIDENTE
Em 25 de janeiro de 2006.

Processo 0030.004.575/2005, Interessado: Secretaria de Gestão Administrativa, Objeto: Aquisição de mobiliário. 1 - Na forma do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, incisos XXII

781914
Digicert

Assessoria do Plenário
PL nº 2239/05
Folha nº 36

Fls. 02 - 02/06
Assessoria do Plenário

MENSAGEM
Nº 33 /2006-GAG/SEAP

Brasília, 25 de janeiro de 2006.

ao Protocolo Legislativo para registro e em seguida,
à Assessoria do Plenário.
Ramiro Pinheiro Lima
Assessoria do Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e a seus ilustres pares para comunicar que, nos termos do art. 74, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 2.239, de 2005, de autoria do Poder Executivo, pelos seguintes

MOTIVOS DE VETO

Verifica-se, de plano, que a presente propositura, de iniciativa do Poder Executivo, visa à criação, na Secretaria de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, de "...unidades de manutenção de pessoal de empresas em processos de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento dos respectivos quadros de empregos" – como resta consignado no art. 1º do projeto.

Recebi em 27/01/06. 11 h 28. 30

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
MD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

Assessoria do Plenário
PL Nº 2239/05
Folha nº 37

781915

A propositura, ao ser apreciada por essa douta Casa Legislativa, recebeu, como se vê, diversas emendas aditivas e modificativas, que preservaram, na medida do possível, a validez formal e material do projeto, excetuando-se, é bom dizer, a emenda aditiva nº 2, que deu ao artigo 3º nova redação, determinando que o Governo do Distrito Federal enviasse à Câmara Legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do diploma, "...projeto de lei dando cumprimento ao disposto no art. 219, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei" – acréscimo que desborda, queremos crer, dos limites temáticos do projeto.

Com efeito, o propósito declarado do projeto é o de disciplinar a administração dos contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas indicadas no §2º do art. 1º, não se afeiçoando ao bom direito, por violar, sobretudo, a inteligência da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, inserir no texto comando normativo absolutamente estranho ao seu conteúdo, já que o indigitado acréscimo trata, ao revés, das relações patrimoniais decorrentes da extinção de companhias pela incorporação, fusão ou cisão.

Ante o exposto, comunico que vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 2.239/2005, mais especificamente o art. 3º, pugnando pela manutenção do veto por parte dessa Egrégia Câmara.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares as expressões do meu apreço e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

781916
Digicert

Assessoria do Plenário
PL Nº 2239/05
Folha nº 384

LEI Nº 3.761 **DE** 25 **DE** janeiro **DE 2006.**
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º **V E T A D O.**

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria do Plenário
PL nº 2239/05
Folha nº 39

781917
Digicert

781919 Digicert

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º O Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa do Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei dando cumprimento ao que dispõe o art. 219, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 04 de janeiro de 2006

Deputado **WILSON LIMA**
Primeiro Secretário no exercício
da Presidência

sanciono com veto: em 25/01/2006

Assessoria de Plenário
PL N.º 2239/05
Folha n.º 4

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781920
Digicert

Assessoria do Plenário
PL Nº 2239/05
Folha nº 420

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

781921
Digicert

Assessoria de Plenário
PL Nº 2239/05
Folha nº 434

781923
Digicert

RELATÓRIO /2006

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 2239/2005, que *"Cria Unidades que especifica e dá outras providências."*

Relator: Deputado ~~BRUNELLI~~ PEDRO PASSOS

Em consonância com os termos do § 1° do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Câmara Legislativa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei epigrafado, pela Mensagem n° 33/2006 – GAG/SEAP, de 25 de janeiro.

A referida proposição, de autoria do Poder Executivo, cria as unidades que especifica e dá outras providências.

Ao tramitar nesta Casa de leis, a proposição em comento recebeu parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com as Emendas Modificativas 1, 2 e 4; da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Constituição e Justiça, que acompanharam as emendas anteriores. Foi, posteriormente, aprovada em Plenário nos dois turnos de votação, em sessões extraordinárias.

Assessoria de Plenário
PL nº 2239 / 05
Folha nº 97

O governador do Distrito Federal vetou parcialmente o Projeto, alegando que *"a propositura, ao ser apreciada por esta douta Casa Legislativa recebeu, como se vê, diversas Emendas Aditivas e Modificativas que preservaram, na medida do possível, a validez formal e material do Projeto, excetuando-se, é bom dizer, a Emenda Aditiva nº 2, que deu ao art. 3° nova redação, determinando que o Governo do Distrito Federal enviasse à Câmara Legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da*

publicação do diploma '...projeto de lei dando cumprimento ao disposto no art. 219, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou redimensionamento da estrutura das empresas de que trata esta Lei' – acréscimo que desborda, queremos crer, dos limites temáticos do Projeto."

Segundo o Chefe do Executivo, *"tal redação do art. 3º não se afeiçoa ao bom Direito por violar, sobretudo, a inteligência da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, inserindo no texto comando normativo absolutamente estranho ao seu conteúdo."*

Diante de tais argumentos, comunicou sua Excelência haver oposto veto parcial ao Projeto de Lei em tela e pugnou pela manutenção do veto.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões,

Deputado

Presidente

Deputado BRUNELLI

Relator

781924
Digicert

781925 Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2006
☒SESSÃO ORDINÁRIA ☐EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : art 3º —

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☐PROJETO DE LEI Nº(S) 2239/05

Autor: **Deputado(a):** _____ ☒**Executivo**

Relator: **Deputado(a):** Pedro Passos

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PRESENTE	AUSENTE
	AGUINALDO DE JESUS – PL	X	
	ARLETE SAMPAIO – PT		X
	AUGUSTO CARVALHO – PPS	X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X	
	BRUNELLI – PFL		X
	CHICO FLORESTA – PT		X
	CHICO LEITE – PT		X
	CHICO VIGILANTE – PT	X	
	ELIANA PEDROSA – PFL	X	
	ÉRICA KOKAY – PT	X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X	
	GIM ARGELLO – PTB		X
	IVELISE LONGHI – PMDB	X	
	IZALCI LUCAS – PFL	X	
	JOSÉ EDMAR – PRONA	X	
	LEONARDO PRUDENTE – PFL	X	
	ODILON AIRES – PMDB	X	
	PAULO TADEU – PT	X	
	PEDRO PASSOS – PMDB		X
	PENIEL PACHECO - PDT	X	
	RÔNEY NENER – PMDB	X	
	WIGÃO - PMDB	X	
	WILSON LIMA – PRONA	X	
	FÁBIO BARCELLOS – PFL	X	
	TOTAL	18	06

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

ASSP

SECRETÁRIO DEP.

ASSP
PL Nº 2239/05
Fls. º 46

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	03	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		

781926
Digicert

MENSAGEM Nº 230/GP

Brasília, 10 de maio de 2006

Senhora Governadora,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que esta Casa, em Sessão Ordinária do dia 09/05/2006, **manteve** o VETO PARCIAL ao **art. 3º** do Projeto de Lei nº 2.239, de 2005, de autoria do **Poder Executivo,** que **"cria unidades que especifica e dá outras providências"** com o seguinte resultado de votação: **quinze votos favoráveis, três votos contrários, havendo seis ausências.**

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real consideração.

Deputado FÁBIO BARCELLOS
Presidente

10/05/06 10:40
9287

A Sua Excelência a Senhora
MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora do Distrito Federal
Palácio do Buriti
Brasília – DF

PL 2239/05

PL 2352/2006

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

IDENTIFICAÇÃO

PL 2352/2006

Ementa :

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB , EM LIQUIDAÇÃO À CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA/DF,EM LIQUIDAÇÃO.

Autoria : **Poder Executivo** **Data de Leitura :26/03/06**

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ARQUIVO

801186
Digicert

LIDO
Em 29 / 03 / 06
Secretário do Plenário

MENSAGEM
Nº 175 - GAB

Brasília, 23 de março de 2006.

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CEOF, CAS e CCJ.
Em, 30 / 05 / 06.
Chefe da Assessoria de Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa insigne Casa Legislativa Projeto de Lei propondo a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

A proposta ora apresentada, uma vez aprovada, propiciará centenas de famílias que vivem a angústia da liquidação da SAB, que ainda não atingiu seu termo em virtude óbices para solucionar a situação dos empregados que laboram na referida empresa, cuja atuação, durante apreciável espaço de tempo, muito contribuiu para o desenvolvimento do Distrito Federal, seja no aspecto de abastecimento das comunidades urbanas e rurais carentes de apoio e recursos para aquisição de alimentos e outros produtos de primeira necessidade, seja na compra direta da produção agrícola de pequenos produtores rurais e na sua comercialização, por meio da Rede de Supermercados da empresa.

O projeto de lei contém, ainda, dispositivos versando sobre a reestruturação da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação e adaptação de seu Estatuto em face da incorporação da ora proposta, com a finalidade atribuir-lhe nova configuração, considerando a sua fundamental importância para o abastecimento de gêneros alimentícios, em especial de hortifrutigranjeiros. Nesse aspecto há que ser revisto o processo de Liquidação para permitir sua continuidade no cumprimento e desempenho desse importante papel no Distrito Federal.

MENSAGEM DE URGÊNCIA

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2352 / 2006
Fls. Nº 01 BIA

À Sua Excelência
Deputado FÁBIO BARCELLOS
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
29 / 03 / 06

Releva assinalar que a incorporação proposta, uma vez consumada, solucionará de vez a questão dos empregados da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, em perfeita harmonia com o estabelecido no Art. 1°, § 3°, da Lei Nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, cabe informar que não haverá despesas para o Tesouro do Governo do Distrito Federal com a efetivação da proposta que está sendo submetida a essa ínclita Casa de Leis.

Por derradeiro, nos termos do Art. 73, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encareço seja o presente projeto de lei à apreciação em regime de urgência.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres pares meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2352 / 2006
Fls. Nº 02 BH

801188
Digicert

PL 2352 /2006

PROJETO DE LEI Nº , MARÇO DE 2006.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art.1° O Distrito Federal fica autorizado a proceder as medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

Art. 2° A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA/DF, em Liquidação, assumirá o ativo, passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação.

Art. 3° Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, serão transferidos para a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no Art. 1°, § 3°, da Lei N° 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4° A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação, deverá apresentar, no prazo de até sessenta (60) dias, um plano de reestruturação da empresa, com o respectivo projeto de alteração de seu Estatuto.

Art.5° - Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei N° 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

801189
Digicert

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL 2352/2006
03 BIA

PARECER N.º_____

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS, sobre o Projeto de Lei nº 2352, de 2006, que "Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação".

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, vem ao exame da comissão de Economia Orçamento e Finanças – CEOF com a proposta de autorizar o Poder Executivo a incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

Caberá à CEASA/DF assumir o ativo, passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela SAB, em liquidação.

Os atuais empregados da SAB serão transferidos para a CEASA/DF, mantendo os respectivos vínculos empregatícios.

Caberá à CEASA/DF apresentar, no prazo de 60 dias, um plano de reestruturação da empresa, com o respectivo projeto de alteração de seu Estatuto.

A Proposição tramita em regime de urgência, e no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 2352 2006
Fls Nº 04

801191
Digicert

JAAL

Em conformidade com o artigo 64, Inciso II, alíneas "a" e "b" do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias quanto à adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas, a qualquer título, a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal.

Do exame do projeto, verificamos que a reestruturação da CEASA/DF, atribuindo-lhe nova configuração, contribuirá para o abastecimento de gêneros alimentícios, em especial de hortigranjeiros, e que a incorporação proposta, uma vez consumada, solucionará de vez a questão dos empregados da SAB.

No ponto de vista do cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cabe informar que não haverá despesas para o Tesouro do Governo do Distrito Federal.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2352, de 2006, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das comissões, em

Deputado LEONARDO PRUDENTE
Presidente

Deputada ELIANA PEDROSA
Relatora

801192
Digicert

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 2352 / 2006
Fls Nº 05

PARECER N.º_____

Da COMISSÃO DE ECONO
FINANÇAS, sobre o Projeto de
que "Autoriza a incorporaç
Abastecimento de Brasília S/A
à Centrais de Abastecimento
– CEASA/DF, em Liquidação".

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada Eliana P

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Execu
comissão de Economia Orçamento e Finanças – CEOF com a propc
Executivo a incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/
à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, er

Caberá à CEASA/DF assumir o ativo, passivo e os instrumer
firmados pela SAB, em liquidação.

Os atuais empregados da SAB serão transferidos para a C
respectivos vínculos empregatícios.

Caberá à CEASA/DF apresentar, no prazo de 60 dias, um pl
empresa, com o respectivo projeto de alteração de seu Estatuto.

A Proposição tramita em regime de urgência, e no prazc
apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Comiss
F
Fls. N

Digicert

PARECER N.º_____

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS, sobre o Projeto de Lei nº 2352, de 2006, que "Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação".

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, vem ao exame da comissão de Economia Orçamento e Finanças – CEOF com a proposta de autorizar o Poder Executivo a incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

Caberá à CEASA/DF assumir o ativo, passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela SAB, em liquidação.

Os atuais empregados da SAB serão transferidos para a CEASA/DF, mantendo os respectivos vínculos empregatícios.

Caberá à CEASA/DF apresentar, no prazo de 60 dias, um plano de reestruturação da empresa, com o respectivo projeto de alteração de seu Estatuto.

A Proposição tramita em regime de urgência, e no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 2352 / 2006
Fls Nº 06

801193
Digicert

Em conformidade com o artigo 64, Inciso II, alíneas "a" e "b" do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias quanto à adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas, a qualquer título, a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal.

Do exame do projeto, verificamos que a reestruturação da CEASA/DF, atribuindo-lhe nova configuração, contribuirá para o abastecimento de gêneros alimentícios, em especial de hortigranjeiros, e que a incorporação proposta, uma vez consumada, solucionará de vez a questão dos empregados da SAB.

No ponto de vista do cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cabe informar que não haverá despesas para o Tesouro do Governo do Distrito Federal.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2352, de 2006, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das comissões, em

Deputado LEONARDO PRUDENTE
Presidente

Deputada ELIANA PEDROSA
Relatora

801194
Digicert

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 2352 / 2006
Fls Nº 07

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

FOLHA DE VOTAÇÃO

1. ***Projeto de Lei nº 2.352/06 que*** *" Autoriza a incorporação da sociedade de abastecimento de Brasília S/A – SAB, em liquidação à centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF , em Liquidação "*

Autor: Poder Executivo
Relatora : Deputada Eliana Pedrosa
Parecer: Favorável à aprovação

MEMBROS TITULARES E SUPLENTES	Pres. Relat.	Acompanhamento					Assinatura
		Favorável	Contrário	Abstenção	Ausente	Decl. Voto	
Dep. Leonardo Prudente		X					
Dep. Paulo Tadeu		X					
Dep. Eliana Pedrosa	R	X					
Dep. Odilon Aires		X					
Dep. Benício Tavares					X		
Dep. Brunelli							
Dep. Érika Kokay							
Dep. Wilson Lima							
Dep. Eurides Brito							
Dep. João de Deus							
Desempate							
Totais:		4	–	–	1		

☒ **APROVADO** ☒ Parecer do Relator

☐ Parecer do Voto em Separado

RESULTADO:

☐ **REJEITADO** - Relator do Vencido: Deputado(a)

Parecer do Vencido apresentado em ___/___/_____

☐ **Reunião Ordinária**

☒ **Reunião Extraordinária** **Data da Reunião:** 19/04/06

RESUMO: 2ª Reunião

Secretário

801195 Digicert

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 2352 / 2006
Fls Nº 08

Digicert

PL nº 2352/06
Folha nº 098

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 01 /2006
(De vários Deputados)

09 05 06
098 15.496-13

Ao Projeto de Lei nº 2.352, de 2006 que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, e Liquidação à Centrais de abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação".

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 2.352/2006 a seguinte redação:

"Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir equívoco da redação original que continha a expressão "Projeto de Lei" em vez de "Lei".

Sala das Sessões,

Dep. Fábio Barcellos

Dep. Chico Floresta

Dep. Wilson Lima

Dep. José Edmar

Dep. Peniel Pacheco

Dep. Aguinaldo de Jesus

Dep. Arlete Sampaio

Dep. Augusto Carvalho

Dep. Benício Tavares

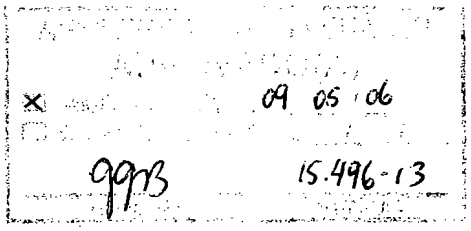
Dep. Brunelli

Dep Israel Lucas

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em ___/___/___ às ___

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRI

EMENDA ADITIVA Nº 01 /2006
(De vários Deputados)



Ao Projeto de Lei n "autoriza a incorpor Abastecimento de E Liquidação à Centr do Distrito Federal S Liquidação".

Adite-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei

"Art. ... O Distrito Federal transferirá ao patrimônio Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003 e nº 2.891, de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou e do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito F até a data da publicação desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo reforçar o patrimô facilitará a viabilização econômico-financeira de suas atividades que já eram de sua propriedade e transferindo os bens da SAB,

Sala das Sessões,

Dep. Fábio Barcellos **Dep. C**

Dep. Wilson Lima **Dep. J**

Dep. Peniel Pacheco **Dep. Aguir**

DEP. IZALCI LUCAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA ADITIVA Nº 01 /2006
(De vários Deputados)

09/05/06
9973 15.496-13

Ao Projeto de Lei nº 2.352, de 2006 que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, e Liquidação à Centrais de abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação".

Adite-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 2.352/2006:

"Art. ... O Distrito Federal transferirá ao patrimônio da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003 e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ/DF até a data da publicação desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo reforçar o patrimônio da CEASA, o que facilitará a viabilização econômico-financeira de suas atividades, retornando os bens que já eram de sua propriedade e transferindo os bens da SAB, empresa incorporada.

Sala das Sessões,

Dep. Fábio Barcellos

Dep. Chico Floresta

Dep. Wilson Lima

Dep. José Edmar

Dep. Peniel Pacheco

Dep. Aguinaldo de Jesus

Dep. Izaci Lucas

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352 CC
Fls. 11

Dep. Arlete Sampaio

Dep. Augusto Carvalho

Dep. Benício Tavares

Dep. Brunelli

Dep. Chico Leite

Dep. Chico Vigilante

Dep. Eliana Pedrosa

Dep. Érika Kokay

Dep. Eurides Brito

Dep. Gim Argello

Dep. José Edmar

Dep. Ivelise Longhi

Dep. Leonardo Prudente

Dep. Odilon Aires

Dep. Paulo Tadeu

Dep. Pedro Passos

Dep. Roney Nemer

Dep. Wigberto Tartuce

801200
Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352/06
Folha nº 128

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 /2006
(De vários Deputados)

09/05/06
9093 15.496-13

Ao Projeto de Lei nº 2.352, de 2006 que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, e Liquidação à Centrais de abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação".

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2.352/2006:

"Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB, em Liquidação, serão incorporados pelas Centrais de abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA, em Liquidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo evitar possíveis equívocos na interpretação do vocábulo "transferidos", constante no projeto original enviado pelo Executivo local.

Sala das Sessões,

Dep. Fábio Barcellos

Dep. Chico Floresta

Dep. Wilson Lima

Dep. José Edmar

Dep. Peniel Pacheco

Dep. Aguinaldo de Jesus

Dep. Arlete Sampaio

Dep. Augusto Carvalho

Dep. Benício Tavares

Dep. Brunelli

Dep. Chico Leite

Dep. ~~Chico Vigilante~~

Dep. Eliana Pedrosa

Dep. Érika Kokay

Dep. Eurides Brito

Dep. Gim Argello

Dep. José Edmar

Dep. Ivelise Longhi

Dep. Leonardo Prudente

Dep. Odilon Aires

Dep. Paulo Tadeu

Dep. Pedro Passos

Dep. Roney Nemer

Dep. Wigberto Tartuce

DEP. IZALCI LUCAS

801202

Digicert

PL nº 2352 / 2006
Fls. nº 15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02/2006
(De vários Deputados)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Sessão Ordinária 09/05/06
Sessão Extraordinária de ___/___/___
9095 15.496-13

Ao Projeto de Lei nº 2.352, de 2006 que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, e Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação".

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.352/2006:

"Art. 4º A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, elaborará projeto de alteração de seu Estatuto e, no mesmo prazo, em conformidade com o inciso IV, § 1º do art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminhará à Câmara Legislativa projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo dar cumprimento ao inciso IV do parágrafo primeiro do artigo 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal que determina o seguinte:

> ***Art. 71*** *.....*
>
> *§ 1º Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre:*
>
> *.....IV – criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública;* (grifamos)

Ademais, a tramitação do citado plano de reestruturação nesta Casa trará a devida transparência ao processo e garantirá aos trabalhadores das CEASA e da SAB a oportunidade de contribuir com suas sugestões.

Sala das Sessões,

Dep. Fábio Barcellos **Dep. Chico Floresta**

Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO 2352/2006

Dep. Wilson Lima

Dep. José Edmar

Dep. Peniel Pacheco

Dep. Aguinaldo de Jesus

Dep. Arlete Sampaio

Dep. Augusto Carvalho

Dep. Benício Tavares

Dep. Brunelli

Dep. Chico Leite

Dep. Chico Vigilante

Dep. Eliana Pedrosa

Dep. Érika Kokay

Dep. Eurides Brito

Dep. Gim Argello

Dep. José Edmar

Dep. Ivelise Longhi

Dep. Leonardo Prudente

Dep. Odilon Aires

Dep. Paulo Tadeu

Dep. Pedro Passos

Dep. Roney Nemer

Dep. Wigberto Tartuce

PL nº 2352/06
fls. 178

PARECER Nº /2006

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 2352/2006 que "Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, em Liquidação".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Brunelli

I – RELATÓRIO

Mediante Mensagem nº 175/2006, de 30 de março de 2006, o Senhor Governador do Distrito Federal encaminha a esta Casa o Projeto de Lei 2.353/2006, que "Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, em Liquidação".

O Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, solicitou que referido Projeto de Lei tramitasse em regime de urgência.

À guisa de justificação, o então Governador há época, Senhor Joaquim Domingos Roriz, esclarece que o objetivo da proposição é a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, em Liquidação, a fim de fomentar esta última empresa e garantir os contratos de trabalhos dos funcionário de ambas as empresas.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas .

II – VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Art. 63, inciso I:

801205

PL 2352/06
13

"I - examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação".

Por sua vez, a Lei Orgânica do Distrito Federal, na atribuição das competências privativas do Poder Executivo, assim relaciona:

"Art. 71. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Legislativa, ao Governador do Distrito Federal e, nos termos do art. 84, IV, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.
§ 1º Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre:
I - .....
IV - criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública;
Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal:
I - .....
X - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal, na forma desta Lei Orgânica." (grifo nosso)

Com a aprovação deste projeto de lei, estaremos dando um grande passo para solucionarmos de vez as questões trabalhistas da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, e à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal. Uma luta que começou por este parlamentar no começo do mandato (2003). Foram inúmeras idas e vindas aos gabinetes do Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, a Secretária de Administração Cecília Landim, Secretário de Fazenda Valdivino e outras autoridades do Governo e, em todas encontramos o apoio necessário a concretização desse sonho. Foram incontáveis reuniões com a nossa assessoria técnica e os representantes de classe, a fim de encontrarmos a melhor saída jurídica para as empresas e seus funcionários.

Toda essa luta foi acompanhada de perto por todos os representantes de classe dessas empresas. Além de termos ido a todas as autoridades do

Digicert

PL nº 2352/06
Fls. 198

GDF mencionadas acima, juntos fomos ao Ministro do STF Marco Aurélio de Melo e ao Ministério Público do Trabalho, onde encontrava-se os processos judiciais que poderiam, a qualquer momento, tirar o emprego de milhares de pais de família, que trabalham nessas empresas, inclusive, os que labutavam na Empresa de Transporte de Brasília - TCB.

Portanto, se reparos há por fazer ao Projeto em causa, estes dizem respeito tão-somente à apresentação quatro emendas, de autoria de **VÁRIOS DEPUTADOS**, as quais foram amplamente discutidas com todos os representantes de classe da SAB e CEASA, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, a minha assessoria e dos deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Assim, por atender aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, somos pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 2352/2006, no âmbito desta Comissão, na forma da **Emenda Aditiva nº 01, Emendas Modificativas nºs 01 e 2 e Emenda de Redação nº 01.**

Sala das Comissões, em de 2006.

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO BRUNELLI
Relator

801207
Digicert

Kleber(M03)

justo é colocar em votação o que a população está pedindo. Por isso, eu venho aqui dizer que contem com o meu voto, contem com o meu apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Muito bem, Deputado Gim Argello.

Vamos concluir a votação do item nº 19 e, em seguida, faremos o intervalo. Alertamos que a reunião já está em curso.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 2.352, de 2006, que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília, SAB, em liqüidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A, CEASA, em liqüidação."

Em resumo, o projeto de lei pretende que se incorpore a SAB à Ceasa, fazendo com que a Ceasa absorva os serviços da antiga SAB, o que resolverá as questões pertinentes aos servidores das duas empresas, afastando-se de vez o problema da temeridade, da insegurança e da incerteza com que vivem seus servidores.

Excluído: a questão mais
Excluído: a que tem de ser feita
Excluído: I
Excluído: E a
Excluído: Concedo a palavra
Excluído: Í
Excluído: trata-se de exame do
Excluído: a
Excluído: as
Excluído: a
Excluído: easa-DF
Excluído: também e
Excluído: daí
Excluído: , também,
Excluído: sejam
Excluído: idas
Excluído: ,
Excluído: realmente

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352/06
20

Digicert

Durante a tramitação foram apresentadas algumas emendas, algumas delas asseguram aos atuais empregados a tabela de empregos permanentes da SAB, a incorporação pelas Centrais de Abastecimento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Deputada Eurides Brito, só um segundo.

Sem ser deseducado, eu queria pedir à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal que pudesse dar a sua entrevista dentro do espaço destinado aos jornalistas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, para concluir seu parecer.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Como dizíamos, Sr. Presidente, uma das emendas dá até sessenta dias para que seja elaborado o Estatuto do Ceasa para poder abrigar os servidores provenientes da SAB; outra emenda, como dissemos, autoriza a incorporação. Outra emenda só acrescenta que entra em vigor na data da publicação; a outra emenda é a Emenda Modificativa nº 1, que dá nova redação para deixar explícitos os direitos dos atuais empregados da tabela de empregos permanentes da SAB.

Excluído: . P

Excluído: Í

Excluído: projeto de elaboração do

Excluído: também

Excluído: também uma

Excluído: que

Excluído: m

Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352 / 06
Fls. nº 21

Kleber(M03)

Falando em nome da CAS, vou encaminhar favoravelmente à aprovação, uma vez que a questão é de alta relevância social e põe termo a toda essa inquietude que tem perturbado tanto os servidores da SAB quanto os do Ceasa e, ao mesmo tempo, favorece a população do Distrito Federal.

Excluído: finalmente a
Excluído: e
Excluído: bom termo
Excluído: e

Muito obrigada.

Encaminhamos pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - s/**Ana Luísa**

801210
Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL 2352/06
22

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2006
☒SESSÃO ORDINÁRIA ☐EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DO PARECER DAS COMISSÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO DO PARECER EM ☒1º TURNO ☐2º TURNO / ☒PARECER ORAL
☐PARECER SOBRE AS EMENDAS(☐1º TURNO ☐2º TURNO) Nº_____

☐CCJ ☐CEOF ☒CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CSEG ☐CES ☐CDESCTMA ☐M. DIR. ☐CESP
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)_____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 2352/06

☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)_____

☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)_____
☐REQUERIMENTO(S) Nº(S)_____
☐RECURSO Nº(S)_____
☐MOÇÃO Nº(S)_____
☐INDICAÇÃO Nº(S)_____
☐OUTROS_____
Autor: Deputado(a):_____ ☒Executivo
Relator : Deputado(a): Fundes Buto

CONCLUSÃO:

☐FAVORÁVEL AO PROJETO
☐FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DO(A):_____
☒FAVORÁVEL AO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DE 04 EMENDA(S).
☐PARECER SOBRE AS _____ EMENDA(S) PLENÁRIO (Nº 01 - REDAÇÃO; 01 - ADITIVA 01 - MODIFICATIVA e 02 MODIFICATIVA)
☐CONTRÁRIO AO PROJETO
☐PELA PREJUDICIALIDADE
☐DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)_____
☐DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO_____

RESULTADO:

X	APROVADO COM A PRESENÇA DE	18	DEPUTADOS
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		DEPUTADOS
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		ABSTENÇÃO(ÕES)
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		VOTO(S) CONTRÁRIO(S)

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☒DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☐DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO_____

801211
Digicert

ASSP/ PL Nº 2352/06
Folha nº 23

Ana Luisa M06 VERONICA

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, atentando para as emendas apresentadas ao projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PFL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento os servidores da SAB e da CEASA presentes.

Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.352, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, em liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA, em liquidação", assim como às emendas apresentadas à matéria.

Foram apresentadas quatro emendas: a Emenda Modificativa nº 1, que dá nova redação ao art. 3º; a Emenda de Redação nº 1, que apenas aprimora a redação do art. 5º; a emenda aditiva, e a Emenda Modificativa nº 2, que modifica o art. 4º do projeto de lei.

Excluído: em primeiro lugar permita-me saudar e
Excluído: ar
Excluído: todos
Excluído: "
Excluído: às emendas apresentadas
Excluído: '
Excluído: c
Excluído: a
Excluído: ,
Excluído: 4
Excluído: , sendo a
Excluído: e
Excluído: m
Excluído: e
Excluído: r
Excluído: que adite-se ao projeto de lei de autoria de vários deputados;
Excluído: e
Excluído: m
Excluído: P
Excluído: L

801212
Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL 2352 06
298

Ana Luisa M06 VERONICA

Considerando que as referidas proposições aprimoram substancialmente o projeto de lei original e o enquadramento à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Orgânica, o parecer é pela admissibilidade das quatro emendas apresentadas, assim como do projeto.

Excluído: o
Excluído: o
Excluído: jetos
Excluído: P
Excluído: L
Excluído: meu
Excluído: e também

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, nobres pares, V.Exas. não sabem com que satisfação venho a esta tribuna para proferir o parecer sobre este projeto. Trata-se de um parecer que revalida o vínculo

Excluído: P
Excluído: vocês
Excluído: hoje eu
Excluído: dar
Excluído: É
Excluído: vai
Excluído: r

801213
Digicert

ASSESSORIA DE TAQUIGRAFIA
PL nº 2352/06
258

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2006
☒SESSÃO ORDINÁRIA ☐EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DO PARECER DAS COMISSÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO DO PARECER EM ☒1º TURNO ☐2º TURNO / ☒PARECER ORAL
☒PARECER SOBRE AS EMENDAS(☒1º TURNO ☐2º TURNO) Nºs 01, 02, 03 e 04

☐CCJ ☒CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CSEG ☐CES ☐CDESCTMA ☐M. DIR. ☐CESP
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
☒PROJETO DE LEI Nº(S) 2352/06
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
☐REQUERIMENTO(S) Nº(S)
☐RECURSO Nº(S)
☐MOÇÃO Nº(S)
☐INDICAÇÃONº(S)
☐OUTROS
Autor: Deputado(a): ☒Executivo
Relator : Deputado(a): Leonardo Prudente

CONCLUSÃO:

☐FAVORÁVEL AO PROJETO
☐FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DO(A):
☐FAVORÁVEL AO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DE _____ EMENDA(S).
☒PARECER SOBRE AS 04 EMENDA(S) PLENÁRIO (Nº 01 - REJEITADA; 01 - ADITIVA; 01 MODIFICATIVA e 02 MODIFICATIVA)
☐CONTRÁRIO AO PROJETO
☐PELA PREJUDICIALIDADE
☐DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)
☐DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO

RESULTADO:

X	APROVADO COM A PRESENÇA DE	18	DEPUTADOS
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		DEPUTADOS
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		ABSTENÇÃO(ÕES)
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		VOTO(S) CONTRÁRIO(S)

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☒DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☐DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO

801214
Digicert

ASSP/ PL Nº 2352/06
Folha nº 26

Ana Luisa M06 VERONICA

Considerando que as referidas proposições aprimoram substancialmente o projeto de lei original e o enquadramento à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Orgânica, o parecer é pela admissibilidade das quatro emendas apresentadas, assim como do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, nobres pares, V.Exas. não sabem com que satisfação venho a esta tribuna para proferir o parecer sobre este projeto. Trata-se de um parecer que revalida o vínculo

Excluído: o
Excluído: o
Excluído: jetos
Excluído: P
Excluído: L
Excluído: meu
Excluído: e também
Excluído: P
Excluído: vocês
Excluído: hoje eu
Excluído: dar
Excluído: É
Excluído: vai
Excluído: r

801215
Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352/06
Fls. nº 278

Ana Luisa M06 VERONICA

empregatício de 3.500 trabalhadores da SAB e da CEASA - por conseqüência, os da TCB e da CODEPLAN, que foram desincorporados neste processo. Hoje, tratamos especificamente dos trabalhadores da SAB e da CEASA. Esperamos que o Governo envie também o projeto referente à TCB e à CODEPLAN, para ajustarmos essa situação.

O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.352, de 2006, baseia-se no art. 71, dando as iniciativas das leis complementares e ordinárias. No § 1º, referente também à competência privativa do Governador, no art. 100, entendo os

S/Andrea

Excluído: e,

Excluído: possa

Excluído: ar

Excluído: meu relatório

Excluído: está com

Excluído: No

Excluído: parágrafo

Excluído: cabendo

801216
Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352/06
Folha nº 28

Andrea M09 Verônica

REVISORA: VERONICA os princípios da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Somos, portanto, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2352, de 2006, na forma da Emenda Aditiva nº1, Modificativas nºs 1 e 2 e de Redação nº 1.

Parabenizo os pares e a comissão da Ceasa, da Sab, agradecendo à Maria uísa, que caminhou conosco nesses três anos e meio.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Obrigado, Deputado Brunelli.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.532, de 2006.

Concedo a palavra ao Deputado José Edmar. Em seguida, usarão da palavra os Deputados Peniel Pacheco, Pedro Passos e Brunelli.

Formatado: Altura: 29,7 cm

Excluído: no Parágrafo Primeiro, compete também à questão privativa do Governador, artigo 100, consubstanciado o projeto e entendidos

Excluído: C

Excluído: s

Excluído: , s

Excluído: o âmbito das Comissões, n

Excluído: todos

Excluído: , parabenizo

Excluído: C

Excluído: em especial, envio um abraço a

Excluído: i

Excluído: Junior

Excluído: , e

Excluído: a

801217
Digicert

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 2352/06
29

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2006
☒SESSÃO ORDINÁRIA ☐EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DO PARECER DAS COMISSÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO DO PARECER EM ☒1º TURNO☐2º TURNO /☒PARECER ORAL
☐PARECER SOBRE AS EMENDAS(☐1º TURNO☐2º TURNO) Nº_____

☒CCJ ☐CEOF☐CAS☐CDDHCEDP☐CAF☐CDC☐CSEG☐CES☐CDESCTMA☐M. DIR. ☐CESP
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)_____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 2352/06

☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)_____

☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)_____
☐REQUERIMENTO(S) Nº(S)_____
☐RECURSO Nº(S)_____
☐MOÇÃO Nº(S)_____
☐INDICAÇÃONº(S)_____
☐OUTROS_____
Autor: Deputado(a):_____ **☒Executivo**
Relator : Deputado(a): Bunelli

CONCLUSÃO:

☐FAVORÁVEL AO PROJETO
☐FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DO(A):_____
☒FAVORÁVEL AO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DE 04 **EMENDA(S).** (Nº 01 - REDAÇÃO 01 - ADITIVA ; 01 MODIFICATIVA; 02 - MODIFICATIVA)
☐PARECER SOBRE AS _____ EMENDA(S) PLENÁRIO
☐CONTRÁRIO AO PROJETO
☐PELA PREJUDICIALIDADE
☐DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)_____
☐DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO_____

RESULTADO:

X	APROVADO COM A PRESENÇA DE	18	DEPUTADOS
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		DEPUTADOS
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		ABSTENÇÃO(ÕES)
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		VOTO(S) CONTRÁRIO(S)

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)
☒DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)
☐DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)
☐DEPUTADO_____

801218

ASSP/ PL Nº 2352/06
Folha nº 30

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2006
☒SESSÃO ORDINÁRIA ☐EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐TURNO ÚNICO

☐**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)**_____
☐**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)**_____

☒**PROJETO DE LEI Nº(S)** 2352/06

☐**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)**_____

☐**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)**_____
☐**REQUERIMENTO Nº(S)**_____

☐**RECURSO Nº(S)**_____
☐**MOÇÃO Nº(S)**_____
☐**OUTRO(S)**_____

Autoria: Deputado (a) _____ ☒**Executivo**

RESULTADO :

X	**APROVADO COM A PRESENÇA DE**	18	**DEPUTADOS**
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		**DEPUTADOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**ABSTENÇÕES**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS CONTRÁRIOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS FAVORÁVEIS**
	APROVADO COM EMENDAS		
	APRECIADA REDAÇÃO FINAL		

☐**DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)**_____

☐**DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO**_____

PRESIDENTE DA SESSÃO
☐**DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)**
☒**DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)**
☐**DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)**
☐**DEPUTADO**_____

ASSP
PL Nº 2352/06
Folha nº 31

801219
Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 10/05/2006
☒SESSÃO ORDINÁRIA ☐EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO SIMBÓLICA DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐1º TURNO ☒2º TURNO ☐TURNO ÚNICO

☐**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)**_____
☐**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)**_____

☒**PROJETO DE LEI Nº(S)** 2352/06

☐**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)**_____

☐**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)**_____
☐**REQUERIMENTO Nº(S)**_____

☐**RECURSO Nº(S)**_____
☐**MOÇÃO Nº(S)**_____
☐**OUTRO(S)**_____

Autoria: Deputado (a) _____ ☒**Executivo**

RESULTADO :

X	**APROVADO COM A PRESENÇA DE**	20	**DEPUTADOS**
	REJEITADO COM A PRESENÇA DE		**DEPUTADOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**ABSTENÇÕES**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS CONTRÁRIOS**
	A PROPOSIÇÃO RECEBEU		**VOTOS FAVORÁVEIS**
	APROVADO COM EMENDAS		
X	**APRECIADA REDAÇÃO FINAL**		

☐**DESTAQUE DA(S) EMENDA(S) Nº(S)**_____

☐**DESTAQUE DE PARTE DA PROPOSIÇÃO**_____

PRESIDENTE DA SESSÃO
☒**DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)**
☐**DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)**
☐**DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA)**
☐**DEPUTADO**_____

ASSP
PL Nº 2352/06
Folha nº 328

801220
Digicert

Ao (À) CEOF, para as devidas providências.

15.05.2006

Célio da Costa Freitas
Assist. Legislativo
Matr. 11.255-55
Setor de Apoio às Comissões Permanentes

801222
Digicert

SACP Setor de Apoio às Comissões Permanentes
PL Nº 2352 / 2006
Fl Nº 33 Rubrica

NOTA TÉCNICA

O presente projeto de lei apresenta uma falha na redação de seus arts. 1º e 4º. Neles, a expressão "Distrito Federal" deveria ser substituída por "Governo do Distrito Federal" para atender aos princípios estabelecidos no art. 50 da Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, entre os quais figuram, proeminentemente, a precisão e a clareza na redação de leis.

LDuarte

Lídia Cristina Villafañe Santos Duarte
Revisora de Texto

801224
Digicert

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 2352/6
Fls. n.º 34

801225
Digicert

DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 2352 /06
Fls. n.º 35

PROJETO DE LEI Nº 2.352, DE 2006

REDAÇÃO FINAL

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Governo do Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Governo do Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito

801226
Digicert

Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 2352 / 06
Fls. n.º 36

PROJETO DE LEI Nº 2.352, DE 2006

REDAÇÃO FINAL

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4° O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis n° 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5° As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1°, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2006.

PL 2352/06

Atendimento a Idosos e a Pessoas com Necessidades Especiais;

VIII - Seção de Atendimento à Mulher.

Art. 3º Ficam criados, na estrutura da Administração Direta do Distrito Federal, os cargos em comissão constantes no Anexo I desta Lei, vinculados à Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 4º A competência administrativa das unidades de que trata esta Lei e as atribuições dos cargos a elas vinculados serão regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações do Fundo Constitucional do Distrito Federal, na forma do disposto na Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2006.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR

Anexo I da Lei nº .....

Cargos em Comissão que integram a estrutura orgânica da 37ª Delegacia de Polícia			
QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	CORRELAÇÃO
01	Delegado-Chefe	DFG14	Delegado de Polícia
01	Delegado-Chefe Adjunto	DFA12	Delegado de Polícia
01	Chefe do Cartório	DFG08	Escrivão de Polícia
01	Chefe da Seção de Apoio Administrativo, Estatística e Informática	DFG08	Policial Civil
01	Chefe da Seção de Investigação de Crimes Violentos	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Investigação de Crimes de Maior Potencial Ofensivo	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Investigação de Crimes de Menor Potencial Ofensivo e de Delitos de Trânsito	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Polícia Comunitária e de Atendimento a Idosos e a Pessoas com Necessidades Especiais	DFG08	Policial Civil
01	Chefe da Seção de Atendimento à Mulher	DFG08	Policial Civil
Cargos em Comissão que integram a estrutura orgânica da 38ª Delegacia de Polícia			
QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	CORRELAÇÃO
01	Delegado-Chefe	DFG14	Delegado de Polícia
01	Delegado-Chefe Adjunto	DFA12	Delegado de Polícia
01	Chefe do Cartório	DFG08	Escrivão de Polícia
01	Chefe da Seção de Apoio Administrativo, Estatística e Informática	DFG08	Policial Civil
01	Chefe da Seção de Investigação de Crimes Violentos	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Investigação de Crimes de Maior Potencial Ofensivo	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Investigação de Crimes de Menor Potencial Ofensivo e de Delitos de Trânsito	DFG08	Agente de Polícia
01	Chefe da Seção de Polícia Comunitária e de Atendimento a Idosos e a Pessoas com Necessidades Especiais	DFG08	Policial Civil
01	Chefe da Seção de Atendimento à Mulher	DFG08	Policial Civil

PROJETO DE LEI Nº 2.352, DE 2006

REDAÇÃO FINAL

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2006.

MENSAGEM n° 247/2006-GP

Brasília, 22

Senhora Governadora,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, disposto no art. 74, caput, da Lei Orgânica do Distrito Fec **Projeto de Lei nº 2.352**, de 2006, de autoria do **Poder "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecime S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecime Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação"**, aprovado p

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência os protes estima e consideração.

Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora do Distrito Federal
Palácio do Buriti
Brasília – DF

MENSAGEM n° 247/2006-GP

Brasília, 22 de maio de 2006

Senhora Governadora,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 74, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o texto do **Projeto de Lei nº 2.352**, de 2006, de autoria do **Poder Executivo**, que **"autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação"**, aprovado por esta Casa.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente

Recebi em 22/05/06

A Sua Excelência a Senhora
MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora do Distrito Federal
Palácio do Buriti
Brasília – DF

Assessoria de Plenário
PL N.º 2352/06
Folha n.º 40

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 22 de maio de 2006

Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente

PL 2352/06
91

§ 1º As requisições de que trata o caput são irrecusáveis e dar-se-ão sem prejuízo dos direitos e vantagens inerentes ao exercício do cargo efetivo da carreira a que pertença o servidor ou empregado.
§ 2º As disposições do § 1º deste artigo aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo em comissão na Supervisão de Tomada de Contas Especial ou nela em exercício.
§ 3º Os serviços prestados na forma do caput são considerados de natureza relevante e correspondem a efetivo exercício, como se no órgão de origem ocorressem, devendo ser levados em conta para todos os efeitos da vida funcional do servidor.
Art. 5º Os órgãos e entidades do Distrito Federal encaminharão à Supervisão de Tomada de Contas Especial, após sua conclusão, os processos em andamento que, na forma desta Lei, envolvam autoridades relacionadas no art. 2º."(NR).
Art. 2º Fica criada, na estrutura da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, a Assessoria de Tomada de Contas Especial, unidade de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Gestão Administrativa e dirigida por um Assessor-Chefe.
Art. 3º Compete à Assessoria de Tomada de Contas Especial:
I – instaurar Tomada de Contas Especial, por solicitação dos Secretários de Estado ou titulares de órgãos equivalentes, mediante a designação de servidores para compor Comissão de Tomada de Contas Especial, independentemente do valor envolvido, excetuando-se aquelas Tomadas de Contas Especiais previstas no art. 1º desta Lei;
II – planejar, coordenar e orientar as ações administrativas voltadas para a apuração, mediante Tomada de Contas Especial, de atos ou fatos irregulares decorrentes de ação ou omissão no dever de prestar contas, ou da prática de qualquer ato ilícito, ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, no âmbito da Administração Direta do Governo do Distrito Federal;
"I – promover estudos e propor medidas, de caráter preventivo e corretivo, visando à melhoria rocessos e ao aperfeiçoamento permanente dos trabalhos de Tomada de Contas Especial;
– encaminhar o processo de Tomada de Contas Especial aos titulares de unidade de apoio operacional, ou equivalente, das Secretarias de Estado ou de órgãos equivalentes onde tenha ocorrido o fato, aos quais cabe manifestar-se sobre o relatório da comissão tomadora das contas, e informar as providências adotadas para resguardar o interesse público e evitar a repetição de fatos da mesma natureza;
V – exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Secretário de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal.
Parágrafo único. No caso específico das Administrações Regionais, a autoridade competente para manifestar-se sobre o relatório da comissão tomadora das contas será o Administrador Regional.
Art. 4º O pronunciamento conclusivo de que tratam o art. 10, IV, e o art. 51 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994 — Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal, compete ao Secretário de Estado ou titular de órgão equivalente que tenha solicitado a instauração da Tomada de Contas Especial.
Art. 5º A manifestação e o pronunciamento de que tratam o art. 3º, IV, e o art. 4º, no caso das Tomadas de Contas Especiais para apurar responsabilidade de Secretário de Estado ou autoridade de hierarquia equivalente previstas nesta Lei, competem ao Governador do Distrito Federal.
Art. 6º Caberá ao Secretário de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal requisitar servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração do Distrito Federal, excetuada a Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para a realização dos trabalhos de Tomada de Contas Especial a cargo da Assessoria de Tomada de Contas Especial instituída pelo art. 2º desta Lei, escolhendo-os preferencialmente entre os atuais integrantes das Comissões Permanentes de Tomada de Contas Especial existentes nas Secretarias de Estado ou em órgãos equivalentes, na data da publicação desta Lei.
Parágrafo único. O disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 3.732, de 13 de janeiro de 2006, com a redação dada pelo art. 1º desta Lei, aplica-se às requisições de que trata o caput.
Art. 7º As Tomadas de Contas Especiais ora em curso nas Secretarias de Estado ou em órgãos equivalentes, incluídas a Polícia Civil do Distrito Federal, as Corporações Militares e as Administrações Regionais, serão encaminhadas à Assessoria de Tomada de Contas Especial criada por esta Lei, ressalvadas aquelas instauradas pelo Governador do Distrito Federal.
Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria Estado de Gestão Administrativa e da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal.
9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

LEI Nº 3.863, DE 30 DE MAIO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.
A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.
Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.
Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.
Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.
Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário: em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

DECRETO Nº 26.841, DE 26 DE MAIO DE 2006. (*)

Extingue e cria Cargos em Comissão que especifica.
A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 3º, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, DECRETA:
Art. 1º - Ficam extintos os seguintes Cargos em Comissão:
I - 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional do Arapoanga, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal.
II - 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Divisão Regional de Obras da Administração Regional de Brasília, da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal.
Art. 2º - Ficam criados, sem aumento de despesas, os seguintes Cargos em Comissão:
I - 01(um) Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado, do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Divisão Regional de Licenciamento, da Administração Regional de Samambaia, da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal.
II - 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Divisão Regional de Obras da Administração Regional de Samambaia, da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 101, de 29 de maio de 2006, página 02.

DECRETO Nº 26.847, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Altera o artigo 61-A ao Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.(126ª alteração).
A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o artigo. 78 da Lei nº 1.254, de 08 de novembro de 1996, e tendo em vista o § 4º do artigo. 79 da Lei nº 1.254, de 08 de novembro de 1996, acrescentado pela Lei nº 3.791, de 02 de fevereiro de 2006, DECRETA:
Art. 1º O artigo 61-A do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, fica alterado como segue:
I – o caput e os incisos I e II passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 61-A. Sem prejuízo da compensação a que se refere o parágrafo único do artigo. 64, o contribuinte detentor de saldos credores acumulados, na forma do § 4º do artigo. 79 da Lei nº 1.254, de 08 de novembro de 1996, apropriados até 31 de dezembro de 2005, poderá aproveitá-los no próprio estabelecimento ou transferi-los a outros contribuintes inscritos no CF/DF, para: (NR)
I - compensação com tributos de competência do Distrito Federal, vencidos ou parcelados com parcelas em atraso, inclusive débitos de natureza tributária inscritos em Dívida Ativa; (NR)
II - pagamento de bens, serviços, mercadorias e materiais de uso e consumo, adquiridos no Distrito Federal, inclusive energia elétrica; (NR)
....."
II – são acrescentados ao caput os seguintes incisos III e VI:
"Art. 61-A. .....
III - compensação com ICMS relativo à importação de bens, mercadorias e materiais de uso e consumo destinados ao seu ativo imobilizado; (AC)
IV – compensação do imposto apurado por contribuinte do ICMS, observada a forma prescrita nos §§ 5º, 6º, 8º e 9º. (AC)
....."
III – os incisos I e III do § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 61-A. .....
§ 1º.....
I - o crédito acumulado a ser utilizado nos termos deste artigo esteja devidamente apropriado nos livros fiscais e sejam previamente homologados pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal; (NR)
.....
III - caso existam, na data da homologação a que se refere o § 1º, inciso I, tributos vencidos ou parcelados com parcelas em atraso, inclusive débito inscrito em Dívida Ativa, no Distrito Federal, estes deverão ser objeto de pedido de compensação com o saldo credor acumulado previsto no caput, com ordem de preferência; (NR)
....."
IV – o inciso III do § 4º passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 61-A. .....
§ 4º.....
III - os contribuintes envolvidos na operação de transferência de crédito deverão estar em situação cadastral e fiscal regular perante a Subsecretaria da Receita, especialmente quanto ao recolhimento dos tributos de competência do Distrito Federal, observado o disposto no inciso III do § 1º e no § 6º; (NR)

801233
Digicert
PL 2352 06

MENSAGEM
N.° 235 /2006 - GAG **Brasília , 07 de**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legis

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa E termos do artigo 74 combinado com o artigo 100, Orgânica do Distrito Federal , e conforme dispõe 2°, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, s. ***de Lei nº 2.352/2006***, que "***autoriza a incorporaç Abastecimento de Brasília S.A.- SAB, em liqüidaçã Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em*** se converteu na Lei nº 3.863 de 30 de maio de DODF nº 103 de 31 de maio de 20C

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Exce elevada estima e respeito.

MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

801234
Digicert

LIDO
Em 13/06/06
993
Assessoria do Plenário

Ao Presidente [illegible]
a Assessoria de Plenário

MENSAGEM
N.º 235 **/2006 - GAG** **Brasília**, 07 **de** junho **de 2006**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 74 combinado com o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o artigo 178, § 2°, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei **o *Projeto de Lei nº 2.352/2006***, que "***autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A.- SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, em liqüidação*** ", o qual se converteu na Lei n° 3.863 de 30 de maio de 2006, publicado no DODF nº 103 de 31 de maio de 2006.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.

MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora do Distrito Federal

Assessoria de Plenário
PL Nº 2352/06
Folha nº 13

Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 08/06/06 às 17h40
Assinatura 23.243-2 Matrícula

801234
Digicert

LEI Nº 3.863 **DE** 30 **DE** maio **DE 2006.**
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2° As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3° Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1°, § 3°, da Lei n° 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4° O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis n° 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5° As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1°, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei n° 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 30 de maio de 2006
118° da República e 47° de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

Assessoria do Plenário
PL Nº 2352/06
Folha nº 44

PUBLICADO NO DODF
Nº 103 31/05/06

801225

Sanciono
30.05.06
Arruda

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 22 de maio de 2006

Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente

Assessoria de Plenário
PL Nº 2352/06
Folha nº 45

801236
Digicert

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO [illegible] DISTRITAL BRUNELLI

INDICAÇÃO Nº IND 2939 /2004
(Do Sr. Deputado Brunelli)

19/10/04
Assessoria de Plenário

Em 19/10/04 CAS.
Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe da Assessoria de Plenário

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a revogação das Leis Distritais nºs 2681/2001 e 2989/2002 e dos Decretos nºs 22.322/2001 e 23.082/2002, como forma de atender o acordo trabalhista firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público do Trabalho em audiência realizada dia 14.10.2004.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a revogação das Leis Distritais nºs 2681/2001 e 2989/2002 e dos Decretos nºs 22.322/2001 e 23.082/2002, como forma de atender o acordo trabalhista firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público do Trabalho em audiência realizada dia 14.10.2004.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
Ind Nº 2939 /2004
Fls. N.º 01 BIA

JUSTIFICAÇÃO

Hoje, dia 14.10.04, foi selado entre o GDF e o Ministério Público do Trabalho um acordo histórico que garantiu o emprego de milhares de trabalhadores na SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA, merecem aplausos.

Uma das cláusulas desse acordo era a revogação, em até 120 (cento e vinte) dias das Leis Distritais nºs 2.681/2001 e 2.989/2002 e dos Decretos nºs 22.322/2001 e 23.082/2002, portando, é preciso o Senhor Governador encaminhe a esta Casa mensagem revogando as citadas leis.

Por isso, tendo estado por todos esses meses frente às negociações que levaram a celebração desse histórico acordo trabalhista, é que venho a público parabenizar o Governador Joaquim Roriz, sem o qual não seria possível a sua concretização.

Por isso, conclamando aos Nobres Pares a aprovação dessa indicação.

Sala das Sessões, em

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

05: 19/10/04 15:17:09

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

âmetros de Consulta

Tipo de Proposição : IND - Indicação
Número : 2939
Ano : 2004
Data : 14/06/2005 17:59:37

1 : **IND-2939/2004** **Situação** : Aprovado

Localização : Arquivo Intermediário - SPL
Leitura : 19/10/2004
Norma : **Número** : **Ano** :
Ementa : SUGERE AO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL A REVOGAÇÃO DAS LEIS DISTRITAIS Nºs 2681/2001 E 2989/2002 E DOS DECRETOS Nºs 22.322/2001 E 23.082/2002, COMO FORMA DE ATENDER O ACORDO TRABALHISTA FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM AUDIÊNCIA REALIZADA DIA 14.10.2004.
Indexação :
Autoria : BRUNELLI

Historico :

Nº	Data	Unidade	Histórico
7	14/06/2005	SPL	ARQUIVADO CONFORME DESPACHO SACP, DE 14/06/2005.
6	14/06/2005	SACP	AO SPL, PARA ARQUIVAMENTO.
5	13/06/2005	CAS	AO SACP, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS ANEXADA FOLHA DE VOTAÇÃO Nº04 APROVADA NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/05/05, E FOLHA Nº05 COM OFÍCIO Nº29 AO SENHOR GOVENADOR DO DF.
4	14/01/2005	SACP	DEVOLVIDO AO (À) CAS, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME ART. 80 DO RI/CLDF.
3	12/01/2005	CAS	AO SACP, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS, ANEXADA FOLHA DE VOTAÇÃO Nº 02, APROVADA NA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINARIA DE 17/11/04 E OFÍCIO Nº 01/05 COM FOLHA Nº 03 ENCAMINHADA AO SR. GOVERNADOR JOAQUIM DOMINGOS RORIZ.
2	25/10/2004	SACP	AO(A) CAS, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.
1	25/10/2004	SPL	AUTUADO COM 01 FOLHA(S). COMISSÕES: CAS. AO SACP.

Publicações : Não há publicações registradas.
Apensamentos : Não há apensamentos registrados .
Peças Anexas : Não há peças anexadas registradas.
Anexado ao : Não há processos que anexam este .

** Fim IND-2939/2004 **

Imprimir Sair

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
Em 01/03/05
Assessoria do Plenário

Ao Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à CCJ para deliberação conforme art. 240 do R.I.
Em 02/03/05
Chefia da Assessoria do Plenário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REQUERIMENTO Nº

RQ 1765/2005

Requer realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1752/2005, que "Revoga a Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001" e a Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, que "dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal nas condições que menciona", encaminhado à Câmara Legislativa por meio da MENSAGEM Nº 079/2005-GAG, datada de 24 de fevereiro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça:

Requeiro, nos termos dos arts. 85, 240 e 241 do Regimento Interno a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1752/2005, que "Revoga a Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001" e a Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, que "dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal nas condições que menciona", encaminhado à Câmara Legislativa por meio da MENSAGEM Nº 079/2005-GAG, datada de 24 de fevereiro de 2005.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 1765/05
Fls. N.º 01

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento busca assegurar o emprego para aproximadamente 3.500 empregados da TCB, SAB, CODEPLAN e CEASA, os quais, em função do Projeto de Lei epigrafado, correm o risco de demissão, podendo os mesmos, com isso, passar por sérias dificuldades familiares, especialmente no que diz respeito ao sustento de seus lares.

Sala das Comissões, em.....

DEPUTADO BRUNELLI
Autor

11:80:90 30/03/05 022

LIDO
Em 30 / 08 / 05
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 30/08/05 às 11h6
Assinatura Matrícula 10094

RQ 2043/2005

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Deputado Brunelli)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CCJ.
Em, 31 / 08 / 05.
Stamah Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Requer nos termos do art. 71, § 1º e § 2º, combinado com art. 135, inciso III, 'c', a adoção das providências necessárias para a constituição de Comissão Especial, com a finalidade de discutir e propor soluções a respeito do que estipula o Projeto de Lei 1985/2005, que Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requer, nos termos dos Art. 71, § 1º e § 2º, combinado com art. 135, inciso III, 'c', a adoção das providências necessárias para a constituição de Comissão Especial, com a finalidade de discutir e propor soluções a respeito do que estipula o Projeto de Lei 1985/2005, que Cria a Unidade que especifica e dá outras providências".

A Comissão Especial funcionará no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e contará com 05 (cinco) membros.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 2043 / 05
Fls. N.º 01

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 1985/2005 é uma iniciativa meritória proposta pelo Ilustre Chefe do Poder Executivo e que merece aplausos, pois tenta encontrar uma solução para os funcionários da SAB, CEASA, TCB e CODEPLAN. Entretanto, analisando-o amiúde, descobriu-se que o mesmo possui incongruências jurídicas, algumas de cunho em nível de direito do trabalho outras de constitucional.

Em reunião ocorrida dia 14 de julho, às 15h, com a Secretária de Gestão Administrativa Maria Cecília Soares da Silva Landim e todos os representantes da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, além do Sindicato ligado a essas entidades, externamos aquela insigne Secretária votos de congratulações pela iniciativa do Governador Roriz em encarninhar a esta Casa de Leis o PL 1985/2005 que, cria, em linhas gerais, uma Unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização, ao mesmo tempo em que expulsemos nossa preocupação em sanar vícios insanáveis de inconstitucionalidade que havia na proposta inicial.

Naquela oportunidade foram amplamente discutidos o PL 1985/2005 e um substitutivo elaborado por técnicos desta Casa e das partes envolvidas. A Secretária reconheceu que a proposição precisava evoluir e comprometeu-se a solicitar que o

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília/DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

Projeto de Lei em referência não tramitasse, enquanto não se chegasse a um texto que atendesse as necessidades daquelas categorias e não trouxesse nenhum embaraço ao Poder Executivo. Naquela oportunidade a Secretária mencionou que iria constituir um grupo de estudo para resolver o problema, mas isso não aconteceu até a presente data.

Diante do exposto e, por se tratar de assunto que reputo de relevante interesse para o Distrito Federal, pois envolve centenas de famílias, se faz necessário à instalação **URGENTE** dessa Comissão Especial a fim de possamos juntos encontrarmos uma saída para esse impasse jurídico.

Sala de Sessões, em de 2005.

BRUNELLI
Deputado Distrital – PP

AGUINALDO DE JESUS
Deputado Distrital – PMDB

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital – PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital – PT

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital – PPS

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital – PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital – PT

CHICO LEITE
Deputado Distrital – PT

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital – PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital – PT

EURIDES BRITO
Deputada Distrital – PMDB

EXPEDITO BANDEIRA
Deputado Distrital - PMDB

FÁBIO BARCELLOS
Deputado Distrital – PFL

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 2043/05
Fls. N.º 02

MARIA DA GUIA
Deputado Distrital – PSDB

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital – PFL

AGRÍCIO BRAGA
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital – PRONA

ODILON AIRES
Deputado Distrital – PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital – PT

IVELISE LONGHI
Deputado Distrital – PMDB

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PDT

JOÃO DE DEUS
Deputado Distrital – PMDB

WILSON LIMA
Deputado Distrital - PRONA

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 2043/05
Fls. N.º 03

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

LIDO
Em 21 / 11 / 06
9903
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

RQ 2478/2006

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Deputado Brunelli)

...o Protocolo Legislativo para registro e ...
...uida, à Presidência, por intermédio ... Gabine...
da Mesa Diretora, para deferimento ou indeferimento
Em 22/11/06
Luza Aparecida P. da Costa
Matr. 13926-30
Assessoria de Plenário e Distribuição

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Senhor Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do Art. 40, inciso I e § 2º do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal c/c art. 60, inciso XXXIII da LODF, que sejam solicitadas ao Senhor Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal do Distrito Federal - as seguintes informações:

1 – Encaminhar o levantamento detalhado de todo o patrimônio da SAB, em se tratando de imóvel, com o respectivo endereço e os resultados referentes a possíveis aplicações realizadas junta ao sistema financeiro;

2 – Por que essa Secretaria de Estado não cumpriu no prazo previsto no art. 5º da Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 (DODF de 31.05.2006) a elaboração do projeto de alteração do Estatuto das empresas incorporadas e não encaminhou, via Poder Executivo, projeto de lei dispondo sobre a sua nova estrutura administrativa;

3 – Encaminhar o organograma atual das empresas SAB e CEASA, com toda a estrutura de cargos comissionados, elencando o quantitativo de Empregos Permanentes (EP); Empregos Comissionados (EC) e Função Gratificada (FG);

4 – A Procuradoria do Distrito Federal se manifestou sobre o assunto em tela ou essa Secretaria de Estado informou aquele órgão sobre o resultado da Comissão instaurada pela Portaria 45, de 28/04/2006. Caso positivo, informar o número do processo que tramita na PGDF.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 2478/06
Fls. Nº 01

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
14/11/06 às 11:35
9903 15.496-13

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3348-8190 a 8196 – Fax: 3348-8198
E-mail: deputado@brunelli.com.br

5 – Quantos imóveis a SAB possui. Onde estão localizados e quantos estão locados. Encaminhar, separadamente, o valor de quanto cada imóvel está sendo alugado.

JUSTIFICAÇÃO

Para melhor desempenhar o trabalho parlamentar junto ao seu eleitorado, principalmente sobre as questões relacionadas à preservação do patrimônio público, proteção dos direitos trabalhistas dos funcionários da SAB e CEASA e, principalmente, respeito ao princípio da legalidade e do Estado Democrático.

É preciso que por meio das garantias jurídico-legais e a preocupação social, possa-se transformar essa situação que se arrasta há vários anos. Portanto, o princípio da legalidade, presente no rol dos princípios de Estado Democrático de Direito atua não só como um meio de ordenação racional, com regras, formas e procedimentos que excluem o arbítrio e a prepotência, mas como a busca efetiva de concretização da igualdade social.

Por fim, a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 60, inc. XVI prevê que o parlamentar tem as prerrogativas de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e no Inciso XXXIII do mesmo artigo, de encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Governo, **implicando crime de responsabilidade**, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento **no prazo de trinta dias**, bem como o fornecimento de informação falsa.

Sala de Sessões, em 14 de novembro de 2006.

BRUNELLI
Deputado Distrital – PFL

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 2478/06
Fls. N.º 02

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3348-8190 a 8196 – Fax: 3348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

LEI Nº 2681, DE 15 DE JANEIRO DE 2001

(AUTOR DO PROJETO: Poder Executivo)

Dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal nas condições que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei n° 5.452, de 01 de maio de 1943, e legislação correlata, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que:

I - ocupantes de emprego permanente;

II - não tenham optado por integrar Plano de Desligamento Voluntário;

III - admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;

IV - admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988.

Art. 2° Ficam criados, excepcionalmente, no âmbito do Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas, tabelas de pessoal, que serão integradas, exclusivamente, pelos empregos públicos criados e preenchidos de acordo com o disposto no art. 1°.

Art. 3° Os empregados beneficiados por esta Lei, somente terão seus contratos rescindidos por ato unilateral da Administração nas seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, entre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Lei do Trabalho - CLT;

II – acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;

III – necessidade de redução de pessoal, por excesso de despesas, na forma regulada no art. 169 da Constituição Federal;

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento disciplinar, em que se assegurem:

o direito a ampla defesa;

recurso à autoridade superior;

c) prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de trabalho, estabelecidos obrigatoriamente de acordo com as especificações das atividades exercidas.

Art. 4° Os empregos públicos de que trata esta Lei serão extintos à medida em que vagarem.

Art. 5° VETADO

Art. 6° A Secretaria de Gestão Administrativa promoverá, se necessário, programa de integração e treinamento específico dos empregados de que trata o artigo anterior, objetivando a eficácia de seu desempenho.

Art. 7° Para atender às peculiaridades de seu funcionamento, a Câmara Legislativa do Distrito Federal fica autorizada a fixar, por meio de Ato da Mesa Diretora, jornada de serviço extraordinário diversa da prevista no art. 74 da Lei Federal n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9° Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 19.01.2001

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI N° 2863, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001

(Autor do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a alienação da participação societária do Governo do Distrito Federal na Empresa Pública de Transportes Coletivos de Brasília – TCB.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a alienar mediante licitação sua participação societária na Empresa Pública de Transportes Coletivos de Brasília – TCB.

Art. 2° O Poder Executivo dará conhecimento no edital de licitação da situação econômica, financeira e operacional da empresa, observadas no que couber as disposições da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e as demais disposições pertinentes.

Art. 3° Fica assegurado ao adquirente da participação societária, após o devido processo licitatório, os mesmos benefícios assegurados à TCB pela legislação de regência do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal, bem como a operação das linhas a ela permitidas na data da publicação desta Lei, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Art. 4° Fica assegurada a todos os empregados da TCB a redistribuição para órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Distrito Federal, com o recebimento dos salários integrais e dos benefícios concedidos pelo órgão ou entidade a que forem redistribuídos.

Parágrafo único. Nenhuma redução no salário dos empregados da TCB ocorrerá em razão da redistribuição de que trata o caput.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 31.12.2001

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI Nº 2891, DE 23 DE JANEIRO DE 2002

(Autor do Projeto:Poder Executivo)

Autoriza o Distrito Federal a proceder à liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica o Distrito Federal autorizado a liquidar a Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB.

Art. 2° No processo de liquidação da SAB serão observadas as seguintes regras:

I - Os imóveis de propriedade da empresa pública, ocupados, a qualquer título, por órgãos ou entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, constantes do anexo I desta Lei, serão transferidos para o patrimônio do Distrito Federal ou da entidade ocupante, mediante doação;

II - Os imóveis que são objeto dos contratos de concessão de direito real de uso firmados com particulares, constantes do anexo II desta Lei, serão transferidos ao patrimônio do Distrito Federal, mediante doação, podendo o Distrito Federal aliená-los aos atuais concessionários, pelo preço de mercado, ou, respeitada a vigência dos respectivos contratos, em licitação pública;

III - Os demais imóveis em poder de terceiros, constantes do Anexo III desta Lei, serão transferidos ao patrimônio do Distrito Federal, mediante doação, devendo ser alienados em procedimento licitatório.

Art. 3° Os procedimentos licitatórios para alienação dos imóveis referidos no artigo anterior deverão ser efetivados pela Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, devendo o resultado da venda reverter em favor do Tesouro do Distrito Federal, deduzido o percentual de 10% (dez porcento), a título de taxa de administração destinada à TERRACAP, após a liquidação do passivo da SAB.

Art. 4° Cada empregado da SAB poderá exercer, em requerimento individual, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da promulgação da presente Lei, uma das seguintes opções:

I - serem aproveitados na forma da Lei n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001;

II - aderirem ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, aplicando-se-lhes a Lei n° 2.544, de 28 de abril de 2000, e Decreto n° 21.200, de 17 de maio de 2000.

Art. 5° Caberá à Procuradoria Geral do Distrito Federal providenciar a substituição processual da SAB, nos processos judiciais envolvendo os imóveis transferidos aos Distrito Federal por força desta Lei.

Art. 6° Ficam ratificadas todas as deliberações e atos praticados pela Assembléia Geral da SAB, realizados desde 10 de outubro de 2000 até a data da publicação desta Lei.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 30.01.2002

Ver anexo(s) no DODF

LEI Nº 2935, DE 9 DE ABRIL DE 2002

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dá nova redação ao art. 4º, caput, da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 4º, *caput*, da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Cada empregado da SAB poderá exercer, em requerimento individual, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da promulgação da presente Lei, uma das seguintes opções:"

Art. 2º O art. 4º, inciso II, da Lei 2.891, de 23 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – aderirem ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV - da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 09.04.2002

Clique aqui para imprimir esta página
Índice

LEI Nº 3.125, DE 16 DE JANEIRO DE 2003
DODF DE 24.01.2003

Autoriza o Distrito Federal a proceder a liquidação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal CEASA/DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica o Distrito Federal autorizado a liquidar a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF.

Art. 2° No processo de liquidação da CEASA/DF serão observadas as seguintes regras:

I – Os imóveis de propriedade da em empresa em liquidação, constantes do Anexo Único desta Lei, ocupados a qualquer título, serão transferidos para o patrimônio do Distrito Federal, mediante doação;

II – todos os contratos de permissão de uso ou afins firmados pela CEASA/DF com particulares serão transferidos ao Distrito Federal ao final do processo de liquidação da empresa, mantidos os respectivos vínculos.

III – os imóveis da empresa em liquidação podem ser entregues através do programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ/DF, dando preferências aos atuais permissionários, desde que mantidas as atividades comerciais no ramo de hortigranjeiros.

Art. 3° Cada empregado da tabela de empregos permanentes da CEASA/DF poderá exercer, em requerimento individual, no prazo de sessenta dias, contados a partir da promulgação desta Lei, uma das seguintes opções:

I – Ser aproveitado na forma da Lei n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001;

II – aderir ao Programa de Desligamento Voluntário – PVD, da CEASA/DF.

Art. 4° Caberá à Procuradoria Geral do Distrito Federal providenciar a substituição da CEASA/DF nos processos judiciais envolvendo os imóveis transferidos ao Distrito Federal por força desta Lei.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 8° da Lei n° 2.918, de 18 de fevereiro de 2002.

Brasília, 16 de janeiro de 2003
115° da República e 43° de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

LEI Nº 3.758, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo interno com o Banco do Brasil e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir empréstimo interno junto ao Banco do Brasil S.A., com o apoio financeiro do Japan Bank for International Cooperation – JBIC, até o limite de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou o equivalente em dólar dos Estados Unidos da América, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos de uso rodoviário para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157, 158 e 159 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas, limitadas estas a 150% (cento e cinqüenta por cento) do financiamento a ser contratado, acrescido dos encargos pertinentes.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nas leis orçamentárias anuais e nos planos plurianuais, durante o prazo de financiamento do empréstimo, dotações suficientes para o pagamento das parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como os valores da contrapartida necessários à sua execução.

Art. 4º O empréstimo de que trata esta Lei terá as seguintes condições de financiamento como parâmetro:

I – prazo de carência: seis meses;

II – taxa de juros: 5, 81% (cinco inteiros e oitenta e um déeimos por cento) ao ano;

III – amortização: 10 (dez) parcelas semestrais consecutivas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA AQUISIÇÃO

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1.Escavadeira Hidráulica sobre esteira	5
2.Carregadeira de Rodas (Pá mecânica)	18
3.Retroescavadeira	5
4.Motoniveladora	30
5.Compactador Vibratório Autopropelido Rolo Liso	5
6.Compactador Vibratório Autopropelido Pé de Carneiro 11 Toneladas	10
7.Compactador Vibratório Autopropelido Tandem Pequeno Porte	5
8.Compactador Vibratório Autopropelido de Pneus	5
9.Trator de Esteiras	10

LEI Nº 3.759, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a alteração de uso do lote do Setor de Habitações Individuais Norte - SHIN da Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o uso do lote localizado no Setor de Habitações Individuais Norte – SHIN, da Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII, com área de 2.500,00m², registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, R-1, nº 64155, livro 2, de 1º de fevereiro de 1996 e registro de planta junto ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, planta PR-7/1, R-2, nº 2, livro 8-A, de 19 de janeiro de 1965, para institucional, culto, lazer, academia de ginástica, ensino seriado e não seriado; e comercial com prestação de serviço como atividade secundária.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 3.760, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a alteração de uso do lote que especifica, da Região Administrativa de Brasília/DF – RA I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o uso do imóvel denominado RE – EPTG – RA I, Rua Quaresmeira 1, Lote 02, situado no Setor RE –, EPTG Águas Claras, Região Administrativa de Brasília/DF, medindo 14.948,140m² (quatorze mil e novecentos e quarenta e oito metros quadrados e quatorze decímetros quadrados), para Comércio de bens de serviço, Centro Comercial e/ou Supermercado, Prestação de Serviço do tipo: Financeiro, Educação, seriada e não seriada, Academia de Ginástica, Lazer, Saúde e Indústria de Pequeno Porte do tipo Artesanal – (exceto: combustível e derivados, armazenamento, atacadista ou qualquer tipo de atividade que gere poluição).

Art. 2º O Poder Executivo realizará estudos de viabilidade técnica, bem como estudos de impacto ambiental e de impacto de vizinhança, nos termos do que dispõe a legislação, previamente à autorização para implantação de qualquer um dos usos e atividades previstos no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A autorização para implantação de qualquer um dos usos e atividades previstos no art. 1º só se efetivará após a realização de, no mínimo, uma audiência pública, na qual devem ser obrigatoriamente apresentados à população interessada todos os estudos estabelecidos no *caput*, caso se efetive antes da aprovação do PDL correspondente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 3.761, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB;

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º V E T A D O.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optarem pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

LEI Nº 3.762, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, os imóveis que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, os imóveis denominados por: SHC/SW EQ/Residencial – SHC/AO/S – Setor de Habitações Coletivas – Áreas Octogonais Sul Entre área 3/8 Projeção 10 – Brasília – RA I, com área de 400.00m².P/NORTE EQNP EQ 8/12 Área Especial "E" – Ceilândia – RA IX, com área de 1.061.750m² e M/NORTE QNM 30 Módulo "H" – Ceilândia – RA – IX, com área de 5.000.00m², todos de propriedade do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 716, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, que "altera a redação da Lei Complementar que menciona e dá outras providências".

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica inserido, no texto da Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, um novo artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º A contribuição do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.

§ 1º O Distrito Federal é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários pertinentes ao regime de que trata o caput.

§ 2º V E T A D O.

Art. 2º Os atuais artigos 3º, 4º e 5º, da Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, ficam renumerados, respectivamente, para artigos 4º, 5º e 6º.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 717, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Estabelece parâmetros urbanísticos de uso e ocupação para a área do Jóquei Clube, localizada na Região Administrativa do SIA – RA XXIX, os quais farão parte do Plano Diretor Local da Região Administrativa do Guará – RA X e da Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros de uso e ocupação para a área do Jóquei Clube, localizada na Região Administrativa do SIA – XXIX, com a criação do Setor Jóquei Clube.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata este artigo serão parte integrante do Plano Diretor Local das Regiões Administrativas do Guará – RA X e Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

Art. 2º Os usos permitidos na área são:

I – residencial;

II – atividades complementares de atendimento à população local;

III – lazer ecológico.

Art. 3º Os parâmetros de ocupação do Setor Jóquei Clube são:

I – altura máxima para edificações de 26 m (vinte e seis metros);

II – coeficiente de aproveitamento básico igual a 1 (um);

III – coeficientes de aproveitamento máximos definidos em projeto específico, observados os seguintes parâmetros:

a) para glebas ou lotes com área menor que 5.000m² (cinco mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 4 (quatro);

b) para glebas ou lotes com área entre 5.000m² (cinco mil metros quadrados e 20.000m² (vinte mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 3 (três);

c) para glebas ou lotes com área entre 20.000m² (vinte mil metros quadrados) e 50.000m² (cinqüenta mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 2 (dois);

d) para glebas ou lotes com área maior que 50.000m² (cinqüenta mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 1 (um).

Parágrafo único. O Poder Público determinará parâmetros urbanísticos específicos quando proceder ao parcelamento, podendo reduzir o coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido neste artigo e fixar o mínimo, em razão dos estudos técnicos realizados, na forma disposta em lei específica, de autoria do Poder Executivo.

Art. 4º O projeto de parcelamento incorporará faixa verde de transição entre área com características de uso de alto grau de incomodidade e área com característica predominantemente residencial.

Parágrafo único. Será reservada, no projeto de parcelamento do Setor Jóquei Clube, área destinada para a implantação de parque ecológico e espaço de cultura, esporte e lazer.

Art. 5º Serão aplicados os seguintes instrumentos urbanísticos e tributários de política urbana:

I – estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), nos termos do que determinam os arts. 36, 37 e 38 da Lei nº 10.257, de 2001;

II – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo.

Parágrafo único. Poderá ser aplicada a concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

VICE-GOVERNADORIA

DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 25 de janeiro de 2006

Processo 014.000.178/2005; Interessado: AMERICEL S/A; Assunto: RECONHECIMENTO DE DIVIDA. À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art.s 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinados com o artigo 7º, da Lei nº 3.163, de 03/07/2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e o pagamento, em favor da AMERICEL S/A, no valor de R$5.656,79 (cinco mil seiscentos e cinqüenta e seis reais e setenta e nove centavos), referentes aos serviços telefônicos móvel celular prestados no mês de outubro de 2005. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 04.122.0100.8517.0026, Elemento de Despesa: 33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores. Publique-se e encaminhe-se a GPO/DAO/GVG, para as providências complementares.

Processo 014.000.022/2006; Interessado: AMERICEL S/A; Assunto: RECONHECIMENTO DE DIVIDA. À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art.s 80 e 81 do Decreto nº. 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinados com o artigo 7º, da Lei nº. 3.163, de 03/07/2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e o pagamento, em favor da AMERICEL S/A, no valor de R$5.545.54 (cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos), referentes aos serviços telefônicos móvel celular prestados no mês de dezembro de 2005. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 04.122.0100.8517.0026, Elemento de Despesa: 33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores. Publique-se e encaminhe-se a GPO/DAO/GVG, para as providências complementares.

WALMIR JOSÉ GOMES

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Subsecretário de Apoio Operacional publicado no DODF n.º 19, de 25 de janeiro de 2006, ONDE SE LÊ: "...Processo: 210.000.920/2005 e outros...", LEIA-SE: "...PROCESSO: 210.000.918/2005 e outros...", e ONDE SE LÊ "...R$ R$ 1.044.665,35 (um milhão, quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)..." LEIA-SE "...R$960.415,35 (novecentos e sessenta mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)...".

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA PRÓ-GESTÃO

DESPACHO DA PRESIDENTE
Em 25 de janeiro de 2006.

Processo 0030.004.575/2005, Interessado: Secretaria de Gestão Administrativa, Objeto: Aquisição de mobiliário. 1 - Na forma do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, incisos XXII

LEI Nº 3.863, DE 30 DE MAIO DE 2006
DODF DE 31.05.2006

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 30 de maio de 2006
118º da República e 47º de Brasília

ANEXO ÚNICO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. — CEASA-DF

DENOMINAÇÃO	SIMBOLO	QUAN
Assembléia Geral	acionista	-
Conselho de Administração	Jeton	5
Conselho Fiscal	Jeton	3
Diretoria Colegiada		
1. Presidência	20% acima>remuneração	1
1.1. Secretária	EC-4	2
1.2. Chefe de Gabinete	EC-1	1
2.0. Vice-Presidência	10% acima>remuneração	1
2.1. Secretária	EC-4	1
3.0. Ouvidoria	EC-2	1
4.0. Assessoria Jurídica	EC-2	1
5.0. Assessoria Planejamento	EC-2	1
6.0. Diretoria Administrativa	5% acima>remuneração	1
6.1. Secretária	EC-5	1
6.2. Gerência Administrativa	EC-3	1
6.2.1. Seção Protocolo	FG-2	1
6.2.2. Seção contrato e licitações	FG-2	1
6.2.3. Recursos Humanos	FG-2	1
6.2.4. Seção Patrimônio	FG-2	1
6.2.5. Seção Compras	FG-2	1
6.2.6. Seção Apoio Saúde do Trabalho	FG-2	1
6.3. Gerência de Informática	EC-3	1
6.3.1. Gerência Manutenção Rede/Computadores	FG-2	1
7. Diretoria Financeira	5% acima>remuneração	1
7.1. Secretária	EC-5	1
7.2. Gerência Financeira	EC-3	1
7.2.1. Seção Contabilidade	FG-2	1
7.2.2. Seção Tesouraria	FG-2	1

7.2.3. Seção Cobrança e Faturamento	FG-2	1
8. Diretoria Técnico-Operacional	5% acima>remuneração	1
8.1. Secretária	EC-5	1
8.2. Gerência Engenharia	EC-3	1
8.2.1. Seção Serviços Gerais	FG-2	1
8.2.2. Seção Obras, Projetos e Reformas	FG-2	1
8.3. Gerência Técnica	EC-3	1
8.3.1. Seção Análise Estudos	FG-2	1
8.3.2. Seção Ensino Pesquisa	FG-2	1
8.3.3. Seção Normas Técnicas e Padrões Hortiqualidade	FG-2	1
8.3.4. Seção Informação Mercado e Leilão Eletrônico	FG-2	1
8.4. Gerência Operacional	EC-3	1
8.4.1. Seção Fiscalização e Orientação de Mercado	FG-2	1
8.4.2. Seção de Acesso ao Mercado	FG-2	1
8.4.3. Seção Barracão Produtor	FG-2	1
8.4.4. Seção de Marketing	FG-2	1
9. Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional	5% acima>remuneração	1
9.1. Secretária	EC-5	1
9.2. Gerência de Captação de Recursos e Projetos	EC-3	1
9.2.1. Seção de Acompanhamento de Projetos	FG-2	1
TOTAL		53

EC: Empregos em Comissão de Livre Provimento
FG: Funções Gratificadas – servidores efetivos

Parágrafo único. Mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, a denominação assistente de bordo poderá ser substituída por outra que melhor expresse as novas funções definidas no art. 2º.

Art. 2º Ao passarem a assistente de bordo, os atuais cobradores poderão ter suas funções ampliadas, com a execução de novas atividades, especialmente as relativas a:

I – recebimento das tarifas pagas em moeda corrente;

II – supervisão da utilização pelos usuários dos descontos e gratuidades previstos em Lei;

III – auxílio aos usuários idosos ou portadores de necessidades especiais;

IV – orientação aos usuários quanto a destino, itinerário, localidades e procedimentos relativos à coleta de tarifas por meio eletrônico;

V – provimento aos usuários de informações sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

§ 1º A ampliação das funções prevista neste artigo não poderá resultar em redução salarial.

§ 2º As condições estabelecidas neste artigo farão parte das exigências a serem incluídas nas licitações que venham a ser realizadas para a operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Art. 3º O descumprimento desta Lei enseja a aplicação das penalidades decorrentes das normas de concessão dos serviços públicos.

Art. 4º O disposto nesta Lei aplica-se ao Serviço de Transporte Público Alternativo – STPA e ao Serviço de Transporte Público Alternativo de Condomínios – STPAC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 2006.

Deputado FÁBIO BARCELLOS

Presidente

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 3.929, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a reestruturação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. (CEASA-DF), nos termos do art. 5º da Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A reestruturação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. (CEASA-DF), nos termos do art. 5º da Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar com a redação constante no anexo único.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

Brasília, 28 de dezembro de 2006.

119º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

ANEXO ÚNICO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. (CEASA-DF)

DENOMINAÇÃO	SIMBOLO	QUAN
Assembléia Geral	Acionista	-
Conselho de Administração	Jeton	5
Conselho Fiscal	Jeton	3
Diretoria Colegiada		
1. Presidência	20% acima remuneração	1
1.1. Secretária	EC-4	2
1.2. Chefe de Gabinete	EC-1	1
2.0. Vice-Presidência	10% acima remuneração	1
2.1. Secretária	EC-4	1
3.0. Ouvidoria	EC-2	1
4.0. Assessoria Jurídica	EC-2	1
5.0. Assessoria Planejamento	EC-2	1
6.0. Diretoria Administrativa	5% acima remuneração	1
6.1. Secretária	EC-5	1
6.2. Gerência Administrativa	EC-3	1
6.2.1. Seção Protocolo	FG-2	1
6.2.2. Seção contrato e licitações	FG-2	1
6.2.3. Recursos Humanos	FG-2	1
6.2.4. Seção Patrimônio	FG-2	1
6.2.5. Seção Compras	FG-2	1
6.2.6. Seção Apoio Saúde do Trabalho	FG-2	1
6.3. Gerência de Informática	EC-3	1
6.3.1. Gerência Manutenção Rede Computadores	FG-2	1
7. Diretoria Financeira	5% acima remuneração	1
7.1. Secretária	EC-5	1
7.2. Gerência Financeira	EC-3	1
7.2.1. Seção Contabilidade	FG-2	1
7.2.2. Seção Tesouraria	FG-2	1
7.2.3. Seção Cobrança e Faturamento	FG-2	1
8. Diretoria Técnico-Operacional	5% acima remuneração	1
8.1. Secretária	EC-5	1
8.2. Gerência Engenharia	EC-3	1
8.2.1. Seção Serviços Gerais	FG-2	1
8.2.2. Seção Obras, Projetos e Reformas	FG-2	1
8.3. Gerência Técnica	EC-3	1
8.3.1. Seção Análise Estudos	FG-2	1
8.3.2. Seção Ensino Pesquisa	FG-2	1
8.3.3. Seção Normas Técnicas e Padrões Hortiqualidade	FG-2	1
8.3.4. Seção Informação Mercado e Leilão Eletrônico	FG-2	1
8.4. Gerência Operacional	EC-3	1
8.4.1. Seção Fiscalização e Orientação de Mercado	FG-2	1
8.4.2. Seção de Acesso ao Mercado	FG-2	1
8.4.3. Seção Barracão Produtor	FG-2	1
8.4.4. Seção de Marketing	FG-2	1
9. Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional	5% acima remuneração	1
9.1. Secretária	EC-5	1
9.2. Gerência de Captação de Recursos e Projetos	EC-3	1
9.2.1. Seção de Acompanhamento de Projetos	FG-2	1
TOTAL		53

EC: Empregos em Comissão de Livre Provimento

FG: Funções Gratificadas – servidores efetivos

DECRETO Nº 27.533, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 1.003.000,00 (um milhão e três mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 8º da Lei nº 3.766, de 27 de janeiro de 2006, com o art. 4º da Lei nº 3.829, de 09 de março de 2006, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 1.003.000,00 (um milhão e três mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 2006.

119º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

ANEXO I DESPESA R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
[illegible] 25501 FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL					1 003 000
[illegible] AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ASSISTÊNCIA À SAUDE PUBLICA NO DISTRITO FEDERAL					
Ref: 000348 0001 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ASSISTÊNCIA À SAUDE PUBLICA NO DISTRITO FEDERAL					
	99	33.90.30	100	1 003 000	
					1 003 000
2006AC00591				TOTAL	1 003 000

CONCEDER AFASTAMENTO EM RAZÃO DE CASAMENTO à LIGIA GOMES DE SOUZA FARIAS, 1.401.345-2, no período de 12 de abril de 2006 a 19 de abril de 2006, nos termos do artigo 97 da Lei 8.112/90.

CONCEDER LICENÇA PATERNIDADE de 05 (Cinco) dias consecutivos, nos termos do artigo 208 da Lei 8.112/90, a DANILO HENRIQUE TEIXEIRA CANTO DE LIMA, 149.224-1, no período de 08 de abril de 2006 a 12 de abril de 2006.

MARIA DE FATIMA GOMES CORDEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE ABRIL DE 2006.

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS, DA SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria nº 116, de 1º de setembro de 2005, publicada no DODF 169 de 05 de setembro de 2005, página 16 e 17, resolve: CONCEDER LICENÇA PRÊMIO Por Assiduidade, a servidora abaixo relacionada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.112/90 combinado com a Lei 221/90, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses por ventura usufruídos. (DRH/Diversos) Nome: MARIA ADÉLIA SOBRAL, matrícula 139.635-8; processo 060.005.913/06; Qüinqüênio(S): 01 de setembro de 2000 a 31 de agosto de 2005.

MARIA DE FÁTIMA GOMES CORDEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 107, DE 25 DE ABRIL DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a alínea "o", do inciso I, do artigo 1º, do Decreto n º 23.212, de 06 de setembro de 2002, resolve: CONCEDER horário especial nos termos do artigo 98, da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, à IZABEL DA SILVA SANTANA, matrícula 104.644-6, Agente Social/ATRS, no período de 06 de fevereiro a 24 de junho de 2006, processo 100.000.583/2006.

ANTONIO LUIZ BARBOSA

PORTARIA Nº 108, DE 25 DE ABRIL DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Lei nº 2.532, de 2 de março de 2000, o decreto nº 24.136, de 9 de outubro de 2003, publicado no DODF nº 197, de 10 de outubro de 2003, a Portaria nº 82, de 30 de março de 2005 – SEAS-DF e o constante no processo 100.000.972/05, resolve: CONCEDER a gratificação por exercício de atividade em interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos termos do artigo 3º, do Decreto nº 24.136, de 9 de outubro de 2003, publicado no DODF nº 197, de 10 de outubro de 2003, à servidora lotada e em exercício nesta Secretaria, a seguir relacionada por nome, matrícula e lotação: ESMERALDA SOUSA DE O. SANTOS, 101.831-0, Centro de Desenvolvimento Social de Sobradinho. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO LUIZ BARBOSA

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 27 DE MAIO DE 2006.

Dispõe sobre a composição da Primeira Câmara de Assistência Social do Distrito Federal-CAS/DF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 12, de 06 de agosto de 2002 e Resolução nº 07, de 15 de maio de 2002, e conforme deliberação do Plenário do CAS/DF em Reunião Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º Compor a Primeira Câmara do CAS/DF, constituída pelos seguintes Conselheiros: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS ALVES, JESSE MIRANDA VITALE HELLMEISTER, EURÍPEDES ALVES BARBOSA, LUZIA DE BRITO AYRES, MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES, LUIZ EDUARDO PASSEADO, HUMBERTO MELO FALCÃO FILHO, MARIA DE LOURDES PEREIRA DE OLIVEIRA, LEILA MARIA RODRIGUES PATARELI, o primeiro terá a função de Presidente.

Art. 2º A Primeira Câmara terá a competência de apreciação de processos relativos à inscrição de entidades e organizações de assistência social.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS ALVES

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 27 DE ABRIL DE 2006.

Dispõe sobre a composição da Segunda Câmara de Assistência Social do Distrito Federal-CAS/DF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 12 de 06 de agosto de 2002 e Resolução nº 07, de 15 de maio de 2002, e conforme deliberação do Plenário do CAS/DF em Reunião Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º Compor a Segunda Câmara do CAS/DF, constituída pelos seguintes Conselheiros: JOSÉ MURILLO FIGUEIREDO, GERT WOLFGANG ANTONIUS, KARINA CURY ROSSO, RAIMUNDO HOSANO DE SOUSA JÚNIOR, ADILCÉIA MARIA BETÔNICO, ILZE KLEINÜBING, FRANCISCO JULHO DE SOUZA, SANDRA OLIVEIRA TEIXEIRA, JANY COELI RODRIGUES, MARIA APARECIDA GONÇALVES VIEIRA ARAÚJO, o primeiro terá a função de Presidente.

Art. 2º A Segunda Câmara terá a competência de apreciação de processos relativos a inscrição de entidades e organizações de assistência social.

Art. 3ª Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS ALVES

CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2006

Dá nova redação Resolução nº 06/2006, e da outras providências.

O CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL, órgão paritário, consultivo, deliberativo e fiscalizador das ações de atendimento aos direitos dos idosos, no uso de sua competência, de acordo com o que dispõe a Lei nº 3.575/05 e o §1º, do artigo 3º do Regimento Interno deste Conselho, resolve:

Art. 1º Altera o art. 3º da Resolução Normativa nº 06/2006, publicada no DODF nº 44, de 03 de março de 2006, que modifica a Comissão Temática do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, que passa a ser composto por ALDAIR ROCHA DE AZEVEDO – Vice-presidente do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, DANIELLE FREITAS PAULINO – Secretária Executiva do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, ALZIRA BORBA FREITAS – Assessora do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, MÁRCIA SALGADO RODRIGUES DA CUNHA - Assessora do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, GIOVANA NAZÁRIO DE OLIVEIRA - Agente Administrativo do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal.

Art. 2º Altera o art. 16º da Resolução Normativa nº 06/2006 dando nova redação, que passa a vigorar com a seguinte forma:

.....

"Art. 16º Em caso de empate terá preferência a organização que possuir maior tempo de serviço."

Art. 3º Esta Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

CLARI MARLEI DALTROZO MUNHOZ

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 45, DE 27 DE ABRIL DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e acolhendo os termos dos Ofícios Nºs 150/2006, de 11 de abril de 2006, do Sr. Presidente Liquidante da CEASA/DF e 139/2006-SAB, de 18 de abril de 2006, do Sr. Liquidante da SAB, resolve:

CONSTITUIR Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar estudos versando sobre os procedimentos a serem observados no processo de incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

DESIGNAR FERNANDO SILVA JÚNIOR, Matrícula 885; JOSÉ AUGUSTO DE FARIA, Matrícula 394 e JUSMAR CHAVES, Matrícula 222, da CEASA/DF; RENE FERREIRA, Matrícula 1005-7; MARIA LUÍZA DA SILVA, Matrícula 03155-0 e LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA, Matrícula 4020-7, da SAB; AIRES ROSA DE SOUZA, Matrícula 100.068-3; MARCOS SOARES DE SOUZA, Matrícula 100.487-5 e IZAIAS DA SILVA ROCHA, Matrícula 100.867-6, da SEAPA-DF, para comporem o Grupo de Trabalho ora instituído, sob a coordenação do primeiro. Estabelecer em até noventa (90) dias, o prazo para apresentação dos estudos atribuídos ao Grupo de Trabalho. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR LUIS DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 24 DE ABRIL DE 2006.

O SUBSECRETARIO DE APOIO OPERACIONAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO DISTIRTO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe confere o artigo 1º, inciso I, item "g", da Portaria de 06 de dezembro de 2002, resolve: CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, incisos I, alínea "c", 219 e 224 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c com o artigo 40, § 8º da CONSTITUIÇÃO DA

ANEXO II DESPESA R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11090211/11902 44801 FUNDO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						5827
08.244.3400.2179 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
Ref. 0402101 3690 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
DEPENDENTE ASSISTIDO (UNIDADE) 18						
	99	33.90.39	0	320	5.827	
						5.827
11090111/11903 44803 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						306.347
14.243.3308.2794 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE						
Ref. 0402151 0680 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 500						
	99	33.90.39	0	320	153.347	
						153.347
14.243.3403.2815 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA						
Ref. 0402191 3883 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 0						
	99	33.90.39	0	320	153.000	
						153.000
2007AC00299					TOTAL	312.574

DECRETO Nº 28.153, DE 23 DE JULHO DE 2007.

Revoga o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005, publicado no DODF nº 194, de 11 de outubro de 2007, páginas 04 e 05.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 2007.

119º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 23 de julho de 2007.

Processo: 390.001.941/2007. Interessado: MARIA ELISA COSTA E OUTRO. Assunto: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA.

1. Nos termos do artigo 12, do Decreto nº 21.564, de 26 de setembro de 2000, combinado com o Decreto nº 23.196, de 27 de agosto de 2002, convidamos os arquitetos Urbanistas MARIA ELISA COSTA e JOÃO LIMA, para apresentação do projeto de revitalização da Torre de TV de Brasília, que inclue visitas técnicas com a presença de técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, nos dias 24 e 25 de julho de 2007, com ônus para o Distrito Federal, referente a diárias e passagens aéreas nos trechos Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro e Salvador/Brasília/Salvador respectivamente, conforme consta dos autos.

2. Publique-se e restitua-se à Unidade de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - REVIGORAR as medidas baixadas por meio da Portaria nº 37, de 15 de março de 2005, publicada no DODF nº 51, de 16 de março de 2005, página 04, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – Todos os expedientes originários do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT, dirigidos a esta Pasta, deverão ser automática e imediatamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará encaminhamento e orientação jurídica cabíveis, visando o cumprimento integral da Circular Conjunta Nº 01/2004, datada de 30 de setembro de 2004.

II – No que se refere ao cumprimento da Circular Nº 03/2003-GAB/PGDF, datada de 31 de janeiro de 2003, todos os atos oriundos de quaisquer instâncias ou Tribunais, transmitidos por meio de Citações, Intimações, Notificações, Ofícios, etc., dirigidos a esta Secretaria de Estado, de imediato devem ser diretamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará adequado encaminhamento e orientação jurídica ou administrativa, visando o atendimento das diligências ou requisições formuladas nos documentos dessa natureza.

III – A Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, fica autorizada a requisitar diretamente às unidades da estrutura orgânica desta Secretaria de Estado, conforme a matéria de competência de cada setor, informações, documentos e outros dados necessários ao atendimento da atribuição conferida por esta Portaria.

IV – A inobservância dos procedimentos objeto deste ato, ensejará a adoção de medidas visando apurar responsabilidades à luz do que dispõem o artigo 116, incisos II/IV e o artigo 117, inciso IV, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adotada no Distrito Federal nos termos do artigo 5º, da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991.

V – Integram o presente ato, como se nele transcritos fossem, reprodução das Circulares nºs 01/2004-, de 30 de setembro de 2004 e 03/2003, de 31 de janeiro de 2003, mencionadas nos incisos I e II ".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 46, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - ATRIBUIR ao titular da Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária-SAF, competência para analisar os pedidos e propor ao Secretário Adjunto concessão de parcelamento de crédito relativo a anuidade prevista no artigo 17, do Decreto nº 19.248, de 20 de maio de 1998.

Art. 2º - DELEGAR competência ao Secretário Adjunto desta Secretaria de Estado para, com base no que dispõe o artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 618, de 09 de julho de 2002, decidir sobre as propostas encaminhadas em virtude da atribuição referida no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 118, de 31 de agosto de 2004, publicada no DODF nº 168, de 1º de setembro de 2004, página 11.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando ser necessário implementar providências tendo por objeto dar prosseguimento à matéria envolvendo o processo de liquidação da CEASA/DF, resolve:

Art. 1º- CRIAR Grupo Misto de Trabalho, com a atribuição de analisar e sugerir

ANEXO II DESPESA R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11090211901 44903 FUNDO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						5.827
08.244.2400.2179 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
Ref. 610110 3690 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
DEPENDENTE ASSISTIDO (UNIDADE) 18						
	99	33.90.39	0	320	5.827	
						5.827
11090141901 44903 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						305.347
14.243.1502.2794 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE						
Ref. 010218 0620 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 300						
	99	33.90.39	0	320	153.347	
						153.347
14.243.2403.2815 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA						
Ref. 010219 3383 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 0						
	99	33.90.39	0	320	153.000	
						153.000
2007AC00249					TOTAL	312.174

DECRETO Nº 28.153, DE 23 DE JULHO DE 2007.

Revoga o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005, publicado no DODF nº 194, de 11 de outubro de 2007, páginas 04 e 05.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 2007.

119º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 23 de julho de 2007.

Processo: 390.001.941/2007. Interessado: MARIA ELISA COSTA E OUTRO. Assunto: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA.

1. Nos termos do artigo 12, do Decreto nº 21.564, de 26 de setembro de 2000, combinado com o Decreto nº 23.196, de 27 de agosto de 2002, convidamos os arquitetos Urbanistas MARIA ELISA COSTA e JOÃO LIMA, para apresentação do projeto de revitalização da Torre de TV de Brasília, que inclue visitas técnicas com a presença de técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, nos dias 24 e 25 de julho de 2007, com ônus para o Distrito Federal, referente a diárias e passagens aéreas nos trechos Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro e Salvador/Brasília/Salvador respectivamente, conforme consta dos autos.

2. Publique-se e restitua-se à Unidade de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - REVIGORAR as medidas baixadas por meio da Portaria nº 37, de 15 de março de 2005, publicada no DODF nº 51, de 16 de março de 2005, página 04, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – Todos os expedientes originários do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT, dirigidos a esta Pasta, deverão ser automática e imediatamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará encaminhamento e orientação jurídica cabíveis, visando o cumprimento integral da Circular Conjunta Nº 01/2004, datada de 30 de setembro de 2004.

II – No que se refere ao cumprimento da Circular Nº 03/2003-GAB/PGDF, datada de 31 de janeiro de 2003, todos os atos oriundos de quaisquer instâncias ou Tribunais, transmitidos por meio de Citações, Intimações, Notificações, Ofícios, etc., dirigidos a esta Secretaria de Estado, de imediato devem ser diretamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará adequado encaminhamento e orientação jurídica ou administrativa, visando o atendimento das diligências ou requisições formuladas nos documentos dessa natureza.

III – A Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, fica autorizada a requisitar diretamente às unidades da estrutura orgânica desta Secretaria de Estado, conforme a matéria de competência de cada setor, informações, documentos e outros dados necessários ao atendimento da atribuição conferida por esta Portaria.

IV – A inobservância dos procedimentos objeto deste ato, ensejará a adoção de medidas visando apurar responsabilidades à luz do que dispõem o artigo 116, incisos II/IV e o artigo 117, inciso IV, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adotada no Distrito Federal nos termos do artigo 5º, da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991.

V – Integram o presente ato, como se nele transcritos fossem, reprodução das Circulares nºs 01/2004-, de 30 de setembro de 2004 e 03/2003, de 31 de janeiro de 2003, mencionadas nos incisos I e II ".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 46, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - ATRIBUIR ao titular da Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária-SAF, competência para analisar os pedidos e propor ao Secretário Adjunto concessão de parcelamento de crédito relativo a anuidade prevista no artigo 17, do Decreto nº 19.248, de 20 de maio de 1998.

Art. 2º - DELEGAR competência ao Secretário Adjunto desta Secretaria de Estado para, com base no que dispõe o artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 618, de 09 de julho de 2002, decidir sobre as propostas encaminhadas em virtude da atribuição referida no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 118, de 31 de agosto de 2004, publicada no DODF nº 168, de 1º de setembro de 2004, página 11.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando ser necessário implementar providências tendo por objeto dar prosseguimento á matéria envolvendo o processo de liquidação da CEASA/DF, resolve:

Art. 1º- CRIAR Grupo Misto de Trabalho, com a atribuição de analisar e sugerir

alternativas jurídico/administrativas cabíveis com a finalidade preconizada na epígrafe deste ato.
Art. 2° - O Grupo Misto de Trabalho ora criado, contará com um representante indicado pelo titular de cada órgão e entidade a seguir, sob a coordenação do primeiro:
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria de Estado de Governo;
- Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Corregedoria-Geral do Distrito Federal;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal;
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal; e
- Associação dos Empresários das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.
Art. 3° - ESTABELECER em até vinte (20) dias, o prazo para conclusão e apresentação de Relatório sobre a missão atribuída ao Grupo Misto de Trabalho.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR LUIS DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

PORTARIA Nº 66, DE 20 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 58, de 05 de julho de 2007, Publicado no DODF nº 130, de 09 de julho de 2007, página 124.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos de sindicância referente ao processo 220.000470/2006 instaurado por meio da Portaria nº 47, de 19 de junho de 2007, Publicado no DODF nº 118, de 21 de junho de 2007.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 69, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos de sindicância referente ao processo 220.000461/2001 instaurado por meio da Portaria nº 48, de 19 de junho de 2007, Publicado no DODF nº 118, de 21 de junho de 2007.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

NÚCLEO DE ESCLARECIMENTO DE NORMAS

PARECER DE INADMISSIBILIDADE Nº 62/2007.

Processo: 044.002408/200.7 Interessado: FEDERAL INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE RESÍDUOS LTDA. CF/DF Nº: 07.385.285/002-11. Assunto: Convênio ICMS 09/76, Aproveitamento de Crédito de ICMS. Ementa – CONSULTA SOBRE FATO DEFINIDO EM DISPOSIÇÃO LITERAL DE LEI - Não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato que estiver definido ou declarado em disposição literal de lei: inciso V, do artigo 46 do Decreto nº 16.106/1994.
Senhor Chefe,
O interessado acima qualificado apresenta questionamento elaborado em peça vestibular de redação sofrível, fazendo citação de artigos da legislação, sem mencionar a norma a qual se referem, sendo certo não se tratar da Legislação Tributária do Distrito Federal, onde pudemos inferir com esforço que versa sobre solicitação de esclarecimentos acerca de uma forma de utilização dos créditos de ICMS provenientes de entradas de sucatas de outros Estados, para pagamento do ICMS devido nas remessas interestaduais dessas sucatas, de maneira que o Fisco do Estado destinatário registre e reconheça o pagamento do ICMS com estes créditos, considerando-os como o comprovante de pagamento do ICMS do Estado de origem previsto no Convênio ICMS 09/76.
Esta solicitação não é passível de atendimento, por determinação do próprio Convênio ICMS 09/76, que dispõe "(...) uma das vias do comprovante de recolhimento deverá acompanhar a mercadoria, juntamente com a nota fiscal própria para fins de transporte e de aproveitamento do crédito pelo destinatário."
Portanto, o Estado de origem e o Estado de destino estão obrigados à exigência do COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO, e este não pode ser substituído por qualquer outro documento, sob pena de retenção da mercadoria nos postos fiscais e não utilização do crédito do ICMS pelo destinatário.
A título de informação, está em estudo proposta para revogação deste Convênio, junto ao Confaz.
De acordo com inciso V, do artigo 46, do Decreto nº 16.106/1994, não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato que estiver definido ou declarado em disposição literal de lei. Portanto, sugerimos a inadmissibilidade da presente consulta.
A legislação citada está disponível no endereço http://www.fazenda.df.gov.br .

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
AYORTON CARVALHO ANTERO
Auditor Tributário
Matrícula 46.349-3

À Gerência de Legislação Tributária - GELEG
Senhor Gerente,
De acordo.
Encaminhamos à aprovação dessa Gerência o parecer supra.

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
ULYSSES ANTONIO CORREA
Núcleo de Esclarecimento de Normas
Chefe

Aprovo o parecer do Núcleo de Esclarecimento de Normas – NUESC/GELEG, desta Diretoria de Tributação, com fulcro no que dispõe o inciso II do artigo 1° do da Ordem de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007 e, na forma da competência descrita no inciso II do artigo 47 do Decreto nº 16.106/94, declaro a inadmissibilidade da consulta, por não atender os requisitos regulamentares.
Retorne-se o presente processo à NUESC/GELEC para cientificar o interessado e, após, arquive-se.

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
MAURÍCIO ALVES MARQUES
Gerência de Legislação Tributária
Gerente

CONSULTA Nº 61/2007.

Processo: 125.000.745/2007. Interessado: BRASIL TELECOM S/A CF/DF Nº: 07.408.927/002-23. Assunto: SOLICITAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE ORIENTAÇÕES APRESENTADAS PELO FISCO NO TOCANTE AO LIVRO ELETRÔNICO.
Ementa – Livro Eletrônico- Geração – deve ser observado o disposto no ATO COTEPE Nº 70/2005.
Senhor Chefe,
BRASIL TELECOM S/A apresenta às fls. 02 a 06 do presente processo, alguns questionamentos por ela formulados e a respectiva orientação dada pelo fisco via e-mail e em reuniões presenciais, consoante informa. Solicita, então, seja ratificado formalmente o entendimento das referidas soluções apresentadas pelo fisco.
Trata-se de matéria de natureza controvertida, razão pela qual se deve admitir a presente Consulta.
Em razão do teor técnico específico do assunto em tela, foi solicitado o pronunciamento do Núcleo de Informações Fiscais - NUINF, para que respondesse os questionamentos ou ratificasse as respostas apresentadas.
As orientações foram ratificadas pelo chefe do referido Núcleo, consoante manifestação acostada às fls. 26 a 28, do presente processo, da qual transcrevemos os seguintes trechos:
"PROBLEMA 1.
No arquivo do livro eletrônico o contribuinte apresentou o livro do ISS (ATO COTEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Processo: 111.001.306/2001. Espécie: 4º TERMO ADITIVO Nº 23/2006. Contratantes: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP E ZIMBRES ARQUITETOS ASSOCIADOS S/C LTDA. Objeto: ADITAR o Contrato de Prestação de Serviços nº 269, datado de 26/3/2002, cujo objeto é a execução de serviços técnicos, para elaboração de Estudo Urbanístico e Projeto de Urbanismo - URB da Área Adjacente ao Bairro de Águas Claras - DF, visando prorrogar prazo ao referido contrato. EMBASAMENTO LEGAL: Em conformidade com a Decisão nº 926 da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 2367ª Sessão, realizada em 29 de novembro de 2005. Vigência: 30 de junho de 2007. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. Data de Assinatura: 30 de dezembro de 2005. P/Contratante: MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA, CYNTHIA VARGAS ARÃO REVORÊDO E JOAO BOSCO SOARES. P\Contratada: PAULO DE MELO ZIMBRES. Testemunhas: FRANCISCA FERREIRA DE SENA OLIVEIRA E NAYANA MARTINS BORGES.

Processo 111.001.308/2001. Espécie: 3º TERMO ADITIVO Nº 24/2006. Contratantes: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP E COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CAESB. Objeto: ADITAR o Contrato nº 582, datado de 14 de maio de 2002, cujo objeto é a execução das obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Setor Habitacional Taquari - Trechos 1, 2 e 3, visando prorrogar prazo ao referido contrato. EMBASAMENTO LEGAL: Em conformidade com a Decisão nº 923 da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 2367ª Sessão, realizada em 29 de novembro de 2005. Vigência: 30 de junho de 2007. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. Data de Assinatura: 30 de dezembro de 2005. P/CONTRATANTE: Maria Júlia Monteiro da Silva, Cynthia Vargas Arão Revorêdo e Joao Bosco Soares. P\Contratada: Fernando Rodrigues Ferreira Leite e Sérgio Neves Campos. Testemunhas: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Nayana Martins Borges.

Processo: 111.000.155/2000. Espécie: 6º TERMO ADITIVO Nº 25/2006. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Engevix Engenharia S/A. OBJETO: Aditar o Contrato nº 934, datado de 29.08.2000, cujo objeto é a execução pela Contratada, dos serviços técnicos, objetivando a revisão do Estudo Urbanístico e elaboração do Projeto de Urbanismo do Setor Habitacional São Bartolomeu, visando prorrogar prazo ao referido contrato. EMBASAMENTO LEGAL: Em conformidade com a Decisão nº 977, da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 2370ª Sessão, realizada em 20 de dezembro de 2005. Vigência: 30 de outubro de 2007. Despesas de Publicação: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30 de dezembro de 2005. P/Contratante: MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA, DENI AUGUSTO PEREIRA FERREIRA E SILVA E JOAO BOSCO SOARES. P\Contratada: JORGE BENEDITO SILVA E LUCINDA MÁRCIA FERREIRA TELLES DE MORAES. Testemunhas: FRANCISCA FERREIRA DE SENA OLIVEIRA E NAYANA MARTINS BORGES.

Processo: 111.001.883/2003. Espécie: 2º TERMO ADITIVO Nº 26/2006. Contratantes: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP E COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CAESB. Objeto: ADITAR o Contrato nº 9/2004, datado de 13 de janeiro de 2004, visando prorrogar prazos de execução e vigência e incluir cláusula de reajuste de preços ao referido contrato. EMBASAMENTO LEGAL: Em conformidade com a Decisão nº 964, da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 2369ª Sessão, realizada em 12 de dezembro de 2005. Vigência: 30 de setembro de 2006, despesas de Publicação: Correrão a expensas da Terracap. Data de Assinatura: 30 de dezembro de 2005. P/Contratante: MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA, CYNTHIA VARGAS ARÃO REVORÊDO E JOAO BOSCO SOARES. P\Contratada: FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE E SÉRGIO NEVES CAMPOS. Testemunhas: CHRISTIANE FREITAS NÓBREGA E NAYANA MARTINS BORGES.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA VENDA DE IMÓVEIS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE LICITAÇÃO
REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2006 - IMÓVEIS

A DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, em sua 2375-ª sessão, realizada em 20 de janeiro de 2006, decidiu, com base no tópico 37, do Edital n.º 01/2006-imóveis, homologar o resultado da licitação, objeto do referido Edital, conforme processo 111.002065/2005 proclamando-se vencedores os seguintes licitantes: ITEM 001 - FARO TRADING SA - RS 29.350.000,00; ITEM 003 - EDUARDO DE CAMPOS AMARAL - RS 543.200,00; ITEM 005 - MAURICIO M B VALLE IMÓVEIS - RS 501.150,00; ITEM 006 - MAURICIO M B VALLE IMÓVEIS - RS 501.150,00; ITEM 007 - VALDEMIR ESTEVÃO E GILMAR FELIPE SCALIONI - RS 181.500,00; ITEM 011 - PÃO DE ACÚÇAR SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - RS 4.960.000,00; ITEM 013 - PÃO DE ACÚÇAR SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - RS 4.310.000,00; ITEM 014 - PÃO DE ACÚÇAR SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - RS 4.670.000,00; ITEM 015 - LCC CONSTRUTORA LTDA EPP - RS 8.039.000,00; ITEM 022 - MAURICIO M B VALLE IMÓVEIS - RS 455.100,00; ITEM 024 - FCG - COMÉRCIO TURISMO E SERVIÇOS LTDA - RS 250.000,00; ITEM 039 - BENEDITO JOSÉ NETO - RS 39.600,00; ITEM 046 - ADRIANO HONÓRIO DA SILVA - RS 41.600,00; ITEM 058 - FERNANDA CRISTINA DA MATA SILVA - RS 40.300,00; ITEM 059 - ANTÔNIO FONSECA MILHOMEM - RS 39.000,00; ITEM 062 - WILLIAM MARTINS VERAS - RS 349.100,00; ITEM 067 - JONAS ROCHA DE CARVALHO - RS 18.100,00; ITEM 068 - ADIRON FERREIRA DE MAGALHÃES - RS 391.900,00; ITEM 074 - FÁBIO LUIZ GOMES MONTEIRO - RS 160.000,00; ITEM 076 - CRISTIANO PINTO CUNHA - RS 144.460,00; ITEM 080 - ANA PAULA PEDROSA DE LIMA NOGUEIRA CORRÊA MARQUES - RS 117.400,00; ITEM 081 - CÉLIA MARIA ALCANFOR DE PINHO - RS 131.050,51; ITEM 084 - ROBERTO OLIVEIRA SILVA - RS 127.200,00; ITEM 086 - FRANCISCO TERRA FILHO - RS 141.550,00; ITEM 088 - MOACYR SILVA NETO - RS 153.890,00; ITEM 089 - ARNALDO LUIZ CHAN JORGE - RS 171.131,50; ITEM 091 - ENGEAGRO CONSTRUÇÕES LTDA - RS 193.050,00; ITEM 092 - DILSON OLIVEIRA MENEZES - RS 179.013,40; ITEM 095 - ENGEAGRO CONSTRUÇÕES LTDA - RS 156.970,00; ITEM 096 - ENGEAGRO CONSTRUÇÕES LTDA - RS 182.372,40; ITEM 099 - LÚCIA MARIA DINIZ SILVA - RS 157.520,00; ITEM 100 - OLINDA MARIA DINIZ SILVA - RS 157.960,00; ITEM 105 - EMARKI ENGENHARIA SA - RS 2.376.100,00. Na oportunidade, convoca os licitantes vencedores a comparecerem dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste, na Gerência de Prestamista, térreo do Edifício Sede da TERRACAP, Bloco "F" - Setor de Áreas Municipais - SAM, no horário das 8 às 19 horas, para adoção das seguintes providências: a) - assinar o controle de pagamento à vista ou equivalente à entrada inicial e efetuar o recolhimento do preço ajustado, na agência do BRB/TERRACAP; b) - apresentar cópia de documento comprobatório (certidões negativas cartorárias), que não possui e nem possuiu nos últimos 12 (doze) meses, imóvel de uso RESIDENCIAL no Distrito Federal quando se tratar de participação para aquisição de imóvel RESIDENCIAL, unifamiliar (lotes com destinação RESIDENCIAL) e c) - apresentar cópia de documento comprobatório de sua residência e a 4ª. via da Proposta de Compra., conforme descrito no tópico 45 do edital. Esclarece na oportunidade, que os licitantes vencedores supracitados, deverão, nos 30 (trinta) primeiros dias contados desta publicação, assinar no Cartório a Escritura Pública de Compra e Venda, de conformidade com o contido no tópico 45, do aludido Edital. Na ocasião, deverá o licitante vencedor, quando pessoa jurídica, apresentar no Cartório, cópia do Contrato Social, devidamente autenticada, com sua última alteração, se for o caso, o qual será encaminhado à TERRACAP, por intermédio do Cartório, nos termos do tópico 49 do Edital. O não atendimento às citadas exigências, dentro dos prazos já estipulados importará no desfazimento do negócio, de acordo com as normas do Edital. Os licitantes não vencedores deverão comparecer à agência do BRB - Banco de Brasília S/A, onde efetuaram o recolhimento da caução, munidos da respectiva via de depósito, objetivando a sua devolução, conforme previsto no tópico 14, Capítulo V, do Edital. Esclarece, ainda, aos interessados que, de acordo com o contido no tópico 44 do Edital, não caberá recurso quanto à presente homologação.

Brasília, 20 de Janeiro de 2006.
GERALDO RODRIGUES SOARES
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2004

Processo: 0170.000.004/2004 Partes: DF/STb e a Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do Contrato de prestação de serviços nº 02/2004, por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II, artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura; Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. Data da assinatura: 1º de janeiro 2006; Signatários: Pelo Distrito Federal/Secretaria de Estado de Trabalho: JORGE AFONSO ARGELLO na qualidade de Secretário de Estado de Trabalho. Pela contratada: FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE na qualidade de Diretor Presidente e JÔAO BATISTA PADILHA FERNANDES na qualidade de Diretor de Produção e Comercialização.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE OUTORGAS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Processo 197.000.203/2005 Outorgado: Sadia S/A. CNPJ 20.730.099/0106-61. Objeto: DIREITO DE USO DE ÁGUA SUPERFICIAL por meio de captação no córrego samambaia afluente do rio descoberto, com vazão máxima diária de 69,44l/s (litros por segundo) para os meses de janeiro, fevereiro e março, 55,56l/s para os meses de abril, maio e junho, 27,78l/s em julho, 8,89l/s em agosto, setembro e outubro, 41,67l/s em novembro e 55,56l/s em dezembro, captando 24 (vinte e quatro) horas diárias e trinta dias no mês com finalidade industrial, criação de animais e abastecimento humano, na Área Isolada QR 433, Samambaia, Brasília-DF. Prazo: 05 (cinco) anos. Ato de outorga: Resolução nº 36 de 18 de janeiro de 2006, assinada pelo Diretor Presidente da ADASA.

Processo 0197.000.139/2005 Outorgado: SADIA S.A Ltda., CNPJ 20.730.099/0106-61. Objeto: direito de uso de água subterrânea por meio de 03(três) poços tubulares, com vazão máxima diária de 17.250 l/h (litros por hora) para o Poço 5, 31.500 l/h (litros por hora) para o Poço 6 e 17.250

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 246, DE 6 DE ABRIL DE 2005.

Regulamento

Rejeitada pelo Ato da Câmara dos Deputados de 21.6.2005

Dispõe sobre a reestruturação do setor ferroviário e o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A., altera dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei.

Art. 1º Os arts. 77 e 118 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77. .....

.....

II - recursos provenientes dos instrumentos de outorgas e arrendamentos administrados pela respectiva Agência, excetuados os provenientes dos contratos de arrendamento originários da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA não adquiridos pelo Tesouro Nacional com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001;

....." (NR)

"Art. 118. Ficam transferidas da extinta RFFSA para a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - a gestão da complementação de aposentadoria instituída pela Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, e pela Lei nº 10.478, de 28 de junho de 2002; e

.....

§ 1º A paridade de remuneração prevista na legislação citada nos incisos I e II terá como referência os valores previstos no plano de cargos e salários da RFFSA, aplicados aos empregados cujos contratos de trabalhos forem absorvidos pelo quadro em extinção do GEIPOT.

§ 2º A Secretaria de Recursos Humanos poderá, mediante celebração de convênio, utilizar as unidades regionais do DNIT e da Inventariança da extinta RFFSA para adoção das medidas administrativas decorrentes do disposto no caput." (NR)

Art. 2º A Seção III do Capítulo VII da Lei nº 10.233, de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 84-A. O DNIT será dirigido por um Conselho de Administração e uma Diretoria composta por um Diretor-Geral e seis Diretorias, denominadas Diretoria Executiva e Diretorias de Infra-Estrutura Ferroviária, de Infra-Estrutura Rodoviária, de Administração e Finanças, de Planejamento e Pesquisa, e de Infra-Estrutura Aquaviária.

Parágrafo único. Às Diretorias compete:

I - Diretoria Executiva:

a) orientar, coordenar e supervisionar as atividades das Diretorias setoriais e dos órgãos regionais; e

b) assegurar o funcionamento eficiente e harmônico do DNIT;

a) administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, manutenção, operação e restauração da infra-estrutura ferroviária;

b) gerenciar a revisão de projetos de engenharia na fase de execução de obras; e

c) exercer o poder normativo relativo à utilização da infra-estrutura de transporte ferroviário, observado o disposto no art. 82.

III - Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária:

a) administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infra-estrutura rodoviária;

b) gerenciar a revisão de projetos de engenharia na fase de execução de obras;

c) exercer o poder normativo relativo à utilização da infra-estrutura de transporte rodoviário, observado o disposto no art. 82;

IV - Diretoria de Administração e Finanças: planejar, administrar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Organização e Modernização Administrativa, de Recursos Humanos e Serviços Gerais;

V - Diretoria de Planejamento e Pesquisa:

a) planejar, coordenar, supervisionar e executar ações relativas à gestão e à programação de investimentos anual e plurianual para a infra-estrutura do Sistema Federal de Viação;

b) promover pesquisas e estudos nas áreas de engenharia de infra-estrutura de transportes, considerando, inclusive, os aspectos relativos ao meio ambiente; e

c) coordenar o processo de planejamento estratégico do DNIT;

VI - Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária:

a) administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infra-estrutura aquaviária;

b) gerenciar a revisão de projetos de engenharia na fase de execução de obras; e

c) exercer o poder normativo relativo à utilização da infra-estrutura de transporte aquaviário." (NR)

Art. 3º Sem prejuízo de outras atribuições, caberá:

I - ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, observado o disposto no art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001:

a) desenvolver estudos sobre transporte ferroviário ou multimodal envolvendo estradas de ferro;

b) projetar, acompanhar e executar, direta ou indiretamente, obras relativas a transporte ferroviário ou multimodal, envolvendo estradas de ferro do Sistema Federal de Viação, excetuadas aquelas relacionadas com os arrendamentos já existentes;

c) exercer o controle patrimonial e contábil dos bens operacionais, sobre os quais será exercida a fiscalização, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme disposto no inciso II, bem como dos bens não-operacionais que lhe forem transferidos;

d) implementar medidas necessárias à destinação dos ativos operacionais devolvidos pelas concessionárias, na forma prevista nos contratos de arrendamento;

contratos de arrendamento;

f) implementar as medidas necessárias ao cumprimento dos Termos de Ajuste de Conduta - TAC, celebrados entre a RFFSA e o Ministério Público;

g) estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e execução de obras viárias, relativas às estradas de ferro do Sistema Federal de Viação;

h) aprovar projetos de engenharia cuja execução modifique a estrutura do Sistema Federal de Viação, observado o disposto no inciso IX do art. 24 da Lei nº 10.233, de 2001; e

i) gerenciar, diretamente ou por meio de convênio de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção, ampliação de capacidade e melhoria de segurança, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados no Orçamento Geral da União, nas malhas ferroviárias oriundas da extinta RFFSA; e

II - à ANTT gerir os contratos de arrendamento das malhas ferroviárias firmados pela RFFSA, fiscalizar os bens operacionais vinculados a esses contratos, observado o disposto na alínea "c" do inciso I e no parágrafo único deste artigo, bem como atestar o estado de conservação dos ativos operacionais arrendados no momento da devolução dos bens pelas concessionárias.

Parágrafo único. O DNIT e a ANTT celebrarão, obrigatoriamente, instrumento para execução das atribuições de que trata a alínea "c" do inciso I, cabendo à ANTT a responsabilidade concorrente pela execução do controle patrimonial e contábil dos bens operacionais recebidos pelo DNIT, vinculados aos contratos de arrendamentos referidos no inciso II.

Art. 4º Fica encerrado o processo de liquidação e extinta a Rede Ferroviária Federal S. A. - RFFSA, sociedade de economia mista, instituída com base na autorização contida na Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957.

Parágrafo único. Ficam encerrados os mandatos dos Liquidantes e dos membros do Conselho Fiscal da extinta RFFSA.

Art. 5º Na data de publicação desta Medida Provisória:

I - a União sucederá a extinta RFFSA nos direitos, obrigações e ações judiciais em que esta seja autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada, ressalvadas as ações de que trata o inciso II do caput do art. 20; e

II - os bens imóveis da extinta RFFSA ficam transferidos para a União, ressalvado o disposto no inciso I do art. 11.

Parágrafo único. Os advogados ou escritórios de advocacia que representavam judicialmente a extinta RFFSA deverão, imediatamente, sob pena de responsabilização pessoal pelos eventuais prejuízos que a União sofrer, em relação às ações a que se refere o inciso I do caput:

I - peticionar em juízo, comunicando a extinção da RFFSA e requerendo que todas as citações e intimações passem a ser dirigidas à Advocacia-Geral da União; e

II - repassar às unidades da Advocacia-Geral da União as respectivas informações e documentos.

Art. 6º Aos acionistas minoritários fica assegurado o direito ao recebimento do valor de suas participações acionárias na extinta RFFSA, calculado com base no valor de cada ação, segundo o montante do patrimônio líquido registrado no balanço patrimonial apurado na data de publicação desta Medida Provisória, atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, do mês anterior à data do pagamento, acrescido de juros de seis por cento ao ano, calculados pro rata die.

Parágrafo único. Fica a União autorizada a utilizar bens não-operacionais oriundos da extinta RFFSA para promover a quitação da participação dos acionistas minoritários, mediante dação em pagamento.

Art. 7º Os bens, direitos e obrigações da extinta RFFSA serão inventariados em processo, que se realizará sob a coordenação e supervisão do Ministério dos Transportes.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disporá sobre a estrutura e o prazo de duração do processo de inventariança, bem como sobre as atribuições do Inventariante.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC, de natureza

I - participações dos acionistas minoritários da extinta RFFSA, na forma prevista no caput do art. 6º;

II - despesas decorrentes de condenações judiciais que imponham ônus à Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, na condição de sucessora trabalhista, por força do disposto no inciso I do caput do art. 20, relativamente aos passivos originados até a data da publicação desta Medida Provisória;

III - despesas decorrentes de eventuais levantamentos de gravames judiciais, existentes até a data de publicação desta Medida Provisória, incidentes sobre bens oriundos da extinta RFFSA, imprescindíveis à administração pública; e

IV - despesas relativas à regularização, administração, avaliação e venda dos imóveis não-operacionais mencionados no inciso II do art. 9º.

§ 1º Ato do Ministro de Estado da Fazenda disciplinará o funcionamento do FC.

§ 2º Os pagamentos com recursos do FC, decorrentes de obrigações previstas no inciso II, ocorrerão exclusivamente mediante solicitação do GEIPOT dirigida ao agente operador do FC, acompanhada da respectiva decisão judicial.

Art. 9º O FC será constituído de:

I - recursos oriundos de emissão de títulos do Tesouro Nacional, até o valor de face total de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com características a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda;

II - recursos do Tesouro Nacional, provenientes da emissão de títulos, em valores equivalentes ao produto da venda de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, até o limite de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);

III - recebíveis até o valor de R$ 2.444.800.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais), oriundos dos contratos de arrendamentos de malhas ferroviárias, contabilizados nos ativos da extinta RFFSA, não adquiridos pelo Tesouro Nacional com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001;

IV - resultado das aplicações financeiras dos recursos do FC; e

V - outras receitas previstas em lei orçamentária.

§ 1º O Poder Executivo designará a instituição financeira federal que atuará como agente operador do FC, à qual caberá administrar, regularizar, avaliar e vender os imóveis referidos no inciso II, observados os procedimentos indicados nos arts. 13 e 14, afastado o disposto no art. 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

§ 2º Ato da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicará os imóveis a serem vendidos objetivando a integralização dos recursos destinados ao FC, afastada a aplicação do art. 23 da Lei nº 9.636, de 15 de 1998

§ 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar o Inventariante a transferir diretamente, ao agente operador do FC, os imóveis referidos no inciso II.

§ 4º Assegurada a integralização do limite estabelecido no inciso II, os imóveis excedentes à composição do FC serão destinados na forma da legislação que dispõe sobre o patrimônio da União.

§ 5º Efetuados os pagamentos das despesas de que trata o art. 8º, os ativos financeiros remanescentes do FC reverterão ao Tesouro Nacional.

Art. 10. Fica a União autorizada a emitir, sob a forma de colocação direta, ao par, os títulos que constituirão os recursos do FC, até os montantes referidos nos incisos I e II do art. 9º, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. Os títulos referidos neste artigo poderão ser resgatados antecipadamente, ao par, a critério do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 11. Ficam transferidos ao DNIT:

I - a propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais da extinta RFFSA;

II - os bens móveis não-operacionais utilizados pela Administração Geral e Escritórios Regionais da extinta RFFSA, ressalvados aqueles necessários às atividades da Inventariança; e

III - os demais bens móveis não-operacionais, incluindo trilhos, material rodante, peças, partes e componentes, almoxarifados e sucatas, que não tenham sido destinados a outros fins, com base nos demais dispositivos desta Medida Provisória.

Art. 12. Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

Art. 13. A União, por intermédio do agente operador do FC, promoverá a venda dos imóveis referidos no inciso II do art. 9º, mediante leilão ou concorrência pública, independentemente do valor, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e observadas as seguintes condições:

I - apresentação de propostas ou lances específicos para cada imóvel;

II - no caso de concorrência, caução no valor correspondente a cinco por cento do valor de avaliação do imóvel;

III - no caso de leilão público, o arrematante pagará sinal correspondente a, no mínimo, vinte por cento do valor da arrematação, complementando o preço no prazo e nas condições previstas em edital, sob pena de perder, em favor da União, o valor do correspondente sinal; e

IV - realização do leilão público por leiloeiro oficial.

§ 1º No caso de leilão público, a comissão do leiloeiro será de até cinco por cento do valor da arrematação, e será paga pelo arrematante, diretamente ao leiloeiro, conforme condições definidas em edital.

§ 2º Aos ocupantes dos imóveis referidos no inciso II do art. 9º é assegurado o direito de preferência à compra, pelo preço e nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, desde que manifestem seu interesse no prazo de até quarenta e oito horas, contado da data de publicação do resultado do certame.

§ 3º O ocupante será notificado, por carta ou edital, da data do certame e das condições da venda com antecedência mínima de trinta dias.

§ 4º O produto da venda dos imóveis referidos no inciso II do art. 9º será imediatamente recolhido, pelo agente operador, à conta do Tesouro Nacional, e será integralmente utilizado para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, devendo ser providenciada a emissão de títulos em valor equivalente ao montante recebido para capitalização do FC.

Art. 14. O pagamento do valor dos imóveis referidos no inciso II do art. 9º poderá ser efetuado de forma parcelada, observadas as condições estabelecidas no art. 27 da Lei nº 9.636, de 1998, e, ainda:

I - entrada mínima de vinte por cento do preço total de venda do imóvel, a título de sinal e princípio de pagamento;

II - prazo máximo de sessenta meses; e

III - garantia mediante alienação fiduciária do imóvel objeto da venda.

Art. 15. Aos empregados ativos, inativos e pensionistas da extinta RFFSA ou seus sucessores, conforme previsto em lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento, que sejam ocupantes dos imóveis não-operacionais residenciais da extinta RFFSA, é assegurado o direito de preferência na sua compra, pelo preço e nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, desde que manifestem seu interesse no prazo de até quarenta e oito horas, contado da data de publicação do resultado do certame.

Parágrafo único. O ocupante será notificado, por carta ou edital, da data do certame e das condições da venda com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 16. Aos ocupantes de baixa renda de imóveis não-operacionais é assegurado o direito de preferência na aquisição de terreno, nos termos da Lei nº 9.636, de 1998, e do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, após os procedimentos necessários de regularização fundiária, na forma do regulamento, afastada a aplicação do art. 23 da Lei nº 9.636, de 1998.

Art. 17. Os imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, excetuados os referidos no inciso II do art. 9º, poderão ser alienados diretamente a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades públicas que tenham por objeto provisão habitacional, bem como ser utilizados em Fundos de Investimentos Imobiliários - FII, previstos na Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, quando destinados a programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, sistemas de circulação e transporte, regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, afastada a aplicação do art. 23 da Lei nº 9.636, de 1998..

Art. 18. O agente operador do FC representará a União na celebração dos contratos de compra e venda dos imóveis de que trata o inciso II do art. 9º, efetuando a cobrança administrativa e recebendo o produto da venda.

Parágrafo único. O agente operador do FC encaminhará à Advocacia-Geral da União as informações e os documentos necessários a eventual cobrança judicial do produto da venda dos imóveis, bem como à defesa dos interesses da União.

Art. 19. Na alienação dos imóveis referidos nos arts. 15, 16 e 17, os contratos celebrados mediante instrumento particular terão força de escritura pública.

Art. 20. Ficam transferidos ao GEIPOT:

I - os contratos de trabalho dos empregados ativos integrantes do quadro de pessoal próprio da extinta RFFSA, que não estejam em gozo de proventos de aposentadoria pagos pela Previdência Social, ficando alocados em quadro de pessoal em extinção; e

II - as ações judiciais relativas aos empregados a que se refere o inciso I do caput em que a extinta RFFSA seja autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada.

§ 1º A transferência de que trata o inciso I do caput dar-se-á por sucessão trabalhista e não caracterizará rescisão contratual, preservados aos empregados os direitos garantidos pela Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, e pela Lei nº 10.478, de 28 de junho de 2002.

§ 2º Os empregados transferidos na forma do disposto no inciso I do caput terão seus valores remuneratórios inalterados no ato da sucessão e seu desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários da extinta RFFSA, não se comunicando, em qualquer hipótese, com o plano de cargos e salários do GEIPOT.

§ 3º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica extinto o emprego por ele ocupado.

§ 4º Os empregados de que trata inciso I do caput, excetuados aqueles que se encontram cedidos para outros órgãos ou entidades da administração pública, ficarão à disposição da Inventariança, enquanto necessários para a realização dos trabalhos ou até que o Inventariante decida pelo seu retorno ao GEIPOT.

§ 5º Os empregados de que trata o inciso I do caput poderão ser cedidos para prestar serviço na Advocacia-Geral da União, na Secretaria do Patrimônio da União e na Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Ministério dos Transportes, inclusive no DNIT, na ANTT e na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e no IPHAN, independentemente de designação para o exercício de cargo comissionado, sem ônus para o cessionário, desde que seja para o exercício das atividades que foram transferidas para aqueles órgãos e entidades por esta Medida Provisória, ouvido previamente o Inventariante.

§ 6º Os advogados ou escritórios de advocacia que representavam judicialmente a extinta RFFSA nas ações a que se refere o inciso II do caput deverão, imediatamente, sob pena de responsabilização pessoal pelos eventuais prejuízos causados:

I - peticionar em juízo, comunicando a extinção da RFFSA e a transferência dos contratos de trabalho para o GEIPOT, requerendo que todas as citações e intimações passem a ser dirigidas a esta empresa; e

II - repassar ao GEIPOT as respectivas informações e documentos sobre as ações de que trata o inciso II do caput.

§ 7º O Liquidante do GEIPOT poderá manter os contratos de trabalho dos empregados do quadro próprio que forem considerados imprescindíveis ao desenvolvimento das suas atividades de liquidação, às atividades de inventariança da extinta RFFSA, às atividades de reestruturação do setor de transportes absorvidas por outros órgãos e entidades no âmbito da administração pública federal, na forma da Lei nº 10.233, de 2001, bem como às atividades previstas no art. 2º da Lei nº 5.908, de 20 de agosto de 1973, cuja execução, a critério do referido Liquidante, ainda se fizer necessária.

Art. 21. Fica o GEIPOT autorizado a atuar como patrocinador dos planos de benefícios administrados pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, na condição de sucessor trabalhista da extinta RFFSA, em relação aos

empregados referidos no inciso I do caput do art. 20, observada a exigência de paridade entre as contribuições da patrocinadora e do participante.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se unicamente aos empregados transferidos na forma do inciso I do caput do art. 20, cujo conjunto constituirá massa fechada.

Art. 22. A União, por intermédio do Ministério dos Transportes, disponibilizará ao GEIPOT os recursos orçamentários e financeiros necessários ao custeio dos dispêndios decorrentes do disposto no inciso I do caput do art. 20 e no art. 21.

Art. 23. As atribuições referentes à aprovação das demonstrações contábeis e financeiras do balanço de extinção, segundo o disposto no art. 6º, conferidas por lei ou pelo estatuto da extinta RFFSA à assembléia geral de acionistas, serão exercidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 24. A União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poderá formalizar termos de entrega provisórios de bens imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, excetuados aqueles destinados ao FC, aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, promovendo a sua substituição por instrumentos definitivos na forma do regulamento.

Art. 25. Para os fins desta Medida Provisória, consideram-se bens operacionais os bens móveis e imóveis vinculados aos contratos de arrendamentos celebrados pela extinta RFFSA.

Art. 26. Fica a União autorizada, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, a pactuar com devedores e credores da extinta RFFSA a compensação de créditos recíprocos vencidos de natureza não-tributária.

Art. 27. Fica o Poder Executivo, por intermédio da ANTT, autorizado a reestruturar a concessão da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública controlada pela União, podendo redefinir os trechos ferroviários concedidos, e a alterar os direitos e obrigações.

Art. 28. Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS: um DAS-6; nove DAS-5; vinte e cinco DAS-4; trinta DAS-3; trinta e seis DAS-2; e cinqüenta e seis DAS-1.

§ 1º Os cargos em comissão destinados às atividades de inventariança não integrarão a estrutura regimental do Ministério dos Transportes, devendo constar nos atos de nomeação seu caráter de transitoriedade.

§ 2º À medida que forem concluídas as atividades de inventariança, os cargos em comissão referidos no § 1º serão restituídos à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo prioritariamente utilizados na reestruturação do DNIT.

§ 3º Os demais cargos integrarão a estrutura regimental dos órgãos para os quais forem distribuídos.

§ 4º Ato do Poder Executivo estabelecerá a distribuição dos cargos em comissão criados por esta Medida Provisória.

Art. 29. O DNIT poderá solicitar a cessão de empregados dos Quadros de Pessoal do GEIPOT e das Companhias Docas controladas pela União, lotados nas Administrações Hidroviárias e no Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - INPH, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 30. Os arts. 15, 19 e 25 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 15. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais - GDARM, devida aos ocupantes dos cargos das carreiras referidas nos incisos I e III do art. 1º desta Lei, e a Gratificação de Desempenho de Atividades de Produção Mineral - GDAPM, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM ocupantes dos cargos de nível superior de Economista, Engenheiro, Geógrafo, Geólogo, Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza e Químico e de nível intermediário de Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais.
>
> ....." (NR)
>
> "Art. 19. .....

I - no caso da GDARM, 20% (vinte por cento) incidentes sobre o vencimento básico do servidor integrante das carreiras a que se referem os incisos I e III do art. 1º desta Lei; e

....." (NR)

"Art. 25. O titular de cargo de provimento efetivo das carreiras de que trata o art. 1º ou do Plano Especial de Cargos do DNPM referido no art. 3º não faz jus à percepção das seguintes gratificações:

....." (NR)

Art. 31. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se o § 6º do art 2º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, os arts. 85, 114-A e 115 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o art. 1º da Medida Provisória nº 2.161-35, de 23 de agosto de 2001, na parte referente ao § 6º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, bem assim os arts.1º, na parte referente aos arts. 114-A e 115 da Lei nº 10.233, de 2001, e 3º, ambos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Brasília, 6 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Alfredo Nascimento
Paulo Bernado Silva
Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 7.4.2005 e retificado no DOU de 8.4.2005

ATO DE 21 DE JUNHO DE 2005

O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada no dia 21 de junho de 2005, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 246, de 06 de abril de 2005, que "Dispõe sobre a reestruturação do setor ferroviário e o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A., altera dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e dá outras providências".

Deputado **SEVERINO CAVALCANTI**

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.3.2005

DECRETO Nº 5.412 DE 6 DE ABRIL DE 2005.

Regulamenta a Medida Provisória nº 246, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre a reestruturação do setor ferroviário e o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 246, de 6 de abril de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Compete ao Ministério dos Transportes a coordenação e a supervisão dos procedimentos administrativos relativos à Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

Art. 2º As atividades da Inventariança serão conduzidas por Inventariante indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes, para ocupar cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, DAS 101.6.

Parágrafo único. O assessoramento jurídico necessário aos atos relativos ao processo de inventariança será prestado pela Advocacia-Geral da União, conforme dispuser o Advogado-Geral da União em ato próprio.

Art. 3º Constituem atribuições do Inventariante:

I - representar a União, na qualidade de sucessora da extinta RFFSA, nos atos administrativos necessários à Inventariança, podendo também celebrar, prorrogar e rescindir contratos administrativos, convênios e outros instrumentos, quando houver interesse da administração;

II - praticar atos de gestão patrimonial, contábil, financeira e administrativa, inclusive de pessoal;

III - elaborar e publicar o balanço patrimonial de extinção da RFFSA referente à data de publicação da Medida Provisória nº 246, de 2005;

IV - apurar os direitos e obrigações, assim como relacionar documentos, livros contábeis, contratos e convênios da extinta RFFSA, dando-lhes as destinações previstas neste Decreto;

V - identificar, localizar e relacionar os bens móveis e imóveis, dando-lhes as destinações previstas em lei, podendo, para tanto, designar comissões específicas;

VI - encaminhar, de imediato, à Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a documentação disponível de titularidade dos imóveis referidos no § 2º do art. 9º da Medida Provisória nº 246, de 2005, para análise prévia, elaboração do ato formal de indicação e remessa ao agente operador do Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC;

VII - providenciar o tratamento dos acervos técnicos, bibliográficos, documentais e de pessoal, observadas as normas específicas, transferindo-os, mediante termo próprio, ao Arquivo Nacional ou aos órgãos e entidades que tiverem absorvido as correspondentes atribuições da extinta RFFSA;

VIII - providenciar a regularização contábil dos atos administrativos pendentes, inclusive a análise das prestações de contas dos convênios e instrumentos similares da extinta RFFSA, podendo, para tanto, designar comissões específicas;

IX - submeter ao Ministro de Estado dos Transportes proposta com vistas à nomeação de ocupantes de cargos em comissão na Inventariança;

adotar os procedimentos necessários para a conclusão e o acompanhamento dos processos em andamento, encaminhando à autoridade competente os respectivos relatórios conclusivos;

XI - encaminhar ao Ministro de Estado dos Transportes relatórios trimestrais sobre o andamento das atividades, atualizando em cada relatório o cronograma de atividades básicas em andamento, bem como relatório final quando da conclusão do processo de inventariança;

XII - adotar as medidas necessárias para viabilizar o cumprimento do disposto na Lei nº 8.693, de 3 de agosto de 1993;

XIII - realizar os encontros de contas com as empresas devedoras ou credoras da extinta RFFSA, observado o disposto na alínea "b" do inciso II do art. 5º;

XIV - transferir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT o acervo documental relativo aos bens de que trata o art. 11 da Medida Provisória nº 246, de 2005;

XV - dar prosseguimento, durante o processo de inventariança, ao pagamento das obrigações decorrentes de acordos administrativos e judiciais firmados pela extinta RFFSA;

XVI - transferir para a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o acervo documental e os registros funcionais de empregados aposentados e pensionistas de que trata o art. 118 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XVII - transferir para a Secretaria do Patrimônio da União a documentação e as informações disponíveis referentes aos imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA;

XVIII - adotar as providências decorrentes da rescisão dos contratos de prestação de serviços advocatícios;

XIX - rescindir os contratos de prestação de serviços que tenham por objeto a venda de bens móveis e imóveis da extinta RFFSA;

XX - rescindir os contratos de trabalho formalizados com base no disposto no § 3º do art. 3º do Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999, bem como apurar e liquidar as obrigações deles decorrentes;

XXI - informar à Chefia do Gabinete do Advogado-Geral da União quando da efetivação das transferências para as unidades descentralizadas daquele órgão dos acervos documentais relativos aos processos judiciais de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 246, de 2005;

XXII - indicar, quando solicitado pela Advocacia-Geral da União ou pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, os prepostos e testemunhas que tenham conhecimento do fato objeto da ação judicial;

XXIII - dar continuidade à elaboração da folha de pagamento do pessoal ativo, bem como aos procedimentos operacionais no que diz respeito à apuração da parcela sob encargo da União relativamente aos proventos de inatividade de que trata o inciso II do art. 118 da Lei nº 10.233, de 2001, até que o GEIPOT e a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tenham concluído os trabalhos de absorção dessas atividades em sistemas informatizados;

XXIV - transferir para o GEIPOT a documentação referente aos contratos de trabalho dos empregados mencionados no inciso I do art. 20 da Medida Provisória nº 246, de 2005;

XXV - fornecer à Advocacia-Geral da União e ao GEIPOT os elementos necessários à defesa judicial dos seus interesses;

XXVI - liquidar as demais obrigações contratuais cujo valor não ultrapasse R$ 250.000,00 (duzentos de cinqüenta mil reais) e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda os processos relativos às obrigações com valor superior;

XXVII - adotar medidas visando promover as adaptações necessárias no Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF, em decorrência da extinção da RFFSA;

XXVIII - elaborar proposta de estrutura organizacional de funcionamento das unidades regionais da Inventariança e submeter à aprovação do Ministério dos Transportes;

XXIX - promover, em conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e

XXX - dar prosseguimento ao pagamento das obrigações da extinta RFFSA junto à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, referentes às contribuições dos empregados já desligados em virtude de adesão a planos de incentivo ao desligamento voluntário, nos quais a extinta RFFSA obrigou-se a mantê-los na condição de participantes ativos, pelo prazo pactuado;

XXXI - proceder ao encerramento dos registros da extinta RFFSA junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais; e

XXXII - desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas pelo Ministério dos Transportes.

Parágrafo único. O Inventariante poderá delegar atribuições contidas neste artigo.

Art. 4º Os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS criados pelo art. 28 da Medida Provisória nº 246, de 2005, ficam assim distribuídos:

I - no Ministério dos Transportes, para exercício na Inventariança: um DAS 101.6, para o cargo de Inventariante, quatro assessores diretos, DAS 102.5, a serem indicados, respectivamente, pelos titulares dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e dos Transportes e da Advocacia-Geral da União, bem como sete DAS 101.4, dezesseis DAS 101.3, treze DAS 101.2 e vinte e quatro DAS 101.1;

II - na Advocacia-Geral da União, para o desempenho das atividades decorrentes do disposto no inciso I do art. 5º da Medida Provisória nº 246, de 2005: um DAS 101.5, um DAS 101.4, três DAS 101.3 e quinze DAS 101.2;

III - no DNIT, para o cumprimento das atividades decorrentes do disposto no inciso I do art. 3º da Medida Provisória nº 246. de 2005: dois DAS 101.5, onze DAS 101.4, quatro DAS 101.3, dois DAS 101.2, dois DAS 102.2, treze DAS 101.1 e três DAS 102.1;

IV - no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a realização das atividades decorrentes do disposto no art. 118 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como de outras relativas à incorporação ao patrimônio da União de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA: dois DAS 101.5, seis DAS 101.4, sete DAS 101.3, quatro DAS 101.2 e dezesseis DAS 101.1.

Art. 5º Durante o processo de inventariança serão transferidos:

I - à Advocacia-Geral da União, na qualidade de representante judicial da União, à medida que forem requisitados, os arquivos e acervos documentais relativos às ações judiciais, em que a extinta RFFSA seja autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada, que estejam tramitando em qualquer instância, inclusive aquelas em fase de execução, ressalvado o disposto no inciso II do art. 20 da Medida Provisória nº 246, de 2005;

II - à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda:

a) as obrigações financeiras decorrentes de financiamentos contraídos pela extinta RFFSA com instituições nacionais e internacionais;

b) os haveres financeiros e demais créditos da extinta RFFSA perante terceiros;

c) as obrigações decorrentes de tributos; e

d) as obrigações contratuais com valores superiores a R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais);

III - à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) a documentação e as informações sobre os bens imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA transferidos à União; e

b) a base de dados cadastrais dos imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA transferidos à União, para fins de inclusão no sistema informatizado da Secretaria do Patrimônio da União;

IV - ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN:

b) os convênios firmados com entidades de direito público ou privado que tenham por objeto à exploração e administração de museus ferroviários e de outros bens de interesse artístico, histórico e cultural;

V - ao DNIT:

a) a propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais da extinta RFFSA;

b) os bens móveis não-operacionais utilizados pela Administração Geral e Escritórios Regionais, ressalvados aqueles necessários às atividades da Inventariança;

c) os demais bens móveis não-operacionais, incluindo trilhos, material rodante, peças, partes e componentes, almoxarifados e sucatas, que não tenham sido destinados a outros fins, considerando o disposto na Medida Provisória nº 246, de 2005;

d) o acervo documental e sistemas informatizados referentes às alíneas "a", "b" e "c" deste inciso, mediante termo específico a ser firmado com a Inventariança, dando ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, por força do disposto no parágrafo único do art. 3º da Medida Provisória nº 246, de 2005; e

e) as informações e documentos referentes aos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), celebrados entre a extinta RFFSA e o Ministério Público;

VI - ao GEIPOT:

a) os contratos de trabalho dos empregados ativos do quadro próprio da extinta RFFSA, na forma do disposto no inciso I do caput do art. 20 da Medida Provisória nº 246, de 2005, bem como os documentos necessários à gestão da respectiva folha de pagamento;

b) as informações e os documentos referentes às ações judiciais referidas no inciso II do caput do art. 20 da Medida Provisória nº 246, de 2005; e

c) o acervo documental e demais informações referentes ao patrocínio da REFER, nos termos do art. 21 da Medida Provisória nº 246, de 2005;

VII - à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a responsabilidade pela gestão da complementação de aposentadoria instituída pela Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, e pela Lei nº 10.478, de 28 de junho de 2002, bem como os respectivos acervos documentais, em consonância com o disposto no art. 118 da Lei nº 10.233, de 2001;

VIII - à ANTT, os contratos de arrendamento e demais informações necessárias às atividades de gestão dos referidos contratos, mediante termo específico a ser firmado com a Inventariança, dando ciência ao DNIT, por força do disposto no parágrafo único do art. 3º da Medida Provisória nº 246, de 2005.

Art. 6º O termo de entrega provisório previsto no art. 24 da Medida Provisória nº 246, de 2005, será formalizado quando houver urgência na entrega, em razão da necessidade de proteção ou manutenção do imóvel, regularização dominial ou interesse público.

§ 1º A formalização referida no caput far-se-á com base em ato fundamentado da autoridade competente, e o instrumento deverá conter cláusula resolutiva para o caso de necessidade ou interesse público superveniente.

§ 2º Após a celebração do termo de entrega provisório, a Secretaria do Patrimônio da União adotará as providências necessárias à substituição por instrumento definitivo.

§ 3º Fica autorizada a substituição dos contratos de utilização de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, celebrados com órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, por termos de entrega ou contratos de cessão de uso, mantendo-se as condições originalmente pactuadas.

§ 4º Fica autorizada a substituição dos contratos de utilização de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, celebrados com particulares, por contratos de cessão de uso, mantendo-se as condições originalmente pactuadas, quando não colidirem com os interesses da União ou com as normas vigentes.

operacionais de que trata este Decreto, excetuando os aqueles previstos no § 2º do art. 8º da Medida Provisória nº 246, de 2005, podendo, para tanto, celebrar contrato de prestação de serviços técnicos especializados.

Art. 7º O IPHAN deverá solicitar à Secretaria do Patrimônio da União a cessão de uso dos imóveis que forem de seu interesse, para o cumprimento do disposto no art. 12 da Medida Provisória nº 246, de 2005.

Parágrafo único. O IPHAN poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado para exploração e administração de bens imóveis de valor artístico, histórico e cultural, com o objetivo de perpetuar a memória ferroviária e contribuir para o desenvolvimento da cultura e do turismo.

Art. 8º Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional receber e dar quitação das parcelas oriundas dos contratos de arrendamento firmados pela extinta RFFSA, e informar à ANTT eventuais inadimplências.

Parágrafo único. No caso dos pagamentos relativos às parcelas de arrendamentos referidas no inciso III do art. 9º da Medida Provisória nº 246, de 2005, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará a transferência dos respectivos valores ao FC e dará conhecimento ao agente operador.

Art. 9º Os processos relativos ao reconhecimento de dívidas oriundas da extinta RFFSA serão obrigatoriamente instruídos com:

I - declaração expressa do Inventariante quanto à certeza, liquidez e exatidão das obrigações; e

II - origem ou cópia autenticada da documentação comprobatória da dívida; e

III - manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, sobre a regularidade das contratações e a exatidão dos valores devidos, quando o montante for superior a R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais).

Art. 10. Ato do Ministro de Estado da Fazenda disciplinará o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC, de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 246, de 2005.

§ 1º A Caixa Econômica Federal fica designada agente operador do FC, e será responsável pela elaboração do seu regulamento, que conterá as normas e os procedimentos para o seu funcionamento.

§ 2º As disponibilidades financeiras do FC serão depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3º A remuneração da Caixa Econômica Federal pela prestação dos serviços relativos à operacionalização do FC será definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º A Caixa Econômica Federal prestará contas trimestralmente ao Ministério da Fazenda das operações realizadas sob sua responsabilidade.

Art. 11. As despesas com regularização, administração, avaliação e venda dos imóveis de que trata o inciso IV do art. 8º da Medida Provisória nº 246, de 2005, correrão à conta do FC.

§ 1º A Caixa Econômica Federal disponibilizará pessoal capacitado e suficiente para a pronta conclusão das regularizações, avaliações e vendas referidas no caput.

§ 2º A Caixa Econômica Federal procederá à regularização dos títulos dominiais dos imóveis vinculados ao FC, perante os órgãos administrativos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais, Cartórios de Notas e Cartórios de Registro de Imóveis, mantendo a Secretaria do Patrimônio da União informada sobre o andamento dos trabalhos.

Art. 12. Os pagamentos a cargo do FC serão realizados exclusivamente por solicitações encaminhadas à Caixa Econômica Federal, por intermédio:

I - do GEIPOT, nos casos previstos no inciso II do art. 8º da Medida Provisória nº 246, de 2005, acompanhada da respectiva decisão judicial; e

II - da Advocacia-Geral da União, nos casos previstos no inciso III do art. 8º da Medida Provisória nº 246, de 2005,

Parágrafo único. As demais hipóteses de pagamento serão disciplinadas no regulamento do FC.

Art. 13. O prazo para a conclusão dos trabalhos de inventariança será de um ano, contado da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado, a critério do Ministro de Estado dos Transportes, mediante proposta do Inventariante.

Art. 14. A Secretaria do Patrimônio da União, os Ministérios das Cidades e dos Transportes, a Caixa Econômica Federal e o IPHAN, por intermédio do Grupo de Trabalho instituído em 30 de junho de 2004, analisarão as demandas de que tratam os arts. 16 e 17 da Medida Provisória nº 246, de 2005, para operacionalização da alienação e regularização dos imóveis não-operacionais, com observância ao disposto no Convênio celebrado em 11 de maio de 2004 e seus termos aditivos.

Art. 15. Em todos os atos ou operações, o Inventariante deverá usar a denominação "Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA".

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Alfredo Nascimento
Paulo Bernardo Silva
Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 7.4.2005 e retificado no DOU de 8.4.2005

SIGG Sistema Informatizado de Legislação da Gestão Administrativa

DECRETO N° 21.170, DE 05 DE MAIO DE 2000
DODF DE 09.05.2000
(VIDE - Decreto nº 22.670, de 11 de janeiro de 2002)
(VIDE - Decreto n° 22.488, de 18 de outubro de 2001)
(VIDE - Decreto n° 22.318, de 10 de agosto de 2001)
(VIDE - Decreto n° 22.217, de 21 de junho de 2001)
(VIDE - Decreto n° 22.202, de 11 de junho de 2001)
(VIDE - Decreto n° 22.073, de 11 de abril de 2001)
(VIDE – Decreto nº 21.915, de 19 de janeiro de 2001)
(VIDE - Decreto n° 24.380, de 22 de janeiro de 2004)
(VIDE - Decreto n° 24.392, de 27 de janeiro de 2004)
(VIDE - Decreto nº 25.302, de 08 de novembro de 2004)
(VIDE - Decreto nº 25.668 de 11 de março de 2005)

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o inciso III, do § 3°, art. 3°, da Lei n° 2.299, de 21 de janeiro de 1999, e,

CONSIDERANDO a necessidade de melhor adequar as exigências modernas às estruturas dos órgãos que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal, mediante a redução dos custos administrativos; eliminação das superposições de competências; extinção de órgãos que não sejam responsáveis pela execução de atividades próprias de Estado; definição de estruturas otimizadas para os órgãos e entidades governamentais, com poucos níveis hierárquicos; descentralização dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão; e modernização da base tecnológica;

CONSIDERANDO os estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, especialmente contratada para esse fim, nos termos do processo n° 030.001.352/00; decreta:

TÍTULO I
ESTRUTURA BÁSICA

Art. 1° A estrutura básica da Administração do Distrito Federal obedecerá às disposições deste Decreto:

CAPÍTULO I
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 2° São órgãos da Administração Direta:

GABINETE DO GOVERNADOR

I - Assessoria Especial;

II - Assessoria Parlamentar;

III - Casa Militar;

IV - Cerimonial;

V - Chefia de Gabinete;

VI - Consultoria Jurídica;

VII - Secretaria Particular;

VIII - Superintendência das Administrações Regionais;

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
(Vide: Decreto nº 21.921, de 22 de janeiro de 2001)

IX - Ouvidoria-Geral do Distrito Federal;

ÓRGÃOS DO GRUPO ESTRATÉGICO

X - Secretaria de Estado de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno;

XI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;

XII - Secretaria de Estado de Governo;

ÓRGÃOS DO GRUPO DE SUPORTE GOVERNAMENTAL

XIII - Secretaria de Estado de Comunicação Social;

XIV - Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;

XV - Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;

ÓRGÃOS DO GRUPO DE INFRA-ESTRUTURA

~~XVI - Secretária de Agricultura e Abastecimento~~

XVI - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

(ALTERADO - Decreto nº 22.386, de 10 de setembro de 2001)

XVII - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras;

XVIII - Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos;

XIX – Secretaria de Estado de Transportes

(INSERIDO - Decreto n.º 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

ÓRGÃOS DO GRUPO DE BEM-ESTAR SOCIAL

~~XIX - Secretaria de Estado de Ação Social;~~

XX - Secretaria de Estado de Ação Social;

(RENUMERADO - Decreto n.º 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XX - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários;~~

XXI - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários;

(RENUMERADO - Decreto n.º 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XXI - Secretaria de Estado de Cultura;~~

XXII - Secretaria de Estado de Cultura;

(RENUMERADO - Decreto n.º 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XII - Secretaria de Estado de Educação;~~

XXIII - Secretaria de Estado de Educação;

(RENUMERADO - Decreto n.º 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XXIII - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;~~

XXIV - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;

(RENUMERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XXIV - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;~~

XXV - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

(RENUMERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XXV - Secretaria de Estado de Saúde;~~

XXVI - Secretaria de Estado de Saúde;

(RENUMERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XXVI - Secretaria de Estado de Segurança Pública;~~

XXVII - Secretaria de Estado de Segurança Pública;

(RENUMERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~XXVII - Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade~~;

XXVIII - Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade
(VIDE - Decreto nº 21.920, de 22 de janeiro de 2001)

(RENUMERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA JURÍDICO

XXVIII - Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

ÓRGÃOS DO GRUPO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

XXIX - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

XXX - Policia Civil do Distrito Federal;

XXXI - Polícia Militar do Distrito Federal.

Parágrafo único. Integram, ainda, a estrutura básica da Administração do Distrito Federal, as Administrações Regionais.

Art. 3° Ficam alteradas as denominações dos seguintes órgãos:

I - Subsecretaria de Coordenação. das Administrações Regionais para Superintendência das Administrações Regionais;

II - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para Secretaria de Estado de I Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;

III - Secretaria de Estado de Administração para Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;

IV - Secretaria de Estado de Fazenda para Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;

~~V - Secretária de Agricultura e Abastecimento~~

V - Secretaria de Estado de Agricultura para Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

(ALTERADO - Decreto nº 22.386, de 10 de setembro de 2001)

VI - Secretaria de Estado de Obras para Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras;

VII - Secretaria de Estado de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia para Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos;

VIII - Secretaria de Estado da Criança e Assistência Social para Secretaria de Estado de Ação Social;

IX - Secretaria de Estado de Esporte e Valorização da Juventude para Secretaria de Estado de Esporte e Lazer,

X - Secretaria de Estado de Solidariedade para Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade. (Vide: Decreto nº 21.694, de 09 de novembro de 2000)

Art. 4° Ficam transformados os seguintes órgãos, e remanejados os saldos das dotações orçamentárias e os patrimônios:

I - Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais para Superintendência das Administrações Regionais;

II - Secretaria de Estado de Assuntos Sindicais para Subsecretaria de Assuntos Sindicais da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;

III - Secretaria de Estado de Planejamento para Subsecretaria de Planejamento da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;

IV - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda para Subsecretaria de Emprego e Renda da e Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade;

V - Secretaria de Estado de Turismo para Subsecretaria de Turismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia.

(VIDE – Decreto nº 21.487, de 5 de setembro de 2000)

Parágrafo único. Nos rernanejamentos dos saldos orçamentários, deverão ser mantidos os projetos, programas, atividades, subprojetos, subprogramas ou subatividades, a respectiva classificação funcional programática, inclusive os títulos descritos, metas e objetivos.

Art. 5° Ficam transformados os seguintes cargos, mantidos os atuais ocupantes:

I - Subsecretário de Coordenação das Administrações Regionais CNE-5 para Superintendente das Administrações Regionais CNE-4;

II - Secretário de Estado de Assuntos Sindicais CNE-3 para Subsecretário de Assuntos Sindicais da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa CNE-5;

III - Secretário de Estado de Planejamento CNE-3 para Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento CNE-5;

IV - Secretário Adjunto de Estado de Trabalho, Emprego e Renda CNE-3 para Subsecretário de Emprego e Renda da Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade CNE-5;

V - Secretário de Estado de Turismo CNE-3 para Subsecretário de Turismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia CNE-5;

VI - Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda CNE-5 para Subsecretário de Assuntos Previdenciários da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa CNE-5;

~~VII - Secretário de Estado de Transportes CNE-3 para Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal CNE-3.~~

(REVOGADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

Parágrafo único. Ao titular do cargo de Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal CNE-3 são assegurados os direitos, vantagens e prerrogativas de Secretário de Estado. (Vide: Decreto nº 22.217, de 21 de junho de 2001)

CAPITULO II
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA AUTARQUIAS

~~Art. 6º São autarquias da Administração do Distrito Federal:~~

Art. 6º São Autarquias da Administração do Distrito Federal:

(ALTERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~I – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal;~~

I – Departamento de Estrada de Rodagem – DER;

(ALTERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~II – Arquivo Público do Distrito Federal;~~

(VIDE - Decreto nº 22.611, de 13 de dezembro de 2001)

II – Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU;

(ALTERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~III – Departamento de Estradas de Rodagem – DER;~~

III – Departamento de Trânsito – DETRAN;

(ALTERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

~~IV – Departamento de Trânsito – DETRAN;~~

IV – Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana – BELACAP

(ALTERADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

V – ~~Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília – SALUB~~

~~Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal – BELACAP~~

(ALTERADO - Decreto nº 21.694, de 09 de novembro de 2000)

(VIDE - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

Parágrafo único. Compete à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal:

a) regular a exploração dos serviços públicos outorgados ao setor privado;

b) assegurar a prestação adequada dos serviços prestados pelos outorgados, assim entendidos aqueles que satisfaçam as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade nas suas tarifas:

c) garantir a harmonia entre os interesses dos usuários e dos concessionários, permissionários, autorizatários, arrendatários e delegatórios dos serviços públicos.

Art. 7° Fica transformado o Serviço de Limpeza Urbana - SLU para Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília - BELACAP.

~~Parágrafo único. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP adotará as providências necessárias para a transferência do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, inclusive seu patrimônio, para o Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília – BELACAP, no prazo de até 30 (trinta) dias.~~

~~(VIDE – Decreto nº 21.247, de 8 de junho de 2000.)~~

(REVOGADO - Decreto n° 24.065, de 16 de setembro de 2003)

~~Art. 8° Fica transformado o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos DMTU em Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal, autarquia sob regime especial, vinculada ao Gabinete do Governador.~~

(REVOGADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

FUNDAÇÕES

Art. 9º São fundações da Administração do Distrito Federal:

I - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP;

II - Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP;

III - Fundação Hemocentro de Brasília;

IV - Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

Art. 10. Serão extintas as seguintes Fundações:

I - Fundação Educacional do Distrito Federal;

(VIDE - Decreto nº 21.396, de 31 de julho de 2000.)

II - Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

(VIDE – Decreto nº 21.478, de 31 de agosto de 2000)

(VIDE - Decreto nº 22.190, de 06 de junho de 2001)

§ 1º As disposições sobre a extinção de que trata este artigo serão baixadas em ato próprio no prazo de até 30 (trinta) dias.

(VIDE - Decreto nº 21.247, de 8 de junho de 2000.)

§ 2º No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo providenciará a alienação, mediante licitação, do acervo patrimonial que compõe o Departamento de Comercialização de Material Agropecuário da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF.

(VIDE - Decreto nº 21.247, de 8 de junho de 2000.)

(VIDE - Decreto nº 21.425, de 8 de agosto de 2000.)

EMPRESAS PÚBLICAS

Art. 11. São empresas públicas da Administração do Distrito Federal:

I - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN;

II - Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB;

III - Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ - DF;

IV - Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP;

V - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP;

VI - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER - DF.

Art. 12. No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo adotará as providências necessárias para privatização, mediante licitação, das seguintes empresas públicas:

(VIDE - Decreto nº 21.425, de 8 de agosto de 2000.)

I - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA;

II - Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB;

III - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 13. São sociedades de economia mista da Administração do Distrito Federal:

I - Banco de Brasília S/A - BRB;

II - Companhia Energética de Brasília - CEB.

CAPÍTULO III
ÓRGÃOS RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS

~~Art. 14. São órgãos relativamente autônomos sem personalidade jurídica:~~

Art. 14 É órgão relativamente autônomo sem personalidade jurídica:

(ALTERADO - Decreto n° 22.539, de 19 de novembro de 2001)

~~I - Jardim Botânico de Brasília;~~

I - Jardim Botânico de Brasília.

(ALTERADO - Decreto n° 22.539, de 19 de novembro de 2001)

II - Arquivo Público do Distrito Federal.

(VIDE - Decreto nº 22.611, de 13 de dezembro de 2001)

TÍTULO II
COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 15. São áreas de competência dos órgãos da Administração Direta:

GABINETE DO GOVERNADOR

I - Assessoria Especial:

a) prestar assessoramento direto e imediato ao Governador, nos assuntos por ele definidos;

b) articular-se com outros órgãos de Governo do Distrito Federal, União, Estados e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência e hierarquia.

II - Assessoria Parlamentar:

a) assessorar o Governador em assuntos ligados às atividades parlamentares;

b) planejar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades de assessoria parlamentar.

III - Casa Militar:

a) prestar assistência direta ao Governador em sua segurança pessoal e de seus familiares e em assomos de vigilância das residências oficiais;

b) ao Governador em assuntos de natureza militar e de segurança.

IV - Cerimonial:

a) assessorar o Governador em assuntos ligados às atividades de cerimonial;

b) exercer a direção e a coordenação dos trabalhos de assessoramento protocolar.

V - Chefia de Gabinete:

a) coordenar era atividades administrativas do Gabinete do Governador;

b) assessorar o Governador.

V - Chefia de Gabinete:

a) coordenar as atividades administrativas do Gabinete do Governador;

b) assessorar o Governador.

VI - Consultoria Jurídica:

a) assessorar o Governador em assuntos de natureza jurídica submetidos a seu exame.

VII - Secretaria Particular:

a) supervisionar a pauta de audiências, visitas e compromissos do Governador;

b) manter registros, lembrar compromissos, manter cadastro de assuntos de despachos com o Governador.

VIII - Superintendência das Administrações Regionais:

c) coordenar, dirigir, supervisionar e controlar a execução das atividades das Administrações Regionais;

d) coordenar, orientar, apoiar e propor normas, critérios e procedimentos para o aperfeiçoamento do processo de regionalização.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

XIX - Gabinete do Vice-Governador:

a) assistir ao Vice-Governador em assuntos de natureza técnico-administrativa;

b) assistir ao Vice-Governador em assuntos pertinentes ao cerimonial;

C) assistir ao Vice-Governador em assuntos de qualquer outra natureza a ele encaminhados;

d) assistir ao Vice-Governador no atendimento das críticas e sugestões dos cidadãos relacionados aos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal.

X - Ouvidoria-Geral do Distrito Federal:

a) atender ao cidadão em suas dúvidas e reclamações sobre a administração distrital;

b) encaminhar as solicitações dos cidadãos aos órgãos competentes e acompanhar as providências adotadas.

ÓRGÃOS DO GRUPO ESTRATÉGICO

XI - Secretaria de Estado de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno:

(VIDE – Decreto nº 21.307, de 04 julho de 2000)

a) desenvolver e implementar, em conjunto com os órgãos competentes da União e do Estados de Goiás e Minas Gerais, políticas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal;

b) promover a articulação entre os órgãos responsáveis pelos programas e projetos pertinentes ao desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal;

c) coordenar as atividades referentes ao desenvolvimento do Entorno, a cargo do Distrito Federal;

d) negociar acordos e convênios para a captação de recursos destinados ao funcionamento de programas e projetos a serem implantados na região do Entorno.

XII - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia:

(VIDE - Decreto nº 22.916, de 26 de abril de 2002)

(VIDE – Decreto nº 21.558, de 25 de setembro de 2000)

a) formular as políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento da indústria, do comércio, do turismo, da ciência e tecnologia e do setor de serviços do Distrito Federal;

b) desenvolver programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas do Distrito Federal;

c) articular a participação das entidades privadas representativas de classe no desenvolvimento das políticas e programas específicos para o setor;

d) promover e divulgar os setores industrial, comercial, turístico e de serviços do Distrito Federal;

e) administrar os equipamentos públicos turísticos e aqueles destinados à realização de feiras, congressos e outros eventos, que lhe forem designados; estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal.

XIII - Secretaria de Estado de Governo:

a) assistir ao Governador do Distrito Federal no relacionamento do Poder Executivo com os Poderes Judiciário e Legislativo Federal e Distrital, bem como com a União, Estados e Municípios, representações diplomáticas, organismos não governamentais nacionais e internacionais;

b) promover a articulação entre os órgãos integrantes do Poder Executivo do Distrito Federal;

c) zelar pela defesa do consumidor;

d) conduzir os processos referentes a reformas administrativas e privatizações de empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal;

e) realizar a supervisão e administração orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos integrantes do Gabinete do Governador.

ÓRGÃOS DO GRUPO DE SUPORTE GOVERNAMENTAL

XIV - Secretaria de Estado de Comunicação Social:

(VIDE - Decreto nº 23.595, de 11 de fevereiro de 2003)

(VIDE – Decreto nº 21.603, de 09 de outubro de 2000)

a) formular e coordenar a política de comunicação social do Governo do Distrito Federal, abrangendo as áreas de imprensa, publicidade e divulgação;

b) executar as atividades de comunicação social do Gabinete do Governador;

c) coordenar as atividades de comunicação social das demais unidades do Governo Distrito Federal;

d) coordenar a edição e a divulgação do Diário Oficial do Distrito Federal; e) coordenar a contratação dos serviços de pesquisas, publicidade

e) propaganda do Governo Distrito Federal.

XV - Secretaria de Estado de Gestão Administrativa:

(VIDE - Decreto nº 23.646, de 27 de fevereiro de 2003)
(VIDE – Decreto nº 21.599, de 05 de outubro de 2000)

~~a) promover a modernização e organização administrativas;~~
-
~~b) formular e executar as políticas de seleção, administração e capacitação de recursos humanos;~~
-
~~c) planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de administração patrimonial, de materiais, de serviços e do transporte oficial;~~
-
~~d) planejar, coordenar, executar e avaliaras atividades relacionadas a assuntos previdenciários;~~
-
~~e) conduzir as negociações sindicais;~~
-
~~f) normatizar as práticas de gestão do Governo do Distrito Federal.~~

a) formular diretrizes, promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos de modernização administrativa e desenvolvimento organizacional, que possibilitem orientar e uniformizar as atividades administrativas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, bem como assegurar um processo permanente de inovação da gestão pública;

b) desenvolver estudos e pesquisas para a implantação de planos, programas e projetos governamentais relativos às ações de melhoria da qualidade de atendimento ao cidadão, com ênfase nos princípios de qualidade, eficácia, eficiência e controle social;

c) promover, coordenar e avaliar a implementação de ações com vistas à melhoria da gestão pública, de forma a elevar a capacidade operacional dos Órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, através do uso de tecnologias avançadas para ajustar a administração às suas necessidades próprias, e a um modelo de gestão empreendedora;

d) definir os mecanismos de monitoramento e avaliação, em tempo eficaz, com apoio de indicadores de resultado, voltados aos processos operacionais e desempenho das unidades de atendimento ao cidadão;

e) formular diretrizes, desenvolver e coordenar as atividades relativas à gestão dos sistemas administrativos, em especial quanto a recursos humanos, comunicações internas, materiais, transportes e imóveis funcionais, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;

f) propor e coordenar a execução das políticas de recursos humanos e de remuneração, salários e benefícios, dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;

g) exercer as funções de normalização de procedimentos relativos aos sistemas sob sua coordenação e monitoração técnica;

h) promover, coordenar e executar programas e projetos de desenvolvimento de recursos humanos, de capacitação, de reciclagem, de aperfeiçoamento e de qualificação de pessoal; e

i) estabelecer diretrizes e autorizar a implementação de sistemas informatizados para a gestão administrativa;

j) avaliar a efetividade das políticas implantadas no campo da gestão de recursos humanos, atendimento ao cidadão e logística, formulando as adequações e mudanças que se fizerem necessárias;

k) estabelecer diretrizes, coordenar e executar ações voltadas para o incentivo à criatividade e a expressões culturais dos recursos humanos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, bem como à melhoria da qualidade de vida;

l) estabelecer instrumentos normativos visando ao fiel cumprimento das leis, decretos, regulamentos e determinações governamentais, com vistas à melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão; e

m) exercer outras atividades correlatas.

(ALTERADO - Decreto nº 23.945, de 25 de julho de 2003)

XVI - Secretaria de Estado, de Fazenda e Planejamento:
(VIDE - Decreto n° 22.948, de 8 de maio de 2002)
(VIDE - Decreto nº 22.947, de 05 de maio de 2002)
(VIDE – Decreto nº 21.928, de 30 de janeiro de 2001)
a) coordenar o sistema de planejamento, orçamento e compras do Governo do Distrito Federal;

b) executar a administração tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e gestão da dívida ativa;

c) executar a administração financeira do Distrito Federal, compreendendo as. atividades pertinentes à execução orçamentária e financeira, contabilidade, auditoria e controle interno;

d) administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal;

e) avaliar os impactos sócio-econômicos das políticas e programas do Governo do Distrito Federal;

f) elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura sócio-econômica do Distrito Federal;

g) elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual do Distrito Federal;

h) coordenar a implantação e a manutenção do Sistema Integrado de Automação e Tratamento da Informação;

i) realizar estudos visando a captação de recursos, no País e no exterior, destinados ao financiamento de projetos do Governo do Distrito Federal;

j) supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A - BRB.

ÓRGÃOS DO GRUPO DE INFRA-ESTRUTURA

XVII - Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento:
(VIDE - Decreto n° 21.414, de 4 de agosto de 2000.)

a) elaborar e implementara política agrícola do Distrito Federal, compreendendo as atividades de produção, comercialização, abastecimento e armazenagem;

b) desenvolver programas de fomento à produção agropecuária do Distrito Federai;

c) apoiar o desenvolvimento rural integrado, o associativismo e o cooperativismo;

d) incentivar as pesquisas e práticas agrícolas relativas ao manejo sustentável;

e) prestar serviço de orientação técnica e extensão rural;

f) coordenar e executar a política de controle, defesa e inspeção sanitária dos produtos de origem vegetal e animal;

g) fiscalizar o uso de agrotóxicos;

h) administrar e fiscalizar o plano de utilização das terras rurais.

XVIII - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras:

(VIDE - Decreto n° 23.719, de 7 de abril de 2003)
(VIDE – Decreto nº 21.508, de 13 de setembro de 2000)

a) formular e implementar a política de infra-estrutura do Governo do Distrito Federal:

b) coordenar a elaboração de projetos e a execução de obras públicas, inclusive sistemas viários, metroviários e drenagem pluvial;

c) coordenar as atividades de distribuição de energia;

d) coordenar as atividades de conservação das áreas urbanizadas e ajardinadas e limpeza urbana.

XIX - Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos:
(VIDE - Decreto n° 21.410, de 2 de agosto de 2000.)

a) formular, coordenar e executar a política ambiental e de recursos hídricos do Distrito Federal;

b) planejar e implementar ações para a preservação, proteção, recuperação e fiscalização do meio-ambiente, incluindo os recursos hídricos na área territorial do Distrito Federal;

c) promover ações educativas e de conscientização voltadas para a preservação do meio-ambiente;

d) realizar, através de acordos de cooperação com a União, o registro, o acompanhamento e a fiscalização das outorgas do direito de pesquisa e de exploração dos recursos hídricos e minerais encontrados no solo e no subsolo do território do Distrito Federal;

e) administrar os parques, reservas, hortos, jardins e viveiros criados e/ou mantidos pelo Governo do Distrito Federal, que lhe forem designados;

f) coordenar as atividades de tratamento e abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgoto sanitário.

ÓRGÃOS DO GRUPO DE BEM-ESTAR SOCIAL

XX - Secretaria de Estado de Ação Social:
(VIDE - Decreto n° 21.476, de 31 de agosto de 2000.)

a) formular e implementar a política de desenvolvimento social e de valorização da juventude e do idoso no Governo Distrito Federal;

b) planejar, coordenar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades que garantam o atendimento das necessidades básicas da população, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social;

c) promover a integração de programas e projetos voltados para a ação social;

d) planejar, coordenar e avaliar a execução de programas de valorização da juventude e do idoso.

XXI - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários:
(VIDE – Decreto nº 21.683, de 06 de novembro de 2000)

a) planejar e executar a política de regularização das terras urbanas e rurais do Distrito Federal;

b) promover a ocupação ordenada do solo, a partir de operações imobiliárias de aquisição e/ou de alienação de terras de propriedade do Distrito Federal;

c) manter o cadastro e o registro central de todos os imóveis do Distrito Federal;

d) definir normas sobre contrato e transferência de posse e domicílio para os imóveis urbanos e rurais, objeto de regularização fundiária;

e) praticar os atos necessários à cessão ou transferência de imóveis urbanos e rurais, a qualquer titulo, sendo representado pelo Secretário de Assuntos Fundiários;

f) promover ações que visem a discriminação de terras públicas e privadas no Distrito Federal;

g) coordenar e acompanhar, em todas as fases, na forma da Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e suas alterações e a legislação distrital pertinente à matéria, os loteamentos, parcelamentos e desmembramentos das áreas urbanas, exceto as de iniciativas públicas.

XXII - Secretaria de Estado de Cultura:
(VIDE – Decreto nº 21.675, de 31 de outubro de 2000)

a) formular e executar a política cultural do Distrito Federal;

b) propiciar meios de acaso à cultura, através da manutenção dos bens, espaços e instituições culturais do Distrito Federal;

c) incentivar a produção cultural do Distrito Federal, através do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura e por meio de incentivos fiscais;

d) incentivar os programas de valorização e profissionalização dos artistas e técnicos do Distrito Federal;

e) promover, apoiar e patrocinar a produção de eventos artísticos, culturais e científicos do Distrito Federal;

f) preservar a memória do Distrito Federal.

XXIII - Secretaria de Estado de Educação:
(VIDE - Decreto n° 21.397, de 31 de julho de 2000.)

a) formular, coordenar e avaliar o Plano de Educação do Distrito Federal;

b) oferecer educação infantil, ensino médio, educação profissional e ensino especial à população do Distrito Federal;

c) fiscalizar as instituições de ensino, públicas e particulares, do Distrito Federal;

d) desenvolver, coordenar e avaliar programas de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico, docente e administrativo da Secretaria de Estado de Educação;

e) realizar estudos e pesquisas voltados para a melhoria do ensino público do Distrito Federal;

f) zelar pelo cumprimento das normas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

XXIV - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer:

a) propor e executar as políticas e diretrizes do esporte, educação física e recreação do Distrito Federal;

b) desenvolver programas e planos para a prática de esporte, educação física e recreação;

c) incentivar e apoiar a realização de eventos esportivos e recreativos;

d) cumprir e fazer cumprir a legislação esportiva;

e) credenciar e cadastrar entidades representativas de estabelecimentos de práticas esportivas;

f) administrar os equipamentos esportivos que lhe forem designados.

XXV - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação:

(VIDE - Decreto nº 21.288, de 27 de junho de 2000)

~~a) planejar, desenvolver e coordenar a política habitacional do Distrito Federal;~~
(REVOGADA - Lei nº 3.104, de 27 de dezembro de 2002)

~~b) desenvolver e coordenar a política de desenvolvimento urbano do Distrito Federal;~~
(REVOGADA - Lei nº 3.104, de 27 de dezembro de 2002)

~~c) elaborar estudos geográficos, cartográficos e estatísticos;~~
(REVOGADA - Lei nº 3.104, de 27 de dezembro de 2002)

~~d) cumprir e fazer cumprir a legislação esportiva;~~
(REVOGADA - Lei nº 3.104, de 27 de dezembro de 2002)

~~e) credenciar e cadastrar entidades representativas de estabelecimentos de práticas esportivas;~~
(REVOGADA - Lei nº 3.104, de 27 de dezembro de 2002)

~~f) administrar os equipamentos esportivos que lhe forem designados.~~
(REVOGADA - Lei nº 3.104, de 27 de dezembro de 2002)

XXV - Secretaria de estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação:

a) planejar, desenvolver e coordenar a política habitacional do Distrito Federa;

b) desenvolver e coordenar a política de desenvolvimento urbano do Distrito Federal;

c) elaborar estudos geográficos, cartográficos e estatísticos;

d) coordenar, acompanhar, monitorar e revisar os instrumentos da política imobiliária, com destaque para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, bem como participar da elaboração, acompanhamento, implementação, monitoramento e revisão dos Planos Diretores Locais;

e) celebrar acordos e convênios com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento urbano e habitacional;

XXVI - Secretaria de Estado de Saúde:
(VIDE – Decreto nº 21.477, de 31 de agosto de 2000)

a) formular a política de saúde do Distrito Federal;

b) planejar, organizar e coordenar a execução, a fiscalização e a avaliação das atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde;

c) construir, equipar e operar as unidades de prestação de serviços de saúde do Distrito Federal;

d) fiscalizar os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde e correlatos, bem como o exercício das profissões de saúde;

e) fiscalizar os estabelecimentos farmacêuticos e controlar a produção e a comercialização de drogas e medicamentos;

f) zelar pela preservação da área tombada e do patrimônio histórico e arquitetônico do Distrito Federal.

d) fiscalizar os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde e correlatos, bem como o exercício das profissões de saúde;

e) fiscalizar os estabelecimentos farmacêuticos e controlar a produção e a comercialização de drogas e de

medicamentos;

f) fiscalizar a manipulação e a comercialização de gêneros alimentícios;

g) realizar estudos no campo da saúde, englobando a pesquisa básica, clínica e epidemiológica.

XXVII - Secretaria de Estado de Segurança Pública:

a) formular políticas, planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à segurança, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento e defesa civil;

b) coordenar as atividades de polícia administrativa, judiciária e de manutenção da ordem pública. bem como as ações policiais ostensivas, preventivas e de investigação criminal;

c) coordenar os serviços concernentes ao sistema de trânsito e tráfego do Distrito Federal;

d) administrar os estabelecimentos penais e promover a implantação de métodos e técnicas modernas na polícia carcerária;

e) promover o aprimoramento profissional dos serviços policiais, mediante a instituição de cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento funcional;

f) coordenar perícias criminalísticas médico-legais e identificação civil e criminal;

g) orientar e esclarecer quanto ao uso indevido de entorpecentes, assim como a execução da respectiva política.

XXVIII - Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade:
(VIDE – Decreto nº 21.302, de 03 de julho de 2000)
(VIDE - Decreto nº 21.921, de 22 de janeiro de 2001)

a) formular e implementar a política de trabalho e solidariedade:

b) desenvolver programas de combate à miséria e à fome das famílias de baixa renda:

c) socorrer, no âmbito de suas atribuições, as famílias atingidas por eventos caracterizados como de calamidade pública;

d) formular políticas públicas voltadas para a promoção de oportunidades de emprego e renda para a população do Distrito Federal;

e) promover programas e ações voltados para a formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e o desenvolvimento profissional;

f) desenvolver e manter mecanismos que facilitem o acesso dos trabalhadores e profissionais autônomos ao mercado de trabalho;

g) apoiar iniciativas de pequenos empreendedores para geração de renda.

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA JURÍDICO

XXIX - a Procuradoria-Geral. órgão central do sistema jurídico do Distrito Federal. permanece com a estrutura e competências atuais, e terá a sua lei de organização proposta na forma do inciso III, do art. 75, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

ÓRGÃOS DO GRUPO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

XXX - a Policia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil

do Distrito Federal permanecem com as estruturas e competências reguladas em legislação própria.

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Serão extintos e transferidos os cargos, saldos das dotações orçamentárias, os patrimônios e as atividades dos seguintes órgãos:

~~I - Secretaria de Estado de Transportes para Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal;~~
(REVOGADO - Decreto n.° 23.619, de 19 de fevereiro de 2003)

II - Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
(VIDE - Decreto n° 21.289, de 27 de junho de 2000)

III - Instituto de Ecologia e Meio-Ambiente do Distrito Federal - IEMA para Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos;
(VIDE - Decreto n° 21.411, de 2 de agosto de 2000.)

IV - Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF - IPDF para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
(VIDE – Decreto nº 21.290, de 27 de junho de 2000)

V - Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal - ICT para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia;

VI - Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR para a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa;
(VIDE – Decreto nº 21.598, de 05 de outubro de 2000)

VII - Instituto de Saúde do Distrito Federal - ISDF para a Secretaria de Estado de Saúde.
(VIDE – Decreto nº 21.479, de 31 de agosto de 2000)
Parágrafo único. As disposições para o cumprimento deste artigo serão baixadas em ato próprio no prazo de até 30 (trinta) dias.
(VIDE - Decreto n° 21.247, de 8 de junho de 2000.)

Art. 17. As disposições organizacionais dos órgãos da estrutura básica da Administração do Distrito Federal serão estabelecidas em regulamento próprio expedido pelo Governador, no prazo de até 30 (trinta) dias, mantidas, durante esse período, as atuais competências e atribuições.
(VIDE - Decreto n° 21.247, de 8 de junho de 2000.)

Art. 18. As Administrações Regionais, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias. fundações, e órgãos relativamente autônomos, respeitada a respectiva legislação de regência. terão suas atribuições, estruturas e competências reguladas em normas especificas, no prazo de até 30 (trinta) dias
(VIDE - Decreto n° 21.247, de 8 de junho de 2000.)

Art. 19. Os órgãos da administração pública indireta, autarquias. fundações, os órgãos de deliberação coletiva e os relativamente autônomos, vinculam-se ou subordinam-se, conforme o caso, ao Governador ou às Secretarias de Estado, observada a correlação de competências e de matérias.

Art. 20. A Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Policia Civil do Distrito Federal subordinam-se diretamente ao Governador para fins administrativos e operacionais, e vinculam-se à Secretaria de Estado de Segurança Bíblica para fins de planejamento operacional.
Art. 21. Todos os órgãos que mantêm Contratos de Gestão celebrados com o Instituto Candango de Solidariedade - ICS promoverão a sua revisão no prazo de até 30 (trinta) dias.
(VIDE - Decreto n° 21.247, de 8 de junho de 2000.)

Art. 22. A reestruturação administrativa disposta neste Decreto não acarretará aumento de despesa.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 20.052, de 1° de março de 1999.

Brasília, 5 de maio de 2000
112° da República e 41° de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

Sistema Informatizado de Legislação da Gestão Administrativa

LEI Nº 3.863, DE 30 DE MAIO DE 2006

DODF DE 31.05.2006

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 30 de maio de 2006
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 321/2007 – GAB 19 Brasília, DF em 06 de setembro de 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
AUTUAÇÃO NO PROCESSO
DOCUMENTO ANEXADO
Fls. 06 Rubrica 09577/2007

Senhor Presidente,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Assessoria Administrativa da Presidência
06/09/07 às 10:45
NOME

A Sua Excelência o Senhor
Paulo César de Ávila e Silva
Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público

do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham**

sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de

passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, não seja dada validada por este Tribunal e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

É bom que se diga que já foi demonstrado através de estudos minuciosos do Poder Executivo da legislatura passada, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

O que causa-nos estranheza é saber que há leis que retiram a SAB e a Ceasa do estado de liquidação e os gestores dessas companhias insistirem em não tomar as providências legais para que se efetive o que determina as Leis acima mencionadas, em total desobediência a elas.

Com fulcro nos incisos III e VI, art. 110 da Resolução nº 38, 30 de outubro de 1990, oriunda deste Tribunal de Contas do Distrito Federal, solicitamos as providências necessárias frente ao que ora expomos.

Respeitosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 296/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Secretário,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

Sec. Eveli
SEAPA-RECEBI O ORIGINAL
Em 22/08/07
Nome 1076510
Matrícula

A Sua Excelência o Senhor
Wilmar Luis da Silva
Secretário Estado de Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada por Vossa Excelência a Portaria 47/DODF, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....

.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....

.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

SEAPA-DF

Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal

Gabinete do Secretário

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício
Nº.666- GAB/SEAPA-DF

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Senhor Deputado,

Em atenção ao OF. N° 296/2007 – GAB 19, de 21 de agosto do corrente, venho dirigir-me a Vossa Excelência, primeiramente para parabenizá-lo pelo brilhante relatório acerca da matéria envolvendo as duas empresas vinculadas desta pasta, em seguida, respeitosamente, gostaria de tecer as seguintes considerações:

1. Todo o arcabouço legal mencionado em seu Ofício é fato, entretanto, o acionista majoritário das duas empresas, SAB e CEASA, que é o Governo do Distrito Federal, não suspendeu o processo de liquidação nas respectivas e competentes Assembléias Gerais.
2. O Grupo Misto de Trabalho criado pela Portaria N° 47 de 23 de julho de 2007, teve como objeto "dar prosseguimento *à matéria envolvendo* o processo de liquidação da CEASA/DF," e não "dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA", pois, inclusive, não compete ao referido grupo tomar decisões. É uma decisão de governo. Portanto não há aqui nenhuma ilegalidade ou conflito hierárquico de legislações.

À Sua Excelência,
Senhor Deputado,
JUNIOR BRUNELLI
Deputado Distrital.
N E S T A

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN PARQUE RURAL – CEP 70.620-000 - Brasília/DF
Fone: (61) 3348-7801 – Fax (61) 3273-9982 E-mail: gab@sa.df.gov.br

3. Todos os cuidados com os corpos funcionais das empresas estão sendo tomados, pois esta é uma preocupação constante de nossa gestão. A criação do quadro paralelo, junto à SEPLAG, para abrigar os empregados é, inclusive, uma recomendação do Relatório Final do Referido Grupo, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Os representantes das Associações de Servidores da SAB e da CEASA foram ouvidos e tranqüilizados com relação à garantia de seus empregos. Esta é uma questão primordial para nosso governo.

Portanto, ao mesmo tempo em que me desculpo pelo atraso em atendê-lo em vossa demanda, espero estar fornecendo subsídios para tranqüilizar seus eleitores.

Respeitosamente,

Wilmar Luis da Silva
Secretário de Estado

SAIN PARQUE RURAL – CEP 70.620-000 - Brasília/DF
Fone: (61) 3348-7801 – Fax (61) 3273-9982 E-mail: gab@sa.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 295/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Recebi em 4/09/2007

Senhor Vice-Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DELMA.
RECEBIDO
08/10 19:49
88544
Rubrica Sigla do Órgão
Obs: 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Octávio Alves Pereira
Governador Do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 294/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DECMA
RECEBIDO
22/08/07
885449

Obs 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

Do: Gabinete do Dep. BRUNELLI (nº19). Memo nº 106/2007
Para: Líder de Governo (Leonardo Prudente) Data: 23.08.2007

Assunto: Encaminhamento de ofícios

Senhor Deputado,

De ordem do Excelentíssimo Deputado Brunelli, encaminho a Vossa Excelência os ofícios nºs 294, 295, 296/2007, de 22 de agosto, remetidos ao Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Distrito Federal respectivamente, que sugere a revogação da Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, bem como a efetivação da Lei que trata sobre a incorporação da SAB e Ceasa.

Solicito que seja realizado interações dessa Liderança de Governo junto ao Poder Executivo, buscando sanar quaisquer empecilhos para a incorporação dessas empresas, bem como a adoção das medidas necessárias à resolução do problema apresentado.

Atenciosamente,

GETÚLIO SOARES NOVAES FROTA
Chefe de Gabinete

Recebi em 23/08/2007 às 11h50
Claúdia Guelfo 16120-49

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 453/2006 – GAB 19 Brasília, DF 18 de dezembro de 2006.

Senhor Secretário,

Reiterando os termos do ofício nº 444/2006, de 01/12/2006, de minha autoria, entregue-lhe em mãos, encaminho a Vossa Excelência sugestão de Minuta de Projeto de Lei, elaborado por minha assessoria em sintonia com técnicos da SAB, CEASA e representantes da categoria, que propõe a nova estrutura administrativa das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em cumprimento ao que determina o art. 5º da Lei nº 3.863/2006 (DODF 31 de maio de 2006), que autorizou a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liquidação.

Além disso, a citada proposta revoga a Lei nº 3.125 de 16 de janeiro de 2003, que autorizou o Distrito Federal a proceder a liquidação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF, em atenção ao parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal sobre a matéria, inserto no Processo nº 071.000.117/2006, da lavra do Procurador **MARLON TOMAZETTE.**

Portanto, **é imprescindível e urgente** que Vossa Excelência solicite a Governadora do Distrito Federal que encaminhe esta proposição a Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma vez que o término dos trabalhos legislativos está previsto para o **dia 20/12/2006 (quarta-feira).**

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PFL

Recebi
Em 18-12-06

A Sua Excelência o Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretário de Estado de Governo do DF
NESTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 128/2006 – GAB 19 Brasília, DF 27 de março de 2006.

Senhor Secretário,

Cumprimento-o pelo empenho em solucionar os problemas da SAB, CEASA e TCB, o que levou a criação de unidades gestoras dessas empresas, conforme a Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Portanto, conforme já explicitado anteriormente a Vossa Excelência, seria indispensável e urgente, logo após a publicação da lei retromencionada, o encaminhamento de nova mensagem do Poder Executivo a esta Casa, objetivando a incorporação da SAB e CEASA, hoje, geridas pela Secretaria de Estado e Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma vez que s.m.j., teríamos até junho para aprovar esse projeto de lei, frente às restrições exaradas na legislação eleitoral.

Quanto a TCB, hoje acondicionada a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, ficou o compromisso de se estudar a melhor saída jurídica para aquela empresa, frente as suas peculiaridades de atividade e situação econômica.

Diante disso, solicito mais uma vez a colaboração de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar a esta Casa o citado Projeto de Lei, a fim de que se possa solucionar as pendências jurídicas que ainda pairam sobre essas empresas, principalmente quanto a preservação do emprego de seus servidores.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PFL

NCDA / DAF / SAO / SEG
RECEBIDO
Em 03/04/2006 às 10:17 h.
Assinatura Matrícula

A Sua Excelência o Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretário de Estado de Governo do DF
NESTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 422/2005 – GAB 19 Brasília, DF em 26 de agosto de 2005.

Senhora Secretária,

Conforme reunião ocorrida dia 14 de julho, às 15h, com Vossa Excelência e todos os representantes da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, além do Sindicato ligado a essas entidades, externamos votos de congratulações pela iniciativa do Governador Roriz em encaminhar a esta Casa de Leis o PL 1985/2005, que cria a unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização, ao mesmo tempo em que lhe expulsemos nossa preocupação em sanar vícios insanáveis de inconstitucionalidade que havia na proposta inicial.

Naquela oportunidade foram amplamente discutidos o PL 1985/2005 e um substitutivo elaborado por técnicos desta Casa e das partes envolvidas, tendo Vossa Excelência reconhecido que a proposição precisava evoluir e comprometeu-se a solicitar que o Projeto de Lei em referência não tramitasse, enquanto não se chegasse a um texto que atendesse as necessidades daquelas categorias e não trouxesse nenhum embaraço ao Poder Executivo, inclusive mencionado que constituiria um grupo de estudo para resolver o problema, o que não se concretizou a até a presente data.

A título de esclarecimento informamos que, para a nossa surpresa, o PL 1985/2005 continua tramitando, tendo sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais nesta semana. É bom que se diga mais uma vez, que o único intuito dessa nova proposta apresentada a Vossa Excelência é ajudar na gestão administrativa do Governo Local, do qual, fazemos parte da base de sustentação política.

A Sua Excelência a Senhora
Maria Cecília Soares da Silva Landim
Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do DF
NESTA

RECEBIDO
Em 08/09/05
às 10:30 h.
317726
Rubrica

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

Diante disso, solicitamos a Vossa Excelência que sugira a **urgentemente retirada** do PL 1985/2005 e constitua o grupo de estudo inicialmente proposto, a fim de que possamos ajudar as categorias acima e colaborar com o árduo trabalho dessa conceituada Secretaria de Estado.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 421/2005 – GAB 19 Brasília, DF em 26 de agosto de 2005.

Senhora Líder do Governo,

Em reunião ocorrida dia 14 de julho, às 15h, com a Secretária de Gestão Administrativa Maria Cecília Soares da Silva Landim e todos os representantes da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, além do Sindicato ligado a essas entidades, externamos aquela insigne Secretária votos de congratulações pela iniciativa do Governador Roriz em encaminhar a esta Casa de Leis o PL 1985/2005, que cria a unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização, ao mesmo tempo em que expulsemos nossa preocupação em sanar vícios insanáveis de inconstitucionalidade que havia na proposta inicial.

Naquela oportunidade foram amplamente discutidos o PL 1985/2005 e um substitutivo elaborado por técnicos desta Casa e das partes envolvidas. A Secretária reconheceu que a proposição precisava evoluir e comprometeu-se a solicitar que o Projeto de Lei em referência não tramitasse, enquanto não se chegasse a um texto que atendesse as necessidades daquelas categorias e não trouxesse nenhum embaraço ao Poder Executivo. Naquela oportunidade a Secretária mencionou que iria constituir um grupo de estudo para resolver o problema, mas isso não aconteceu até a presente data.

Para a nossa surpresa o PL 1985/2005 continua tramitando, tendo sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais nesta semana. É bom que se diga que o único intuito dessa nova proposta apresentada a Secretária referenciada é ajudar na gestão administrativa do Governo Local, do qual, fazemos parte da base de sustentação política.

Recebi em 26/08/05
16045-41

A Sua Excelência a Senhora
DEP. ANILCÉIA MACHADO
Líder do Governo do Distrito Federal na Câmara Legislativa - CLDF
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 420/2005 – GAB 19

Brasília, DF em 26 de agosto de 2005.

Senhor Secretário,

Em reunião ocorrida dia 14 de julho, às 15h, com a Secretária de Gestão Administrativa Maria Cecília Soares da Silva Landim e todos os representantes da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, além do Sindicato ligado a essas entidades, externamos aquela insigne Secretária votos de congratulações pela iniciativa do Governador Roriz em encaminhar a esta Casa de Leis o PL 1985/2005, que cria a unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização, ao mesmo tempo em que expulsemos nossa preocupação em sanar vícios insanáveis de inconstitucionalidade que havia na proposta inicial.

Naquela oportunidade foram amplamente discutidos o PL 1985/2005 e um substitutivo elaborado por técnicos desta Casa e das partes envolvidas. A Secretária reconheceu que a proposição precisava evoluir e comprometeu-se a solicitar que o Projeto de Lei em referência não tramitasse, enquanto não se chegasse a um texto que atendesse as necessidades daquelas categorias e não trouxesse nenhum embaraço ao Poder Executivo. Naquela oportunidade a Secretária mencionou que iria constituir um grupo de estudo para resolver o problema, mas isso não aconteceu até a presente data.

Para a nossa surpresa o PL 1985/2005 continua tramitando, tendo sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais nesta semana. É bom que se diga que o único intuito dessa nova proposta apresentada a Secretária referenciada é ajudar na gestão administrativa do Governo Local, do qual, fazemos parte da base de sustentação política.

Recebi em 25/08/05
Data – 33493-6

A Sua Excelência o Senhor
José Flávio de Oliveira
Secretaria de Estado de Assuntos Parlamentares e Relações Políticas
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
deputado@brunelli.com.br

resp.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 161/2005 – GAB 19

Brasília, DF 20 de abril de 2005.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência a Ata de Reunião realizada em 31 de março de 2005, referente ao Processo nº 576/2003, que trata da absorção na Tabela de Empregos, em extinção do GDF, dos trabalhadores das empresas SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN.

Em função da não homologação pela Justiça do Trabalho do acordo realizado entre o GDF e o MPDFT do Trabalho, solicito a Vossa Excelência que constitua urgentemente a comissão proposta na Ata em tela, a fim de que a Comissão Técnica possa encontrar alternativas que assegure os empregos dos trabalhadores dessas empresas.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

Recebi a 1ª via.
Em 08/04/05.

A Sua Excelência o Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretário de Estado de Governo do DF
NESTA

Ata de Reunião realizada em 31 de março de 2005 referente ao Processo nº 576/2003

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2005 às 15h30min.. realizou-se na Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal uma reunião com a presença da Líder do Governo na Câmara Distrital, Deputada Anilcéia Machado, e o líder do Partido Progressista na Câmara Distrital, Deputado Brunelli, dos Administradores das Empresas Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB Dr. Mário Hissashi Ikeziri, das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA Sra. Erli Sabino de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento do Planalto – CODEPLAN Sra. Meire Mohn e Clemir Marcio Rodrigues e da Transporte Coletivo de Brasília – TCB Dr. Jair Baptista Lopes , do Advogado da TCB, do advogado representante dos trabalhadores da TCB, da assessoria jurídica do gabinete do Deputado Brunelli, do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta e Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal - Sindser e da Comissão representativa dos trabalhadores das Empresas, com a finalidade de buscar solução definitiva que assegure os empregos dos trabalhadores das empresas envolvidas no Processo Nº 576/2003, cujo Acordo firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público do Trabalho, não foi homologado pela Justiça do Trabalho . Esse acordo possibilitava o aproveitamento na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, dos empregados das empresas mencionadas acima. Sob a presidência do Deputado Brunelli este interveio informando sobre a reunião do dia 18/03/2005 mantida com o Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, a Secretária de Gestão Administrativa Maria Cecília Landim, a Líder do Governo Anilcéia Machado , o SINDSER e a Comissão dos Trabalhadores. O Deputado informou de sua preocupação com esta situação, manteve seu compromisso de solução que assegure a manutenção dos empregos desses trabalhadores públicos. Em seguida, deu a palavra à Deputada Anilcéia Machado que interveio demonstrando a preocupação do governo com a atual situação dos trabalhadores e afirmando que a disposição do Governo do Distrito Federal em efetivar o acordo demonstra sensibilidade do Poder Executivo na direção da defesa dos empregos e, que se somava às propostas que advirem dessa reunião no sentido de dar bom termo à essa inquietante situação tanto para os trabalhadores como para suas famílias. Dando continuidade aos trabalhos foi realizada pelos advogados presentes uma avaliação técnica desse processo e da possibilidade de modificação do parecer judicial . Apesar das partes interessadas já terem entrado com recurso, a avaliação dos advogados é de que, dificilmente, o parecer atual da Justiça do Trabalho seja modificado, levando-se em conta sua sustentação e os exemplos já julgados à nível do Supremo Tribunal Federal. E que, os prazos de transcurso de processo desse nível é de curta duração. Estimou-se que entre 06 (seis) a 08 (oito) meses já tenhamos finalização desse processo à nível do STF. A seguir cada representante das Empresas interveio na mesma linha de preocupação e, por consensualidade dos presentes foi proposta a formação de uma Comissão Técnica composta por 02 (dois) representantes de cada empresa que se dispõem num prazo de 60 (sessenta) dias, à partir da sua homologação , apresentar ao governo soluções que garantam os empregos dos trabalhadores envolvidos nesse processo. Foi consensual também, que passem a compor essa Comissão 01 (um) representante da

Secretaria de Governo, 01 (um) representante da Secretaria de Gestão Administrativa e 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Mário Hissashi Ikeziri,
SAB

Meire Mohn

e

Clemir Marcio Rodrigues
CODEPLAN

Erli Sabino de Oliveira
CEASA

Jair Baptista Lopes
TCB

Comissão

Pela SAB		
Rene Ferreira	mat. 1005-7	
Maria Luiza da Silva	mat. 3155.0	
Pela Ceasa		
Jusmar Chaves	mat. 222	
Francisco das Chaves do Vale	mat. 262	
Pela Codeplan		
Meire Mohn	mat. 1175-4	
Clemir Marcio Rodrigues	mat. 2009-5	
Pela TCB		
Erotides Vieira Lima	mat. 49796-7	
Mauro Sérgio Barbosa	mat. 51139-0	
Pelo Sindser		
Cely Maria Leal	mat. 00003751-6	
Pela Comissão das Empresas		
Marco Antônio Ferreira	mat. 1284-X	
Dra. Carlane Torres Gomes de Sá	OAB-DF 6363	
Chefe da Assessoria Jurídica da TCB		

Dr. Sérgio Ferreira Viana OAB-DF 9797
Advogado dos Trabalhadores da TCB

Dr. Carlos A. S. Magalhães OAB-AC 2072
Assessoria Jurídica do gabinete do Deputado Brunelli

Deputado Brunelli

Deputada Anilceia Machado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 0059/2005 – GAB 19 Brasília, DF em 03 de março de 2005.

Senhor Secretário,

Informo Vossa Excelência que o acordo referente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – Ação Civil Pública, impetrado pelo MPDFT do Trabalho, contra o GDF, em reunião realizada no Gabinete do Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, onde estiveram presente também Vossa Excelência, a Líder do Governo na CLDF, Deputada Anilcéia Machado, a Secretária de Administração Dra. Cecília Landim, o representante da Procuradoria do GDF Dr. Ozires e o Dr. Sérgio, Advogado dos funcionários da TCB, não foi homologado pela Justiça.

Mais uma vez, é bom lembrar que a não efetivação do referido acordo importa na demissão de um grande contingente de trabalhadores, o que acarretará inúmeros prejuízos à sociedade do Distrito Federal, como o aumento do desemprego e todos os efeitos negativos que incidirão na política, no social e na economia de nossa cidade.

Diante da gravidade que o caso requer, solicito a Vossa Excelência que marque uma reunião **urgente** com as autoridades acima citadas, a fim de que encontremos uma saída satisfatória para este dissídio.

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

Excelentíssimo Senhor
José Flávio de Oliveira
Secretaria de Estado de Assuntos Parlamentares e Relações Políticas
NESTA

Recebido em 3/3/05

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 81[illegible] 348-8193

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 523 /2004 – GAB 19 Brasília, 14 de outubro de 2004.

Senhor Secretário,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, hoje, dia 14.10.04, foi selado entre o GDF e o Ministério Público do Trabalho um acordo histórico que garantiu o emprego de milhares de trabalhadores na SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA.

Uma das cláusulas desse acordo é a revogação, em até **120 (cento e vinte) dias**, das Leis Distritais nºs 2.681/2001 e 2.989/2002 e dos Decretos nºs 22.322/2001 e 23.082/2002.

Portanto, solicito a Vossa Excelência que providencie a revogação das citadas Leis e decretos pelo Senhor Governado Joaquim Roriz, s.m.j., com a urgência que o caso exige.

Recebi o original.
Em 28/10/04

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

Excelentíssimo Senhor
BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ
Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8198 – Fax: 348-8193
E-mail: den.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 522/2004 – GAB 19 Brasília, 14 de outubro de 2004.

Senhor Governador,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, hoje, dia 14.10.04, foi selado entre o GDF e o Ministério Público do Trabalho um acordo histórico que garantiu o emprego de milhares de trabalhadores na SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA.

Uma das cláusulas desse acordo é a revogação, em até **120 (cento e vinte) dias**, das Leis Distritais nºs 2.681/2001 e 2.989/2002 e dos Decretos nºs 22.322/2001 e 23.082/2002.

Portanto, solicito a Vossa Excelência que providencie as referidas revogações das citadas Leis e decretos, s.m.j., com a urgência que o caso exige.

Respeitosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

Excelentíssimo Senhor
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 521 /2004 – GAB 19 Brasília, 14 de outubro de 2004.

Senhor Secretário,

Não poderia deixar de agradecer o empenho de Vossa Excelência nas negociações com o Ministério Público do Trabalho que culminaram na celebração do acordo trabalhista, que garantiu o emprego de milhares de trabalhadores da TCB, CEASA, CODEPLAN e SAB.

O Governo do Distrito Federal ao celebrar esse histórico acordo trabalhista, evitou que um grande contingente de pessoas, muitas delas pais de família, ficassem desempregadas, o que poderia ter acarretado grandes transtornos em nossa cidade.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

Recebi o original.
Em 28-10-04

Excelentíssimo Senhor
BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ
Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal
NESTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 472/2004 – GAB 19

Brasília, 27 de setembro de 2004.

Senhor Secretário,

Reitero a Vossa Excelência providências urgentes quanto a efetivação do acordo celebrado dia 13/08/04, referente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – Ação Civil Pública, impetrado pelo MPDFT do Trabalho, contra o GDF, em reunião realizada no Gabinete de Vossa Excelência, onde estiveram presentes também, a Deputada Anilcéia Machado (líder do Governo na CLDF), a Secretária de Administração Dra. Cecília Landim, Dr. Ozires, representante da Procuradoria do GDF e o Dr. Sérgio, Advogado dos funcionários da TCB.

Mais uma vez, é bom lembrar a Vossa Excelência que a efetivação deste acordo evitará que um grande contingente de trabalhadores sejam demitidos, o que acarretará inúmeros prejuízos ao Governo do Distrito Federal, além do aumento do desemprego e de todos os efeitos negativos que incidirão também no social e na economia de nossa cidade.

Portanto, para que não haja percalços na homologação deste acordo na Justiça do Trabalho, marcado para dia **14/10/2004, às 11h00min.,** se faz necessário que Vossa Excelência como, Secretário de Estado de Governo, observe e efetive as seguintes providências:

Excelentíssimo Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretaria de Estado de Governo do DF
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

1. Que antecipadamente tenhamos uma cópia do acordo escrito, antes da homologação, para que possamos tranqüilizar milhares de trabalhadores que se encontram aflitos pela iminência de perderem seus empregos, conforme ficou acertado com a Dra. Cecília Landin, na referida reunião;
2. Após verificado este acordo, agendar com o Conselho de Política de Pessoal, subordinado a Secretaria de Administração, para aprovação do mesmo;

Diante do curto prazo que temos para homologação desse acordo com a Justiça do Trabalho, solicitamos empenho de Vossa Excelência no sentido de concretizarmos o acordo acertado entre as partes acima elencadas, até porque a esquerda encontra-se a todo o momento tentando desestabilizar esse processo de negociação, plantando informações destoadas no seio das categorias envolvidas, do que realmente foi acertado com o GDF.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 471/2004 – GAB 19 Brasília, 27 de setembro de 2004.

Senhor Secretário,

Reitero a Vossa Excelência providências urgentes quanto a efetivação do acordo celebrado dia 13/08/04, referente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – Ação Civil Pública, impetrado pelo MPDFT do Trabalho, contra o GDF, em reunião realizada no Gabinete do Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, onde estiveram presentes também Vossa Excelência, a Deputada Anilcéia Machado (líder do Governo na CLDF), a Secretária de Administração Dra. Cecília Landim, Dr. Ozires, representante da Procuradoria do GDF e o Dr. Sérgio, Advogado dos funcionários da TCB.

Mais uma vez, é bom lembrar a Vossa Excelência que a efetivação deste acordo evitará que um grande contingente de trabalhadores sejam demitidos, o que acarretará inúmeros prejuízos ao Governo do Distrito Federal, além do aumento do desemprego e de todos os efeitos negativos que incidirão também no social e na economia de nossa cidade.

Portanto, para que não haja percalços na homologação deste acordo na Justiça do Trabalho, marcado para dia **14/10/2004, às 11h00min.,** se faz necessário que Vossa Excelência, Secretário de Assuntos Parlamentares e Relações Políticas, observe e efetive as seguintes providências:

Recebido
29/09/04

Excelentíssimo Senhor
José Flávio de Oliveira
Secretário de Estado de Assuntos Parlamentares e Relações Políticas
do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

1. Que antecipadamente tenhamos uma cópia do acordo escrito, antes da homologação, para que possamos tranqüilizar milhares de trabalhadores que se encontram aflitos pela iminência de perderem seus empregos, conforme ficou acertado com a Dra. Cecília Landin, na referida reunião;
2. Após verificado este acordo, agendar com o Conselho de Política de Pessoal, subordinado a Secretaria de Administração, para aprovação do mesmo;

Diante do curto prazo que temos para homologação desse acordo com a Justiça do Trabalho, solicitamos empenho de Vossa Excelência no sentido de concretizarmos o acordo acertado entre as partes acima elencadas, até porque a esquerda encontra-se a todo o momento tentando desestabilizar esse processo de negociação, plantando informações destoadas no seio das categorias envolvidas, do que realmente foi acertado com o GDF.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 444/2006 – GAB 19 Brasília, DF 01 de dezembro de 2006.

Senhor Secretário,

Foi publicado no DODF do dia 31 de maio de 2006, a Lei nº 3.863, que autorizou a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liquidação.

O art. 5º da citada Lei determinava que, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Poder Executivo elaboraria um novo Estatuto fruto da incorporação da SAB a CEASA e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, enviaria à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da nova empresa, **o que não aconteceu.**

Porquanto, solicito a Vossa Excelência que determine o encaminhamento dessas questões via mensagem do Poder Executivo, a fim de que possamos ter a segurança jurídica necessária para, de fato, efetivarmos a citada incorporação, principalmente quanto a preservação do emprego de seus servidores.

A Sua Excelência o Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretário de Estado de Governo do DF
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

Nesse sentido, vai meu singelo reconhecimento a Vossa Excelência, porquanto o exercício da função que exerce como Secretário de Governo requer mais que o simples fazer por imposição legal, exige o interesse implícito de quem o faz, no dizer de nosso pena de ouro Machado de Assis:

"...a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo..."

Por fim, desejo a Vossa Excelência e equipe um Feliz Natal, oportunidade em que ponho meu gabinete a sua disposição.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PFL

DO: GABINETE DO DEP. BRUNELLI (Dr. Dantas)

PARA ZEZINHO

LEI Nº 3.863, DE 30 DE MAIO DE 2006
DODF DE 31.05.2006

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 30 de maio de 2006
118º da República e 47º de Brasília

OF.Nº 358/2004 – GAB 19

Brasília, 12 de julho de 2004

Senhora Secretária,

Reitero pedido feito na semana passada para que seja feita a marcação, com o Deputado **Brunelli,** de audiência com Vossa Excelência para tratar da questão da Comissão Especial dos Trabalhadores das Empresas CEASA, SAB, TCB e CODEPLAN.

Ressalto a **urgência** deste pedido posto que há um grande número de pessoas aguardando essa decisão e, principalmente, pois o prazo para que seja feita a audiência já está se esgotando.

Esperançoso acreditando que será tomada a melhor decisão em favor desses trabalhadores, aguardo retorno e coloco esse Gabinete Parlamentar à disposição dessa Secretaria.

Respeitosamente,

EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA
Chefe de Gabinete Substituto

Recebido em 13/07/04
às 21:37

Excelentíssima Senhora
Maria Cecília Soares da Silva Landim
Secretaria de Estado de Gestão Administrativa
NESTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 342/2004 – GAB 19 Brasília, 24 de junho de 2004

Senhor Secretário,

Em 17 de junho de 2004, às 17:00h, estive juntamente com a Comissão das Empresas, em reunião com a Secretária de Estado de Gestão Administrativa, senhora Maria Cecília Soares S. Landim. Fizemos uma exposição de todo esse processo, a qual já tinha conhecimento. Demonstrando preocupação, a Secretária "comprometeu-se a conversar - pela manhã – do dia 18 de junho, com Dr. Benjamim Roriz, pois viajaria naquele mesmo dia para Nova Iorque.

Em 22 de junho de 2004 estive juntamente com Comissão das Empresas, novamente com Vossa Excelência, que afirmou "não ter recebido nenhum comunicado da Secretária Cecília Landim dia 18 de junho, apesar de estar esperando por ela em seu gabinete. Vossa Excelência naquela oportunidade tentou comunicar-se com a Secretária mas, infelizmente não obteve resposta.

Vossa Excelência foi categórico em afirmar que não teria nenhum problema que a Comissão fosse criada pela Secretaria de Governo, mas que precisava conversar antes com a Secretária Landim.

Diante da urgência que o processo requer e do exíguo tempo marcado para a Audiência (30 de junho, próxima quarta-feira), solicitamos a criação da referida Comissão conforme proposta em 29/03/2004 e da indicação dos nomes da Secretaria de Governo e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que irão compor a respectiva Comissão. Os nomes dos representantes dos servidores já foram encaminhados por esse gabinete em Ofício de nº 339/2004 de 22/06/004, para publicação em Diário Oficial do DF.

Para melhor entendimento, segue o Memorial relativo ao Processo Nº 00576-2003-009-10-00-0:

RECEBIDO
Em, ... / .....
Rubrica Matrícula

Recebi em 25/6/04

MEMORIAL

01 – Em 05 de maio de 2000 através do Decreto nº 21.170 (doc.1), o Governador do Distrito Federal deu início a uma Reforma Administrativa onde no artigo 12 afirma: "No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo adotará

Inconstitucionalidade da Legislação que possibilita a nossa transferência para o GDF, certamente os nossos empregos correrão risco. Esse processo culminou com várias reuniões com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Distrito Federal, a Jurídico da TCB, o Sindser, e a Comissão de Empresas;

07 – Em 20 de agosto de 2003 esse processo anterior culminou com uma Proposta de Conciliação do Ministério Público do Trabalho para com o Distrito Federal (doc.8) onde aquele propunha a demissão do 11 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.500 (três mil e quinhentos) empregados das empresas públicas regularmente contratados;

08 - Em 23 de setembro de 2003 (doc.9) o Procurador do Distrito Federal Drº Fernando Cunha Júnior, em reunião com o Ministério Público do Trabalho e os representantes dos trabalhadores declarou que "o Conselho de Política de Recursos Humanos do Distrito Federal não acatou a Proposta de Conciliação que se refere a Ata de audiência do dia 20 de agosto de 2003";

09 – Em 24 de novembro de 2003 (doc.10) realizou-se a Audiência do Processo 00576-003-009-10-00 onde designou-se a data de 31 de março de 2004 para nova audiência;

10 – Nesse espaço de tempo, os trabalhadores Públicos dessas Empresas continuaram sua mobilização que culminou com a AudiÊncia di 29 de março de 2004 (ver fotos) como o Secretário do Governo Drº Benjamim Roriz, estando presentes o Procurador do Distrito Federal Drº Evaldo, O Deputado Brunelli, Drª Tereza Amaro Campelo Bezerra e a Comissão das Empresas. Ao tomar conhecimento da situação, o Drº Benjamim Segismundo de Jesus Roriz pronunciou-se verbalmente, pela busca de uma solução através da constituição de uma Comissão composta por representantes da Procuradoria do Distrito Federal, a Secretaria de Gestão Administrativa e os representantes dos trabalhadores públicos para solução definitiva deste caso. Diante do exíguo prazo da Audiência (31 de março de 2004), propôs o adiamento. Fato este que foi construído entre a Procuradoria Geral do Distrito Federal, o Ministério Público do Trabalho e a Comissão dos Trabalhadores. Sendo adiada a Audiência inicial para 30 de junho de 2004 (doc.11). Nessa reunião, o Ministério Público do Trabalho reafirmou a Proposta de Conciliação feita em 20 de agosto de 2003.

Senhor Secretário, diante do exposto, solicitamos a efetivação da Comissão, proposta por Vossa Excelência em 29 de março de 2004, visto que o prazo pactuado pelas partes e efetivado pela Justiça do Trabalho, esta se esgotando. Cuja Audiência inicial esta marcada para 30 de junho de 2004.

A Sensibilidade expressa pelo Governo do Distrito Federal através de Vossa Excelência, por uma solução que não coloque em risco os empregos dos trabalhadores públicos da SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA e possibilidade a sua [illegible] na Tabela de Empregos Públicos em extinção no âmbito da [illegible] Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal exige a ação

as providências necessárias para a privatização, mediante licitação, das seguintes empresas públicas:

I - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA;

II – Sociedade Abastecimento de Brasília - SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda TCB e, posteriormente a reestruturação da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN;

02 – Em 15 de janeiro de 2001, o Governo do Distrito Federal preocupado com as demissões que poderiam seguir à esse processo de Reestruturação Administrativa, editou a Lei 2.681 (doc.2) que dispõe sobre o aproveitamento dos empregados públicos, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma Tabela de Empregos Públicos em extinsão. A ocupação desses empregos se daria desde que, os trabalhadores fossem admitidos em suas respectivas empresas antes de 05 de outubro de 1988 e, admitidos em data posterior a 05 de outubro de 1988 através de Concurso Público;

03 – Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989 (doc.3) alterando a Lei 2.681 artigo 1º incisos III e IV no que tange às datas de ingresso dos trabalhadores nas suas Empresas. Dessa forma, também seriam remanejados aqueles trabalhadores que foram admitidos em data anterior a 03 de novembro de 199 e que foram admitidos através de Concurso Público em data posterior a 03 de novembro de 1992. Essa alteração beneficiou diretamente 111 (cento e onze) empregados da TCB, que foram admitidos em data posterior a 05/10/88 sem realização de Concurso Público, ferindo assim, a Constituição Federal;

04 – Em 10 de junho de 2003, o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região ajuizou um Ação Civil Publica, com pedido de Liminar (doc.4) contra o Distrito Federal (Secretaria de Gestão Administrativa) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados após 05 de outubro de 1988, que o GDF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para Tabela de Empregos do Distrito Federal, como também os empregados remanescentes das empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção e, a inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 de janeiro de 2001, Lei 2.989 de 11 de junho de 2002, dos Decretos nº 22.322 de 13 de agosto de 2001 (doc.5) e nº 23.082 de 05 de julho de 2002 (doc.06);

05 – Em 17 de junho de 2003 o Drº Fernando Gabriel Bernades – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu o Liminar (doc7), determinando que o Distrito Federal cesse a Transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF como também todos os empregados públicos das Empresas SAB, TCB, CEASA, CODEPLAN;

06 – A partir dessa Liminar os Empregados Públicos dessas Empresas deram início a uma intensa mobilização pois, caso haja a determinação de

mais rápida possível. Fato este, que trará tranqüilamente aos corações dos nossos trabalhadores públicos.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

Excelentíssimo Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal
NESTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 302 /2004-GAB 19 Brasília, 02 de junho de 2004.

Senhor Secretário,

Apraz-me dirigir a Vossa Excelência solicitando agilizar a constituição da **Comissão composta por representantes da Procuradoria do DF, Secretaria de Gestão Administrativa e os Representantes dos Trabalhadores Públicos**, para solução definitiva referente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, cuja audiência foi **adiada para o próximo dia 30.**

Justifico o pedido, por se tratar dos empregos dos trabalhadores públicos da SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA, que clamam por uma solução definitiva e com a brevidade possível. Como é do conhecimento de Vossa Excelência o prazo pactuado pelas partes em 31.03.2004, e efetivado pela Justiça do Trabalho, está se esgotando, por isso, a necessidade urgente da efetivação da comissão.

Ao ensejo, coloco o Gabinete Parlamentar nº19 nesta Câmara Legislativa à disposição dessa Secretaria.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital

A Sua Excelência o Senhor
BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ
Secretário de Estado de Governo do DF
N E S T A

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

URGENTE

OF. Nº 002/2004 /ASSAB

Brasília DF, 18 de maio de 2004

Ilustríssimo Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
MD- Secretário de Estado do Governo

Estamos encaminhando, em anexo, Memorial contendo documentos relativos ao Processo Nº 00576-2003-009-10-00-0 da 9ª Vara do Trabalho de Brasília- Distrito Federal, relativo a Ação Civil Pública com pedido de Liminar, ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10º Região, contra o Distrito Federal – Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Este processo objetiva a anulação de todos os contratos de trabalho dos Empregados da TCB, firmados após 05 de outubro de 1988, o impedimento da transferência de todos os empregados da TCB, SAB, CODEPLAN e CEASA para o GDF, como também a **inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 de janeiro de 2001, Lei 2.989 de 11 de junho de 2002, e dos Decretos nº 22.322 de 15 de agosto de 2001 e nº 23.082 de 05 de julho de 2002.** Esta situação, se concretizada, colocará em risco os empregos de cerca de 3.500 (três mil e quinhentos) trabalhadores públicos das empresas acima mencionadas.

Diante disso, solicitamos a efetivação da Comissão composta por representantes da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, da Procuradoria do Distrito Federal e da Comissão de Trabalhadores das Empresas, assumido por Vossa Excelência em Audiência em 29 de março de 2004, para solucionar esta questão.

Reafirmamos a urgência de uma solução que contemple a manutenção dos empregos desses trabalhadores públicos, visto que, o prazo pactuado com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Distrito Federal e a Comissão dos Trabalhadores, se esgota em 30 de junho de 2004, data de realização da Audiência inicial da Justiça do Trabalho.

Atenciosamente,

A Comissão dos Empregados Públicos das Empresas

Maria Luiza da Silva (SAB 346-7174)

Samuel Ludovico Mariano (TCB 479-3058)

João Carlos Barcelar (CODEPLAN 225-2511)

José Ubiraci Lobo de Souza (CEASA 363-1209)

SEG
RECEBIDO
Em 21/05/04
10:58 hs
Matrícula

Do: Gabinete do Dep. BRUNELLI (nº19). Memo nº 53/2005
Para: Secretário Geral do GMD Data: 31.03.2005

Assunto: utilização da sala de reuniões

Senhor Secretário Geral,

Solicitamos a Vossa Senhoria autorização para utilização da Sala de Reuniões da Presidência no dia 31.03.2005, de 15 às 17 horas, para reunião do Deputado Distrital Brunelli e representantes das empresas, SAB CODEPLAN TCB e CEASA.

Atenciosamente,

GETÚLIO SOARES NOVAES FROTA
Chefe de Gabinete

Maria Aparecida Leite Siqueira
Secretária
Matrícula nº 14..37-6

31/03/05. 10374

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 339 /2004-GAB 19 Brasília, 22 de junho de 2004.

Senhor Secretário,

Apraz-me dirigir a Vossa Excelência para sugerir os nomes abaixo relacionados para comporem a **Comissão composta por representantes da Procuradoria do DF, Secretaria de Gestão Administrativa e os Representantes dos Trabalhadores Públicos,** objetivando a solução definitiva sobre Processo nº 00576-2003-009-10-00 – 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, cuja audiência foi **adiada para o próximo dia 30.**

- SAMUEL LUDOVICO MARIANO = TCB, matrícula nº 56.391-9, fone: 479 3058
- MARIA LUIZA DA SILVA = SAB, matrícula nº 03155-0, fone: 346 7174 ou 9961 8896
- MARCO ANTONIO FERREIRA = Codeplan, matrícula nº 1284-x, fones: 225 2511 ou 919 9256
- JOSÉ UBIRACI LOBO DE SOUZA = Ceasa, fone: 363 1209.

Ao ensejo, coloco o Gabinete Parlamentar nº 19 nesta Câmara Legislativa à disposição dessa Secretaria.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital

A Sua Excelência o Senhor
BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ
Secretária de Estado de Governo do DF
N E S T A

Em 23/06/09
0795-0

SAIN – Estrada Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8195 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

Do: Deputado Brunelli – Líder do PP MEMO Nº 034/2005
Para: Anilcéia Machado–Líder do GDF na CLDF Data: 03/03/2005

Assunto: reunião (URGENTE) para encontrar solução para o "caso" dos funcionários da SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA

Senhora Líder de Governo,

Informo Vossa Excelência que o acordo referente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – Ação Civil Pública, impetrado pelo MPDFT do Trabalho, contra o GDF, em reunião realizada no Gabinete do Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, onde estiveram presente também Vossa Excelência, o Secretário de Assuntos Parlamentares Dr. José Flávio, a Secretária de Administração Dra. Cecília Landim, o representante da Procuradoria do GDF Dr. Ozires e o Dr. Sérgio, Advogado dos funcionários da TCB, não foi homologado pela Justiça.

Mais uma vez, é bom lembrar que a não efetivação do referido acordo importa na demissão de um grande contingente de trabalhadores, o que acarretará inúmeros prejuízos à sociedade do Distrito Federal, como o aumento do desemprego e todos os efeitos negativos que incidirão na política, no social e na economia de nossa cidade.

Diante da gravidade que o caso requer, solicito a Vossa Excelência que marque uma reunião **urgente** com as autoridades acima citadas, a fim de que encontremos uma saída satisfatória para este dissídio.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Líder do Partido Progressista

Recebi em 03/3/05 17:30 hs

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br – www.juniorbrunelli.com.br efd

LEI Nº 3.761, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.
§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput,* ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.
§ 2º As empresas referidas no *caput* são:
I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;
II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;
III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB;
§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.
Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.
Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.
Art. 3º V E T A D O.
Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.
Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.
Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.
Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG 14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG 10	01

Assistente	DFA 05	01

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG 14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG 10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG 10	01
Assistente	DFA 05	01

LEI Nº 3.863, DE 30 DE MAIO DE 2006
DODF DE 31.05.2006

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.

Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.

Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário; em especial, a Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 30 de maio de 2006
118º da República e 47º de Brasília

LEI Nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006 (DODF 248 DE 29/12/2006)

Dispõe sobre a reestruturação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, nos termos do art. 5º Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º A reestruturação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, nos termos do art. 5º Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar com a redação constante no anexo único.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.125 de 16 de janeiro de 2003.

Brasília, DF, de dezembro de 2006.

118º da República e 46º de Brasília

ANEXO ÚNICO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. — CEASA-DF

DENOMINAÇÃO	SIMBOLO	QUAN
Assembléia Geral	acionista	-
Conselho de Administração	Jeton	5
Conselho Fiscal	Jeton	3
Diretoria Colegiada		
1. Presidência	20% acima>remuneração	1
1.1. Secretária	EC-4	2
1.2. Chefe de Gabinete	EC-1	1
2.0. Vice-Presidência	10% acima>remuneração	1
2.1. Secretária	EC-4	1
3.0. Ouvidoria	EC-2	1
4.0. Assessoria Jurídica	EC-2	1
5.0. Assessoria Planejamento	EC-2	1
6.0. Diretoria Administrativa	5% acima>remuneração	1
6.1. Secretária	EC-5	1
6.2. Gerência Administrativa	EC-3	1
6.2.1. Seção Protocolo	FG-2	1
6.2.2. Seção contrato e licitações	FG-2	1
6.2.3. Recursos Humanos	FG-2	1
6.2.4. Seção Patrimônio	FG-2	1
6.2.5. Seção Compras	FG-2	1
6.2.6. Seção Apoio Saúde do Trabalho	FG-2	1
6.3. Gerência de Informática	EC-3	1
6.3.1. Gerência Manutenção Rede/Computadores	FG-2	1
7. Diretoria Financeira	5% acima>remuneração	1
7.1. Secretária	EC-5	1
7.2. Gerência Financeira	EC-3	1
7.2.1. Seção Contabilidade	FG-2	1
7.2.2. Seção Tesouraria	FG-2	1
7.2.3. Seção Cobrança e Faturamento	FG-2	1
8. Diretoria Técnico-	5% acima>remuneração	1

Operacional		
8.1. Secretária	EC-5	1
8.2. Gerência Engenharia	EC-3	1
8.2.1. Seção Serviços Gerais	FG-2	1
8.2.2. Seção Obras, Projetos e Reformas	FG-2	1
8.3. Gerência Técnica	EC-3	1
8.3.1. Seção Análise Estudos	FG-2	1
8.3.2. Seção Ensino Pesquisa	FG-2	1
8.3.3. Seção Normas Técnicas e Padrões Hortiqualidade	FG-2	1
8.3.4. Seção Informação Mercado e Leilão Eletrônico	FG-2	1
8.4. Gerência Operacional	EC-3	1
8.4.1. Seção Fiscalização e Orientação de Mercado	FG-2	1
8.4.2. Seção de Acesso ao Mercado	FG-2	1
8.4.3. Seção Barracão Produtor	FG-2	1
8.4.4. Seção de Marketing	FG-2	1
9. Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional	5% acima>remuneração	1
9.1. Secretária	EC-5	1
9.2. Gerência de Captação de Recursos e Projetos	EC-3	1
9.2.1. Seção de Acompanhamento de Projetos	FG-2	1
TOTAL		53

EC: Empregos em Comissão de Livre Provimento
FG: Funções Gratificadas – servidores efetivos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

Do: Deputado Brunelli – PP MEMO Nº -167/2004
Para: Anilcéia Machado–Líder do GDF na CLDF Data: 27/09/2004

Assunto: efetivação de acordo que garantirá o emprego dos funcionários da SAB, TCB, CODEPLAN e CEASA

Senhora Líder de Governo,

Reitero a Vossa Excelência providências urgentes quanto a efetivação do acordo celebrado dia 13/08/04, referente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – Ação Civil Pública, impetrado pelo MPDFT do Trabalho, contra o GDF, em reunião realizada no Gabinete do Secretário de Governo Dr. Benjamim Roriz, onde estiveram presentes também Vossa Excelência, o Secretário de Assuntos Parlamentares Dr. José Flávio, a Secretária de Administração Dra. Cecília Landim, o representante da Procuradoria do GDF Dr. Ozires e o Dr. Sérgio, Advogado dos funcionários da TCB.

Mais uma vez, é bom lembrar que a efetivação deste acordo evitará que um grande contingente de trabalhadores sejam demitidos, o que acarretará inúmeros prejuízos ao Governo do Distrito Federal, além do aumento do desemprego e de todos os efeitos negativos que incidirão também no social e na economia de nossa cidade.

Portanto, para que não haja percalços na homologação deste acordo na Justiça do Trabalho, marcado para dia 14/10/2004, às 11h00min., se faz necessário que Vossa Excelência, como Líder do Governo nesta Casa, observe e efetive as seguintes providências:

1. Que antecipadamente tenhamos uma cópia do acordo escrito, antes da homologação, para que possamos tranqüilizar milhares de trabalhadores que se encontram aflitos pela iminência de perderem seus empregos, conforme ficou acertado com a Dra. Cecília Landin, na referida reunião;
2. Após verificado este acordo, agendar com o Conselho de Política de Pessoal, subordinado a Secretaria de Administração, para aprovação do mesmo;

Recebi em 28/09/04 18:50h Anilcéia

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193

Diante do curto prazo que temos para homologação desse acordo com a Justiça do Trabalho, solicitamos empenho de Vossa Excelência no sentido de concretizarmos o acordo acertado entre as partes acima elencadas, até porque a esquerda encontra-se a todo o momento tentando desestabilizar esse processo de negociação, plantando informações destoadas no seio das categorias envolvidas, do que realmente foi acertado com o GDF.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

DEPUTADO
Brunelli
Justiça Social e Trabalho

INFORMATIVO - AGOSTO 2004

Na luta pela preservação dos empregos dos funcionários da antiga Sab, Ceasa, TCB e Codeplan

O deputado Brunelli foi peça fundamental na definição de uma alternativa que pode preservar o emprego de 3 mil e 500 servidores públicos lotados na antiga Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Central de Abastecimento (Ceasa), Transporte Coletivo de Brasília (TCB) e Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan).

Foi graças ao trabalho de Brunelli e dos líderes sindicais dessas categorias que o Governo do Distrito Federal(GDF), através da Secretaria de Gestão Administrativa, baixou a portaria 195, de 25 de junho de 2004, criando uma comissão Especial que vai negociar junto à Justiça do Trabalho os termos de um processo, movido pelo Ministério Público, que poderia provocar a demissão desses funcionários, depois da extinção das empresas acima citadas.

Conforme explica a presidente da Associação dos Servidores da Sab, Maria Luíza da Silva, toda confusão começou em maio de 2000 quando o então governador Cristovam Buarque baixou decreto dando início a uma Reforma Administrativa, com prazo de 90 dias, que previa a privatização da Ceasa, Sab, TCB e Codeplan. Esta última, contudo, acabou ficando de fora do processo de venda para o setor privado.

DANIEL ARAUJO



Foi em janeiro de 2001, continua ela, que, "por iniciativa de nós sabianos, que a Câmara Legislativa do DF aprovou a lei 2.681, sancionada pelo Governador, dispondo sobre o aproveitamento dos empregados das referidas empresas no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, a partir da criação de uma Tabela de Empregos Públicos em extinção.

A propósito, lembra o deputado Brunelli, a exigência para o aproveitamento desses servidores, prevista na lei, era que tais servidores fossem admitidos em suas respectivas empresas antes de 05 de outubro de 1988 e, posteriormente a esta data, através de Concurso Público, conforme determina a Constituição.

Justiça do Trabalho dá 60 dias para que GDF e servidores das empresas encontram uma solução

DANIEL ARAÚJO



Em audiência realizada na sexta-feira (quatro de agosto), a Justiça Trabalhista deu um novo prazo, de 60 dias, para que o Governo do Distrito Federal(GDF) e os servidores possam chegar a uma solução de compromisso capaz de garantir o emprego dos 3.500 pais de famílias. Agora, entende o deputado Brunelli, vamos tentar que o governador Joaquim Roriz participe pessoalmente das negociações e, com seu poder político, resolva de uma vez por todas a questão.

O representante dos servidores da TCB, Samuel Ludovico Mariano, lembra que a situação começou a complicar a partir do momento em que o GDF editou a lei 2.989, alterando os dispositivos de outra lei, a 2681, em seus incisos III e IV, com relação às datas de ingresso dos *trabalhadores em suas empresas. Essa mudança,* argumenta, trouxe benefício direto para 111 funcionários da TCB que haviam sido admitidos naquela companhia em data posterior a cinco de outubro de 1988.

A polêmica, que suscitou uma Ação do Ministério Público do Trabalho, foi conseqüência desses 111 funcionários terem sido admitidos sem concurso público, ferindo o que determina a Constituição. Foi em razão disso que, em 10 de junho de 2003, o Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria Regional do Trabalho 10ª Região, ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra o Governo do Distrito Federal, exigindo a anulação de todos os contratos de trabalho firmados após cinco de outubro de 1988.

E o pior, na ação, diz Samuel Ludovico, o Ministério Público exige que o GDF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a Tabela de Empregos em Extinção, como também os servidores das demais empresas em processo de extinção ou privatização(Ceasa, Sab e, posteriormente, Codeplan).

Para o deputado Brunelli a situação se agravou *a partir da decisão tomada pelo juiz da 9ª Vara* da Justiça do Trabalho, Gabriel Bernardes, que concedeu liminar determinando ao GDF que cessasse qualquer transferência dos referidos servidores para seus quadros funcionais. Foi "ali que começou a verdadeira via crucis desses servidores, ameaçados injustamente, devido a uma a confusão jurídica, de perderem suas funções e vínculos empregatícios", destaca o deputado.

Questão jurídica inquieta servidores e ameaça seus empregos

Para o representante dos servidores da antiga TCB, Samuel Ludovico Mariano, a situação começou a complicar a partir do momento em que o GDF editou a Lei 2.989, alterando os dispositivos de outra lei, a 2681, em seus incisos III e IV, com relação às datas de ingresso dos trabalhadores em suas empresas. Essa mudança, argumenta, trouxe benefício direto para 111 funcionários da TCB que haviam sido admitidos naquela companhia em data posterior a cinco de outubro de 1988.

A polêmica, que suscitou uma Ação do Ministério Público do Trabalho, foi conseqüência desses 111 funcionários terem sido admitidos sem concurso público, ferindo o que determina a Constituição. Foi em razão disso que, em 10 de junho de 2003, o Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria Regional do Trabalho 10 Região, ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de liminar, com o Governo do Distrito Federal, exigindo a anulação de todos os contratos de trabalho firmados após cinco de outubro de 1988.

E o pior, na ação, diz Samuel Ludovico, o Ministério Público exige que o GDF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a Tabela de Empregos em Extinção, como também os servidores das demais empresas em processo de extinção ou privatização(Ceasa, Sab e, posteriormente, Codeplan).

Para o deputado Brunelli a situação se agravou a partir da decisão tomada pelo juiz da 9 Vara da Justiça do Trabalho, Gabriel Bernardes, que concedeu liminar determinando ao GDF que cessasse qualquer transferência dos referidos servidores para seus quadros funcionais. Foi "ali que começou a verdadeira via crucis desses servidores, ameaçados injustamente, devido a uma a confusão jurídica, de perderem suas funções e vínculos empregatícios", destaca o deputado.

EXPEDIENTE
Informe Deputado Brunelli
Jornalista Responsável
Carlos Max - R.P. - 189.02.61 (DF)
Editoração Eletrônica
Ric Bernardez
Impresso
Tiragem: 20.000 exemplares

Brunelli e servidores das empresas se mobilizaram para evitar o pior

A partir da concessão da liminar, impedindo a transferência desses servidores para órgãos do GDF, conforme previa legislação de 2001, houve "um verdadeiro choque, porque tudo poderia ir por água abaixo e nossos empregos estariam realmente ameaçados", destaca o representante dos servidores da Ceasa, José Ubiraci Lobo de Souza. Com essa situação dramática, desfavorável e completamente ilógica, retruca Maria Luíza da Silva, não nos restou outra alternativa que não fosse lutar ainda mais por nossos direitos.

O que está em jogo, explica o deputado Brunelli, é a vida de 3.500 pais de família que, de uma hora para outra, poderão ver seus empregos jogados na lata do lixo devido a questões jurídicas e legais. Os servidores da Sab, Ceasa, TCB e Codeplan partiram então para um movimento organizado visando evitar que o pior viesse a acontecer, a perda de seus empregos.

Desde então, junho do ano passado, foram feitas reuniões com representantes do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria do Distrito Federal, do Departamento Jurídico da TCB(empresa diretamente envolvida) e com o GDF, a partir da Secretaria de Gestão Administrativa. Em todas essas instâncias, reuniões e debates esteve presente o deputado Brunelli.

Depois de muita luta surge a luz no fim do túnel: criada Comissão Especial para tratar da crise


DANIEL ARAÚJO

A primeira tentativa de solução do problema surgiu em 20 de agosto de 2003, quando o Ministério Público do Trabalho apresentou uma proposta concreta de solução do impasse ao GDF. A idéia era simples e direta: os 111 servidores sem concurso público da TCB, admitidos pelo GDF , seriam demitidos e os demais 3.500 funcionários teriam suas transferências para os demais órgãos do Governo regulamentadas. Acontece que o GDF, 33 dias depois de ter recebido a proposta do Ministério Público do Trabalho decidiu não aceitá-la.

Os argumentos utilizados pelo GDF foram baseados numa análise jurídica feita pelos integrantes do Conselho de Política de Recursos Humanos do DF. Este Conselho não acatou a proposta e, assim, o assunto retornou à estaca zero. Ou seja, a ameaça sobre os empregos daqueles servidores continuava sendo uma dramática realidade, comenta Brunelli.

Foi então, já no dia 24 de novembro de 2003, que a pressão dos servidores surtiu efeito e permitiu o adiamento do julgamento do mérito da questão pela Justiça do Trabalho(a liminar já havia sido concedida conforme vimos anteriormente). A audiência prevista para aquele dia foi transferida para uma data mais "palatável", 31 de março de 2004.

Era o prazo que os servidores e o deputado Brunelli consideravam necessário para a retomada do diálogo e das negociações junto ao GDF, Ministério Público do Trabalho e TCB. Depois de muita luta, lembra Maria Luiza, e através de um grande esforço do deputado Brunelli, foi possível marcar uma reunião com o Secretário de Governo do GDF, Benjamim Roriz.

Veja bem, essa reunião só aconteceu no dia 24 de março deste ano, uma semana apenas antes da data prevista para nova audiência na Justiça do Trabalho. Menos mal que ela ocorreu ainda a tempo de evitar o pior. Naquele encontro estiveram presentes os representantes dos funcionários, o deputado Brunelli, o Procurador do Distrito Federal, entre outros.

Foi aí que o Secretário Benjamim Roriz sugeriu a criação de uma Comissão Especial como tentativa de resolver o impasse, do ponto de vista legal, técnico, jurídico e, também, político. No mesmo dia, por sugestão do Secretário, a audiência na justiça foi adiada mais uma vez, agora para o dia 30 de junho.

Uma causa nobre e digna

DANIEL ARAÚJO



Quando Maria Luiza, Samuel Ludovico, José Ubiraci e Marco Antônio Ferreira me procuraram como representantes dos funcionários da Sab, TCB, Codeplan e Ceasa, expondo a dramaticidade do problema, não pensei duas vezes: botei o carro para andar. A questão para mim estava clara, cristalina, os direitos desses servidores estavam prestes a serem violados devido a uma interpretação jurídica justificada apenas pela letra fria da lei.

Como já fui dirigente da Sab, tenho conhecimento do que era a empresa e seu valor para a sociedade. Desde logo coloquei meu gabinete e toda minha equipe à disposição, na tentativa de encontrar uma solução lógica para o caso, preservando empregos e garantindo a sobrevivência de 3.500 pais de família.

O importante a considerar era que a situação mostrada pelos servidores não poderia ser mantida. Uma questão básica diz respeito à aprovação, pela Câmara Legislativa, da Lei 2.681, de 15 de janeiro de 2001, garantindo o emprego a esses funcionários com o devido apostilamento deles em órgãos do GDF.

Como parlamentar em primeiro mandato, não titubeei e coloquei mãos à obra. Tenho participado de todas as instâncias do processo, não apenas pessoalmente, mas também através de meus assessores. Foi possível conseguir uma grande vitória, a criação pelo GDF da Comissão Especial encarregada de encontrar uma solução de consenso para o problema.

A transferência da audiência na Justiça do Trabalho, para o dia 15 de setembro, foi um passo decisivo para que, nesse espaço de tempo, seja possível encontrar uma saída definitiva capaz de preservar o emprego desses trabalhadores.

Numa época em que o desemprego tem sido um dos maiores flagelos de nosso tempo, afetando a vida de milhões de brasileiros, especialmente os de baixa renda, não é lógico e nem aceitável ceifar cargos públicos de forma desordenada e abrupta.

Acredito na vitória final. É assim que vejo a atuação de um parlamentar. Sem preocupar apenas com siglas políticas ou questões ideológicas. O bem-estar do cidadão comum, do trabalhador, está acima de todas as coisas.

É dever do parlamentar lutar pelo que considera correto e lógico. Aqui encontrei uma bandeira mais que justificável: a defesa dos direitos do servidor público.

Deputado Distrital Brunelli

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 195, DE 25 DE JUNHO DE 2004

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições e, objetivando analisar e propor um encaminhamento de solução em relação ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 - 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF decide:

Art. 1º - Constituir Comissão com o objetivo especificado na Ementa desta Portaria.

Art. 2º - A Comissão a que se refere o art. 1º será composta dos seguintes membros: Sônia Oliveira Nogueira, representante da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Coordenadora da Comissão; um representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a ser indicado; um representante da Secretaria de Estado de Governo, a ser indicado; Samuel Ludovico Mariano, representante dos empregados da TCB; Maria Luiza da Silva, representante dos empregados da SAB; Marco Antônio Ferreira, representante dos empregados da CODEPLAN; José Ubiraci Lobo de Souza, representante dos empregados da CEASA.

Art. 3º - A Comissão a que se refere o art. 1º terá o prazo de trinta dias, a partir da data de publicação desta Portaria, para finalizar seus trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LUIZ CARLOS DE ALMEIDA CAPELLA

Sindicalistas reconhecem trabalho de Brunelli

Marco Antônio Ferreira, da Associação dos Servidores da Companhia de Desenvolvimento do Planalto(Codeplan):

"O deputado Brunelli foi um parceiro sério, lutador e incansável na busca de uma solução que preservasse os empregos dos servidores da Codeplan. O importante a destacar é que, enquanto a Câmara Legislativa vem sofrendo desgastes em sua imagem devido a eventuais deslizes de seus ocupantes, neste caso, a ação vigorosa do deputado Brunelli mostrou como é possível a um político, independente de cor partidária ou da ideologia, defender a causa justa".

José Ubiraci Lobo de Souza, da Associação dos Servidores da antiga Central de Abastecimento de Brasília(Ceasa):

"Os servidores dessas quatro companhias enfrentaram, de repente, uma situação caótica e de completa insegurança. Tivemos que mobilizar todas as categorias e de buscar amplo apoio na sociedade civil, nos partidos políticos e nos meios de comunicação. Para nossa surpresa, porque ainda não o conhecíamos completamente, o deputado Brunelli mostrou-se um verdadeiro guerreiro na tentativa de garantir o emprego de quem precisa".

Samuel Ludovico Mariano, da Associação dos Servidores da antiga TCB:

"A verdade é que 3.500 pais de família estão com seus empregos ameaçados. Não tivemos alternativa que não fosse buscar apoios capazes de garantir o nosso pão de cada dia. A postura do deputado Brunelli, especialmente junto aos órgãos burocráticos do Governo do Distrito Federal(GDF), na tentativa de encontrar uma saída legal para o problema, foi elogiável, digna de um parlamentar ciente e consciente de seus deveres para com a comunidade".

Maria Luiza da Silva, da Associação dos Servidores da antiga Sociedade de Abastecimento de Brasília(SAB):

"Olha, o fato é que o deputado Brunelli mostrou a todos nós como deve um agir um parlamentar na defesa dos direitos dos trabalhadores e das camadas menos favorecidas da população. Desde o início de nossa luta tínhamos em mente que a questão não era política e, muito menos partidária. A nós, ameaçados de perder nossos empregos, restava provar a nossa honestidade de propósitos contra a mão fira da lei e do processo burocrático. O deputado Brunelli, profundo conhecedor da Sab, pois foi dirigente daquela estatal, não mediu esforços para obter do GDF e da Justiça do Trabalho um acordo capaz de preservar os empregos de 3.500 pessoas. Ele foi coerente, honesto e batalhador. Um exemplo de parlamentar".

Fale com o Deputado Brunelli

O deputado Brunelli está à disposição na Câmara Legislativa. Venha ao gabinete ou mantenha contato com nossa assessoria jurídica, parlamentar, evangélica ou de comunicação pelos telefones 348-8190 a 96, por e-mail (dep.brunelli@cl.df.gov.br) ou pelo fax 348-8193. O endereço do deputado Brunelli é Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural - Gabinete nº 19 - Cep: 70086-900.

Informa

Aos Empregados da TCB

Comissão luta pela garantia do emprego

Como é do conhecimento de todos servidores, a Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, contra a nossa transferência, vem se arrastando desde julho 2003. A comissão dos representantes das empresas vem trabalhando, desde o inicio, junto ao Ministério Público e o GDF com o objetivo de encontrar uma solução capaz de resolver em definitivo o problema. Por várias vezes conseguimos o adiamento da audiência pública na Justiça do Trabalho.



Comissão reunida com Benjamim Roriz, Secretário de Governo

Deputado Brunelli entra na briga para ajudar os empregados da Sab, Ceasa, Codeplan e TCB

Em março do ano passado, a Comissão de Trabalhadores procurou o deputado que se prontificou a buscar entendimentos junto ao Governo do distrito Federal. Após várias reuniões com o Secretário de Governo, Benjamim Roriz, e a Secretaria de Administração, Cecília Landim, conseguimos que fosse criada a Comissão composta por representantes da Secretaria de Gestão Administrativa, além de um representante de cada uma das empresas. Esta Comissão ficou encarregada de apresentar ao GDF uma proposta de acordo que permitisse a solução do problema na Justiça Trabalhista. A partir daí houve o adiamento da audiência marcada na 9 Vara de Justiça do Trabalho, antes prevista para o dia 30 de junho. A nova data ficou estabelecida , após acordo, para o dia 15 de setembro.



Comissão reunida com o Ministério Público do Trabalho



Comissão reunida com Cecília Landim, Secretária de Administração

PORTARIA Nº 223, DE 23 DE JULHO DE 2004

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º – Constituir Comissão com o objetivo de propiciar aos representantes dos empregados das empresas públicas que se enquadram nas situações previstas no art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, com a redação dada pela Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, a oportunidade de oferecer proposta que possa subsidiar a Administração relativamente ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 – 9ª Vara do Trabalho de Brasília – DF.

Art. 2º - A Comissão a que se refere o artigo 1º será composta pelos seguintes membros: Luiz Carlos de Almeida Capella, representante da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Coordenador da Comissão; Samuel Ludovico Mariano, representante dos empregados da TCB; Maria Luiza da Silva, representante dos empregados da SAB; Marco Antônio Ferreira, representante dos empregados da CODEPLAN; José Ubiraci Lobo de Souza, representante dos empregados da CEASA.

Art. 3º - A Comissão a que se refere o artigo 1º terá o prazo de 15 dias a partir da publicação para finalizar seus trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 195, de 25 de junho de 2004.

MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM

Esses adiamentos da audiência pública serviriam para dar às partes envolvidas na negociação tempo suficiente para se chegar a um consenso sobre a matéria. No entanto, a Justiça Trabalhista, alegando prazos legais inadiáveis resolveu antecipar a audiência para o dia seis de agosto.

Servidores das empresas realizam ato público na Câmara Legislativa

A antecipação da audiência pública na Justiça Trabalhista trouxe grande preocupação aos servidores , pois, sem o acordo os nossos empregos continuariam ameaçados. Em virtude dessa situação, a Comissão de Servidores mobilizou, de última hora, a categoria para a realização de um ato público de protesto na Câmara Legislativa, quando, inclusive, o deputado Brunelli fez no plenário um discurso alertando ao GDF sobre a morosidade nas negociações.

Depois desse pronunciamento, aconteceu uma reunião no gabinete da presidência da Câmara, onde estiveram presentes o deputado Benício Tavares, Anilcéia Machado e Brubelli. Desse encontro ficou reforçada a idéia de aprofundar as negociações junto ao GDF para que o impasse venha a ser resolvido. Benício Tavares encaminhou correspondência ao juiz titular da 9° Vara do Trabalho, assumindo o compromisso de interceder junto ao GDF para que as negociações fossem desemperradas e assim finalizar o acordo proposto pelo Ministério Público do Trabalho.



Comissão reunida na Câmara Legislativa, com os Deputados Brunelli, Anilcéia Machado, e Benício Tavares



Servidores da TCB em ato público na Câmara Legislativa

Servidores da TCB agora tem advogado





Assembléia da TCB

No dia 29 de março, fizemos uma assembléia na garagem central colocando aos servidores a necessidade de termos um advogado, para nos defender na Ação. Como não foi possível a contratação, estávamos sem defesa jurídica organizada. Hoje a situação mudou pois a Juíza do Trabalho, Tamara Gil Alves Portugal, acatou o pedido da comissão e autorizou a contratação de um advogado. O Dr. Sérgio Ferreira Viana, da assessoria jurídica do deputado Brunelli, vai nos defender no processo em todas as estancias sem nenhum custo financeiro para o servidor. O deputado Brunelli colocou toda sua estrutura jurídica a nossa disposição.

DEPUTADO
Brunelli
Justiça Social e Trabalho

Informativo do Deputado Brunelli - Dezembro/2004

Dois anos trabalhando em favor dos desprotegidos



Gás natural como combustível será realidade

Servidores da SAB, CEASA, TCB e CODEPLAN têm empregos garantidos

Brunelli aprova lei isentando igrejas do pagamento do ICMS e do ISS

Perfil político do mais jovem parlamentar da Câmara Legislativa

O deputado distrital Brunelli, líder do Partido Progressista(PP), é um dos mais jovens parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Logo em seu primeiro mandato foi eleito para presidir, em fevereiro de 2003, a mais importante comissão permanente daquela Casa Legislativa, a de Constituição e Justiça(CCJ).

É importante lembrar que, ao assumir o comando da CCJ, Brunelli foi obrigado a adotar uma série de medidas destinadas a agilizar os trabalhos daquela comissão: é que já fazia um ano, desde março de 2002, [illegible] um acúmulo de processos, resolvido de maneira ágil e eficiente pelo deputado Brunelli.

Depois de um ano no comando da CCJ, o deputado Brunelli assumiu um outro desafio, o de presidir a Comissão de Assuntos Sociais(CAS), outra comissão importante da Câmara Legislativa. Brunelli continua como integrante da CCJ e exerce as funções de líder do PP na Casa.

Uma das principais bandeiras do deputado Brunelli é a regularização fundiária dos mais de 500 condomínios existentes na capital federal, dando cidadania a quem comprou, de boa-fé, terrenos para a edificação de suas residências.

A questão é complexa e polêmica. Mas Brunelli entende ser possível alterar a atual Lei de Licitações, uma lei federal, para permitir a "venda direta" dos lotes aos seus ocupantes. A questão está sendo tratada pelo Congresso Nacional.

Brunelli tem como slogan "justiça social e trabalho". Fiel a esse pensamento, o deputado apresentou nos primeiros dois anos de mandato 80 projetos de lei. Dentre eles destacam-se aqueles que propõem a instituição do vale transporte para os desempregados, a adoção do gás natural como combustível (beneficiando ônibus urbanos e táxis), a isenção do pagamento de taxas para inscrição em concursos públicos às pessoas de baixa renda.


DANIEL ARAÚJO

Várias leis importantes, de autoria do deputado Brunelli, já foram aprovadas pelo plenário da Câmara Legislativa e sancionadas pelo governador Joaquim Roriz. O destaque é para a lei que regulamenta a assistência religiosa nos presídios e hospitais da capital federal e a que institui o Serviço de Verificação de Óbitos(SVO), deixando ao Instituto de Medicina Legal(IML) apenas os casos de morte violenta.

Rubens César Brunelli Júnior nasceu em 20 de fevereiro de 1970, em São Paulo, capital, tem 34 anos, é casado. É filho do apóstolo Doriel de Oliveira, fundador da Casa da Benção e da missionária Rute Brunelli de Oliveira. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade Católica de Brasília, tendo concluído o curso em março de 1993.

Formou-se também em Direito pela Faculdade do Planalto Central, na cidade de Valparaíso, no Estado de Goiás, em agosto de 1997.

Foi eleito deputado distrital em outubro de 2002, pelo PP, quando obteve 7 mil 691 votos. Antes, em 1994 e 1998, sempre pelo PP, foi suplente de deputado distrital. Entre 1999 e 2001 Brunelli exerceu as funções de Diretor Comercial da Sociedade de Abastecimento de Brasília(SAB).

Como deputado e pastor evangélico, Brunelli tem lutado pelo povo de Deus na Câmara Legislativa. Ao longo de 2003 lutou e conseguiu, por exemplo, a isenção do pagamento do IPTU e da Taxa de Lixo para os templos religiosos de todo o Distrito Federal. Está lutando também pela definição de um diploma legal que deixe claro que os templos religiosos não devem ser tratados como empresas comerciais, no caso da exigência do alvará de funcionamento.

Regularização dos condomínios atenuará desequilíbrios sociais

A primeira causa abraçada pelo deputado Brunelli foi em janeiro de 2003, antes da abertura dos trabalhos da Câmara Legislativa, na qualidade de integrante da Comissão Representativa que atua durante o recesso parlamentar. Brunelli foi quem primeiro defendeu a idéia de fazer a venda direta dos lotes para as pessoas que moram em loteamentos não regularizados. Para que isso ocorra será necessário alterar a Lei de Licitações em vigor.

A venda direta vai permitir a regularização de pelo menos 230 condomínios existentes no Distrito Federal, envolvendo uma população de 500 mil pessoas. Brunelli defende que o atual morador de condomínio não regularizado tenha o direito de preferência na hora em que a Terracap fizer a licitação para a venda do imóvel.

Hoje o governador Joaquim Roriz é um defensor da venda direta e espera apenas que a questão legal seja resolvida para poder implementar a regularização dos condomínios existentes na capital federal.

De acordo com a proposta de Brunelli, a Terracap e a Caixa Econômica Federal(CEF) fariam a avaliação do terreno e o venderiam ao seu ocupante pelo "valor da terra nua" em prestações que poderiam variar de 48 a 120.

Após dois anos de mandato, o deputado Brunelli continua otimista e considera que a venda direta dos lotes para quem mora em condomínio não regularizado poderá ser instituída até o final deste ano.

Tramitam, atualmente, no Congresso Nacional vários projetos visando a uma solução para o problema, mas a ação da bancada do DF, notadamente do deputado José Roberto Arruda e do senador Paulo Octávio, também sensíveis ao problema, poderá acelerar a votação e a aprovação das matérias.

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável:
Carlos Max - R.P. - 189.02.61/DF
Editoração Eletrônica:
Ric Bermudez
Impresso
Tiragem: 20.000 exemplares

Conheça as ações de Brunelli nos diversos condomínios onde se concentram moradores de baixa renda

DANIEL



O deputado brunelli vem desenvolvendo uma série de outras atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram ness loteamentos.Leia, a seguir, um resun dessas iniciativas:

Parque Sol Nascente (QNQ, setor P. Norte)

-Instalação do sistema de coleta seletiva de lixo, três vezes por semana.

- Melhoria do sistema de segurança no local. O comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar liberou uma viatura policial para fazer a ronda diária no setor QNQ

- Negociação com o GDF para que cessassem as derrubadas de casas no local e fosse aberto um diálogo com o Governo com objetivo de encontrar uma saída não traumática para os moradores locais.

- A Caesb e a CEB iniciaram o processo de regularização do abastecimento de água e do fornecimento de energia elétrica para os moradores do Condomínio Pôr-do-Sol

- Reunião com os moradores das quadras 14, 16 e 18 do Riacho Fundo II, no sentido de garantir a permanência dos moradores no local e negociação com a Caesb para que fossem colocados hidrômetros nas residências.

Colônia Agrícola Sucupira Riacho Fundo I

-Defesa do direito de permanência da comunidade no local e gestões com o GDF pa conter as derrubadas, garantindo o direito d moradores que compraram lotes, de boa-fé agora estão ameaçados de perder o dinhei investido e ficar sem um lugar para morar.

-Parceria com a comunidade (prefeitu associação de moradores) para que o GL pelos órgãos competentes, implante ali serviç de abastecimento de água, coleta seletiva lixo, além de buscar soluções junto ao Gover para que o meio ambiente seja preservado.

Parque JK e Colônia Agrícola Arniqueira

-Luta para os moradores das chácaras 2 28A, 28 B, 29 e Condomínio Vida No (Samambaia) permaneçam no local. Hou negociações com o GDF para que as derruba deixassem de ser praticadas.

-Busca-se junto à Caesb e à CEB a adoç do sistema de abastecimento de água e ener elétrica no local. As negociações estão andamento e as medidas, sendo adotadas maneira gradual.

-Reunião com os líderes da comunidade lo para a preservação da mata ciliar ali existen colocando-se uma cerca de contenção.

Melhores condições para funcionamento da Feira do Produtor de Ceilândia

Desde que assumiu seu mandato na Câmara Legislativa, o deputado Brunelli vem desenvolvendo uma série de atividades junto às pessoas que têm negócios na chamada Feira do Produtor. Em conjunto com as lideranças locais, o deputado realizou várias reuniões com representantes do GDF com o objetivo de melhorar as condições de trabalho daquela localidade, tornando-as adequadas para o exercício do comércio.

Observe, abaixo, as medidas adotadas pelo GDF a partir das negociações feitas pelo deputado Brunelli:

-Pintura de faixas e placas de sinalização

-Negociação para que seja instalado um posto de conveniência do BRB

-Construção dos boxes da Etapa C da Feira do Produtor



-Pedido junto à direção da Caesb para a regularização do sistema de abastecimento de água no local

-Colocação de medidor de energia elétrica, pela CEB, em cada um dos boxes ali existentes.

-Pavimentação das ruas da Etapa C

-Apoio junto à Secretaria de Desenvolvimento para que os interessados venham a adquirir seus boxes com recursos financeiros do Pró-DF

-Apoio ao presidente da associação dos produtores rurais com objetivo de reivindicar junto ao GDF a revitalização do cinturão verde

-Duplicação da pista que dá acesso à Feira do Produtor, em negociação junto à Secretaria de Obras.

Brunelli garante empregos de 3.500 servidores públicos do GDF

Depois de meses de luta junto aos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), Ministério Público do Trabalho e Justiça Trabalhista, os três mil e quinhentos servidores originários da SAB, Ceasa, TCB e Codeplan, podem respirar aliviados: a ameaça de demissão foi afastada em definitivo. O deputado Brunelli venceu junto com os servidores porque lutou, sem distinguir ideologia ou cor partidária, buscando garantir o sustento e a sobrevivência desses servidores. A causa era nobre, justa e digna, diz o deputado.

A garantia dos empregos dos servidores daquelas empresas, algumas privatizadas e outras em processo de extinção, foi conseqüência de um acordo firmado no dia 14 de outubro, entre o GDF e o Ministério Público do Trabalho. O acordo será agora homologado pela Justiça do Trabalho.

O acordo no Ministério Público do Trabalho, explica o deputado Brunelli, foi obtido depois que "o GDF, através da Secretaria de Gestão Administrativa, fez aprovar no Conselho de Política de Recursos Humanos (CPRH) documento garantindo a inclusão de todos os empregados originários da TCB, Ceasa, SAB e Codeplan na Tabela de Empregados em Extinção do Distrito Federal, na mesma função e remuneração anteriores".

Já os 111 servidores admitidos sem concurso público, no período compreendido entre 05 de outubro de 1988 e 03 de novembro de 1992, o GDF optou pela continuidade da Ação Civil Pública até o trânsito em julgado. Traduzindo: o GDF pretende garantir o emprego desses 111 servidores, pois considera ser possível ganhar a causa na Justiça Trabalhista.

A ação foi impetrada pelo Ministério Público do Trabalho sob o argumento de que tais servidores, que foram contratados sem concurso, conforme exige a legislação em vigor.

ACESSE O NOVO SITE:
www.brunelli.com.br

Brunelli propõe ao GDF, obras nas áreas de saúde, transporte e segurança em Águas Claras

A partir dos contatos mantidos com a comunidade de Águas Claras (Areal) e de Taguatinga, o deputado Brunelli apresentou emendas ao Orçamento do Distrito Federal (GDF), além de dezenas de indicações, sugerindo a realização de várias obras naquelas duas cidades, incluindo a reforma de centros hospitalares, duplicação de avenidas e medidas voltadas para a segurança do cidadão.

Uma das principais medidas foi a inclusão no orçamento do DF, votado e aprovado no final do ano passado, da liberação de recursos financeiros no valor total de R$ 1 milhão e 300 mil, só para Águas Claras, visando à construção de duas escolas de ensino fundamental.

Ainda em Águas Claras, também mediante aprovação de emenda ao Orçamento, foi garantida a duplicação da avenida principal daquela cidade, cujas obras o governador Joaquim Roriz prometeu iniciar ainda neste semestre. A duplicação da avenida é um das principais reivindicações da população local. Outra medida que o deputado solicitou ao governador Joaquim Roriz diz respeito à remoção do albergue existente na cidade.

Além disso, o deputado Brunelli apresentou ao plenário da Câmara Legislativa, ao longo dos últimos doze meses, 30 indicações ao governador Joaquim Roriz solicitando melhorias nas áreas de saúde, segurança e transportes para a população de Águas Claras.

Conheça as principais do deputado para Águas Claras:

01.Remoção do albergue de Águas Claras;

02.Instalação de rede de águas pluviais nas QS 05,06e 08, e na Q.301;

03.Reforma e melhoria no atendimento do CAIC Walter José Moura;

04.Asfaltamento da rua 800 da QS 07;

05.Construção de escolas de primeiro grau, da sexta à oitava séries;

06.Reativação do Posto da Polícia Militar nas QS 04 a 11;

07.Implantação de uma agência do BRB.

08.Implantação de um posto dos Correios

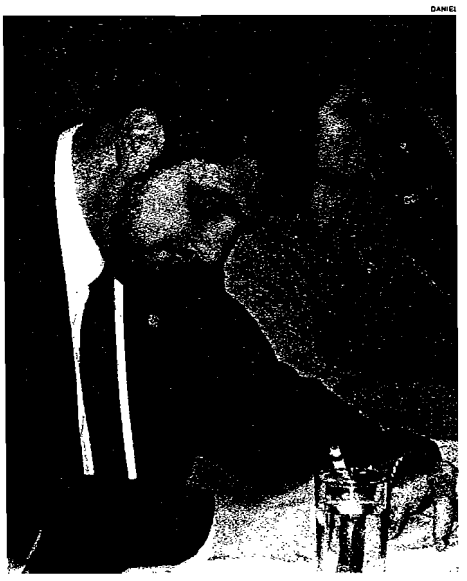
09. Iluminação pública em toda a avenida Águas Claras

10.Criação de linhas de ônibus urbanos

11.Implantação de faixa de pedestre na QS 10

12.Implantação de rede de esgoto e de água potável em todos os condomínios da cidade

Melhorias para Ceilândia



O deputado Brunelli apresentou várias emen ao Orçamento do Distrito Federal, referentes período 2004/2006, beneficiando a população Ceilândia. Uma das suas mais importantes iniciati foi a emenda que propõe o asfaltamento do tre ligando a Via P-Sul até Samambaia, passando p Recanto das Emas, o que vai desafogar o trân naquela região e beneficiar perto de 400 mil pess

De acordo com a proposta do deputado Brun até 2006 o GDF deverá liberar o equivalente a 1,5 milhão para a efetivação de obras naquela "Mantive contatos com o governador Joaquim R e ele me garantiu que a verba será liberada e as ol serão realizadas dentro dos prazos previst assinalou o deputado.

Em outra emenda, no valor de R$ 750 mi deputado Brunelli propôs ao GDF a construçã várias quadras poliesportivas em áreas do P-Sul, c o objetivo de dar à população local, além de segura mais lazer e conforto. Entende Brunelli que as ol servirão para melhorar a vida da comunidade Ceilândia, especialmente com relação ao fluxo trânsito.

Não foi apenas Ceilândia que recebeu a aten do deputado Brunelli, mas também cidades co Taguatinga e Recanto das Emas. No caso Taguatinga Sul, por exemplo, o deputado propõ alargamento da pista localizada entre as QSBs 12 e 16, e o Parque Ecológico Boca da Mata. Os recu previstos são de R$ 200 mil e deverão ser libera até o final de 2004.

Luta por melhores condições de vida para a população de Taguatinga

O deputado Brunelli está sendo um dos principais responsáveis pela construção da terceira via de acesso ao Pistão Sul, obra já iniciada pelo Governo do Distrito Federal, a partir da aprovação de emendas do parlamentar no Orçamento do GDF, para o período 2004/2006, no valor total de R$ 5 milhões e 119 mil. A terceira via do Pistão Sul tornou-se uma urgência para a população de Taguatinga, em especial devido ao estrangulamento do trânsito naquele local, onde se concentram grande lojas comerciais e shoppings.

As emendas do deputado Brunelli beneficiaram também outros setores de Taguatinga, além de cidades como Ceilândia, Águas Claras e Samambaia. Foi ainda graças às ações do deputado que a Companhia Energética de Brasília (CEB) promoveu a remodelação e modernização da iluminação pública em Taguatinga Sul, fato que vem contribuindo para a redução dos índices de violência na cidade.



Setor Industrial da cidade terá reajuste menor do IPTU

Graças a uma emenda do deputado Brunelli de outros parlamentares, os empresários do Setor de Indústria de Taguatinga foram beneficiados com uma redução substancial nas alíquotas do IPTU a ser pago em 2005. De acordo com a emenda, aprovada em plenário, as empresas localizadas naquele setor terão um reajuste de apenas 10% nos valores do IPTU a ser pago em 2005.

A proposta original do GDF penalizava os proprietários de empresas no Setor Industrial de Taguatinga(QI) com um reajuste de até 107,48% nos valores do IPTU. Brunelli defende que a justiça tributária seja aplicada, evitando-se prejudicar o já sofrido setor produtivo candango.

Parceria no esporte começa por Brazlândia



O deputado Brunelli está desenvolvendo uma interessante parceria que envolve ligas amadoras de futebol, a Secretaria de Esportes e torcidas organizadas. O primeiro evento concreto aconteceu com a Liga do Desporto Amador de Brazlândia (LIDAB), cujos times passarão a utilizar em seus uniformes o nome do deputado.

Ao mesmo tempo, segundo explicou o deputado Brunelli, estão sendo desenvolvidas negociações com empresas privadas e outras entidades, inclusive a Secretaria de Esportes do GDF, no sentido de conseguir a doação de jogos de camisas para os clubes, além de atendimento jurídico.

O primeiro clube a receber a doação de camisas do deputado Brunelli foi o Juventude Esporte Clube, da Vila São José, em Brazlândia.

Já faz dois anos que o deputado negociou uma parceria com a torcida organizada do Braziliense, a conhecida "Febre Amarela". O logotipo do deputado estará estampado nas mangas das camisetas das pessoas que integram a torcida.

Veja as leis propostas por Brunelli em dois anos de mandato

Projetos de Lei

ITEM	DATA	PROPOSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
01	11/11/2004	PL Nº1595/04	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a festividade que especifica: • Congresso da Visão do Ministério da Fé.
02	11/11/2004	PL Nº1594/04	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a festividade que especifica: • Congresso Nacional Evidentes Brasil.
03	09/11/2004	PL Nº1588/04	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 3.017, de 18 de julho de 2002, modificada pela Lei nº 3.103, de 27 de dezembro de 2002.
04	19/10/2004	PL Nº1556/04	Altera o inciso II da Lei nº 3.017, de 18 de julho de 2002.
05	13/10/2004	PL Nº1548/04	Dá o nome de MIRIAM PELLES ERVILHA' ao viaduto sobre a BR 060 com a DF-280.
06	26/09/2004	PL Nº1528/04	Fica denominado Praça da Fé o logradouro público que especifica.
07	21/09/2004	PL Nº1506/04	Fica denominado Praça Leão de Judá o logradouro público que especifica.
08	16/09/2004	PL Nº1505/04	Fica denominado Praça da Vitória o logradouro público que especifica.
09	16/09/2004	PL Nº1504/04	Dá o nome de 'VASCO PEREIRA ERVILHA' ao viaduto sobre a BR 060 com a DF-280.
10	24/08/2004	PL Nº1468/04	Fica denominado Praça Shalon o logradouro público que especifica.
11	18/08/2004	PL Nº1462/04	Dispõe sobre a autorização para o atendimento de idosos em creches, regulamenta e estabelece parâmetros técnicos e dá outras providências.
12	28/06/2004	PL Nº1381/04	Altera a Lei nº 1022, de 5 de fevereiro de 1996 que "Autoriza a instalação de templos religiosos em áreas residenciais e dá outras providências".
13	02/03/2004	PL Nº1110/04	Acrescenta o § 8º ao art. 1º da Lei nº 1.171, de 24 de julho de 1996, que "dispõe sobre o alvará de funcionamento para estabelecimentos comerciais, industriais e institucionais e dá outras providências".
14	17/02/2004	PL Nº1092/04	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos, os locais que menciona e dá outras providências.
15	17/02/2004	PL Nº1061/04	Cria o Programa de identificação da dislexia – PIAD, na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências.
16	03/02/2004	PL Nº1036/04	Dispõe sobre a implantação de sistema alternativo de coleta e tratamento de esgoto sanitário doméstico, em áreas desprovidas de rede pública coletora e dá outras providências.
17	03/02/2004	PL Nº1034/04	Dispõe sobre a proibição da cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS nas contas de serviços públicos das igrejas e templos de qualquer culto no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
18	03/02/2004	PL Nº1033/04	Dispõe sobre a obrigação da Companhia de Saneamento do Distrito Federal – CAESB e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, de identificar seus "poços de visita" e dá outras providências
19	03/02/2004	PL Nº1032/04	Institui linha de crédito no Banco de Brasília S/A com a finalidade que especifica e dá outras providências.
20	03/02/2004	PL Nº1031/04	Cria o Serviço de Defensoria Jurídica no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências.
21	03/02/2004	PL Nº1021/04	Dispõe sobre a criação do Parque Urbano e de Uso Múltiplo Boca da Mata e dá outras providências.
22	03/02/2004	PL Nº1020/04	Dispõe que as redes de ensino pública e privada do Distrito Federal deverão oferecer em suas instalações, programas de atendimento e integração aos portadores de necessidades especiais, conforme especifica.
23	03/02/2004	PL Nº1019/04	Cria no âmbito do Distrito Federal o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário, conforme especifica.
24	15/12/2003	PL Nº997/03	Dispõe sobre o funcionamento de creches no horário noturno e dá outras providências.
25	12/11/2003	PL Nº918/03	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção qüinqüenal de Segurança Global nos edifícios do Distrito Federal e dá outras providências
26	30/10/2003	PL Nº894/03	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal as seguintes festividades: • Feira de Amostra do Comércio e Indústria de Taguatinga – FACITA; • Aviva Brasília; • Congresso Regional de Irmãs Beneficentes Evangélicas Regionais – CIBER; Festival Cutural do Guará.
27	30/10/2003	PL Nº888/03	Fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica.
28	20/08/2003	PL Nº674/03	Dispõe sobre a parceria entre o Distrito Federal e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP
29	14/08/2003	PL Nº658/03	Dispõe sobre o ensino no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências.
30	13/08/2003	PL Nº625/03	Cria o Programa Brigadino de Hoje – Cidadão do Futuro – e dá outras providências
31	13/08/2003	PL Nº624/03	Dispõe sobre o pagamento de passagens de transporte urbano às mulheres grávidas, nas condições que especifica e dá outras providências.
32	06/08/2003	PL Nº583/03	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal as seguintes festividades: • Encontro dos filhos de Deus; • Culto da Independência da Igreja de Deus; • Congresso do Ministério Evangélico Mais que Vencedores; • Convenção da Igreja Cruzada Cristã Pentecostal; • Congresso das Mulheres Virtuosas
33	06/08/2003	PL Nº578/03	Proíbe a venda e o uso de cerol, pó de vidro ou qualquer produto semelhante que possa ser aplicado em linhas destinadas a empinar pipas ou papagaios no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
34	06/08/2003	PL Nº577/03	Dispõe sobre a garantia de vagas nos creches e escolas públicas de ensino fundamentais e médio do Distrito Federal para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer culto religioso e dá outras providências.
35	06/08/2003	PL Nº576/03	Cria o Programa de assistência ás pessoas portadoras da Doenças Celíaca e Dermatite Herpetiforme dá outras providências.
36	06/08/2003	PL Nº545/03	Dispõe sobre o cadastramento de Empresas e Pessoas Físicas Revendedoras de Veículos usados no âmbito do Distrito Federal
37	06/08/2003	PL Nº544/03	Dispõe sobre o Programa de Clínicas de Passagem para pacientes terminais de doenças não contagiosas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
38	17/06/2003	PL Nº523/03	Institui a Medalha do Mérito Cristão e dá outras providências.
39	17/06/2003	PL Nº522/03	Dispõe sobre o Sistema Desportivo do Distrito Federal e dá outras providências.
40	17/06/2003	PL Nº520/03	Dispõe sobre atos e contratos administrativos e dá outras providências.
41	17/06/2003	PL Nº518/03	Dispõe sobre a divulgação da relação das obras contratadas pelo Governo do Distrito Federal.
42	14/05/2003	PL Nº412/03	Altera a Lei nº 1.239, de 31 de outubro de 1996, que "dispõe sobre a comemoração do Momento Cívico nas escolas públicas e dá outras providências".
43	14/05/2003	PL Nº411/03	Obriga supermercados, hotéis e similares, a colocarem à disposição de sua clientela deficiente visual, tabela de preços fichas de estadia, demais serviços e normas existentes dentro do estabelecimento, leitura do método braile.
44	14/05/2003	PL Nº 410/03	Cria o programa de incentivo a emissão de nota fiscal ou cupon fiscal denominado "Dinheiro Vivo", no âmbito do Distrito Federal.
45	08/05/2003	PL Nº 402/03	Dispõe sobre o programa de Clínicas Populares de recuperação de dependentes químicos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
46	08/05/2003	PL Nº 401/03	Dispõe sobre o instituto da colaboração de interesse público entre o Distrito Federal e as entidades religiosas nos termos do art. 19, I da Constituição Federal.
47	06/05/2003	PL Nº 383/03	Dispõe sobre a inclusão na parte diversificado do currículo de Ensino Médio e Fundamental da Rede Pública e Particular de ensino do DF e nos cursos de formação de professores, de estudos sobre direito e cidadania.
48	06/05/2003	PL Nº373/03	Dispõe sobre o programa de Bolsas de estudo a servidores do Distrito Federal e dá outras providências.
49	06/05/2003	PL Nº372/03	Dispõe sobre a criação da escola de artes de Ceilândia e dá outras providências.
50	06/05/2003	PL Nº371/03	Dispõe sobre a liberação de recursos do orçamento do Distrito Federal a entidades esportivas e atletas e dá outras providências.
51	06/05/2003	PL Nº370/03	Dispõe sobre o programa FINALIVRO-financiamento integral para aquisição de livros universitários a servidores do Distrito Federal e dá outras providências.
52	06/05/2003	PL Nº369/03	Dispõe sobre a circulação de veículos de transporte coletivo aos finais de semana no Parque Dona Sara Kubitschek e dá outras providências.
53	06/05/2003	PL Nº368/03	Dispõe sobre os pagamentos da taxa de emplacamento, de imposto de propriedade sobre veículos automotores, seguro obrigatório e reparo em viaturas dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências.
54	06/05/2003	PL Nº367/03	Dispõe sobre a prestação de serviços voluntários no Distrito Federal e dá outras providências.
55	05/05/2003	PL Nº362/03	Dispõe sobre a ligação provisória de energia elétrica e dá outras providências.
56	22/04/2003	PL Nº339/03	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a seguintes festividades: • Festividade da Ig. Pentecostal Missão da Fé; • Congresso Regional de Igrejas em Células no Governo dos Doze; • Congresso Nacional de Igrejas em Células no Governo do Doze; • Congresso Internacional de Igrejas em Células no Governo dos Doze; • Festividade P-Norte para Cristo.
57	09/04/2003	PL Nº 299/03	Dispõe sobre a permanência de carros batidos ou apreendidos por qualquer motivo, em frente à Unidades Policiais ou em sua
58	01/04/2003	PL Nº 253/03	Dispõe sobre as condições para a cobrança, pelo Poder Público de multas provenientes de aparelhos eletrônicos sobre infrações cometidas por motoristas condutores de veículos automotores e dá outras providências.
59	18/03/2003	PL Nº 217/03	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal as seguintes festividades: • Convenção Nacional da Igreja Apocalipse Pentecostal – IAP; • Festa dos Tabernáculos da Igreja Batista Independente de Brasília (Ceilândia Sul); • Festividade Show Hip Hop Gospel, promovido pela Associação Beneficente Vencedores; • Convenção da Associação Missionária Evangélica da América do Sul – AMEAS.
60	18/03/2003	PL Nº 216/03	Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
61	18/03/2003	PL Nº 215/03	Dispõe sobre a criação do Programa para Utilização de Gás Natural par o Serviço de Transporte d Passageiros – Táxi e outros veículos, na forma que especifica e dá outras providências.
62	13/03/2003	PL Nº 200/03	Cria o programa da prevenção precoce da fibrose cística do pâncreas e dá outras providências.

CONTINUA NA PAGI

Projetos de Lei (continuação)

63	12/03/2003	PL Nº 196/03	Dispõe sobre a isenção de pagamento da taxa renovação de Carteira Nacional de Habilitação aos servidores que menciona, quando no exercício comprovado da função de motorista do serviço público do Distrito Federal e dá outras providências.
64	12/03/2003	PL Nº 195/03	Dispõe sobre a isenção da tarifa de consumo de água e esgoto para os aposentados, junto à Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB e dá outras providências.
65	12/03/2003	PL Nº 194/03	Ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Distrito Federal, os desempregados e pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos e dá outras providências.
66	27/02/2003	PL Nº 172/03	Dispõe sobre a coleta, destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos.
67	27/02/2003	PL Nº 156/03	Dispõe sobre a instalação de banheiros públicos em bancos, empresas de crédito e empresas que trabalham com crediário no Distrito Federal e dá outras providências.
68	27/02/2003	PL Nº 155/03	Dispõe sobre os prazos mínimos para a substituição de livros didáticos no Ensino Fundamental e Médio da Rede de Ensino Privado do Distrito Federal e dá outras providências.
69	27/02/2003	PL Nº 154/03	Dispõe sobre a redução ou isenção de impostos a empresários que patrocinarem idosos carentes e dá outras providências.
70	18/02/03	PL Nº 142/03	Acrescenta-se ao art. 3º da Lei nº 1362 de 30 de dezembro de 1996, o seguinte parágrafo – IPTU: aposentados
71	18/02/03	PL Nº 140/03	Dispõe sobre a extensão do uso do vale-transporte nas linhas que atendem a demanda da cidade de Brasília e todos os municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE e dá outras providências.
72	18/02/03	PL Nº 139/03	Dispõe sobre a concessão de vale-transporte a desempregados e dá outras providências.
73	12/02/2003	PL Nº 094/03	Dispõe sobre a permanência de carros batidos ou apreendidos por qualquer motivo, em frente à Unidades Policiais ou em suas dependências e dá outras providências.
74	12/02/2003	PL Nº 093/03	Torna obrigatória a presença de um médico geriatra em todos os postos de saúde do Distrito Federal e dá outras providências.
75	12/02/2003	PL Nº 092/03	Dispõe sobre a redução da carga horária do funcionário público do Distrito Federal, responsável por pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências.
76	12/02/2003	PL Nº 091/03	Dá nova redação ao Art. 1º e do Parágrafo único do Art. 2º da Lei 2627/2000, que "concede isenção e remissão do pagamento da Taxa de Limpeza Pública – TLP – aos órgãos, as instituições e às entidades que especifica e dá outras providências".
77	05/02/2003	PL Nº 084/03	Cria o Programa Habitacional para o Servidor Militar da União, residente no Distrito Federal e dá outras providências.
78	05/02/2003	PL Nº 038/03	Dispõe sobre os Serviços de Verificação de Óbitos no Distrito Federal e dá outras providências.
79	05/02/2003	PL Nº 037/03	Institui Programa Permanente de Qualidade Total par os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e dá
80	05/02/2003	PL Nº 036/03	Dispõe sobre a remição de pena de condenado do Sistema Penitenciário do Distrito Federal e dá outras providências.
81	05/02/2003	PL Nº 035/03	Cria o Parque Tecnológico na Região Administrativa da cidade do Recanto das Emas, RA XV e dá outras providências.
82	05/02/2003	PL Nº 034/03	Dispõe sobre a criação do Setor de Micro e Pequenas Empresas no Recanto das Emas – RA XV e dá outras providências.
83	05/02/2003	PL Nº 033/03	Inclui no calendário comemorativo do Distrito Federal os seguintes eventos: • Torneio Arimatéia de Futsal • Congresso de Mocidade da Assembléia de Deus de Taguatinga – COMAJT; • Congresso de Mocidade da Assembléia de Deus do Gama – COMADEG
84	05/02/2003	PL Nº 032/03	Declara de utilidade pública a Associação de Assistência Social da Casa da Benção.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

ITEM	DATA	PROPOSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
01	06/08/2003	PLC Nº 43/03	Autoriza o fechamento com grades ou muros e a construção de cobertura das áreas verdes posteriores dos lotes situados entre o setor CSD e as quadras QSD 31, 43 e 55 da Região Administrativa de Taguatinga, RA III, e dá outras providências.
02	15/05/2003	PLC Nº 30/03	Fica revogado o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000 e dá outras providências.
03	12/03/2003	PLC Nº 021/03	Transforma em área de natureza urbana, para fins residenciais, as áreas rurais remanescentes que especifica, integrantes do Parque JK da Região Administrativa de Taguatinga, RA III, e dá outras providências.
04	11/02/2003	PLC Nº 007/03	Dispõe sobre mudança de destinação de áreas públicas nas proximidades dos núcleos penitenciários, destinando-se à implantação de micro, pequenas e médias empresas, cuja mão-de-obra será constituída por presos que estejam em regime semi-aberto e dá outras providências.
05	29/01/2003	PLC Nº 005/03	Dispõe sobre a alteração da destinação e gabarito dos lotes comerciais e residenciais que margeiam a Avenida SAMDU de Taguatinga e dá outras providências.
06	29/01/2003	PLC Nº 004/03	Cria o Parque Tecnológico de Samambaia e dá outras providências.
07	29/01/2003	PLC Nº 003/03	Altera o gabarito dos lotes comerciais dos setores CSD e CSE de Taguatinga e dá outras providências.

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

ITEM	DATA	PROPOSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
01	13/10/2004	PDL Nº 386/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor EMBAIXADOR DA ITÁLIA VINCENZO PETRONE
02	05/10/2004	PDL Nº 382/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao 2º SGT. QPPMC VALMIR BATISTA DE LIMA
03	05/10/2004	PDL Nº 381/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor JOSÉ RICARDO BAITELLO
04	05/10/2004	PDL Nº 380/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Pastora EUNICE ELENA DA SILVA
05	16/09/2004	PDL Nº 375/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor PHILOMENO DE CARVALHO ROMERO
06	03/08/2004	PDL Nº 358/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Pastor FADI FAYEZ FARAJ
07	03/08/2004	PDL Nº 357/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Pastor EMILDO RANGEL ALVES
08	03/08/2004	PDL Nº 356/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Professor GUILHERME JORGE DA SILVA
09	03/08/2004	PDL Nº 351/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Pastor ODILON JOSÉ XAVIER
10	08/06/2004	PDL Nº 331/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Deputado Federal SEVERINO CAVALCANTI FERREIRA.
11	08/06/2004	PDL Nº 330/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Deputado Federal JOSÉ MOHAMED JANENE.
12	08/06/2004	PDL Nº 329/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Deputado Federl PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLLIVEIRA ANDRADE NETO.
13	08/06/2004	PDL Nº 328/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Deputado Federal ANTÔNIO DELFIM NETTO.
14	08/06/2004	PDL Nº 327/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Senador da República AMIR FRANCISCO LANDO
15	08/06/2004	PDL Nº 326/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor MOACIR MACHADO
16	27/05/2004	PDL Nº 325/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Defensor
17	12/05/2004	PDL Nº 322/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao DEFENSOR PÚBLICO FERNANDO ANTÔNIO NERES FERRAZ
18	12/05/2004	PDL Nº 317/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor CEL.QOPM FRANCISCO CARLOS NUNES MAYNARDE
19	22/04/2004	PDL Nº 310/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Apóstola VALNICE MILHOMENS COÊLHO
20	30/03/2004	PDL Nº 296/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Reverendo FRANCISCO DARCKSON SILVA.
21	17/02/2004	PDL Nº 259/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Apóstolo CÉSAR AUGUSTO MACHADO DE SOUSA
22	17/02/2004	PDL Nº 258/04	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a senhora DRª ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS.
23	19/11/2003	PDL Nº 204/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cel. QOPM RENATO FERNANDES DE AZEVEDO
24	19/11/2003	PDL Nº 200/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor SENHOR VATANÁBIO BRANDÃO SOUZA.
25	12/11/2003	PDL Nº 197/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor CEL.QOPM PEDRO JOSÉ FERREIRA TABOSA.
26	06/11/2003	PDL Nº 194/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor TEN. CEL. QOPM SEBASTIÃO DAVI GOUVEIA.
27	30/10/2003	PDL Nº 191/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor ANTÔNIO CARLOS DE AGUIAR.
28	23/10/2003	PDL Nº 188/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor GIL PEREIRA.
29	16/10/2003	PDL Nº 179/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor JOÃO NILO DE ABREU LIMA.
30	30/09/2003	PDL Nº 170/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor ROGÉRIO VILAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO.
31	17/09/2003	PDL Nº 169/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor ANTHONY WILLIAN GAROTINHO MATHEUS.
32	20/08/2003	PDL Nº 159/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES FILHO.
33	13/08/2003	PDL Nº 150/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Apóstolo RENÊ ARAUJO TERRA NOVA.
34	13/08/2003	PDL Nº 148/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO.
35	06/08/2003	PDL Nº 147/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA.
36	25/06/2003	PDL Nº 144/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Advogado Dr. ANDRÉ POUPPIN MACEDO.
37	17/06/2003	PDL Nº 138/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Drª. LUCI ISHII.
38	03/06/2003	PDL Nº 131/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor SILAS SOARES DE SOUSA.
39	20/03/2003	PDL Nº 074/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Deputado JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA.
40	20/03/2003	PDL Nº 073/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cel. QOBM/Comb LUIZ FRENANDO DE SOUZA
41	05/02/2003	PDL Nº 072/03	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor JOÃO GALDINO DA SILVA.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

ITEM	DATA	PROPOSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
01	29/04/2003	PELO Nº 011/03	Dá nova redação aos Art. 201, 219 da Lei Orgânica do Distrito Federal.
02	11/03/2003	PELO Nº 009/03	Fica revogado A Emenda à Lei Orgânica nº. 40, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 10 de março de 2003.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

ITEM	DATA	PROPOSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
01	18/08/2003	PR Nº 089/04	Acrescenta o inciso X ao art. 58, a Subseção XIII à Seção II do Capítulo IV do Título III e o art. 69-C ao Regimento Interno.

Ações de Brunelli em benefício das Igrejas

ITEM	DATA	DISCRIMINAÇÃO
01	02/03/2004	Acrescenta o § 8º ao art. 1º da Lei nº 1.171, de 24 de julho de 1996, que "dispõe sobre o alvará de funcionamento para estabelecimentos comerciais, industriais e institucionais e dá outras providências".
02	03/02/2004	Dispõe sobre a proibição da cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS nas contas de serviços públicos das igrejas e templos de qualquer culto no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
03	03/02/2004	Cria no âmbito do Distrito Federal o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário, conforme especifica.
04	30/10/2003	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal as seguintes festividades: • Feira de Amostra do Comércio e Indústria de Taguatinga – FACITA; • Aviva Brasília; • Congresso Regional de Irmãs Beneficentes Evangélicas Regionais – CIBER; • Festival Cutural do Guará.
05	30/10/2003	Fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica.
06	20/08/2003	Dispõe sobre a parceria entre o Distrito Federal e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Publico - OSCIP
[redacted]		
08	06/08/2003	Dispõe sobre a garantia de vagas nos creches e escolas públicas de ensino fundamentas e médio do Distrito Federal para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer culto religioso e dá outras providências.
09	17/06/2003	Institui a Medalha do Mérito Cristão e dá outras providências.
10	08/05/2003	Dispõe sobre o instituto da colaboração de interesse público entre o Distrito Federal e as entidades religiosas nos termos do art. 19, I da Constituição Federal.
11	14/05/2003	Cria o programa de incentivo a emissão de nota fiscal ou cupom fiscal denominado "Dinheiro Vivo", no âmbito do Distrito Federal.
12	06/05/2003	Dispõe sobre a prestação de serviços voluntários no Distrito Federal e dá outras providências.
[redacted]		
14	09/04/2003	Dispõe sobre a permanência de carros batidos ou apreendidos por qualquer motivo, em frente à Unidades Policiais ou em suas dependências e dá outras providências.
[redacted]		
17	12/02/2003	Dá nova redação ao Art. 1º e do Parágrafo único do Art. 2º da Lei 2627/2000, que "concede isenção e remissão do pagamento da Taxa de Limpeza Pública, – TLP – aos órgãos, as instituições e às entidades que especifica e dá outras providências".
[redacted]		
19	05/02/2003	Declara de utilidade pública a Associação de Assistência Social da Casa da Bênção.

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

ITEM	DATA	DISCRIMINAÇÃO
01	22/04/2004	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Apóst VALNICE MILHOMENS COÊLHO
02	30/03/2004	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sen Reverendo FRANCISCO DARCKSON SILVA.
03	17/02/2004	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Apóst CÉSAR AUGUSTO MACHADO DE SOUSA
04	17/09/2003	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor ANTHONY WILLIAN GAROTINHO MATHEUS.
05	13/08/2003	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Apóst RENÊ ARAUJO TERRA NOVA.
06	03/06/2003	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor SIL SOARES DE SOUSA.
07	05/02/2003	Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sen JOÃO GALDINO DA SILVA.

INDICAÇÕES

PROPOSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
IND Nº 031/03	Mudança na fiação de enbeimento telefônico - ITEJ
IND Nº 050/03	Substituição da rede de energia qu alimenta a Casa da Benção
IND Nº 110/03	Pav. Asfáltica das praças - EQNM17/19, QQNM 04/06, EQNM 19/21 e EQNM 20/22
IND Nº 112/03	Pav. Asfáltica da praça - QNM 40 AE 06
IND Nº 209/03	Pav. Asf e praça - Ig Pentecostal ELIM
IND Nº 213/03	Convenção Mundial ITEJ
IND Nº 220/03	Grande Festa da Criançada – ITEJ
IND Nº 263/03	Ação Global na Praça da Bíblia - Setor F Sul AE 4/5
IND Nº370/03	Fixação de uma Placa na DF - 075 Sentido Samambaia/ N. Bandeirante/ Cocu Colu - ITEJ
IND Nº 401/03	Sugere ao Secretário da Fazenda a não emissão de Cumês de IPTU e TLP, aos Templos de Qualquer Culto.
IND Nº 473/03	Sugere ao Secretário de Infra Estrutura a Pavimentação da Praça da EQNN 17/19
IND Nº 560/03	Sugere ao Presidente do DMTU, que os Ônibus que fazem as linhas para as Cidades de Samambaia, Recanto das e Águas Claras, comecem a trafegar nas proximidades da Casa da Benção.
IND Nº 1615/03	Sugere ao Secretário de Fazenda que o prazo para apresentação do requerimento de isenção do IPTU/TLP das ig de qualquer culto, seja fixado até o último dia útil do mês de abril

EMENDAS A PROJETOS DE LEI

POSIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	EMENDA DO DEPUTADO
Nº 971/03	Complementa disposições do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - PRÓ/DF II aprovado pela Lei Nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências.	Incluem-se no Programa as entida que prestam serviços de assistência soc religiosa e cultural. Na avaliação do Projeto, devem consideradas, além das exigên estabelecidas nesta Lei, o atendimento demandas sociais, religiosas e culturais, c prioridade para programas de: I – apoio a crianças, adolescente idosos; II – prevenção e tratamento dependência química; III – treinamento e qualifica profissional; IV – nutrição, apoio psicológico saúde; V – assistência e acompanhame religioso; VI – apoio à cultura". **(não contemplado)**
Nº 860/03	Concede remissão de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – relativo aos imóveis que menciona.	Fica concedida a remissão dos créd tributários relativos ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPT ajuizados ou não, decorrentes da incidência so os imóveis ocupados a qualquer título entidades religiosas, no período da ocupação, o estejam instalados templos de qualquer culto.
Nº897/03	Prorroga o prazo que especifica – TLP.	Ficam isentas do pagamento da Taxa Limpeza Pública até 31 de dezembro de 2007 imóveis ocupados a qualquer título por entida religiosas, onde estejam instalados templos qualquer culto, independentemente de habite-s mesmo que esses imóveis ainda este registrados em nome da Companhia Imobiliária Brasília – TERRACAP.
Nº145/03	Altera a Lei nº 3.127, de janeiro de 2003, e dá outras providências.	O COMPRESB terá 2 representantes Comunidade Evangélica, 2 representantes Igreja Católica Apostólica Romana, e representantes da sociedade civil **(não contemplado)**

Fiscalização qüinqüenal dos edifícios garante segurança do cidadão

A inspeção, a cada cinco anos, de todos edifícios da capital federal consta de projeto lei apresentado pelo deputado Brunelli ao nário da Câmara Legislativa, tem sido ovado em primeiro turno de votação. A dida, segundo o deputado, tem o objetivo de antir a segurança do cidadão comum, que ulam diariamente pelos edifícios, públicos ou vados, de todo o Distrito Federal.

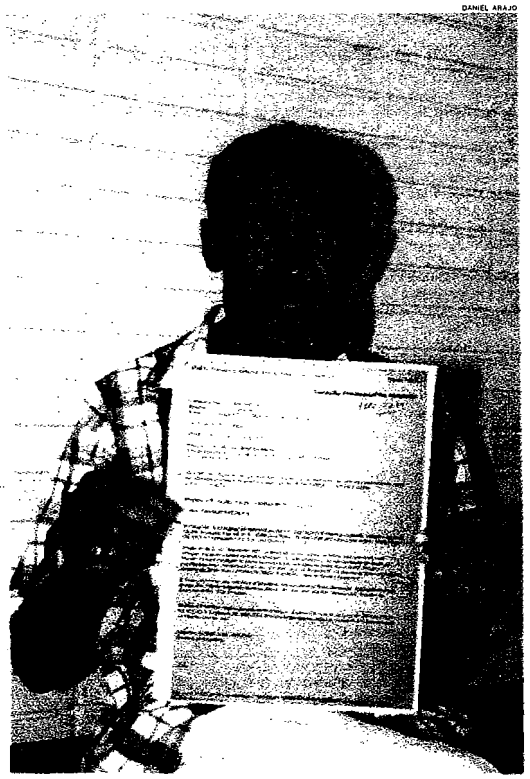
A inspeção qüinqüenal será feita pelo tema de Defesa Civil do Distrito Federal, com participação dos técnicos do Corpo de mbeiros e da Secretaria de Saúde. A exceção, gundo o projeto, fica por conta das edificações de não existam produtos considerados rigosos para a saúde do cidadão e não mais três pavimentos e nem área construída superior 50 metros quadrados.

Na inspeção, ainda segundo o texto do ojeto de lei, serão observados especialmente ns relativos à segurança da população, vando-se em conta as condições de bitabilidade, trabalho, ocupação e de spedagem do edifício. Ao lado disso, explica unelli, serão observadas ainda as condições da trutura do prédio, em relação a aspectos de giene, das instalações elétricas, hidráulicas e nitárias.

No caso de serem verificadas egularidades que contrariem as normas previstas projeto de lei, os responsáveis serão punidos la Defesa Civil. As serão gradativas e mulativas. Sendo assim, numa primeira speção, o infrator receberá advertência escrita. uma segunda etapa, multa pecuniária e, nalmente, interdição parcial ou total da ificação.

Brunelli aciona Justiça para atender doentes de baixa renda

A precariedade do sistema público de saúde vigente no Brasil, com as mazelas por nós conhecidas há décadas, levou o deputado Brunelli a adotar uma estratégia específica visando aliviar o sofrimento de pessoas de baixa renda, portadoras de enfermidades graves. A assessoria jurídica passou a entrar com ações na Justiça visando garantir o internamento hospitalar e o tratamento desses pacientes.

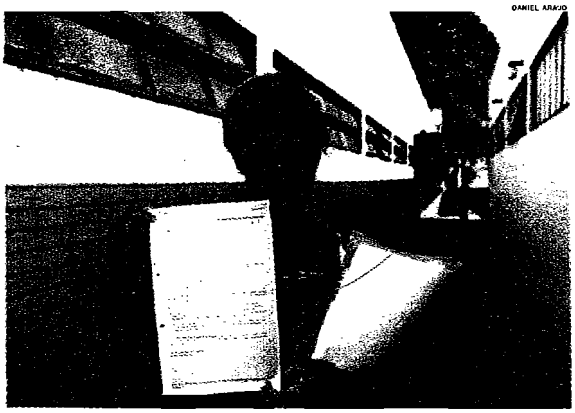


O caso mais recente deu-se com o Sr. Durval Alves Pereira, que só conseguiu atendimento no Hospital de Base a partir de uma decisão tomada pelo juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, que concedeu liminar e ordenou a internação e a intervenção cirúrgica desse paciente. A cirurgia está marcada para o mês de agosto.

Lembra o deputado Brunelli que o trabalho desenvolvido por sua Assessoria Jurídica, com base em orientações expressas suas, leva em conta o completo sucateamento da saúde pública brasileira que, invariavelmente, acaba punindo as pessoas mais humildes, de baixa renda.

A situação do Sr. Durval Alves é grave, ele é portador de um câncer de garganta. Graças a essa estratégia, pelo menos seis pessoas que precisavam de atendimento urgente na rede hospitalar pública, ao longo dos últimos meses, foram internadas em hospitais e receberam tratamento adequado.

A Justiça determinou, inclusive, em alguns casos especiais, que essas internações ocorressem em hospitais privados, dada a urgência da situação e a falta de vagas nos hospitais públicos. Trata-se, portanto, de um trabalho benemérito desenvolvido pelo deputado Brunelli e sua equipe dentro do princípio básico da legislação brasileira que é o direito fundamental a uma saúde de qualidade.



Veja agora a lista dos pacientes internados em hospitais, por força de liminares concedidas pela Justiça, com base no trabalho desenvolvido pelo deputado Brunelli: Antônio Vicente Chaves; Andiara Souza Pontes; Yara Maria de Jesus Cavalcante; Carmelita da Silva Vieira; Lucimar de Sousa Campos; e Durval Alves Pereira.

ASSOCIAÇÃO MONTE DAS OLIVEIRAS

Projetos sociais da AMO atendem população carente de todo o DF

O deputado Brunelli, por intermédio da Associação Monte das Oliveiras(Amo), vem desenvolvendo um amplo programa de assistência social, com diversos trabalhos voltados para as comunidades carentes de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Riacho Fundo e Estrutural, entre outras cidades do Distrito Federal.

Depois de uma ampla reestruturação, organizada pelo deputado Brunelli, foram intensificadas as ações com projetos voltados para idosos, mulheres, crianças, adolescentes e gestantes.

Dentre os objetivos básicos da Amo, definidos pelo deputado Brunelli, está desenvolvimento de programas de capacitaçã profissional da população da capital federa além do fortalecimento dos princípios d solidariedade, do amor ao próximo e d conscientização evangélica.

Projetos desenvolvidos

Melhor Idade

Os números oficiais indicam que o Brasil tem hoje perto de 12 milhões de idosos, sendo o sexto país do mundo em população com menos de 60 anos de idade. Uma das grandes armas, nesse segmento, foi a aprovação, no ano passado, do Estatuto do Idoso, contendo novos direitos para a população da "melhor idade".

A Amo criou grupos de idosos, denominados "Flor da Idade", que, em Taguatinga, já são 120, além de um em Planaltina ainda em fase de formação.

Reuniões:

Taguatinga – toda quinta-feira das 14h às 17h30m

Planaltina – aos sábados das 14h às 16h30m.

Música para todos

O projeto Música para Todos tem como princípio básico propiciar à população de baixa renda do Distrito Federal acesso gratuito às aulas de formação musical. Mais de 160 alunos já se matricularam, em cinco turmas diferentes, com aulas três vezes por semana. O curso foi estruturado em três módulos, cada um deles com duração de 45 dias.

As aulas são ministradas no Salão Nobre da Catedral da Bênção, em Taguatinga Sul. Atualmente estão em funcionamento três turmas, assim distribuídas:

Aulas:

TURMA A – Sábados das 10h30min às 12h
TURMA B – Quartas-feiras das 14h30m às 16h
TURMA C – Sextas-feiras das 19h30m às 21h
TURMA D - Terças-feiras das 14h30m às 16h
TURMA E - Terças-feiras das 19h30m às 21h

Atendimento jurídico comunitário

O Departamento Jurídico da Amo atende, por orientação expressa do deputado Brunelli, de segunda a sexta-feira, às pessoas carentes com renda familiar de até 3,5 salários mínimos mensais Funcionando na Catedral da Benção, er Taguatinga, os advogados atendem preferencialmente, nas seguintes áreas:

CRIMINAL

– Atua na obtenção de *habeas corpus* er casos específicos; na obtenção de liberdad provisória; na solução de prisões arbitrárias ilegais; na instauração de inquéritos policiais; n assistência às pessoas que cumprem pena n sistema penitenciário do DF; e no amparo à crianças, idosos e outros segmentos da população despossuída;

FAMÍLIA

Outra área de forte atuação do Departament Jurídico é o atendendo a casos de divórcio separação judicial consensual ou litigiosa investigação de paternidade (DNA) e testamento

CÍVEL E ADMINISTRATIVO

Nesse segmento, o Departamento Jurídico atu em inúmeras frentes com destaque para a postulaçã de defesa administrativa e judicial; mandado d segurança; reintegração de posse; *habeas data* medidas cautelares; pedidos de pensão; entre outra ações do gênero.

Corpo em Forma, Mente Sadia
(Esporte para jovens)

Um dos mais concorridos projetos da Amo, que, como não poderia deixar de ser, conta com todo o carinho do deputado Brunelli, é o Esporte para os Jovens. Esse projeto visa dar aos adolescentes uma forma sadia de entretenimento e lazer. Na primeira etapa do programa estão sendo desenvolvidos trabalhos com as comunidades de Planaltina, Brazlândia, Recanto das Emas e Taguatinga. O público alvo são crianças e adolescentes entre sete e 17 anos. Mais de mil alunos da rede pública de ensino vão participar dessa fase inicial do projeto, desenvolvendo atividades esportivas como o vôlei, natação, karatê, judô, futebol de campo e de salão.

Dias e horários:

Taguatinga
Karatê – Segundas, quartas e sextas-feiras pela manhã e à tarde
Judô - De Terça a sexta-feira, pela manhã e à tarde

Recanto das Emas
Vôlei – Segunda e quarta-feira, pela manhã e à tarde
Natação – Terça e quinta-feira, pela manhã e à tarde

Planaltina
Karatê – Segundas, quartas e sextas-feiras, pela manhã e à tarde

Brazlândia
Futebol de Campo – Terça e quinta-feira, pela manhã e à tarde
Futebol de Salão - Quarta e sexta-feira, pela manhã e à tarde.

Outros projetos, em fase de elaboração, serã implementados ainda no decorrer de 2004 pe Amo. Entre eles, destacam-se o Sorria Brasíl (atendimento odontológico gratuito); a Unidac Móvel de Saúde (atendimento integral à saúc da população carente); e o Recomeç: (acompanhamento dos internos do sisten prisional do Distrito Federal e de seus familiares

TODOS OS MESES, CENTENAS DE CESTAS BÁSICAS SÃO DISTRIBUÍDAS PELA AMO À POPULAÇÃO CARENTE DO D.F.



Outras ações do Dep. Brunelli nos seus dois anos de mandato

Brunelli na Comissão de Assuntos Sociais

O deputado Brunelli presidiu em 2004 a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), uma das mais importantes da Câmara Legislativa, onde denvolveu um trabalho equilibrado e voltado para a defesa das causas sociais e filantrópicas.

No ano passado Brunelli presidiu a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na qual desenvolveu um trabalho profundo de reformulação da estrutura daquela Comissão, tanto do ponto de vista administrativo quanto funcional.

A exemplo do que aconteceu na CCJ, também na CAS foram adotadas medidas para desemperrar os trabalhos. Pelo menos 500 projetos de lei estavam parados, à espera de relator e encaminhamento.

Na CAS, explica Brunelli, "desenvolvemos um trabalhando em sintonia com os preceitos constitucionais, respeitando o Regimento Interno da Câmara Legislativa e com os olhos voltados para o social".

Luta para preservar Núcleo Rural de Taguatinga

O deputado Brunelli, dentro da sua luta pelos direitos de quem ainda não tem casa própria, logo no início de seu mandato liderou, em fevereiro de 2003, uma ação no Núcleo Rural de Taguatinga contra a tentativa de derrubar casas. O Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo), sob orientação do Ministério Público, ameaçou derrubar casas naquela área.

Na ocasião, Brunelli destacou que o poder público vem sendo arbitrário ao não reconhecer os direitos adquiridos de pessoas que, de boa-fé, compraram terrenos e, com muito sacrifício, ergueram suas casas.

A Associação dos Moradores e Proprietários do Residencial Novo Horizonte, do Núcleo Rural de Taguatinga, com o respaldo da assessoria jurídica do deputado Brunelli, entrou na Quarta Vara da Fazenda Pública, no Tribunal



de Justiça, com um pedido de liminar para impedir novas tentativas de derrubar casas e cercas no local.

Brunelli fez gestões, ao longo de 2003, junto ao Siv-Solo e ao Ministério Público para conter esse tipo de atividade no Núcleo Rural, que vinha atemorizando moradores, em sua maioria pessoas humildes lá instaladas já há sete anos. "Fala-se agora, depois de sete anos, de preservação do meio ambiente, mas precisamos antes separar o joio do trigo, separar quem é realmente grileiro daqueles sem teto e lugar para morar".

O Ministério Público determinou a derrubada de casas, alicerces e cercas nos lotes 27 e 28 da Chácara JK, no Núcleo Rural de Taguatinga, sob o argumento de o setor ser de preservação ambiental, especialmente quanto aos mananciais de água. Naquele local vivem perto de 230 famílias, num total de 1.200 pessoas em 500 lotes.

Brunelli está fazendo gestões junto ao Governo do Distrito Federal para que seja definida a nova poligonal (delimitação) daquela área que envolve não apenas Taguatinga, mas também Samambaia e Ceilândia.

Casa da Bênção comemorou em grande estilo os 40 anos de existência

Outra participação importante do deputado Brunelli, nos anos de 2003 e 2004, foi nas comemorações da Convenção Mundial da Casa da Bênção. Em 2004 foram comemorados os 40 anos de fundação da Casa da Bênção, com a presença de delegados de todo o Brasil e do exterior, incluindo países da África e da América Latina. Realizada na segunda quinzena de julho, a Convenção mundial de 2004 contou com a participação de cinco mil pastores, missionários e integrantes da igreja.

A sessão solene de abertura da Convenção Mundial foi um grande sucesso, com a presença de várias autoridades políticas e religiosas, tendo como grande homenageado o apóstolo Doriel de Oliveira, fundador da Casa da Bênção. Ele fez uma saudação espiritual dando as boas-vindas aos participantes desse extraordinário e tradicional evento dos evangélicos de todo o Brasil.

A Convenção Mundial da Casa da Bênção acontece sempre no mês de julho e serve para, além de uma reflexão espiritual sobre os ensinamentos de Jesus Cristo, discussão de questões administrativas e estratégias de ação da igreja para o decorrer dos próximos 12 meses.

Como sempre acontece durante as convenções anuais da Casa da Bênção, o encontro destacou o congraçamento entre missionários, pastores, obreiros e fiéis na glorificação de nosso Senhor.

Ao longo dos últimos anos foi possível verificar o fortalecimento e o engrandecimento da Casa da Bênção. A Convenção Mundial é uma oportunidade única para a troca de informações, o relato de experiências vitoriosas e o verdadeiro arreba-tamento da igreja, conforme previu Jesus Cristo.

O deputado Brunelli lembra que, em 2004, quando foram comemorados os 40 anos de fundação da Casa da Bênção, os eventos e a Convenção Mundial foram ainda mais significativos, pois se revestiram de uma importância ainda maior para todos os fiéis. "Realizamos uma linda festa, com a ajuda de nosso Senhor Jesus Cristo", destacou.



Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi reorganizada e trabalhou a todo vapor em 2003

Durante o ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Brunelli, analisou, debateu e concluiu a tramitação de nada menos do que 1.765 projetos de lei. Um recorde absoluto. Na qualidade de mais jovem parlamentar da Casa, em primeiro mandato, a assumir a presidência da comissão, em fevereiro do ano passado, o deputado Brunelli impôs novo ritmo de trabalho e a transformou no colegiado mais atuante da Câmara Legislativa no decorrer de 2003.

Enquanto em todo o decorrer de 2002 a CCJ conseguiu realizar apenas duas reuniões, ao longo de 2003 analisou 1.765 projetos e ainda restaram outros 26 em processo de análise, nas mãos dos relatores, avaliados em 2004. O deputado Brunelli, mesmo exercendo a presidência dos trabalhos, deu exemplo e relatou perto de 100 projetos de lei. Nesse período a Comissão realizou 60 reuniões, sendo 50 ordinárias e 10 extraordinárias.

A CCJ é a mais importante comissão da Câmara. Ela não só determina quais projetos são ou não constitucionais, como também elabora a redação final dos projetos de lei aprovados pelo plenário.

Como a CCJ enfrentou uma série de dificuldades burocráticas no passado recente, quase 300 projetos foram arquivados e ainda restaram outros 85 de legislaturas passadas, agora desengavetados pelo deputado Brunelli. Limpada a pauta, a Comissão conseguiu atravessar 2003 com elevados índices de produtividade e credibilidade.

Casamento Comunitário aconteceu duas vezes em menos de um ano

No dia oito de novembro de 2003 foi realizada, na Catedral da Bênção, em Taguatinga, a primeira edição do Casamento Comunitário, uma cerimônia pública na qual 50 casais, entre eles muitas pessoas de baixa renda, concreti-zaram o sonho de formalizar sua união. A iniciativa da "Casa da Bênção" contou com o apoio decisivo do deputado Brunelli. A segunda etapa do evento aconteceu em junho deste ano, em outra concorrida cerimônia realizada no mesmo local.

O deputado considerou o evento um dos mais significativos destes seus 18 primeiros meses de mandato, tendo em vista o caráter social e ético envolvido. "Além de regularizarmos a situação civil dessas pessoas, estamos dando um recado para toda a sociedade sobre o valor da família", diz Brunelli.

"A ausência de valores cristãos tem abalado os alicerces da família brasileira ao longo dos últimos anos", lembra. "Queremos alertar aqui a todos sobre algo que vem atacando os alicerces morais de nossa sociedade: a falência dos princípios basilares da família. Vamos reverter esse quadro com muito amor e paz no coração", destaca.

Brunelli diz que Festa da Criançada é evento de força e júbilo

O deputado Brunelli considera a Festa das Crianças um evento fundamental dentro de sua estrutura política e de assistência social. Estamos lidando, segundo Brunelli, "com o futuro de nossa cidade, de nosso país, e devemos sempre amparar os mais necessitados

futurasgerações". Esse projeto teve, desde o início, a participação direta e decisiva de Brunelli, mesmo antes de ele ter sido eleito deputado.

Desde 2002, a Festa das Crianças foi incluída no calendário de eventos do GDF, de acordo com a Lei nº 3.017, de 18 de julho daquele ano, e aconteceu pela quarta vez consecutiva na Praça da Bíblia, em Taguatinga Sul, ao lado da Catedral da Bênção.

Membro da Casa da Bênção, o deputado Brunelli vem participando da festa desde sua primeira edição, o destaque tem sido a solidariedade às crianças de baixa renda pela doação de alimentos não pere-cíveis e brinquedos, que são distribuídos na semana do Natal.

A Festa da Criança, no ano passado, contou com a presença de 15 mil crianças que se divertiram no tobogã, no pula-pula, no futebol de sabão e na montanha russa. O mais importante, contudo, foi a parte social do evento. Além da diversão, as crianças, os pais e responsáveis tiveram acesso a noções básicas de saúde, especialmente informações sobre como escovar corretamente os dentes, evitando as cáries.

Ainda na área de saúde, foram montados pequenos quiosques onde crianças e adultos puderam medir a pressão arterial e verificar a taxa de glicose no sangue. Outra atividade social foi o corte de cabelo, gratuito, para adultos e crianças. Para este ano, segundo estima o deputado Brunelli, pelo menos 20 mil crianças deverão participar da festa, na qual a questão social terá um reforço importante: aulas práticas sobre como o jovem pode evitar as drogas e o vício.



Deputado garantiu perdão das dívidas do IPTU das igrejas

O deputado Brunelli liderou movimento em favor da remissão (perdão) das dívidas em relação ao IPTU das igrejas e templos religiosos em geral. Em tempo recorde, a mensagem do Executivo, encaminhada pelo governador Joaquim Roriz à Câmara Legislativa, perdoando as dívidas referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), foi aprovada pelos deputados distritais.

Brunelli considerou o ato do governador Roriz de extrema "justiça e equilíbrio social". Isso porque as entidades religiosas prestam um inestimável serviço "à comunidade, no atendimento às pessoas carentes e também na formação dos jovens, livrando-os do perigoso caminho das drogas".

O deputado lembra que essa foi mais uma bandeira de luta vitoriosa, apesar de, no início, terem acontecido críticas de pessoas desavisadas, não conhecedoras do problema. Brunelli aproveita a oportunidade para esclarecer que o artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal proíbe todas as instâncias de governo - municipal, estadual e federal - de cobrar IPTU das igrejas e templos religiosos.

"Vários segmentos da sociedade não estavam totalmente informados sobre a legislação em vigor. Imaginavam ser um privilégio a isenção do IPTU para os templos religiosos", explica Brunelli.

Detentos e doentes já podem receber assistência religiosa

Outra promessa cumprida pelo deputado Brunelli foi a aprovação, pela Câmara Legislativa, do projeto de lei garantindo assistência religiosa aos detentos e doentes. Todos aqueles que estão presos nas penitenciárias ou internados em hospitais existentes na capital federal serão beneficiados pela lei san-cionada pelo governador Joaquim Roriz. A lei, de iniciativa do deputado Brunelli, em vigor desde o final do ano passado, regulamenta dispositivo da Constituição Federal que dá direito aos presos e doentes de receberem assistência religiosa de forma organizada e sem tumultos para o bom funcionamento dos hospitais e dos presídios.

O projeto estabelece que a assistência religiosa ocorrerá apenas se houver concordância dos interessados, e os religiosos interessados em ministrar o ato de fé, sejam

sejam padres, sejam pastores evangélicos, terão de obter autorização de suas entidades. Assim, no caso de um culto evangélico a ser ministrado numa penitenciária ou num hospital, o pastor terá de apresentar aos dirigentes daquelas unidades um documento formal de sua entidade religiosa com a devida autorização para realizar o evento.

Isenção do pagamento da Taxa de Lixo(TLP) vai até 2007

Os templos religiosos estão isentos do pagamento da Taxa de Lixo(TLP) até 31 de dezembro de 2007, conforme mensagem encaminhada pelo governador Joaquim Roriz à Câmara Legislativa. A iniciativa do governador tem muito a ver com os esforços desenvolvidos pelo deputado Brunelli mediante vários encontros com assessores do GDF, entre eles o então Secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira.

O deputado, nesses encontros, sempre procurou demonstrar que as igrejas, por não terem como objetivo o lucro financeiro, mas o desenvolvimento de ações sociais, deveriam continuar com o benefício de não pagar a TLP.

A exemplo de outras questões, como o IPTU e a exigência do alvará de funcionamento para os templos religiosos, o deputado Brunelli, como legítimo representante do segmento evangélico, atuou durante todo o ano de 2003 com o objetivo de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos templos evangélicos, nas áreas financeira e administrativa.

Os custos financeiros enfrentados pelas igrejas são enormes, avalia o deputado, especialmente nos casos de templos de pequeno porte. Graças ao trabalho de Brunelli, duas questões básicas, a do IPTU e a da TLP, tiveram encaminhamento satisfatório, aliviando os custos e facilitando a vida da comunidade evangélica.

Brunelli tem proposta para templos religiosos funcionarem em áreas residenciais

O fim da exigência de alvará de funcionamento para os templos religiosos foi uma das principais preocupações do deputado Brunelli ao longo destes 18 meses de mandato na Câmara Legislativa. Em razão



de sua luta foi criada uma Comissão Especial encarregada de debater e propor uma solução definitiva do problema. A comissão, por iniciativa de Brunelli, decidiu pela elaboração de um projeto de lei, tramitando em regime de urgência na Câmara Legislativa desde junho deste ano, propondo alvará especial para igrejas e regulamentando o funcionamento dos templos religiosos em áreas residenciais.

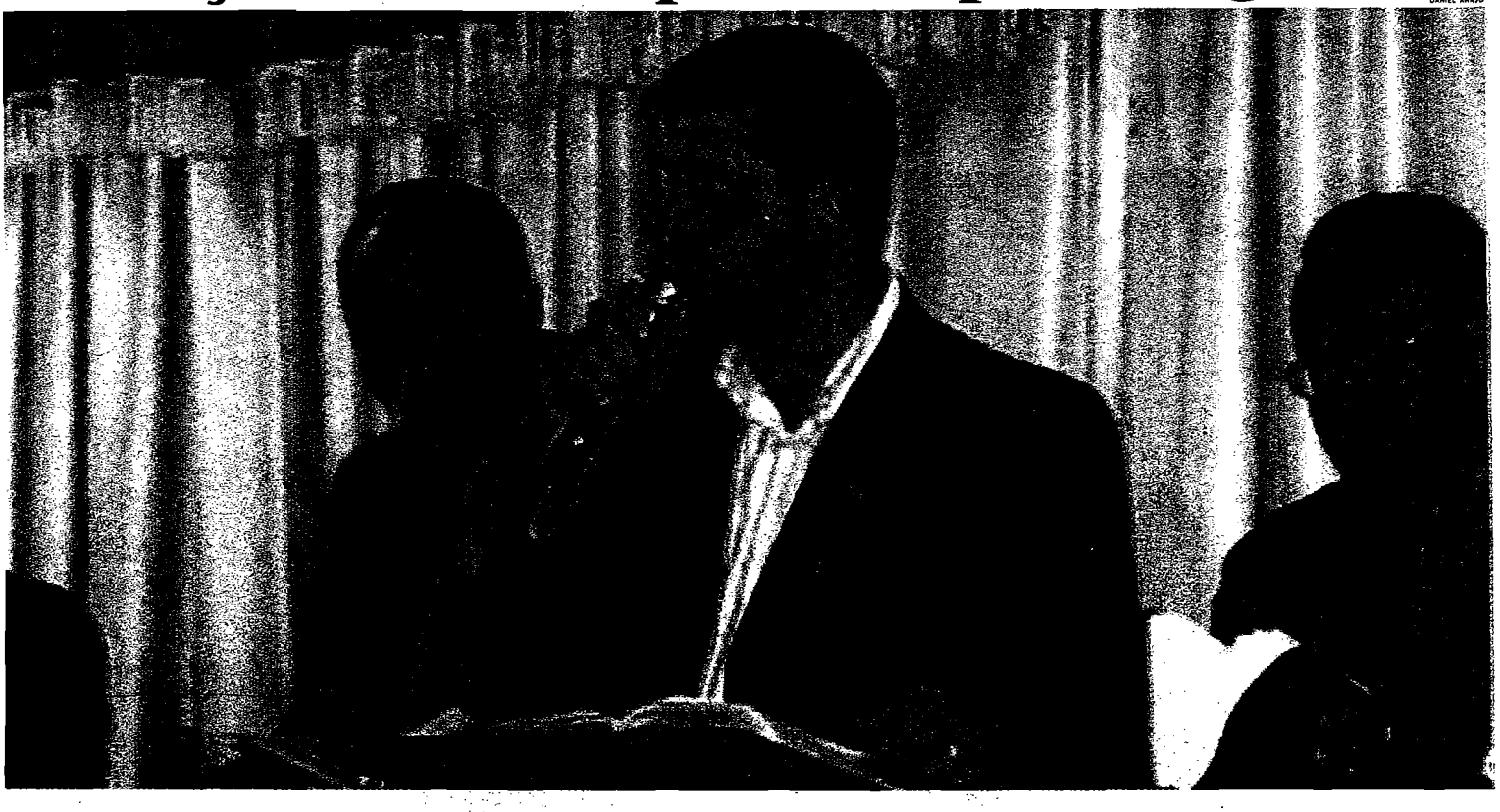
Foram realizadas reuniões públicas da Comissão Especial, nas diversas cidades-satélites do DF, como Taguatinga, Samambaia, Planaltina, Sobradinho e Gama, com a participação de representantes das comunidades locais e das igrejas.

A Comissão Especial apresentou seu relatório final ao plenário da Câmara Legislativa em junho, quando foram conhecidas as principais propostas, posteriormente transformadas em projeto de lei. Num café da manhã realizado em outubro de 2003, no Rotary Clube de Taguatinga, com a presença do deputado Brunelli e de representantes do Governo do Distrito Federal, o Secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão, garantiu aos pastores presentes ao encontro que "nenhum templo religioso será fechado se porventura não tiver o alvará de funcionamento".

Brunelli fez uma análise do problema, que é complexo, lembrando a lei aprovada em 1996, "liberando as igrejas da exigência do alvará de funcionamento". Essa lei, contudo, foi questionada pelo Ministério Público. Foi argüida sua inconstitucionalidade e, em razão disso, os efeitos dela foram suspensos. Lembra o deputado Brunelli que "alvará de funcionamento" é diferente de "alvará de construção".

O que o deputado defende é a diferenciação dos templos religiosos em relação aos estabelecimentos comerciais. "As igrejas não podem ser equiparadas a um estabele-cimento comercial comum" argumenta. "Defendo uma espécie de 'alvará especial para as igrejas', no qual fique claro que os templos estarão sujeitos às normas do Corpo de Bombeiros, de forma a garantir a segurança dos cidadãos e dos fiéis," esclarece.

Isenção de ICMS para templos religiosos

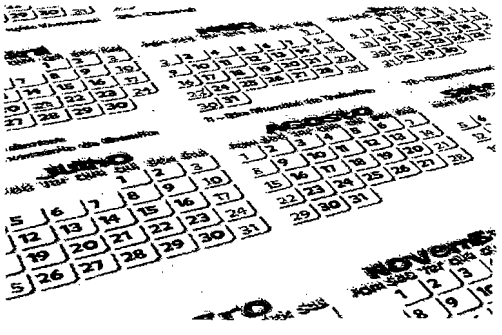


O plenário da Câmara Legislativa aprovou projeto do deputado Brunelli e outros parlamentares isentando as instituições religiosas do pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias(ICMS) e do Imposto Sobre Serviços(ISS) incidentes sobre as contas de água, luz, telefone e gás. Trata-se, segundo o deputado, de simplesmente cumprir uma determinação constitucional. Segundo a Constituição brasileira as igrejas em geral, de qualquer credo, não podem ser taxadas em nenhuma circunstância, confoirme decisão já tomada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal(STF).

Sendo assim, diz Brunelli, os templos religiosos passarão a ter imunidade tributária, permitindo que tais entidades possam desenvolver com mais eficiência suas ações sociais e filantrópicas."As entidades religiosas têm direito à imunidade tributária sobre qualquer patrimônio, renda ou serviço relacionado às atividades que desempenham, de acordo com a Constituição Federal", garante o deputado.No ano passado o deputado Brunelli conseguiu, mediante ações na Câmara Legislativa e junto ao GDF, garantir a isenção e remissão(perdão) das dívidas dos templos religiosos relativas ao IPTU e à Taxa de Limpeza Pública(TLP). A TLP, por sinal, teve sua isenção prorrogada até 31 de dezembro de 2007.

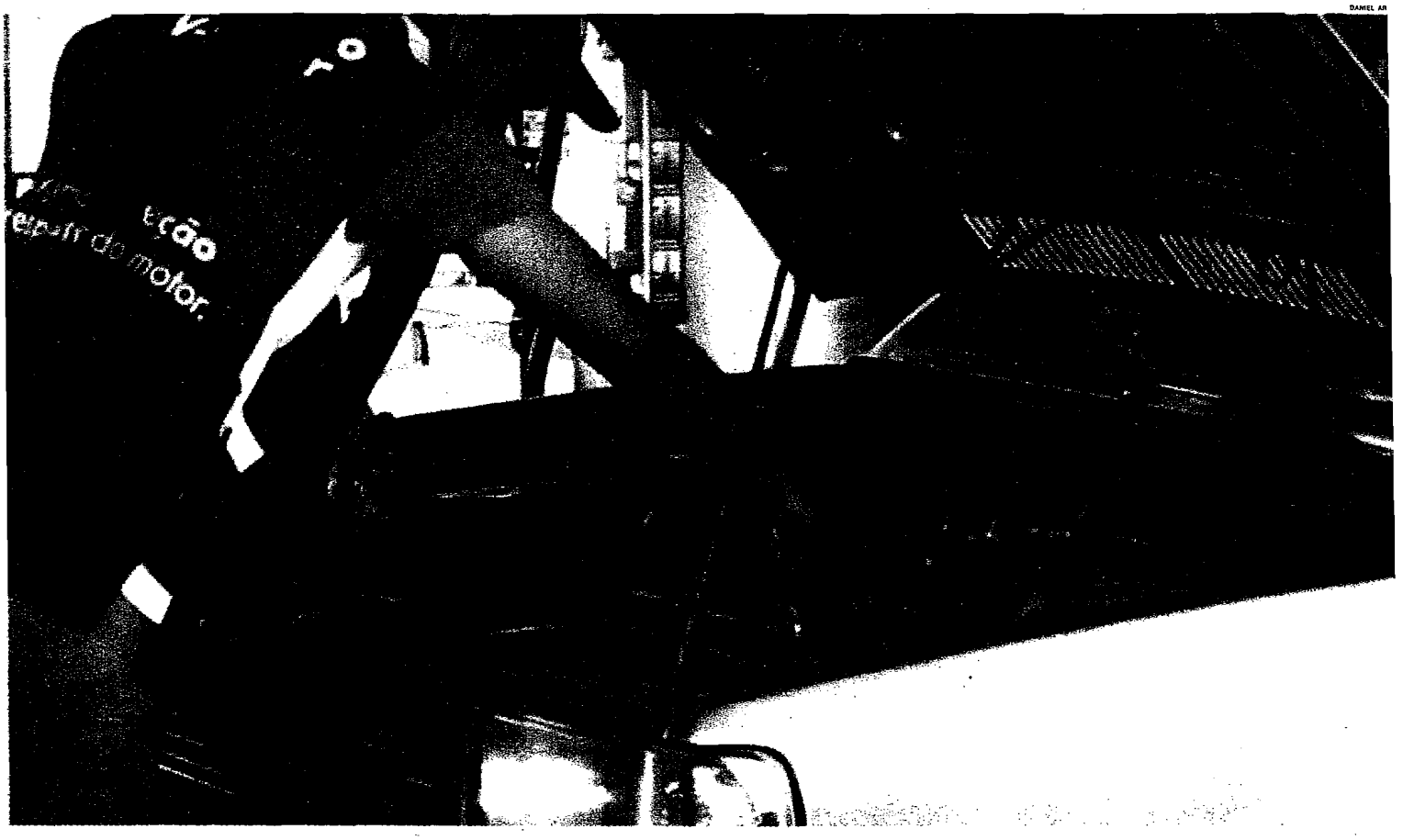
Eventos evangélicos incluídos no Calendário Oficial do DF

O governador Joaquim Roriz sancionou a lei 3.200, de autoria do deputado Brunelli, no dia 2 de outubro de 2003, incluindo uma série de atividades religiosas no Calendário Oficial de Eventos do DF. Brunelli acredita que a medida vai fortalecer o movimento evangélico da Capital Federal e mostrar, mais uma vez, a sensibilidade social dos parlamentares da Câmara Legislativa e do governador Roriz.



Com a lei, foram incluídos no calendário de eventos a Convenção Nacional da Igreja Apocalipse Pentecostal (IAP); a Festa dos Tabernáculos da Igreja Batista Independente da Brasília, localizada na Ceilândia Sul; Festividade Hip Hop Gospel, promovida pela Associação Beneficente Vencedores; e a Convenção da Associação Missionária Evangélica da América do Sul (Ameas), entre outras.

Gás natural como combustível trará benefícios ao consumidor



Agora é realidade. Projeto do deputado Brunelli adotando o gás natural como combustível no Distrito Federal foi aprovado pelo plenário da Câmara Legislativa. De acordo com o projeto, os ônibus urbanos e os táxis, inicialmente, serão os principais beneficiários do programa que já funciona, com sucesso, em outras capitais como Fortaleza e o Rio de Janeiro.

Brunelli destaca dois pontos principais do projeto. A defesa do meio ambiente, já que o gás natural é uma substância que não agride a natureza, além do baixo custo do sistema. O deputado entende que todos sairão ganhando, os empresários e a comunidade.

As empresas ganharão porque os custos de produção do gás natural são baixos, em comparação com os produtos derivados do petróleo. Já os consumidores também terão o que comemorar porque o baixo custo da produção poderá significar tarifas menores dos ônibus urbanos e dos táxis. Além de o gás natural preservar o meio ambiente.

De acordo com o projeto, a Companhia Brasiliense de Gás (CEBGÁS) será a gestora do programa, tendo a Agência Nacional do Petróleo(ANP) como órgão responsável pela fiscalização. Depois de sancionada pelo governador Joaquim Roriz a lei entrará em vigor 90 dias após sua publicação no Diário Oficial do GDF.

O deputado Brunelli contou com a colaboração de técnicos da Petrobrás e da Companhia Energética de Brasília(CEB) com o objetivo de evitar erros na formulação conceitual da nova lei. O texto do novo diploma legal prevê e autoriza a conversão de carros com motores a gasolina ou a diesel para o gás natural. Isso será possível desde que as especificações técnicas sejam cumpridas, preservando-se sempre o consumidor e o meio ambiente.

Instituições financeiras obrigadas a instalar banheiros públicos em suas agências

Está em vigor lei de autoria do deputado Brunelli (PP) que obriga os bancos, empresas de crédito e financeiras em geral a colocarem à disposição de seus clientes banheiros público e água potável. A lei, explica Brunelli, tem o objetivo de atender principalmente aos idosos, gestantes e pessoas portadoras deficiências físicas que, apesar de toda a informatização promovida pelo setor bancário, permanecem longo tempo em filas à espera de atendimento.

Tratamento humanitário

Com a nova legislação, assinala ainda o deputado, será possível dar aos clientes da área financeira um tratamento mais humanitário. Outro aspecto a ser levado em consideração, segundo o parlamentar, é a número elevado de pessoas portadoras de doenças que afetam a locomoção, deixando-os, por vezes, em situações constrangedoras em público.

A lei vai beneficiar também às pessoas que são obrigadas a utilizarem remédios controlados. Nessas situações, diz Brunelli, muitas das vezes essas pessoas precisam ir ao banheiro para urinar e acabam passando pelo dissabor de não encontrar instalações adequadas para tal.

Trata-se, pois, alerta Brunelli, de uma lei voltada para a melhoria dos serviços de atendimento da rede bancária aos seus clientes. É preciso que os empresários tenham cada vez mais consciência social e respeito pelos direitos humanos, argumenta o deputado distrital.

Descumprimento gera multa

De acordo ainda com a lei, o não cumprimento das normas estipuladas, instalações de banheiros públicos e fornecimento de água potável, resultará no pagamento de uma multa diária de R$ 500,00 pelo estabelecimento infrator. As instituições financeiras tem prazo de 90 dias, a contar da publicação da lei no Diário Oficial do GDF, para fazerem as adaptações necessárias nas instalações físicas de suas agências. O prazo, portanto, expira no início de novembro deste ano.

DANIEL ARAÚJO



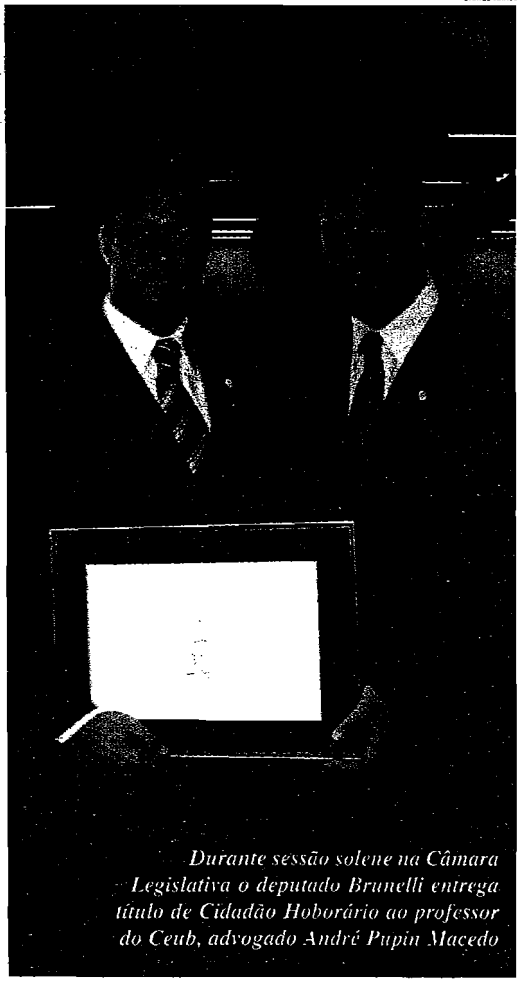
Brunelli na luta contra a derrubada de casas na prefeitura comunitária das QS 14, 16 e 18 no Riacho Fundo II

DANIEL ARAÚJO



Deputado participa de Café da Manhã, na Igreja Batista Renovada Chama Viva, com o Pastor Everardo Gomes

DANIEL ARAÚJO



Durante sessão solene na Câmara Legislativa o deputado Brunelli entrega título de Cidadão Honorário ao professor do Ceub, advogado André Pupin Macedo

Obras irão melhorar acesso ao Lar dos Velhinhos e ao Parque Saboru Onoyama, o tradicional ("*vai quem quer*")



Em mais uma iniciativa do deputado Brunelli, o Governo do Distrito Federal (GDF) está resolvendo um problema que há décadas vem atormentando as pessoas residentes em Taguatinga Sul próximo ao Lar dos Velhinhos e do Parque Saburo Onoyama ("Vai quem quer").

Quem mora naquela área já sabe dos constantes atropelos, especialmente no trânsito, durante o período chuvoso. Quando chove, lamaçal. Na seca, poeira insuportável. Com as chuvas o asfalto não resiste e, como não havia escoamento para as águas pluviais (chuva), o caos se instalava todo ano. Mas a situação vai mudar, para melhor.

O deputado Brunelli, conhecedor do problema, pois desde criança morou nas proximidades do Lar dos Velhinhos e do Parque Saburo Onoyama, na condição de deputado distrital, apresentou Indicação (sugestão) ao GDF pedindo que as obras de saneamento e colocação das tubulações fossem prioridade do Governo.

O governador Joaquim Roriz atendeu aos pedidos de Brunelli e determinou que a Novacap providenciasse a solução do problema. As obras já estão em andamento e o deputado Brunelli acredita que já na estação chuvosa de 2005 a população próxima do Lar dos Velhinhos e do Parque Saburo Onoyama possam estar livre desses transtornos

Conheça seu Deputado



O deputado Brunelli (PP) está em seu primeiro mandato na Câmara Legislativa, tem 34 anos, é advogado, administrador e evangélico, mas tem como proposta trabalhar para toda a comunidade do Distrito Federal.

É presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cargo para o qual foi eleito no início deste ano. No ano passado foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cargo que exerceu durante 12 meses, mas permanece como membro titular da referida comissão.

Fale com o Deputado Brunelli

O deputado Brunelli está à disposição na Câmara Legislativa. Venha ao gabinete ou mantenha contato com nossa assessoria jurídica, parlamentar, evangélica ou de comunicação pelos telefones 348-8190 a 96, por e-mail (dep.brunelli@cl.df.gov.br) ou pelo fax 348.8193. O endereço do deputado Brunelli é Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural – Gabinete nº 19 - Cep: 70086.900.

1 CHAPA EMPREGO E LUTA aos trabalhadores da SAB



Manifestação no auditório da Câmara Distrital pela aprovação da Lei 2.681 - 2001

Quando em 1997, o então Governador Cristovão Buarque assinou com o Governo Federal um Protocolo de Intenções que, assegurava a antecipação do repasse de verbas federais para as áreas da saúde, educação e segurança do GDF, "não imaginava" que essa atitude dava início a um longo processo de instabilidade, de insegurança, de verdadeiro tormento na vida de cerca de 3.500 pais de família da SAB, CEASA, TCB e posteriormente da Codeplan. Vimos nossas empresas serem "privatizadas", reestruturadas e os serviços do metrô a serem entregues à iniciativa privada.

O argumento de que a SAB dava prejuízo aos cofres públicos, nada mais era do que a justificativa para que o governo da época obtivesse apoio social para essas medidas. Quando na realidade, nós trabalhadores sabíamos que a Sab não dava prejuízo. Ou seja, ela sobrevivia com sua própria arrecadação, não recebendo nenhum subsídio financeiro ou orçamentário do GDF.

A "preocupação pelo social", se deu em função das Empresas e não pela garantia dos empregos dos trabalhadores.

Só em 2001, é que conquistamos a Lei 2.681 que possibilitava o nosso apostilamento para o GDF. Infelizmente, com a alteração da Lei em 2002, pelo Executivo, novamente voltamos a viver em permanente insegurança.

A Portaria 195 publicada no Diário Oficial do GDF em 28/6/2004 é um instrumento concreto de solução dessa situação. Ela representa o reconhecimento, por parte da Secretaria de Governo, da Secretaria de Gestão Administrativa e da Própria Procuradoria do Governo do Distrito Federal da gravidade dessa situação, de que é preciso evitar que o processo tenha prosseguimento na Justiça e de que é preciso construir uma solução que possibilite a garantia de nossos empregos com a efetivação dos servidores na tabela de empregos públicos em extinção do GDF, possibilitando assim, o fim dessa situação.

Veja, nas paginas seguintes as várias etapas dessa luta.

Hoje

TRABALHADORES DA S
UNIDOS PELA GARANT

1 Em 05 de maio de 2000 através do Decreto nº 21.170, o Governo do Distrito Federal deu inicio a uma Reforma Administrativa onde no artigo 12 afirma: "No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo adotará as providencias necessárias para privatização, mediante licitação, das seguintes empresas públicas:

I- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA;

II- Sociedade Abastecimento de Brasília – SAB;

III- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda –TCB e, posteriormente a reestruturação da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN;



Assembléia dos trabalhadores da SAB, TCB
TRT em 31 de

2 Em 15 janeiro de 2001 o Governo do Distrito Federal editou a Lei 2.681, construída por nós sabianos, que dispõe sobre o aproveitamento dos empregados públicos, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma Tabela de Empregos Públicos em extinção. A ocupação desses empregos se daria desde que, os trabalhadores fossem admitidos em suas respectivas empresas antes de 05 de outubro de 1988 e, admitidos em data posterior a 05 de outubro de 1988 através de Concurso Público;

3 Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989 alterando a Lei 2.681 artigo 1º incisos III e IV no que tange às datas de ingresso dos trabalhadores nas suas Empresas. Essa alteração beneficiou diretamente 111 (cento e onze) empregados da TCB, que foram admitidos em data posterior a 05 /10/88 sem realização de Concurso Público, ferindo assim a Constituição Federal.

4 Em 10 de junho de 2003 o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho de 10ª Região ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de Liminar contra o Distrito Federal (Secretaria de Gestão Administrativa) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados após 05 de outubro de 1988, que o GDF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para Tabela de Empregos do Distrito Federal, como também ***OS EMPREGADOS DAS EMPRESAS OU ENTIDADES EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO OU EXTINÇÃO***. e, a ***inconstitucionalidade das Leis 2.681 de 15 janeiro de 2001, Lei 2.989 de 11 junho de 2002 dos Decretos nº 22.322 de 13 de agosto de 2001 e nº 23.082 de 05 julho de 2002.***

5 Em 17 de junho de 2003 o Drº Fernando Gabriel Bernardes - Juiz do Trabalho de 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o Distrito Federal cesse a Transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF como também: ***TODOS OS EMPREGADOS PÚBLICOS DAS EMPRESAS SAB, TCB, CEASA E CODEPLAN;***

6 A partir dessa Liminar os Empregados Públicos dessas Empresas deram início a uma intensa mobilização pois, caso haja a determinação de Inconstitucionalidade da Legislação que possibilita a nossa transferência para o GDF, certamente os nossos empregos correrão risco.A partir desse processo a Comissão das Empresas deu inicio a uma série de reuniões com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Distrito Federal, o Jurídico da TCB, o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Gestão Administrativa.






CEASA e Codeplan em frente ao prédio do
arço de 2004

7 Em 20 de agosto de 2003 o Ministério Público do Trabalho fez uma Proposta de Conciliação para o Distrito Federal onde propunha a demissão dos 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.500 (três mil e quinhentos) empregados das empresas públicas regularmente contratados;

8 Em 23 de setembro de 2003 o Procurador do Distrito Federal Drº Fernando Cunha Júnior em reunião com o Ministério Público do Trabalho, os representantes dos trabalhadores da Sab, TCB, CEASA e CODEPLAN declarou que "o Conselho de Política de Recursos Humanos do Distrito Federal não acatou a Proposta de Conciliação que se refere a Ata de audiência do dia 20 agosto de 2003";



9 Em 24 de novembro de 2003 realizou-se a Audiência do Processo nº 00576-003-009-10-00 que, sob nossa pressão, conseguimos adiar para 31 de março de 2004;



10 Nesse espaço de tempo, continuamos nossa mobilização, que culminou com a Audiência em 29 de março de 2004 com o Secretário do Governo Drº Benjamim Roriz, estando presentes o Procurador do Distrito Federal Drº Evaldo, o Deputado Distrital Júnior Brunelle, Drª Tereza Amaro Campelo Beserra e a Comissão das Empresas.



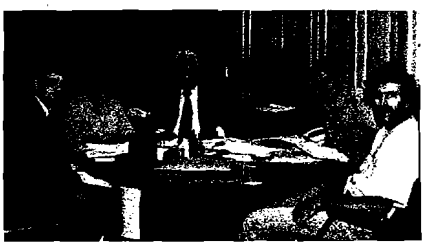
11 Ao tomar conhecimento da situação, o Drº Benjamim Segismundo de Jesus Roriz pronunciou-se verbalmente, pela busca de uma solução através da ***constituição de uma Comissão composta por representantes da Procuradoria do Distrito Federal, a Secretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Governo e dos representantes dos trabalhadores públicos das Empresas envolvidas***, para solução definitiva deste caso.

12 Diante do exíguo prazo da Audiência marcada para 31 de março de 2004 o Secretário de Governo propôs novo adiamento. Sendo esta marcada para 30 de junho de 2004. Nessa reunião, o Ministério Público do Trabalho ***reafirmou a Proposta de Conciliação feita em 20 de agosto de 2003;***

13 Em 23 de junho de 2004, nós da Sab, o Deputado Brunelli e os outros membros da Comissão das Empresas, nos reunimos com a Secretaria Cecília Landin, com objetivo de efetivarmos a solução desse Processo.



14 Em 25 de junho de 2004 nos reunimos novamente, com o Secretário de Governo Drº Benjamim Roriz, onde foi efetivada a Portaria 195.



Exemplo de Ação Parlamentar


DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI - PP

Quando Maria Luiza e os representantes da Comissão das Empresas procuraram meu Gabinete para que os ajudassem na busca de uma solução que possibilitasse assegurar o emprego dos trabalhadores da SAB, CEASA, Codeplan e TCB, compreendi a seriedade do caso.

Como já fui dirigente da SAB, sou conhecedor da Empresa, assim, coloquei meu gabinete e toda minha esfera de influência política na solução desse caso, por considerar não ser aceitável essa situação , já que a Lei 2.681 de 15 de janeiro de 2001, aprovada por essa casa, garantia o emprego desses servidores com o devido apostilamento para a Administração do GDF .

Como Parlamentar em primeiro mandato, participei de todas as instâncias do processo, não apenas pessoalmente mas também através de minhas Assessorias Jurídica e parlamentar. A grande vitória conseguida até aqui foi a recente criação, pelo Governo do Distrito Federal, de uma Comissão Especial, integrada por representantes da Secretaria de Governo, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, da Procuradoria Geral do Distrito Federal, além dos representantes dos trabalhadores da SAB, CEASA, Codeplan e TCB, para encontrar, em 30 dias, uma solução de consenso para o problema.

Acredito que o adiamento da Audiência inicial na Justiça do Trabalho, antes marcada para o dia 30 de junho deste ano, e a conseqüente transferência da mesma para setembro, foi um passo decisivo para que, nesse espaço de tempo, seja possível a Comissão Especial, encontrar uma saída definitiva capaz de preservar os empregos desses trabalhadores. Com o mesmo ímpeto continuarei acompanhando este processo até a solução final.

Esse é o momento de ser mantida a união entre os representantes dos trabalhadores para se conseguir a vitória definitiva, ou seja, evitar demissões injustas a partir de uma interpretação draconiana da legislação. Numa época em que o desemprego tem sido um dos maiores flagelos de nosso tempo, afetando a vida de milhões de brasileiros, não podemos nos dar ao luxo de ceifar cargos públicos de maneira desordenada e abrupta.

Deputado Distrital Brunelli

PORTARIA Nº 195, DE 25 DE JUNHO DE 2004

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições e, objetivando analisar e propor um encaminhamento de solução em relação ao Processo nº 00576-2003-009-10-00 - 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF decide:

Art. 1º - Constituir Comissão com o objetivo especificado na Ementa desta Portaria.

Art. 2º - A Comissão a que se refere o art. 1º será composta dos seguintes membros: Sônia Oliveira Nogueira, representante da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Coordenadora da Comissão; um representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a ser indicado; um representante da Secretaria de Estado de Governo, a ser indicado; Samuel Ludovico Mariano, representante dos empregados da TCB; Maria Luiza da Silva, representante dos empregados da SAB; Marco Antônio Ferreira, representante dos empregados da CODEPLAN; José Ubiraci Lobo de Souza, representante dos empregados da CEASA.

Art. 3º - A Comissão a que se refere o art. 1º terá o prazo de trinta dias, a partir da data de publicação desta Portaria, para finalizar seus trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LUIZ CARLOS DE ALMEIDA CAPELLA

Em 28 de junho de 2004 a Comissão das Empresas e o Deputado Brunelli, reunirão-se com o Ministério Público do Trabalho, onde foi acordado um novo adiamento da Audiência, para 15 de setembro de 2004 às 13:30hs.

SOCIEDADE DE
ABASTECIMENTO DE
BRASÍLIA S/A – Em Liquidação

IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA SAB:

Terreno com 1.000 m2 localizado na QE 17 BL B Guará II Prédio Edificado com 3.000 m 2 Inscrição no GDF 1800620-5 Escriturado no Cartório 4º Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02
Terreno com 1.650 m2 localizado a Projeção 09 Praça Central Núcleo Bandeirante Matrícula 24.235 Prédio Edificado com 1.220,50 m2 Inscrição no GDF 4508350-9 Escriturado no Cartório do 4º Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02
Terreno com 740,00 m2 localizado a SHIS QI 05 Lote A Lago Sul Matrícula 55589 Prédio Edificado com 740,00 m2 Inscrição no GDF 0350051-9 Escriturado no Cartório 1º Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02
Terreno com 600,00 m2 localizado a SRIA QI 02 Bloco B Lotes 05,11,17,23,29 e 37 Guará I Mat. 30701 Prédio Edificado com 588,00 m2 Inscrição no GDF N.º 1800027-4 1800028-2, 1800029-0, 1800030-4, 1800031-2 e 1800032-0 Escriturado no Cartório 1º Oficio do registro de Imóveis Livro 2
Terreno com 5.000m2 Localizado no SIA Trecho 06 Lote 250,260,270,280 e 290 Prédio Edificado com 3.558,08m2 Inscrição no GDF N.º 0701092-3 Escriturado no Cartório 1.º Oficio do Registro de Imóveis Livro 02
Terreno com 2.400 m2 localizado no Setor Leste Praça 03 Lote 02 Gama Prédio Edificado com 720,00 m2 Inscrição no GDF 1751310-3, Escriturado no Cartório 3.º Oficio MATRÍCULA 101447 Livro 02
Terreno 2.000,00 m2 Localizado a EQN 414/415 Asa Norte Inscrição no GDF 1150032-8 Escriturado no Cartório 2.º Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02 Matr.13.244
Terreno 2.000m2 Localizado no SIA Trecho 08 Lotes 90 e 100, Inscrição no GDF 0701170-9 e 0701171-7 Escriturado no Cartório 1º Oficio Livro 02 Mat.19.241
Terreno 1.250,00 m2 Localizado no Setor Sul Praça 01 Bloco A Gama , Inscrição no GDF 1726680-7 Escriturado no Cartório 5.º Oficio do registro de Imóveis do DF Matr. 4894 Livro Nº 02
Terreno 1250,00 m2 Setor Sul Praça 02 Bloco A, Gama, Inscrição GDF 1726936-9 Escriturado no Cartório 3.º Oficio do Registro de Imóveis Livro 02 Matricula 101443
Terreno de 1250,00 m2 Localizado no Setor Sul Praça 03 Bloco A – Gama Inscrição no GDF 1726744-7, Escriturado no Cartório 3.º Oficio do Registro de Imóveis Livro 02 Mat. 101.444
Terreno de 1.250,00 m2, Localizado no Setor Sul Praça 04 Bloco A, Gama , Inscrição no GDF 1727000-6 Escriturado no Cartório 3º Oficio do Registro de Imóveis Livro 02, Mat. 101445
Terreno de 2.000,00m2, Localizado no Setor Oeste Praça 01 Lote 04, Gama Inscrição no GDF 4502331-X Escriturado no Cartório 3º Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02 Mat. 101.446
Terreno de 2500,00 m2, Localizado no Setor E Sul Lote C Área Especial para Mercado Taguatinga , Inscrição GDF 2267840-9, Escriturado no Cartório 3.º Oficio do Registro de Imóveis Matrícula 100.731 Livro 02

Terreno de 1.500,00m2, Localizado na Quadra16 Área Especial de Sobradinho, Inscrição no GDF 1550805-6 Escriturado no Cartório 3° Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02 . Mat. 66151
Terreno de 1.050,00 m2, Localizado na Quadra Central CM Lote J Sobradinho, Inscrição GDF 1560898-0 , Escriturado no Cartório 3° Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 02 Mat. 661.50
Terreno de 2.120,00m2 , Localizado na EQS 312/313 Asa Sul Prédio , Edificado com 313,86 m2, Inscrição no GDF 0680039-4 Escriturado no Cartório 1.° Oficio Livro 2 Mat. 55594
Prédio com 317,25 m2 Localizado a Quadra 08, Área Reservada N.° 03, Inscrição no GDF 15214370 Sobradinho Terreno Quadra 08 Área Reservada N° 03 Sobradinho
Galpão A e B Construção Provisória sem Projeto Localizado na SRE/SUL Área Especial Bloco H Lote 08 Terreno 5.200,00 m2 , Inscrição no GDF 1922401-X , Escriturado no Cartório de Registro do 1.° Oficio Mat. 52448, Livro 02 Cruzeiro – DF
Terreno com 100,00m2 Localizado no Centro Comercial de Brazlândia Bloco I Prédio Edificado com 100,00 m2 Bloco I Loja 04 e 05 Inscrição no GDF 3014368-3 e 3014369-1 Escriturado no Cartório do 3.° Oficio do Registro de Imóveis mat. 8366 e 8367 Livro 02
Prédio Edificado com 136,20m2 , Localizado a Gleba 01 Modulo B Combinado Agro-Urbano Construído em Terreno da FZDF
Terreno de 210,00m2, Localizado no Setor Norte Quadra 01 Lotes 14, 16, 18, 20, 22 e 24, Gama Prédio Edificado com 210,00m2, Inscrição no GDF 1710680-X, 1710682-6, 1710684-2, 1710686-9, 1710688-5 e 1710690-7, Escriturado no Cartório 3.° Oficio do Registro de Imóveis do DF Mat. 13164, 101257, 101258, 101259, 101260 e 101261
Terreno com 6.114,60 m2 localizado no Setor de Áreas Isoladas GM 3 Granja do Torto Prédio Edificado com 549,50m2 Prédio Edificado 299,22 m2 Setor de Áreas Isoladas GM 3 Granja do Torto
Prédio, Edificado com 693,00 m2, Localizado na Quadra 407 Conj G Lote 01 Construído em Terreno da Terracap
Terreno 250,00 m2 Localizado no Centro Comercial Bloco K Brazlândia - DF Prédio 250,00 m2 Inscrição no GDF N.° 3014375-6, 3014376-4 , 3014377-2, 3014378-0 e 3014379-9, Lojas de 01 a 05 Escriturado no Cartório 3.° Oficio do Registro de Imóveis do DF Livro 2

RELATÓRIO FINAL DAS CONCLUSÕES E SUGESTÕES DO GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO PELO EXMO. SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, POR INTERMÉDIO DA PORTARIA Nº 45, DE 27 DE ABRIL DE 2006.

Constituído em 27 (vinte e sete) de abril do corrente ano pelo então Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, **WILMAR LUIS DA SILVA**, por intermédio da Portaria nº 45, publicada à pág. 29 do DODF nº 81, de 28 (vinte e oito) de abril de 2006, com a exclusiva finalidade de elaborar estudos versando sobre os procedimentos a serem observados no processo de incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, Em Liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, Em Liquidação, o presente Grupo de Trabalho restou por ser composto por servidores integrantes da SEAPA/DF, da SAB e da CEASA/DF, a saber: **IZAÍAS DA SILVA ROCHA, MARCOS SOARES DE SOUZA, AIRES ROSA DE SOUZA, LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA, MARIA LUÍZA DA SILVA, RENE FERREIRA, JUSMAR CHAVES, JOSÉ AUGUSTO DE FARIA** e **FERNANDO SILVA JR.**

Para tanto, restou instaurado, pelo Coordenador do Grupo, o Processo Administrativo nº 071.000.117/2006 com o propósito de melhor encaminhar os trabalhos a serem desenvolvidos.

Todavia, os trabalhos do presente Grupo de Trabalho só puderam ser iniciados após a edição da Lei Distrital nº 3.863, de 30 de maio de 2006, publicada à pág. 04 do DODF nº 103, de 31 (trinta e um) de maio de 2006, por meio da qual restou, efetivamente, autorizada a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liquidação.

Assim sendo, apenas, em 05 (cinco) de junho de 2006, no gabinete do Exmo. Sr. Secretário de Agricultura do Distrito Federal, representado na ocasião pelo seu Chefe de Gabinete, Dr. **ADÃO FARIAS**, efetivamente fora instalado o presente Grupo de Trabalho.

De início, restou decidido que a presente Comissão limitar-se-ia ao estritamente necessário para realização da incorporação autorizada por meio da Lei Distrital nº 3.863/2006 para, só

então e num momento posterior, após a liquidação dos débitos existentes fossem levadas à discussão as diligências que culminarão na futura reestruturação da Ceasa/DF.

Restou avençado, ainda, que a condução dos trabalhos da Comissão deveria obedecer aos seguintes critérios: ***i)*** as informações a serem solicitadas junto às empresas SAB e CEASA/DF deveriam ser encaminhadas ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura; e ***ii)*** as reuniões ocorreriam, ordinariamente, às segundas e quartas, às 08:30 hs, na Sala de Reuniões da Ceasa/DF;

Prosseguindo, o Grupo de Trabalho restou por entender que apenas por ocasião da reestruturação é que deverão ser discutidos o Plano de Cargos e Salários (PCS) e a eventual necessidade de equiparação e ajustes salariais entre os funcionários que serão incorporados pela Ceasa/DF, assim como deverão ser aperfeiçoados e implementados programas sociais.

Quanto à documentação necessária para o prosseguimento dos trabalhos, firmou-se o entendimento de que seriam solicitados ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura a obtenção junto à SAB e à CEASA/DF dos adiante relacionados: *i) Saldos Bancários; ii) Aplicações Financeira; iii) Contas a Receber; iv) Devedores Diversos; v) Outros Créditos a Receber; vi) Ações Ajuizadas (Registradas na Contabilidade ou não); vii) Investimentos (Participação Percentual em outras Empresas); viii) Total do Imobiliário – incluindo benfeitorias e mobilizado; ix) Obrigações com Pessoal e Encargos a Pagar; x) Exigível a Longo Prazo Atual; xi) Quadro Demonstrativo do Patrimônio Líquido Atual; xii) Quadro Societário; xiii) Balanço Patrimonial do Exercício de 2005 (Consolidado); xiv) Cópia do Balancete Sintético em 31.05.2006; xv) Número de Funcionários e para onde estão cedidos; xvi) relação dos repasses dos órgãos e unidades para os quais foram cedidos os funcionários; xvii) Total Financeiro Mensal da Folha Incluindo Encargos e Benefícios; xviii) Cópia do Orçamento de 2006; xix) Estatuto Social; xx) Regimento Interno; xxi) Composição dos Conselhos Fiscal e Administrativo; xxii) Tabela de Empregos em Comissão; xxiii) Tabela de Funções Gratificadas; xxiv) Relação dos Cargos e Valores Salariais; xxv) Tabela de Empregos Permanentes.*

Considerando o volume de informações e documentos, restou estabelecido que a comissão voltaria a se reunir, apenas, por ocasião do fornecimento de tais documentos, ocasião em que o Coordenador faria nova convocação.

Procedida a solicitação por meio do Ofício nº 208/2006-GABIN, o Sr. Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Secretário de Agricultura encaminhou a documentação fornecida pela SAB e pela CEASA/DF, respectivamente, por meio dos Ofícios de nº's 501-GAB/SEAPA-DF e 574-GAB/SEAPA-DF.

Pois bem, oportunos os ensinamentos do festejado professor e doutrinador Prof. Rubens Requião, colacionados da obra Curso de Direito Comercial, 2º Volume, Ed. Saraiva, 16ª Edição, 1986, ***in verbis***:

> ***"A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades, de tipos iguais ou diferentes, são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações. Como se vê, na incorporação não surge nova sociedade, pois uma, a incorporadora, absorve outra ou outras sociedades, que se extinguem. Essa extinção, n caso, é inexorável, pois assim determina a lei. O art. 219, II, com efeito, declara extinta a companhia pela incorporação.***
>
> ***Conforme o plano de incorporação, chamado 'protocolo', aprovado pela assembléia geral da incorporadora, autoriza-se o aumento do capital a ser subscrito e realizado pela incorporadora mediante versão do seu patrimônio líquido. São por ela nomeados peritos que avaliarão esse patrimônio líquido, que será absorvido pela sociedade incorporadora.***
>
> ***A sociedade a ser incorporada deve aprovar o protocolo da incorporação e autorizar seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora.***
>
> ***Aprovados, pela assembléia geral da incorporadora, o laudo de avaliação do patrimônio líquido da incorporada e o ato de incorporação, extingue-se a incorporada, competindo à primeira promover o arquivamento e publicação dos atos da incorporação. Subsiste pois a incorporadora, acrescida do capital e patrimônio da incorporada, assumindo aquela o passivo da sociedade extinta."***

A própria Lei das Sociedades Anônimas determina os procedimentos que deverão observados, à luz do que

prevêem os arts. 224 ***usque*** 227 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ***in verbis***:

> ***"Art. 224. As condições da incorporação, fusão ou cisão com incorporação em sociedade existente constarão de protocolo firmado pelos órgãos de administração ou sócios das sociedades interessadas, que incluirá:***
>
> ***I - o número, espécie e classe das ações que serão atribuídas em substituição dos direitos de sócios que se extinguirão e os critérios utilizados para determinar as relações de substituição;***
>
> ***II - os elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, no caso de cisão;***
>
> ***III - os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data a que será referida a avaliação, e o tratamento das variações patrimoniais posteriores;***
>
> ***IV - a solução a ser adotada quanto às ações ou quotas do capital de uma das sociedades possuídas por outra;***
>
> ***V - o valor do capital das sociedades a serem criadas ou do aumento ou redução do capital das sociedades que forem parte na operação;***
>
> ***VI - o projeto ou projetos de estatuto, ou de alterações estatutárias, que deverão ser aprovados para efetivar a operação;***
>
> ***VII - todas as demais condições a que estiver sujeita a operação.***
>
> ***Parágrafo único. Os valores sujeitos a determinação serão indicados por estimativa.***
>
> ***Art. 225. As operações de incorporação, fusão e cisão serão submetidas à deliberação da assembléia-geral das companhias interessadas mediante justificação, na qual serão expostos:***
>
> ***I - os motivos ou fins da operação, e o interesse da companhia na sua realização;***
>
> ***II - as ações que os acionistas preferenciais receberão e as razões para a modificação dos seus direitos, se prevista;***
>
> ***III - a composição, após a operação, segundo espécies e classes das ações, do capital das companhias que deverão emitir ações em substituição às que se deverão extinguir;***

IV - o valor de reembolso das ações a que terão direito os acionistas dissidentes.

Art. 226. As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

§ 1° As ações ou quotas do capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da companhia incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser extintas, ou substituídas por ações em tesouraria da incorporadora, até o limite dos lucros acumulados e reservas, exceto a legal.

§ 2° O disposto no § 1° aplicar-se-á aos casos de fusão, quando uma das sociedades fundidas for proprietária de ações ou quotas de outra, e de cisão com incorporação, quando a companhia que incorporar parcela do patrimônio da cindida for proprietária de ações ou quotas do capital desta.

Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

§ 1° A assembléia-geral da companhia incorporadora, se aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento de capital a ser subscrito e realizado pela incorporada mediante versão do seu patrimônio líquido, e nomear os peritos que o avaliarão.

§ 2° A sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora.

§ 3° Aprovados pela assembléia-geral da incorporadora o laudo de avaliação e a incorporação, extingue-se a incorporada, competindo à primeira promover o arquivamento e a publicação dos atos da incorporação."

Reportando novamente ao Prof. Rubens Requião, *"o protocolo nada mais é do que a planificação, em projeto, das condições em que se vão efetuar a incorporação, fusão, ou cisão. Essas condições, com efeito, constarão de protocolo firmado pelos órgãos de administração ou sócios das sociedades interessadas, dispõe*

o art. 224" (pág. 218, ob. cit.). Adiante, aduz que *"além do protocolo, as operações de incorporação, fusão e cisão importam em justificação apresentada à deliberação das assembléias gerais ou dos sócios das sociedades interessadas"*, ou seja, a previsão contida no art. 225, e seus incisos, da Lei Federal nº 6.404/76.

Assim sendo, feito um breve relato dos passos exigidos para efetivação do processo de incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, Em Liquidação, ora incorporada, pela Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, Em Liquidação, ora incorporadora, imprescindível, ainda, mencionar algumas leis distritais de apreciação obrigatória.

Tratam-se da **Lei nº 2.891**, de 23 de janeiro de 2002, que autorizou o Distrito Federal a proceder a liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, da **Lei nº 3.125**, de 16 de janeiro de 2003, que autorizou o Distrito Federal a proceder a liquidação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF, da **Lei nº 3.761**, de 25 de janeiro de 2006, que criou Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal e, por fim da **Lei nº 3.863**, de 30 de maio de 2006, pela qual restou autorizada a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, Em liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, Em liquidação.

Portanto, destaca-se que, apesar de autorizada a incorporação da SAB S/A, Em Liquidação, à CEASA/DF, Em Liquidação, somente após o saneamento das contas e do passivo das empresas (incorporada e incorporadora) é que se poderá, efetivamente, retirar a CEASA/DF da sua condição de liquidação, à luz, inclusive, do que dispõe o art. 5º da Lei Distrital nº 3.863/2006.

Tal circunstância, contudo, não impede ou mesmo inviabiliza a realização da incorporação conforme autorizada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Outrossim, conforme as informações prestadas pelas empresas, observa-se que ambas estão se valendo do que dispôs a Lei Distrital nº 3.761/2006, valendo-se da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, disponibilizando-se, sempre com ônus, de mão-de-obra para diversos órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal.

Dessa forma, entende-se possível a continuação de tal circunstância, seja por uma questão de higidez financeira da CEASA/DF, seja porque apenas com o projeto de reestruturação desta última é que se poderá ter segurança na utilidade dos funcionários remanescentes dos Programas de Desligamento Voluntário estabelecidos nos respectivos processos de liquidação.

Dessa forma, atendendo às exigências estabelecidas pelo art. 225 da Lei Federal nº 6.404/76, entende-se que a justificação a ser apresentada à Assembléia Geral dos acionistas da empresa incorporadora (CEASA/DF) já foram exaustivamente discutidas por ocasião da apreciação do projeto de lei que ensejou na edição da Lei Distrital nº 3.863/2006, pela qual restou autorizada a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, Em liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, Em Liquidação.

Ademais disto, entende-se que a incorporação é medida que possibilitará o início do resgate de uma efetiva e eficaz Política Pública de Abastecimento de gêneros alimentícios para a comunidade do Distrito Federal, no que tange à implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional.

Outrossim, quanto ao Capital Social cumpre esclarecer que, segundo as informações prestadas pelas empresas, a CEASA/DF possui capital social de R$ 4.710.126,00 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e vinte e seis reais) divididos em 4.710.126 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada, das quais 4.710.119 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e dezenove) são de propriedade do Governo do Distrito Federal (99,9999%) e apenas 07 (sete) são de propriedade dos Srs. Luiz Fernando Cirne Lima, Hélio Prates da Silveira, Manoel Carneiro de A. Filho, Octávio Odílio de O. Botencourt, Antônio Martins Chaves, Joaquim A. da Silva Tavares e Luiz Henrique Ferreira Horta (0,0001%).

A SAB, por sua vez, possui capital social de R$ 16.368.857,49 (dezesseis milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e sete reais, e quarenta e nove centavos) divididos em 1.636.885.749 (um bilhão, seiscentos e trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de R$ 0,01 (um centavo) cada, das quais 1.512.117.653 (um bilhão, quinhentos e doze milhões, e cento e dezessete mil, seiscentos e cinqüenta e três) são de propriedade do Governo do Distrito Federal (92,377.715.056%), 124.767.027 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil e vinte e sete) são

de propriedade da NOVACAP (7,622.219.270%) e apenas 1.075 (um mil e setenta e cinco) são de propriedade da TCB (0,000.065.674%).

Ressalta-se no entanto que, conforme previsto o artigo 227 da Lei Federal nº 6.404/76, o aumento do capital da empresa incorporadora deverá ser igual ao valor do Patrimônio Líquido da empresa incorporada, sendo que este aumento será integralizado com a absorção do ativo e do passivo da empresa incorporada (*SAB S/A, Em Liquidação*).

Verifica-se, ainda, de acordo com o Balanço Patrimonial comparativo da SAB S/A *(exercícios findos em 30/06/2006 e 31/12/2005)*, que o patrimônio líquido da mesma é de R$ 6.444.174,90 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais, e noventa centavos) que, dividido proporcionalmente pela quantidade de ações que os acionistas possuem na empresa fica assim distribuídos:

QUADRO SOCIETÁRIO DA SAB S/A, EM LIQUIDAÇÃO				
Acionistas	**Percentual de Participação**	**Quantidade de Ações**	**Valor por Ação**	**Valor**
Governo do Distrito Federal – GDF	**92,377715056%**	**595.298.153**	**R$ 0,01**	**R$ 5.952.981,53**
NOVACAP	**7,622219270%**	**49.118.914**	**R$ 0,01**	**R$ 491.189,14**
TCB	**0,000065674%**	**0.000.423**	**R$ 0,01**	**R$ 4,23**
TOTAL	**100%**	**644.417.490**	**R$ 0,01**	**R$ 6.444.174,90**

Portanto, nos termos do art. 224 da Lei Federal nº 6.404/76, propõe-se seja autorizado pela Assembléia Geral da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, Em Liquidação, (*empresa incorporadora*) o seu aumento de capital para R$ 11.154.300,90 (onze milhões, cento e cinqüenta e quatro mil e trezentos reais, e noventa centavos), sendo que tal aumento é decorrente do recebimento do **patrimônio líquido** da SAB S/A, Em Liquidação, (*empresa incorporada*), passando a ter 1.115.430.090 (um bilhão, cento e quinze milhões, quatrocentos e trinta mil e noventa) ações ordinárias nominativas, de valor unitário de R$ 0,01 (um centavo), respeitando a proporcionalidade das ações que os sócios possuem na empresas incorporadora e incorporada, assim distribuídas:

	Ações	**Valor**	**Percentual**
Governo do Distrito Federal – GDF	**1.066.310.053**	**R$ 10.663.100,53**	**95,596314%**
NOVACAP	**49.118.914**	**R$ 491.189.14**	**4,403585%**

TCB	**0.000.423**	**R$ 4,23**	**0,000038%**
Outros	**700**	**R$ 7,00**	**0,000063%**
TOTAL	**1.115.430.090**	**R$ 11.154.300,90**	**100%**

Outrossim, nos termos do § 1° do art. 227 da Lei Federal n° 6.404/76, cumpre ressaltar que, segundo consta dos autos do presente Processo Administrativo n° 071.000.117/2006, e nos termos das informações prestadas pelos Liquidantes da SAB S/A e da CEASA/DF S/A, os patrimônios das empresas estão devidamente relacionados pelo seu valor contábil, razão pela qual pode ser considerada atendida a exigência do mencionado dispositivo, vertendo-se o patrimônio da SAB/DF em favor da CEASA/DF (§ 2° do art. 227) e cabendo a esta última a ulterior promoção do arquivamento e publicação dos atos da incorporação (§ 3° do art. 227), após a regular aprovação pelas respectivas Assembléias Gerais das empresas incorporadora (CEASA/DF) e incorporada (SAB).

Oportuno, pois, relembrar que todas as alterações sugestionadas deverão, obrigatoriamente, ser deliberadas pela Assembléia Geral de Acionistas, conforme dispõem os arts. 121 e 122 da Lei Federal 6.404/76, ***in verbis***:

> *"Art. 121. A assembléia-geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.*
>
> *Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei n° 10.303, de 2001)*
>
> *I - reformar o estatuto social;(Redação dada pela Lei n° 10.303, de 2001)*
>
> *II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;(Redação dada pela Lei n° 10.303, de 2001)*
>
> *III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;(Redação dada pela Lei n° 10.303, de 2001)*
>
> *IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59;(Redação dada pela Lei n° 10.303, de 2001)*
>
> *V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);(Redação dada pela Lei n° 10.303, de 2001)*

VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias;(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

IX - autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de concordata poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, convocando-se imediatamente a assembléia-geral, para manifestar-se sobre a matéria.(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)"

Como dito alhures, aperfeiçoada a incorporação com as realizações das Assembléias Gerais das empresas incorporada (*SAB*) e incorporadora (*CEASA/DF*), caberá, ainda, à esta última, seja em face da necessidade de término/reversão de seu processo de liquidação, seja em face da determinação contida no despacho do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal de 27 de março de 2006, publicado no DODF nº 64, de 31/03/2006, a elaboração de projetos detalhados e definitivos para implementar a sua revitalização e modernização, passando, necessariamente pelo encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal de projeto de lei dispondo sobre sua reestruturação, bem como pela total liquidação dos débitos, sejam os contraídos pela própria empresa incorporadora, sejam os decorrentes da empresa incorporada.

Assim sendo, repete-se, as modificações propostas no presente momento, notadamente no Estatuto Social da empresa incorporadora (*CEASA/DF, Em Liquidação*) prestam-se, apenas, a permitir o aperfeiçoamento da incorporação autorizada pela lei nº 3.863/2006.

Portanto, apesar de haver sido extrapolado o prazo estabelecido na Portaria nº 45, de 27/04/2006, são as considerações que, acredita-se, serão suficientes para tal desiderato:

a) Aprovação do presente relatório pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e

Abastecimento do Distrito Federal, com a posterior remessa aos Srs. Liquidantes da SAB e da CEASA/DF para conhecimento e aprovação pelos mesmos;

b) Caso assim entendam os Srs. Liquidantes, seja o presente trabalho considerado como o Plano de Incorporação (Protocolo) exigido pelo art. 224 da Lei Federal nº 6.404/76;

c) Convocação de Assembléia Geral de Acionistas da empresa incorporadora (*CEASA/DF S/A, Em Liquidação*) e da empresa incorporada (*SAB S/A, Em Liquidação*) para aprovação da incorporação autorizada pela Lei Distrital nº 3.863/2006;

d) Sejam acolhidas, como a Justificação exigida pelo art. 225 da Lei Federal nº 6.404/76, as razões, fundamentos e exposições de motivos que ensejaram a edição da Lei Distrital nº 3.863, de 30 de maio de 2006, pela qual restou autorizada a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, Em liquidação, à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, Em liquidação;

e) Sugerimos sejam acolhidos pelas Assembléias Gerais de Acionistas os relatórios e avaliações contábeis patrimoniais informados pelos Srs. Liquidantes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, Em liquidação, e da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, Em liquidação, conforme exigido pelo caput do art. 226 e pelo § 1º do art. 227 da Lei Federal nº 6.404/76;

f) Que as Assembléias Gerais de Acionistas das empresas aprovem o presente, na condição de Plano de Incorporação (Protocolo), notadamente a Assembléia Geral de Acionistas da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, Em liquidação, que deverá autorizar a seguinte modificação em seu Estatuto Social:

> *I) aumento de capital para R$ 11.154.300,90 (onze milhões, cento e cinqüenta e quatro mil e trezentos reais, e noventa centavos), sendo que tal aumento é decorrente do recebimento do* ***patrimônio líquido*** *da SAB S/A, Em Liquidação, (empresa incorporada), passando a ter 1.115.430.090 (um bilhão, cento e quinze milhões, quatrocentos e trinta mil e noventa) ações ordinárias nominativas, de valor unitário de R$ 0,01 (um centavo), respeitando a proporcionalidade das ações que os sócios*

possuem na empresas incorporadora e incorporada, assim distribuídas:

	Ações	*Valor*	*Percentual*
Governo do Distrito Federal – GDF	***1.066.310.053***	***R$ 10.663.100,53***	***95,596314 %***
NOVACAP	***49.118.914***	***R$ 491.189.14***	***4,403585%***
TCB	***0.000.423***	***R$ 4,23***	***0,000038%***
Outros	***700***	***R$ 7,00***	***0,000063%***
TOTAL	***1.115.430.090***	***R$ 11.154.300,90***	***100%***

g) Nos termos do Art. 3° da Lei Distrital n° 3.863/2006, os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1°, § 3°, da Lei n° 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

h) Nos termos do art. 5° da Lei n° 3.761, de 25 de janeiro de 2006, seja assegurado o pagamento da indenização devida aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, conforme prescrito no inciso II do art. 3° da Lei n° 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

i) Sejam aproveitados os atuais funcionários detentores de funções gratificadas e ocupantes de empregos em comissão da empresa incorporada (*SAB S/A, Em Liquidação*), sem qualquer perda em suas remunerações, pela empresa incorporadora (*CEASA/DF, Em Liquidação*);

j) Por ocasião da reestruturação da Ceasa/DF, seja observado e respeitado pelo seu Liquidante a necessidade de estruturação do Plano de Cargos e Salários (PCS) e da eventual necessidade de equiparação e ajustes salariais entre os funcionários que serão incorporados pela Ceasa/DF;

k) Por ocasião da reestruturação da Ceasa/DF, seja observado e respeitado pelo seu Liquidante a necessidade de serem aperfeiçoados e implementados programas sociais, baseados numa efetiva e eficaz Política Pública de Abastecimento de gêneros alimentícios para a comunidade do Distrito Federal, no que tange à implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional;

l) A contratação de empresa especializada que preste uma isenta e sólida consultoria que permita uma proposta de reestruturação que atenda desde as necessidades dos empregados

envolvidos até, e sobretudo, os fins sociais que justificaram a criação da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, assim como a incorporação, contando com a representação e a contribuição dos funcionários para tal fim;

O presente Relatório Final das conclusões do Grupo de Trabalho constituído pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, por meio da Portaria nº 45, de 27 de abril de 2.006, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 28 de abril do corrente ano, após ser lido e aprovado em todos os seus termos e fundamentos, segue com as assinaturas de todos os seus membros, consignando os agradecimentos pela confiança depositada.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2.006.

IZAÍAS ROCHA **LUCAS OLIVEIRA** **JUSMAR CHAVES**

MARCOS SOARES **MARIA LUIZA SILVA** **JOSÉ AUGUSTO FARIA**

AIRES SOUZA **RENE FERREIRA** **FERNANDO SILVA JR.**

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA

TCB

APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL E DE ALTERNATIVAS PARA REVITALIZAÇÃO DA EMPRESA

Brasília, 20 de novembro de 2006

– APRESENTAÇÃO

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, empresa pública do Governo do Distrito Federal, foi instituída em 1.º de junho de 1961 com a seguinte finalidade: "**exploração, em caráter exclusivo, dos serviços de transportes coletivos terrestres e de táxis na área do Distrito Federal, mediante linhas de transporte urbano da cidade de Brasília, desta para os núcleos satélites da Capital Federal e entre eles, além do serviço de táxi na mesma área.**", definida na Cláusula Primeira do Contrato Social.

Ao passar dos anos, com o crescimento desta Capital, a TCB deixou de ser exclusiva na exploração dos serviços de transportes coletivos e os serviços de táxis passaram a ser desempenhados pelo Departamento de Concessões e Permissões, subordinado a Secretaria de Transportes.

Contudo, a preferência na exploração dos serviços de transporte público coletivo ainda é desta Empresa, conforme estabelece o Artigo 27 do Regulamento do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, instituído através do Decreto n.º 10.062, de 05 de janeiro de 1987.

Ressalta-se que a TCB, ao longo da sua história, como operadora pública, foi suporte do Governo do Distrito Federal na implementação das políticas públicas na área de transporte coletivo. Dentro deste contexto, a missão da Empresa era fundamentalmente baseada nos seguintes pontos:

- **papel estratégico**: o Governo, em situações excepcionais, efetuou interferência nas operadoras privadas para garantir a prestação do serviço de transporte. A TCB atendeu, em situações de emergência, as áreas que estavam apresentando deficiências na prestação dos serviços;

- **papel de referência**: em condições de gerenciamento adequado , a TCB fornecia as informações necessárias e suficientes para a

definição dos índices de consumo, de desempenho operacional, tarifas e outros; e

- **papel de aprimoramento gerencial e tecnológico**: A TCB desenvolveu e aplicou novos procedimentos operacionais e de manutenção, testes e experimentações de novos tipos de veículos, máquinas, equipamentos e de energia alternativa.

No cumprimento desta missão e na qualidade de operadora do estado, a TCB foi durante muitos anos o *braço direito* do Governo do Distrito Federal na política do transporte público do Distrito Federal. Com referência ao papel estratégico, a Empresa operou diversas linhas deficitárias em diversas localidades do Distrito Federal, as quais não eram de interesse da iniciativa privada. Estas operações exigiram que a Empresa efetuasse elevados investimentos na construção de garagens em várias cidades satélites, a exemplo das de Ceilândia, Gama, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina e São Sebastião, além da Garagem Central, situada no Plano Piloto.

Para o desenvolvimento dos papéis de referência e de aprimoramento gerencial e tecnológico, a Empresa teve que manter uma estrutura específica nas áreas administrativa e de manutenção.

Vale destacar que a Empresa não foi remunerada para cumprir estas despesas adicionais, as quais em muito contribuíram para o surgimento do déficit econômico-financeiro no final dos ano 80. O último balanço patrimonial em que a TCB apresentou lucro foi no ano de 1988.

A partir de então, a Empresa tem experimentado diversas crises financeiras e operacionais, em virtude, principalmente, da sua incapacidade em renovar a frota de ônibus, para manter-se nas linhas tarifárias. Além disto, outras questões relevantes foram se acumulado, como o não recolhimento dos encargos sociais e impostos, bem como a incapacidade financeira para pagamento do passivo judicial, decorrente de ações trabalhistas e de reparação de danos.

Diante deste quadro, o Governo do Distrito Federal, acionista majoritário, quando da reforma administrativa realizada no ano de 2000, definiu, através do Decreto 21.170, de 05 de maio de 2000, a privatização da Empresa.

As ações referentes ao Decreto mencionado anteriormente e da Lei inerente n.º 2.863, de 27 de dezembro de 2001, que trata da alienação da TCB, não foram implementadas pelo Governo do Distrito Federal e, na situação atual da Empresa, tais medidas não têm como ser adotadas, tendo em vista que hoje a operação da Empresa está restrita apenas a 02 (duas) linhas, com 05 (cinco) ônibus escalados e arrecadando, mensalmente, em torno de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

A diminuição da participação da TCB no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal foi processada ao longo de vários anos, por motivos diversos, cujo detalhamento encontra-se em capítulo específico.

Em conformidade com o Decreto n.º 22.322, de 13 de agosto de 2001, amparado na Lei n.º 2.681, de 15 de janeiro de 2001, os empregados do quadro de pessoal da TCB foram integrados à Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, administrada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa. Contudo, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 576/2003, que tramita na 9ª. VT/DF, a Lei n.º 2.681/01, foi revogada pela Lei n.º 3.761, de 25 de janeiro de 2006, retornado os empregados ao Quadro de Empregos Permanentes da TCB.

Por meio da mencionada Lei foi criada uma Unidade de Manutenção de Pessoal na Secretaria de Gestão Administrativa para manter os assentamentos cadastrais e elaborar a Folha de Pagamento dos empregados, os quais, na sua maioria, estão cedidos a vários órgãos do Governo do Distrito Federal, TJDF, T.R.E/DF e Presidência da República.

Com o objetivo ainda de encontrar uma solução para a Empresa, em 06 de maio de 2003 foi constituído um Grupo de Trabalho, através da Portaria Conjunta n.º 1 – SGA/ST, para apresentar proposta relativamente à situação da TCB e sua reestruturação.

O trabalho foi apreciado pelos Senhores Secretários de Governo, de Gestão Administrativa e de Transportes e, posteriormente, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Governador em 25 de agosto de 2003.

Contudo, não foi possível implementar várias medidas apresentadas para a reestruturação da Empresa.

Em virtude da diminuição da receita operacional da Empresa e devido aos atrasos nos recolhimentos das parcelas relativas à previdência social, a TCB foi excluída no mês de agosto do ano em curso do REFIS I, instituído pela Lei n.º 9.964/2000, cuja parcela mensal era em torno de R$ 2.000,00 (dois mil reais), calculada em 1,2% da receita operacional da Empresa. Entretanto, em setembro de 2006, a TCB aderiu ao REFIS III, instituído pela Medida Provisória n.º 303/2006, sendo que o débito, estimado em R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) foi parcelado em 130 (cento e trinta) meses.

Com o REFIS III, a TCB parcelou, também, todos os débitos pendentes junto ao INSS, inclusive um de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), o qual foi fator determinante para exclusão da Empresa do REFIS I. A parcela mensal do REFIS III está estimada em R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). Contudo, no final de 130 meses, a dívida será totalmente quitada, enquanto no REFIS I, pagávamos a parcela de R$ 2.000,00 e, mensalmente, era acrescido no saldo devedor os juros da dívida, na ordem de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais).

Por estes motivos, há necessidade que o novo Governo do Distrito Federal defina, dentro das suas prioridades, um destino para a Empresa. Alternativas viáveis existem, a TCB tem todas as condições para ser revitalizada ou reorganizada. Este é o desejo da direção da Empresa e dos seus empregados.

Por isto, o objetivo deste trabalho, feito em conjunto com a Diretoria da Empresa e um grupo de empregados, é apresentar alternativas possíveis para viabilizar uma saída honrosa para a TCB.

– IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB
Fundação:	01 de junho de 1961
Natureza:	Empresa Pública da Administração indireta
Quotistas:	Governo do Distrito Federal, com 99,999% das quotas e NOVACAP
Capital Social:	R$ 28.723.332,00 – ultima alteração em 1999.
Objetivo:	Exploração dos serviços de transportes coletivos urbanos na área do Distrito Federal.
Direção da Empresa:	Conselho de Administração, composto de 7 (sete) membros e uma Diretoria Colegiada, composta pelo Diretor Presidente, Diretor Técnico e Diretor Administrativo e Financeiro, fiscalizada por um Conselho Fiscal, composto de 5 (cinco) membros
Sede:	Garagem Central situada no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 6, Lote Único, área com 85.000 m2.
Garagens de Apoio	Brazlândia, Ceilândia, Sobradinho e Planaltina, imóveis atualmente alugados, exceto a de Ceilândia.

SUMÁRIO

Identificação da Empresa..... 7

Dados Operacionais..... 8

Recursos Humanos..... 8

Dados Financeiros..... 9

Passivos..... 10

Situação das Linhas da TCB..... 10

Alternativa – Privatização..... 13

Extinção, pela Liquidação... 14

Incorporação..... 15

Revitalização/Reorganização..... 16

Conclusão..... 20

2) – DADOS OPERACIONAIS:

Qte ônibus em operação	07
Qte. Ônibus serviços especiais	07 no DER/DF e 02 no Na Hora
Qte. Ônibus Recuperados	14
Qte. Ônibus para serem recuperados	14
Linhas em operação	02 (duas) 108 e 108.3 -
Média de Viagens no mês	2.388
Média de Kms rodados no mês na operação	26.179
Média de Passageiros no mês	50.340
Média da Receita tarifária mensal:	R$ 75.509,00
Kms rodados nos serviços especiais	18.457 kms mensal

3) – RECURSOS HUMANOS:

Empregados do Quadro Permanente	1.047
- motoristas, cobradores e fiscais..	666
- pessoal da manutenção e serviços gerais -	186
- pessoal administrativo...	195
Empregados em Folha de Pagamento	837
Empregados INSS/licenciados	210
Média Salarial dos Empregados	R$ 1.600,00
Empregados cedidos para a SGA	906
Empregados à disposição da TCB	141
Amparo Legal:	Lei n.º 3.761, de 25 de janeiro de 2006 e Decreto n.º 26.756, de 25 de abril de 2006.

Empregados em Comissão com vínculo empregatício.	17
Empregados em Comissão sem vínculo empregatício.	21

4) – DADOS FINANCEIROS:

RECEITAS:	**VALOR – R$**
- Receita operacional	75.509,00
- Aluguel das Garagens	88.500,00
- Ônibus de aluguel	27.220,00
TOTAL DAS RECEITAS	**191.229,00**
DESPESAS:	
- Convênio TCB-TRT 10ª. Região	400.000,00
- Depósitos Recursais	24.000,00
- Folha de Reparação de Danos	49.182,00
- Folha de Pagamento dos Empregos Comissionados	125.000,00
- Jetons aos Conselhos Fiscal e de Administração	25.038,00
- Combustíveis, peças e materiais diversos	41.000,00
- Energia Elétrica, Água e Esgoto, limpeza e outros serviços.	45.000,00
- COFINS	14.137,00
- ISS – IPTU, IPVA, ICMS e outros GDF	7.000,00
- PAES-SRF	19.669,00
- FNDE	25.312,00
- REFIS III	330.000,00
- PASEP	3.069,00
TOTAL DAS DESPESAS	**1.108.407,00**
Déficit mensal.....	**917.178,00**

Obs: A folha de pagamento dos empregados do Quadro Permanente é processada pela SGA.

5) – PASSIVOS:

PARCELAMENTOS PASSIVOS	PARCELAS	PARCELA ATUAL	SALDO DEVEDOR
PAES – DRF	141	19.755,33	1.893.274,00
Salário Educação – FNDE	12	24.575,84	294.910,06
Salário Educação – FNDE	33	972,04	32.077,32
REFIS III – SRF/INSS	128	330.000,00	41.182.227,38
Passivo Trabalhista			6.000.000,00
Passivo Reparação de Danos			5.500.000,00
Débitos – CAESB			293.922,00
Débitos - CEB			183.780,00
Débitos – fornecedores			406.654,00
TOTAL.....			**55.786.844,76**

6) - SITUAÇÃO DAS LINHAS DA TCB

A participação da Empresa no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal foi drasticamente reduzida, conforme quadro demonstrativo abaixo, sendo que a maioria da redução da operação tarifária foi por decisão do Governo do Distrito Federal, estabelecida, inicialmente, pelo Decreto n.º 19.550, de 3 de setembro de 1998 e por ação unilateral do então Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU/DF:

Mês/ ano	Receita (R$)	N.º de Ônibus	N.º de Linhas	IPK	Motivo
Jan/98	2.945.085,91	236	96	1,40	
Set/98	2.501.588,66	186	74	1,49	Redução determinada pelo GDF, através do Decreto n.º 19.550.
Out/98	2.225.819,68	134	58	1,49	Redução determinada pelo GDF, através do Decreto n.º 19.550
Set/99	1.342.076,51	81	32	1,98	Reestruturação da operação de linhas autorizada pelo Conselho de Administração da TCB, com o objetivo de transferir a outras empresas linhas deficitárias e rurais, processo n.º 095.001.109/99
Set/00	1.119.770,96	81	32	1,71	O então DMTU autorizou empresa privada operar diversas linhas superpostas às da TCB.
Mar/01	1.177.738,38	67	28	1,71	Reestruturação da operação de linhas autorizada pelo Conselho de Administração da TCB, com o objetivo de transferir a outras empresas linhas deficitárias, processo n.º 095.001.109/99.
Out/01	786.012,35	67	28	1,44	Redução da receita em decorrência da operação por empresa privada em linhas superpostas às da TCB

B) – EXTINÇÃO, PELA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA: (inviável)

A extinção, pela liquidação, é uma alternativa que pode resolver de vez a situação da Empresa, contudo o custo para efetuar esta extinção e o custo social de tal decisão tornam esta possibilidade inviável.

As conseqüências desta decisão: paralisação das atividades da Sociedade; manutenção de estrutura administrativa mínima para a liquidação; transferência do passivo ao Tesouro do Distrito Federal, cotista majoritário; demissões de mais de 1.000 empregados permanentes, sendo que destes 14 são estáveis e de 21 empregados comissionados sem vinculo. Será necessária a nomeação de um liquidante, através de Assembléia dos Sócios Cotistas.

Ressaltamos que com a revogação da Lei n.º 2681, de 15 de janeiro de 2001, pela Lei n.º 3.761, de 25 de janeiro de 2006, que trata do retorno dos empregados ao quadro permanente de empregos da TCB, para atender decisão judicial proferida na Ação Civil Pública n.º 576/2003-9ª. VTB, o vínculo empregatício dos mesmos é com a TCB e a Unidade criada na SGA apenas cuida da folha de pagamento dos salários, pois os empregados continuam cedidos aos diversos órgãos do GDF.

Estima-se que o custo da rescisão dos empregos permanentes é superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e o Governo do Distrito Federal deverá contratar novos empregados para substituí-los.

Considerando, ainda, o dispositivo constante na Medida Provisória 303/2006, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS III e da Lei n.º 10.684, de 30 de maio de 2003, que dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal e ao INSS - PAES, no caso de extinção da Empresa, ocorre o vencimento imediato do saldo devedor dos parcelamentos já demonstrados anteriormente.

C) – INCORPORAÇÃO POR OUTRA EMPRESA DO GDF: (viável)

A Incorporação está prevista no artigo n.º 227, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que estabelece o seguinte:

> **"Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.**
>
> **Parágrafo 1.º . A assembléia geral da companhia incorporadora, se aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento de capital a ser subscrito e realizado pela incorporadora mediante versão do seu patrimônio liquido, e nomear os peritos que o avaliarão.**
>
> **Parágrafo 2.º A sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora.**
>
> **Parágrafo 3.º Aprovados pela assembléia geral da incorporadora o laudo de avaliação e a incorporação, extingue-se a incorporada, competindo à primeira promover o arquivamento e a publicação dos atos da incorporação."**

No caso de acolhimento desta alternativa, as empresas do complexo administrativo que poderiam incorporar a TCB seriam a NOVACAP, por ser acionista da TCB e o METRÔ, por desenvolver atividades também da área de transporte. Nesta hipótese, os empregados devem continuar cedidos aos diversos órgãos do GDF.

D) – REVITALIZAÇÃO/REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA – (viável)

Considerando que através da Lei n.º 3.356/04, a TCB passou a integrar o Orçamento Fiscal do Governo do Distrito Federal, com a disponibilização de crédito no Orçamento do Distrito Federal para atender à Empresa e considerando as dificuldades apresentadas que possam inviabilizar a implementação de uma das alternativas anteriores, o Governo do Distrito Federal pode revitalizar a Empresa, com alteração das suas atribuições básicas constantes do Contrato Social.

Neste aspecto, tendo em vista a extinção do Departamento Metropolitano de Transporte Urbano – DMTU/DF e, até a presente data, não foi implantada a Estrutura Orgânica do novo órgão: DFTRANS, parte das atividades desenvolvidas, principalmente na área executiva e operacional, poderiam ser transferidas para a TCB, mediante a fusão das duas instituições.

Assim, a atribuição referente ao planejamento estratégico do transporte coletivo seria de responsabilidade da Secretaria de Estado de Transportes e as atribuições inerentes à execução, que são desenvolvidas atualmente pelo DFTRANS, passariam para a responsabilidade da TCB, após alteração do seu Contrato Social.

Basicamente, as atribuições da TCB passariam a ser as seguintes:

- cumprir a política de transporte público coletivo definida pela Secretaria de Estado de Transportes;

- executar a programação operacional dos serviços do STPC/DF;

- fiscalizar as empresas operadoras quanto ao atendimento das normas e dispositivos contidos na legislação;

- realizar vistoria nos veículos do Sistema de Transporte; e

- administrar os terminais rodoviários, paradas de ônibus e outros.

A revitalização/reorganização da Empresa implicaria na implementação imediata de diversas medidas, tais como:

- alteração do Contrato Social da TCB;

- elaboração de nova estrutura orgânica que atenda às necessidades da Empresa, dentro do seu novo papel;

- elaboração de novo Plano de Cargos e Salários e implementação de outras medidas para adequação da Empresa.

Outras alternativas, também, podem ser estudas para melhor aproveitamento da TCB, principalmente dos seus imóveis e recursos humanos, a saber:

- transferência das atividades do Departamento de Concessões e Permissões – DCP, da Secretaria de Estado de Transportes para a TCB;

- transferência das atividades do Departamento do Sistema Viário – DSV, da Secretaria de Estado de Transportes para a TCB;

- Aquisição de novos ônibus e retorno de parte dos empregados para desenvolver as atividades de integração ônibus/metrô, cuja atividade deverá ser subsidiada pelo GDF;

- Delegar à TCB a execução dos serviços de transporte de estudantes carentes e da zona rural da Secretaria de Educação, de deficientes, turismo social cívico e outros serviços sociais não remunerados pelos passageiros, custeados pelo GDF.

As alternativas apresentadas para solução da TCB apresentam aspectos positivos e negativos, conforme quadro abaixo.

A decisão do Governo pode ser tomada ainda levando em conta o aspecto político da questão. Por isto, cabe-nos apenas apresentar de forma detalhada a situação a que chegou a empresa e apresentar possíveis alternativas. A decisão é complexa e o assunto é abrangente, principalmente quando há o envolvimento de outros órgãos e de mais de 1.000 empregados.

ALTERNATIVA	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos/ dificuldades
- Privatização	- Resolveria em definitivo a situação da empresa; - O GDF elimina um prejuízo mensal e a transferência de recursos para a empresa; -	- o montante das dívidas é superior ao patrimônio da Empresa; - as linhas da empresa já foram transferidas à iniciativa privada; - Garagem Central situada em Setor de Garagens Oficiais Norte, dificuldade na alteração da destinação da área – problemas relacionados com o tombamento da Capital. - demissão de mais de 1.000 empregados, com idade em média de 45 (quarenta e

	- Economia de mais de R$ 900.000,00 por ano com aluguel do DFTRANS; - manutenção dos parcelamentos junto ao Governo Federal – REFIS III e PAES. - A absorção do DFTRANS pela TCB proporcionará substancial economia de recursos para o GDF (fusão de 02 áreas administrativas).	

8) – CONCLUSÃO:

Analisando as alternativas apresentadas, levando em conta, notadamente, os aspectos positivos e negativos de cada uma delas, a absorção das atividades do DFTRANS pela TCB seria a melhor alternativa. Contudo, nos últimos anos, pouco se discutiu quanto ao destino da TCB. Este é um dos desafios para o novo Governo do Distrito Federal; possibilitar o debate com as partes interessadas, inclusive, com a participação dos empregados da TCB, na busca de construir uma nova missão para a Empresa.

JAIR BAPTISTA LOPES
Diretor Presidente

Brasília., 05 de setembro de 2006.

Senhor Candidato,

Os servidores da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-SEAPA e órgãos vinculados, conscientes do projeto político para administração do Distrito Federal nos próximos quatro anos e da importância do segmento agropecuário para o desenvolvimento econômico da cidade, encaminham a Vossa Senhoria as pautas reivindicatórias dos servidores da SEAPA, CEASA, SAB E EMATER/DF subscritas pelas respectivas associações.

Certos da atenção que será dispensada as reinvidicações dos servidores da agricultura do Distrito Federal, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

ISMAEL LUIZ VALADÃO
Presidente dos Servidores da SEAPA

JOSÉ AUGUSTO DE FARIAS
Presidente dos Servidores da CEASA

MARIA LUIZA DA SILVA
Presidente dos Servidores da SAB

EUSANGELA ANTONIA COSTA
Presidente dos Servidores da EMATER

Ao Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Candidato ao Governo do Distrito Federal
Brasília – Distrito Federal

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ARCEF.

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

- Permanência das atribuições de prevenção, fiscalização e defesa sanitária animal e vegetal na Seapa;
- Criação da carreira de fiscalização rural, mediante aproveitamento dos servidores que exercem as atividades, a exemplo do ocorrido na área federal;
- Revisão da atual carreira de desenvolvimento agropecuário com reestruturação;
- Instituição de gratificação de fiscalização e defesa sanitária;
- Construção e funcionamento de restaurante comunitário na área da Seapa;
- Reestruturação do serviço médico e odontológico da Seapa;
- Participação dos servidores na indicação do Secretário de Agricultura;
- Manutenção e renovação da frota de ônibus funcional;
- Participação desta Associação na indicação do Gerente de recursos humanos da Seapa;
- Preenchimento de, no mínimo, 50% dos cargos comissionados, por Diretoria, com servidores efetivos.

ISMAEL LUIZ VALADÃO
Presidente dos Servidores da SEAPA
ARCEF

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA CEASA-ASFUC/DF

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

- Reestruturação da CEASA/SAB;
- Participação do servidor na diretoria da empresa;

- Indicação do Secretário de Agricultura;
- Participação do servidor no conselho de administração;
- Plano de cargos, salário e carreira;
- PDV prioridade da verba (recursos do tesouro);
- Plano de saúde para todos os servidores;
- Capacitação e treinamento dos servidores;
- Implantar uma política de abastecimento e segurança alimentar no DF, a ser operacionalizada pela Ceasa/DF;
- Participar de programas sociais tais como, merenda escolar, cestas básicas, convênios, desperdícios de alimentos, lixo orgânico, etc;
- Participação do servidor nos resultados da empresa;
- Plano de moradia e laser para os servidores.

JOSÉ AUGUSTO DE FARIAS
Presidente dos Servidores da Ceasa
ASFUC

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SAB

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

- Incorporação da SAB a Ceasa, conforme Lei 3.863/2006;
- Participação da Associação dos Servidores da SAB na Comissão que elaborará o Plano de Cargos e Salários;
- Participação da Associação de Servidores na indicação do Secretário de Agricultura;
- Criação de a Diretoria de Segurança Alimentar, na Ceasa, conforme Lei 3.683/2006:

- A Ceasa em parceria com a Associação dos Servidores e Entidade correlata realizarão um Congresso, objetivando a elaboração da Política de Segurança Alimentar e Nutricional a ser adotada pela Ceasa (conforme Lei 3.863/2006);

- Participação dos trabalhadores no lucro da empresa;

- Participação da Associação no Conselho de Administração da Empresa;

- 50% (cinqüenta por cento) dos cargos comissionados da empresa serão preenchidas por servidores da Tabela de Empregos Permanentes – TEP;

- Habitação para os servidores;

- Planos odontológicos para os servidores e familiares;

- Implantação do Programa de Desligamento Voluntário – PDV;

- A empresa será parceira da Associação na implantação do plano do Plano de Alfabetização e Digitação para os servidores;

- A empresa fará gestões junto a Terracap na cessão de terreno para lazer dos servidores e seus familiares.

MARIA LUIZA DA SILVA
Presidente dos Servidores da SAB

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA EMATER

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

- Implementação do concurso público da EMATER-DF;

- Restrição do número de empregados comissionados a 10% do número de empregados da tabela de empregados permanentes;

- Garantir que 50% dos empregos em comissão sejam preenchidos por funcionários da casa conforme a legislação em vigor;

- Reabertura do PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV;

- Aprovação do ACORDO COLETIVO DE TRABALHO com melhorias;

- Adequação e renovação da frota de veículos;
- Adequação das instalações físicas com computadores e móveis.

Eusângela Antônia Costa

EUSANGELA ANTONIA COSTA
Presidente dos Servidores da EMATER
ASSER

RECIBO

Recebi do Gabinete do Dep. Brunelli diversas documentações referentes às providências que estão sendo tomadas por este gabinete junto ao Governo do Distrito Federal, a fim de garantir o emprego dos funcionários da SAB e CEASA.

Brasília-DF, em 05 de setembro de 2007.

Maria Luiza da Silva - ASSAB

RECIBO

Recebi do Gabinete do Dep. Brunelli diversas documentações referentes às providências que estão sendo tomadas por este gabinete junto ao Governo do Distrito Federal, a fim de garantir o emprego dos funcionários da SAB e CEASA.

Brasília-DF, em 05 de setembro de 2007.

José Augusto da Silva (CEASA/DF)

CARGOS COMISSIONADOS = SAB e CEASA = 120 cargos
correspondendo a = R$ 196.065,51

ORGANOGRAMA PROPOSTO
53 cargos Comissionados = R$ 100.388,69
Economia: 43,08% = R$ 95.676,82

Exmo. Sr. Juiz Presidente da 9º Vara do Trabalho de Brasília DF.

Associação Beneficente dos Empregados em Transportes de Coletivos no Distrito Federal – ABEM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.618.223/001-17, estabelecida na SGON – Quadra 06 Bloco A – Brasília DF., atuando como substituto processual dos servidores arrolados em anexo através de seu advogado infra-assinado (m.j), vem, à presença de Vossa Excelência, consubstanciada no que dispõe de forma subsidiária o art. 50 e seguintes, do Código de Processo Civil, propor

Intervenção de Terceiro

nos autos da Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região), que tramita por essa *r.* Vara do Trabalho, sob o nº 0576-2003-009-10-00, em desfavor do Distrito Federal (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa), a seguir às razões de fato e de direito que entende suficientes à condenação da Improcedência, da presente.

Preliminarmente:

Litispendência

Como se depreende da inicial, o MPT ingressou com Ação Civil Pública, com o mesmo objeto, esta que se encontra na fase de execução nos autos que tramita na 3ª Vara do Trabalho, sob o nº 977/1997.

E, diante deste fato argui nesta oportunidade, consubstanciado no que dispõe o art. 301, item I, do Código de Processo Civil, a litispendência, devendo a presente ser extinta sem julgamento do mérito, de acordo com o disposto no item V, do art. 267, do mesmo diploma legal.

No Mérito

Resumo da Demanda

Em síntese, o autor afirma que em 24-07-1997, ajuizou Ação Civil Pública em desfavor da TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, requerendo a anulação de contrato de trabalho de funcionários daquela autarquia, que haviam sido admitidos após o advento da Constituição Federal de 1988, sem que houvesse realização de concurso público. Referida ação, tramitou na 3ª Vara do Trabalho, e, seus pedidos foram julgados procedentes em parte, encontrando-se em fase de execução.

Afirma, ainda, que o GDF não cumpriu a determinação judicial, eis que, não atendeu ao julgamento em sua integralidade quando através de uma manobra legislativa, poupou de demissão, 145 (cento e quarenta e cinco) servidores da TCB, através do Decreto nº 23.082, que determinava suas transferências ao quadro de servidores do Distrito Federal.

E, que, através de processo investigatório àquela Procuradoria, apurou a irregularidade nas aludidas contratações, e diante da violação do instituto Constitucional do Concurso Público, ingressou com a presente ACP para que de forma definitiva, fossem anuladas as contratações dos mencionados servidores.

Portanto, merece ser julgada improcedente a presente Ação Civil Pública, face às razões de fato e de direito, que passa a aduzir:

Dos Fatos

Os substituídos são servidores da ativa, concursados e admitidos antes do advento da Constituição Federal de 1988, da TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília.

Diz o Ministério Público do Trabalho, que o alvo da presente é a anulação dos contratos de 145 (cento e quarenta e cinco) servidores que foram admitidos em principio na TCB, sem a realização de concurso público, e, que para se eximir do cumprimento de decisão dessa especializada, o Distrito Federal, através do Decreto nº 23.082, manteve as aludidas contratações os transferindo para os quadros da administração direta.

Sem adentrar no mérito da atitude do Distrito Federal, em relação aos mencionados 145 (cento e quarenta e cinco) servidores, os ora substituídos, nada tem haver com a aludida manobra, pois, todos são devidamente concursados e admitidos em data anterior a 05-10-1988, porém, por terem sido redistribuídos nos quadros do GDF, devido à liquidação da TCB, constaram no mencionado Decreto, que por via de conseqüência estão sendo penalizados e na iminência de serem demitidos.

E, se esse juízo não observar esta diferença, e acatar ao pedido do autor, produzirá profundas marcas no quadro social de Brasília, pois, estará de forma injusta colocando na rua, quase dois mil trabalhadores.

Os trabalhadores, ora substituídos, já estão nos quadros do GDF há quase 20 (vinte) anos, e, desempregados jamais poderão competir no mercado de trabalho devido à média de idade de cada um, além de desestabilizar a máquina administrativa do GDF, que deverá suportar este déficit em sua mão de obra.

Salienta-se, ainda, que não se tratam de cargos com altos salários, pois, em sua maioria motoristas que se mantiveram nos quadros do GDF com o mesmo regime jurídico do seu contrato primitivo, o que afasta hipóteses de futuras equiparações de salários.

Do Direito

Da Legitimidade da Associação.

A Autora é entidade associativa representativa, atuando como substituta processual dos servidores arrolados em anexo.

A legitimação para figurar no pólo ativo de ações coletivas, em que estejam envolvidos interesses da categoria, é ponto pacífico no ordenamento jurídico pátrio.

Ocorre, na espécie, o fenômeno da substituição processual, que confere ao sindicato ou associações de classe, legitimidade ad causam extraordinária, nos termos preconizados pela segunda parte do artigo 6°, do Código de Processo Civil, verbis:

> **"Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei."**

A Constituição Federal faculta à associação Autora, nesta condição, a defesa dos interesses individuais ou coletivos de sua categoria, tanto na esfera administrativa quanto na judicial:

> **"Art. 8°. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: . . ."**
>
> **III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; (...)."**

Ainda que evidenciado o permissivo legal da atuação do sindicato como substituto processual, na defesa de direitos/interesses coletivos ou individuais de seus filiados, a Lei n° 8.073/90 reforçou a tese, verbis:

> **"Art. 3°. As entidades poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria."**

Ademais, convém referir que, conforme entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, a substituição processual pelo sindicato ou associação é ampla, prescindindo da autorização exigida aos entes associativos em geral pelo artigo 5°, XXI da Constituição Federal e abrangendo toda a categoria, independentemente da

filiação sindical. É o que se depreende da decisão proferida pelo Órgão Pleno daquele tribunal:

> **"Estipulando o art. 8°, III, da Constituição, que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas, não parece, efetivamente, possível, na espécie, deixar de reconhecer-lhe legitimidade para pleitear, como o faz, na defesa do direito da categoria de servidores a que se refere a inicial, em ordem a lograrem condições de auferir as vantagens funcionais decorrentes da isonomia de vencimentos indicada na peça introdutória. Distinta é a situação das entidades associativas, cuja legitimidade para representar seus filiados, judicial e extrajudicialmente, depende de expressa autorização." STF. Pleno. MI 3475/400. Relator: Ministro Néri da Silveira. Julgado em 07.05.93."**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acompanha tal entendimento:

> **"CONSTITUCIONAL. ENTIDADES SOCIATIVAS. SINDICATO. A Constituição da República enuncia: as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (art. 5°, XXI); o art. 8°, III, enuncia: ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. A primeira regra é geral, a segunda, especial. Os sindicatos estão dispensados de autorização expressa dos filiados para ingresso em juízo. A causa de pedir, por sua vez, cumpre narrar direito da categoria, ou seja, de todos os sindicalizados, ou parte deles." STJ. 6ª T. RESP 117931. Relator: Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro. Publicado no DJ de 25.05.98.**
>
> **" . . . o sindicato não depende de autorização expressa de seus filiados para propor ação coletiva destinada a defesa dos direitos e interesses da categoria que representa, a teor da jurisprudência uníssona deste Superior Tribunal de Justiça e do Pretório Excelso (MS n° 4256/DF, Corte Especial – STJ; MS n° 22.132/RJ, Tribunal Pleno – STF). (...)."STJ. 5ª T. RESP 233802. Relator: Ministro Gilson Dipp. Publicado no Dj de 06.12.99."**

Como se pode observar, incontestável é a prerrogativa, no instrumento processual em tela, da associação ou sindicato pleitearem, em nomes próprios, direitos da categoria por eles representada. Ante a autorização legal, a entidade sindical Autora atua como substituta processual dos servidores arrolados em anexo na presente demanda.

Da Constilegalidade do ato

Sobre a presente matéria, em idêntico caso o Supremo Tribunal Federal, ao examinar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713, que pedia a inconsistência jurídica da Lei nº 10.549/02, que transformava os cargos de Assistentes Jurídicos da AGU em Advogados da União, assim se manifestou, *verbis:*

> **"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 11 E PARÁGRAFOS DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 43, DE 25.06.2002, CONVERTIDA NA LEI N° 10.549, DE 13.11.2002. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE JURÍDICO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO EM CARGOS DE ADVOGADO DA UNIÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 131, CAPUT; 62, § 1°, III; 37, II E 131, § 2°, TODOS DA**

> **CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Preliminar de ilegitimidade ativa ad causam afastada por tratar-se a Associação requerente de uma entidade representativa de uma categoria cujas atribuições receberam um tratamento constitucional específico, elevadas à qualidade de essenciais à Justiça. Precedentes: ADI nº 159, Rel. Min. Octavio Gallotti e ADI nº 809, Rel. Min. Marco Aurélio. Presente, de igual modo, o requisito da pertinência temática, porquanto claramente perceptível a direta repercussão da norma impugnada no campo de interesse dos associados representados pela autora, dada a previsão de ampliação do Quadro a que pertencem e dos efeitos daí decorrentes. Não encontra guarida, na doutrina e na jurisprudência, a pretensão da requerente de violação ao art. 131, caput da Carta Magna, uma vez que os preceitos impugnados não afrontam a reserva de lei complementar exigida no disciplinamento da organização e do funcionamento da Advocacia-Geral da União. Precedente: ADI nº 449, Rel. Min. Carlos Velloso. Rejeição, ademais, da alegação de violação ao princípio do concurso público (CF, arts. 37, II e 131, § 2º). É que a análise do regime normativo das carreiras da AGU em exame apontam para uma racionalização, no âmbito da AGU, do desempenho de seu papel constitucional por meio de uma completa identidade substancial entre os cargos em exame, verificada a compatibilidade funcional e remuneratória, além da equivalência dos requisitos exigidos em concurso. Precedente: ADI nº 1.591, Rel. Min. Octavio Gallotti. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente." (grifei)**

Observe-se, que o aproveitamento dos substituídos não foi fruto de transformação de cargos, não se admitiu novos empregos no quadro do Distrito Federal, não se detectou o uso da máquina administrativa para fins políticos, e sim um meio racional de reenquadrar os servidores dentro da nova realidade da administração do Governo do Distrito Federal.

Oportuna, ainda, a transcrição de outro julgado do STF, que considerou constitucional o ato que reaproveitou no quadro da administração pública, o pessoal que teve seus cargos extintos

> **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA LIMINAR. EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS E APROVEITAMENTO DE SEUS OCUPANTES EM CARREIRA DISTINTA. UTILIZAÇÃO DO TERMO "APROVEITAMENTO" NA SUA ACEPÇÃO VULGAR . CARACTERIZAÇÃO DE PROVIMENTO DERIVADO - ASCENSÃO -. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 037 , 0II , E 041 , § 003 °, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL . 1. Aproveitamento dos titulares de cargos extintos - Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito , Exator e Escrivão de Exatoria - em classes de nova carreira - Auditor Fiscal da Receita Estadual 00I , 0II , III e 0IV - cujas atribuições não coincidem com as anteriores . Forma de provimento derivado - ascensão funcional - banida do ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988 (artigo 037 , 0II). 2. O aproveitamento a que se refere o § 003 ° do artigo 041 da Carta Federal supõe cargos disponíveis com atribuições coincidentes com as dos cargos extintos . 3. Os titulares dos cargos extintos de nível médio não estão habilitados a ser aproveitados em cargos de nível superior . Precedente: ADI 1030 , CARLOS VELLOSO (DJ DE 13.12.96). 4. Comprometimento das violações aos artigos 037 , 0II , e 041 , § 003 °, da Constituição Federal, com a totalidade da lei (Cfr. RP 1379 . Moreira Alves, DJ de 11.09.87). Deferida a medida liminar. Suspensão, com efeito ex tunc , da vigência da Lei Complementar nº 189 , de 17 de janeiro de 2000 , do Estado de Santa Catarina, até o julgamento final da ação . /# - Mérito /# Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº**

189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octávio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente. /#

Do Pedido

Seja acatada a preliminar argüida, e, conseqüentemente julgada extinta sem apreciação do mérito, porém, caso assim Vossa Excelência não entenda, no mérito é de se concluir, portanto, no que diz respeitos aos funcionários da TCB, que ingressaram em seus quadros via concurso público e admitidos anteriormente a 05-10-1988, sejam mantidos como funcionários do Distrito Federal, pois, mesmo com as transferências devido à liquidação da referida autarquia, estão exercendo os mesmos cargos e funções, com os mesmos patamares salariais a que foram admitidos.

Além do elevado saber jurídico, que lhe é peculiar, pugna a interveniente, pela sentimento social e de justiça de Vossa Excelência, pois, sendo procedente o pedido do Ministério Público, incorrerá na demissão de quase dois mil pais de famílias, além do que, restará ao Distrito Federal, de recorrer à danosa contratação de empresas terceirizadas em caráter de urgência, para suprir o conseqüente déficit no quadro de funcionários do GDF, até que convoque concurso público para o preenchimento das vagas, o que também acarretará em despesas para o erário, atingindo o contribuinte.

Espera, pois, esta Associação na qualidade de legitima representante destes funcionários, na qualidade constitucional de substituto processual, serem acatados os seus argumentos, e dessa maneira seja feita à verdadeira Justiça.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, inclusive pelo depoimento pessoal do representante do Ministério Público do Trabalho, para que no final, sejam os pedidos formulados na inicial julgados improcedentes.

Dá-se a presente, meramente para efeitos fiscais o valor de R$ 100,00 (cem reais).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília DF., 06 de agosto de 2.004.

Sérgio Ferreira Viana
OAB/DF nº 9.797

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A

Em Liquidação

ATA DA SESSÃO DE PROSSEGUIMENTO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB, REALIZADA ÀS 10:00 HORAS DO DIA TRÊS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE – NIRC 5.330.000.156-1

Às 10:00 horas do dia três de agosto do ano de dois mil e sete, na Sedc da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB – Em Liquidação, sita no Setor de Indústria e Abastecimento Sul (SAI/Sul), Trecho 06, Lote nº 270, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se, em SESSÃO DE PROSSEGUIMENTO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, os Acionistas da Sociedade, à seguir arrolados: pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, Representante do Acionista DISTRITO FEDERAL, o Doutor IRAN MACHADO NASCIMENTO; pelo Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, o Doutor HÉLIO GIL GRACINDO e pelo Acionista SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB, o Doutor DALMO SILVA MEIRELES. Estiveram presentes, também, o Doutor AMADEU SANTOS RODRIGUES, Coordenador do Conselho Fiscal, o Senhor HENRIQUE JOSÉ CRUZ LAENDER, Presidente-Substituto do Conselho de Administração e o Senhor MÁRIO HISSASHI IKEZIRI, Liquidante, todos desta Sociedade. Verificada a presença da unanimidade dos Acionistas, pelas assinaturas apostas no Livro de Presença, os trabalhos foram abertos pelo Presidente Substituto do Conselho de Administração da SAB, de acordo com o artigo 17 do Estatuto Social que, a seguir, propôs a eleição do Representante do Acionista Majoritário, Doutor IRAN MACHADO NASCIMENTO, para presidir os trabalhos desta Sessão, o qual foi eleito por aclamação. Tomando a palavra o Senhor Presidente designou o Representante do Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, para secretariar os trabalhos. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário informou que os Acionistas foram convocados, através do Edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nos dias 24.07, 25.07 e 26.07.2007, também foi encaminhado a cada um dos Acionistas, nos seguintes termos: EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da SAB, ficam os Senhores Acionistas convocados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE PROSSEGUIMENTO a ser realizada, às 10:00 horas do dia 03 de agosto do corrente exercício, na Sede da Empresa, sita no Setor de Indústria e Abastecimento Sul (SIA/SUL), Trecho 06, Lote 270 nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 – Examinar, discutir e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2006. Processo 075.000.003/2007-SAB e seus anexos; 2 – Eleição dos Membros Efetivos do Conselho de Administração, bem como fixar-lhes a respectiva remuneração; 3 – Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes a respectiva remuneração; 4 – Assuntos Diversos. Brasília, 23 de julho de 2007. Conselho de Administração. Em seguida, o Senhor Presidente informou aos presentes que, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Complementar nº 395/2001, a representação do Distrito Federal nas Assembléias de Acionistas da SAB é feita pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, cabendo-lhe, assim, tão somente, expor verbalmente, e de ordem de Sua Excelência o Procurador-Geral do DF, o voto do Distrito Federal por ele lavrado, com o seguinte teor: "PROCESSOS: 075.000.020/2006, 075.000.018/2006, 075.000.003/2007 e 075.000.033/2006. INTERESSADO: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA/SAB – EM LIQUIDAÇÃO. ASSUNTO: Assembléia Geral Ordinária – Prosseguimento. Cuida-se de Prosseguimento de Assembléia Geral Ordinária – AGO da Sociedade de Abastecimento de Abastecimento de Brasília S/A – SAB (em liquidação), a ser realizada em 03 de agosto de 2007, às 10:00 horas, na sede da Companhia. Na pauta da AGO estão os seguintes temas: I) examinar, discutir e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006; 2) eleição dos membros do Conselho de Administração, e fixação da sua remuneração; 3) eleição dos membros do Conselho Fiscal, e fixação da sua remuneração; e 4) assuntos diversos. Vale destacar que a AGO foi inicialmente marcada para o dia 25 de abril do corrente ano às 10:00 horas. No entanto, o processo contendo o relatório de auditoria não havia sido encaminhado à Procuradoria em tempo hábil, fato este que forçou a instalação da Assembléia Geral, com imediata suspensão dos trabalhos até que o acionista majoritário estivesse apto a decidir sobre a prestação de contas do exercício de 2006, bem como sobre a indicação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixação de suas remunerações. Os autos somente chegaram à PGDF após a data fixada para a realização da AGO. Relativamente ao balanço patrimonial e às demais demonstrações financeiras pertinentes ao exercício de 2006, o voto do Distrito Federal é pelo acolhimento integral dos pronunciamentos da Corregedoria-Geral do Distrito Federal (notadamente as ressalvas opostas), expressos na Nota Técnica nº 266/2006-CONT/DIN – de auditoria do Analista de Planejamento e Orçamento Ormílio Mendes dos Santos, matrícula 43.646-1, devidamente aprovada, inserta nos autos do PA 075.000.020/2006, bem como no Relatório de Auditoria nº 027/2007-CONT/DIN – também da lavra do Analista de Planejamento e Orçamento Ormílio Mendes dos Santos, matrícula 43.646-1, agora em conjunto com a Analista de Finanças e Controle Rosa Lúcia das Neves, matrícula 22.090-6 – e no Certificado de Auditoria nº 027/2007- CONT/DIN – igualmente lançado pelos servidores Ormílio Mendes dos Santos e Rosa Lúcia das Neves, ambos devidamente aprovados pelas respectivas chefias e pelo Exmo. Sr. Corregedor-Geral, Dr. Roberto Eduardo Giffoni, insertos nos autos do PA 075.000.003/2007, face à presunção de correção e veracidade das informações e da apreciação técnica, financeira e contábil feita pela Corregedoria-Geral do DF apontam que a matéria estaria pronta para apreciação pelo Egrégio Tribunal de Contas do DF. Vale destacar que os representantes da empresa, notadamente o seu Liquidante, deverão adotar todas as medidas necessárias para sanar os pontos e questões objeto das ressalvas destacadas pela Corregedoria Geral do Distrito Federal, particularmente aquelas indicadas nos itens 3.1.1,3.1.2,3.1.3,3.1.5.1,3.1.5.2, 4,8 e 9 do Relatório de Auditoria indicado. Merecem atenção especial, ainda, as considerações pertinentes aos reflexos negativos que vêm sendo identificados com a postergação da efetiva liquidação da empresa, que está acarretando aumento nos valores das contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, bem como promovendo o aumento do Prejuízo acumulado e o decréscimo do Patrimônio Líquido da Empresa, nas exatas palavras adotadas no citado Relatório de Auditoria nº 027/2007-CONT/DIN (fl. 127, do PA 075.000.003/2007). Em realidade, conforme se depreende da análise técnica efetuada pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal, a SAB acumulou, no período compreendido entre os exercícios de 1987 e 2006, dívidas de aproximados 11 milhões de reais, o que equivale a mais de 65% do capital social realizado da Companhia (fl. 122, do PA 075.000.003/2007). O problema aumenta a cada exercício que se encerra. Veja-se que em 31.12.05 e 31.12.06 o patrimônio líquido da empresa foi reduzido de R$ 7.315.021,89 para R$ 5.433.671,35, ou seja, um decréscimo de quase 2 milhões de reais. Tais fatos põem em evidência um gravíssimo comprometimento da saúde financeira da empresa, a merecer medidas urgentes, mormente pela ultimação dos procedimentos necessários a sua efetiva liquidação, crucial, até mesmo para que seja possível o cumprimento dos ditames da Lei Distrital 3.863/06, com a incorporação da SAB à CEASA-DF, conforme oportunamente destacado no Parecer nº 049/2006, da lavra do Ilustre Procurador do DF Marlon Tomazzete, devidamente aprovado (PA 071.000.117/2006). Nesse quadro, a preservação do interesse da empresa e, por derivação, do Distrito Federal, está a exigir que o Distrito Federal determine a imediata instauração, no âmbito da Companhia, dos procedimentos administrativos necessários à apuração da existência ou não de cada uma das irregularidades apontadas pela Corregedoria-Geral do DF, bem como das razões pelas quais ainda não restou encerrado, em definitivo, o processo de liquidação da empresa, com a identificação dos eventuais responsáveis. Mister, ainda, sejam extraídas cópias integrais dos autos dos Processos nºs 075.000.020/2006, 075.000.018/2006, 075.000.003/2007 e 075.000.033/2006, que deverão ser encaminhadas para a Corregedoria-Geral do DF, para, no âmbito de suas atribuições legais, determinar a realização das eventuais medidas correcionais que a hipótese suscita. Após, dê-se conhecimento dos desdobramentos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para a adoção das eventuais providências residuais. Vota, ainda, o Distrito Federal pelo encaminhamento da Prestação de Contas do Liquidante da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB (em liquidação) ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, acompanhada do presente voto e de todos os pronunciamentos da Corregedoria-Geral do DF acima referidos. Quanto ao tema referente à indicação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, inviável a sua apreciação nesta assentada, porquanto ainda não foram definidos os respectivos nomes pelas autoridades superiores da Administração Pública Distrital, a quem cabe tal mister. Consequentemente, dada a nítida relação de dependência temática com o assunto precedente, também resta obstada a análise da matéria atinente à remuneração dos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. Nesse quadro, pedindo as devidas escusas aos demais acionistas, alternativa não resta senão votar o Distrito Federal pela retirada de pauta do tema pertinente à indicação dos membros do Conselho Fiscal e de Administração, bem como do tema afeto às respectivas remunerações, até que uma decisão definitiva da Administração Superior do Distrito Federal sobre tais assuntos seja oficialmente comunicada à SAB e à Procuradoria-Geral do DF, quando então deverão ser novamente incluídos na pauta de futura Assembléia Geral de Acionistas. Este é o voto do Distrito Federal. Em 03/08/2007. TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES. Procurador-Geral do Distrito Federal". Em votação, foi aprovado por unanimidade. Verificando não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos e, para constar, eu, HÉLIO GIL GRACINDO, Secretário designado, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Representantes dos Acionistas presentes, declarando-se que esta é cópia fiel da transcrita em livro próprio.IRAN MACHADO NASCIMENTO – P/DISTRITO FEDERAL, HÉLIO GIL GRACINDO – P/ COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, DALMO SILVA MEIRELES – P/ SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB.

* Ata registrada na Junta Comercial do DF sob nº 20070508038.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 330, DE 31 DE AGOSTO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 22, de 29 de janeiro de 2001, e tendo em vista o disposto no artigo 81 § 2º da Resolução nº 01/2005 do Conselho de Educação do Distrito Federal e ainda, o que consta no processo 410.003.911/2007, resolve: RECREDENCIAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o Colégio Athos, situado no Setor Veredas Qd. 02 Lote 01, Brazlândia – Distrito Federal, mantido pelo Centro Educacional Athos Ltda – ME.

JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 106, DE 30 DE AGOSTO DE 2007.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E DE INSPEÇÃO DO ENSINO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, inciso XVII, do Regimento aprovado pela Portaria nº 22, de 29 de janeiro de

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A

Em Liquidação

ATA DA SESSÃO DE PROSSEGUIMENTO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB, REALIZADA ÀS 10:00 HORAS DO DIA TRÊS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE – NIRC 5.330.000.156-1

Às 10:00 horas do dia três de agosto do ano de dois mil e sete, na Sede da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB – Em Liquidação, sita no Setor de Indústria e Abastecimento Sul (SAI/Sul), Trecho 06, Lote nº 270, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se, em SESSÃO DE PROSSEGUIMENTO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, os Acionistas da Sociedade, à seguir arrolados: pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, Representante do Acionista DISTRITO FEDERAL, o Doutor IRAN MACHADO NASCIMENTO; pelo Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, o Doutor HÉLIO GIL GRACINDO e pelo Acionista SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB, o Doutor DALMO SILVA MEIRELES. Estiveram presentes, também, o Doutor AMADEU SANTOS RODRIGUES, Coordenador do Conselho Fiscal, o Senhor HENRIQUE JOSÉ CRUZ LAENDER, Presidente-Substituto do Conselho de Administração e o Senhor MÁRIO HISSASHI IKEZIRI, Liquidante, todos desta Sociedade. Verificada a presença da unanimidade dos Acionistas, pelas assinaturas apostas no Livro de Presença, os trabalhos foram abertos pelo Presidente Substituto do Conselho de Administração da SAB, de acordo com o artigo 17 do Estatuto Social que, a seguir, propôs a eleição do Representante do Acionista Majoritário, Doutor IRAN MACHADO NASCIMENTO, para presidir os trabalhos desta Sessão, o qual foi eleito por aclamação. Tomando a palavra o Senhor Presidente designou o Representante do Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, para secretariar os trabalhos. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário informou que os Acionistas foram convocados, através do Edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nos dias 24.07, 25.07 e 26.07.2007, também foi encaminhado a cada um dos Acionistas, nos seguintes termos: EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da SAB, ficam os Senhores Acionistas convocados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE PROSSEGUIMENTO a ser realizada, às 10:00 horas do dia 03 de agosto do corrente exercício, na Sede da Empresa, sita no Setor de Indústria e Abastecimento Sul (SIA/SUL), Trecho 06, Lote 270 nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 – Examinar, discutir e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2006. Processo 075.000.003/2007-SAB e seus anexos; 2 – Eleição dos Membros Efetivos do Conselho de Administração, bem como fixar-lhes a respectiva remuneração; 3 – Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes a respectiva remuneração; 4 – Assuntos Diversos. Brasília, 23 de julho de 2007. Conselho de Administração. Em seguida, o Senhor Presidente informou aos presentes que, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Complementar nº 395/2001, a representação do Distrito Federal nas Assembléias de Acionistas da SAB é feita pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, cabendo-lhe, assim, tão somente, expor verbalmente, e de ordem de Sua Excelência o Procurador-Geral do DF, o voto do Distrito Federal por ele lavrado, com o seguinte teor: "PROCESSOS: 075.000.020/2006, 075.000.018/2006, 075.000.003/2007 e 075.000.033/2006. INTERESSADO: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA/SAB – EM LIQUIDAÇÃO. ASSUNTO: Assembléia Geral Ordinária – Prosseguimento. Cuida-se de Prosseguimento de Assembléia Geral Ordinária – AGO da Sociedade de Abastecimento de Abastecimento de Brasília S/A – SAB (em liquidação), a ser realizada em 03 de agosto de 2007, às 10:00 horas, na sede da Companhia. Na pauta da AGO estão os seguintes temas: I) examinar, discutir e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006; 2) eleição dos membros do Conselho de Administração, e fixação da sua remuneração; 3) eleição dos membros do Conselho Fiscal, e fixação da sua remuneração; e 4) assuntos diversos. Vale destacar que a AGO foi inicialmente marcada para o dia 25 de abril do corrente ano às 10:00 horas. No entanto, o processo contendo o relatório de auditoria não havia sido encaminhado à Procuradoria em tempo hábil, fato este que forçou a instalação da Assembléia Geral, com imediata suspensão dos trabalhos até que o acionista majoritário estivesse apto a decidir sobre a prestação de contas do exercício de 2006, bem como sobre a indicação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixação de suas remunerações. Os autos somente chegaram à PGDF após a data fixada para a realização da AGO. Relativamente ao balanço patrimonial e às demais demonstrações financeiras pertinentes ao exercício de 2006, o voto do Distrito Federal é pelo acolhimento integral dos pronunciamentos da Corregedoria-Geral do Distrito Federal (notadamente as ressalvas opostas), expressos na Nota Técnica nº 266/2006-CONT/DIN – de auditoria do Analista de Planejamento e Orçamento Ormílio Mendes dos Santos, matrícula 43.646-1, devidamente aprovada, inserta nos autos do PA 075.000.020/2006, bem como no Relatório de Auditoria nº 027/2007-CONT/DIN – também da lavra do Analista de Planejamento e Orçamento Ormílio Mendes dos Santos, matrícula 43.646-1, agora em conjunto com a Analista de Finanças e Controle Rosa Lúcia das Neves, matrícula 22.090-6 – e no Certificado de Auditoria nº 027/2007- CONT/DIN – igualmente lançado pelos servidores Ormílio Mendes dos Santos e Rosa Lúcia das Neves, ambos devidamente aprovados pelas respectivas chefias e pelo Exmo. Sr. Corregedor-Geral, Dr. Roberto Eduardo Giffoni, insertos nos autos do PA 075.000.003/2007, face à presunção de correção e veracidade das informações e da apreciação técnica, financeira e contábil feita pela Corregedoria-Geral do DF apontam que a matéria estaria pronta para apreciação pelo Egrégio Tribunal de Contas do DF. Vale destacar que os representantes da empresa, notadamente o seu Liquidante, deverão adotar todas as medidas necessárias para sanar os pontos e questões objeto das ressalvas destacadas pela Corregedoria Geral do Distrito Federal, particularmente aquelas indicadas nos itens 3.1.1,3.1.2,3.1.3,3.1.5.1,3.1.5.2, 4,8 e 9 do Relatório de Auditoria indicado. Merecem atenção especial, ainda, as considerações pertinentes aos reflexos negativos que vêm sendo identificados com a postergação da efetiva liquidação da empresa, que está acarretando aumento nos valores das contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, bem como promovendo o aumento do Prejuízo acumulado e o decréscimo do Patrimônio Líquido da Empresa, nas exatas palavras adotadas no citado Relatório de Auditoria nº 027/2007-CONT/DIN (fl. 127, do PA 075.000.003/2007). Em realidade, conforme se depreende da análise técnica efetuada pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal, a SAB acumulou, no período compreendido entre os exercícios de 1987 e 2006, dívidas de aproximados 11 milhões de reais, o que equivale a mais de 65% do capital social realizado da Companhia (fl. 122, do PA 075.000.003/2007). O problema aumenta a cada exercício que se encerra. Veja-se que em 31.12.05 e 31.12.06 o patrimônio líquido da empresa foi reduzido de R$ 7.315.021,89 para R$ 5.433.671,35, ou seja, um decréscimo de quase 2 milhões de reais. Tais fatos põem em evidência um gravíssimo comprometimento da saúde financeira da empresa, a merecer medidas urgentes, mormente pela ultimação dos procedimentos necessários a sua efetiva liquidação, crucial, até mesmo para que seja possível o cumprimento dos ditames da Lei Distrital 3.863/06, com a incorporação da SAB à CEASA-DF, conforme oportunamente destacado no Parecer nº 049/2006, da lavra do Ilustre Procurador do DF Marlon Tomazzete, devidamente aprovado (PA 071.000.117/2006). Nesse quadro, a preservação do interesse da empresa e, por derivação, do Distrito Federal, está a exigir que o Distrito Federal determine a imediata instauração, no âmbito da Companhia, dos procedimentos administrativos necessários à apuração da existência ou não de cada uma das irregularidades apontadas pela Corregedoria-Geral do DF, bem como das razões pelas quais ainda não restou encerrado, em definitivo, o processo de liquidação da empresa, com a identificação dos eventuais responsáveis. Mister, ainda, sejam extraídas cópias integrais dos autos dos Processos nºs 075.000.020/2006, 075.000.018/2006, 075.000.003/2007 e 075.000.033/2006, que deverão ser encaminhadas para a Corregedoria-Geral do DF, para, no âmbito de suas atribuições legais, determinar a realização das eventuais medidas correcionais que a hipótese suscita. Após, dê-se conhecimento dos desdobramentos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para a adoção das eventuais providências residuais. Vota, ainda, o Distrito Federal pelo encaminhamento da Prestação de Contas do Liquidante da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB (em liquidação) ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, acompanhada do presente voto e de todos os pronunciamentos da Corregedoria-Geral do DF acima referidos. Quanto ao tema referente à indicação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, inviável a sua apreciação nesta assentada, porquanto ainda não foram definidos os respectivos nomes pelas autoridades superiores da Administração Pública Distrital, a quem cabe tal mister. Consequentemente, dada a nítida relação de dependência temática com o assunto precedente, também resta obstada a análise da matéria atinente à remuneração dos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. Nesse quadro, pedindo as devidas escusas aos demais acionistas, alternativa não resta senão votar o Distrito Federal pela retirada de pauta do tema pertinente à indicação dos membros do Conselho Fiscal e de Administração, bem como do tema afeto às respectivas remunerações, até que uma decisão definitiva da Administração Superior do Distrito Federal sobre tais assuntos seja oficialmente comunicada à SAB e à Procuradoria-Geral do DF, quando então deverão ser novamente incluídos na pauta de futura Assembléia Geral de Acionistas. Este é o voto do Distrito Federal. Em 03/08/2007. TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES. Procurador-Geral do Distrito Federal". Em votação, foi aprovado por unanimidade. Verificando não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos e, para constar, eu, HÉLIO GIL GRACINDO, Secretário designado, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Representantes dos Acionistas presentes, declarando-se que esta é cópia fiel da transcrita em livro próprio.IRAN MACHADO NASCIMENTO – P/DISTRITO FEDERAL, HÉLIO GIL GRACINDO – P/ COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, DALMO SILVA MEIRELES – P/ SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB.

* Ata registrada na Junta Comercial do DF sob nº 20070508038.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 330, DE 31 DE AGOSTO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 22, de 29 de janeiro de 2001, e tendo em vista o disposto no artigo 81 § 2º da Resolução nº 01/2005 do Conselho de Educação do Distrito Federal e ainda, o que consta no processo 410.003.911/2007, resolve: RECREDENCIAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o Colégio Athos, situado no Setor Veredas Qd. 02 Lote 01, Brazlândia – Distrito Federal, mantido pelo Centro Educacional Athos Ltda – ME.

JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 106, DE 30 DE AGOSTO DE 2007.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E DE INSPEÇÃO DO ENSINO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, inciso XVII, do Regimento aprovado pela Portaria nº 22, de 29 de janeiro de

ESTATUTO SOCIAL

** APROVADO pela 38ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 29 de abril de 1991.*

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S. A. – CEASA/DF é uma Sociedade de Economia Mista, regida pela legislação vigente e por este Estatuto.

Parágrafo Único – A Sociedade será parte integrante do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, de acordo com o programa estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede, domicílio e foro jurídico na cidade de Brasília - Distrito Federal, podendo instalar e manter filiais no Distrito Federal e representações onde convier.

Artigo 3º - A Sociedade terá por objeto:

a) a construção, instalação, exploração e administração, nesta Capital, de Centrais de Abastecimento destinadas a operar nos moldes de um centro polarizador coordenador do abastecimento de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola;
b) participar dos planos e programas de abastecimento coordenados pelo Governo do Distrito Federal e ao mesmo tempo promover e facilitar o intercâmbio com as demais Centrais de Abastecimento;
c) firmar convênios, acordos, contratos ou outros tipos de intercâmbio com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, a fim de facilitar e/ou participar de atividades destinadas à melhoria do abastecimento de produtos agrícolas;

d) desenvolver em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnico-econômica, a fim de fornecer base à melhoria, ao aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas de comercialização, com vistas ao abastecimento de gêneros alimentícios.

Artigo 4º - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O Capital da Sociedade é de Cr$ 4.710.126,00 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e vinte e seis reais) dividido em 4.710.126 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, no valor de Cr$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas da seguinte forma:

DISTRITO FEDERAL .....R$ 4.710.119,00 – 99,9999 %
OUTROS ..... R$ 7,00 – 0,0 001%

((*) Alterado na 49ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 28 de fevereiro de 1997)

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Artigo 6º - São Órgãos Colegiados :

I – ASSEMBLÉIA GERAL
II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
III - DIRETORIA COLEGIADA
IV – CONSELHO FISCAL

CAPÍTULO IV

ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 7º - A Assembléia Geral, composta de Acionistas da Sociedade, convocada e instalada de acordo com a Lei e este Estatuto, tem poderes para decidir sobre os negócios relativos à finalidade e ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento, competindo-lhe privativamente, além de outras atribuições conferidas pelo presente Estatuto ou por Lei:

I – tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e voltar as demonstrações financeiras;
II – deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
III – eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, quando for o caso bem como fixar-lhes as respectivas remunerações;
IV – aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Artigo 8º - A Assembléia Geral é ordinária quando tem por objeto as matérias contidas nos incisos de I a IV do Artigo 7º deste Estatuto e, extraordinária nos demais casos, ressalvando-se o disposto no Parágrafo Único do Artigo 131 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 9º - A Assembléia Geral reunir-se-á, na forma do Artigo 123 e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76, mediante convocação:

I – do Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada;
II – do Conselho Fiscal; e
III – de Acionistas.

Parágrafo Único – O Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto, ou o acionista mais idoso dentre os presente abrirá a Assembléia Geral, dirigindo a eleição da mesa que dirigirá os trabalhos.

CAPITULO V

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA COLEGIADA

Artigo 10 – A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Colegiada.

Parágrafo Único – Somente poderão ser eleitos administradores da CEASA/DF, pessoas naturais, residentes no País, podendo os membros do Conselho de Administração e os Diretores serem acionistas ou não, observados ainda os requisitos do Artigo 147 e parágrafos da Lei nº 6.404/76.

Artigo 11 – Os Conselheiros e Diretores, antes da investidura no cargo, apresentarão declaração de bens.

Artigo 12 – O prazo de gestão do Conselho de Administração e da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13 – O Conselho de Administração será constituído por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

((*) Alterado pela 54ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 20 de abril de 1999.)

§ 1º - O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos, desde logo, pela Assembléia Geral.

§ 2º - Aos acionistas minoritários, com direito a voto, é assegurado o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo, na forma da lei.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho de Administração, será de 03 (três) anos, permitida a reeleição;

§ 4º - A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante a assinatura do Termo de Posse, lavrado no "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração", nos 30 (trinta) dias que se seguirem à eleição.

§ 5º - Não assinado o Termo de Posse por qualquer dos Conselheiros eleitos na forma e prazo previstos, sua eleição tornar-se-á sem efeito salvo motivo de força maior justificado, aceito pelo Conselho de Administração.

§ 6º - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos membros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral.

§ 7º - Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado.

§ 8º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral.

Artigo 14º - O Conselho de Administração reunir-se-á na sede da CEASA/DF, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.

§ 1º - O Conselho de Administração decidirá com a presença do Presidente, ou do respectivo substituto, e de mais 02 (dois) de seus membros.

§ 2º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria do votos, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

§ 3º - Os Diretores da Sociedade que não forem membros do Conselho de Administração tomarão parte nas reuniões do órgão, sem direito a voto, nos seguintes casos:

a) a pedido, deferido pelo Conselho;
b) obrigatoriamente, por convocação do Conselho.

§ 4º - As decisões do Conselho de Administração deverão ser comunicadas aos órgãos da Sociedade.

§ 5º - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem decisões destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 15 – Das decisões do Conselho de Administração, poderá ser interposto, pelo respectivo Presidente, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após sua adoção, recurso suspensivo à Assembléia Geral, que será convocada para deliberar sobre o assunto.

Artigo 16 – Compete ao Conselho de Administração:

I – fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, manifestando-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

II – eleger e destituir os Diretores da Sociedade e fixar-lhes as respectivas atribuições observado o que a respeito dispuser o Estatuto;

III – fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da CEASA/DF, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

IV – pronunciar-se sobre o orçamento, a estimativa da receita, as dotações gerais de despesas e o programa de investimentos da CEASA/DF, podendo emendá-los;

V – manifestar-se sobre proposta de reforma estatutária apresentadas pela Diretoria;

VI – autorizar a alienação, oneração, permuta, locação e arrendamento de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio da CEASA/DF, assim como a aquisição de outros que venham a integrá-lo;

VII – aprovar a indicação, feita pela Diretoria Colegiada, dos representantes da CEASA/DF nos órgãos de administração e fiscalização das entidades de que participa;

VIII – pronunciar-se, previamente e por proposta da Diretoria Colegiada, sobre o ingresso de pessoal em regime especial;

IX – decidir sobre emissão de ações do capital autorizado;

X – convocar a Assembléia Geral;

XI – elaborar ou alterar seu Regimento Interno;

XII – aprovar ou alterar o Regimento Interno da CEASA/DF;

XIII – aceitar a justificação por motivo de força maior a que se refere o § 5º do Artigo 13;

XIV – conceder licença aos seus membros;

XV – conceder licença, por mais de 30 (trinta) dias, aos membros da Diretoria e autorizar-lhes afastamento por igual período;

XVI – escolher e destituir os auditores independentes;

XVII – autorizar a instalação de agências ou escritórios da CEASA/DF fora de sua área de concessão;

XVIII – pronunciar-se sobre o sistema de classificação de cargos da Sociedade;

XIX – aprovar os Manuais de Administração da CEASA/DF;

XX – decidir sobre as questões que lhe forem submetidas pela Diretoria ou por qualquer membro desta, vencido em resolução tomada; e

XXI – decidir sobre os casos omissos neste Estatuto.

DIRETORIA

Artigo 17 – A Diretoria é o órgão execu administração e será composta do Presidente e do Diretor Ex eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 0 anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 18 – Os membros da Diretoria tomarãc mediante termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da D Colegiada", nos 30 (trinta) dias que se seguirem à eleição.

Artigo 19 – Não poderão ser membros da Diret que, além do ressalvado no § 1º do Artigo 147 da Lei nº 6.4 tiverem, na Diretoria ou no Conselho de Administração, ascer descendente ou parente até o 3º grau.

Artigo 20 – Os membros da Diretoria não p(ausentar-se do exercício por mais de 30 (trinta) dias interpolad período de um ano, sob pena de perda do cargo, salvo em ca licença ou autorização de afastamento.

§ 1º - Durante o período de licença afastamento, será assegurado Diretores a remuneração m correspondente, quando a aus ocorrer por motivo de saúde, interes CEASA/DF ou outras razões aceitas Conselho de Administração.

§ 2º - No caso de licença ou afastan de Diretores, por período superior (trinta) dias, a substituição processar mediante nomeação pelo Conselh Administração.

§ 3º - No caso de licença ou afastam do Presidente, a substituição proces se-á na forma determinada no item 3 Artigo 26 deste Estatuto.

§ 4º - Também será considerado vago o cargo do Presidente ou de Diretor Executivo quando, sem causa justificada, qualquer deles:

a) faltar a mais de 04 (quatro) reuniões consecutivas da Diretoria Colegiada;
b) recusar-se a atender a convocação prevista no Artigo 14, § 3º, alínea "b".

§ 5º - Vagando definitivamente cargo de Diretor, o Conselho de Administração elegerá novo titular.

§ 6º - No caso de vacância definitiva da Presidência, assumirá o cargo imediatamente o substituto o qual a exercerá interinamente até a eleição do novo titular.

§ 7º -É assegurada, também, aos Diretores, uma gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de trabalho do ano calendário.

Artigo 21 – A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral.

Artigo 22 – A Diretoria Colegiada reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordináriamente, sempre que assunto urgente e relevante o justificar, tantas vezes quantas necessárias, mediante convocação do Presidente e resolverá por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Artigo 23 – Compete à Diretoria Colegiada:

I - Promover a organização administrativa da CEASA/DF e elaborar o respectivo Regimento Interno a ser submetido ao Conselho de Administração;

II – administrar a CEASA/DF e tomar as providências adequadas à fiel execução das deliberações da Assembléia Geral e das decisões do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando couber, mediante normas e instruções gerais ou específicas;

III – promover o planejamento das atividades da CEASA/DF, consubstanciando-o em planos de ação a curto, médio e longo prazo, nos quais estejam consignados os orçamentos, programas, projetos e demais medidas necessárias à consecução dos objetivos pretendidos;

IV – autorizar a licença ou o afastamento de membros da Diretoria por prazo de até 30 (trinta) dias.

V – elaborar e submeter ao Conselho de Política de Pessoal da Secretaria de Administração, os planos anuais e plurianuais de lotação, os sistemas e planos de classificação e retribuição de empregos e funções, as Tabelas de Pessoal e respectivas alterações, bem como as normas para preenchimento de empregos e alteração contratual de trabalho, os planos de aumento por mérito e de progressão e ascensão funcionais e, ainda, os planos de benefícios destinados aos servidores da CEASA/DF;

VI – fornecer ao Conselho de Administração, os elementos de informação necessários ao acompanhamento permanente das atividades da CEASA/DF;

VII – enviar ao Conselho de Administração, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do encerramento do exercício, o relatório, as contas e demais elementos previstos em lei;

VIII – pronunciar-se sobre os recursos ou reclamações de empregados ou sobre sua dispensa, quando envolvam ou possam envolver ônus apreciáveis para a CEASA/DF;

IX – autorizar a aquisição, oneração, permuta, alienação e locação de bens móveis, observadas as disposições legais;

X – propor ao Conselho de Administração a alienação, oneração, permuta, locação e arrendamento de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio da CEASA/DF, assim como a aquisição de outros que venham a integrá-lo;

XI – convocar a Assembléia Geral, nos termos de § 1º do Artigo 150 da Lei nº 6.404/76;

XII – propor a aplicação dos lucros da CEASA/DF excedente da destinação estatutária; e

XIII – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia Geral.

Artigo 24 – Compete ao Presidente:

I – representar a CEASA/DF em juízo ou fora dele, diretamente ou por mandatário ou preposto, com poderes especificados;

II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Colegiada;

III – exercer o direito de voto, cabendo-lhe também o de desempate, nas reuniões da Diretoria Colegiada;

IV – coordenar e supervisionar os trabalhos da CEASA/DF, nos diversos setores, fazendo executar o presente Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral, as decisões do Conselho de Administração e as Resoluções da Diretoria Colegiada;

V – admitir, designar, transferir, promover, de acordo com os quadros aprovados, e punir ou demitir empregados, bem como conceder-lhes licença, devendo observar o disposto no item VIII do artigo 16 e item VIII do artigo 23;

VI – movimentar os recursos da CEASA/DF e assinar documentos relativos ás respectivas contas, juntamente com o Diretor Executivo; e

VII – firmar, em conjunto com o Diretor Executivo, os documentos que criem responsabilidade para a CEASA/DF e os que exonerem terceiros para com ela.

Artigo 25 – O Presidente poderá delegar competência, obedecidas as normas contidas no Regimento Interno.

Artigo 26 – Competente ao Diretor Executivo:

I – dirigir, orientar, controlar e supervisionar as atividades de:

a) administração de pessoal, material e patrimonial;
b) segurança, prevenção de acidentes e combate a incêndios;
c) financeira, orçamentária e de organização contábil, de acordo com as normas e regulamentos da CEASA/DF

II – elaborar e propor ao Presidente o programa de trabalho da Diretoria Executiva, respondendo pela execução adequada das respectivas atividades;

III – promover estudos visando à racionalização permanente dos serviços, analisando os procedimentos administrativos e expedindo ou propondo normas que visem a melhor produtividade do pessoal, material, instalações, equipamentos e meios de comunicação;

IV – elaborar e submeter à Presidência, estudos e pesquisas para a implantação de sistemas e métodos de comercialização em todas as suas fases, visando o aprimoramento do abastecimento, em atendimento às finalidades específicas e gerais da CEASA/DF, de incentivo à produção e defesa sócio-econômica do consumidor, de acordo com a orientação dos órgãos executores da política de Abastecimento;

V – fazer cumprir o Regulamento de Mercado, bem como todas as demais normas e regulamentos operacionais ou de comercialização na área das Centrais, inclusive os da área de frigorificação;

VI – desenvolver e aprimorar os instrumentos necessários à comercialização, serviços de informação de mercado, estatística, classificação e padronização de produtos e embalagens;

VII – responsabilizar-se pela racionalização e eficiência da comercialização na área da CEASA/DF, através dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;

VIII – promover o estudo e regulamentação do funcionamento do mercado, frigorífico, entreposto, fábrica de gelo e outras instalações comerciais da CEASA/DF;

IX – orientar e supervisionar o serviço de cadastro de usuários da CEASA/DF;

X – orientar e acompanhar a implantação e operação dos Mercados de Produtores, visando dinamizar e ampliar a comercialização de produtos agropecuários diretamente pelos produtores, junto ao público consumidor e a rede varejista;

XI – orientar e acompanhar a implantação e operação de outros equipamentos de varejo, objetivando uma melhor distribuição da oferta de hortigranjeiros às populações do Distrito Federal e Entorno;

XII – estudar e propor à Presidência, as normas ou formas de exploração dos serviços de lanchonetes, postos, boxes, embalagens e outros locais específicos da Centrais; a ampliação de instalações comerciais, quando se fizer necessário; bem como acompanhar e fiscalizar o cumprimento do que for determinado, juntamente com o Presidente nos respectivos instrumentos contratuais;

XIII – ordenar e superintender, de comum acordo com o Presidente, para apreciação e aprovação da Diretoria Colegiada, os processos de equacionamento de dados para estipulação de taxas de uso de áreas e serviços, estudando e propondo, sempre que se fizer necessário, o valor ou reajuste dessas taxas, bem como de quaisquer outros contratos ou ajustes que sejam controlados, fiscalizados ou dirigidos pela sua Diretoria;

XIV – organizar e estabelecer, em conjunto com o Presidente, as diretrizes que nortearão o sistema de arrecadação das taxas de área e serviços;

XV – manter atualizados os registros contábeis e financeiros da CEASA/DF e instruir os processos de pagamento de despesas;

XVI – promover o recebimento de receitas provenientes de suprimento de numerários, depósitos, cauções, fianças, operações de crédito, bem como de quaisquer outros pagamentos e recebimentos da CEASA/DF;

XVII – assinar, juntamente com o Presidente, títulos de crédito, certificados de ações e outros ajustes ou instrumentos contratuais, de acordo com as normas regulamentares;

XVIII – encaminhar, mensalmente, ao Conselho Fiscal, o balancete do mês imediatamente anterior, com os documentos que o devem instruir, para exame e parecer, na forma da legislação em vigor;

XIX – organizar o processo de Prestação de Contas do exercício na forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, para encaminhamento à Assembléia Geral, através dos órgãos competentes;

XX – elaborar as propostas anuais de orçamento programa, de programação financeira e de orçamento, acompanhando e controlando a respectiva execução, após a sua aprovação;

XXI – Ter sob a sua guarda e responsabilidade os atos constitutivos da CEASA/DF;

XXII – zelar pela guarda dos valores da CEASA/DF;

XXIII – autorizar a movimentação de pessoal dentro de sua Diretoria e propor ao Presidente a designação ou dispensa dos ocupantes de funções gratificadas e/ou empregos em comissão de sua área;

XXIV – pronunciar-se conclusivamente sobre todos os assuntos de sua área, a serem submetidos ao Presidente ou aos órgãos colegiados da CEASA/DF, bem como sobre os demais que lhe forem distribuídos;

XXV – expedir Ordem de Serviço sobre assuntos de sua competência;

XXVI – realizar, diretamente ou através de seus assistentes, inspeções periódicas em todas as unidades que lhe são subordinadas;

XXVII – delegar competência aos Gerentes e Chefes das unidades orgânicas que lhe são subordinadas;

XXVIII – assessorar o Presidente nos assuntos de sua área e mantê-lo permanentemente a par do andamento dos trabalhos em execução;

XXIX – despachar com o Presidente e encaminhar-lhe os assuntos ou processos que a ele devam ser apresentados para conhecimento ou decisão;

XXX – representar o Presidente sempre que por ele for determinado, bem como substituí-lo em suas faltas ou impedimentos;

XXXI – exercer outras atribuições cometidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia Geral;

XXXII – deliberar em conjunto com o Presidente os assuntos urgentes e relevantes que dizem respeito ao planejamento e organização administrativa da CEASA/DF;

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

Artigo 27 – O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país, diplomados em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo que, na forma da lei, um dos seus membros e respectivos suplente serão eleitos pelos

titulares das ações ordinárias minoritárias, se houver, e outro e o respectivo suplente, pelos titulares das ações preferenciais, se houver, podendo ser reeleitos, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no Artigo 161, § 4º, alínea b da Lei nº 6.404/76.

((*) Alterado pela 54ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 20 de abril de 1999.)

§ 1º - Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal os membros dos órgãos de administração e empregados da Sociedade ou de sociedade por ela controlada ou do mesmo grupo, o cônjuge ou parente, até o 3º grau, de administrador da Sociedade, assim como as pessoas enumeradas nos §§ 1º e 2º do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º - A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal".

§ 3º - No caso de vacância do cargo ou impedimento temporário, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente.

Artigo 28 – As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 29 – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixadas pela Assembléia Geral.

Parágrafo único – A remuneração a que se refere este artigo será mensal e corresponderá a todos os trabalhos afetos ao Conselho Fiscal, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 30 – O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I – uma vez por mês, para tomar conhecimento dos balancetes e fazer os exames e demais pronunciamentos ou adotar procedimentos determinados por lei ou pelo presente Estatuto;

II – até o último dia útil do mês de março, para apresentar, na forma da lei e deste Estatuto, parecer sobre os negócios e operações sociais do exercício anterior;

III – extraordináriamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocar, na forma da lei e deste Estatuto;

Artigo 31 – Das reuniões do Conselho Fiscal far-se-á registro circunstanciado no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal".

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 32 – No fim de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as demonstrações financeiras exigidas por lei.

Artigo 33 – Do resultado do exercício, referido no Artigo 189 da Lei nº 6.404/76, terão a seguinte destinação, sucessivamente, nesta ordem, as parcelas abaixo enumeradas:

I – parcelas reservadas para compensar os possíveis prejuízos acumulados;

II – do saldo remanescente, parcela correspondente à provisão para o imposto sobre a renda;

III – do saldo remanescente, que constitui o lucro líquido do exercício, as parcelas:

a) de 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social; e
b) de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para dividendos, ficando a elevação deste percentual a critério dos órgãos da administração.

§ 1º - O saldo remanescente do lucro líquido ficará à disposição da Assembléia Geral.

§ 2º - A distribuição de que trata o item III, alínea b, somente poderá ser efetuada após o arquivamento e publicação de ata da Assembléia Geral que tiver aprovado as contas.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34 – A Sociedade entrará em liquidação nos casos e formas previstos em Lei.

Artigo 35 – A dissolução da Sociedade, salvo os demais casos previstos em Lei, será objeto de deliberação de Assembléia Gera especialmente marcada para este fim.

Artigo 36 – A CEASA/DF poderá aceitar doações públicas e receber transferência de recursos públicos e gerí-los.

Resumo da situação dos Servidores da SAB/CEASA

Demonstrativo da lotação numérica dos empregados da sab

01- A SAB possui hoje 406 servidores, assim distribuídos:

LOTAÇÃO (ORGÃO/EMPRESA)	QUANT
CASA MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	001
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	010
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	001
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB	001
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER – DF	069
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – FEDF	065
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – FHDF	188
FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	002
SECRETARIA DE EST. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – DF	025
PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA	003
PROCON/DF	001
SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE DO DF	007
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DIREITOS HUMANOS DO GDF	018
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	001
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A: EM EFETIVO EXERCÍCIO	012
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	001
LIQUIDANTE	406

TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS	
SO EMPREGO PERMANENTE	395
SO EMPREGO EM COMISSÃO	10
EMPREGO PERMANENTE MAIS EMP EM COMISSÃO	0
EMPREGO PERMANENTE MAIS FUNÇÃO GRATIFICANTE	0
PRESIDÊNCIA E DIRETORIAS	1
TOTAL GERAL	406

Esse Remanejamento teve inicio em 1998, se intensificando em 2000, quando o Governo do Distrito Federal deu inicio a uma Reforma Administrativa – Decreto nº 21.170 de 15/05/2000 que privatizava as seguintes empresas públicas:

I- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA;

II- Saciedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

ANEXO II DESPESA R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA	USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11090/11902 44601 FUNDO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						5.827
08.244.3400.2179 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
Ref. 010210 3490 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
DEPENDENTE ASSISTIDO (UNIDADE) 18						
	99	33.90.39	0	320	5.827	
						5.827
11090/11903 44603 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						306.347
14.243.3508.2794 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE						
Ref. 010218 0680 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 500						
	99	33.90.39	0	320	153.347	
						153.347
14.243.3403.2815 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA						
Ref. 010219 3383 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 0						
	99	33.90.39	0	320	153.000	
						153.000
2007AC00299					TOTAL	312.174

DECRETO Nº 28.153, DE 23 DE JULHO DE 2007.

Revoga o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005, publicado no DODF nº 194, de 11 de outubro de 2007, páginas 04 e 05.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 2007.

119º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 23 de julho de 2007.

Processo: 390.001.941/2007. Interessado: MARIA ELISA COSTA E OUTRO. Assunto: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA.

1. Nos termos do artigo 12, do Decreto nº 21.564, de 26 de setembro de 2000, combinado com o Decreto nº 23.196, de 27 de agosto de 2002, convidamos os arquitetos Urbanistas MARIA ELISA COSTA e JOÃO LIMA, para apresentação do projeto de revitalização da Torre de TV de Brasília, que inclue visitas técnicas com a presença de técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, nos dias 24 e 25 de julho de 2007, com ônus para o Distrito Federal, referente a diárias e passagens aéreas nos trechos Rio de Janeiro/Brasilia/Rio de Janeiro e Salvador/Brasília/Salvador respectivamente, conforme consta dos autos.

2. Publique-se e restitua-se à Unidade de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - REVIGORAR as medidas baixadas por meio da Portaria nº 37, de 15 de março de 2005, publicada no DODF nº 51, de 16 de março de 2005, página 04, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – Todos os expedientes originários do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT, dirigidos a esta Pasta, deverão ser automática e imediatamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará encaminhamento e orientação jurídica cabíveis, visando o cumprimento integral da Circular Conjunta Nº 01/2004, datada de 30 de setembro de 2004.

II – No que se refere ao cumprimento da Circular Nº 03/2003-GAB/PGDF, datada de 31 de janeiro de 2003, todos os atos oriundos de quaisquer instâncias ou Tribunais, transmitidos por meio de Citações, Intimações, Notificações, Ofícios, etc., dirigidos a esta Secretaria de Estado, de imediato devem ser diretamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará adequado encaminhamento e orientação jurídica ou administrativa, visando o atendimento das diligências ou requisições formuladas nos documentos dessa natureza.

III – A Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, fica autorizada a requisitar diretamente às unidades da estrutura orgânica desta Secretaria de Estado, conforme a matéria de competência de cada setor, informações, documentos e outros dados necessários ao atendimento da atribuição conferida por esta Portaria.

IV – A inobservância dos procedimentos objeto deste ato, ensejará a adoção de medidas visando apurar responsabilidades à luz do que dispõem o artigo 116, incisos II/IV e o artigo 117, inciso IV, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adotada no Distrito Federal nos termos do artigo 5º, da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991.

V – Integram o presente ato, como se nele transcritos fossem, reprodução das Circulares nºs 01/2004-, de 30 de setembro de 2004 e 03/2003, de 31 de janeiro de 2003, mencionadas nos incisos I e II ".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 46, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - ATRIBUIR ao titular da Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária-SAF, competência para analisar os pedidos e propor ao Secretário Adjunto concessão de parcelamento de crédito relativo a anuidade prevista no artigo 17, do Decreto nº 19.248, de 20 de maio de 1998.

Art. 2º - DELEGAR competência ao Secretário Adjunto desta Secretaria de Estado para, com base no que dispõe o artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 618, de 09 de julho de 2002, decidir sobre as propostas encaminhadas em virtude da atribuição referida no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 118, de 31 de agosto de 2004, publicada no DODF nº 168, de 1º de setembro de 2004, página 11.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando ser necessário implementar providências tendo por objeto o prosseguimento à matéria envolvendo o processo de liquidação da CEASA/DF, resolve:

Art. 1º- CRIAR Grupo Misto de Trabalho, com a atribuição de analisar e sugerir

alternativas jurídico/administrativas cabíveis com a finalidade preconizada na epígrafe deste ato.
Art. 2° - O Grupo Misto de Trabalho ora criado, contará com um representante indicado pelo titular de cada órgão e entidade a seguir, sob a coordenação do primeiro:
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria de Estado de Governo;
- Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Corregedoria-Geral do Distrito Federal;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal;
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal; e
- Associação dos Empresários das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.
Art. 3° - ESTABELECER em até vinte (20) dias, o prazo para conclusão e apresentação de Relatório sobre a missão atribuída ao Grupo Misto de Trabalho.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR LUIS DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

PORTARIA Nº 66, DE 20 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 58, de 05 de julho de 2007, Publicado no DODF nº 130, de 09 de julho de 2007, página 124.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos de sindicâneia referente ao processo 220.000470/2006 instaurado por meio da Portaria nº 47, de 19 de junho de 2007, Publicado no DODF nº 118, de 21 de junho de 2007.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 69, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos de sindicância referente ao processo 220.000461/2001 instaurado por meio da Portaria nº 48, de 19 de junho de 2007, Publicado no DODF nº 118, de 21 de junho de 2007.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

NÚCLEO DE ESCLARECIMENTO DE NORMAS

PARECER DE INADMISSIBILIDADE Nº 62/2007.

Processo: 044.002408/200.7 Interessado: FEDERAL INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE RESÍDUOS LTDA. CF/DF Nº: 07.385.285/002-11. Assunto: Convênio ICMS 09/76, Aproveitamento de Credito de ICMS. Ementa – CONSULTA SOBRE FATO DEFINIDO EM DISPOSIÇÃO LITERAL DE LEI - Não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato que estiver definido ou declarado em disposição literal de lei: inciso V, do artigo 46 do Decreto nº 16.106/1994.
Senhor Chefe,
O interessado acima qualificado apresenta questionamento elaborado em peça vestibular de redação sofrível, fazendo citação de artigos da legislação, sem mencionar a norma a qual se referem, sendo certo não se tratar da Legislação Tributária do Distrito Federal, onde pudemos inferir com esforço que versa sobre solicitação de esclarecimentos acerca de uma forma de utilização dos créditos de ICMS provenientes de entradas de sucatas de outros Estados, para pagamento do ICMS devido nas remessas interestaduais dessas sucatas, de maneira que o Fisco do Estado destinatário registre e reconheça o pagamento do ICMS com estes eréditos, considerando-os como o comprovante de pagamento do ICMS do Estado de origem previsto no Convênio ICMS 09/76.
Esta solicitação não é passível de atendimento, por determinação do próprio Convênio ICMS 09/76, que dispõe "(...) uma das vias do comprovante de recolhimento deverá acompanhar a mercadoria, juntamente com a nota fiscal própria para fins de transporte e de aproveitamento do erédito pelo destinatário."
Portanto, o Estado de origem e o Estado de destino estão obrigados à exigência do COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO, e este não pode ser substituído por qualquer outro documento, sob pena de retenção da mercadoria nos postos fiscais e não utilização do crédito do ICMS pelo destinatário.
A título de informação, está em estudo proposta para revogação deste Convênio, junto ao Confaz.
De acordo com inciso V, do artigo 46, do Decreto nº 16.106/1994, não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato que estiver definido ou declarado em disposição literal de lei. Portanto, sugerimos a inadmissibilidade da presente consulta.
A legislação citada está disponível no endereço http://www.fazenda.df.gov.br .

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
AYORTON CARVALHO ANTERO
Auditor Tributário
Matrícula 46.349-3

À Gerência de Legislação Tributária - GELEG
Senhor Gerente,
De acordo.
Encaminhamos à aprovação dessa Gerência o parecer supra.

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
ULYSSES ANTONIO CORREA
Núcleo de Esclarecimento de Normas
Chefe

Aprovo o pareeer do Núcleo de Esclarecimento de Normas – NUESC/GELEG, desta Diretoria de Tributação, com fulcro no que dispõe o inciso II do artigo 1° do da Ordem de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007 e, na forma da competência descrita no inciso II do artigo 47 do Decreto nº 16.106/94, declaro a inadmissibilidade da consulta, por não atender os requisitos regulamentares.
Retorne-se o presente processo à NUESC/GELEC para cientificar o interessado e, após, arquive-se.

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
MAURÍCIO ALVES MARQUES
Gerência de Legislação Tributária
Gerente

CONSULTA Nº 61/2007.

Processo: 125.000.745/2007. Interessado: BRASIL TELECOM S/A CF/DF Nº: 07.408.927/002-23. Assunto: SOLICITAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE ORIENTAÇÕES APRESENTADAS PELO FISCO NO TOCANTE AO LIVRO ELETRÔNICO.
Ementa – Livro Eletrônico- Geração – deve ser observado o disposto no ATO COTEPE Nº 70/2005.
Senhor Chefe,
BRASIL TELECOM S/A apresenta às fls. 02 a 06 do presente processo, alguns questionamentos por ela formulados e a respectiva orientação dada pelo fisco via e-mail e em reuniões presenciais, consoante informa. Solicita, então, seja ratificado formalmente o entendimento das referidas soluções apresentadas pelo fisco.
Trata-se de matéria de natureza controvertida, razão pela qual se deve admitir a presente Consulta.
Em razão do teor técnico específico do assunto em tela, foi solicitado o pronunciamento do Núcleo de Informações Fiscais - NUINF, para que respondesse os questionamentos ou ratificasse as respostas apresentadas.
As orientações foram ratificadas pelo chefe do referido Núcleo, consoante manifestação acostada às fls. 26 a 28, do presente processo, da qual transcrevemos os seguintes trechos:
"PROBLEMA I.
No arquivo do livro eletrônico o contribuinte apresentou o livro do ISS (ATO COTEPE

Clique aqui para imprimir esta página
Índice

LEI Nº 3.929, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

DODF de 29.12.2006

Dispõe sobre a reestruturação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. (CEASADF), nos termos do art. 5º da Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A reestruturação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. (CEASA-DF), nos termos do art. 5º da Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar com a redação constante no anexo único.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

Brasília, 28 de dezembro de 2006
119º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

O anexo consta no DODF.

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

Clique aqui para imprimir esta página
Índice

LEI Nº 3.125, DE 16 DE JANEIRO DE 2003
DODF DE 24.01.2003

Autoriza o Distrito Federal a proceder a liquidação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal CEASA/DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica o Distrito Federal autorizado a liquidar a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF.

Art. 2° No processo de liquidação da CEASA/DF serão observadas as seguintes regras:

I – Os imóveis de propriedade da em empresa em liquidação, constantes do Anexo Único desta Lei, ocupados a qualquer título, serão transferidos para o patrimônio do Distrito Federal, mediante doação;

II – todos os contratos de permissão de uso ou afins firmados pela CEASA/DF com particulares serão transferidos ao Distrito Federal ao final do processo de liquidação da empresa, mantidos os respectivos vínculos.

III – os imóveis da empresa em liquidação podem ser entregues através do programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ/DF, dando preferências aos atuais permissionários, desde que mantidas as atividades comerciais no ramo de hortigranjeiros.

Art. 3° Cada empregado da tabela de empregos permanentes da CEASA/DF poderá exercer, em requerimento individual, no prazo de sessenta dias, contados a partir da promulgação desta Lei, uma das seguintes opções:

I – Ser aproveitado na forma da Lei n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001;

II – aderir ao Programa de Desligamento Voluntário – PVD, da CEASA/DF.

Art. 4° Caberá à Procuradoria Geral do Distrito Federal providenciar a substituição da CEASA/DF nos processos judiciais envolvendo os imóveis transferidos ao Distrito Federal por força desta Lei.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 8° da Lei n° 2.918, de 18 de fevereiro de 2002.

Brasília, 16 de janeiro de 2003
115° da República e 43° de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

III- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e, posteriormente a reestruturação da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Os trabalhadores já estão há mais de 9 anos trabalhando nesses órgãos, completamente adaptados a suas rotinas e muitos desempenhando função de chefias.

02- Em 15 de janeiro de 2001 a Câmara Legislativa votou a Lei 2.681 (anexo) q possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

03- Em 11 de janeiro de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989 alterado a Lei 2.681 artigo 1º incisos III e IV, possibilitando que 111 trabalhadores remanescente da TCB, que foram admitidos em data posterior a 05 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem engessar no serviço público, ferindo assim a Constituição Federal.

04- Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 uma Ação Civil Publica do Ministério Público do Trabalho contra o Governo do Distrito Federal, alegando a Inconstitucionalidade das referidas Leis.

05- Em 17 de junho de 2003 o Drº Fernando Gabriel Bernades – Juís do Trabalho de 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o Distrito Federal cesse a Transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF como também todos os empregados Público da empresa SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN;

06- A partir dessa Liminar os trabalhadores dessas empresas deram inicio a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse nossos empregos. Foi criado uma comissão de empresas composta por representantes dos trabalhadores que deram inicio a uma série de reuniões com o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria do Distrito Federal, o Jurídico da TCB, o Governo do Distrito Federal, o Jurídico da TCB, o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Gestão Administrativa.

07- Em 20 de agosto de 2003 o Ministério Público do Trabalho fez uma Proposta de Conciliação para o Distrito Federal onde propunha a demissão dos 111 empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil empregados) das empresas publicas regularmente contratadas

08- Infelizmente a Juíza da 9ª vara do Trabalho Tâmara Gil no julgamento do processo em 23 de fevereiro de 2005 desconsiderou o acordo pactuado e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhadores.

09- Em 25 de janeiro de 2006 a Câmara Legislativa votou a Lei nº 3.761 que cria "na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento,

elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à **elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.**

10- Em 30 de maio de 2006 a Câmara Legislativa aprova a Lei nº 3.861 que "autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA em liquidação."

O Artigo 4º e o Artigo 5º da referida Lei afirma, respectivamente; "O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, em liquidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125 de 16 de janeiro de 2003 e nº 2.891 de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRÓ-DF, ate a data da publicação dessa Lei.

"A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA em liquidação, elaborarão, no prazo de até 60 dias, projetos de alteração de seu Estatuto e, no mesmo prazo, em conformidade com Artigo 71 § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de Lei dispondo sobre a reestruturação da empresa." Fato este que, até o momento não foi concretizado.

A publicação da Portaria nº 47 de 23 de julho de 2007 pelo Secretario de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, criando um grupo misto de trabalho que tem por objeto: " Dar prosseguimento à matéria envolvendo o Processo de Liquidação da CEASA", se contradiz com o processo de reestruturação da empresa aprovado por casa.

Neste momento, os servidores reivindicam uma audiência com o Governador e estão trabalhando na proposta de reestruturação da empresa do ponto de vista dos interesses dos Produtores Rurais, da Sociedade que utiliza a CEASA e dos próprios trabalhadores.

ANEXO II DESPESA R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11090211902 44903 FUNDO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						5.827
08.244.2406.2179 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
Saf. 010210 3650 ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL						
DEPENDENTE ASSISTIDO (UNIDADE) 18						
	99	33.90.39	0	320	5.827	
						5.827
11090111901 44903 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						306.347
14.243.1508.2794 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE						
Saf. 010218 0680 ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 500						
	99	33.90.39	0	320	153.347	
						153.347
14.243.2403.3815 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA						
Saf. 010219 3383 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA EM TODO O DISTRITO FEDERAL						
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS (PESSOA) 0						
	99	33.90.39	0	320	153.000	
						153.000
2007AC00249					TOTAL	312.174

DECRETO Nº 28.153, DE 23 DE JULHO DE 2007.

Revoga o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 26.267, de 10 de outubro de 2005, publicado no DODF nº 194, de 11 de outubro de 2007, páginas 04 e 05.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 2007.

119º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 23 de julho de 2007.

Processo: 390.001.941/2007. Interessado: MARIA ELISA COSTA E OUTRO. Assunto: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA.

1. Nos termos do artigo 12, do Decreto nº 21.564, de 26 de setembro de 2000, combinado com o Decreto nº 23.196, de 27 de agosto de 2002, convidamos os arquitetos Urbanistas MARIA ELISA COSTA e JOÃO LIMA, para apresentação do projeto de revitalização da Torre de TV de Brasília, que inclue visitas técnicas com a presença de técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, nos dias 24 e 25 de julho de 2007, com ônus para o Distrito Federal, referente a diárias e passagens aéreas nos trechos Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro e Salvador/Brasília/Salvador respectivamente, conforme consta dos autos.

2. Publique-se e restitua-se à Unidade de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1° - REVIGORAR as medidas baixadas por meio da Portaria nº 37, de 15 de março de 2005, publicada no DODF nº 51, de 16 de março de 2005, página 04, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – Todos os expedientes originários do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT, dirigidos a esta Pasta, deverão ser automática e imediatamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará encaminhamento e orientação jurídica cabíveis, visando o cumprimento integral da Circular Conjunta Nº 01/2004, datada de 30 de setembro de 2004.

II – No que se refere ao cumprimento da Circular Nº 03/2003-GAB/PGDF, datada de 31 de janeiro de 2003, todos os atos oriundos de quaisquer instâncias ou Tribunais, transmitidos por meio de Citações, Intimações, Notificações, Ofícios, etc., dirigidos a esta Secretaria de Estado, de imediato devem ser diretamente enviados à Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, que dará adequado encaminhamento e orientação jurídica ou administrativa, visando o atendimento das diligências ou requisições formuladas nos documentos dessa natureza.

III – A Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL, fica autorizada a requisitar diretamente às unidades da estrutura orgânica desta Secretaria de Estado, conforme a matéria de competência de cada setor, informações, documentos e outros dados necessários ao atendimento da atribuição conferida por esta Portaria.

IV – A inobservância dos procedimentos objeto deste ato, ensejará a adoção de medidas visando apurar responsabilidades à luz do que dispõem o artigo 116, incisos II/IV e o artigo 117, inciso IV, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adotada no Distrito Federal nos termos do artigo 5º, da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991.

V – Integram o presente ato, como se nele transcritos fossem, reprodução das Circulares nºs 01/2004-, de 30 de setembro de 2004 e 03/2003, de 31 de janeiro de 2003, mencionadas nos incisos I e II ".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 46, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - ATRIBUIR ao titular da Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária-SAF, competência para analisar os pedidos e propor ao Secretário Adjunto concessão de parcelamento de crédito relativo a anuidade prevista no artigo 17, do Decreto nº 19.248, de 20 de maio de 1998.

Art. 2º - DELEGAR competência ao Secretário Adjunto desta Secretaria de Estado para, com base no que dispõe o artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 618, de 09 de julho de 2002, decidir sobre as propostas encaminhadas em virtude da atribuição referida no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 118, de 31 de agosto de 2004, publicada no DODF nº 168, de 1º de setembro de 2004, página 11.

WILMAR LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 105, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando ser necessário implementar providências tendo por objeto dar prosseguimento à matéria envolvendo o processo de liquidação da CEASA/DF, resolve:

Art. 1°- CRIAR Grupo Misto de Trabalho, com a atribuição de analisar e sugerir

alternativas jurídico/administrativas cabíveis com a finalidade preconizada na epígrafe deste ato.
Art. 2° - O Grupo Misto de Trabalho ora criado, contará com um representante indicado pelo titular de cada órgão e entidade a seguir, sob a coordenação do primeiro:
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria de Estado de Governo;
- Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Corregedoria-Geral do Distrito Federal;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal;
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal; e
- Associação dos Empresários das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.
Art. 3° - ESTABELECER em até vinte (20) dias, o prazo para conclusão e apresentação de Relatório sobre a missão atribuida ao Grupo Misto de Trabalho.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR LUIS DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

PORTARIA Nº 66, DE 20 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 58, de 05 de julho de 2007, Publicado no DODF nº 130, de 09 de julho de 2007, página 124.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos de sindicância referente ao processo 220.000470/2006 instaurado por meio da Portaria nº 47, de 19 de junho de 2007, Publicado no DODF nº 118, de 21 de junho de 2007.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 69, DE 23 DE JULHO DE 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas de acordo com Decreto nº 26.688, de 29 de março de 2006, resolve: PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos de sindicância referente ao processo 220.000461/2001 instaurado por meio da Portaria nº 48, de 19 de junho de 2007, Publicado no DODF nº 118, de 21 de junho de 2007.

ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

NÚCLEO DE ESCLARECIMENTO DE NORMAS

PARECER DE INADMISSIBILIDADE Nº 62/2007.

Processo: 044.002408/200.7 Interessado: FEDERAL INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE RESÍDUOS LTDA. CF/DF Nº: 07.385.285/002-11. Assunto: Convênio ICMS 09/76, Aproveitamento de Credito de ICMS. Ementa – CONSULTA SOBRE FATO DEFINIDO EM DISPOSIÇÃO LITERAL DE LEI - Não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato que estiver definido ou declarado em disposição literal de lei: inciso V, do artigo 46 do Decreto nº 16.106/1994.
Senhor Chefe,
O interessado acima qualificado apresenta questionamento elaborado em peça vestibular de redação sofrível, fazendo citação de artigos da legislação, sem mencionar a norma a qual se referem, sendo certo não se tratar da Legislação Tributária do Distrito Federal, onde pudemos inferir com esforço que versa sobre solicitação de esclarecimentos acerca de uma forma de utilização dos créditos de ICMS provenientes de entradas de sucatas de outros Estados, para pagamento do ICMS devido nas remessas interestaduais dessas sucatas, de maneira que o Fisco do Estado destinatário registre e reconheça o pagamento do ICMS com estes créditos, considerando-os como o comprovante de pagamento do ICMS do Estado de origem previsto no Convênio ICMS 09/76.
Esta solicitação não é passível de atendimento, por determinação do próprio Convênio ICMS 09/76, que dispõe "(...) uma das vias do comprovante de recolhimento deverá acompanhar a mercadoria, juntamente com a nota fiscal própria para fins de transporte e de aproveitamento do crédito pelo destinatário."
Portanto, o Estado de origem e o Estado de destino estão obrigados à exigência do COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO, e este não pode ser substituído por qualquer outro documento, sob pena de retenção da mercadoria nos postos fiscais e não utilização do crédito do ICMS pelo destinatário.
A título de informação, está em estudo proposta para revogação deste Convênio, junto ao Confaz.
De acordo com inciso V, do artigo 46, do Decreto nº 16.106/1994, não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato que estiver definido ou declarado em disposição literal de lei. Portanto, sugerimos a inadmissibilidade da presente consulta.
A legislação citada está disponível no endereço http://www.fazenda.df.gov.br .

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
AYORTON CARVALHO ANTERO
Auditor Tributário
Matrícula 46.349-3

À Gerência de Legislação Tributária - GELEG
Senhor Gerente,
De acordo.
Encaminhamos à aprovação dessa Gerência o parecer supra.

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
ULYSSES ANTONIO CORREA
Núcleo de Esclarecimento de Normas
Chefe

Aprovo o parecer do Núcleo de Esclarecimento de Normas – NUESC/GELEG, desta Diretoria de Tributação, com fulcro no que dispõe o inciso II do artigo 1° do da Ordem de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007 e, na forma da competência descrita no inciso II do artigo 47 do Decreto nº 16.106/94, declaro a inadmissibilidade da consulta, por não atender os requisitos regulamentares.
Retorne-se o presente processo à NUESC/GELEC para cientificar o interessado e, após, arquive-se.

Brasília/DF, 20 de julho de 2007.
MAURÍCIO ALVES MARQUES
Gerência de Legislação Tributária
Gerente

CONSULTA Nº 61/2007.

Processo: 125.000.745/2007. Interessado: BRASIL TELECOM S/A CF/DF Nº: 07.408.927/002-23. Assunto: SOLICITAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE ORIENTAÇÕES APRESENTADAS PELO FISCO NO TOCANTE AO LIVRO ELETRÔNICO.
Ementa – Livro Eletrônico- Geração – deve ser observado o disposto no ATO COTEPE Nº 70/2005.
Senhor Chefe,
BRASIL TELECOM S/A apresenta às fls. 02 a 06 do presente processo, alguns questionamentos por ela formulados e a respectiva orientação dada pelo fisco via e-mail e em reuniões presenciais, consoante informa. Solicita, então, seja ratificado formalmente o entendimento das referidas soluções apresentadas pelo fisco.
Trata-se de matéria de natureza controvertida, razão pela qual se deve admitir a presente Consulta.
Em razão do teor técnico específico do assunto em tela, foi solicitado o pronunciamento do Núcleo de Informações Fiscais - NUINF, para que respondesse os questionamentos ou ratificasse as respostas apresentadas.
As orientações foram ratificadas pelo chefe do referido Núcleo, consoante manifestação acostada às fls. 26 a 28, do presente processo, da qual transcrevemos os seguintes trechos:
"PROBLEMA 1.
No arquivo do livro eletrônico o contribuinte apresentou o livro do ISS (ATO COTEPE

1. Marthaildes Leite Cavalcante	3568-0450
2. Dulce Cavalcante Carneiro	3033-2721
3. Alice dos Santos	3242-1035
4. Edith Cavalcante	3562-6225
5. Darcy de Souza Abreu	3367-2937
6. Olímpia Ferreira Lemes	3345-3677
7. Laura Rezende de Jesus	9967-1688
8. Anofrina Isa de Souza	3346-8499
9. Maria Emyrene T. Bicalho	3443-9167
10. Martha Margarete Karin Engel de Souza	~~3242-1506~~ 3468-1506
11. Lélia Alves	3242-1829
12. Ady Maria da Costa	~~3443-4131~~ 3272-4131
13. Maria Gilca Gonçalves de Oliveira	3443-5587
14. Lource Lopes Soeiro	3345-6430
15. Olga Sobreira	3365-3673
16. Juracy de Almeida	3245-1340
17. Marlene Carvalho Branco Galdino	3242-9406
18. Dolair Ramos Boaventura	3349-3379
19. Ivalda Ferreira	32749683
20. Rita de Cássia Cerqueira	3272-1755
21. Ana Maria Sampaio	~~3248-2896~~ 3248-2846
22. Maria Consuelo Feitosa	3568-8431
23. Wanda Duarte de Paiva	3272-2632
24. Ivaneyde Dourado	3245-3926
25. Eldy Valdete Nogueira	3274-5653
26. Semy Maria Rodrigues	3242-7492
27. Maria das Mercês Costa Rego	3272-2925
28. Lílian Maranhão dos Santos	3242-4830
29. Nery de Souza Figueiredo	3224-9680
30. Nair de Souza	3224-9680
31. Maria Gouveia Ferraz	3248-3369

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRIT FEDERAL S.A.

ANEXO II

ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO DA CEASA EM LIQÜIDAÇÃO

ANTIGO ORGANOGRAMA			ATUAL ORGANOGRAMA			
Nomenclatura Emprego	Código	Quant.	Nomenclatura Emprego	Código	Quant.	Retribuição R$
Chefe Gabinete	EC 01	01	Chefe Gabinete	EC 01	01	5.601,77
Ass. Jurídico	EC 02	01	Ass. Jurídico	EC 02	01	4.532,06
Ass. Com.	EC 02	01	Ass. Com.	EC 02	01	4.532,06
Ger. Financ.	EC 03	01	Ger. Financ.	EC 03	01	4.280,32
Chef. Seção	EC 04	01	Chef. Seção	EC 04	01	4.245,05
Chef. Seção	EC 05	01	Chef. Seção	EC 05	01	3.450,00
Asses. Liquid. I	EC 06	04	Asses. Liquid. I	EC 06	04	2.742,11
Asses. Liquid. II	EC 07	02	Asses. Liquid. II	EC 07	02	2.415,00
Asses. Liquid. III	EC 08	02	Asses. Liquid. III	EC 08	01	2.300,00
Asses. Liquid. IV	EC 09	06	Asses. Liquid. IV	EC 09	06	1.955,00
Asses. Liquid. V	EC 10	01	-	-	-	-
Asses. Liquid. VI	EC 11	06	Asses. Liquid. VI	EC 10	06	1.725,00
Asses. Liquid. VII	EC 12	01	-	-	-	-
Asses. Liquid. VIII	EC 13	05	Asses. Liquid. VIII	EC 11	04	1.495,00
Assist. Liquid. I	EC 14	14	Assist. Liquid. I	EC 12	15	1.150,00
Fiscal de Contratos	EC 15	07	Fiscal de Contratos	EC 13	07	1.096,84
Assist. Liquid. II	EC 16	04	Assist. Liquid. II	EC 14	08	1.092,50
Assist. Liquid. III	EC 17	18	Assist. Liquid. III	EC 15	18	920,00
Assist. Liquid. IV	EC 18	11	Assist. Liquid. IV	EC 16	13	862,50
Enc. de Seção	EC 19	10	Enc. de Seção	EC 17	10	690,00
TOTAL		97	TOTAL		100	

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRIT FEDERAL S.A.

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS – FG DA CEASA EM LIQÜIDAÇÃO

ANTIGO ORGANOGRAMA			ATUAL ORGANOGRAMA			
Nomenclatura de Função	Código	Quant.	Nomenclatura de Função	Código	Quant.	Retrib. R$
Gerente Administrativo	FG 01	01	Gerente Administrativo	FG 01	01	2.047,11
Asses. Liquid.	FG 02	01	-	-	-	-
Gratificação de Seção I	FG 03	04	Gratificação de Seção I	FG 02	03	1.134,54
Gratificação Seção II	FG 04	02	Gratificação de Seção II	FG 03	02	859,01
Gratificação de Seção IV	FG 06	02	Gratificação de Seção IV	FG 04	02	386,90
Função Gratificada Especial	FGE 01	01	Função Gratificada Especial	FGE 01	01	1.946,09
Função Gratificada Especial	FGE 02	01	Função Gratificada Especial	FGE 02	01	1.538,03
TOTAL		12	TOTAL		10	

SOCIEDADE DE
ABASTECIMENTO DE
BRASÍLIA S/A – Em Liquidação

CIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S/A-SAB
BELA DE EMPREGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SIMBOLO	APROVADO	PREENCHIDO	VAGO	VALOR
EFE DE GABINETE	EC-01	01		01	5.051,33
EFE DA ASSESSORIA JURIDICA	EC-01	01	01		5.051,33
EFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	EC-01	01		01	5.051,33
EFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	EC-01	01		01	5.051,33
EFE DA AUDITORIA INTERNA	EC-01	01		01	5.051,33
RENTE DE DEPARTAMENTO	EC-01	06	01	05	5.051,33
EFE DA ASSESSORIA DE INFORMATICA	EC-01	01		01	5.051,33
EFE DA ASSESSORIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	EC-01	01		01	5.051,33
RENTE DE LOJA "A"	EC-01	07	03	04	5.051,33
SESSOR DE DIRETORIA	EC-02	06	01	05	4.408,10
RENTE DE CENTRAL	EC-02	02	01	01	4.408,10
RENTE DE LOJA "B"	EC-02	04	01	03	4.408,10
GERENTE DE LOJA "A"	EC-02	07		07	4.408,10
GERENTE DE CENTRAL	EC-03	02		02	3.816,18
RENTE DE LOJA "C"	EC-03	11		11	3.816,18
GERENTE DE LOJA "B"	EC-03	04		04	3.816,18
RENTE DE LOJA "D"	EC-04	12		12	3.044,01
GERENTE DE LOJA "C"	EC-04	11		11	3.044,01
RENTE DE LOJA "E"	EC-05	11		11	2.704,38
RENTE DE LOJA "F"	EC-06	02	02		2.508,90
TAIS		92	10	82	

SIA Sul Trecho 06 Lote 270 Fone: 363-1639 Fax: 363-1620 CEP: 71205-060

Luiz Miguel da Silva
Gerente Dept.º Recursos Humanos
SAB

SOCIEDADE DE
ABASTECIMENTO DE
BRASÍLIA S/A – Em Liquidação

CIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S/A-SAB
BELA DE FUNÇÃO GRATIFICADA

DENOMINAÇÃO	SIMBOLO	APROVADO	PREENCHIDO	VAGO	VALOR
ENTE DE DIVISÃO	FG-01	11		11	2.390,39
RETARIA ORGAOS COLEGIADOS	FG-01	01		01	2.390,39
ISTENTE GABINETE	FG-02	03		03	1.182,44
IFERENTE RECEBEDOR	FG-02	20		20	1.182,44
ARREGADO DE ESTOQUE VAREJO	FG-03	21		21	638,95
OUREIRO DE LOJA	FG-03	11		11	638,95
AL DE CAIXA	FG-04	11		11	511,13
ISTENTE DE APOIO	FG-04	10		10	511,13
TORISTA DE GABINETE	FG-05	03		03	271,66
AIS		91		91	

Luiz Miguel da Silva
Gerente Dept.º Recursos Humanos
SAB

SOCIEDADE DE
ABASTECIMENTO DE
BRASÍLIA S/A

DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO NUMÉRICA DOS EMPREGADOS DA SAB

LOTAÇÃO (ÓRGÃO/EMPRESA	CUSTO
CASA MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	4.861,74
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL –CAESB	33.586,80
COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA –TERRACAP	6.510,51
COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA –CEB	10.838,61
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO GDF –EMATER- DF	401.141,39
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – FEDF	271.945,18
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – FHDF	888.332,15
FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASILIA	13.294,64
SECRETARIA DE EST DE AGRICULTURA , PECUÁRIA e ABASTECIMENTO DF	144.533,17
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	19.228,48
PROCON/DF	6.985,44
SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE DO GDF	28.928,22
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DIREITOS HUMANOS DO GDF.	82.183,18
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	9.423,75
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S/A - EM EFETIVO EXERCICIO	76.657,28
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	5.587,26
LIQUIDANTE	9.154,02
TOTAL (CUSTO COM ENCARGOS , INCLUIDO O 13º SALARIO)	**2.013.191,82**

Brasília DF, 15 de Dezembro de 2006

Luiz Miguel da Silva
Gerente Dept.º Recursos Humanos
SAB

SOCIEDADE DE
ABASTECIMENTO DE
BRASÍLIA S/A

DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO NUMÉRICA DOS EMPREGADOS DA SAB

LOTAÇÃO (ÓRGÃO/EMPRESA	QUANT
CASA MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	001
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL –CAESB	010
COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA –TERRACAP	001
COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA –CEB	001
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO GDF –EMATER- DF	066
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – FEDF	067
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – FHDF	189
FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASILIA	002
SECRETARIA DE EST DE AGRICULTURA , PECUÁRIA e ABASTECIMENTO DF	028
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	003
PROCON/DF	001
SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE DO GDF	007
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DIREITOS HUMANOS DO GDF.	018
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	001
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S/A : EM EFETIVO EXERCICIO	012
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	001
LIQUIDANTE	001
TOTAL	**409**

Brasília DF, 15 de Dezembro de 2006

Luiz Miguel da Silva
Gerente Dept.: Recursos Humanos
SAB

SIA Trecho 06 Lote 270 Fone: (611 363-1602 / 1639 Fax: 363-1629 CEP: 71205-060 Brasília - DF

PROJETO DE LEI Nº DE DE MARÇO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a incorporação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação á Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art.1° O Distrito Federal fica autorizado a proceder as medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação.

Art. 2° A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA/DF, em Liquidação, assumirá o ativo, passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação.

Art. 3° Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB, em Liquidação, serão transferidos para a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no Art. 1°, § 3°, da Lei Nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Art. 4° A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, em Liquidação, deverá apresentar, no prazo de até sessenta (60) dias, um plano de reestruturação da empresa, com o respectivo projeto de alteração de seu Estatuto.

Art.5° - Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

LEI Nº 3.758, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo interno com o Banco do Brasil e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir empréstimo interno junto ao Banco do Brasil S.A., com o apoio financeiro do Japan Bank for International Cooperation – JBIC, até o limite de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou o equivalente em dólar dos Estados Unidos da América, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos de uso rodoviário para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157, 158 e 159 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas, limitadas estas a 150% (cento e cinqüenta por cento) do financiamento a ser contratado, acrescido dos encargos pertinentes.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nas leis orçamentárias anuais e nos planos plurianuais, durante o prazo de financiamento do empréstimo, dotações suficientes para o pagamento das parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como os valores da contrapartida necessários à sua execução.

Art. 4º O empréstimo de que trata esta Lei terá as seguintes condições de financiamento e parâmetro:

I – prazo de carência: seis meses;

II – taxa de juros: 5, 81% (cinco inteiros e oitenta e um décimos por cento) ao ano;

III – amortização: 10 (dez) parcelas semestrais consecutivas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA AQUISIÇÃO

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1.Escavadeira Hidráulica sobre esteira	5
2.Carregadeira de Rodas (Pá mecânica)	18
3.Retroescavadeira	5
4.Motoniveladora	30
5.Compactador Vibratório Autopropelido Rolo Liso	5
6.Compactador Vibratório Autopropelido Pé de Carneiro 11 Toneladas	10
7.Compactador Vibratório Autopropelido Tandem Pequeno Porte	5
8.Compactador Vibratório Autopropelido de Pneus	5
9.Trator de Esteiras	10

LEI Nº 3.759, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a alteração de uso do lote do Setor de Habitações Individuais Norte – SHIN da Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o uso do lote localizado no Setor de Habitações Individuais Norte – SHIN, da Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII, com área de 2.500,00m², registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, R-1, nº 64155, livro 2, de 1º de fevereiro de 1996 e registro de planta junto ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, planta PR-7/1, R-2, nº 2, livro 8-A, de 19 de janeiro de 1965, para institucional, culto, lazer, academia de ginástica, ensino seriado e não seriado; e comereial com prestação de serviço como atividade secundária.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 3.760, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a alteração de uso do lote que especifica, da Região Administrativa de Brasília/DF – RA I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o uso do imóvel denominado RE – EPTG – RA I, Rua Quaresmeira 1, Lote 02, situado no Setor RE –, EPTG Águas Claras, Região Administrativa de Brasília/DF, medindo 14.948,140m² (quatorze mil e novecentos e quarenta e oito metros quadrados e quatorze decímetros quadrados), para Comércio de bens de serviço, Centro Comercial e/ou Supermercado, Prestação de Serviço do tipo: Financeiro, Educação, seriada e não seriada, Academia de Ginástica, Lazer, Saúde e Indústria de Pequeno Porte do tipo Artesanal – (exceto: combustível e derivados, armazenamento, atacadista ou qualquer tipo de atividade que gere poluição).

Art. 2º O Poder Executivo realizará estudos de viabilidade técnica, bem como estudos de impacto ambiental e de impacto de vizinhança, nos termos do que dispõe a legislação, previamente à autorização para implantação de qualquer um dos usos e atividades previstos no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A autorização para implantação de qualquer um dos usos e atividades previstos no art. 1º só se efetivará após a realização de, no mínimo, uma audiência pública, na qual devem ser obrigatoriamente apresentados à população interessada todos os estudos estabelecidos no *caput*, caso se efetive antes da aprovação do PDL correspondente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI Nº 3.761, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria unidades que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folhas de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no *caput* são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB;

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os oriundos da empresa a que se refere o inciso III serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, vedadas a extinção, privatização, incorporação, fusão ou outras modalidades de reestruturação, sem que fique garantido pelo Governo do Distrito Federal o vínculo contratual dos empregados.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data-base de cada categoria, e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º V E T A D O.

Art. 4º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 5º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

LEI Nº 3.762, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

za o Poder Executivo a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, os imóveis que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, os imóveis denominados por: SHC/SW EQ/Residencial – SHC/AO/S – Setor de Habitações Coletivas – Áreas Octogonais Sul Entre área 3/8 Projeção 10 – Brasília – RA I, com área de 400,00m².P/NORTE EQNP EQ 8/12 Área Especial "E" – Ceilândia – RA IX, com área de 1.061,750m² e M/NORTE QNM 30 Módulo "H" – Ceilândia – RA – IX, com área de 5.000,00m², todos de propriedade do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006,
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 716, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, que "altera a redação da Lei Complementar que menciona e dá outras providências".

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica inserido, no texto da Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, um novo artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º A contribuição do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.

§ 1º O Distrito Federal é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários pertinentes ao regime de que trata o caput.

§ 2º V E T A D O.

2º Os atuais artigos 3º, 4º e 5º, da Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, ficam renumerados, respectivamente, para artigos 4º, 5º e 6º.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006,
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 717, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Estabelece parâmetros urbanísticos de uso e ocupação para a área do Jóquei Clube, localizada na Região Administrativa do SIA – RA XXIX, os quais farão parte do Plano Diretor Local da Região Administrativa do Guará – RA X e da Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros de uso e ocupação para a área do Jóquei Clube, localizada na Região Administrativa do SIA – XXIX, com a criação do Setor Jóquei Clube.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata este artigo serão parte integrante do Plano Diretor Local das Regiões Administrativas do Guará – RA X e Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

Art. 2º Os usos permitidos na área são:

I – residencial;

II – atividades complementares de atendimento à população local;

III – lazer ecológico.

Art. 3º Os parâmetros de ocupação do Setor Jóquei Clube são:

I – altura máxima para edificações de 26 m (vinte e seis metros);

II – coeficiente de aproveitamento básico igual a 1 (um);

III – coeficientes de aproveitamento máximos definidos em projeto específico, observados os seguintes parâmetros:

a) para glebas ou lotes com área menor que 5.000m² (cinco mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 4 (quatro);

b) para glebas ou lotes com área entre 5.000m² (cinco mil metros quadrados e 20.000m² (vinte mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 3 (três);

c) para glebas ou lotes com área entre 20.000m² (vinte mil metros quadrados) e 50.000m² (cinqüenta mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 2 (dois);

d) para glebas ou lotes com área maior que 50.000m² (cinqüenta mil metros quadrados), o coeficiente de aproveitamento máximo será igual a 1 (um).

Parágrafo único. O Poder Público determinará parâmetros urbanísticos específicos quando proceder ao parcelamento, podendo reduzir o coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido neste artigo e fixar o mínimo, em razão dos estudos técnicos realizados, na forma disposta em lei específica, de autoria do Poder Executivo.

Art. 4º O projeto de parcelamento incorporará faixa verde de transição entre área com características de uso de alto grau de incomodidade e área com característica predominantemente residencial.

Parágrafo único. Será reservada, no projeto de parcelamento do Setor Jóquei Clube, área destinada para a implantação de parque ecológico e espaço de cultura, esporte e lazer.

Art. 5º Serão aplicados os seguintes instrumentos urbanísticos e tributários de política urbana:

I – estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), nos termos do que determinam os arts. 36, 37 e 38 da Lei nº 10.257, de 2001;

II – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo.

Parágrafo único. Poderá ser aplicada a concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

VICE-GOVERNADORIA

DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 25 de janeiro de 2006

Processo 014.000.178/2005; Interessado: AMERICEL S/A; Assunto: RECONHECIMENTO DE DIVIDA. À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art.s 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinados com o artigo 7º, da Lei nº 3.163, de 03/07/2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e o pagamento, em favor da AMERICEL S/A, no valor de R$5.656,79 (cinco mil seiscentos e cinqüenta e seis reais e setenta e nove centavos), referentes aos serviços telefônicos móvel celular prestados no mês de outubro de 2005. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 04.122.0100.8517.0026, Elemento de Despesa: 33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores. Publique-se e encaminhe-se a GPO/DAO/GVG, para as providências complementares.

Processo 014.000.022/2006; Interessado: AMERICEL S/A; Assunto: RECONHECIMENTO DE DIVIDA. À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art.s 80 e 81 do Decreto nº. 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinados com o artigo 7º, da Lei nº. 3.163, de 03/07/2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e o pagamento, em favor da AMERICEL S/A, no valor de R$5.545,54 (cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos), referentes aos serviços telefônicos móvel celular prestados no mês de dezembro de 2005. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 04.122.0100.8517.0026, Elemento de Despesa: 33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores. Publique-se e encaminhe-se a GPO/DAO/GVG, para as providências complementares.

WALMIR JOSÉ GOMES

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Subsecretário de Apoio Operacional publicado no DODF n.º 19, de 25 de janeiro de 2006, ONDE SE LÊ: "...Processo: 210.000.920/2005 e outros...", LEIA-SE: "...PROCESSO: 210.000.918/2005 e outros...", e ONDE SE LÊ "...R$ R$ 1.044.665,35 (um milhão, quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)..." LEIA-SE "...R$960.415,35 (novecentos e sessenta mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)...".

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA PRÓ-GESTÃO

DESPACHO DA PRESIDENTE

Em 25 de janeiro de 2006.

Processo 0030.004.575/2005, Interessado: Secretaria de Gestão Administrativa, Objeto: Aquisição de mobiliário. I - Na forma do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, incisos XXII

ORDEM DO DIA PARA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005 às 9:30 horas

(QUINTA-FEIRA)

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA PARA VOTAÇÃO EM 2º TURNO

ITEM 1: Discussão e votação, em 2º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.122, DE 2005**, (Mens. nº 310/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "concede redução de base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - incidente na prestação de serviços que especifica"

relatores:	Deputado (a)	CEOF
	Deputado (a)	CCJ

Processo de votação: nominal – *quorum:* 2/3.

PROPOSIÇÕES PARA VOTAÇÃO EM 2º TURNO

ITEM 2: Discussão e Votação, em 2º turno, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2005**, (Mens. nº 136/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo, que "cria a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS denominada Vila Estrutural."

Relatores:	Deputada Ivelise Longhi (PMDB)	- CAF
	Deputado Brunelli (PFL)	- CCJ

Votação pelo processo nominal absoluta.

ITEM 3: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 452, DE 1999**, de autoria do Deputado João de Deus, que "dispõe sobre descontos mediante consignação em folha de pagamento dos servidores da administração direta, indireta e fundacional do Distrito Federal, ativos e inativos e dá outras providências".

Relatores:	Deputado César Lacerda	- CEOF
	Deputado Jorge Cauhy	- CAS
	Deputado Silvio Linhares	- CCJ
	Deputado Chico Vigilante	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 4: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2003**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT), que "dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal para portadores de necessidades especiais"

Relatores:	Deputado Augusto Carvalho (PPS)	- CAS
	Deputado Eurides Brito (PMDB)	- CEOF
	Deputado Expedito Bandeira (PMDB)	- CCJ

Votação pelo processo simbólica. *QUORUM:* maioria simples

ITEM 5: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 884, DE 2003**, de autoria do Deputado Chico Floresta (PT), que "inclui no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal o Festival de Música Porão do Rock".

Relatores:	Deputado Augusto Carvalho	- CAS
	Deputado Chico Leite	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 6: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.374, DE 2004**, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "assegura, na forma que especifica, política de mobilidade urbana cicloviária de incentivo ao uso da bicicleta no Distrito Federal, e dá outras providências".

Relatores:	Deputada Eliana Pedrosa	- CEOF
	Deputada Anilceia Machado	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 7: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.291, DE 2004**, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "dispõe sobre a instalação de sonorizadores antecedendo as faixas de pedestre, no âmbito do Distrito Federal", em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 1.292, DE 2004**, de autoria do Deputado Chico Floresta que "dispõe sobre a instalação de sonorizadores antecedendo os redutores de velocidade e lombadas eletrônicas, no âmbito do Distrito Federal", ", em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 1.789, DE 2005**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu (PT) que "determina a instalação de sonorizadores nas vias públicas do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores:	Deputado Agrício Braga	- CSEG
	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 8: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 304, DE 2003**, de autoria do Deputado Chico Leite, que "estabelece normas para a elaboração do zoneamento ecológico-econômico do Distrito Federal, em consonância com os arts. 279, II, e 26 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Relatores:	Deputada Ivelise Longhi (PMDB)	- CAF
	Deputada Eurides Brito	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 9: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 2004**, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "assegura a utilização de salas de aula e demais instalações das escolas da rede pública de ensino, para realização de cursos de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por entidades da sociedade civil e dá outras providências".

Relatores:	Deputada Eurides Brito	- CES
	Deputado Paulo Tadeu	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. nformação Sistema Legis em 29.11

ITEM 10: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.251, DE 2004**, de autoria de Vários Deputados que "inclui a Feira de Saúde no calendário oficial de eventos do Distrito Federal"

Relatores:	Deputado	- CAS
	Deputado	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 11: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.473, DE 2004**, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do uso de drogas, nos interiores dos veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares, no âmbito do Distrito Federal".

Relatores:	Deputada Érika Kokay	- CDDHCEDP
	Deputado Chico Leite	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 12: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.420, DE 2004**, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "institui no âmbito do Distrito Federal, o Dia Brasiliense de Combate ao Trabalho Infantil, a ser comemorado no dia 12 de junho".

Relatores:	Deputado Brunelli	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Processo de Votação:

ITEM 13: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.043, DE 2005**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi, que "dispõe sobre o instrumento da transferência do direito de construir e dá outras providências".

Relatores:	Deputada Anilceia Machado	- CAF
	Deputado (a)	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 14: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.661, DE 2004**, de autoria dos Deputados Wilson Lima e Aguinaldo de Jesus, que "altera a Lei nº 1.617, de 18 de agosto de 1997".

Relatores:	Deputada Eurides Brito	- CES
	Deputado (a)	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 15: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.180, DE 2005**, de autoria do Deputado Chico Leite (PT), que "dispõe sobre a cobrança pela instalação e utilização dos pontos adicionais de tv a cabo, instalados nas residências, no âmbito do Distrito Federal"

Relatores:	Deputado	- CDC
	Deputado	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

ITEM 16: Discussão, em 2º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.716, DE 2005**, de autoria do Deputado Augusto Carvalho (PPS), que "cria o cadastro central informatizado dos estudantes do Distrito Federal, para fins de implantação do passe estudantil eletrônico".

Relatores:	Deputada Arlete Sampaio (PT)	- CES
	Deputado	- CCJ

Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples.

PROPOSIÇÃO PARA VOTAÇÃO EM 1º TURNO COM TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA

ITEM 17: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 2003**, de autoria do Deputado José Edmar (PRONA), que "dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento de combustíveis em áreas ocupadas por hiper e supermercados no Distrito Federal", em **tramitação conjunta** com **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27, DE 2003**, que "amplia o uso dos imóveis que especifica e dá outras providências", de autoria do Deputado Izalci Lucas (PFL), e com o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30, DE 2003**, de autoria dos Deputados Brunelli (PP), Fábio Barcellos (PFL) e Izalci Lucas (PFL), que "revoga o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000 e dá outras providências".

Relatores:	Deputado João de Deus (PMDB)	- CAF
	Deputada Eurides Brito (PMDB)	- CEOF
	Deputado Expedito Bandeira (PRP)	- CCJ

APROVADO NAS COMISSÕES COM PARECERES FAVORÁVEIS na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator da CAF. Tramitação concluída. Votação pelo processo nominal. *QUORUM:* maioria absoluta – LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.**

ITEM 18: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 200, DE 2003**, de autoria do Deputado Brunelli, que "cria o Programa de Prevenção da Fibrose Cística do Pâncreas e dá outras providências ".

Relatores:	Deputada Anilceia Machado	- CES
	Deputado Odilon Aires	- CEOF
	Deputada Anilceia Machado	- CCJ

APROVADO NAS COMISSÕES COM PARECERES FAVORÁVEIS. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.**

ITEM 19: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.810, DE 2005**, de autoria do Deputado Brunelli, que "proíbe a cirurgia de cordotomia em cães e gatosl".

Relatores:	Deputada Maria da Guia	- CES
	Deputado Expedito Bandeira	- CCJ

APROVADOS NAS COMISSÕES COM PARECERES FAVORÁVEIS. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 23.11. Informação Sistema Legis em 29.11.

PROPOSIÇÕES PARA VOTAÇÃO EM 1º TURNO COM PARECERES PARCIAIS NAS COMISSÕES

ITEM 20: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.136, DE 2005**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre os emolumentos do serviço notarial e de registro do Distrito Federal".

Relatores:	Deputada Arlete Sampaio	- CEOF
	Deputado Chico Leite	- CCJ

APROVADO PARECER DA CEOF em 07.11.05. Encaminhado pelo SACP à CCJ para emitir parecer em 17.11. Não há parecer da CCJ. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.. FALTA PARECER DA CCJ.**

ITEM 21: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 804, DE 1999**, de autoria da Deputado João de Deus, que "dispõe sobre denominação de vias públicas na RA de Brasília – RA I, e dá outras providências".

Relatores:	Deputado (a)	- CAS
	Deputado Silvio Linhares	- CCJ

PARECER DA CCJ REJEITADO EM 29.05.00. Apresentado o Recurso nº 37/00 em 30.04.03 contra a decisão da CCJ, **RECURSO NÃO APRECIADO**. A proposição somente continuará em tramitação caso o recurso seja provido. Informação do Sistema Legis em 25911.05. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**

ITEM 22: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.561, DE 2004**, de autoria do Deputado Pedro Passos, que "dispõe sobre o planejamento familiar no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputada Eurides Brito - CES
Deputado Expedito Bandeira - CCJ

APROVADO PARECER DA CES, favorável à proposição em 16.05.05. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CCJ, para emitir parecer, em 01.06.05. Informação Sistema Legis em 29.11. **FALTA PARECER DA CCJ.**

ITEM 23: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.857, DE 2002**, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "dispõe sobre a criação do memorial dos pioneiros da construção civil de Brasília", em tramitação conjunta com do **PROJETO DE LEI Nº 571, DE 2003**, de autoria do Deputado Izalci Lucas (PFL) que "cria o Monumento aos Pioneiros de Brasília e dá outras providências; **PROJETO DE LEI Nº 1.390, DE 2004**, de autoria do Deputado Chico Floresta (PT) que "dispõe sobre a edificação do Memorial Candango, na Região Administrativa da Candangolândia - RA XIX, e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CAF
Deputado - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. Encaminhado pelo SACP em 23.11. Informação Sistema Legis em 29.11.05.

ITEM 24: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.887, DE 2002**, de autoria do Deputado José Edmar (PRONA), que "dá nova classificação ao Parque Ecológico e Vivencial da Ponte Alta do Gama, criado pela Lei nº 1.202, de 20 de setembro de 1996".

Relatores: Deputada Arlete Sampaio (PT) - CAF
Deputada Anilceia Machado (PMDB) - CCJ

APROVADO NA CAF na forma do Substitutivo apresentado pela Relatora em 10.11.04. Votação pelo processo nominal *QUORUM:* maioria absoluta– LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO. FALTA PARECER DA CCJ**

ITEM 25: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 161, DE 2003**, de autoria do Deputado José Edmar (PRONA), que "dispõe sobre o Sistema de Transporte Público Alternativo para deficientes e dá outras providências", **em tramitação conjunta** com o **PROJETO DE LEI Nº 1.180, DE 2004**, de autoria do Deputado Pedro Passos que "institui o serviço auxílio móvel, destinado ao atendimento de portadores de deficiência física locomotora no âmbito do Distrito Federaf, e dá outras providências",

Relatores:	Deputado Jorge Cauhy (PMDB)	- CAS
	Deputado Odilon Aires (PMDB)	- CEOF
	Deputado Expedito Bandeira (PRP)	- CCJ

APROVADO NA CAS em 06.04.04. Em 03.05.04 acatando o Requerimento nº 1.1144/04, decidiu a Mesa Diretora através da Portaria 192/04 a tramitação conjunta das proposições. Retorna à CAS para emitir parecer sobre as matérias apensadas. Em seguida, à CEOF e CCJ. *QUORUM:* maioria simples – LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CEOF em 1.05.04. **FALTAM PARECERES DA CEOF eCCJ**

ITEM 26: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 400, DE 2003**, de autoria do Deputado José Edmar (PRONA), que "dispõe sobre a criação de 'Guardas-Mirins' e dá outras providências".

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu (PT)	- CAS
	Deputado Odilon Aires (PMDB)	- CEOF
	Deputado Expedito Bandeira (PRP)	- CCJ

APROVADO COM PARECERES FAVORÁVEIS NA CAS, CEOF (com uma emenda) e na CCJ (com uma emenda). A CAS e a CEOF deverão se manifestar sobre a emenda da CCJ. *QUORUM:* maioria simples – LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAS em 28.11.03. **FALTAM PARECERES DA CAS e CEOF SOBRE A EMENDA DA CCJ**

PROPOSIÇÕES SEM PARECERES. AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE EM PLENÁRIO.

ITEM 27: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.617, DE 2004**, de autoria dos Deputados Chico Floresta e Paulo Tadeu, que "institui o Estatuto da Igualdade Racial do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relatores:	Deputado Leonardo Prudente	- CDC
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 28: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.166, DE 2004**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi, que "altera a Lei nº 992, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre parcelamento de solo para fins urbanos e dá outras providências".

Relatores: Deputado (a) - CAF
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 23.11. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 29: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.768, DE 2005**, de autoria da Deputado Paulo Tadeu, que "cria o programa de frentes de trabalho no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAS para emitir parecer, em 28.03.05. Informação Sistema Legis em 28.11.

ITEM 30: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.049, DE 2005**, de autoria dos Deputados Wilson Lima, e José Edmar que "altera a Lei nº 407, de 07 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a prestação de serviço de transporte público coletivo por transportadores autônomos e empresas no Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado (a) - CEOF
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 29.11. Informação Sistema Legis em 25.11.05

ITEM 31: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.929, DE 2004**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi, que "fixa os critérios para a regularização aos atuais ocupantes dos lotes dos programas habitacionais do Distrito Federal".

Relatores: Deputada Anilceia Machado - CAF
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAF para emitir parecer em 09.06.05. A CAF designou relatora e encaminhou ao seu gabinete em 14.09.05. **À ASSESSORIA DE PLENÁRIO EM 29.11.05.** Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 32: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.959, DE 2005**, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "dispõe sobre o acompanhamento dos exames de direção veicular pelas auto-escolas, no âmbito do Distrito Federal".

Relatores:	Deputado (a)	- CES
	Deputado (a)	- CSEG
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**. Informação Sistema Legis em 25.11.05.

ITEM 33: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 3.073, DE 2002**, de autoria do Deputado Chico Floresta que "cria o programa de atendimento ao alcoólatra e dá outras providências", em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 377, DE 2003**, de autoria do Deputado Benício Tavares que "cria programa de atendimento ao alcoólatra e ao usuário de drogas e dá outras providências"; **PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2003**, de autoria do Deputado Brunelli, que "dispõe sobre o programa de clínicas populares de recuperação de dependentes químicos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências"; **PROJETO DE LEI Nº 712, DE 2003;** de autoria do deputado Pedro Passos que "dispõe sobre a criação do 'programa permanente de combate ao alcoolismo', direcionado à criança e ao adolescente no âmbito do Distrito Federal" e **PROJETO DE LEI Nº 1.284, DE 2004**, de autoria do Deputado Leonardo Prudente que "cria o programa de atendimento ao alcoólico no Distrito Federal e dá outras providências'

Relatores:	Deputada Érika Kokay	- CES
	Deputado (a)	- CCJ

As proposições estão apensadas em razão da aprovação dos Requerimentos de nºs 201 e 558, de 2003; 1.211, 1.283 e 1.292, de 2004. **AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE** concluindo pelo oferecimento de substitutivo. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação do Sistema Legis em 29.11.05.

ITEM 34: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.035, DE 2005**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus, que "dispõe sobre a mudança na capa do carnê de IPTU/TLP e dá outras providências".

Relatores:	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CEOF para emitir parecer em 12.08.05. Não há designação relator. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 35: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.167, DE 2005**, de autoria dos Deputados Wilson Lima e José Edmar, que "dispõe sobre a criação do centro de excelência em estética e beleza de Brasília e dá outras providências".

Relatores:	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CAF
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 23.11. Informação Sistema Legis em 29.11.05

ITEM 36: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.524, DE 2004**, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "assegura o caráter público do terreno do clube de Unidade de Vizinhança da EQN 108/109, do Plano Piloto, em cumprimento da legislação de preservação da área tombada de Brasília, e dá outras providências".

Relatores:	Deputada Anilceia Machado	- CAF
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAF para emitir parecer em 29.09.04. Designada relatora em 27.05.05. **À ASSESSORIA DE PLENÁRIO EM 29.11.05.** Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 37: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.831, DE 2005**, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "dispõe sobre a inclusão da Via Sacra da Expansão do Setor Ó, em Ceilândia, no Calendário Oficial de Eventos do DistritoFederal".

Relatores:	Deputada Ivelise Longhi	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 38: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.100, DE 2005**, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "dispõe sobre a denominação de logradouros e prédios públicos localizados na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – RA VIII e dá outras providências".

Relatores:	Deputado José Edmar	- CAF
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação Sistema Legis em 29.11.05.

ITEM 39: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.964, DE 2005**, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "dispõe sobre a aplicação do art. 9º da Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001 à regularização das bancas de jornais e revistas instaladas no âmbito do Distrito Federal".

Relatores:	Deputada Anilceia Machado	- CAF
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAF em 15.08.05 para emitir de parecer. **À ASSESSORIA DE PLENÁRIO EM 29.11.05.** Informação Sistema Legis em 29.11.05.

ITEM 40: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.174, DE 2004**, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que 'dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências'.".

Relatores:	Deputado Wilson Lima (PRONA)	- CAF
	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

PROFERIDO O PARECER FAVORÁVEL DA CAF. AS DEMAIS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Designado relator em 23.04.05. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 41: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.966, DE 2005**, de autoria dos Deputados Expedito Bandeira e Fábio Barcellos, que "dispõe sobre a alteração da Lei nº 953, de 13 de novembro de 1995".

Relatores:	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

APRESENTADA 03 EMENDAS DE PLENÁRIO. .AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 42: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.898, DE 2005**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus, que "dispõe sobre a sinalização que especifica e dá outras providências".

Relatores:	Deputado João de Deus	- CSEG
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. Encaminhado pelo SACP à CSEG para emitir parecer em 20.06.05. Designação relator em 20.06.05. Não foi proferido parecer. Informação Sistema Legis em 23.11. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO** – Informação do Sistema Legis em 29.11.05.

ITEM 43: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.934, DE 2005**, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "cria a obrigatoriedade, pelas empresas e órgãos do Governo do Distrito Federal, de investir parte dos valores arrecadados como multas aplicadas a infrações nos sistemas, em projetos sociais".

Relatores:	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação Sistema Legis em 25.11.

ITEM 44: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.996, DE 2005**, de autoria da Deputado João de Deus, que "cria adicional pecuniário por sessão extraordinária e da outras providencias".

Relatores:	Deputado (a)	- MESA DIRETORA
	Deputado (a)	- CCJ

Encaminhado à MESA DIRETORA pelo SACP em 05.07.05 para emitir parecer. Informação Sistema Legis em 295.11

ITEM 45: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.111, DE 2005**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre a gratuidade para idosos e crianças carentes nos restaurantes comunitários do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 29.11. Informação Sistema Legis em 25.11.05

ITEM 46: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.707, DE 2001**, de autoria da Deputado João de Deus, que "institui o Programa de Enfrentamento da Obesidade Mórbida na rede de saúde pública do Distrito Federal e dá outras providências!, em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 320, DE 2003**, de autoria da Deputado Chico Floresta que "assegura a prestação de atendimento médico domiciliar a todas as pessoas portadoras de obesidade mórbida e dá outras providências" e **PROJETO DE LEI Nº 1.237, DE 2004**, de autoria da Deputado Benício Tavares que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de cirurgia bariátrica na rede pública de saúde do Distrito Federal, e dá outras providências ".

Relatores:	Deputada Arlete Sampaio	- CES
	Deputado (a)	- CCJ

Proposições tramitam em conjunto por decisão das Portarias/GMD nºs 581/03, de 19.012/03 e 400/04, de 09.09.04. **AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE.** Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Relatora designada em 21.0904. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 47: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.718, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos, que "dispõe sobre a criação do Pólo Cultural e Esportivo da Ceilândia - Ceilambódromo e dá outras providências".

Relatores: Deputada Eurides Brito - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação Sistema Legis em 25.11.

ITEM 48: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.678, DE 2004**, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "cria o projeto divulgação E incentivo à doação de sangue, nas escolas públicas do Distrito Federal".

Relatores: Deputada Érika Kokay - CES
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 49: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.195, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos, que "dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor no âmbito do Distrito Federal".

Relatores: Deputado (a) - CDC
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples

ITEM 50: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.880, DE 2005**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "institui, no Distrito Federal, o Sistema de Recarga Artificial de Aqüíferos e dá outras providências".

Relatores: Deputado (a) - CDESCTMAT
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CDESCTMAT para emitir parecer, em 22.06.05. Informação Sistema Legis em 28.11.

ITEM 51: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.794, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos, que "dispõe sobre a normatização dos condomínios horizontais no Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputada Anilceia Machado - CAF
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAF, para emitir parecer, em 27.05.05. Informação Sistema Legis em 29.11.

ITEM 52: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.193, DE 2004**, de autoria do Deputado Odilon Aires (PMDB), que "dispõe sobre a implantação de programa de treinamento e fuga de incêndio em prédios públicos do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores:	Deputado Agrício Braga (PFL)	- CESG
	Deputado (a)	- CEOF
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Informação Sistema Legis em 28.11.

ITEM 53: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.101, DE 2005**, de autoria da Deputada Anilceia Machado (PMDB), que "denomina o Complexo Viário da rodovia BR 040 com a rodovia DF 290 de José Dilermano Meirelles".

Relatores:	Deputado Chico Leite (PT)	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM:* maioria simples – LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CAS em 26.09.03. Designado relator em 07.11.05.

ITEM 54: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 502, DE 2003**, de autoria do Deputado Odilon Aires (PMDB), que "dispõe sobre o estágio de estudantes nos órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relatores:	Deputada Eurides Brito (PMDB)	- CES
	Deputado Benício Tavares (PMDB)	- CEOF
	Deputado	- CCJ

APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA CES. A CEOF E CCJ DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado à CESG para Relatar. Encontra-se.com Deputado Aguinaldo de Jesus desde 06.06.05. Informação Sistema Legis em 28.11.

ITEM 55: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 759, DE 2003,** de autoria da Deputada Érika Kokay (PT), que "dispõe sobre a instalação de sala para uso dos instrutores de auto-escolas, nas unidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran-DF".

Relatores:	Deputado Chico Floresta (PT)	- CESG
	Deputado	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Informação Sistema Legis em 28.11

ITEM 56: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 211, DE 2003**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT), que "dispõe sobre a forma de cobrança da Taxa de Limpeza Pública para os imóveis que especifica"

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu (PT)	- CEOF
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado a CEOF Informação Sistema Legis em 28.11

ITEM 57: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 1.873, DE 2005**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT), que "institui o Espaço Livre Ary Pára-Raios/Esquadrão da Vida na área que especifica e dá outras providências".

Relatores:	Deputada Ivelise Longhi (PMDB)	- CAS
	Deputado	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Apresentada uma emenda de Plenário. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Informação Sistema Legis em 28.11

ITEM 58: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.234, DE 2005**, de autoria do Deputado Expedito Bandeira (PMDB), que "altera a Lei nº 3.106 de 27 de dezembro de 2002 que 'aprova o Código Disciplinar Unificado do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal".

Relatores:	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Informação Sistema Legis em 28.11

ITEM 59: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.233, DE 2005**, de autoria do Deputado Augusto Carvalho (PPS), que "altera a Lei nº 1.169, de 24 de julho de 1996, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso VIII do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Relatores:	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Informação Sistema Legis em 28.11

ITEM 60: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.037, DE 2005**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus (PL), que "institui dia 11 de maio como o Dia do Empreendedorismo no Distrito Federal

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu (PT)	- CAS
	Deputado	- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM*: maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Informação Sistema Legis em 28.11

ITEM 61: Discussão e Votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.993, DE 2005**, (Mens. nº 166/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a atribuição de responsabilidade tributária, no âmbito do ICMS, em prestações de serviço de comunicação para a Caixa Econômica Federal".

Relatores: Deputado Leonardo Prudente (PFL) - CEOF
Deputado Brunelli (PFL) - CCJ

APROVADOS PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CEOF. Tramitação concluída. **APRESENTADAS 02 EMENDAS DE PLENÁRIO. AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE SOBRE AS EMENDAS.** Votação pelo processo simbólico – LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO. INFORMAÇÃO DO SISTEMA LEGIS em 24.11**

ITEM 62: Discussão e Votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.059, DE 2005**, (Mens. nº 249/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações na Leis nº 1.314, de 19 de dezembro de 1996, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal - PADES/DF e dá outras providências, nº 2.483, de 19 de novembro de 1999, que 'estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF', e nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que 'institui o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - PRÓ-DF II, com dispositivos complementados pela Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências".

Relatores: Deputado (a) Benício Tavares (PMDB) - CEOF
Deputada Anilcéia Machado (PMDB) - CCJ

APRESENTADA UMA EMENDA DE PLENÁRIO. As Comissões deverão se manifestar sobre o Projeto e a emenda. Processo de votação: nominal – *quorum:* 2/3. – LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 24.11. INFORMAÇÃO DO SISTEMA LEGIS.**

ITEM 63: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.116, DE 2005,** (Mens. nº 303/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "acrescenta o § 4º ao art. 79 da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS"

relatores: Deputado CEOF
Deputado Brunelli CCJ

APROVADO PARECER DA CCJ. APRESENTADA UMA EMENDA DE PLENÁRIO. Processo de votação: nominal – *quorum:* 2/3. LOCALIZAÇÃO: Na **ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 24.11.** Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 64: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 2005,** (Mens. nº 305/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI, e dá outras providências"

relatores: Deputado — CEOF
Deputada Anilceia Machado — CCJ

APROVADO PARECER DA CCJ, favorável em 22.11.05. **APRESENTADA UMA EMENDA DE PLENÁRIO.** Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Na **ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 24.11.** Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 65: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.118, DE 2005,** (Mens. nº 306/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, e dá outras providências"

relatores: Deputado — CEOF
Deputada Anilceia Machado — CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Nas Comissões em distribuição conjunta em 30.09.05. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Na **ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 24.11.** Informação do Sistema Legis em 25.11..

ITEM 66: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.123, DE 2005,** (Mens. nº /05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "concede redução de base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS' - incidente na prestação de serviços que especifica."

relatores: Deputado — CEOF
Deputado — CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Nas Comissões em distribuição conjunta em 06.10.05. Foi apresentada uma emenda de autoria do Deputado Augusto Carvalho. Processo de votação: nominal – *quorum:* 2/3. LOCALIZAÇÃO: Na CCJ com o relator desde 07.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 67: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.191, DE 2005**, de autoria do Poder Executivo, que "altera a redação do parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 1.030, de 06 de março de 1996 e dá outras providências".

Relatores: Deputado
- CEOF
- CAS
- CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 68: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.248, DE 2005,** (Mens. Nº 376/05 - GAG) de autoria do Poder Executivo, que "revoga a Lei nº 2.513, de 30 de dezembro de 1999".

Relatores: Deputado - CCJ

A COMISSÃO DEVERÁ MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 69: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.247, DE 2005,** (Mens. Nº 374/05 - GAG) de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão do Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – incidente nas operações com medicamentos destinados ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS, que especifica."

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de votação: nominal – *quorum:2/3*. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 70: Discussão e votação, em turno único, do Processo nº 62, de 2005, que deverá ser transformado no parecer da CEOF em **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS na importação do exterior, efetuada pela Companhia di Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF, ou por conta e ordem de equipamentos ferroviários que especifica e dá outras providências ".

Relatores: Deputado - CEOF

A COMISSÃO DEVERÁ MANIFESTAR-SE. Processo de votação: nominal – *quorum:* 2/3.

ITEM 71: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.254, DE 2005,** (Mens. Nº 385/05 - GAG) de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 190.005.976,00 (cento e noventa milhões, cinco mil e novecentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento".

Relatores: Deputado - CEOF

A COMISSÃO DEVERÁ MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 76: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.189, DE 2005**, de autoria do Poder Executivo, que "inserir quadro demonstrativo no anexo de metas e projeções fiscais constante do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, Lei nº 3.653, de 10 de agosto de 2005, e dá outra providências".

Relatores: Deputado - CEOF

A COMISSÃO DEVERÁ MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 77: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.190, DE 2005**, de autoria do Poder Executivo, que "inserir quadro demonstrativo no anexo de metas e projeções fiscais constante do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005, Lei nº 3.441, de 15 de setembro de 2004, e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF

A COMISSÃO DEVERÁ MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 78: Discussão, em 1º turno, e Votação do **PROJETO DE LEI Nº 2.228, DE 2005**, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a autorização para que o Governo do Distrito Federal possa contratar empréstimo interno junto ao Banco do Brasil S/A e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF

A COMISSÃO DEVERÁ MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria absoluta. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à ASSESSORIA DE PLENÁRIO em 25.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11. OBSERVAÇÃO: As alterações de uso devem ser efetivadas por lei específica (Lei Complementar há necessidade de transformação deste Projeto de Lei em Projeto de Lei Complementar)

ITEM 79: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.887, DE 2005**, (Mens. nº 125/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal".

Relatores: Deputado Leonardo Prudente (PFL) - CEOF
Deputado Brunelli (PP) - CCJ

APRESENTADA UMA EMENDA DE AUTORIA DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL), 07 EMENDAS DE AUTORIA DA BANCADA DO PT E UMA EMENDA ADITIVA PELO PODER EXECUTIVO (Mens. 338/05-GA/DF). A CEOF deverá se manifestar sobre as 07 emendas da Bancada do PT e sobre a emenda do Poder Executivo A CCJ deverá manifestar-se sobre a proposição e as emendas. Sobresta a pauta a partir de 03.08.2005.Votação pelo processo simbólico – LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO. INFORMAÇÃO DO SISTEMA LEGIS em 24.11**

ITEM 72: Discussão e Votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.970, DE 2005**, (Mens. nº 157/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo, que "introduz alteração na Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango".

Relatores:	Deputada Eliana Pedrosa (PFL)	- CEOF
	Deputado Brunelli (PFL)	- CCJ

APRESENTADAS 02 EMENDAS DE PLENÁRIO. Aprovado parecer favorável ao Projeto na CCJ. A CCJ deverá se manifestar sobre as emendas. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas. Votação pelo processo simbólico – LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO. INFORMAÇÃO DO SISTEMA LEGIS em 24.11**

ITEM 73: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 2005,** (Mens. nº 161/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "define os parâmetros de uso e ocupação do solo de lotes do Trecho 04 do Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS da Região Administrativa Plano Piloto – RA I e dá outras providências"

relatores:	Deputado José Edmar	CAF
	Deputado	CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de votação: nominal – *quorum:* maioria absoluta. LOCALIZAÇÃO: Na CAF desde 16.09.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 74: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.139, DE 2005,** (Mens. nº 321/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "cria unidades de atendimento do adolescente em conflito com a lei e respectivos cargos comissionados, na estrutura da Secretaria de Estado de Ação Social"

relatores:	Deputado	CDDHCEDP
	Deputada Eurides Brito	CEOF
	Deputado Brunelli	CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 23.11. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 75: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.162, DE 2005,** (Mens. nº 331/05 – GAG),de autoria do Poder Executivo que "acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 3.383, de 02 de julho de 2004, que disciplina a concessão de incentivos tarifários a grandes consumidores industriais de água, e dá outras providências"

relatores:	Deputado	CEOF
	Deputado Brunelli	CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Nas Comissões em distribuição conjunta em 09.11.05. Processo de votação: nominal e *quorum:* maioria absoluta. LOCALIZAÇÃO: Na CCJ designado relator em 17.11.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 80: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.864, DE 2005,** (Mens. nº 112/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que ".autoriza o Distrito Federal a alienar e/ou dar em pagamento os imóveis de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB/DF, em processo de extinção, localizados na Cidade Ocidental-Go, e dá outras providências."

relatores:	Deputada Ivelise Longhi	CAF
	Deputado	CEOF
	Deputado	CCJ

APROVADO PARECER DA CAF favorável à proposição. **AS DEMAIS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE** – Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: O SACP encaminhou à CEOF em 01.09.05 para analisar e emitir parecer. Sem parecer. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 81: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.239, DE 2005,** (Mens. nº 112/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "cria unidades de que especifica e dá outras providências".

relatores:	Deputada	CEOF
	Deputado	CAS
	Deputado	CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE – Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: ASSESSORIA DE PLENARIO Sem parecer. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 82: Discussão e Votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.985, DE 2005**, (Mens. nº 148/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo, que "cria a unidade que especifica e dá outras providências."

Relatores:	Deputado Eliana Pedrosa (PFL)	- CEOF
	Deputada Eurides Brito (PMDB)	- CAS
	Deputado Brunelli (PP)	- CCJ

Aprovado parecer favorável da CAS. A CCJ e CEOF deverão se manifestar sobre o Projeto. Sobresta a pauta a partir de 13.09.2005. Votação pelo processo simbólico – LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO. INFORMAÇÃO DO SISTEMA LEGIS em 24.11**

ITEM 83: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.752, DE 2005,** (Mens. nº 79/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "revoga a Lei nº 2.989, de 11 de junho de 2002, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001 e a Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal nas condições que menciona"

Relatores:	Deputado	CEOF
		CAS
		CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE – Processo de votação: simbólico – *quorum:* maioria simples. LOCALIZAÇÃO: Na CEOF desde 30.03.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

ITEM 84: Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 2.125 DE 2005,** (Mens. nº 313/05 – GAG), de autoria do Poder Executivo que "introduz alterações na Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores."

relatores:	Deputado	CEOF
	Deputado Brunelli	CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. Nas Comissões em distribuição conjunta em 06.10.05. Processo de votação: nominal – *quorum:* 2/3. LOCALIZAÇÃO: Na CEOF e CCJ com os relatores desde 11.10.05. Informação do Sistema Legis em 25.11.

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS COM TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. PRONTOS PARA VOTAÇÃO. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM:* maioria simples

ITEM 85: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2003**, de autoria do Deputado Roney Nemer que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Elmar Luiz Kolnegkan ".

Relatores:	Deputado José Edmar	- CAS
	Deputado Wilson Lima	- CCJ

APROVADO COM PARECERES FAVORÁVEIS. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 23.11. Encaminhado para inclusão em Ordem do Dia pelo Gabinete do Deputado Expedito Bandeira através do Memo nº 068/05, de 25.11.05.

ITEM 86: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2004**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT) que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza".

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu (PT)	- CAS
	Deputado Wilson Lima (PRONA)	- CCJ

APROVADO PARECERES DA CAS E CCJ, favorável à proposição.

ITEM 87: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2004**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT) que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Mário Volpi, oficial de projetos, no Brasil, do Fundo das Nações Unidas para os Direitos da Criança – UNICEF".

Relatores:	Deputado Augusto Carvalho (PPS)	- CAS
	Deputado Chico Vigilante (PT)	- CCJ

APROVADO PARECERES DA CAS E CCJ, favorável à proposição.

ITEM 88: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 307, DE 2004**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT) que "concede O Título de Cidadã Honorária de Brasília á Srª Maria da Guia Muniz de Souza".

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu (PT)	- CAS
	Deputado Chico Vigilante (PT)	- CCJ

APROVADO PARECERES DA CAS E CCJ, favorável à proposição.

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS COM PARECERES DA CCJ. FALTAM PARECERES DA CAS. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM:* maioria simples

ITEM 89: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 315, DE 2000**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à professora Anahir Pereira da Costa".

Relatores:	Deputado (a)	- CAS
	Deputado Alírio Neto	- CCJ

APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

ITEM 90: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2005**, de autoria do Deputado Roney Nemer que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Brasil Américo Louly Campos".

Relatores:	Deputado Leonardo Pruvvdente	- CAS
	Deputado Brunelli	- CCJ

APROVADO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 23.11. A CAS deverá manifestar. Encaminhado para inclusão em Ordem do Dia pelo Gabinete do Deputado Expedito Bandeira através do Memo nº 068/05, de 25.11.05.

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS COM PARECERES DA CAS. FALTAM PARECERES DA CCJ.

ITEM 91: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2005**, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Hevaldo Rabello Mendes".

Relatores:	Deputada Ivelise Longhi	- CAS
	Deputado Brunelli	- CCJ

APROVADO PARECER DA CAS, favorável à proposição Encaminhado para inclusão em Ordem do Dia pelo Gabinete do Deputado Agrício Braga através do Memo nº 056/05, de 22.11.05. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 92: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2005,** de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Major QOPN Robmilson Araújo de Lima".

Relatores:	Deputado Paulo Tadeu	- CAS
	Deputada Anilceia Machado	- CCJ

APROVADO PARECER DA CAS, favorável à proposição.

ITEM 93: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2005**, de autoria da Deputada Anilceia Machado que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Dra. Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes

Relatores:	Deputada Eurides Brito	- CAS
	Deputado Brunelli	- CCJ

APROVADOS PARECER DA CAS, favorável à proposição em 24.08.05. LOCALIZAÇÃO: encaminhado à CCJ em 01.09.05 pelo SACP para emitir parecer.

ITEM 94: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2005**, de autoria dos Deputados Chico Floresta e Fábio Barcellos que "concede o Título de Cidadã Honorário de Brasília à Embaixadora da Bélgica no Brasil, senhora Godelieve Van Den Bergh".

Relatores:	Deputado (a)	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

APROVADO NA CAS em 24.08.05. Encaminhado à CCJ em 01.09.05

ITEM 95: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2004**, de autoria da Deputada Eurides Brito que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília AO Senhor Carlos Luiz Barroso, Presidente da Federação Brasiliense de Voleibol".

Relatores:	Deputado Brunelli	- CAS
	Deputado (a)	- CCJ

APROVADO NA CAS em 24.09.04. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 96: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2004**, de autoria do Deputado João de Deus que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao 3º Sargento Lindomar de Oliveira Barreiros".

Relatores:	Deputado Jorge Cauhy	- CAS
	Deputado Brunelli	- CCJ

APROVADO NA CAS em 17.06.04. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CCJ em 22.06.04.

ITEM 97: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2004**, de autoria do Deputado João de Deus que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao soldado Célio Souza de Oliveira Eldinei Ruas Rocha".

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CAS
Deputada Anilceia Machado - CCJ

APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA CAS. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP em 15.09.11.

ITEM 98: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Edmilson Andrade Nascimento".

Relatores: Deputada Eurides Brito - CAS
Deputado Wilson Lima - CCJ

APROVADO NA CAS em 24.08.05. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CCJ em 30.08.05.

ITEM 99: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Mário Gilberto de Oliveira.".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

APROVADO NA CAS em 24.08.05. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CCJ em 30.08.05.

ITEM 100: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2005**, de autoria do Deputado Odilon Aires (PMDB) que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília, ao senhor Raimundo Dantas dos Santos"

Relatores: Deputada Eurides Brito (PMDB) - CAS
Deputado (a) - CCJ

APROVADO PARECER DA CAS na reunião de 28.11.05. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado à CAS em 04.08.05. A CCJ deverá manifestar.

ITEM 101: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2004**, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Eliana Pedrosa (PFL), que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Alberto Salvatore Giovanni Vilardo".

Relatores: Deputado Jorge Cauhy (PMDB) - CAS
Deputado Chico Vigilante (PT) - CCJ

APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA CAS em 07.0.04. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP à CCJ em 22.06.04.

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS SEM PARECERES DA CAS E DA CCJ. Processo de Votação: simbólico. *QUORUM:* maioria simples

ITEM 102: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 505, DE 2005**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Roosevelt Dias Beltrão".

Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CAS
Deputado Brunelli - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11

ITEM 103: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 515, DE 2005**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Doutor Ariovaldo Augusto Laranja".

Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CAS
Deputado Brunelli - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11

ITEM 104: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2005**, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Márcio Thomaz Bastos".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 105: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2005**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Gerardo Carneiro de Aguiar".

Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 106: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2005**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Nélia Maurício Pires Lopes Vieira".

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11

ITEM 107: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 517, DE 2005**, de autoria dos Deputados Expedito Bandeira e Eliana Pedrosa que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Nauro Jorge Esteves".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Lido em 24.11.

ITEM 108: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2005**, de autoria da Deputada Maria da Guia que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor à professora Ana Maria Ferreira Melo".

Relatores: Deputada Eurides Brito - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 109: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2005**, de autoria da Deputada Maria da Guia que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor à Sra. Maria Lourdes de Melo Coelho".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 110: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2005**, de autoria da Deputada Maria da Guia que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Arcebisbo de Brasília Dom João Braz Aviz".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 111: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 2005**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Rita de Cássia Oliveira Drumon Albuquerque".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE EM PARECER.

ITEM 112: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2005**, de autoria da Deputada Anilceia Machado (PDT) que "concede o Título de Cidadão Benemérito ao Senhor Adalberto Bezerra - Cabo do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CAS
Deputado Brunelli - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 113: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2005**, de autoria da Deputada Arlete Sampaio que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Professora Maria Holanda Lopes Carvalho.".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.** Encaminhado pelo SACP em 25.11.

ITEM 114: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2005**, de autoria da Deputada Eurides Brito que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Balbina de Morais Vieira".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**

ITEM 115: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2005**, de autoria da Deputada Eurides Brito que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Romeiro de Melo".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO:

ITEM 116: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2005**, de autoria da Deputada Eurides Brito que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria da Guia Melo".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DE PLENÁRIO.**

ITEM 117: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2004**, de autoria do Deputado João de Deus que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao soldado Márcio Marcelo Brito Machado.".

Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: Encaminhado pelo SACP em 09.03.04.

ITEM 118: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 542, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Ricarda da Silva".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE

ITEM 119: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 541, DE 2005**, de autoria do Deputado Pedro Passos que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília ao Senhor Benjamin Antônio Cappellesso".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE. ASSESSORIA DO PLENÁRIO.

ITEM 120: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2005**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi (PMDB), que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Ísis Maria Quezado Soares Magalhães".

Relatores: Deputado Paulo Tadeu (PT) - CAS
Deputada Anilceia Machado (PMDB) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: CAS.

ITEM 121: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 516, DE 2005**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi (PMDB), que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Doutor José Carlos Daher".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: CAS.

ITEM 122: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 518, DE 2005**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi (PMDB), que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Eliphas Levi Facez Maia".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: CAS.

ITEM 123: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 543, DE 2005**, de autoria da Deputada Ivelise Longhi (PMDB), que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Gomes Pinheiro Neto".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**

ITEM 124: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2005**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus (PL), que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília a Senhora Nilza Luiza dos Santos".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**

ITEM 125: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2005**, de autoria do Deputado Fábio Barcellos (PFL) que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Abdon Soares de Miranda Junior".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.** Indicação do Deputado Aguinaldo de Jesus, conforme Memo nº 091/2005 - GAB 14.

ITEM 126: Discussão, em turno único, e Votação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2005**, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT) que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Jorge Eduardo Levi Mattoso".

Relatores: Deputado (a) - CAS
Deputado (a) - CCJ

AS COMISSÕES DEVERÃO MANIFESTAR-SE em parecer. LOCALIZAÇÃO: **ASSESSORIA DO PLENÁRIO.**

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CEOF, CAS e CCJ.

Em, 07 / 12 / 05.

LIDO
Em 07 / 12 / 05
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
Nº 353/2005- GAG

Chefe da Assessoria de Plenário

Brasília, 23 de novembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a essa insigne Casa Legislativa para apresentar Mensagem aditiva à mensagem nº 148/2005-GAG, referente ao Projeto de Lei nº 1.985/2005, que trata da criação de Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização.

Em consonância com o disposto no art. 71, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a matéria ora tratada é de iniciativa privativa do Poder Executivo, ensejando, assim, a presente mensagem aditiva que tem por objetivo solicitar a substituição do projeto em referência pelo incluso a esta, em face da proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa decorrente de entendimentos com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido da criação de duas unidades de manutenção de pessoal originário de empresas em processo de extinção ou em fase de reorganização.

Na oportunidade, faço anexar planilha de custos, em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, registrando, que as despesas decorrentes correrão à conta de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Por derradeiro, solicito seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Nesses termos, renovo a Vossa Excelência e aos nobres Deputados, protestos do mais elevado respeito e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília - DF

REGIME DE URGÊNCIA

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 01 a 17

ANEXO À MENSAGEM Nº 353/2005-GAG

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS
(em consonância com a LRF)

CRIAÇÃO DE UNIDADES DE MANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EXTINTAS, E EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO OU REORGANIZAÇÃO

EXERCÍCIO	VALOR R$
2005	93.826,40
2006	140.739,60
2007	140.739,60

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 02 RITA

PROJETO DE LEI Nº **PL 2239/2005**

Cria unidades de que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão administrativa e na Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§ 1º Para composição das unidades a que se refere o caput ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2º As empresas referidas no caput deste artigo são:

I- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;
II- Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;
III- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e
IV- Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

§ 3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos das empresas a que se referem os incisos III e IV serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o caput poderão ser cedidos, na forma da Lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 03 RITA

Art. 4º Aos empregados que optaram pela adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, fica assegurado o pagamento da indenização devida.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no §1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 04 RITA

ANEXO I
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 05 RITA

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Privatização ou de Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 2239/05
Fls. N.º 06 RITA

Substitutivo SGA

MENSAGEM
Nº /2005-GAG Brasília, de de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a essa insigne Casa Legislativa para apresentar Mensagem aditiva à Mensagem nº 148/2005-GAG, referente ao Projeto de Lei nº 1.985/2005, que trata da criação de Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização.

Em consonância com o disposto no art. 71, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a matéria ora tratada é de iniciativa privativa do Poder Executivo, ensejando, assim, a presente mensagem aditiva que tem por objetivo solicitar a substituição do Projeto em referência pelo incluso a esta, em face da proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa decorrente de entendimentos com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido da criação de duas unidades de manutenção do pessoal originário de empresas extintas ou em face de reorganização.

Na oportunidade, faço anexar planilha de custos, em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, registrando, que as despesas decorrentes correrão à conta de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Por derradeiro, solicito seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Nesses termos, renovo a Vossa Excelência e aos nobres Deputados, protestos do mais elevado respeito e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília - DF

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.985/2005

Cria unidades de que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Extinção ou de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorais funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

§1º Para composição das unidades a que se refere o *caput* ficam criados os cargos em comissão constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§2º As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF;
II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB;
III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB; e
IV – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

§3º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes da Tabela de Empregos Permanentes das empresas de que tratam os incisos I e II ficam sob a administração da unidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os oriundos das empresas a que se referem os incisos III e IV serão administrados pela unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal.

Art. 2º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalho administrados pelas unidades de que trata o art. 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das respectivas empresas, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os empregados de que trata o *caput* poderão ser cedidos, na forma da lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as do emprego ocupado.

Art. 3º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no §1º do art. 1º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 8 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

ANEXO I

CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas Extintas ou em Processo de Extinção	DFG-13	01
Chefe do Núcleo de Cadastro e Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas Extintas ou em Processo de Extinção	DFG-10	01
Assistente	DFA-05	01

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção ou Reorganização	DFG-14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção ou Reorganização	DFG-10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção ou Reorganização	DFG-10	01
Assistente	DFA-08	01

MENSAGEM
Nº /2005-GAG Brasília, de de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a essa insigne Casa Legislativa para apresentar Mensagem aditiva à Mensagem nº 148/2005-GAG, referente ao Projeto de Lei nº 1.985/2005, que trata da criação de Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização.

Em consonância com o disposto no art. 71, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a matéria ora tratada é de iniciativa privativa do Poder Executivo, ensejando, assim, a presente mensagem aditiva que tem por objetivo solicitar a substituição do Projeto em referência pelo incluso a esta, em face da proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa decorrente de entendimentos com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido da criação de duas unidades de manutenção do pessoal originário de empresas extintas ou em face de reorganização.

Na oportunidade, faço anexar planilha de custos, em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, registrando, que as despesas decorrentes correrão à conta de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Por derradeiro, solicito seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Nesses termos, renovo a Vossa Excelência e aos nobres Deputados, protestos do mais elevado respeito e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília - DF

ANEXO Á MENSAGEM Nº /2005-GAG

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS REFERENTE À CRIAÇÃO DAS UNIDADES DEMANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EXTINTAS, EM PROCESSO DE EXTINÇÃO, PRIVATIZAÇÃO OU REORGANIZAÇÃO

EXERCÍCIO	VALOR R$
2005	23.314,16
2006	139.884,96
2007	155.388,88

DOCUMENTO Nº 01

12
154

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 12 dias do mês de Setembro do ano de 1997. reuniu- se a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF, presentes a Juíza do Trabalho Substituta, *ODÉLIA FRANÇA NOLETO* e os Srs. Juizes Classistas. que ao final assinam, para audiência relativa ao proc. 3ª JCJ nº 0977/97 entre partes:

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
REQUERIDO: SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA-STCB

Às 17:00 horas, aberta a audiência, foram de ordem da MM. Juíza Substituta, apregoadas as partes, que não compareceram. Formulada a proposta, e visando solver o conflito inter-subjetivo de interesse que qualifica a lide, pela Juíza do Trabalho Substituta, Odélia França Noleto e, após colhidos os votos dos Srs. Juízes Classistas representantes dos Empregados e Empregadores, pela Egrégia 3a Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília/DF, e após discutidos e examinados os autos, o Egrégio Colegiado proferiu a seguinte decisão:

1- DO RELATÓRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO propôs a presente Ação Civil Pública alicerçado na CF/88 e ainda nas Leis 7.347/85, Lei Complementar nº 75/93 , contra a empresa pública SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA-STCB, ambos qualificados na exordial alegando dentre outros argumentos de que às JCJ's têem competência material para apreciar a controvérsia, visto que inobstante estarem em jogo interesses difusos, o dissídio é de natureza individual e não de natureza coletiva e que tal entendimento já está hoje consagrado na doutrina e inclusive pelo Egrégio Tribunal Superior do Trabalho transcrevendo o teor ementário; que quanto à sua legitimidade para ajuizar a presente ação já existe posicionamento seja em sede legal ou jurisprudencial no sentido de atribuirem legitimidade aos membros do "*parquet*" em serem partes legítimas para o ajuizamento da presente ação. E no mérito , diz que já fora instaurado o Inquérito Civil Público, com o escopo de que a ré regularizasse espontaneamente a situação funcional dos seus servidores que ingressaram em seu quadro funcional sem a prévia exigência de concurso público de provas e de provas e de títulos para o acesso ao serviço público apartir da CF/88, mas que a mesma recusou a firmar o termo de ajuste de conduta em flagrante violação aos princípios de moralidade, legalidade e probidade administrativa e por fim requer, a concessão de liminar *"inaudita altera pars"* para que a ré se abstenha de efetuar a contratação de qualquer empregado sem a estrita observância do que dispõe o artigo 37, II, da CF/88 e ainda a obtenção em caráter definitivo da liminar requerida, bem como a anulação dos contratos de trabalho firmado com os trabalhadores constantes na relação anexa, admitidos após o dia 03/10/88, sob a égide da vigente Carta Magna, com efeito apartir de 150 dias após a prolação da decisão judicial anulatória, sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 50,00 por dia de descumprimento da determinação judicial, reversíveis ao Fundo de Amparo do Trabalhador-FAT, nos termos da legislação vigente. Expendeu outras considerações, transcreveu disposições legais e arestos pretorianos. Com a inicial vieram os documentos de fls. 24/99.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 03 [illegible] 2003
José Francisco [illegible] Silva
Chefe de Divisão Processual

160

O pedido de liminar fora indeferidos pelos fundamentos expostos na ata de fls. 101/102.

Citada, a ré contestou argüindo a preliminar de incompetência dessa Justiça Especializada, ilegitimidade ativa do Ministério Público e no mérito aduziu que no ano de 1996 realizou-se concurso público para provimento dos cargos de motorista e cobrador e que em razão do posicionamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal em que declarou nulos os contratos de trabalho firmados após novembro/92, já procedeu o desligamento de 311 trabalhadores, sendo que até dezembro do corrente ano serão desligados os 254 restantes e ainda aduz que o órgão fiscalizador das atividades de admissão e demissão e das contratações ilegais é de estrita competência do TCDF e não do Judiciário. Reconhece, ainda, que a cabe à Administração *"a priori"* decretar a invalidação de ofício dos seus anos inquinados de ilegais, independentemente de pronunciamento judicial, mas que a oportunidade e conveniência em desfazer o ato eivado de vício diante de evidentes prejuízos fica a seu talente e critério, ressaltando que a anulação pretendida pode acarretar prejuízo maior que é afetar o interesse de toda a população do Distrito Federal com relação ao transporte público e desta forma salienta que a manutenção do ato ilegal seja menos prejudicial ao interesse público do que a anulação, daí porque aduz que a convalidação é ato discricionário e somente cabe à administração verificar o que melhor atenda ao interesse público. Cita vários trechos doutrinários para amparar a sua tese e ao final impugna em peça separada o valor dado à causa e , requer a improcedência total da ação. Acompanharam a defesa os documentos de folhas 140/150, sobre os quais e a defesa o reclamante manifestou-se às folhas 151/155.

Matéria eminentemente jurídica disseram as partes não ter provas a produzir pelo que, sem outros elementos, encerrou-se a instrução.Razões finais orais.Impossível a conciliação.

Deu-se à causa o valor de R$ 30.000,00 (ata de fls. 156).

É, em síntese, apertada, o relatório.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 13/
José Francisco Cerqueira Silva
Chefe da Divisão Processual

DA FUNDAMENTAÇÃO:

2- PRELIMINARES

DA COMPETÊNCIA FUNCIONAL

Registra-se que este tema já foi motivo de grande celeuma junto aos Tribunais Superiores, surgindo aqueles que entendiam que por tratar de ação de natureza coletiva, em que se defendem interesses coletivos encarados à semelhança do Dissídio Coletivo , seria da Corte Superior a competência funcional para apreciar estas ações, restando hoje superada a polêmica tendo já manifestado o Egrégio TST, pela competência originária do Juízo de Primeiro Grau: ***" TST-ACP-154.931/94- Rel. Min. Ronaldo Lopes Leal, julgado em 24/09/96 pela SDI, onde entendeu esse colegiado ser de competência da JCJ a apreciação da ação (que havia sido nela ajuizada, com declinação posterior de competência para o TST).***

Robustece essa convicção o voto convergente de autoria do Ministro do TST Dr. José Luciano de Castilho Pereira proferido em Ação Civil Pública nº 154931/94.8: **" Inegavelmente, na Ação Civil Pública, a competência é do Juiz do 1º Grau... Qual a razão jurídica que conduz à conclusão de que se a Ação Civil Pública for movida contra a mesma CEF- na defesa de direitos trabalhistas- a ação deva ser ajuizada no TST? Não sei a resposta. Há o argumento de que, na Justiça do Trabalho, é o Tribunal quem tem competência para as ações Coletivas, sendo que se elas tem alcance nacional a competência é do TST. O argumento, "data venia", é falacioso. A competência nas ações coletivas no processo do trabalho está ligada à sentença normativa. Nessa hipótese, a Justiça do Trabalho tem o poder de criar a norma. Não é o caso da Ação Civil Pública, quando se aplica a norma preexistente. Logo, a competência, neste caso, seria da JCJ, onde a ação foi ajuizada. Em obra recente, João de Lima Teixeira Filho, doutrina que: " *A competência hierárquica para conhecer e julgar a ação civil pública é da Junta de Conciliação e Julgamento, como uma reclamação trabalhista comum In Instituições de Direito do Trabalho- com outros autores- Ed. LTR- 16ª edição. Vol. II Pág. 1302).*. Lembro, por último, que a aceitação da competência do TST acaba reforçando o argumento de alguns de que o processo do trabalho deva ter instância única."**

Em face das considerações acima colocadas e com a devida venia dos que pensam de forma diferente, o Colegiado dar-se por competente para instruir e julgar a presente Ação Civil Pública.

DA LEGITIMIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO PROPOSITURA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Diz a ré o que o MPT está perseguindo direito individual e não direito coletivo ou difuso, e desta forma a intenção de submeter-se ao certame público é decisão individual de cada pessoa.

Dentre os instrumentos processuais típicos de defesa de direitos transindividuais e indivisíveis merece destaque a conhecida "Ação Civil Pública". Criada pela Lei 7.347/85 e composta de um conjunto de mecanismos destinados a instrumentar demandas preventivas, cominatórias, reparatórias e cautelares de quaisquer direitos e interesses difusos e coletivos.

Nos últimos tempos avulta-se a importância das ações de tipo coletivo, especialmente a ação civil pública, pelo fato de ser o Ministério Público a instituição encarregada da tutela especial de relevantes interesses sociais e mesmo quando individuais, desde que indisponíveis (CF, art. 127). A Constituição Federal somente previu este tipo de ação para a defesa de interesses difusos e coletivos (CF art. 129,III). A figura dos interesses individuais homogêneos é introdução do Código de Defesa do Consumidor, que por seu turno, instituiu para defesa desses interesses a Ação Civil Coletiva, distinta da ação civil pública e exercitável também pelo Ministério Público. Assim na ACP há a defesa de direitos coletivos(caráter condenatório genérico e não diretamente ao trabalhador ou cominatório/imposição de obrigação de fazer ou não fazer) e na ACC defesa coletiva de direitos individuais (obtenção de reparação pelos danos sofridos individualmente pelos trabalhadores lesados em relações de consumo).

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 03 JUN 2003
José Francisco Caruso Silva
Chefe de Divisão Processual

No caso dos autos o direito que restou violado é transindividual difuso e coletivo, isto porque não podem ser satisfeitos senão em forma que afete um universo ou seja, a lesão tem alcance de forma mais ampla que o da simples soma de direitos individuais, como disse Caio Tácito, são aqueles direitos que "não têm dono certo", insuscetíveis de transmissão ou de apropriação individual, que é o direito de ingresso ao serviço público mediante concurso público visando um provimento jurisdicional de caráter genérico e abstrato, abrangente a toda uma categoria, tanto que a sentença terá eficácia e autoridade "erga omnes". Trata-se, pois, claramente de direito coletivo e difuso e para preservar a ordem jurídica o Ministério Público tem legitimidade de através deste instrumento coibir a sua ilegalidade.

Rejeita-se a preliminar, porquanto tratando-se de defesa de interesses coletivos e difusos a serem tutelados apenas pelo Ministério Público, não há como negar a sua legitimidade para propositura da presente demanda.

3-MÉRITO

ANULAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO MANTIDO ENTRE AS PARTES APÓS O ADVENTO DA CF/88 E REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO NO PRAZO MÍNIMO DE 150 DIAS

Em face do princípio da legalidade exteriorizado e erigido à patamar pela Constituição Federal de 1988, que proclama ser inarredável a exigência de concurso público de prova e de provas e títulos para o acesso ao cargo público, pretende o Ministério Público do Trabalho o reconhecimento da nulidade das contratações firmados com a ré e com os trabalhadores, após 05/10/88, sem que tivesse obedecido tal exigência.

A norma constitucional ao estabelecer de forma imperativa que o ingresso no serviço público, quer em cargos, quer em empregos, far-se-ia através de concurso público, grande celeuma foi provocada no seio jurídico .E instada a pronunciar sobre a matéria através das ações individuais propostas pelos empregados, a justiça obreira dividiu-se em dois posicionamentos básicos: um que reconheciam a prevalência do princípio protetivo do Direito do Trabalho e atribuia validade aos contratos celebrados sem a observância dos ditames constitucionais, deferindo o pagamento dos consectários legais; outro, em sentido diametralmente oposto, posicionando pela nulidade dos aludidos contratos e diante da impossibilidade do retorno das partes ao "*status quo antes*",já que o trabalhador não poderia ser reposta a energia despendida pela atividade laborativa e para evitar o enriquecimento ilícito do beneficiário da prestação laboral, apenas opinava pelo deferimento os dias trabalhados (saldo de salário),tese última que prevalece junto ao TST e que inclusive recentemente através de sua comissão de jurisprudência da SDI editou o precedente nº 85 " ***Contrato Nulo- Efeitos- Devido apenas o equivalente aos salários dos dias trabalhados- A contratação de servidor público, após a CF/88, sem prévia aprovação em concurso público encontra óbice no artigo 37, II, da CF/88, sendo nula de pleno direito, não gerando nenhum efeito trabalhista, salvo quanto ao pagamento do equivalente aos salários dos dias efetivamente trabalhados.*** "

Outra discussão que também aflorou sobre o tema referia-se em saber se estavam igualmente sujeitas a observância do disposto no artigo 37 inciso II da CF/88 as

sociedade de Economia Mista e Empresa Pública. A questão também, com o decorrer do tempo, foi traçada um perfil de exigibilidade de certame público, pela composição em sua maioria da Turmas que integram nosso C.TRT. Diante deste quadro em que a legislação e doutrina estabelecem de forma clara e absoluta pela nulidade do contrato de trabalho, e verificando que as irregularidades admissionais continuam existindo e visando moralizar a má- conduta administrativa em face do que dispõe o texto constitucional vigente, propõe o Ministério Público do Trabalho a presente medida com o escopo de sustar a prática de atos semelhantes, solicitando primeiramente a nulidade de mais de mil contratos de trabalho existentes junto á ré e que no prazo mínimo de 150 dias obtenha autorização governamental para realização de concurso público para que os atuais empregados possam disputar as vagas oferecidas no referido certame.

Quanto ao primeiro pedido, sem sombra de dúvida deve ser decretada a nulidade do pacto laboral mantido entre as partes em litigio, tomando-se como termo inicial 05/10/88 e, consequentemente insubsistente a relação de emprego. Nem há que se falar em nulidade com vigência após transcorridos cento e cinqüenta dias da prolação dessa decisão, haja vista a impossibilidade jurídica de convalidar-se o ato considerado nulo, não exigindo formalidades especiais e nem estipulação de prazo para a sua invalidação.

Quanto aos efeitos decorrentes da declaração de nulidade, e apenas para frisar o que restou decidido pelo C.TST, plenamente aplicável os judiciosos argumentos expedidos pelo mestre Hely Lopes Meirelles: " *Reconhecida e declarada a nulidade do ato pela administração ou pelo Judiciário, o pronunciamento de invalidade opera "ex tunc" desfazendo todos os vínculos entre as partes e obrigando-as à reposição das coisas ao status quo ante, como consequência natural e lógica da decisão anulatória.*" Entretanto, quanto aos efeitos retroativos o enfoque jurídico nesta justiça laboral se desemboca em outro caminho, não podendo ter o mesmo procedimento dispensado pelo direito comum. A opinião da lavra do notável Délio Maranhão vem em nosso socorro, in verbis: " *O direito não admite que alguém se possa enriquecer sem causa, em detrimento de outrem. Se o trabalho foi prestado, ainda que com base em um contrato nulo, o salário há de ser devido: o empregador obteve o proveito da prestação do empregado, que, sendo por natureza infungível, não pode ser restituído. Impõe-se por consequinte, o pagamento da contraprestação equivalente, isto é, do salário, para que não haja enriquecimento ilícito (Instituições de Direito do Trabalho- SP-LTR- 1991, págs. 243/249).*

Cabe-nos neste momento indagar se uma vez reconhecida a ilegalidade de tais contratações, teria esta Justiça Especializada legitimidade para emitir um juízo de mérito ao conceder a ré um prazo legal para realização do concurso público, sob pena de assim não se procedendo estar sujeita ao pagamento de multa diária em favor do Fundo de Assistência ao Trabalhador? O tema é delicado exigindo um estudo acurado sobre quais os atos administrativos que estão sujeitos ao controle do judiciário. Em sua maestria o saudoso Hely Lopes com muita sabedoria leciona: " *Os atos sujeitos a controle judicial comum são os administrativos em geral. Sua limitação é apenas quanto ao objeto do controle, que há de ser unicamente a legalidade, sendo-lhe vedado pronunciar sobre a conveniência, oportunidade ou eficiência do ato em exame, ou seja, sobre o mérito administrativo. O que o Judiciário não pode é ir além do exame da legalidade, para emitir um juízo de mérito sobre os atos da Administração.... porque se assim agisse, estaria emitindo pronunciamento de administração e não de*

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 03 JUN 2003
Francisco Carlos Silva
Chefe da Divisão Processual
TRT 10ª REGIÃO

jurisdição judicial. O mérito administrativo, relacionando-se com conveniências do governo ou com elementos técnicos, refoge do âmbito do Poder Judiciário, cuja missão é a de aferir a conformação do ato com a lei escrita.. Ao Poder Judiciário é permitido perquirir todos os aspectos de legitimidade, para descobrir e pronunciar a nulidade do ato administrativo onde ela se encontre, e seja qual for o artifício que a encubra. O que não se permite ao Judiciário é pronunciar-se sobre o mérito administrativo"

Trago à lume o judicioso conceito do que seja um ato discricionário que no conceito de Hely Lopes " *é o que o direito concede à Administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo*" (In Direito Administrativo Brasileiro, 16ª Edição, RT, 1989, pag. 97). E ainda continua descrevendo sobre o assunto: " *essa liberdade funda-se na consideração de que só o administrador, em contato com a realidade, está em condições de bem apreciar os motivos ocorrentes de oportunidade e conveniência da prática de certos ato.. Só os órgãos executivos é que estão, em muitos casos, em condições de sentir e decidir administrativamente o que convém e o que não convém ao interesse coletivo. Em tal hipótese, executa a lei vinculadamente quanto aos elementos que ela discrimina e discricionariamente quanto aos aspectos em que ela admite opção..*"

Em sintese, a ré está presa e sujeita aos termos da lei, que é a proibição de contratação de funcionários públicos sem o devido concurso público, entretanto não cabe ao Judiciário delimitar ou fixar prazo para que a que a obrigação seja adimplida num limite de termo, pois a realização de tal ato fica ao alvedrio da Administração Pública, em face dos aspectos dos atributos específicos e inerentes do mérito administrativo. A faculdade de anular os atos ilegais é ampla tanto para a Administração quanto para o Judiciário, mas o controle judicial desses atos é "unicamente" do exame da legalidade ou da lesividade ao patrimônio público.

Ainda coerentes com esse raciocinio é o pensamento da doutrina administrativa: " *Certo é que o Judiciário não poderá substituir a Administração em pronunciamentos que lhe são privativos, mas dizer se ela agiu com abservância da lei, dentro de sua competência, é função específica da Justiça Comum. Qualquer que seja a procedência, a natureza e o objeto do ato, desde que traga em si a possibilidade de lesão a direito individual ou ao patrimônio público, ficará sujeito à apreciação judicial, exatamente para que a Justiça diga se foi ou não praticado com fidelidade à Lei, e se ofendeu direitos do indivíduo ou interesses da coletividade..*" *(In livro Hely Lopes- Direito Administrativo).*

CONFERE COM O ORIGINAL
Em
José Francisco Caruso S
Chefe da Divisão Processual

Calham à hipótese a jurisprudência a seguir transcrita: " *Mandado de Segurança- Reexame do mérito pelo Poder Judiciário- A independência e autonomia dos poderes registram nítida distinção entre a instância judiciária e administrativa. O mérito do ato administrativo, entendido como juízo de oportunidade e conveniência, é próprio do administrador. Vedado ao Judiciário substituí-lo. Admissível, porém, analisar os fundamentos da decisão para concluir se a opção guarda respaldo jurídico. Dentre conclusões legalmente admissíveis, a Administração escolhe a que melhor atenda o interesse público. Resta ao judiciário julgar a conformidade do ato com o*

Direito. (STJ-2ª ROMS 0129/89- Rel. Min luiz Vicente Cernicchiaro- DJU 02.04.90)- PAG. 2453).

Daí porque restringindo a competência do Judiciário tão somente ao controle da legalidade , ou seja, verificar se o ato administrativo está ou não em conformação com a Lei é que este Colegiado reserva-se o direito de apenas decretar a nulidade de todos os contratos de trabalhos que estão em vigência após o advento da CF/88 , sem que para tanto houvesse submetido à exigência de concurso público . Quanto ao pedido de realização de concurso público solicitado pelo Ministério Público do Trabalho, no prazo por ele estipulado , rejeita-se por entender que esta atividade é discricionária, em conformidade com os argumentos acima esposados.

EX POSITIS, decide a egrégia 3ª JCJ de Brasília-DF, à unanimidade de votos julgar **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** para declarar nulo os contratos de trabalho firmados com a ré após a CF/88, sem a observância de concurso público com efeito imediato, e indeferir a concessão de um prazo legal para que a **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA-STCB** realize concurso público, tudo nos termos da fundamentação precedente que integra este dispositivo.

Custas processuais, pelo requerente, no importe de R$ 600,00 (Seiscentos Reais) calculadas sobre R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), valor arbitrado à condenação, que ora isenta de seu pagamento, nos termos da Lei.

Prestação Jurisdicional entregue, arts. 831/CLT e 463/CPC.

Desta decisão as partes estão cientes, nos termos do EN 197 C.TST.

Encerrou-se a audiência às 17:10 horas.

NADA MAIS

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 03 JUN
José Francisco Silva
Chefe da Divisão

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza do Trabalho-Substituta
No exercício da Presidência

Rep. Class. Empregados
Luis Mates Ribeiro
Juiz Classista Representante dos Empregados

Repr. Class. Empregador
Eduardo Flaescher
Juiz Classista Representant. dos Empregadores

Diretor da 3ª da JCJ
Washington Emiliano dos Santos
Diretor de Secretaria da Eq. 3ª JCJ - DF

DOCUMENTO Nº 03

ORD	MATRIC.	NOME	CARGO	NASCIMENTO	IDADE	DATA DE ADMISSÃO	ESTADO CIVIL	Nº DE DEPEN
1	00538957	ADONIS RIBEIRO GONCALVES	ECONOMISTA/DMTU II	05/07/1958	44	12/05/1989	CASADO	4
2	00538604	ADRIANA ALVES PRADO	ADVOGADO-DMTU II	11/02/1965	38	24/04/1989	DIVORCIADO	1
3	00549304	AIRTON JOSE DA SILVA	MOTORISTA	10/08/1963	39	13/11/1989	CASADO	3
4	00537063	ALAN FERREIRA SANTOS	AUX. DE SERV. GERAIS	09/11/1965	37	27/02/1989	CASADO	1
5	00554626	ALIETE BRAZ DE ARAUJO SILVA	ASSISTENTE ADM./DMTU II	21/11/1967	35	03/07/1992	DIVORCIADO	3
6	00549525	AMADOR MOREIRA DA SILVA	MOTORISTA	05/12/1957	45	23/11/1989	CASADO	6
7	00545945	ANTONIO CARDOSO GONCALVES	AUXILIAR DE MANUTENCAO	12/01/1951	52	09/09/1989	CASADO	0
8	00554650	ANTONIO PEREIRA DE MENDONCA	ASSISTENTE TECNICO/DMTU II	21/08/1950	52	22/07/1992	DESQUITADO	3
9	00536911	ANTONIO PINTO DA SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	02/03/1963	40	24/02/1989	DESQUITADO	1
10	00540382	ARLETE CANDIDA DE JESUS	COBRADOR	31/07/1961	41	01/08/1989	SOLTEIRO	1
11	00552941	CARLOS ALBERTO BISPO	COBRADOR	27/01/1957	46	23/08/1991	CASADO	1
12	00538418	CARLOS ALBERTO DA SILVA	TECNICO DE MANUTENCAO	31/05/1962	40	11/04/1989	CASADO	4
13	00554464	CARLOS ALBERTO MARTINS ROSA	PINTOR/DMTU	10/05/1953	49	11/02/1992	CASADO	0
14	00550078	CARLOS VICENTE RAMOS GOMES	ENGENHEIRO/DMTU II	12/04/1951	51	22/06/1990	CASADO	1
15	00536059	CELIA FRANCA CAVALCANTE	TEC. NIVEL SUPERIOR/DMTU I	07/06/1967	35	30/01/1989	SOLTEIRO	0
16	00550655	CHRISTIANNE DE S VASCONCELOS	ASSISTENTE ADM./DMTU II	12/02/1973	30	01/04/1991	SOLTEIRO	0
17	0054695X	CLAUDIA MARIA DE SOUSA	COBRADOR	11/07/1971	31	16/09/1989	SOLTEIRO	2
18	00537624	DIVALDA REZENDE	AUX. DE SERV. GERAIS	27/04/1946	56	03/03/1989	SOLTEIRO	0
19	00543306	DIVINO EUSTAQUIO DOS SANTOS	AUXILIAR DE MANUTENCAO	28/02/1969	34	14/08/1989	MARITAL	2
20	00554499	DOMINGOS FELIPE DIONIZIO	ELETRICISTA/DMTU	16/12/1954	48	17/02/1992	CASADO	2
21	00554391	EDIVANDO JEORGEO O. NEVES	ASSISTENTE ADM./DMTU II	11/12/1971	31	10/01/1992	SOLTEIRO	0
22	00546715	EDSON BRAGA DE QUEIROZ	OPERADOR DE VHF	24/08/1970	32	20/10/1989	CASADO	2
23	00539880	EDVALDO PEREIRA	AUX. DE SERV. GERAIS	05/05/1965	37	11/07/1989	SOLTEIRO	2
24	00551805	ELAINE FREITAS A DOS SANTOS	ARQUITETO/DMTU	08/07/1956	46	31/05/1991	CASADO	2
25	00543047	ELIANE CARNEIRO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	23/02/1961	42	14/08/1989	SOLTEIRO	0
26	00536687	ELINETE MARIA DA S.SANTOS	AUX. DE SERV. GERAIS	06/03/1952	51	24/02/1989	DESQUITADO	2
27	00554588	ELIO MOULIN	ADVOGADO-DMTU II	07/07/1931	71	29/06/1992	CASADO	0
28	00554960	ELOIZA HELENA F DE QUEIROZ	ASSISTENTE TECNICO/DMTU I	21/10/1948	54	05/10/1992	SOLTEIRO	2
29	00537993	ELVA RAMOS LAURINDO	AUX. DE SERV. GERAIS	24/12/1964	38	16/03/1989	SOLTEIRO	3
30	00540811	ENOCK CEDRO SAMPAIO	MOTORISTA	05/08/1931	71	03/08/1989	DESQUITADO	0
31	00550434	EZEQUIAS MARQUES BOAVENTURA	MEDICO	28/07/1955	47	31/12/1990	CASADO	2
32	00540056	FATIMA PORTO JORGE MEDEIROS SANTOS	TEC. NIVEL SUPERIOR/DMTU I	17/11/1955	47	21/07/1989	CASADO	0
33	00536075	FATIMA ROSA M C LAMBERT	ASSISTENTE TECNICO/DMTU II	03/11/1957	45	01/02/1989	CASADO	10
34	00551244	FRANCISCO DAS CHAGAS F SALES	OPERADOR DE TACOGRAFIA	12/08/1969	33	23/05/1991	CASADO	2
35	00536741	FRANCISCO DE ASSIS M PEREIRA	AUXILIAR DE MANUTENCAO	13/08/1966	36	24/02/1989	SOLTEIRO	5
36	00551368	FRANCISCO JOSE C DA SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	01/12/1966	36	23/05/1991	SOLTEIRO	0
37	00545457	GERALDO FERREIRA LEITE	MOTORISTA	19/01/1959	44	06/09/1989	CASADO	4
38	00551864	GILBERTO BARBOSA DE ARAUJO	TECNICO DE MANUTENCAO	10/12/1950	52	05/06/1991	CASADO	2
39	00545732	GILBERTO CARDOSO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	13/07/1971	31	09/09/1989	SOLTEIRO	0
40	00550590	GIOVANNA ALVES BITTENCOURT	ASSISTENTE ADM./DMTU II	04/12/1968	34	01/04/1991	SOLTEIRO	0

ORD	MATRIC.	N:.	CARGO	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	DATA DE ADMISSÃO	ESTADO CIVIL	N DE DEPE
41	00536385	IRACEMA SOUTO MAIOR GOMES	AUX. DE SERV. GERAIS	10/01/1950	53	22/02/1989	CASADO	0
42	00554839	ISANEIDE PEREIRA DE ARAUJO	AUX. DE SERV. GERAIS/DMTU	11/10/1969	33	15/09/1992	SOLTEIRO	3
43	00536679	ISAULINA BARBOSA NETO	AUX. DE SERV. GERAIS	10/04/1957	45	24/02/1989	SOLTEIRO	2
44	00551708	IVALDO ALVES LEITE	AUX. DE SERV. GERAIS	09/06/1968	34	31/05/1991	SOLTEIRO	0
45	00550574	JANILCE RAPOSO OLIVEIRA	ASSISTENTE ADM./DMTU II	10/06/1968	34	25/03/1991	SOLTEIRO	0
46	0055054X	JANUARIO ELCIO LOURENCO	ENGENHEIRO/DMTU II	10/11/1942	60	08/03/1991	DESQUITADO	0
47	00551317	JOAO BATISTA DOS SANTOS	AUX. DE SERV. GERAIS	14/10/1965	37	23/05/1991	SOLTEIRO	0
48	00551619	JOSE ANTONIO CARAMORI BORGES	ENGENHEIRO	02/03/1941	62	20/05/1991	SOLTEIRO	2
49	00543365	JOSÉ ANTONIO RIBEIRO	MOTORISTA	27/02/1958	45	14/08/1989	CASADO	1
50	00537268	JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA	AUX. DE SERV. GERAIS	16/10/1965	37	28/02/1989	SOLTEIRO	3
51	00552429	JOSE CARLOS RODRIGUES	ASSIST. ADMNIST./DMTU I	26/08/1967	35	16/07/1991	SOLTEIRO	0
52	00548251	JOSE CLAUDIO DA SILVA PAULINO	AUXILIAR DE MANUTENCAO	21/09/1968	34	16/10/1989	CASADO	3
53	00554634	JOSE FERNANDES DE DEUS FILHO	ASSISTENTE ADM./DMTU II	07/08/1966	36	06/07/1992	CASADO	2
54	0053711X	JOSE MACIEL LIMA	AUX. DE SERV. GERAIS	24/08/1960	42	27/02/1989	SOLTEIRO	0
55	00552011	JOSE RIBEIRO CARNEIRO NETO	TEC.NIVEL SUPERIOR II	19/11/1945	57	01/06/1991	CASADO	1
56	00549460	JOSE ROSA DE JESUS	MOTORISTA	12/08/1955	47	23/11/1989	DESQUITADO	1
57	00550604	JOSELITA GOMES COELHO	ASSISTENTE ADM./DMTU II	04/08/1963	39	01/04/1991	SOLTEIRO	0
58	00553670	JUDIVAN ALVES CARNAUBA	AUX. DE SERV. GERAIS	03/07/1971	31	03/10/1991	CASADO	3
59	00554294	JULIANA ROSALIA G GONCALVES	GEOGRAFO/DMTU I	14/11/1968	34	02/01/1992	CASADO	1
60	00535494	JULIO CHAGAS DA ANUNCIACAO	TECNICO DE MANUTENCAO	19/04/1954	48	01/12/1988	CASADO	4
61	00554340	LENISE APARECIDA PONTES DA COSTA GOMES	PSICOLOGO/DMTU	24/03/1960	43	02/01/1992	DIVORCIADO	2
62	00551201	LEVI FERREIRA DE CAMARGO	AUX. DE SERV. GERAIS	20/12/1959	43	21/05/1991	SOLTEIRO	0
63	0053787X	LUCINEIDE SILVA COSTA	AUX. DE SERV. GERAIS	26/01/1963	40	13/03/1989	SOLTEIRO	3
64	0055426X	LUIZ CARLOS DE SOUZA N PEREIRA	ENGENHEIRO/DMTU II	05/02/1952	51	02/01/1992	CASADO	2
65	00554359	LUMAR GOTTI	ENGENHEIRO/DMTU I	23/07/1948	54	02/01/1992	CASADO	0
66	00555010	MADALENA HADDAD	ASSISTENTE ADM./DMTU II	01/12/1946	56	07/10/1992	SOLTEIRO	0
67	00535648	MANOEL DE LIMA BARBOSA	AUXILIAR DE MANUTENCAO	29/08/1958	44	16/12/1988	SOLTEIRO	0
68	00554081	MARCELO MESQUITA DE FREITAS	AUX. DE SERV. GERAIS	27/01/1969	34	29/10/1991	CASADO	1
69	00550663	MARCIO NEVES RAPOSO	ASSISTENTE TECNICO/DMTU I	03/06/1957	45	01/04/1991	DIVORCIADO	1
70	00555029	MARCO ANTONIO DE SOUZA GONCALO	ASSISTENTE ADM./DMTU II	13/01/1973	30	08/10/1992	CASADO	1
71	00550647	MARIA AUXILIADORA MENDONCA PAULINO OLIV	ASSISTENTE TECNICO/DMTU II	30/04/1964	38	01/04/1991	CASADO	2
72	00554685	MARIA CELIA SOARES	COBRADOR	16/02/1966	37	31/08/1992	SOLTEIRO	0
73	00550620	MARIA CLAUDIA JORDAO E . DE PONTES	TEC. NIVEL SUPERIOR/DMTU I	03/01/1965	38	01/04/1991	CASADO	2
74	00537160	MARIA DA CONCEICAO F SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	28/05/1956	46	27/02/1989	SOLTEIRO	1
75	00545155	MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	25/07/1955	47	01/09/1989	SOLTEIRO	0
76	00536415	MARIA DAS MERCES R NETO SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	02/09/1950	52	22/02/1989	CASADO	0
77	00535885	MARIA DE FATIMA FERREIRA SILVA	ASSISTENTE TECNICO/DMTU I	16/03/1966	37	18/01/1989	SOLTEIRO	1
78	00537152	MARIA DO ROSARIO DE S CAMPOS	AUX. DE SERV. GERAIS	03/01/1955	48	27/02/1989	SOLTEIRO	1
79	00537004	MARIA DO SOCORRO SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	28/07/1950	52	24/02/1989	SOLTEIRO	1
80	00536903	MARIA HELENA DE JESUS	AUX. DE SERV. GERAIS	16/06/1952	50	24/02/1989	SOLTEIRO	1

ORD	MATRIC	NOME	ARGO	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	DATA DE ADMISSÃO	ADO CIVIL	D
81	0053708X	MARIA PEREIRA DA SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	03/05/1952	50	27/02/1989	SOLTEIRO	
82	00536865	MARIA ROSA CAMARGOS SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS	08/04/1952	50	24/02/1989	CASADO	
83	0053854X	MARTHA MARIA CIBELLA DE A LIMA	ANALISTA DE SISTEMAS	21/01/1965	38	20/04/1989	SOLTEIRO	
84	00550094	MARY BLANC DIAS BARBOSA	ARQUITETO/DMTU	07/01/1941	62	22/06/1990	SOLTEIRO	
85	0054955X	MILTON JOSE DE ABREU	MOTORISTA	04/03/1960	43	23/11/1989	SOLTEIRO	
86	0055121X	MONAMERIS MARQUES BORGES	ASSISTENTE TECNICO	09/03/1960	43	10/05/1991	SOLTEIRO	
87	00538035	NASCIMENTO RIBEIRO SOARES	AUXILIAR DE MANUTENCAO	25/12/1950	52	20/03/1989	CASADO	
88	00552054	NEREU DE MELO BERNARDINO	ADVOGADO	28/11/1940	62	09/05/1991	CASADO	
89	00550566	NORMA DE FATIMA ROCHA	ASSISTENTE ADM./DMTU II	07/11/1970	32	25/03/1991	CASADO	
90	00537594	RAIMUNDA PEREIRA DE OLIVEIRA	AUX.DE SERV. GERAIS	31/08/1948	54	03/03/1989	SOLTEIRO	
91	00554383	RAIMUNDO NONATO MACEDO REGO	SERRALHEIRO/DMTU	08/10/1957	45	10/01/1992	CASADO	
92	00554316	REGINA FERREIRA DA SILVA	ADVOGADO-DMTU I	23/05/1968	34	02/01/1992	SOLTEIRO	
93	00550523	RENATO ITAJAHY MALCOTTI	ASSISTENTE ADM./DMTU II	28/03/1972	31	20/02/1991	SOLTEIRO	
94	00554545	RICARDO SERGIO DE OLIVEIRA E SILVA	ENGENHEIRO/DMTU II	25/10/1952	50	19/05/1992	CASADO	
95	0054714X	ROMULO CORDEIRO DE MACEDO	FISCAL DE TRAFEGO	05/05/1970	32	18/09/1989	CASADO	
96	00539791	RONAN SEBASTIÃO DE ANDRADE	MOTORISTA	29/04/1969	33	10/07/1989	SOLTEIRO	
97	00540854	RONILDO SANTANA SOBRAL	FISCAL DE TRAFEGO	29/04/1969	33	03/08/1989	SOLTEIRO	
98	0055457X	RONY TERUEL SARAIVA	ASSISTENTE TECNICO/DMTU II	04/07/1941	61	29/06/1992	DIVORCIADO	
99	00545961	RUTH TAVARES DE SOUZA	COBRADOR	14/08/1966	36	11/09/1989	SOLTEIRO	
100	00550493	SANDRA LUCIA FURLAN RIBEIRO	ARQUITETO/DMTU	21/01/1963	40	01/02/1991	SOLTEIRO	
101	00536032	SEBASTIAO DE SOUZA RODRIGUES	AUXILIAR DE MANUTENCAO	20/01/1967	36	27/01/1989	CASADO	
102	00537977	SEBASTIAO PENA DE FARIA	AUXILIAR DE MANUTENCAO	18/05/1941	61	15/03/1989	CASADO	
103	00555045	SHIRLEIA JAIME VIEIRA ALVES	ASSISTENTE ADM./DMTU II	08/08/1972	30	09/10/1992	SOLTEIRO	
104	0053594X	SONIA CRISTINA DE SOUSA MELLO	ASSISTENTE ADM./DMTU II	23/08/1968	34	23/01/1989	DIVORCIADO	
105	00553050	SUELI COSTA LOPES	COBRADOR	12/10/1965	37	23/08/1991	SOLTEIRO	
106	00538183	VALDEVINA GREGORIO DE SOUZA	AUX. DE SERV. GERAIS	10/09/1950	52	30/03/1989	SOLTEIRO	
107	00550159	VALDILENE DE LOURDES P SILVA	ASSISTENTE ADM./DMTU II	15/11/1969	33	10/07/1990	SOLTEIRO	
108	00550612	VANESSA DAVID MELONI	TEC. NIVEL SUPERIOR/DMTU I	24/06/1968	34	01/04/1991	CASADO	
109	00536350	VANIA REGINA DE A GONCALVES	ASSISTENTE ADM./DMTU II	29/10/1970	32	21/02/1989	CASADO	
110	00551910	WILLIAN NEY ROSA DA SILVA	AUXILIAR DE MANUTENCAO	05/09/1970	32	06/06/1991	SOLTEIRO	
111	00549800	WYLIANE PEREIRA DE FARIA RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30/05/1969	33	18/12/1989	CASADO	
IDADE MÉDIA					41			

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 03 JUN 2010
José Francisco Ferreira Silva

DOCUMENTO Nº 04

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício
N.º 272 2003 - GAB/SGA

Brasília, 09 de abril de 2003.

Senhor Procurador,

Em resposta ao Procedimento Investigatório nº 0457/2002, e à Ata datada de 20 de março de 2003, em reunião realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região junto ao Ministério Público do Trabalho, presidida por Vossa Excelência, que concedeu o prazo de 30 (trinta) dias a esta Secretaria de Gestão Administrativa, para que na forma que julgasse conveniente, esclarecesse os aspectos legais acerca do fato, cabe-nos prestar os esclarecimentos a seguir:

O Governo do Distrito Federal elaborou no inicio do ano de 2000 uma profunda reestruturação administrativa, em face da necessidade de uma melhor adequação dos órgãos que compõem o seu complexo administrativo, mediante a eliminação de superposições de competências, redução de custos e extinção de órgãos que não fossem responsáveis pela execução de atividades próprias de Estado.

Diante dessa definição Governamental foi editado o Decreto nº 21.170, de 5 de maio de 2000, que dispôs sobre a reestruturação administrativa, trazendo no art. 12 a previsão legal para a extinção/privatização de algumas empresas, dentre elas a TCB.

Contudo, tendo em vista os elevados índices de desemprego no Distrito Federal e a carência de recursos humanos nos órgãos que compõem o complexo administrativo do GDF, o Governo decidiu pela preservação dos empregos dos órgãos e empresas em processo de privatização ou extinção.

Nesse sentido, foi publicada a Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, que criou no âmbito da Administração Direta Autárquica e Fundacional do Distrito Federal empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que atendidos aos seguintes pressupostos:

"I – ocupantes de empregos permanentes;

CONFERE COM O ORIGINAL
EM 03 JUN

Excelentíssimo Senhor
Doutor **JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO**
Procurador do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho 10ª Região
Brasília - DF

II – não tenham optado por integrar o Plano de Desligamento Voluntário – PDV;

III– admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;

IV – admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988."

Em cumprimento ao dispositivo legal acima o Distrito Federal editou o Decreto nº 22.322, de 13 de agosto de 2001, que dispôs sobre a inclusão dos empregos públicos remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília Ltda – TCB, na Tabela de Emprego do Distrito Federal, em extinção. Assim dos 1260 (um mil duzentos e sessenta) empregados foram aproveitados 1.056 (um mil e cinqüenta e seis) .

Os 204 (duzentos e quatro) empregados admitidos em data posterior a 05 de outubro de 1988 *não* foram aproveitados na Tabela de Emprego do Distrito Federal, tendo sido tão somente cedidos pela TCB aos diversos órgãos da administração Direta Autárquica e Fundacional, por força do Decreto nº 22.321, de 13 de agosto de 2001.

Posteriormente, a Lei n.º 2.681/01 foi alterada pelas Leis nº 2.890, de 23 de janeiro de 2002 e n.º 2.989, de 11 de junho de 2002, estabelecendo novo marco temporal para o aproveitamento dos empregados. Esta última Lei alterou o inciso III, da Lei n.º 2.681/01 quanto à data de admissão nos seguintes termos:

" I – ocupantes de empregos permanentes;

II – não tenham optado por integrar o Plano de Desligamento Voluntário;

III – **admitidos em data anterior a 3 de novembro de 1992;**

IV – admitidos por concurso público em data posterior a 3 de novembro de 1992. "

Diante da previsão legal acima referida foi editado o Decreto nº 23.082, de 4 de novembro de 2002, *que aproveitou apenas 145 (cento e quarenta e cinco)* dos 204 (duzentos e quatro) empregados admitidos posteriormente a 05.10.88, *sendo que desses 34 (trinta e quatro) estão aposentados por invalidez pelo INSS*, restando tão somente 111 (cento e onze) empregados aproveitados, os quais estão cedidos a diversos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal, conforme relação anexa.

Portanto em relação à coisa julgada nos autos da Ação Civil Pública 977/97, em trâmite na 3ª.Vara do Trabalho e, ainda, com suporte na Lei local n.º 2.989/02 *foram demitidos mais 59(cinqüenta e nove) empregados.*

Restaram, portanto, apenas *111 (cento e onze)* empregados da TCB admitidos no período entre 05.10.88 e 03.11.92.

Cumpre informar que a data acima – **03 de novembro de 1992,** foi estabelecida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal que ao apreciar o Processo nº 4099/91, editou as Decisões nº 2086/94, 7589/94, 10449/95 e 2231/96 e

recomendou às jurisdicionadas através do ***OF.GP n.º 013/92 – CIRCULAR, de 03 de novembro de 1992,*** que em seu item "c" estabeleceu: **"em decorrência do consignado nas alíneas precedentes qualquer nova contratação, sem concurso público, ou mesmo prorrogação, que porventura venha a ocorrer, a partir do conhecimento desta decisão, será considerada nula, arcando o responsável com as cominações legais."**

Outrossim, é de bom alvitre esclarecer que a Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília Ltda – TCB **já demitiu 1021 (um mil e vinte e um) empregados, conforme relação anexa, em cumprimento à Ação Civil Pública nº 977/97,** ajuizada por esse d. Ministério Público do Trabalho perante a 3ª. Vara do Trabalho, que postulou a anulação dos contratos de trabalho de centenas de trabalhadores contratados após a CF/88.

Os empregados aproveitados através do Decreto n.º 23.082, de 04 de novembro de 2002, contratados até 03 de novembro de 1992, no total em atividade de 111 (cento e onze), o foram, portanto, por força da Lei local 2989/02, de Decisão do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União e dos demais Tribunais de Contas Estaduais e do Distrito Federal.

Cabe-nos enfatizar que estes 111 (cento e onze) empregados, admitidos há mais de 10 (dez) anos, já prestaram serviços na TCB por mais de 1/3 de suas vidas profissionais, além de se cuidar de empregados com média de idade avançada, com família composta, inclusive, de vários dependentes. Levantamento desta Secretaria noticia a quantidade de 157 (cento e cinqüenta e sete) dependentes desse pequeno grupo de empregados. Em sendo também desligados, inobstante o substrato jurídico já mencionado, certamente terão grandes dificuldades de reinserção no mercado de trabalho. Aliado a estes problemas virão, aderentes, as questões sociais inerentes ao desemprego que abaterão naturalmente suas famílias.

Diante de todo o exposto e considerando também que além dos argumentos jurídicos, que amparam a situação dos 111 (cento e onze) empregados da TCB aproveitados pelo DISTRITO FEDERAL, existe a questão social de amparo a essas famílias é que se confia na manutenção dos mesmos na Tabela de Empregos do Distrito Federal.

Para tanto, é que conto com a compreensão desse digno órgão do Ministério Público do Trabalho no sentido de arquivar o procedimento investigatório n.º 0457/2002.

São estas as considerações cabíveis, oportunidade em que me coloco à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Segue anexa cópia da legislação referida.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 03 JUN 2003
p/ José Francisco Gomes Silva
Chefe da Divisão Pessoal
Mat. 00000000

Atenciosamente.

MARIA CECILIA S. S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

42

DOCUMENTO Nº 05

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI Nº 2681, DE 15 DE JANEIRO DE 2001

(AUTOR DO PROJETO: Poder Executivo)

Dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal nas condições que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei n° 5.452, de 01 de maio de 1943, e legislação correlata, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que:

I - ocupantes de emprego permanente;

II - não tenham optado por integrar Plano de Desligamento Voluntário;

III - admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;

IV - admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988.

Art. 2° Ficam criados, excepcionalmente, no âmbito do Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas, tabelas de pessoal, que serão integradas, exclusivamente, pelos empregos públicos criados e preenchidos de acordo com o disposto no art. 1°.

Art. 3° Os empregados beneficiados por esta Lei, somente terão seus contratos rescindidos por ato unilateral da Administração nas seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, entre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Lei do Trabalho - CLT;

II – acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;

III – necessidade de redução de pessoal, por excesso de despesas, na forma regulada no art. 169 da Constituição Federal;

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento disciplinar, em que se assegurem:

o direito a ampla defesa;

recurso à autoridade superior;

c) prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de trabalho, estabelecidos obrigatoriamente de acordo com as especificações das atividades exercidas.

Art. 4° Os empregos públicos de que trata esta Lei serão extintos à medida em que vagarem.

Art. 5° VETADO

Art. 6° A Secretaria de Gestão Administrativa promoverá, se necessário, programa de integração e treinamento específico dos empregados de que trata o artigo anterior, objetivando a eficácia de seu desempenho.

Art. 7° Para atender às peculiaridades de seu funcionamento, a Câmara Legislativa do Distrito Federal fica autorizada a fixar, por meio de Ato da Mesa Diretora, jornada de serviço extraordinário diversa da prevista no art. 74 da Lei Federal n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9° Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 19.01.2001

DOCUMENTO Nº 06

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI Nº 2.989, DE11 DE JUNHO DE 2002

(Autor do Projeto: Poder Executivo)

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001, alterado pela Lei nº 2.890, de 23 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislação correlata, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização, extinção ou reestruturação, desde que:

I - ocupantes de emprego permanente;

II - não tenham optado por integrar o Plano de Desligamento Voluntário;

III - admitidos em data anterior a 3 de novembro de 1992;

IV - admitidos por concurso público em data posterior a 3 de novembro de 1992".

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base no Decreto nº 22.595, de 7 de dezembro de 2001, até a data de 29 de abril de 2002.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 4º da Lei nº 2.863, de 27 de dezembro de 2001.

Publicada no DODF de 20.06.2002

DOCUMENTO Nº 07

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DECRETO N° 22.322, DE 13 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, incisos XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que dispõe a Lei n° 2.681, de 15 de janeiro de 2001, **decreta**:

Art. 1° Os empregos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB, constantes do Anexo I, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, administrada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

§ 1° Os empregos a que se refere este artigo permanecem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.° 5.452, de 1 de maio de 1943 e legislação superveniente.

§ 2° Os Contratos de Trabalho firmados entre os empregados remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB, a que se refere este Decreto, permanecem com suas cláusulas contratuais inalteradas, à exceção da cláusula relativa à empregadora que será adequada às disposições deste Decreto.

§ 3° Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa efetuar o apostilamento dos contratos de trabalho, conforme disposição contida no caput deste artigo.

§ 4° Os empregos a que se refere o Anexo I serão extintos à medida em que vagarem.

Art. 2° Os ocupantes dos empregos de que trata o art. 1° deste Decreto são os relacionados no Anexo II.

Art. 3° Os ocupantes dos empregos a que se refere este Decreto e que se encontram na qualidade de cedidos para órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, na data de publicação deste Decreto, permanecem nesta condição. ,

§ 1° O ônus com o pagamento dos salários e benefícios devidos aos empregados de que trata o caput deste artigo será do órgão cessionário.

§ 2° Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa divulgar a relação dos empregados que se encontram cedidos.

§ 3° Os demais empregados serão lotados por ato da Secretaria Estado de Gestão Administrativa, de acordo com as necessidades dos órgãos, aplicando-se quando couber as disposições do § 1° deste artigo.

Art. 4° Permanece em vigor o Plano de Cargos e Salários - PCS, aprovado nos termos da Resolução de Diretoria n° 085/88, de 26 de dezembro de 1988, ratificada pela Resolução do Conselho de Administração da TCB, na Reunião Ordinária N° 62, de 27 de dezembro de 1988.

Art. 5° As despesas oriundas da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta do Orçamento do Distrito Federal, cabendo à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, em conjunto com a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, promover as alterações e ajustes necessários.

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 2001.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Fls. 49

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DE BRASILIA

C E R T I D Ã O

Certifico que foi distribuído, nesta data, ao MM. Juízo da 09ª Vara do Trabalho, o processo abaixo identificado :

Processo 00576-2003-009-10-00-0

Espécie ACAO CIVIL PUBLICA

Parte Requerente MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL D TRABALHO DA 10 REGIAO)

Parte Requerida DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTAO ADMINISTRATIVA)

Dou Fé.

BRASILIA, 10 de JUNHO de 2003

JOÃO CARLOS LOPES PONTE
Chefe da Seção de Distribuição de Feitos

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Titular.

Brasília, 16 de junho de 2003.

Márcia Helena de Barros Monteiro Lima
Diretora de Secretaria
9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

Vistos.

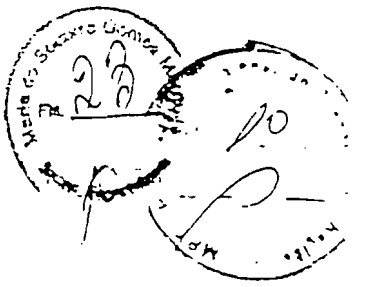
1. Considerando que o mandado liminar em ação civil pública, a teor do art. 12 da Lei 7.347/85, prescinde de demonstração de *periculum in mora*, e tendo em vista a clara presença do *fumus boni juris*, em sintonia com reiteradas decisões deste juízo em reclamações ajuizadas por empregados da TCB, DEFIRO a medida liminar, determinando ao réu DISTRITO FEDERAL que se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a tabela de empregos do Distrito Federal, bem como de transferir quaisquer empregados de empresas ou entidades vinculadas à administração pública, em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
2. Expeça-se mandado para cumprimento desta decisão.
3. **Designo para audiência inaugural a data de 17/07/03, às 13:30 horas.**
4. Intime-se o Ministério Público e citem-se os réus, sob as penas do art. 844 da CLT.

Brasília, 17 de junho de 2003.

Fernando Gabriele Bernardes
Juiz do Trabalho

Mesa do Sindico Geral Litigioso
Fls. 22

DOCUMENTO Nº 02



DECRETO Nº 23.082, DE 04 DE JULHO DE 2002
DODF Nº 126, DE 05.07.2002

Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências.

O GOVERNANDO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 2.681 de 15 de janeiro de 2001, alterada pelas Leis nºs 2.890, de 23 de janeiro de 2002 e 2.989, de 11 de junho de 2002, decreta:

Art. 1º Os empregos remanescentes da Tabela de Empregos Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, constantes do Anexo I, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, administrada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

§ 1º Os empregos a que se refere este artigo permanecem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislação superveniente.

§ 2º Os Contratos de Trabalho firmados entre os empregados remanescentes da Tabela de Empregos Permanentes de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, a que se refere este Decreto, permanecem com suas cláusulas contratuais inalteradas, à exceção da cláusula relativa à empregadora que será adequada às disposições deste Decreto.

§ 3º Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa efetuar o apostilamento dos contratos de trabalho, conforme disposição contida no *caput* deste artigo.

§ 4º Os empregos a que se refere o Anexo I serão extintos na medida em que vagarem.

Art. 2º Os ocupantes dos empregos de que trata o art. 1º deste Decreto são os relacionados nos Anexo II.

Art. 3º Os ocupantes dos empregos a que se refere este Decreto e que se encontram na qualidade de cedidos para órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, na data de publicação deste Decreto, permanecem nesta

condição.

§ 1° O ônus com o pagamento dos salários e benefícios devidos aos empregados de que trata o *caput* deste artigo será do órgão cessionário.

§ 2° Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa divulgar a relação dos empregados que se encontram cedidos.

§ 3° Os demais empregados serão lotados por ato da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, de acordo com as necessidades dos órgãos, aplicando- se quando couber as disposições do § 1° deste artigo.

Art. 4° Permanece em vigor o Plano de Cargos e Salários – PCS, aprovado nos termos da Resolução de Diretoria n° 085/1988, de 26 de dezembro de 1988, ratificada pela Resolução do Conselho de Administração da TCB, na Reunião Ordinária n° 62, de 27 de dezembro de 1988.

Art. 5° As despesas oriundas da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta do Orçamento do Distrito Federal, cabendo às Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, em conjunto com a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, promover as alterações e ajustes necessários.

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de julho de 2002.

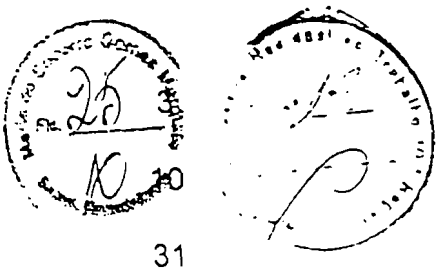
Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário,

Brasília, 04 de julho de 2002
114° da República e 43° de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

Decreto n° 23.082 de 04 de julho de 2002

ORDEM	EMPREGO PERMANENTE	QUANTIDADE
1	ADVOGADO	4
2	ANALISTA DE SISTEMAS	1
3	ARQUITETO	3
4	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	16
5	ASSISTENTE TECNICO	8

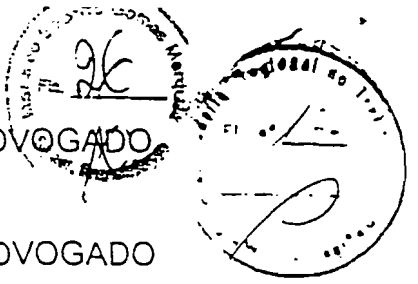


6	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10
7	AUXILIAR DE MANUTENCAO	10
8	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	31
9	COBRADOR	11
10	ECONOMISTA	1
11	ELETRICISTA	1
12	ENGENHEIRO	6
13	FISCAL DE TRAFEGO	2
14	GEOGRAFO	1
15	MEDICO	1
16	MOTORISTA	31
17	OP. DE TACOGRAFIA	1
18	OPERADOR DE VHF	1
19	PINTOR/DMTU	1
20	PSICOLOGO	1
21	SERRALHEIRO	1
22	TECNICO DE MANUTENÇÃO	2
23	TECNICO NIVEL SUPERIOR	5
24	TECNICO DE MANUTENCAO	2
25	FISCAL DE TRAFEGO	1
TOTAL		145

ANEXO II

Decreto nº 23.082 de 04
de julho de 2002

ORDEM	NOME	MATRÍCULA	CARGO



1	NEREU DE MELO BERNARDINO	552054	ADVOGADO
2	REGINA FERREIRA DA SILVA	554316	ADVOGADO
3	ADRIANA ALVES PRADO	538604	ADVOGADO
4	ELIO MOULIN	554588	ADVOGADO
5	MARTHA MARIA CIBELLA DE A LIMA	53854X	ANALISTA DE SISTEMAS
6	MARY BLANC DIAS BARBOSA	550094	ARQUITETO
7	SANDRA LUCIA FURLAN RIBEIRO	550493	ARQUITETO
8	ELAINE FREITAS A DOS SANTOS	551805	ARQUITETO
9	JANILCE RAPOSO OLIVEIRA	550574	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
10	SONIA CRISTINA DE SOUSA MELLO	53594X	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
11	VANIA REGINA DE A GONCALVES	536350	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
12	VALDILENE DE LOURDES P SILVA	550159	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
13	RENATO ITAJAHY MALCOTTI	550523	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
14	NORMA DE FATIMA ROCHA	550566	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
15	GIOVANNA ALVES BITTENCOURT	550590	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
16	JOSELITA GOMES COELHO	550604	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
17	CHRISTIANNE DE S VASCONCELOS	550655	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
18	EDIVANDO JEORGEO O NEVES	554391	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

19	ALIETE BRAZ DE ARAUJO SILVA	554626	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
20	JOSE FERNANDES DE DEUS FILHO	554634	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
21	MADALENA HADDAD	555010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
22	MARCO ANTONIO DE SOUZA GONCALO	555029	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
23	SHIRLEIA JAIME SOARES	555045	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
24	JOSE CARLOS RODRIGUES	552429	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
25	MONAMERIS MARQUES BORGES	55121X	ASSISTENTE TECNICO
26	MARIA DE FATIMA FERREIRA SILVA	535885	ASSISTENTE TECNICO
27	MARCIO NEVES RAPOSO	550663	ASSISTENTE TECNICO
28	ELOIZA HELENA F DE QUEIROZ	554960	ASSISTENTE TECNICO
29	FATIMA ROSA MARQUES C LAMBERT	536075	ASSISTENTE TECNICO
30	MARIA AUXILIADORA MENDONCA P O	550647	ASSISTENTE TECNICO
31	RONY TERUEL SARAIVA	55457X	ASSISTENTE TECNICO
32	ANTONIO PEREIRA DE MENDONCA	554650	ASSISTENTE TECNICO
33	MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA	545155	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
34	GILBERTO CARDOSO DA SILVA	545732	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
35	WYLIANE PEREIRA DE FARIA	549800	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
36	MANOEL DE LIMA BARBOSA	535648	AUXILIAR DE MANUTENCAO

37	FRANCISCO DE ASSIS M PEREIRA	536741	AUXILIAR DE MANUTENCAO
38	SEBASTIAO PENA DE FARIA	537977	AUXILIAR DE MANUTENCAO
39	NASCIMENTO RIBEIRO SOARES	538035	AUXILIAR DE MANUTENCAO
40	DIVINO EUSTAQUIO DOS SANTOS	543306	AUXILIAR DE MANUTENCAO
41	ANTONIO CARDOSO GONCALVES	545945	AUXILIAR DE MANUTENCAO
42	JOSE CLAUDIO DA SILVA PAULINO	548251	AUXILIAR DE MANUTENCAO
43	WILLIAN NEY ROSA DA SILVA	551910	AUXILIAR DE MANUTENCAO
44	SEBASTIAO DE SOUZA RODRIGUES	536032	AUXILIAR DE MANUTENCAO
45	ROMUALDO VIDAL DO NASCIMENTO	55395-6	AUXILIAR DE MANUTENCAO
46	APARECIDA GONÇALVES OLIVEIRA	536512	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
47	RAIMUNDA PEREIRA DE OLIVEIRA	537594	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
48	LEVINO MOTA PINHEIRO	537780	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
49	IRCIONE XAVIER QUEIROGA	538442	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
50	TEMI SOARES DA SILVA	539171	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
51	IRACEMA SOUTO MAIOR GOMES	536385	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
52	MARIA DAS MERCES R NETO SILVA	536415	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
53	ISAULINA BARBOSA NETO	536679	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
	ELINETE MARIA DA		AUXILIAR DE

54	SILVA SANTOS	536687	SERVIÇOS GERAIS
55	MARIA ROSA CAMARGOS SILVA	536865	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
56	MARIA HELENA DE JESUS	536903	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
57	ANTONIO PINTO DA SILVA	536911	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
58	MARIA DO SOCORRO SILVA	537004	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
59	ALAN FERREIRA SANTOS	537063	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
60	MARIA PEREIRA DA SILVA	53708X	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
61	JOSE MACIEL LIMA	53711X	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
62	MARIA DO ROSARIO DE S CAMPOS	537152	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
63	MARIA DA CONCEICAO F SILVA	537160	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
64	JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA	537268	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
65	DIVALDA REZENDE	537624	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
66	LUCINEIDE SILVA COSTA	53787X	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
67	ELVA RAMOS LAURINDO	537993	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
68	VALDEVINA GREGORIO DE SOUSA	538183	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
69	EDVALDO PEREIRA	539880	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
70	LEVI FERREIRA DE CAMARGO	551201	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
71	JOAO BATISTA DOS SANTOS	551317	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

72	FRANCISCO JOSE C DA SILVA	551368	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
73	IVALDO ALVES LEITE	551708	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
74	JUDIVAN ALVES CARNAUBA	553670	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
75	MARCELO MESQUITA DE FREITAS	554081	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
76	ISANEIDE PEREIRA DE ARAUJO	554839	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
77	ARLETE CANDIDA DE JESUS	540382	COBRADOR
78	JARBAS PEREIRA DA CONCEIÇÃO	542806	COBRADOR
79	ZULEIDE MORAES DOS SANTOS	544914	COBRADOR
80	MARIA RAQUEL MELO SANTOS	545775	COBRADOR
81	VALTER DOS SANTOS	547182	COBRADOR
82	JACQUELINE PENA VIEIRA	548561	COBRADOR
83	RUTH TAVARES DE SOUZA	545961	COBRADOR
84	CLAUDIA MARIA DE SOUSA	54695X	COBRADOR
85	CARLOS ALBERTO BISPO	552941	COBRADOR
86	SUELI COSTA LOPES	553050	COBRADOR
87	MARIA CELIA SOARES	55468-5	COBRADOR
88	ADONIS RIBEIRO GONCALVES	538957	ECONOMISTA
89	DOMINGOS FELIPE DIONIZIO	554499	ELETRICISTA
90	JOSE ANTONIO CARAMORI BORGES	551619	ENGENHEIRO

91	LUMAR GOTTI	554359	ENGENHEIRO
92	CARLOS VICENTE RAMOS GOMES	550078	ENGENHEIRO
93	JANUARIO ELCIO LOURENCO	55054X	ENGENHEIRO
94	LUIZ CARLOS DE SOUZA N PEREIRA	55426X	ENGENHEIRO
95	RICARDO SERGIO DE O E SILVA	554545	ENGENHEIRO
96	RONILDO SANTANA SOBRAL	540854	FISCAL DE TRAFEGO
97	ROMULO CORDEIRO DE MACEDO	54714X	FISCAL DE TRAFEGO
98	ADILSON DE ARAUJO LEMOS	055071X	FISCAL DE TRAFEGO
99	JULIANA ROSALIA G GONCALVES	554294	GEOGRAFO
100	EZEQUIAS MARQUES BOAVENTURA	550434	MEDICO
101	JOSÉ ARIMATEA A DOS SANTOS	522008	MOTORISTA
102	JOSIAS TAVARES DE CARVALHO	539139	MOTORISTA
103	AGENOR MEIRELES FILHO	539554	MOTORISTA
104	ENES PULGAS SILVA	539643	MOTORISTA
105	DOMINGOS RODRIGUES DE ALMEIDA	539694	MOTORISTA
106	RONAN SEBASTIAO DE ANDRADE	539791	MOTORISTA
107	ISMAEL VIEIRA DE JESUS	540781	MOTORISTA
108	ALVARO SABINO DE SOUZA	541214	MOTORISTA



109	JOSÉ FERREIRA PINTO	541427	MOTORISTA
110	JOSÉ IRENE DOS SANTOS	542652	MOTORISTA
111	ANTONIO FERREIRA DO AMARAL	542962	MOTORISTA
112	JOSE MARQUES DE ARAUJO	543349	MOTORISTA
113	JOSÉ ANTONIO RIBEIRO	543365	MOTORISTA
114	REINALDO JOSÉ DE MEDEIROS	543403	MOTORISTA
115	MANOEL MICAEL DE MEDEIROS	543950	MOTORISTA
116	IVO VIEIRA	544515	MOTORISTA
117	PAULO ROBERTO PARREIRA	546321	MOTORISTA
118	NILSON HONORIO DA SILVA	546518	MOTORISTA
119	DIVINO ALVES MARTINS	546755	MOTORISTA
120	GERALDO FRANCISCO BRAGA	548022	MOTORISTA
121	JOSÉ ROSA DE JESUS	549460	MOTORISTA
122	JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	554057	MOTORISTA
123	ESPEDITO GOMES MONTEIRO	53627X	MOTORISTA
124	ENOCK CEDRO SAMPAIO	540811	MOTORISTA
125	WALDEMIR TAVARES DA SILVA	54227X	MOTORISTA
126	ELIANE CARNEIRO DE OLIVEIRA	543047	MOTORISTA
	GERALDO FERREIRA		

127	LEITE	545457	MOTORISTA
128	NAGIB SAAB	54892-8	MOTORISTA
129	AIRTON JOSE DA SILVA	549304	MOTORISTA
130	AMADOR MOREIRA DA SILVA	549525	MOTORISTA
131	MILTON JOSE DE ABREU	54955X	MOTORISTA
132	FRANCISCO DAS CHAGAS F SALES	551244	OPERADOR DE TACOGRAFIA
133	EDSON BRAGA DE QUEIROZ	548715	OPERADOR DE VHF
134	CARLOS ALBERTO MARTINS ROSA	554464	PINTOR
135	LENISE APARECIDA DA COSTA G MA	554340	PSICOLOGO
136	RAIMUNDO NONATO MACEDO REGO	554383	SERRALHEIRO
137	CELIA FRANCA CAVALCANTE	536059	TEC. DE NIVEL SUPERIOR
138	FATIMA PORTO JORGE M SANTOS	540056	TEC. DE NIVEL SUPERIOR
139	VANESSA DAVID MELONI	550612	TEC. DE NIVEL SUPERIOR
140	MARIA CLAUDIA JORDAO E DE PONTES	550620	TEC. DE NIVEL SUPERIOR
141	JOSE RIBEIRO CARNEIRO NETO	552011	TEC. DE NIVEL SUPERIOR
142	JULIO CHAGAS DA ANUNCIACAO	535494	TECNICO DE MANUTENCAO
143	CARLOS ALBERTO DA SILVA	538418	TECNICO DE MANUTENCAO
144	LOURISVALDO ALVES	551937	TECNICO DE MANUTENÇÃO
145	GILBERTO BARBOSA DE ARAUJO	551864	TECNICO DE MANUTENCAO

SINDSER

FILIADO À CUT

Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal.

Ofício nº 330/2005-PRESI Brasília-DF, 13 de Setembro de 2005.

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria, em anexo, Parecer Jurídico, referente ao Projeto de Lei que cria a unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

EVANDRO DE SOUZA MACHADO
Presidente

Ilustríssimo Senhor
ROBSON CRUSOÉ
Gabinete do Deputado Paulo Tadeu
NESTA

PARECER JURIDICO – ANTONIO ALVES FILHO (ADVOGADO DO SINDSER)

A RESPEITO DO PROJETO DE LEI QUE CRIA A UNIDADE DE MANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EXTINTAS E EM PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO.

1. O PL 1985/2005 cria, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processos de Reorganização, isso com a finalidade de manter "... *manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento...*" dos empregados que eram integrantes das empresas extintas e em processo de reorganização.

2. Não obstante a boa vontade do Administrador Público, que causa a impressão de querer preservar os empregos dos empregados de empresas atingidas pela "reforma" da Administração do DF, entendo que o projeto de lei não assegura a estabilidade jurídica dos contratos de trabalho.

3. Inicialmente deve ser destacado, salvo engano, a TCB não é empresa em fase de "reorganização", mas empresa que deverá ser extinta. Pelo menos foi com esse fundamento que o DF tentou aplicar as disposições das Leis 2.681/01 e 2.989/02. Ainda, a CODEPLAN, segundo o regulamento que autorizou as modificações que vêm sendo implementadas naquela empresa, está em processo de "reestruturação" e não de "reorganização". Esses detalhes devem ser observados para que, por questões de nomenclatura ou semântica, o texto da lei venha se tornar inaplicável à hipótese concreta.

4. Efetiva e concretamente, se transformado em Lei o PL em comento, a Administração Pública estará transferindo os trabalhadores das tabelas cargos e empregos das empresas extintas ou em processo de reorganização, para uma tabela da Unidade de Manutenção de Pessoal na Secretaria de Gestão Administrativa.

5. A via da transferência de empregados de uma tabela para outra tem obstáculo na Constituição Federal e, no caso do Distrito Federal, até em sentença judicial, no caso aquela proferida na Ação Civil Pública nº 576-2003.

6. Efetivamente, o DF editou a Lei 2.681/2001, que foi alterada pela Lei 2.989/2002 e expediu o Decreto nº 22.322, regulamentos com os quais pretendia incluir os empregados da Sociedade Transportes Coletivos de Brasília – TCB, empresa em extinção, na Tabela de Empregos do Distrito Federal.

7. A Eg. 9ª Vara do Trabalho declarou inconstitucional os regulamentos acima mencionados e determinou o retorno dos trabalhadores da TCB para o quadro da empresa, sob pena de multas etc. Ora, se é assim, a criação da unidade a que alude o PL 1985/2005 não irá resolver o problema. Quando muito, irá deixar os trabalhadores em uma tabela que, a prevalecer o entendimento da Justiça do Trabalho da 10ª Região e do Excelso Supremo Tribunal Federal, deverá ser declarada ilegal e inconstitucional e terminará por deixar os trabalhadores sem ter para onde voltar, pois, extintas as empresas, não terão tabelas para onde retornar. A conseqüência disso é óbvia: desemprego de milhares de pais e mães de família

que, na maioria dos casos, não irão obter novas colocações, seja em razão da idade, seja em razão da escolaridade.

8. Transcrevo abaixo as decisões do Excelso Supremo Tribunal Federal que foram utilizadas como fundamento na sentença da Ação Civil Pública 576-2003 e que, efetivamente, mostram o risco que representa o PL 1985/2005. Vejamos:

> ***ADI 2689/RN - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE***
> ***Relatora: Min. ELLEN GRACIE; julg:09/10/2003; TP; Publ.: DJ 21-11-2003, PP-00008, EMENT VOL-02133-03 PP-00401***
> ***Ementa:*** *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PAR. 3° DO ART. 4° DA LEI COMPLEMENTAR N° 233/2002, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.* ***TRANSFERÊNCIA OU APROVEITAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA ESTADUAIS EM LIQUIDAÇÃO PARA CARGOS OU EMPREGOS DE ENTIDADES E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. EXIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO. ART. 37, II DA CF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.*** *NORMA INTRODUZIDA POR EMENDA PARLAMENTAR. INICIATIVA DE LEI RESERVADA AO PODER EXECUTIVO. VEDAÇÃO DE EMENDA QUE IMPORTE NO AUMENTO DA DESPESA PREVISTA. A hipótese em questão não se encontra abarcada pelo disposto no art. 19, caput do ADCT, que só concedeu a estabilidade excepcional aos servidores públicos da administração direta, autárquica e das fundações públicas, ficando excluídos, dessa forma, os empregados das sociedades de economia mista.* ***Conforme sedimentada jurisprudência deste Supremo Tribunal, a vigente ordem constitucional não mais tolera a transferência ou o aproveitamento como formas de investidura que importem no ingresso de cargo ou emprego público sem a devida realização de concurso público de provas ou de provas e títulos.*** *Precedentes: ADI n° 1.350, Rel. Min. Celso de Mello e ADI n° 231, Rel. Min. Moreira Alves. Inconstitucionalidade formal do dispositivo impugnado, tendo em vista tratar-se de matéria atinente à organização do regime de pessoal do Estado, ocupando-se de tema de interesse de setor específico do funcionalismo estadual, cuja elaboração normativa, sem a iniciativa do Governador, afronta a reserva legislativa àquele atribuída pelo art. 61, § 1°, II, c, da CF. Precedente: ADI n° 805, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.*
> *Votação: unânime.*
> *Resultado: procedente a Ação Direta para declarar a inconstitucionalidade do § 3° do art. 4° da Lei Complementar 233, de 17.04.2002, do Estado do Rio Grande do Norte.*
> *Acórdãos citados: ADI-231, ADI-805, ADI-1350.*
> *Partes: REQTE.: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE*

DO NORTE; ADVDOS. :PGE-RN NIVALDO BRUM VILAR SALDANHA E OUTRO; REQDA.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADI 656-RS - Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO; Julg: 03/10/2002; Tribunal Pleno; Publicação DJ 31-10-2002, p 00019, EMENT VOL-02089-01 PP-00035

EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. TRANSFERÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. C.F., art. 37, II. Lei 9.117/90, do Rio Grande do Sul, parág. único do art. 4º. I. - Impossibilidade de provimento de cargos e empregos públicos mediante transferência e aproveitamento, dado que a Constituição Federal exige, para a investidura, aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. C.F., art. 37, II. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Votação: unânime.

Resultado: procedente para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 9117 de 1990, do Estado do Rio Grande do Sul.

Acórdãos citados: ADI-89 (RTJ-150/341), ADI-483 (RTJ-136/528), ADI-2364.

Partes: REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; ADV.: GABRIEL PAULI FADEL; REQDO.:GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; REQDO.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

ADI 637/MA - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE; Rel.: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; Julg.:25/08/2004; TP; publ.: DJ 01-10-2004, PP-00009, EMENT VOL-02166-01 PP-00047

EMENTA: 1. Concurso público: não mais restrita a sua exigência ao primeiro provimento de cargo público, reputa-se ofensiva do art. 37, II, CF, toda modalidade de ascensão de cargo de uma carreira ao de outra, a exemplo do "aproveitamento" e "acesso" de que cogitam as normas impugnadas (§§ 1º e 2º do art. 7º do ADCT do Estado do Maranhão, acrescentado pela EC 3/90). 2. Processo legislativo dos Estados-membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal - entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis -, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. 3. Processo legislativo: reserva de iniciativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria concernente a servidores públicos da administração

direta, autarquias e fundações públicas.
Observação
Votação: Unânime.
Resultado: Procedente.
Acórdãos citados: ADI-88 (RTJ-175/387), ADI-89
RTJ-150/341), ADI-231 (RTJ-144/24), ADI-483, ADI-580;
RTJ-115/18, RTJ-115/47, RTJ-124/883. Partes: REQTE.: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA; REQDO.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHAO

ADI 1677/DF - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Rel.: Min. MOREIRA ALVES; Julg. 03/02/2003; TP; Publ. DJ 28-03-2003, PP-00061, EMENT VOL-02104-01, PP-00124
EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 1.626, de 11 de setembro de 1997, do Distrito Federal. - Já se firmou o entendimento desta Corte no sentido de que, também em face da atual Constituição, as normas básicas da Carta Magna Federal sobre o processo legislativo, como as referentes às hipóteses de iniciativa reservada, devem ser observadas pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal. - No caso, a lei distrital em causa não só cria, por transformação, cargos, mas também trata de seu provimento, sem que sua iniciativa tivesse partido do Governador do Distrito Federal, o que ofende o disposto nas letras "a" e "c" do inciso II do § 1º do artigo 61 da Carta Magna Federal. - Por outro lado, procede, também, a argüição de inconstitucionalidade material do artigo 3º da mesma Lei distrital, porquanto ele determina que, nos novos cargos de fiscal tributário, haja o aproveitamento dos servidores dos cargos extintos de técnico tributário, sem, portanto, a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos como exige, para a investidura, que não mais se limita à primeira, de cargo ou emprego público, o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição, que, nesse ponto, a Emenda Constitucional nº 19/98 o manteve como redigido originariamente, razão por que pode servir de parâmetro para a aferição da inconstitucionalidade em causa. Ação direta de inconstitucionalidade que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.626, de 11 de setembro de 1997, do Distrito Federal.
Votação: unânime.
Partes: REQTE.: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL; ADV.: MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO E OUTRO; REQDA.: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

9. Entendo que são duas as possibilidades jurídicas de manter o emprego dos trabalhadores das empresas que o DF pretende extinguir: a primeira, o DF não extingue as empresas, mudando suas destinações sociais, com o que o pessoal será regularmente mantido; a segunda, o DF promove a fusão das

empresas (TCB e Metrô; SAB e CEASA etc), de forma a demonstrar uma sucessão e lhes confere outras finalidades sociais. Fora dessas hipóteses, a simples transferência de tabela, como pretende o PL 1985/2005, parece-me solução provisória e temerária.

Esse meu entendimento.

Brasília, 08 de setembro de 2005.

Antonio Alves Filho
OAB-DF 4972

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e Difusos

Ação Civil Pública nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro do ano de 2003 (dois mil e três), às 14h30, no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Ed. Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram a Sra. **Ledamar Sousa Resende,** RG 2135744, SSP/DF, representando o Distrito Federal/Secretaria de Gestão Administrativa, acompanhada pelo Dr. **Fernando Cunha Júnior**, Procurador do DF, a Dra. **Carlane Torres Gomes de Sá**, OAB/DF 6363, representando a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, a Sra. **Maria Luiza da Silva**, RG 317188, SSP/DF, representante da Associação dos Servidores da SAB, perante o Exmº Sr. Procurador do Trabalho Dr. **Joaquim Rodrigues Nascimento**.

Dando prosseguimento à audiência realizada no dia 20/08/2003, o Procurador do Trabalho expôs novamente os termos da proposta de conciliação realizada naquela data. Dada a palavra ao Ilustre Procurador do DF, o Dr. Fernando Cunha Júnior, declarou que o Conselho de Política de Recursos Humanos do DF não acatou a proposta de conciliação que se refere à ata de audiência do dia 20/08/2003, tendo em vista que entendeu o egrégio conselho que as leis e os decretos mencionados na ação civil pública nº 576/2003 (9ª Vara do Trabalho) são constitucionais, e os empregados da TCB estão legitimados para ocuparem os cargos que atualmente exercem. Dada a palavra a representante da Associação dos Servidores da SAB, solicitou que fossem excluídos da ACP os empregados da CODEPLAN, CEASA, SAB e TCB, que foram admitidos antes de 05/10/1988, mesmo sem concurso público e posteriormente a esta data, somente por concurso público, permanecendo a ação em relação aos 145 empregados da TCB.

Nada mais havendo, foi encerrada a audiência às 15h30.

Joaquim Rodrigues Nascimento
Procurador do Trabalho

Ledamar Sousa Resende
RG 2135744, SSP/DF

Fernando Cunha Júnior
Procurador do DF

Carlane Torres Gomes de Sá
OAB/DF 6363

Maria Luiza da Silva
RG 317188, SSP/DF

João Ricardo Viana Costa
Secretário da audiência

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

OFÍCIO
Nº 1454./2005-SGA-DF

Brasília, 12 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Em atenção à solicitação contida no OF. Nº 422/2005 – GAB 19, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que foi retirado de pauta o Projeto de Lei nº 1985/2005, bem como reitero a reunião agendada para o próximo dia 19 de setembro, às 15:00 horas, nesta Secretaria, para tratar do assunto objeto do referido Projeto.

Atenciosamente,

MARIA CECILIA S. S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

Excelentíssimo Senhor
Deputado BRUNELLI
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília/DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício
Nº .172./2003 – GAB/SGA

Brasília, 13 de março de 2003.

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao Ofício 034/2003-PRES/TCB, e considerando o pleito apresentado a pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do DF/SITTRATER-DF, esclareço que, em face do advento da Lei nº 2.681, de 15/01/2001, e as medidas adotadas na forma dos Decretos nºs 22.322, de 13/08/2001, e 23.082, de 05/07/2002, aproximadamente 1.170 empregados dessa Empresa passaram a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com suas cláusulas contratuais inalteradas, além de assegurado o Plano de Cargos e Salário – PCS, aprovado nos termos da Resolução de Diretoria nº 085/88, ratificada pela Resolução do Conselho de Administração da TCB, na Reunião Ordinária nº 62/88

2. Assim, por força do que dispõe a CLT, em seu Art. 611, não há razão para se falar em acordos coletivos de trabalho entre os sindicatos de empregados e o Distrito Federal, eis que este, na condição de entidade jurídica de Direito Público interno, está impossibilitado de qualquer ação nesse sentido, exclusiva que é de entidades privadas.

3. A concessão de qualquer reajuste salarial a servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, incluídos os empregados da Tabela de Emprego a que se refere o Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 – integrado por servidores originários da TCB – somente ocorrerá através de lei específica, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e as disponibilidades orçamentárias.

4. Portanto, cabe aos empregados aguardarem decisão governamental quanto à possibilidade de reajuste neste exercício, vinculado aos índices a serem definidos pelo Governo Federal, em face das peculiaridades do Distrito Federal, uma vez que aproximadamente 70% de sua folha de pessoal é custeado com os recursos do Fundo Constitucional do DF - FCDF, instituído pela Lei nº 10.633, de 27/12/2002.

Atenciosamente,

MARIA CECÍLIA S.S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

Senhor
MAURO CATEB
Diretor-Presidente da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB
N E S T A

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

APOSTILAMENTO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

01 – Nos termos da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro 2001, publicada no DODF nº 14, de 19 de janeiro de 2001, alterada pela Lei nº 2.890, de 23 de janeiro de 2002, publicada no DODF nº 21, de 30 de janeiro de 2002 e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art 1º do Decreto nº 22.322, de 13 de agosto de 2001, publicado no DODF nº 159, de 17 de agosto de 2001, a cláusula 1.1 – EMPREGADOR, do Contrato Individual de Trabalho firmado em 12/01/1998, entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada – TCB (empregadora) e EDSON ARAUJO SILVA (empregado), devidamente classificado no item 1.2 do referido Contrato, passa a vigorar, a partir de 17 de agosto de 2001, com a seguinte redação:

1.1 - EMPREGADOR.

O DISTRITO FEDERAL com sede no Palácio do Buriti – Praça do Buriti – Brasília/DF, neste ato denominado Empregador e devidamente representado.

Brasília, 12 de NOVEMBRO de 2002.

Gedamar Sousa Resende
DARH/SRH/SGA
Diretora

EMPREGADOR .....

EMPREGADO .....
Matrícula: 00561924

Testemunhas:

....

PROJETO DE LEI Nº /2005

Cria a Unidade que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Fica criada, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como, proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de emprego em extinção.

Parágrafo único. Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

PROPOSTA: (incluir o Parágrafo 2.º neste artigo para incluir as empresas beneficiadas por esta Lei e suas situações e o Parágrafo 3º para definir os procedimentos de extinção das empresas)

Parágrafo 1º. Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo 2º. As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I - Central de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, em processo de liquidação;
II - Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em processo de liquidação;
III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, em processo de reorganização; e
IV – Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, em processo de reorganização.

Parágrafo 3º. Quando da extinção da Central de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB ou outra empresa do complexo administrativo do Distrito Federal, através de lei específica serão definidos os procedimentos inerentes à sucessão dos empregados por outra entidade da administração, à transferência dos bens patrimoniais, créditos, débitos e demais procedimentos cabíveis.

Art. 2º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal em extinção, próprios das empresas do Distrito Federal extintas ou em processo de reorganização, ficam sob a administração da unidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalhos administrados pela unidade de que trata o art. 1º, terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das empresas extintas ou em processo de reorganização, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art 4.º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

PROPOSTA: (Incluir Parágrafo neste artigo referente à garantia do emprego, conforme disposição contida no artigo 3º da Lei nº 2.681/2001)

Parágrafo único. Os empregados beneficiados por esta Lei, somente terão seus contratos de trabalho rescindidos por ato unilateral da Administração, nas seguintes hipóteses:
I – prática de falta grave, entre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
II – acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
III – necessidade de redução de pessoal, por excessos de despesas, na forma regulada no art. 169 da Constituição Federal;
IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento disciplinar em que se assegurem:

a) **o direito a ampla defesa;**
b) **recursos à autoridade superior;**
c) **prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de trabalho estabelecidos obrigatoriamente de acordo com as especificações das atividades exercidas.**

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração direta, autarquias e fundações do Distrito Federal, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas na empresa extinta ou em processo de reorganização nos termos da Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

PROPOSTA: (Alterar a redação para permitir a cessão dos empregados aos diversos órgãos e esferas administrativas)

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas na empresa extinta ou em processo de reorganização nos termos da Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

PROPOSTA: (Alterar a redação para permitir a cessão dos empregados aos diversos órgãos e esferas administrativas)

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas na empresa extinta ou em processo de reorganização nos termos da Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto do parágrafo único do artigo 1.º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

PROPOSTA: (Alterar redação para incluir as despesas referentes ao pagamento dos contratos de trabalho à conta de recursos orçamentários do Tesouro do DF)

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto do parágrafo único do artigo 1.º desta Lei, bem como as inerentes ao pagamento dos contratos de trabalhos dos empregados beneficiados por esta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis n.º 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n.º 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DECRETO N° 21738, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a cessão dos Empregados da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100. incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que dispõe a Lei n° 1.370, de 06 de janeiro de 1997, **decreta**:

Art. 1° Os empregados da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN ficam cedidos para os órgãos e entidades indicados no Anexo deste Decreto com ônus para o órgão cessionário.

Parágrafo único. Havendo insuficiência de recursos orçamentários para o pagamento dos empregados cedidos, o órgão cessionário deverá apresentá-lo, de imediato, à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa para fins de exame da situação, com vistas à sua realocação

Art 2º Fica delegada à Secretária de Estado de Gestão Administrativa competência para proceder a realocação dos empregados, na hipótese da situação prevista no parágrafo único, do artigo 1°, deste Decreto ou para atender a eventuais necessidades de serviço dos órgãos.

Art. 3° Os demais procedimentos da cessão deverão observar o disposto no Decreto n° 18.054, de 28 de fevereiro de 1997, com as alterações constantes do Decreto n° 20.328, de 21 de junho de 1999.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 2001
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Publicado DODF 20.11.2000
Republicado DODF 13.03.2001

Dantes o novo Estatuto Social da Codeplan saiu no D.Oficial Nº 180 de 17/9/2003 pág. 12 OK?

GOVERNO DISTRITO FEDERAL
DECRETO N° 21737, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a cessão dos Empregados da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 1.370, de 06 de janeiro de 1997, **decreta**:

Art. 1º Os empregados da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, constantes do Anexo, ficam cedidos à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

Parágrafo único. O ônus decorrente da cessão a que se refere este artigo caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa adotar as medidas relativas ao controle de freqüência, pagamento e demais vantagens a que se refere o Decreto n° 18.054, de 28 de fevereiro de 1997 e alterações posteriores, relativamente aos servidores cedidos na forma do disposto no artigo 1° deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Publicado DODF 20.11.2000
Republicado DODF 13.03.2001

8020
84265941 (Odeon - P. Todos)

PROJETO DE LEI Nº /2005

Cria a Unidade que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Fica criada, na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas Extintas e em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como, proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de emprego em extinção.

Parágrafo único. Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

PROPOSTA: (incluir o Parágrafo 2.º neste artigo para incluir as empresas beneficiadas por esta Lei e suas situações e o Parágrafo 3º para definir os procedimentos de extinção das empresas)

Parágrafo 1º. Para composição da Unidade a que se refere o *caput*, ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo 2º. As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I - Central de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, em processo de liquidação;
II - Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em processo de liquidação;
III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, em processo de reorganização; e
IV – Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, em processo de reorganização.

Parágrafo 3º. Quando da extinção da Central de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB ou outra empresa do complexo administrativo do Distrito Federal, através de lei específica serão definidos os procedimentos inerentes à sucessão dos empregados por outra entidade da administração, à transferência dos bens patrimoniais, créditos, débitos e demais procedimentos cabíveis.

* dos mesmos dos empregados.

Art. 2º Os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal em extinção, próprios das empresas do Distrito Federal extintas ou em processo de reorganização, ficam sob a administração da unidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Os empregados que tiverem seus contratos de trabalhos administrados pela unidade de que trata o art. 1º, terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no plano de cargos e salários das empresas extintas ou em processo de reorganização, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art 4.º Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o emprego por ele ocupado.

PROPOSTA: (Incluir Parágrafo neste artigo referente à garantia do emprego, conforme disposição contida no artigo 3º da Lei nº 2.681/2001)

Parágrafo único. Os empregados beneficiados por esta Lei, somente terão seus contratos de trabalho rescindidos por ato unilateral da Administração, nas seguintes hipóteses:
I – prática de falta grave, entre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
II – acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
III – necessidade de redução de pessoal, por excessos de despesas, na forma regulada no art. 169 da Constituição Federal;
IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento disciplinar em que se assegurem:

- **a) o direito a ampla defesa;**
- **b) recursos à autoridade superior;**
- **c) prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de trabalho estabelecidos obrigatoriamente de acordo com as especificações das atividades exercidas.**

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração direta, autarquias e fundações do Distrito Federal, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas na empresa extinta ou em processo de reorganização nos termos da Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

PROPOSTA: (Alterar a redação para permitir a cessão dos empregados aos diversos órgãos e esferas administrativas)

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas na empresa extinta ou em processo de reorganização nos termos da Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

PROPOSTA: (Alterar a redação para permitir a cessão dos empregados aos diversos órgãos e esferas administrativas)

Art. 5º Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pela unidade de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos para prestar serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas na empresa extinta ou em processo de reorganização nos termos da Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto do parágrafo único do artigo 1.º desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

PROPOSTA: (Alterar redação para incluir as despesas referentes ao pagamento dos contratos de trabalho à conta de recursos orçamentários do Tesouro do DF)

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do disposto do parágrafo único do artigo 1.º desta Lei, bem como as inerentes ao pagamento dos contratos de trabalhos dos empregados beneficiados por esta Lei correrão à conta de recursos orçamentários do Tesouro do Distrito Federal.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis n.º 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n.º 2.989, de 11 de junho de 2002, e nº 2.935, de 08 de abril de 2002, bem como o art. 4º da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

Ofício nº 596/2005 – GAB 19 Brasília, 22 de novembro de 2005.

Senhora Secretária,

Reconheço o esforço de Vossa Excelência em tentar solucionar os problemas que afligem os empregados da SAB, TCB, CEASA e CODEPLAN, entretanto, ao analisar o "substitutivo ao projeto de Lei nº 1985/2005", peço permissão para apontar alguns pontos que, s.m.j., estão equivocados.

Primeiramente, o Governo não poderia apresentar Substitutivo. Poderá apresentar um aditamento via mensagem. A não ser que o Substitutivo seja apresentado por parlamentares. Segundo, no caput do art. 1º encontram-se a expressão ..."empresas extintas"...Não há nenhuma das empresas extintas. Há em processo de extinção. Terceiro, o substitutivo não contempla a TCB, pois atualmente encontra-se em processo de privatização. Portanto, como o § 2º do art. 1º remete ao *caput* a situação que se encontram às empresas, a TCB estaria fora do processo. Quarto, há distorções na quantidade de cargos criados entre a unidade dessa Secretaria e da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento. Quinto, é importante para a concretização desse projeto da CLDF a continuidade do PDV dos empregados da CEASA, exclusivamente para aqueles que se inscreveram na data prevista em lei.

Excelentíssima Senhora
Maria Cecília Soares da Silva Landim
Secretária de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com

Por fim, solicito que Vossa Excelência leve em consideração tudo aquilo que anteriormente foi acordado, a fim de que possamos votar, ainda nessa sessão legislativa, a referida proposição. Segue anexo sugestão de Mensagem do Executivo ou Substitutivo apresentado por parlamentar.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PFL

MENSAGEM
N° /GAB Brasília, de outubro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa insigne Casa Legislativa Projeto de Lei revogando as Leis n°. 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº. 2.863, de 27 de dezembro de 2001, n°. 2.989, de 11 de junho de 2002, nº. 2.891, de 23 de janeiro de 2002, n° 2.935, de 08 de abril de 2002 e nº. 3.125, de 16 de janeiro de 2003, as quais dispõem sobre a administração de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

A proposta ora apresentada tem por objetivo sanear os resultados da Ação Civil Pública nº. 576/2003, ajuizada pela Procuradoria de Defesa dos Interesses Individuais e Homogêneos, Coletivos e Difusos, do Tribunal Regional do Trabalho, contra o Governo do Distrito Federal, uma vez que a Meritíssima Juíza do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Brasília – DF declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade das Leis em referência, sentença esta proferida em 23 de fevereiro do corrente ano.

Trata ainda o mencionado projeto de lei da criação de duas Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização que terão a responsabilidade de adrninistrar o pessoal empregado remanescente das empresas extintas e em processo de reorganização, conforme Exposição de Motivos elaborada pela Secretaria de Gestão Administrativa.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Por oportuno, releva assinalar que a criação dessas unidades como forma de solucionar definitivamente a questão, resulta de um esforço coordenado pelos nobres Deputados Brunelli, Anilcéia Machado, no sentido de encontrar uma solução para o problema desses servidores e está consentânea com o procedimento recente adotado pela União, nos termos da Medida Provisória nº. 246, de 06 de abril de 2005, que permitiu a preservação dos empregados do quadro de pessoal ativo da extinta Rede Ferroviária Federal, ao transferir os contratos de trabalho do empregados ativos remanescentes daquela extinta empresa para a Administração da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 200, está anexada à esta Mensagem a planilha de custos da presente proposta, registrando-se que as despesas decorrentes correrão à conta de recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal.

Por derradeiro, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, encareço seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres pares meus protestos de estima e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **FÁBIO BARCELOS**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

PROJETO DE LEI N° /2005.

Cria as Unidades que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos em extinção.

§ 1º – Para composição das unidades a que se refere o *caput*, ficam criados, no âmbito das respectivas Secretarias de Estado, os cargos em comissão constantes do anexo único desta lei.

§ 2º – As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - S.A – CEASA/DF, em processo de reorganização;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – S.A – SAB, em processo de reorganização;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, em processo de reorganização; e

IV – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, em processo de reorganização.

Art. 2° - Ficam sob a administração das unidades de que trata o *caput* do art. 1° os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal em extinção, próprios das empresas do Distrito Federal em processo de reorganização.

§ 1º - A Administração dos contratos de trabalho das empresas previstas no art. 1º § 2º nos incisos I e II ficarão a cargo da unidade da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –SEAPA/DF.

§ 2º - A Administração dos contratos de trabalho das empresas previstas no art. 1º § 2º nos incisos III e IV ficarão a cargo da unidade da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Art. 3° - Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pelas unidades de que trata o artigo 1º, poderão ser cedidos na forma da lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas nas empresas de origem.

Art. 4º - Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pelas unidades de que trata o *caput* do artigo 1º terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no Plano de Cargos e Salários das empresas em processo de reorganização, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art. 5º - Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o respectivo emprego.

Parágrafo único. Fica garantida a opção aos servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, de que tratou o inciso II, do art. 3º da Lei 3.125, de 16 janeiro de 2003

Art.6° - As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º, do art. 1°, desta lei correrão à conta de recurso orçamentário do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis n°. 2.681, de 15 de janeiro de 2001, nº. 2863, de 27 de dezembro de 2001, n°. 2.989, de 11 de junho de 2002, nº. 2891, de 23 de janeiro de 2002, n° 2.935, de 08 de abril de 2002 e nº. 3125, de 16 de janeiro de 2003.

ANEXO À MENSAGEM Nº ___/2005-GAG

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS
(Em consonância com a LRF)

CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE MANUTENÇÃO DE PESSOAL DE EMPRESAS EM PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO.

EXERCÍCIO	VALOR
2005	R$ 187,652,80
2006	R$ 281.479,20
2007	R$ 281.479,20

ANEXO ÚNICO

(Lei nº _____, de ___ de _____ de 2005)

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA		
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG - 14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Assistente.	DFG – 08	02
Encarregado.	DFG – 06	04

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa – SGA		
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG - 14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Assistente.	DFG – 08	02
Encarregado.	DFG – 06	04

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 1985/2005.

(De autoria de Vários Deputados)

Cria as Unidades que especifica e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1° - Ficam criadas, na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, Unidades de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos em extinção.

§ 1° – Para composição da unidade a que se refere o *caput*, ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os cargos em comissão constantes do anexo único desta lei.

§ 2° - Quanto à operacionalização da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, o Poder Executivo enviará Mensagem à Câmara Legislativa dispondo sobre a criação dos cargos comissionados para o funcionamento da referida unidade.

§ 3° – As empresas referidas no *caput* deste artigo são:

I – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - S.A– CEASA/DF, em processo de reorganização;

II – Sociedade de Abastecimento de Brasília – S.A - SAB, em processo de reorganização;

III – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, em processo de reorganização; e

IV – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, em processo de reorganização.

Art. 2° - Ficam sob a administração das unidades de que trata o *caput* do art. 1° os contratos de trabalho dos empregados integrantes do quadro de pessoal em extinção, próprios das empresas do Distrito Federal em processo de reorganização.

§ 1° - A Administração dos contratos de trabalho das empresas previstas no art. 1° § 2°, incisos I e II, ficarão a cargo da unidade da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –SEAPA/DF.

§ 2° - A Administração dos contratos de trabalho das empresas previstas no art. 1° § 2°, incisos III e IV, ficarão a cargo da unidade da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Art. 3° - Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pelas unidades de que trata o artigo 1°, poderão ser cedidos na forma da lei, para prestarem serviços no âmbito da Administração Pública, para o exercício de atividades compatíveis com as desenvolvidas nas empresas de origem.

Art. 4° - Os empregados que tiverem seu contrato de trabalho administrado pelas unidades de que trata o *caput* do artigo 1° terão seus valores remuneratórios inalterados, respeitada a data base de cada categoria e o desenvolvimento na carreira observará o estabelecido no Plano de Cargos e Salários das empresas em processo de reorganização, não tendo vínculo de qualquer natureza com os cargos que compõem as carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal.

Art. 5° - Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado fica automaticamente extinto o respectivo emprego.

Parágrafo único. Fica garantida a opção aos servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, de que tratou o inciso II, do art. 3° da Lei 3.125, de 16 janeiro de 2003

Art. 6° - As despesas decorrentes da aplicação do disposto n+o § 1°, do art. 1°, desta lei correrão à conta de recurso orçamentário do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis n°. 2.681, de 15 de janeiro de 2001, n°. 2863, de 27 de dezembro de 2001, n°. 2.989, de 11 de junho de 2002, n°. 2891, de 23 de janeiro de 2002, n° 2.935, de 08 de abril de 2002 e n°. 3125, de 16 de janeiro de 2003.

ANEXO ÚNICO

(Lei n° _____, de ___ de _____ de 2005)

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG - 14	01
Chefe do Núcleo de Cadastro da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Chefe do Núcleo de Pagamento da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Reorganização.	DFG – 10	01
Assistente.	DFG – 08	02
Encarregado.	DFG – 06	04

JUSTIFICAÇÃO

O presente Substitutivo visa aprimorar o Projeto de Lei n°. 1.985/2005, bem como adequá-lo à legislação pertinente. A exposição de motivos permanece com os mesmos fundamentos da mensagem original.

As modificações aqui propostas são essenciais para que o projeto em comento alcance seu objetivo primordial: promover a justiça social no âmbito do Distrito Federal. Além disso, as empresas SAB e CEASA, devido às suas finalidades e propósitos, são altamente relevantes e não podem ser liquidadas, perdendo-se aí toda uma história de luta e mobilização pela

qualidade de vida do cidadão de nossa cidade. Antes, é necessário que haja a reorganização dessas empresas, dando ênfase a um processo democrático e transparente para as mesmas possam melhor cumprir sua missão social.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares apoio para a aprovação do presente Substitutivo, certo de que as modificações propostas contribuirão em muito para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em.....

BRUNELLI
Deputado Distrital – PFL

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital – PMDB

AGUINALDO DE JESUS
Deputado Distrital – PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital – PT

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital – PPS

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital – PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital – PT

CHICO LEITE
Deputado Distrital – PT

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital – PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital – PT

EURIDES BRITO
Deputada Distrital – PMDB

EXPEDITO BANDEIRA
Deputado Distrital - PRP

FÁBIO BARCELLOS
Deputado Distrital – PFL

MARIA DA GUIA
Deputado Distrital – PSDB

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital – PFL

AGRÍCIO BRAGA
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital – PRONA

ODILON AIRES
Deputado Distrital – PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital – PT

IVELISE LONGHI
Deputado Distrital – PMDB

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PDT

JOÃO DE DEUS
Deputado Distrital – PMDB

WILSON LIMA
Deputado Distrital - PRONA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Processo nº 576/2003
9ª Vara do Trabalho
Juíza Substituta
Drª Tamara Gil
Ministério Público
Sr Glauber
fone: 3407989

Recebido em 23.082
4/7/2003
14ª Vara do Trabalho
dos de TCB

Inicial
17/7/03 às 13:30h

(Fernando Gabriela (Estagiário))

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, com endereço na SEPN 513, Edifício Imperador, 4º andar, pelos Procuradores do Trabalho ao final assinados, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro nos arts 127, ***caput,*** 129, III, da Constituição da República; 6º, VII, "d" e 83, I e III da Lei Complementar nº 75/93 e na Lei 7.347/85, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com pedido de liminar

em face da do **DISTRITO FEDERAL (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)** estabelecida no Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar, nesta Capital e **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB**, situada no Setor de Garagens e Oficinas Norte, quadra 6, bloco "A", Brasília, DF, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho, em 24 de julho de 1997, ajuizou ação civil pública em desfavor de **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB (Proc. nº 977/97 -**

3ª Vara do Trabalho) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados com todos os trabalhadores admitidos após 05/10/88, posto que contratados sem a realização de concurso público. Os pedidos foram julgados procedentes em parte, declarando nulos os contratos firmados com a TCB após o advento da CF/88 **(doc. nº 01).** A decisão transitou em julgado, tendo a Ré rescindido os contratos de trabalho de cerca de 1.021 empregados, conforme termos de rescisão anexados aos autos da ACP nº 0977/97, que está atualmente em fase de execução.

Ocorre que o Governo do Distrito Federal não cumpriu integralmente a determinação judicial acima, objeto da Ação Civil Pública, proc. nº 0977/97, tendo transferido diversos empregados remanescentes da **TCB** para a tabela de empregos do Distrito Federal **(Decreto do GDF nº 23.082, de 04/07/2002 - doc. nº 02).**

Em razão disso, foi instaurado Procedimento Investigatório perante esta Procuradoria (PI nº 0457/2002).Neste, restou apurado que foram transferidos para o GDF, **145 (cento e quarenta e cinco) empregados,** sendo que desses, 34 (trinta e quatro) foram aposentados, restando **111 (cento e onze) empregados em situação irregular (doc. nº 03),** posto que admitidos posteriormente a 05/10/88, sem a realização de concurso público, consoante se observa do Ofício nº 272, de 09/04/2003, da Secretaria de Gestão Administrativa **(doc. nº 04).**

Assim, a transferência de tais empregados para a tabela de empregos do Distrito Federal, enseja a continuidade da mesma irregularidade, ou seja, continuarão na Administração Pública, sem que tivessem participado de concurso público, isso sem falar na **inconstitucionalidade** de toda a legislação aplicável à espécie.

2. DO DIREITO

2.1. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO

Os Réus são integrantes da Administração Pública, e como tais, devem obediência ao disposto no artigo 37 da Constituição da

República.

Segundo o art. 37, *caput,* da CF/88, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

> *"I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*
>
> *II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração."*

A prática adotada pelos Réus, e sobretudo o Governo do Distrito Federal, ao transferir os empregados da **TCB, relacionados no doc. nº 03**, para a sua tabela de empregos, importa em ofensa direta aos princípios que regem a administração pública e, especialmente, ao princípio do concurso público, adotado expressamente no artigo 37, inciso II, como condição prévia tanto para o preenchimento dos cargos, como também dos empregos públicos. E o parágrafo segundo fulmina de nulidade absoluta as contratações efetuadas com inobservância do requisito formal previsto na Constituição.

Portanto, a conduta dos Réus importa em flagrante violação à ordem jurídica constitucional, especialmente quando se contrastam os atos praticados por eles com o artigo 37, I e II, da Carta Política.

3. DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prevê o art. 129, da Constituição Federal, incumbir ao Ministério Público "*a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.*" O art. 129, III, também da

mesma Constituição, dispõe ser função institucional do *Parquet* "*promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.*" Por sua vez, o inciso II do mesmo artigo retrocitado também fixa como função institucional "*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.*"

A Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em seu artigo 6º, inciso VII, dispõe que compete ao Ministério Público da União, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a) a proteção dos direitos constitucionais; b) a proteção do patrimônio público e social; c) a proteção de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos. Logo em seguida, no mesmo dispositivo, inciso XIV, está posto que poderá "*promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: a) ao Estado de Direito e às instituições democráticas; b)..... c) à ordem social.*

Especificamente quanto ao Ministério Público do Trabalho, todavia sem excluir as disposições anteriores - obviamente, posto que parte do Ministério Público da União - assim dispõe o art. 83 da Lei Complementar 75/93 que "*Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: I - promover as ações que lhes sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas; II .....; III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.*"

O art. 84 da mesma lei complementar, que trata da Lei Orgânica do Ministério Público, expressamente reza que "*incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito de suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III, IV do Título I*".

A Constituição Federal, em seu art. 37, II, fixa como condição para a contratação de empregado público a sua aprovação em concurso público. Sem a realização do certame prévio, resta presumido o clientelismo que deveria ter sido exterminado de nossa

cultura. Como o modo "informal", ilegal e inconstitucional como contratou mão-de-obra, os Réus causaram danos ao patrimônio público, vez que se utilizou da Administração indireta - recursos públicos - para o pagamento dos salários de pessoas contratadas sem qualquer critério técnico, ou seja, ao talante do administrador, como se fora proprietário de uma empresa privada.

Violou, pois, os direitos difusos de todos os trabalhadores que são, potencialmente, candidatos a possível concurso público que deveria ter sido realizado pela Ré. Ou seja, todo trabalhador tem, nos termos que dispõe o art. 37, I, da Carta Política, direito subjetivo a assumir as vagas que foram preenchidas pelos atuais empregados das prestadoras de serviços, isto é, estariam em condições de prestarem concurso público, se assim lhes fosse permitido, razão pela qual justifica-se a intervenção do Ministério Público.

Em artigo doutrinário acerca do tema, leciona o ex-Subprocurador-Geral do Trabalho e atualmente Ministro do Col. TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho:

> "*No que concerne a interesses difusos no âmbito das relações de trabalho, teríamos como exemplo o de empresa pública que contratasse diretamente empregados (acrescentamos também os que prestam serviços por terceirização ilícita) sem concurso público. O STF já decidiu pela exigibilidade do concurso público também para a admissão de empregados (regidos pela CLT) nas empresas públicas e sociedades de economia mista (MS 21.322-1/DF), Rel. Min. Paulo Brossard, DJU de 23.04.93). Num caos desses, diante da denúncia do Sindicato Profissional a respeito da irregularidade, e uma vez constatada essa, o Ministério Público do Trabalho poderia ajuizar ação civil pública para a defesa do interesse difuso relativo aos possíveis candidatos a um concurso público. A hipótese seria nitidamente de defesa de interesse difuso pela impossibilidade de especificar o conjunto dos postulantes ao emprego público, já que, potencialmente, todas as pessoas que preenchessem os requisitos exigidos pelo mesmo poderiam ser consideradas candidatas sem potencial.*" (in "A Defesa dos Interesses Coletivos pelo Ministério Público do Trabalho", Ltr 57-12/1431).

4. DA COMPETÊNCIA MATERIAL E FUNCIONAL

Versando a demanda sobre conflito decorrente de relação de emprego, a competência para apreciar e julgar o feito é da Justiça do Trabalho, nos exatos termos do art. 114 da Constituição Federal.

A esse respeito, a lição do eminente Min. João Oreste Dalazen vem a talho ao caso concreto, ao ensinar que *"O critério determinante da competência material da Justiça do Trabalho para a ação civil pública não é a existência atual, ou pretérita, da relação de emprego, tampouco emergir a lide entre os respectivos sujeitos. Nisto reside a especificidade, ou o traço "sui generis" de tal competência material: não é material a competência pela natureza e existência da relação jurídica em si, onde brota o litígio, mas pela natureza da prestação ou do bem jurídico objeto da disputa, sempre referida ou referível a um contrato de trabalho. Tratando-se de prestação de fato, abstenção de fato, ou de bem jurídico que decorra de obrigação constitucional de natureza trabalhista, havendo-se por tal inerente a um contrato de emprego, ainda que implícita neste, a competência para o deslinde da ação civil pública é da Justiça do Trabalho. Nada importa que a prestação vindicada seja dirigida apenas a um potencial empregador e pressuponha futuro contrato de trabalho: suficiente que postula em razão dele e alçada à culminada constitucional. Irrelevante, por igual, que a prestação seja pleiteada a um sindicato, desde que concernente à condição de empregado ou de empregador por ele representado e decorra de direito social constitucionalmente garantido."*

Quanto a competência funcional é pacífico o entendimento de que o Juízo de primeiro grau deve processar e julgar o feito. Nesse sentido o seguinte aresto:

> *COMPETÊNCIA HIERÁRQUICA (FUNCIONAL). "Segundo o artigo 2º da Lei nº 7.347/85, a competência para processar e julgar ações civis públicas é do juízo local onde ocorreu o dano. A alteração introduzida no art. 16 da mencionada Lei não cuidou de competência, mas dos limites subjetivos da coisa julgada. E a competência é do juiz de primeiro grau, pois não há como se cogitar de competência presumida, ela sempre decorre de lei ou da Constituição. Declina-se da competência deste Tribunal para a 28ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP." (TST, ACPn 548420/99, SBDI II, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, in DJ de 01/06/2001, pág. 472).*

Assim, dúvida não resta quanto à competência material da Justiça do Trabalho e funcional dessa MMª Vara para conhecer, processar e julgar o presente feito.

5. APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES. RESPONSABILIZAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO.

Perpetrada a ilegalidade, deve(m) a(s) autoridade(s) responsáve(l)(is) ser(em) punidas como impõe o art. 37, II e parágrafos 2º e 4º da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, 2º, 4º, 11 *caput* e inciso I, e art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429, de 02/06/92. Isto porque as contratações procedidas em contrariedade ao disposto no art. 37, II, da Carta Política constituem **crime de responsabilidade** e **prática de ato de improbidade administrativa,** ensejando também a reparação de danos causados ao Erário, mediante ação regressiva e suspensão de direitos políticos, nas esferas cível e eleitoral, valendo destacar que ao agente público cabe zelar pelos princípios inseridos no *caput* do mencionado art. 37, da Constituição, sobretudo o da **legalidade.**

Além disso, o ato inquinado lesa interesses difusos de brasileiros que se submetem a concursos públicos, atentando ainda contra a ordem jurídica, pela qual cabe ao Ministério Público zelar (art. 127 da CF e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93), pois se toleradas as admissões e a transferência ilegais, restaria frustrado o desejo de toda a sociedade, de inibir abusos, de modo a contribuir para a formação de uma competente e proba Administração Pública.

Portanto, a questão não cinge-se aos estreitos limites de mera contratação irregular de empregado, mas amplia-se na desobediência à Carta Magna e à legislação infraconstitucional vigente, em **flagrante prejuízo ao interesse público**, interesse maior da sociedade, impondo-se, dessa forma, combater reprováveis práticas, com a responsabilização da(s) autoridade(s) pública(s).

Entretanto, à falta de competência dessa Justiça Especializada para conhecer de matéria penal, cível e eleitoral, e

considerando os princípios da unidade e indivisibilidade do Ministério Público, estamos remetendo cópia desta petição e principais peças do Procedimento Investigatório nº 0457/2002, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, de conformidade com o art. 22, c/c o art. 15 e parágrafo único, e demais disposições do Capítulo V, da Lei nº 8.429, de 02/06/92.

6. DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS DO DF

(Lei nº 2.681/2001; Lei nº 2.9889/2002; Decreto 22.322/2001 e Decreto nº 23.082/2002).

A Lei Distrital nº 2.681, de 15/01/2001 **(doc. nº 05)** que "*Dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal*" estabeleceu que:

> *"Art. 1º Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, e legislação correlata, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que:*
>
> *I - ocupantes de emprego permanente;*
> *II - não tenham optado por integrar Plano de Desligamento voluntário;*
> *III - admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;*
> *IV - admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988.*
>
> *Art. 2º Ficam criados excepcionalmente, no âmbito do Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas, tabelas de pessoal, que serão integradas, exclusivamente, pelos empregos públicos criados e preenchidos de acordo com o disposto no art. 1º."*

A Lei nº 2.681/2001 foi alterada pela Lei nº 2.989, de 11/06/2002, **(doc. nº 06)** modificando o seu art. 1º, incisos III e IV, ampliando o prazo para referido no inciso III para 03/11/92 e no inciso IV também para 03/11/92.

Ainda tratando da mesma matéria foi expedido o Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 **(doc. nº 07)**, que *"Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências"*

O art. 1º do mencionado diploma legal estipula que os empregados que menciona, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, continuando a serem regidos pela CLT (art. 2º).

Também no mesmo sentido o Decreto nº 23.082, de 04/07/2002 **(doc. nº 02).**

Ora, toda essa legislação contém a eiva da inconstitucionalidade, posto que viola frontalmente o artigo 37, II, da Constituição da República, na medida em que o Governo do Distrito Federal transferiu vários empregados da TCB para a tabela de emprego do Distrito Federal e ainda acena com a possibilidade de transferir outros empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal (art. 1º da Lei nº 2.681/2001).

Registre-se que o controle difuso das leis pode ser exercido em sede de ação civil pública, consoante vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, verbis:

> *"Recurso Extraordinário. Ação Civil Pública. Ministério Público. Legitimidade. 2. Acórdão que deu como inadequada a ação civil pública para declarar a inconstitucionalidade de ato normativo municipal. 3. Entendimento desta Corte no sentido de que "nas ações coletivas, não se nega, à evidência, também, a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade, incidenter tantum, de lei ou ato normativo federal ou local." 4. Reconhecida a legitimidade do Ministério Público, em qualquer instância, de acordo com a respectiva jurisdição, a propor ação civil pública (CF, arts. 127 e 129, III). 5. Recurso extraordinário conhecido e provido para que se prossiga na ação civil pública movida pelo Ministério Público."* (RE 227159/GO, 2ª Turma, Rel. Min. Néri da

Silveira, DJ de 17/05/2002).

Em razão disso, requer sejam declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da legislação acima mencionada.

7. DOS PEDIDOS

7.1. Da medida liminar

As provas carreadas aos autos demonstram à saciedade o direito lesado, ou seja, que a Ré **TCB** contratou os empregados **(doc. nº 03)** sem a realização obrigatória de concurso público enquanto que o **Governo do Distrito Federal** os transferiu para o seu quadro de tabela de empregos, continuando a serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (art. 1º, § 1º, do Decreto nº 23.082, de 04/07/2002). E ainda que fossem concursados, não se admite a transferência para o quadro de pessoal do Governo do Distrito Federal, pois violaria, da mesma forma, o art. 37, II, da CF/88.

E restou provado e demonstrado que a lesão vem ocorrendo de forma continuada, renovando-se a cada dia de trabalho. Além disso, a prestação jurisdicional final, com certeza, poderá demorar alguns anos, período em que a fraude estará beneficiando ilicitamente os Réus.

A Lei nº 7.347/85 - que regula a matéria procedimental da ação civil pública - em seu artigo 12, prevê a hipótese da medida liminar, em face da eventual necessidade de tutela assecuratória instrumental ao objeto da tutela jurisdicional principal, de cunho cognitivo, garantindo a efetividade desta. Com efeito diz o citado dispositivo que *"Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificativa prévia, em decisão sujeita a agravo"*.

Em sendo assim, está demonstrada a presença do *fumus bonis iuris* e do *periculum in mora*, razão por que torna-se necessária a concessão de medida liminar, com fulcro no art 12 da Lei 7.347/85, deferindo, de pronto, os seguintes pedidos para que:

a) o Réu **DISTRITO FEDERAL (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)** se abstenha de transferir qualquer empregado da **TCB** para a tabela de empregos do Distrito Federal e que também se abstenha de transferir empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;

b) seja fixada multa de R$10.000,00 (dez mil reais) em relação a cada empregado que venha a ser transferido irregularmente, em descumprimento da liminar porventura concedida.

E em caráter **definitivo**:

1) seja declarada a nulidade de todos os contratos irregulares mantidos pelos Réus, relacionados no **doc. de nº 03**, assinando-se prazo para a rescisão de todos os contratos de trabalho, sob pena de pagamento de multa no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento da determinação judicial;

2) seja declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 2.681, de 15/01/2001; da Lei nº 2.989, de 11/06/2002; do Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 e Decreto nº 23.082, de 05/07/2002;

3) a procedência, em definitivo, dos pedidos liminares inseridos nas alíneas "a" e "b";

Requer ainda sejam os Réus citados nos endereços mencionados no preâmbulo desta e na pessoa de seus representantes legais, para que, querendo, contestem a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

Requer também a produção de todos os meios de provas em direito admitidas;

Requer, finalmente, na forma do art. 84, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/93, c/c o art. 236, § 2º, do CPC, a intimação

dos atos do processo, na pessoa de um dos membros do Ministério Público do Trabalho.

À causa, dá-se o valor de R$10.000,00 (dez mil reais).

Pede deferimento.

Brasília, DF, 10 de junho de 2003

JOAQUIM R. NASCIMENTO
Procurador do Trabalho

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região

URGENTE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

SHLN , Lote 02, Bloco 01, Conjunto B, Salas 201/204 - 2º ANDAR - BRASÍLIA/DF

PROCESSO 00576-2003-009-10-00-0 MANDADO 9ª VT/DF Nº 806 /2003

RECLAMANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO)
RECLAMADA: DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA)

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Doutor FERNANDO GABRIELE BERNARDES, Juiz do Trabalho desta 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF,

MANDA ao Oficial de Justiça - Avaliador, a quem for este distribuído, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, dirija-se à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GDF, localizada na Sede Provisória DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, sito à SEPN 516, BLOCO F, ED. CARLTON CENTER, 3º ANDAR BRASÍLIA/DF, e, sendo aí proceda a intimação, na pessoa de seu Secretário, para tomar ciência e providências cabíveis:

(X) Do despacho de fls. 50, cópia anexa.

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI

Eu, Denise Maria Karl, Secretário Especializado, digitei. E eu, Márcia Helena de Barros Monteiro Lima, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi o presente, aos 18 de junho de 2003.

FERNANDO GABRIELE BERNARDES
Juiz do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho/DF

Recebido em 24/06/03 às 17 horas.
Luiz Carlos de Almeida Cappella
Secretaria de Gestão Administrativa - GDF
Secretário Adjunto

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício
Nº ...516./2003 – GAB/SGA-DF

Brasília, 25 de junho de 2003.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Distrito Federal,

Encaminho em anexo o Mandado 9ª VT/DF Nº 806/2003, relativo ao processo nº 00576-2003-009-10-00-0, recebido ontem (24/06/03) por essa Secretaria, enviado pelo Juiz do trabalho da 9ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, para tomar ciência do despacho em anexo, o qual defere medida liminar determinando ao réu Distrito Federal que se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB para a tabela de empregos do Distrito Federal, bem como de transferir quaisquer empregados de empresas ou entidades vinculadas à administração pública, em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Informo, também, que foi designada audiência inaugural para o dia 17/07/03, às 13:30 horas.

Pelo exposto, solicito seja designado um Procurador do Distrito Federal para comparecimento à audiência e acompanhamento do processo.

Atenciosamente,

MARIA CECILIA S. S. LANDIM
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

Luiz Carlos de Almeida Lopes
Secretaria de Gestão Administrativa - GDF
Secretário Adjunto

Excelentíssimo Senhor
Evaldo de Souza da Silva
Procurador-Geral do Distrito Federal em exercício
Brasília – DF

RECEBIDO
25/06/03 às 18:10 hs
Funcionário
42326-9
Matrícula

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, com endereço na SEPN 513, Edifício Imperador, 4º andar, pelos Procuradores do Trabalho ao final assinados, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro nos arts 127, ***caput,*** 129, III, da Constituição da República; 6º, VII, "d" e 83, I e III da Lei Complementar nº 75/93 e na Lei 7.347/85, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com pedido de liminar

em face da do **DISTRITO FEDERAL (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)** estabelecida no Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar, nesta Capital e **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB**, situada no Setor de Garagens e Oficinas Norte, quadra 6, bloco "A", Brasília, DF, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho, em 24 de julho de 1997 ajuizou ação civil pública em desfavor de **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB (Proc. nº 977/97 -**

3ª Vara do Trabalho) objetivando a anulação de todos os contratos de trabalho firmados com todos os trabalhadores admitidos após 05/10/88, posto que contratados sem a realização de concurso público. Os pedidos foram julgados procedentes em parte, declarando nulos os contratos firmados com a TCB após o advento da CF/88 **(doc. nº 01).** A decisão transitou em julgado, tendo a Ré rescindido os contratos de trabalho de cerca de 1.021 empregados, conforme termos de rescisão anexados aos autos da ACP nº 0977/97, que está atualmente em fase de execução.

Ocorre que o Governo do Distrito Federal não cumpriu integralmente a determinação judicial acima, objeto da Ação Civil Pública, proc. nº 0977/97, tendo transferido diversos empregados remanescentes da **TCB** para a tabela de empregos do Distrito Federal **(Decreto do GDF nº 23.082, de 04/07/2002 - doc. nº 02).**

Em razão disso, foi instaurado Procedimento Investigatório perante esta Procuradoria (PI nº 0457/2002).Neste, restou apurado que foram transferidos para o GDF, **145 (cento e quarenta e cinco) empregados,** sendo que desses, 34 (trinta e quatro) foram aposentados, restando **111 (cento e onze) empregados em situação irregular (doc. nº 03),** posto que admitidos posteriormente a 05/10/88, sem a realização de concurso público, consoante se observa do Ofício nº 272, de 09/04/2003, da Secretaria de Gestão Administrativa **(doc. nº 04)**.

Assim, a transferência de tais empregados para a tabela de empregos do Distrito Federal, enseja a continuidade da mesma irregularidade, ou seja, continuarão na Administração Pública, sem que tivessem participado de concurso público, isso sem falar na **inconstitucionalidade** de toda a legislação aplicável à espécie.

2. DO DIREITO

2.1. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO

Os Réus são integrantes da Administração Pública, e como tais, devem obediência ao disposto no artigo 37 da Constituição da

República.

Segundo o art. 37, *caput,* da CF/88, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

> *"I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*
>
> *II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração."*

A prática adotada pelos Réus, e sobretudo o Governo do Distrito Federal, ao transferir os empregados da **TCB, relacionados no doc. nº 03**, para a sua tabela de empregos, importa em ofensa direta aos princípios que regem a administração pública e, especialmente, ao princípio do concurso público, adotado expressamente no artigo 37, inciso II, como condição prévia tanto para o preenchimento dos cargos, como também dos empregos públicos. E o parágrafo segundo fulmina de nulidade absoluta as contratações efetuadas com inobservância do requisito formal previsto na Constituição.

Portanto, a conduta dos Réus importa em flagrante violação à ordem jurídica constitucional, especialmente quando se contrastam os atos praticados por eles com o artigo 37, I e II, da Carta Política.

3. DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prevê o art. 129, da Constituição Federal, incumbir ao Ministério Público "*a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.*" O art. 129, III, também da

mesma Constituição, dispõe ser função institucional do *Parquet* "*promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.*" Por sua vez, o inciso II do mesmo artigo retrocitado também fixa como função institucional "*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.*"

A Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em seu artigo 6º, inciso VII, dispõe que compete ao Ministério Público da União, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a) a proteção dos direitos constitucionais; b) a proteção do patrimônio público e social; c) a proteção de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos. Logo em seguida, no mesmo dispositivo, inciso XIV, está posto que poderá "*promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: a) ao Estado de Direito e às instituições democráticas; b)..... c) à ordem social.*

Especificamente quanto ao Ministério Público do Trabalho, todavia sem excluir as disposições anteriores - obviamente, posto que parte do Ministério Público da União - assim dispõe o art. 83 da Lei Complementar 75/93 que "*Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: I - promover as ações que lhes sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas; II .....; III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.*"

O art. 84 da mesma lei complementar, que trata da Lei Orgânica do Ministério Público, expressamente reza que "*incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito de suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III, IV do Título I*".

A Constituição Federal, em seu art. 37, II, fixa como condição para a contratação de empregado público a sua aprovação em concurso público. Sem a realização do certame prévio, resta presumido o clientelismo que deveria ter sido exterminado de nossa

cultura. Como o modo "informal", ilegal e inconstitucional como contratou mão-de-obra, os Réus causaram danos ao patrimônio público, vez que se utilizou da Administração indireta - recursos públicos - para o pagamento dos salários de pessoas contratadas sem qualquer critério técnico, ou seja, ao talante do administrador, como se fora proprietário de uma empresa privada.

Violou, pois, os direitos difusos de todos os trabalhadores que são, potencialmente, candidatos a possível concurso público que deveria ter sido realizado pela Ré. Ou seja, todo trabalhador tem, nos termos que dispõe o art. 37, I, da Carta Política, direito subjetivo a assumir as vagas que foram preenchidas pelos atuais empregados das prestadoras de serviços, isto é, estariam em condições de prestarem concurso público, se assim lhes fosse permitido, razão pela qual justifica-se a intervenção do Ministério Público.

Em artigo doutrinário acerca do tema, leciona o ex-Subprocurador-Geral do Trabalho e atualmente Ministro do Col. TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho:

> "*No que concerne a interesses difusos no âmbito das relações de trabalho, teríamos como exemplo o de empresa pública que contratasse diretamente empregados (acrescentamos também os que prestam serviços por terceirização ilícita) sem concurso público. O STF já decidiu pela exigibilidade do concurso público também para a admissão de empregados (regidos pela CLT) nas empresas públicas e sociedades de economia mista (MS 21.322-1/DF), Rel. Min. Paulo Brossard, DJU de 23.04.93). Num caos desses, diante da denúncia do Sindicato Profissional a respeito da irregularidade, e uma vez constatada essa, o Ministério Público do Trabalho poderia ajuizar ação civil pública para a defesa do interesse difuso relativo aos possíveis candidatos a um concurso público. A hipótese seria nitidamente de defesa de interesse difuso pela impossibilidade de especificar o conjunto dos postulantes ao emprego público, já que, potencialmente, todas as pessoas que preenchessem os requisitos exigidos pelo mesmo, poderiam ser consideradas candidatas sem potencial.*" (**in** "A Defesa dos Interesses Coletivos pelo Ministério Público do Trabalho", Ltr 57-12/1431).

4. DA COMPETÊNCIA MATERIAL E FUNCIONAL

Versando a demanda sobre conflito decorrente de relação de emprego, a competência para apreciar e julgar o feito é da Justiça do Trabalho, nos exatos termos do art. 114 da Constituição Federal.

A esse respeito, a lição do eminente Min. João Oreste Dalazen vem a talho ao caso concreto, ao ensinar que *"O critério determinante da competência material da Justiça do Trabalho para a ação civil pública não é a existência atual, ou pretérita, da relação de emprego, tampouco emergir a lide entre os respectivos sujeitos. Nisto reside a especificidade, ou o traço "sui generis" de tal competência material: não é material a competência pela natureza e existência da relação jurídica em si, onde brota o litígio, mas pela natureza da prestação ou do bem jurídico objeto da disputa, sempre referida ou referível a um contrato de trabalho. Tratando-se de prestação de fato, abstenção de fato, ou de bem jurídico que decorra de obrigação constitucional de natureza trabalhista, havendo-se por tal inerente a um contrato de emprego, ainda que implícita neste, a competência para o deslinde da ação civil pública é da Justiça do Trabalho. Nada importa que a prestação vindicada seja dirigida apenas a um potencial empregador e pressuponha futuro contrato de trabalho: suficiente que postula em razão dele e alçada à culminada constitucional. Irrelevante, por igual, que a prestação seja pleiteada a um sindicato, desde que concernente à condição de empregado ou de empregador por ele representado e decorra de direito social constitucionalmente garantido."*

Quanto a competência funcional é pacífico o entendimento de que o Juízo de primeiro grau deve processar e julgar o feito. Nesse sentido o seguinte aresto:

> *COMPETÊNCIA HIERÁRQUICA (FUNCIONAL). "Segundo o artigo 2º da Lei nº 7.347/85, a competência para processar e julgar ações civis públicas é do juízo local onde ocorreu o dano. A alteração introduzida no art. 16 da mencionada Lei não cuidou de competência, mas dos limites subjetivos da coisa julgada. E a competência é do juiz de primeiro grau, pois não há como se cogitar de competência presumida, ela sempre decorre de lei ou da Constituição. Declina-se da competência deste Tribunal para a 28ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP." (TST, ACPn 548420/99, SBDI II, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, in DJ de 01/06/2001, pág. 472).*

Assim, dúvida não resta quanto à competência material da Justiça do Trabalho e funcional dessa MMª Vara para conhecer, processar e julgar o presente feito.

5. APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES. RESPONSABILIZAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO.

Perpetrada a ilegalidade, deve(m) a(s) autoridade(s) responsáve(l)(is) ser(em) punidas como impõe o art. 37, II e parágrafos 2º e 4º da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, 2º, 4º, 11 *caput* e inciso I, e art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429, de 02/06/92. Isto porque as contratações procedidas em contrariedade ao disposto no art. 37, II, da Carta Política constituem **crime de responsabilidade** e **prática de ato de improbidade administrativa,** ensejando também a reparação de danos causados ao Erário, mediante ação regressiva e suspensão de direitos políticos, nas esferas cível e eleitoral, valendo destacar que ao agente público cabe zelar pelos princípios inseridos no *caput* do mencionado art. 37, da Constituição, sobretudo o da **legalidade.**

Além disso, o ato inquinado lesa interesses difusos de brasileiros que se submetem a concursos públicos, atentando ainda contra a ordem jurídica, pela qual cabe ao Ministério Público zelar (art. 127 da CF e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93), pois se toleradas as admissões e a transferência ilegais, restaria frustrado o desejo de toda a sociedade, de inibir abusos, de modo a contribuir para a formação de uma competente e proba Administração Pública.

Portanto, a questão não cinge-se aos estreitos limites de mera contratação irregular de empregado, mas amplia-se na desobediência à Carta Magna e à legislação infraconstitucional vigente, em **flagrante prejuízo ao interesse público**, interesse maior da sociedade, impondo-se, dessa forma, combater reprováveis práticas, com a responsabilização da(s) autoridade(s) pública(s).

Entretanto, à falta de competência dessa Justiça Especializada para conhecer de matéria penal, cível e eleitoral, e

C9

considerando os princípios da unidade e indivisibilidade do Ministério Público, estamos remetendo cópia desta petição e principais peças do Procedimento Investigatório nº 0457/2002, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, de conformidade com o art. 22, c/c o art. 15 e parágrafo único, e demais disposições do Capítulo V, da Lei nº 8.429, de 02/06/92.

6. DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS DO DF

(Lei nº 2.681/2001; Lei nº 2.9889/2002; Decreto 22.322/2001 e Decreto nº 23.082/2002).

A Lei Distrital nº 2.681, de 15/01/2001 **(doc. nº 05)** que "*Dispõe sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal*" estabeleceu que:

> *"Art. 1º Ficam criados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, e legislação correlata, os quais serão ocupados por empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, desde que:*
>
> *I - ocupantes de emprego permanente;*
> *II - não tenham optado por integrar Plano de Desligamento voluntário;*
> *III - admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988;*
> *IV - admitidos por concurso público em data posterior a 5 de outubro de 1988.*
>
> *Art. 2º Ficam criados excepcionalmente, no âmbito do Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas, tabelas de pessoal, que serão integradas, exclusivamente, pelos empregos públicos criados e preenchidos de acordo com o disposto no art. 1º."*

A Lei nº 2.681/2001 foi alterada pela Lei nº 2.989, de 11/06/2002, **(doc. nº 06)** modificando o seu art. 1º, incisos III e IV, ampliando o prazo para referido no inciso III para 03/11/92 e no inciso IV também para 03/11/92.

Ainda tratando da mesma matéria foi expedido o Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 **(doc. nº 07)**, que *"Dispõe sobre a inclusão de empregos públicos remanescentes do Quadro Permanente de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, na Tabela de Empregos do Distrito Federal, em extinção, e dá outras providências"*

O art. 1º do mencionado diploma legal estipula que os empregados que menciona, passam a integrar a Tabela de Empregos do Distrito Federal, continuando a serem regidos pela CLT (art. 2º).

Também no mesmo sentido o Decreto nº 23.082, de 04/07/2002 **(doc. nº 02).**

Ora, toda essa legislação contém a eiva da inconstitucionalidade, posto que viola frontalmente o artigo 37, II, da Constituição da República, na medida em que o Governo do Distrito Federal transferiu vários empregados da TCB para a tabela de emprego do Distrito Federal e ainda acena com a possibilidade de transferir outros empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal (art. 1º da Lei nº 2.681/2001).

Registre-se que o controle difuso das leis pode ser exercido em sede de ação civil pública, consoante vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, verbis:

> *"Recurso Extraordinário. Ação Civil Pública. Ministério Público. Legitimidade. 2. Acórdão que deu como inadequada a ação civil pública para declarar a inconstitucionalidade de ato normativo municipal. 3. Entendimento desta Corte no sentido de que "nas ações coletivas, não se nega, à evidência, também, a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade, incidenter tantum, de lei ou ato normativo federal ou local." 4. Reconhecida a legitimidade do Ministério Público, em qualquer instância, de acordo com a respectiva jurisdição, a propor ação civil pública (CF, arts. 127 e 129, III). 5. Recurso extraordinário conhecido e provido para que se prossiga na ação civil pública movida pelo Ministério Público."* (RE 227159/GO, 2ª Turma, Rel. Min. Néri da

Silveira, DJ de 17/05/2002).

Em razão disso, requer sejam declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da legislação acima mencionada.

7. DOS PEDIDOS

7.1. Da medida liminar

As provas carreadas aos autos demonstram à saciedade o direito lesado, ou seja, que a Ré **TCB** contratou os empregados **(doc. nº 03)** sem a realização obrigatória de concurso público enquanto que o **Governo do Distrito Federal** os transferiu para o seu quadro de tabela de empregos, continuando a serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (art. 1º, § 1º, do Decreto nº 23.082, de 04/07/2002). E ainda que fossem concursados, não se admite a transferência para o quadro de pessoal do Governo do Distrito Federal, pois violaria, da mesma forma, o art. 37, II, da CF/88.

E restou provado e demonstrado que a lesão vem ocorrendo de forma continuada, renovando-se a cada dia de trabalho. Além disso, a prestação jurisdicional final, com certeza, poderá demorar alguns anos, período em que a fraude estará beneficiando ilicitamente os Réus.

A Lei nº 7.347/85 - que regula a matéria procedimental da ação civil pública - em seu artigo 12, prevê a hipótese da medida liminar, em face da eventual necessidade de tutela assecuratória instrumental ao objeto da tutela jurisdicional principal, de cunho cognitivo, garantindo a efetividade desta. Com efeito diz o citado dispositivo que *"Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificativa prévia, em decisão sujeita a agravo"*.

Em sendo assim, está demonstrada a presença do *fumus bonis iuris* e do *periculum in mora*, razão por que torna-se necessária a concessão de medida liminar, com fulcro no art 12 da Lei 7.347/85, deferindo, de pronto, os seguintes pedidos para que:

a) o Réu **DISTRITO FEDERAL (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa)** se abstenha de transferir qualquer empregado da **TCB** para a tabela de empregos do Distrito Federal e que também se abstenha de transferir empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização ou extinção, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;

b) seja fixada multa de R$10.000,00 (dez mil reais) em relação a cada empregado que venha a ser transferido irregularmente, em descumprimento da liminar porventura concedida.

E em caráter **definitivo**:

1) seja declarada a nulidade de todos os contratos irregulares mantidos pelos Réus, relacionados no **doc. de nº 03**, assinando-se prazo para a rescisão de todos os contratos de trabalho, sob pena de pagamento de multa no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento da determinação judicial;

2) seja declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 2.681, de 15/01/2001; da Lei nº 2.989, de 11/06/2002; do Decreto nº 22.322, de 13/08/2001 e Decreto nº 23.082, de 05/07/2002;

3) a procedência, em definitivo, dos pedidos liminares inseridos nas alíneas "a" e "b";

Requer ainda sejam os Réus citados nos endereços mencionados no preâmbulo desta e na pessoa de seus representantes legais, para que, querendo, contestem a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

Requer também a produção de todos os meios de provas em direito admitidas;

Requer, finalmente, na forma do art. 84, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/93, c/c o art. 236, § 2º, do CPC, a intimação

dos atos do processo, na pessoa de um dos membros do Ministério Público do Trabalho.

À causa, dá-se o valor de R$10.000,00 (dez mil reais).

Pede deferimento.

Brasília, DF, 10 de junho de 2003

JOAQUIM R. NASCIMENTO
Procurador do Trabalho

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região

Ação Civil Pública nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 08 (oito) dias do mês de outubro do ano de 2003 (dois mil e três), às 16h, no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Edifício Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram o Sr. **João Carlos das Neves Bacellar**, RG nº 749.541, SSP/DF, representante dos trabalhadores da CODEPLAN, o Sr. **Francisco Alves de Sousa**, RG nº 717.274, SSP/DF, Presidente do SINDSER, acompanhado pela Dra. **Patrícia Machado Vieira de Almeida**, OAB/DF nº 17.315, o Sr. **Marco Antonio Ferreira**, RG nº 529.780, SSP/DF, Presidente da Associação ACOD e a Sra. **Maria Luiza da Silva**, RG nº 317.188, SSP/DF, Presidente da Associação dos Servidores da SAB, perante o Exmº Sr. Procurador do Trabalho Dr. **Joaquim Rodrigues Nascimento.**

Feito os esclarecimentos necessários, declararam os representantes acima qualificados, respectivamente, que a CODEPLAN possui 472 empregados cedidos; que tais empregados estão em diversos órgãos da administração pública do DF; que no lugar dos mesmos foram colocados diversos trabalhadores oriundos do Instituto Candango de Solidariedade e de outras empresas terceirizadas; que em função disso o sindicato dos servidores do DF já apresentou denuncia nesta procuradoria; que todos eles ingressaram antes de 05 de outubro de 1988; que entre estes, alguns, cerca de cinco a dez, fizeram concurso público pelo IDR.

Dada a palavra ao representante do SINDSER declarou que a CEASA possui cerca de 70 empregados, todos cedidos.

Dada a palavra à represente da Associação dos Servidores da SAB declarou que com relação à TCB, possui 1.300 empregados e que todos eles foram apostilados, segundo informação obtida junto ao Sr. Vieira, assessor do presidente da TCB; que com relação a SAB tem essa 420 empregados, sendo que destes 13 continuam na SAB para auxiliar processo de liquidação; que até o presente momento somente os empregados da TCB foram apostilados.

Requisita-se, nesta oportunidade, na forma da Lei Complementar 75/93, artigo 8º, incisos II e IV, de cada representante legal de cada um dos seguintes órgãos: CODEPLAN, SAB, TCB e CEASA, a relação de todos os empregados por eles cedidos, com as respectivas datas de admissão. No caso de houver empregados admitidos após 05/10/1988 deverá informar se ingressaram mediante concurso público. Prazo de 20 dias.

Nada mais a audiência foi encerrada às 17h42.

Joaquim Rodrigues Nascimento.
Procurador do Trabalho

João Carlos das Neves Bacellar
RG nº 749.541. SSP/DF

Marco Antonio Ferreira
RG nº 529.780. SSP/DF

Francisco Alves de Sousa
RG nº 717.274. SSP/DF

Maria Luiza da Silva
RG nº 317.188. SSP/DF

Patrícia Machado Vieira de Almeida
OAB/DF nº 17.315

João Ricardo Viana Costa
Secretário da audiência

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e Difusos

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2003 (dois mil e três), às 14h30, na sala 325 da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Edifício Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram a Srª **Ledamar Sousa Resende,** RG 2135744, SSP/DF, representando o Distrito Federal/Secretaria de Gestão Administrativa, acompanhada pelo Dr. **Fernando Cunha Júnior,** Procurador do DF, a Drª **Carlane Torres Gomes de Sá**, OAB/DF 6363, representando a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB, e o Dr. **Antônio Alves Filho,** OAB/DF 4972, representando o SINDSER/DF, perante o Exmº Srº Procurador do Trabalho, Dr. **Fábio Leal Cardoso.**

A presente audiência tem a finalidade de lançar as bases para a celebração de possível conciliação nos autos do processo 00576-2003-009-10-00.

O Ministério Público do Trabalho, considerando que existem 142 (cento e quarenta e dois) empregados prestando serviços à administração direta do distrito Federal que foram admitidos após a promulgação da Carta de 1988 sem a submissão e aprovação em concurso público; Considerando que todos os demais empregados que anteriormente prestavam serviços à administração indireta e que foram transferidos para exercerem as mesma tarefas na administração direta, foram contratados mediante o processo seletivo disciplinado no art. 37, II da Constituição da República; Considerando que o aproveitamento desses servidores regularmente contratados não viola os interesses difusos de trabalhadores que eventualmente pudessem postular o ingresso no serviço público, uma vez que estes integram a Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção, e, portanto, tais cargos jamais seriam licitados em concurso público, pois a medida se destina exclusivamente a evitar uma demissão em massa de empregados públicos, alguns prestes a aposentarem-se, formula **proposta de conciliação** nos seguintes termos:

1 – O Distrito Federal se compromete a dispensar imediatamente após a homologação do acordo judicial todos os empregados transferidos da administração indireta para a direta que não ingressaram mediante concurso público;

2 – Os empregados admitidos através de concurso público e anteriormente vinculados à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB, à Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB, ao Central de Abastecimento do Distrito Federal-CEASA, e à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, seriam regularmente transferidos para a administração direta na Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção, nas mesmas funções e com a mesma remuneração anteriores;

3 – O Distrito Federal se compromete a não mais aplicar as Leis

2681, de 15 de janeiro de 2001, e 2989, de 11 de junho de 2002, bem como seus Decretos regulamentares, em processos de futuras extinções, incorporações, fusões e liquidações de empresas integrantes da administração pública indireta;

O representante do Distrito Federal disse que encaminhará as bases da conciliação para análise do Poder Executivo. Sua Excelência sugere ao SINDSER, no intuito de evitar futuros pedidos de equiparação salarial dos empregados da Tabela de Empregos do Distrito Federal em Extinção com os servidores efetivos da administração direta, que o SINDSER, no termo de conciliação, e seus associados renunciem ao ajuizamento de quaisquer ações que tenham como causa de pedir a postulação de reenquadramento, desvio funcional, cumulado com diferenças salariais, tendo como base qualquer tabela do quadro de servidores do Distrito Federal.

O representante do SINDSER disse que irá analisar a proposta do Distrito Federal, manifestando-se no momento oportuno, após deliberação da categoria em assembléia.

Fica adiada a presente audiência para o dia **23 de setembro de 2003, às 14h30**, para que as partes se manifestem expressamente sobre os termos da conciliação ora proposta. Cientes os presentes, que comparecerão independentemente de nova notificação.

Nada mais havendo, foi encerrada a audiência às 16h05.

Fábio Leal Cardoso
Procurador do Trabalho

Ledamar Sousa Resende
RG 2135744, SSP/DF

Antônio Alves Filho
OAB/DF 4972

Fernando Cunha Júnior
Procurador do Distrito Federal

Carlane Torres Gomes de Sá
OAB/DF 6363

Marcílio Ferreira Lima
Secretário da audiência

Ação Civil Pública nº 576/2003, tramitando perante a MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Aos 08 (oito) dias do mês de outubro do ano de 2003 (dois mil e três), às 16h, no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN 513, Edifício Imperador, 3° andar, Brasília-DF, compareceram o Sr. **João Carlos das Neves Bacellar**, RG nº 749.541, SSP/DF, representante dos trabalhadores da CODEPLAN, o Sr. **Francisco Alves de Sousa**, RG nº 717.274, SSP/DF, Presidente do SINDSER, acompanhado pela Dra. **Patrícia Machado Vieira de Almeida**, OAB/DF nº 17.315, o Sr. **Marco Antonio Ferreira**, RG nº 529.780, SSP/DF, Presidente da Associação ACOD e a Sra. **Maria Luiza da Silva**, RG nº 317.188, SSP/DF, Presidente da Associação dos Servidores da SAB, perante o Exmº Sr. Procurador do Trabalho Dr. **Joaquim Rodrigues Nascimento.**

Feito os esclarecimentos necessários, declararam os representantes acima qualificados, respectivamente, que a CODEPLAN possui 472 empregados cedidos; que tais empregados estão em diversos órgãos da administração pública do DF; que no lugar dos mesmos foram colocados diversos trabalhadores oriundos do Instituto Candango de Solidariedade e de outras empresas terceirizadas; que em função disso o sindicato dos servidores do DF já apresentou denuncia nesta procuradoria; que todos eles ingressaram antes de 05 de outubro de 1988; que entre estes, alguns, cerca de cinco a dez, fizeram concurso público pelo IDR.

Dada a palavra ao representante do SINDSER declarou que a CEASA possui cerca de 70 empregados, todos cedidos.

Dada a palavra à represente da Associação dos Servidores da SAB declarou que com relação à TCB, possui 1.300 empregados e que todos eles foram apostilados, segundo informação obtida junto ao Sr. Vieira, assessor do presidente da TCB; que com relação a SAB tem essa 420 empregados, sendo que destes 13 continuam na SAB para auxiliar processo de liquidação; que até o presente momento somente os empregados da TCB foram apostilados.

Requisita-se, nesta oportunidade, na forma da Lei Complementar 75/93, artigo 8º, incisos II e IV, de cada representante legal de cada um dos seguintes órgãos: CODEPLAN, SAB, TCB e CEASA, a relação de todos os empregados por eles cedidos, com as respectivas datas de admissão. No caso de houver empregados admitidos após 05/10/1988 deverá informar se ingressaram mediante concurso público. Prazo de 20 dias.

Nada mais a audiência foi encerrada às 17h42.

Joaquim Rodrigues Nascimento.
Procurador do Trabalho

João Carlos das Neves Bacellar
RG nº 749.541, SSP/DF

Marco Antonio Ferreira
RG nº 529.780, SSP/DF

Francisco Alves de Sousa
RG nº 717.274, SSP/DF

Maria Luiza da Silva
RG nº 317.188, SSP/DF

Patrícia Machado Vieira de Almeida
OAB/DF nº 17.315

João Ricardo Viana Costa
Secretário da audiência

PROCURADORIA-GERAL

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

OFÍCIO

Nº 563/2005-GAB/PGDF

Brasília, 09 de setembro de 2005.

Senhora Secretária,

Dirijo-me a Vossa Excelência, em atenção à solicitação contida no Ofício nº 1337/2005– GAB/SGA-DF, para encaminhar a manifestação exarada por esta Casa Jurídica acerca do Projeto de Lei nº 1.985/2005, que trata da criação de unidade de manutenção de pessoal de empresas extintas e em processo de reorganização.

Atenciosamente,

MIGUEL ANGELO FARAGE DE CARVALHO

Procurador-Geral

RECEBIDO EM 09/09/05

Excelentíssima Senhora

MARIA CECÍLIA SOARES DA SILVA LANDIM

Secretária de Estado de Gestão Administrativa

NESTA

MRM - OF 245 SGA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

MEMO
Nº 332 /05 - GAB/PROPES Brasília, 31 de agosto de 2005.

PARA: Procurador-Geral,

Com o intento de subsidiar resposta ao Ofício 1337/05-GAB/SGA-DF, submeto a Vossa Excelência a manifestação exarada pelo i. colega Procurador-Coordenador de Pessoal Celetista da Administração Direta, Dr. Fernando Cunha Júnior, em anexo.

Respeitosamente.

Patrícia Lyrio Assreuy

PATRÍCIA LYRIO ASSREUY
Procuradora-Chefe da Procuradoria de Pessoal

RECEBIDO

CONSELHO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

INTERESSADO : Secretaria de Estado de Gestão Administrativa

ASSUNTO: Ofício 1337/2005GAB/SGA-DF, de 28.07.2005

À ilustre Procuradora Chefe da PROPES.

Cuidam os autos da análise da matéria e realização de reunião com a Exma. Sra. Secretária de Gestão Administrativa do DF relativamente ao disposto no Ofício 1337/2005GAB/SGA-DF, de 28.07.2005

A reunião já foi realizada, em data de 22.08.2005, na sede da Secretaria de Gestão Administrativa com a participação deste Coordenador, da Subsecretária da SGA, Assessoria desta e empregados públicos da TCB.

Reitera-se o que já plasmado naquela reunião no sentido de que o substitutivo apresentado afronta decisão judicial, não atende aos anseios do Poder Executivo e, ainda, gera situação mais onerosa para o Poder Público.

Ratifica-se apenas as considerações já postas na reunião mencionada.

No primeiro artigo do Projeto Substitutivo consta a inclusão de parágrafos.

razão da apresentação do Projeto de Lei, com base na criação de uma Unidade de Manutenção de Pessoal de empresas extintas, é justamente evitar o desligamento de todos os empregados da TCB, CEASA, SAB, etc, determinado por força da decisão judicial na Ação Civil Pública 576/03, em trâmite na 9ª. Vara do Trabalho e ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho. A fundamentação da ação judicial e que restou acolhida pela sentença foi a vulneração do art. 37, da Constituição, que cuida da obrigatória admissão no DISTRITO FEDERAL por concurso público.

Não é só. A liminar deferida obstando qualquer transferência de tais empregados para o DISTRITO FEDERAL restou confirmada na sentença e continua tendo eficácia referida proibição de transferência irregular.

A sentença plasmou:

> " (...)Tendo em vista a inconstitucionalidade das Leis Distritais 2.681/01, n. 2989/02, bem como os Decretos 22.322/01 e 22.082/02, ora declarada de forma incidental, ratifico os termos da liminar concedida, para determinar que o DF se abstenha de transferir qualquer empregado da TCB ou de qualquer outra empresa pública ou sociedade de economia mista em processo de liquidação, privatização ou extinção para os quadros da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do DF e declaro a nulidade do ato de transferência e, por conseguinte, de todos os contratos irregulares firmados com os empregados nomeados no documento 03, juntado com a inicial, fixando o prazo de 120 dias para que sejam rescindidos, retornando os trabalhadores à total responsabilidade da real empregadora, in casu, a TCB."

De sorte que mencionar e cuidar do tema *como sucessão seria repetir o mesmo vício das Leis inquinadas e declaradas inconstitucionais pelo Judiciário, quais sejam, Leis 2681/01 e Lei 2989/02.*

Quando se discutiu a idéia da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, em torno do Projeto de Lei encaminhado, foi no sentido de se adotar um modelo já em voga na União, Governo Federal, em termos de uma Unidade de Manutenção como a descrita no artigo 1º do Projeto originalmente encaminhado. Embora possa ser discutível constitucionalmente tal solução foi adotada com sucesso na área federal, em termos da criação de unidade de manutenção de empregos públicos.

Ademais jamais se falou em sucessão porquanto de nada adianta revogar, como o faz o Projeto, as Leis 2681/01 e 2989/02 e editar uma nova norma dizendo absolutamente a mesma coisa que seria a sucessão ou transferência de pessoal das entidades em extinção para o DISTRITO FEDERAL. E ademais tal proceder demonstraria afronta às escâncaras do Distrito Federal quanto à autoridade do Poder Judiciário, tendo em vista o debate do tema, inclusive com decisão desfavorável proferida.[1].

O Parágrafo 4º, do artigo 1º, também incide **em oneroso** e incoerente contexto **ao deferir Plano de Desligamento Voluntário-PDV** para os empregados dessas **empresas em extinção**.

*A informação da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa é que n*ão se pode esquecer que a razão da edição da Lei 2681/01 *foi a preservação dos contratos de trabalho dos trabalhadores diante da*

Com a liquidação tais empregados seriam dispensados com o término do contrato de trabalho que é, inclusive, o que já determinou judicialmente a Justiça do Trabalho com sentença aguardando julgamento de recurso do Poder Público.

Conceder Plano de Desligamento Voluntário é *algo oneroso, além do que tentar manter os contratos de emprego* desses trabalhadores, *e que não tem se justificado atualmente sequer para os servidores estatutários do quadro da Administração Direta.*

Qual a razão de se conceder o benefício do Plano de Desligamento Voluntário quando a pretensão dos trabalhadores, ao menos em tese, é justamente contrária, ou seja, manter os empregos e não sofrer o revés da demissão? Qual a razão para se apresentar o PDV pelo Estado se não fosse a necessidade do serviço de tais trabalhadores?

Destarte *tal parágrafo 4º, do art. 1º, assim como os arts. 7º e 8º devem ser suprimidos.*

O art. 4º também teve o acréscimo de Parágrafo Único e respectivos incisos.

Tal parágrafo, assim como os incisos, devem ser todos suprimidos.

O *inciso I, Parágrafo Único, do art. 4o, é desnecessário posto que a rescisão do contrato com base no art. 482, da CLT, é algo que não precisa*

O inciso II é descabido porquanto não se imagina ainda a hipótese de acumulação de cargo, emprego ou função pública por tais empregados. Os contratos de trabalho decorrentes dos Planos de Cargos nas empresas permanecem os mesmos (artigo 3º do Projeto Original).

Os incisos III e IV, do Parágrafo Único, art. 4º, também são descabidos pois, em termos de rescisão de contrato, confundem regime celetista com institutos próprios de direito administrativo, como o de insuficiência de desempenho, recursos à autoridade superior e alegação de conhecimento de padrões mínimos de qualidade laboral. Basta observar, como fundamentação, o disposto no art. 41, da Constituição, que menciona a perda do cargo público pelo servidor diante de processo administrativo e avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar (Incisos I, II e III, Par. 1º, art. 41, CF, com a redação da Emenda Constitucional 19/1998).

Devem ser suprimidos o Parágrafo único e respectivos incisos do art. 4º.

O art. 5º do substitutivo oferece um elastério ao utilizar a expressão Administração Pública, já que o Projeto original mencionou apenas Administração direta, autarquias e fundações. Assim tais empregados poderiam ser encaminhados também para outras empresas do complexo da Administração Indireta do DF. É uma questão mais de ordem administrativa e política do que jurídica parecendo, destarte, ser mais salutar a manutenção na Administração Direta do que confundir-se ainda

absolutamente distintos . Como se adotou uma unidade de manutenção de tais empregados talvez a robustez jurídica desse arcabouço exija a manutenção e lotação na Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

Assim sugere-se a manutenção da expressão Administração Direta, Autarquias e Fundações do art. 5º do Projeto original.

Em conclusão e na verdade a sugestão é no sentido da manutenção na íntegra do Projeto como encaminhado originalmente.

Ante o exposto apresento estas razões a V. Senhoria para ciência e encaminhamento ao Exmo. Sr. Procurador-Geral do DF tendo em vista a elaboração de resposta ao Ofício 1337/2005-FGAB/SGA-DF.

Brasília (DF), 30 de agosto de 2005.

= FERNANDO CUNHA JÚNIOR =

Procurador do Distrito Federal

Coordenador -PROPES

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DA CEASA/DF – ASFUC/DF
Endereço. SIA Sul Quadra 07 – N.º 100 – fone : 363-1204
CNPJ 00.580.779/0001-61 - Insc. No GDF Isenta
Brasília - Distrito Federal

Brasília-DF., 10 de outubro de 2005.

SENHORES DEPUTADOS,

A Associação dos Funcionários da CEASA/DF – ASFUC/DF, vem pela presente se manifestar favoravelmente ao acordo firmado em reunião realizada dia 07 de outubro de 2005, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual ficou estabelecido a apresentação de um substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.985, no qual a CEASA/DF, passará por um processo de REORGANIZAÇÃO e não mais de liquidação, resguardando o plano, já em execução, com a retirada de mais de 50% dos inscritos, no chamado PDV, ou seja Plano de Desligamento Voluntário.

Em razão do exposto, fomos plenamente solidários a referida proposta fruto de acordo celebrado entre as Associações de Classe representativa das Empresas, CEASA/DF, TCB, CODEPLAN, SAB e SINDSER na presença dos Deputados Brunelli e Nilcéia.

José Augusto de Faria
Associação dos Funcionários da CEASA/DF
Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DA CEASA/DF – ASFUC/DF
Endereço. SIA Sul Quadra 07 – N.º 100 – fone : 363-1204
CNPJ 00.580.779/0001-61 - Insc. No GDF Isenta
Brasília - Distrito Federal

Brasília-DF., 10 de outubro de 2005.

SENHORES DEPUTADOS,

A Associação dos Funcionários da CEASA/DF – ASFUC/DF, vem pela presente se manifestar favoravelmente ao acordo firmado em reunião realizada dia 07 de outubro de 2005, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual ficou estabelecido a apresentação de um substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.985, no qual a CEASA/DF, passará por um processo de REORGANIZAÇÃO e não mais de liquidação, resguardando o plano, já em execução, com a retirada de mais de 50% dos inscritos, no chamado PDV, ou seja Plano de Desligamento Voluntário.

Em razão do exposto, fomos plenamente solidários a referida proposta fruto de acordo celebrado entre as Associações de Classe representativa das Empresas, CEASA/DF, TCB, CODEPLAN, SAB e SINDSER na presença dos Deputados Brunelli e Nilcéia.

José Augusto de Faria
Associação dos Funcionários da CEASA/DF
Presidente

PARA: [illegible]

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 128/2006 – GAB 19 Brasília, DF 27 de março de 2006.

Senhor Secretário,

Cumprimento-o pelo empenho em solucionar os problemas da SAB, CEASA e TCB, o que levou a criação de unidades gestoras dessas empresas, conforme a Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.

Portanto, conforme já explicitado anteriormente a Vossa Excelência, seria indispensável e urgente, logo após a publicação da lei retromencionada, o encaminhamento de nova mensagem do Poder Executivo a esta Casa, objetivando a incorporação da SAB e CEASA, hoje, geridas pela Secretaria de Estado e Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma vez que s.m.j., teríamos até junho para aprovar esse projeto de lei, frente às restrições exaradas na legislação eleitoral.

Quanto a TCB, hoje acondicionada a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, ficou o compromisso de se estudar a melhor saída jurídica para aquela empresa, frente as suas peculiaridades de atividade e situação econômica.

Diante disso, solicito mais uma vez a colaboração de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar a esta Casa o citado Projeto de Lei, a fim de que se possa solucionar as pendências jurídicas que ainda pairam sobre essas empresas, principalmente quanto a preservação do emprego de seus servidores.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - PFL

A Sua Excelência o Senhor
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Secretário de Estado de Governo do DF
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br

LEI Nº 4.364, DE 21 DE JULHO DE 2009

(Autoria do Projeto: Brunelli e vários Deputados)

Ficam revogadas as disposições que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados a Lei nº 2.994, de 11 de junho de 2002, a Lei nº 1.585, de 24 de julho de 1997, a Lei nº 2.819, de 19 de novembro de 2001, a Lei nº 2.564, de 7 de julho de 2000, o Decreto nº 23.234, de 20 de setembro de 2002, o Decreto nº 23.819, de 4 de junho de 2003, e o Decreto nº 30.457, de 9 de junho de 2009.

Art. 2º O Poder Executivo encaminhará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em até 90 (noventa) dias, projeto de lei para regulamentar a condução de escolares, tendo como base o que preveem os arts. 136, 137, 138 e 139 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB).

Parágrafo único. As atuais permissões objeto das leis de que trata o art. 1º continuam em vigência até a aprovação dessa lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 2009
121º da República e 50º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 23/7/2009.

LEI Nº 4.361, DE 15 DE JULHO DE 2009

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza a mudança do objeto social das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF autorizadas a promover a mudança de seu objeto social e a transferir bens móveis e imóveis de seu acervo patrimonial ao Distrito Federal.

§ 1º As alterações autorizadas no *caput* terão por objetivo permitir a aplicação à gestão da CEASA/DF dos termos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, e ocorrerão até o limite do objeto pretendido.

§ 2º A aplicação à gestão da CEASA/DF dos termos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, não importa em nenhum prejuízo funcional aos servidores do Quadro de Empregos Permanentes.

§ 3º Não serão objeto de contrato de gestão as atividades de estatísticas de dados de oferta, demanda e preços de hortigranjeiros, bem como de pesquisa de dados de comercialização, que têm por finalidade orientar o produtor rural sobre as variações do mercado na área de comercialização agrícola.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 2009
121º da República e 50º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 16/7/2009.

EMENDA Nº /2009 (ADITIVA)
(Do Dep. Brunelli)

Ao Projeto de Lei nº 1191/2009, que "autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências".

Acrescente-se, no art. 1º do Projeto de Lei 1191/2009, os §§ 2º e 3º, renumerando-se o parágrafo único, dando-lhe esta redação:

"art. 1º .....
§ 1º .....
§ 2º A aplicação da gestão da CEASA/DF nos termos da Lei nº 4.081, de 04 de janeiro de 2008, não importa em nenhum prejuízo funcional aos servidores do Quadro de Empregos Permanentes.
§ 3º Não será objeto de contrato de gestão as atividades de estatísticas de dados de oferta, demanda e preços de hortifrutigranjeiros, bem como de pesquisa de dados de comercialização que tem por finalidade orientar o produtor rural sobre as variações do mercado na área de comercialização agrícola".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa melhorar a redação original da proposição, principalmente na redação do § 2º, que garante os empregos dos servidores do Quadro de Empregos Permanentes da CEASA.

O § 3º é de suma importância para o equilíbrio do mercado de hortifrutigranjeiro e para o consumidor. Porque são essas atividades estatísticas que servem como referencial, inclusive em nível nacional, para o melhor planejamento da produção agrícola e dos preços de mercado

. Portanto, trata-se de atividade estratégica de Estado e que não pode jamais ficar nas mãos da iniciativa privada.

Sala das Comissões, em de junho de 2009.

BRUNELLI
DEPUTADO DISTRITAL

LEI Nº 4.384, DE 28 DE JULHO DE 2009

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam prorrogadas por 10 (dez) anos as concessões e permissões de que trata a Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992.

Art. 2º É de competência da Coordenadoria de Serviços Públicos do Distrito Federal a realização do recadastramento dos atuais ocupantes para, ao final do prazo estipulado no *caput* do art. 1º, efetuar o procedimento licitatório.

Parágrafo único. Para dar transparência ao processo de recadastramento de que trata o *caput*, a entidade representativa dos permissionários e cessionários das bancas de jornais e revistas do Distrito Federal emitirá documento essencial a cada um dos atuais ocupantes, atestando sua atividade profissional.

Art. 3º As concessões e permissões concedidas para ocupação e exploração de bancas de jornais e revistas no Distrito Federal, inclusive as formalizadas a partir do Edital de Licitação nº 5/95-RA I, passam a obedecer ao regime jurídico previsto na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e suas formas regulamentares.

Art. 4º A cobrança de qualquer espécie de tributo ou preço público que incida sobre a ocupação e a exploração de bancas de jornais e revistas no Distrito Federal obedecerá ao art. 11 da Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992.

Art. 5º O instrumento do edital referente ao procedimento de licitação previsto nesta Lei poderá consignar direito de preferência em favor do permissionário regular, de modo a permitir a continuidade dos serviços prestados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 2009
121º da República e 50º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 30/7/2009.

EMENDA Nº 01/2009 (ADITIVA – RELATOR)
(Do Dep. Brunelli e Dep. Jaqueline Roriz)

Ao PROJETO DE LEI Nº 1135/2009, que "prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências".

Acrescente-se o Parágrafo Único ao art. 2º do PL 1135/2009, dando-lhe a seguinte redação:

"Art. 2º .....
Parágrafo Único. Para dar transparência ao processo de recadastramento de que trata o *caput* deste artigo, a entidade representativa dos permissionários e cessionários das Bancas e Jornais e Revistas do Distrito Federal emitirá documento essencial a cada um dos atuais ocupantes, atestando sua atividade profissional.

JUSTIFICATIVA

As parcerias público-privadas são uma realidade em todo país. Portanto, quanto mais transparência se dá aos processos referentes à coisa pública, mais credibilidade e segurança jurídica se tem nas tomadas de decisões.

Essa idéia da participação das entidades representativas de classe nas tomadas decisões governamentais não vem de agora. A própria Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, em seu art. 4º § 1º, assim prevê:

"Art. 4º .....
§ 1º Fica assegurada a participação de representantes da classe na definição de critérios de habilitação e classificação a serem estabelecidos em edital.

Por isso, a intenção desta emenda é colaborar com os órgãos públicos responsáveis pela árdua tarefa de cadastramento dos jornaleiros, tendo como parceiros, a entidade que os representa, acreditando que em tese, possuem um cadastro mais atual e seguro dos atuais ocupantes.

Diante do exposto, peço aos meus ilustres pares, apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em março de 2009.

BRUNELLI
Deputado Distrital

JAQUELINE RORIZ
Deputada Distrital

EMENDA Nº 02/2009 (ADITIVA – RELATOR)
(Do Dep. Brunelli e Dep. Jaqueline Roriz)

Ao PROJETO DE LEI Nº 1135/2009, que "prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências".

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao PL 1135/2009, dando-lhe esta redação:

"Art. (...) O instrumento do edital referente ao procedimento de licitação previsto nesta Lei, poderá consignar direito de preferência em favor do permissionário regular, de modo a permitir a continuidade dos serviços prestados".

JUSTIFICATICAÇÃO

Conforme encontra-se inserto no voto do Relator, dia 26 de março (quinta-feira) a Sessão Ordinária foi transformada em Comissão Geral para debater o PL 1135/2009. Naquela oportunidade o Secretário de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedor-Geral do Distrito Federal ROBERTO EDUARDO VENTURA GIFFONI, propôs uma **EMENDA ADITIVA nº 02,** objetivando adequar o processo licitatório futuro, com o que vem ocorrendo atualmente com os bens do Distrito Federal, ocupados na forma de permissão. Como houve consenso entre o GDF na pessoa desse respeitado Secretário e os representantes dos permissionários de bancas de jornais e revistas, bem como dos deputados distritais presentes naquela Comissão Geral, estamos apresentando esta emenda.

Diante do exposto, peço aos meus ilustres pares, apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em março de 2009.

BRUNELLI
Deputado Distrital

JAQUELINE RORIZ
Deputada Distrital

EMENDA Nº 03/2009 (ADITIVA – RELATOR)
(Do Dep. Brunelli e Dep. Jaqueline Roriz)

Ao PROJETO DE LEI Nº 1135/2009, que "prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências".

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao PL 1135/2009, dando-lhe esta redação:

"Art. (...) Fica assegurado aos ocupantes de área pública que exerciam comprovadamente até 01/01/2000 as atividades de bancas de jornais e revistas de que trata a Lei nº 324/92 e foram removidos, o direito a relocação em áreas iguais e em condições semelhantes àquelas objeto da remoção, exceto os removidos por envolvimento em atividades ilegais".

JUSTIFICATICAÇÃO

Houve muitos permissionários que de forma açodada foram retirados de suas bancas de jornais e revistas em diversas Administrações Regionais. Portanto, aqueles que conseguirem demonstrar que foram retirados indevidamente, serão alcançados por esta emenda parlamentar.

Diante do exposto, peço aos meus ilustres pares, apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em março de 2009.

BRUNELLI
Deputado Distrital

JAQUELINE RORIZ
Deputada Distrital

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 294/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DEC MAG
RECEBIDO
22/08/07
88544-4
Obs 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 294/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DECLAE
RECEBIDO
22/08/07 17:20
88544-4
Obs 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3° A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 294/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DEL MAB
RECEBIDO
22/08 Of 17:20
88544-4
Obs 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

Governo do Distrito Federal

Corregedoria-Geral do Distrito Federal

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

OFÍCIO Nº 3150 /2008-GAB/CGDF

Brasília, 30 de julho de 2008.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o, reporto-me ao Ofício nº. 326/2007-GAB 19, de 10/09/2007 (anexo), por meio do qual Vossa Excelência solicitou a esta Corregedoria-Geral, instauração de procedimento a fim de apurar alguma omissão por parte dos gestores públicos da SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília e da CEASA - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, alegando que as mesmas não estariam em estado de liquidação, em conformidade com as Leis nºs. 3761/2006, 3863/2006 e a 3929/2006.

2. Por se tratar de matéria que necessita de interpretação legal, foi solicitado o pronunciamento da ilustre Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Órgão Central do Sistema Jurídico do Governo do Distrito Federal, que exarou o parecer n° 0136/2007-PROFIS (anexo), da lavra do Ilustríssimo Procurador Dr. Marlon Tomazette, aprovado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal, o qual, em síntese, concluiu ser incabível a continuidade das liquidações da SAB e da CEASA, sem a adoção das medidas necessárias para a incorporação da SAB pela CEASA/DF, que deverão ser efetivadas somente após a cessação do estado de liquidação das referidas empresas e cumprido o procedimento disposto na Lei Federal n° 6.404/76.

3. Portanto, para conhecimento e demais providências que entender necessárias, encaminho a Vossa Excelência a cópia do referido Parecer, com o qual manifesto assentimento.

Anexos: 02/18.

Atenciosamente,

LOURENÇO GRÜBEL DIEHL
Corregedor-Geral Substituto

RECEBIDO
Em __/__/20__ Às __:__ hs
Assinatura Matrícula

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rubens César Brunelli Júnior
Câmara Legislativa do Distrito Federal, GAB - 19
Brasília – DF

Governo do Distrito Federal

Corregedoria-Geral do Distrito Federal

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

OFÍCIO Nº 3330 /2008-GAB/CGDF

Brasília, 30 de julho de 2008.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o, reporto-me ao Ofício nº. 326/2007-GAB 19, de 10/09/2007 (anexo), por meio do qual Vossa Excelência solicitou a esta Corregedoria-Geral, instauração de procedimento a fim de apurar alguma omissão por parte dos gestores públicos da SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília e da CEASA - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, alegando que as mesmas não estariam em estado de liquidação, em conformidade com as Leis nºs. 3761/2006, 3863/2006 e a 3929/2006.

2. Por se tratar de matéria que necessita de interpretação legal, foi solicitado o pronunciamento da ilustre Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Órgão Central do Sistema Jurídico do Governo do Distrito Federal, que exarou o parecer n° 0136/2007-PROFIS (anexo), da lavra do Ilustríssimo Procurador Dr. Marlon Tomazette, aprovado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal, o qual, em síntese, concluiu ser incabível a continuidade das liquidações da SAB e da CEASA, sem a adoção das medidas necessárias para a incorporação da SAB pela CEASA/DF, que deverão ser efetivadas somente após a cessação do estado de liquidação das referidas empresas e cumprido o procedimento disposto na Lei Federal n° 6.404/76.

3. Portanto, para conhecimento e demais providências que entender necessárias, encaminho a Vossa Excelência a cópia do referido Parecer, com o qual manifesto assentimento.

Anexos: 02/18.

Atenciosamente,

LOURENÇO GRÜBEL DIEHL
Corregedor-Geral Substituto

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rubens César Brunelli Júnior
Câmara Legislativa do Distrito Federal, GAB - 19
Brasília – DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 326/2007– GAB 19 Brasília, DF em 10 de setembro 2007.

Senhor Corregedor,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, informamos a Vossa Excelência que ofícios semelhantes a este já foram encaminhados para as seguintes autoridades: Governador do Distrito Federal, ofício nº 294/07; Vice-Governado do Distrito Federal, ofício nº 295/07; Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimentos e Pecuária, ofício nº 296/07 e Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ofício nº 321/007.

Faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

PEGA 03
PA 020003078/2007
RUB 1101013

A Sua Excelência o Senhor
ROBERTO EDUARDO VENTURA GIFFONI
Corregedor-Geral do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF

PEGA
PA 020003078/2007
RUB 1101013

cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

PEÇA 05
PA 020003078/2007
RUB 1101013

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.**
>
> **Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.**

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a

Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**

.....
.....

Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

I – .....

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....PECA 08.....

.....

PA 020003078/2007
RUB 1101013

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos do Poder Executivo, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria

os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

O que causa-nos estranheza é saber que há leis que retiram a SAB e a Ceasa do estado de liquidação e os gestores dessas companhias insistirem em não tomar as providências legais para que se efetive o que determina as Leis acima mencionadas, em total desobediência a elas. Pelo contrário, o que se vê inserto na Ata da SAB, publicada no DODF nº 170, de 3 de setembro de 2007, p. 7, vem de encontro ao que o Poder Executivo legislou.

Por fim, solicitamos a Vossa Excelência se ater aos fatos narrados acima e, s.m.j., instaure procedimento a fim de apurar se há alguma omissão por parte dos gestores públicos dessas companhias.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

PEGA 09
PA 020003078/2007
RUB 1101013

PARECER Nº 0136 /2007 – PROFIS

PROCESSO Nº 020003.078/2007

ASSUNTO: LIQUIDAÇÃO – SAB - CEASA

EMENTA: SAB – CEASA – CESSAÇÃO – ESTADO DE LIQUIDAÇÃO – CESSAÇÃO – NECESSIDADE – LEI 3.863/2006 – AUTORIZAÇÃO - INCORPORAÇÃO

A lei distrital 3.863/206 não é capaz de fazer cessar o estado de liquidação, o que depende de deliberação da assembléia geral. Contudo, tal lei não autoriza o prosseguimento da liquidação, tendo em vista a autorização para incorporação da sociedade.

Assim, faz-se necessária tal deliberação, em atenção ao comando da Lei 3.863/2006 que autoriza a incorporação da SAB pela CEASA, pois para poder haver deliberação sobre uma incorporação, é fundamental haver a deliberação prévia sobre a cessação do estado de liquidação de ambas, pois se trata de ato negocial que não pode ser praticado em estado de liquidação.

RELATÓRIO:

Trata-se de consulta sobre a manutenção ou não do estado de liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB e das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, tendo em vista o texto das leis 3.761/2006. 3.863/2006 e 3.929/2006 e a portaria publicada em 2007 determinando o prosseguimento da liquidação das referidas entidades.

Folha nº 10
Processo nº 020.003.078/07
Rubrica 10970.2

PARECER:

1 – DO ESTADO DE LIQUIDAÇÃO

As sociedades anônimas embora normalmente se destinem a atividades por prazo indeterminado, podem, no correr de sua existência, sujeitar-se a fatos que lhes acarretam a extinção. Estes fatos desencadeiam o processo de encerramento da sociedade anônima, que denominamos dissolução *lato sensu*, abrangendo três fases distintas, a dissolução *stricto sensu*, a liquidação e a extinção[1].

O processo de encerramento da sociedade deve ter um marco inicial, isto é, deve ocorrer um fato para desencadear todo o processo. Esse fato é o que denominamos dissolução "stricto sensu", que pode ser entendido como a causa do encerramento da sociedade.

Nesse momento, opera-se uma alteração no objetivo da sociedade, ao invés de objetivar a produção dos lucros, a sociedade passa a objetivar o acerto de sua situação patrimonial, para uma eventual divisão do seu patrimônio entre os sócios[2]. A sociedade ainda existe, ainda há uma pessoa jurídica, um centro autônomo de direito e obrigações[3] (art. 207 da Lei 6.404/76), todavia, a sociedade só pode ultimar os negócios pendentes, praticar os inadiáveis e os necessários à sua extinção.

Cessa a atividade negocial ampla da sociedade, não se autorizando legalmente a prática de novos atos negociais pelos administradores, exceto os urgentes e estritamente necessários. A partir desse momento, presume-se que outros atos que não os estritamente necessários ao novo objetivo da pessoa

---

[1] PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução e liquidação de sociedades. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 18.

[2] JAEGER, Pier Giusto; DENOZZA, Francesco. *Appunti di diritto commerciale*. 5. ed. Milano: Giuffrè, 2000, v. 1, p. 167; FERRARA JÚNIOR, Francesco; CORSI, Francesco. *Gli imprenditori e le società*.11. ed. Milano: Giuffrè, 1999, p. 339.

[3] PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução e liquidação de sociedades, p. 85.

jurídica, são praticados em desacordo com os interesses desta, e em favor dos administradores, imputando-se a estes e não à sociedade[4].

Apesar dessa situação, é certo que a lei distrital nº 3.863/2006 determinou que se procedesse à incorporação da SAB à CEASA-DF. A propósito, vale a pena transcrever a o texto da referida lei:

> *Art. 1º O Distrito Federal fica autorizado a proceder às medidas necessárias visando incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação.*
>
> *Art. 2º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, assumirão o ativo, o passivo e os instrumentos contratuais vigentes firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação.*
>
> *Art. 3º Os atuais empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB, em liqüidação, serão incorporados pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mantendo os respectivos vínculos empregatícios, conforme prescrito no art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006.*
>
> *Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação, todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal*

[4] COELHO, Fábio Ulhoa, *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1999, v. 2, p. 442.

Folha nº 12

— PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Tal lei representa, em última análise, a vontade do acionista controlador, mas não representa ainda a vontade das referidas sociedades, uma vez que a vontade do controlador não é a mesma coisa que a vontade da sociedade. Para se tornar vontade das sociedades, é certo que deve haver a manifestação da assembléia geral das referidas sociedades.

Entretanto, tanto a CEASA quanto a SAB estão em estado de liquidação, logo, não podem praticar novos atos negociais como a aprovação de uma incorporação. Por isso, é fundamental fazer cessar o estado de liquidação que pode ser reconhecido em uma assembléia geral de cada sociedade. Nesse sentido, vale a pena transcrever a lição de Modesto Carvalhosa:

"A sociedade dissolvida poderá ser reativada dependendo da causa de sua dissolução. Assim, desaparecendo esta, a assembléia geral poderá validamente declarar a volta da companhia à plena atividade social na consecução de seu objetivo estatutário"[5].

Veja-se que não é a lei que faz cessar o estado de liquidação, mas a deliberação da assembléia geral. Assim, apenas com uma deliberação da

[5] CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de Sociedades Anônimas. São Paulo: Saraiva, 1997, v. 4, tomo I, p. 83.

Folha nº 13

assembléia geral é que poderá ser cessado o estado de liquidação. Ora, cessado o estado de liquidação, restabelece-se plenamente a capacidade negocial das companhias, com a volta a persecução de seu objeto social e a restauração da administração.

2 – DA IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR A LIQUIDAÇÃO

Embora ainda não seja vontade da sociedade, é certo que já foi editada lei, que representa a vontade do Distrito Federal, autorizando a realização da incorporação e, consequentemente, o não prosseguimento da liquidação. Embora, as referidas sociedades ainda se encontrem em estado de liquidação, é necessário que se atenda ao comando da Lei 3.863/2006 e se pratiquem os atos necessários à incorporação determinada, ou seja, não se prossiga com a liquidação.

Pelo princípio da legalidade, a administração só pode fazer o que a lei expressamente autoriza ou permite (arts. 5º, II e 37 da Constituição Federal). Vejamos a lição de Maria Sylvia Zanella di Pietro:

> *"Sob a influência do positivismo jurídico, o princípio da legalidade a que se submete o administrador, passou a ser visto de forma adversa. Enquanto o Estado de Direito Liberal se reconhecia a administração ampla discricionariedade no espaço livre deixado pela Lei, significando que ela pode fazer tudo a que a Lei não proíbe, no Estado de Direito Social, a vinculação à Lei passou a abranger toda atividade administrativa; o princípio da legalidade ganhou um sentido novo, significando que o administrador só pode fazer o que a Lei permite"*[6].

Folha nº 14
Processo nº 020.003.018/07

No mesmo sentido, está a lição de Hely Lopes Meirelles:

> *"O administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso"*[7].

A jurisprudência vem dando a mesma extensão ao princípio da legalidade, senão vejamos:

> *"No Estado Democrático de Direito, 'ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei' (CF art. 5º, II). (...) Na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. (...) Somente a lei cria, modifica e extingue direitos e obrigações ou estabelece restrições à igualdade, à liberdade e à propriedade ou alteração no estado das pessoas" (AMS nº 01090554-MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, j. 18.09.90, DJ 15.10.90, p. 24036, Rel. Juiz Souza Prudente). "*

Na hipótese em tela, a lei não autoriza o prosseguimento da liquidação, mas sim a incorporação da SAB à CEASA/DF. Em razão disso, é fundamental que se obedeça ao princípio da legalidade, convocando uma assembléia geral para deliberar pela cessação do estado de liquidação e posterior prática dos atos necessários à incorporação.

---

[6] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1991, p. 27.

[7] MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 79.

Folha nº 15

CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto, entendemos que não se pode prosseguir com a liquidação, devendo-se adotar todas as medidas necessárias para o procedimento de incorporação da SAB pela CEASA, a partir da cessação do estado de liquidação e o cumprimento de todos os passos previstos na Lei 6.404/76.

Brasília, 18 de outubro de 2007

MARLON TOMAZETTE
Procurador do DF
Matrícula 96918-4 OAB – DF 14.006

Folha nº 16
Processo nº 020.003.018/07
Rubrica

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Folha nº: 17
Processo nº: 020.003.078/07
Rubrica:

PROCESSO Nº: 020.003.078/2007
INTERESSADO: CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: LIQUIDAÇÃO SAB/CEASA

Folha nº 17
Processo nº 020.003.078/07
Rubrica D 1096 to.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Apresento à superior consideração de Vossa Excelência o Parecer nº 0136/2007-Profis da lavra do ilustre Procurador **Marlon Tomazette**, acostada às fls. 10/16, que analisou a possibilidade da manutenção ou não do estado de liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB e das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF, tendo em vista o texto das leis 3.761/2006, 3.863/2006 e 3.929/2006 e a portaria publicada em 2007 determinando o prosseguimento da liquidação das referidas entidades.

De acordo com o ilustre Parecerista, a Lei Distrital nº 3.863/2006 determinou que se procedesse à incorporação da SAB à CEASA-DF e, consequentemente, o não prosseguimento da liquidação. Acrescenta que pelo princípio da legalidade, a Administração só pode fazer o que a lei expressamente autoriza ou permite. Na hipótese em tela, a lei não autoriza o prosseguimento da liquidação, mas sim a incorporação da SAB à CEASA/DF. Em razão disso, é fundamental que se obedeça ao princípio da legalidade, convocando, dessa forma, uma assembléia geral para deliberar pela

mcg

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

cessação do estado de liquidação e posterior prática dos atos necessários à incorporação.

Conclui o ilustre Parecerista que não se pode prosseguir com a liquidação, devendo-se adotar todas as medidas necessárias para o procedimento de incorporação da SAB pela CEASA, a partir da cessação do estado de liquidação.

Nestas condições, **APROVO** a manifestação em referência, endossando as justas e bem ponderadas razões que o fundamentam, submetendo-o ao elevado descortino de Vossa Excelência.

Brasília, 23 de outubro de 2007.

MÁRIO HERMES TRIGO DE LOUREIRO FILHO
Procurador-Chefe da PROFIS

Folha 18
0200003078/07
1.211.562-2

mcg

DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

GDF

PROCESSO Nº: 020.003.078/2007
INTERESSADO: Corregedoria-Geral do Distrito Federal
ASSUNTO: Processo de liquidação da SAB e da Ceasa

A Corregedoria-Geral do Distrito Federal solicita-nos pronunciamento acerca da possibilidade de prosseguimento do estado de liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A. – SAB e das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 3.761/2006, 3.863/2006 e 3.929/2006.

Em seu opinativo, que contou com o endosso do Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal – PROFIS, o il. Procurador **MARLON TOMAZETTE** concluiu ser incabível a continuidade de referidas liquidações, e recomendou a adoção das medidas necessárias para a incorporação da SAB pela CEASA/DF, a partir do momento em que cessar o estado de liquidação e estiver cumprido o procedimento disposto na Lei Federal nº 6.404/76.

Posto isso, **APROVO O PARECER Nº 0136/2007 – PROFIS/PGDF**, de lavra do il. Procurador **MARLON TOMAZETTE**, e

Folha nº
Processo nº

determino a restituição dos autos à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para conhecimento e providências.

Em 09/11/02

MARCOS SOUSA E SILVA
Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal

Folha nº 20
Processo nº 020003078/07
Rubrica
Matr. 26.661-2

LZAA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 296/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Secretário,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

Sec. Sueli
SEAPA-RECEBI O ORIGINAL
Em 22 / 08 / 07
Nome 1636510
Matrícula

A Sua Excelência o Senhor
Wilmar Luis da Silva
Secretário Estado de Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....

.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....

.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

SEAPA-DF

Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal

Gabinete do Secretário

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício
Nº.666- GAB/SEAPA-DF

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Senhor Deputado,

Em atenção ao OF. N° 296/2007 – GAB 19, de 21 de agosto do corrente, venho dirigir-me a Vossa Excelência, primeiramente para parabenizá-lo pelo brilhante relatório acerca da matéria envolvendo as duas empresas vinculadas desta pasta, em seguida, respeitosamente, gostaria de tecer as seguintes considerações:

1. Todo o arcabouço legal mencionado em seu Ofício é fato, entretanto, o acionista majoritário das duas empresas, SAB e CEASA, que é o Governo do Distrito Federal, não suspendeu o processo de liquidação nas respectivas e competentes Assembléias Gerais.

2. O Grupo Misto de Trabalho criado pela Portaria N° 47 de 23 de julho de 2007, teve como objeto "dar prosseguimento *à matéria envolvendo* o processo de liquidação da CEASA/DF," e não "dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA", pois, inclusive, não compete ao referido grupo tomar decisões. É uma decisão de governo. Portanto não há aqui nenhuma ilegalidade ou conflito hierárquico de legislações.

À Sua Excelência,
Senhor Deputado,
JUNIOR BRUNELLI
Deputado Distrital.
N E S T A

SAIN PARQUE RURAL – CEP 70.620-000 - Brasília/DF
Fone: (61) 3348-7801 – Fax (61) 3273-9982 E-mail: gab@sa.df.gov.br

3. Todos os cuidados com os corpos funcionais das empresas estão sendo tomados, pois esta é uma preocupação constante de nossa gestão. A criação do quadro paralelo, junto à SEPLAG, para abrigar os empregados é, inclusive, uma recomendação do Relatório Final do Referido Grupo, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Os representantes das Associações de Servidores da SAB e da CEASA foram ouvidos e tranqüilizados com relação à garantia de seus empregos. Esta é uma questão primordial para nosso governo.

Portanto, ao mesmo tempo em que me desculpo pelo atraso em atendê-lo em vossa demanda, espero estar fornecendo subsídios para tranqüilizar seus eleitores.

Respeitosamente,

Wilmar Luis da Silva
Secretário de Estado

SAIN PARQUE RURAL – CEP 70.620-000 - Brasília/DF
Fone: (61) 3348-7801 – Fax (61) 3273-9982 E-mail: gab@sa.df.gov.br

Pela SAB

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 450/2008 – GAB 19 Brasília, DF em de 16 de setembro de 2008.

Senhor Secretário,

Na legislatura passada Vossa Excelência acompanhou de perto as agruras por que passaram os servidores da SAB, CEASA e da TCB para manterem seus empregos e, conseqüentemente, a manutenção de suas famílias.

Por algum tempo, graças ao esforço de muitos parlamentares desta Casa, dentre eles, Vossa Excelência, conseguimos elaborar legislação que, naquele momento, satisfazia a lacuna jurídica para a manutenção dos referidos empregos, como por exemplo, a publicação da Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Com relação a SAB esclareço a Vossa Excelência que hoje ela possui aproximadamente 395 (trezentos e noventa e cinco) servidores, dos quais, 182 (cento e oitenta e dois) são desta Secretaria de Estado de Saúde.

A Sua Excelência o Senhor
AUGUSTO DE CARVALHO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Em 11 de julho de 2008 estive com JOSÉ RUBENS IGLESIAS, ex-secretário dessa pasta, oportunidade em que ficou acertada a permanência desses 182 (cento e oitenta e dois) servidores nessa Secretária de Estado de Saúde, conforme noticia o ofício nº 365/2008, oriundo deste gabinete parlamentar.

Portanto, como Vossa Excelência é o novo gestor público dessa importante pasta, venho solicitar e renovar a permanência desses qualificados servidores nessa Secretaria de Estado de Saúde, acreditando que todos sairão ganhando. De um lado, a sociedade, pois continuaria a receber um atendimento de qualidade, primada pela eficiência e eficácia. Do outro, as famílias dos servidores da SAB, que não terão mais que se preocupar com a iminência da perda de seus empregos.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital

Recebido em 17.09.08

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 296/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Secretário,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

Sec. Sueli
SEAPA-RECEBI O ORIGINAL
Em 22 / 08 / 07
Nome 1636510
Matrícula

A Sua Excelência o Senhor
Wilmar Luis da Silva
Secretário Estado de Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada por Vossa Excelência a Portaria 47/DODF, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

SEAPA-DF

Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal

Gabinete do Secretário

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício
Nº.666- GAB/SEAPA-DF

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Senhor Deputado,

Em atenção ao OF. Nº 296/2007 – GAB 19, de 21 de agosto do corrente, venho dirigir-me a Vossa Excelência, primeiramente para parabenizá-lo pelo brilhante relatório acerca da matéria envolvendo as duas empresas vinculadas desta pasta, em seguida, respeitosamente, gostaria de tecer as seguintes considerações:

1. Todo o arcabouço legal mencionado em seu Ofício é fato, entretanto, o acionista majoritário das duas empresas, SAB e CEASA, que é o Governo do Distrito Federal, não suspendeu o processo de liquidação nas respectivas e competentes Assembléias Gerais.
2. O Grupo Misto de Trabalho criado pela Portaria Nº 47 de 23 de julho de 2007, teve como objeto "dar prosseguimento *à matéria envolvendo* o processo de liquidação da CEASA/DF," e não "dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA", pois, inclusive, não compete ao referido grupo tomar decisões. É uma decisão de governo. Portanto não há aqui nenhuma ilegalidade ou conflito hierárquico de legislações.

À Sua Excelência,
Senhor Deputado,
JUNIOR BRUNELLI
Deputado Distrital.
N E S T A

3. Todos os cuidados com os corpos funcionais das empresas estão sendo tomados, pois esta é uma preocupação constante de nossa gestão. A criação do quadro paralelo, junto à SEPLAG, para abrigar os empregados é, inclusive, uma recomendação do Relatório Final do Referido Grupo, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Os representantes das Associações de Servidores da SAB e da CEASA foram ouvidos e tranqüilizados com relação à garantia de seus empregos. Esta é uma questão primordial para nosso governo.

Portanto, ao mesmo tempo em que me desculpo pelo atraso em atendê-lo em vossa demanda, espero estar fornecendo subsídios para tranqüilizar seus eleitores.

Respeitosamente,

Wilmar Luís da Silva
Secretário de Estado

SAIN PARQUE RURAL – CEP 70.620-000 - Brasília/DF
Fone: (61) 3348-7801 – Fax (61) 3273-9982 E-mail: gab@sa.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 295/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Vice-Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DELMA.
RECEBIDO
08/07 11:19
88544
Rubrica Sigla do Órgão
Obs: 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Octávio Alves Pereira
Governador Do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 295/2007– GAB 19 Brasília, DF em 21 de agosto de 2007.

Senhor Vice-Governador,

Antes mesmo de adentrarmos no objeto desta correspondência, se faz mister esclarecermos a Vossa Excelência que a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB e a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, **não se encontram em estado de liquidação**, conforme Lei nº 3.761, de 25 de janeiro de 2006, Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006 e Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, todas de autoria do Poder Executivo.

É bom que fique claro que a SAB foi incorporada pelo Poder Executivo a Ceasa conforme prevê a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, acima citada.

Atualmente a SAB possui 406 (quatrocentos e seis) servidores, lotados nos seguintes órgãos: 1 na Casa Militar do DF, 10 na CAESB, 1 na Terracap, 1 na CEB, 69 na Emater-DF, 65 na Secretaria de Estado de Educação, 188 na Secretaria de Estado de Saúde, 2 no Zoológico, 25 na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3 na Presidência da República, 1 no Procon, 25 na Secretaria de Estado de Trabalho e solidariedade, 1 na CLDF, 12 na própria SAB e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

DELMA.
RECEBIDO
22/08/07 19
88544
Rubrica Sigla do Órgão
Obs: 6 folhas

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Octávio Alves Pereira
Governador Do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

Esse remanejamento começou no ano de 1998, se intensificando em 2000, quando o GDF deu início a Reforma Política de que trata o Decreto nº 21.170, de 15 de maio de 2000, que privativa além da SAB e Ceasa, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB e posteriormente a reestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Em 15 de janeiro de 2001 esta Casa aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 2.681/01, que possibilitava o aproveitamento desses trabalhadores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, através da criação de uma tabela de empregos públicos em extinção, mantendo-se o mesmo Regime Trabalhista – CLT.

Em 11 de junho de 2002 o Poder Executivo editou a Lei nº 2.989, alterando a Lei nº 2.681/2002 em seu art. 1º, incisos III e IV, possibilitando que 111 (cento e onze) trabalhadores remanescentes da TCB, que foram admitidos em data posterior a 5 de outubro de 1988 e sem concurso público, pudessem ingressar no serviço público, ferindo assim a CF/88.

Essa situação gerou em 10 de junho de 2003 a Ação Civil Pública 576/03 – 9ª VT – TRT/DF, processo nº 030.004.330/2004, contra a TCB, SAB, CEASA e CODEPLAN, movida pelo Ministério Público do Trabalho, alegando a inconstitucionalidade das leis que permitiram o remanejamento dos servidores dessas empresas em outros órgãos do GDF.

Em 17 de junho de 2003 o Dr. Fernando Gabriel Bernardes – Juiz do Trabalho da 9ª Vara deferiu a Liminar, determinando que o GDF cessasse a transferência dos trabalhadores da TCB para o GDF, como também todos os empregados das empresas SAB, CEASA e CODEPLAN.

A partir dessa Liminar, nosso gabinete e a associação dos empregados da SAB, juntamente com todos os nossos advogados, demos início a uma intensa mobilização na busca de uma solução que garantisse os empregos dessas pessoas.

Passamos a coordenar ações políticas, através de uma comissão com representantes de todas as empresas, junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria-Geral do DF, o departamento Jurídico da TCB, Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Supremo Tribunal Federal, no afã de obter uma saída jurídica para essa situação que, a cada momento se agravava mais.

Através de nossos advogados especialistas em legislação trabalhista e, após árdua negociação, conseguimos em 20 de agosto de 2003, efetivar uma proposta de Conciliação com o Ministério Público do Trabalho, onde demitiria-se os 111 (cento e onze) empregados da TCB, irregularmente transferidos e, em contra partida, a regulamentação da transferência dos 3.000 (três mil) empregados das empresas públicas regularmente contratados.

Infelizmente em 23 de fevereiro de 2005 a Juíza da 9ª Vara do Trabalho – TRT, Drª Tâmara Gil, no julgamento do processo epigrafado, desconsiderou o acordo pactuado com o MPDFT e julgou inconstitucional as Leis que possibilitavam o apostilamento dos trabalhos.

Em 25 de janeiro de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.761, que criavam na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, unidades de manutenção de pessoal de Empresas em processo de extinção, privatização ou de reorganização, com o objetivo de manter os assentamentos cadastrais, conceder vantagens e benefícios previstos em regulamento, elaborar atos de melhorias funcionais, bem como proceder à elaboração de folha de pagamento, dos respectivos quadros de empregos.

Em 30 de maio de 2006 a CLDF aprovou e o GDF sancionou a Lei nº 3.861 que autorizava a incorporação da SAB, em liquidação, às CEASA em liquidação.

Os arts. 4º e 5º da referida Lei afirmam:

> **"Art. 4º O Distrito Federal transferirá ao patrimônio das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, mediante doação,**

todos os bens imóveis transferidos ao seu domínio por força das Leis nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003, e nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, que não tenham sido alienados a terceiros ou entregues através do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — PRÓ-DF até a data da publicação desta Lei.

Art. 5º As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA-DF, em liqüidação, elaborarão, no prazo de até sessenta dias, projeto de alteração de seu Estatuto; e, no mesmo prazo, em conformidade com o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminharão à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei dispondo sobre a reestruturação da empresa.

Portanto, conforme demonstrado, desde janeiro de 2003, início de nosso primeiro mandato, estamos juntos na luta pela manutenção dos empregos dos servidores da CEASA, SAB e TCB.

Além disso, dia 02/08/2007, graças ao nosso trabalho junto ao STF, explicando que as diversas leis que deram motivo a ADIN contra os servidores dessas empresas, haviam sido revogadas por outras leis distritais, já citadas neste ofício, o Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), **arquivou** o processo por cessação superveniente da eficácia da lei argüida inconstitucional, por falta de seu objeto.

Estranhamente, quando se esperava que o assunto tivesse sido resolvido, a surpresa: no dia 23 de julho de 2007, foi publicada a Portaria 47/DODF, do Secretário Estado de Agricultura, Wilmar Luis da Silva, criando o Grupo de Trabalho encarregado de dar prosseguimento ao processo de liquidação da CEASA.

Ora, como dar prosseguimento a liquidação se as empresas, dentre elas a Ceasa, já não se encontram mais nessa situação. Acreditamos que tal Portaria foi publicada sem ter sido levado em consideração à legislação vigente que retiraram essas empresas do estado de liquidez.

A referida Portaria, portanto, mostra-se ilegal, pois vai de encontro à legislação hierarquicamente superior a ela. Além disso, toda liquidação de empresas e órgãos do GDF, tem necessariamente de passar pela aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo determina a Lei Orgânica do DF.

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência que a Portaria nº 47, de 23 de julho de 2007, seja revogada imediatamente e a Lei de Incorporação da SAB a Ceasa de nº Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, bem como a Lei nº 3.929, de 28 de dezembro de 2006, que trata de sua reestruturação, sejam realmente efetivadas.

Outrossim, esclarecemos a Vossa Excelência que para que haja essa incorporação é necessário que a SAB e a Ceasa, como Sociedades Anônimas – S/A, tomem as providências insertas na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), como por exemplo:

> **Art. 98. Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.**
> **§ 1° .....**
> **§ 3º A ata da assembléia-geral que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.**
> **.....**
> **.....**
> **Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**
> **I – .....**
> **VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)**

.....
.....

"Quorum" Qualificado

Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

I – .....

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

.....
.....

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

I - .....

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão".

De certo outras medidas legais, além das mencionadas acima, deverão ser tomadas para que não haja nenhum empecilho para a incorporação dessas empresas, até porque já foi demonstrado através de estudos minuciosos desse Poder, ao encaminhar todas as Mensagens que ensejaram as leis acima, que a junção da SAB e Ceasa trariam benefícios à comunidade de todo o Distrito Federal, preservaria os empregos de seus bravos servidores, além de se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital – DEM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 365/2008 – GAB 19 Brasília, DF em de 11 de julho de 2008.

Senhor Secretário,

Conforme acertado em reunião ocorrida hoje com Vossa Excelência, solicito a permanência dos 181 servidores da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB nos quadros dessa Secretaria de Estado de Saúde.

Com a permanência desses qualificados servidores nessa Secretaria, todos saem ganhando. A sociedade, pois continuarão a receber um atendimento qualidade, primada pela eficiência e eficácia. E as famílias dos servidores da SAB, que não terão mais que se preocupar com essa situação.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM

Secretaria de Saúde - DF
Chefia de Gabinete
Expediente
Em 11/07/08 às 15:45hs
Rubrica
14006712

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ RUBENS IGLESIAS
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 365/2008 – GAB 19 Brasília, DF em de 11 de julho de 2008.

Senhor Secretário,

Conforme acertado em reunião ocorrida hoje com Vossa Excelência, solicito a permanência dos 181 servidores da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB nos quadros dessa Secretaria de Estado de Saúde.

Com a permanência desses qualificados servidores nessa Secretaria, todos saem ganhando. A sociedade, pois continuarão a receber um atendimento qualidade, primada pela eficiência e eficácia. E as famílias dos servidores da SAB, que não terão mais que se preocupar com essa situação.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM

Secretaria de Saúde - DF
Chefia de Gabinete
Expediente
Em 11/07/08 às 15:14hs
Rubrica
14006712

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ RUBENS IGLESIAS
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

OF.Nº 365/2008 – GAB 19 Brasília, DF em de 11 de julho de 2008.

Senhor Secretário,

Conforme acertado em reunião ocorrida hoje com Vossa Excelência, solicito a permanência dos 181 servidores da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. — SAB nos quadros dessa Secretaria de Estado de Saúde.

Com a permanência desses qualificados servidores nessa Secretaria, todos saem ganhando. A sociedade, pois continuarão a receber um atendimento qualidade, primada pela eficiência e eficácia. E as famílias dos servidores da SAB, que não terão mais que se preocupar com essa situação.

Atenciosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM

Secretaria de Saúde - DF
Chefia de Gabinete
Expediente
Em 11/07/08 às 15:45hs
Rubrica
14006912

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ RUBENS IGLESIAS
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal
NESTA

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília-DF – Gabinete 19 – Telefones: 3966-8190 a 8196 – Fax: 3966-8193
www.deputado@brunelli.com.br

OF.Nº 292/2008-GAB 19 Brasília, 12 de junho de 2008.

Senhor Governador,

Sabedor de sua preocupação com o social e da necessidade de se valorizar o trabalho do servidor público do Distrito Federal, relato aqui minha apreensão com ato recente da Secretaria de Saúde. É que o órgão, de maneira unilateral, decidiu não renovar o contrato de cessão dos servidores da SAB. São 181 servidores da SAB que estavam cedidos à Secretaria de Saúde e prestavam, já há nove anos, relevantes serviços para a comunidade.

Com a decisão tomada pela Unidade de Administração Geral da Secretaria de Saúde, os servidores da SAB temem pela demissão em massa, com sérias conseqüências para as suas vidas e a de seus familiares. Não custa lembrar que a região metropolitana do Distrito Federal contempla o maior índice de desemprego do país, 18% de desemprego aberto.

Os 181 servidores estão surpresos e angustiados com a medida adotada pela Secretaria de Saúde. É importante assinalar que tais funcionários, concursados, conhecem em detalhes os serviços administrativos que exercem na Secretaria de Saúde. Sendo assim, a retirada deles do serviço certamente irá prejudicar e piorar o atendimento ao público.

Em correspondência encaminhada ao meu gabinete pelos servidores da SAB, contendo um detalhado histórico do problema, está manifestado claramente o temor do desemprego. Os 181 funcionários que estavam prestando serviços à Secretaria de Saúde não entendem a medida adotada e clamam por uma solução socialmente justa e equilibrada.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal
N E S T A

SAIN - Parque Rural - 70.086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 - Telefones: 3966-8190 a 8198 - Fax: 3966-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br - www.brunelli.com.br

Diante desses fatos, Senhor governador, peço uma solução urgente para o problema, de forma a tranqüilizar os servidores e seus familiares, fazendo justiça ao trabalho desses valorosos profissionais que há dois anos prestam à Secretaria de Saúde e ao público.

Aliás, causa apreensão o argumento utilizado pela Secretaria de Saúde para interromper o trabalhos dos 181 funcionários: a redução das despesas de custeio do governo. Na verdade, em determinadas situações, nem sempre as soluções devem ser apenas técnicas e de caráter financeiro.

Vale olhar também para o lado humano, social e de preservação da auto-estima do servidor. Como é do seu conhecimento, o servidor público, infelizmente, tem sido vítima de medidas e estratégias que reduziram seu poder de compra e aviltaram seu salário.

Conhecedor de seu senso de justiça, aproveito a oportunidade para solicitar de Vossa Excelência que repense a dramática situação dos servidores da SAB dando-lhes um tratamento justo e condizente com a capacidade profissional e intelectual dos mesmos.

Muito obrigado.

Respeitosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM

SAIN - Parque Rural - 70.086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 - Telefones: 3966-8190 a 8198 - Fax: 3966-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br - www.brunelli.com.br

OF.Nº 292/2008-GAB 19 Brasília, 12 de junho de 2008.

Senhor Governador,

Sabedor de sua preocupação com o social e da necessidade de se valorizar o trabalho do servidor público do Distrito Federal, relato aqui minha apreensão com ato recente da Secretaria de Saúde. É que o órgão, de maneira unilateral, decidiu não renovar o contrato de cessão dos servidores da SAB. São 181 servidores da SAB que estavam cedidos à Secretaria de Saúde e prestavam, já há nove anos, relevantes serviços para a comunidade.

Com a decisão tomada pela Unidade de Administração Geral da Secretaria de Saúde, os servidores da SAB temem pela demissão em massa, com sérias conseqüências para as suas vidas e a de seus familiares. Não custa lembrar que a região metropolitana do Distrito Federal contempla o maior índice de desemprego do país, 18% de desemprego aberto.

Os 181 servidores estão surpresos e angustiados com a medida adotada pela Secretaria de Saúde. É importante assinalar que tais funcionários, concursados, conhecem em detalhes os serviços administrativos que exercem na Secretaria de Saúde. Sendo assim, a retirada deles do serviço certamente irá prejudicar e piorar o atendimento ao público.

Em correspondência encaminhada ao meu gabinete pelos servidores da SAB, contendo um detalhado histórico do problema, está manifestado claramente o temor do desemprego. Os 181 funcionários que estavam prestando serviços à Secretaria de Saúde não entendem a medida adotada e clamam por uma solução socialmente justa e equilibrada.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal
N E S T A

SAIN - Parque Rural - 70.086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 - Telefones: 3966-8190 a 8198 - Fax: 3966-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br - www.brunelli.com.br

Diante desses fatos, Senhor governador, peço uma solução urgente para o problema, de forma a tranqüilizar os servidores e seus familiares, fazendo justiça ao trabalho desses valorosos profissionais que há dois anos prestam à Secretaria de Saúde e ao público.

Aliás, causa apreensão o argumento utilizado pela Secretaria de Saúde para interromper o trabalhos dos 181 funcionários: a redução das despesas de custeio do governo. Na verdade, em determinadas situações, nem sempre as soluções devem ser apenas técnicas e de caráter financeiro.

Vale olhar também para o lado humano, social e de preservação da auto-estima do servidor. Como é do seu conhecimento, o servidor público, infelizmente, tem sido vítima de medidas e estratégias que reduziram seu poder de compra e aviltaram seu salário.

Conhecedor de seu senso de justiça, aproveito a oportunidade para solicitar de Vossa Excelência que repense a dramática situação dos servidores da SAB dando-lhes um tratamento justo e condizente com a capacidade profissional e intelectual dos mesmos.

Muito obrigado.

Respeitosamente,

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM

SAIN - Parque Rural - 70.086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 - Telefones: 3966-8190 a 8198 - Fax: 3966-8193
E-mail: deputado@brunelli.com.br - www.brunelli.com.br